UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

JANAINA SALVADOR CARDOSO

Natureza e religião no Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)

FRANCA
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

JANAINA SALVADOR CARDOSO

Natureza e religião no Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em História.
Área de Concentração: História e Cultura
Orientador: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

FRANCA
2024

C268n

Cardoso, Janaina Salvador
Natureza e religião no Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII) / Janaina Salvador Cardoso. -- Franca, 2024
339 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Jean Marcel Carvalho França

1. Natureza. 2. Igreja Católica. 3. Brasil colonial. 4. Paraíso. 5. Ordens religiosas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JANAINA SALVADOR CARDOSO

Natureza e religião no Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em História.
Área de concentração: História e Cultura Social
Orientador: Jean Marcel Carvalho França

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: _____
Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

1º EXAMINADOR: _____
Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron
Universidade Federal do Pará (UFPA)

2º EXAMINADOR: _____
Profa. Dra. Ana Paula Ribeiro Ferreira Menino Avelar
Universidade Aberta (UAb)

3º EXAMINADOR: _____
Prof. Dr. Miguel Corrêa Monteiro
Universidade de Lisboa (ULisboa)

4º EXAMINADOR: _____
Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Ao Diego, com carinho

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001 – pela bolsa de doutoramento que me foi concedida para a realização desta tese.

Ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho, pela orientação e correção deste estudo. Ainda que nosso vínculo institucional tenha começado em 2019, o Prof. Jean Marcel me auxiliou em muitos momentos da minha trajetória acadêmica, desde a graduação, o mestrado e todo o doutorado. Agradeço pelas bibliografias e fontes compartilhadas, bem como aos conselhos, às conversas e à confiança depositada em meu trabalho. Do mesmo modo, agradeço à Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França pelas aulas ministradas na graduação e pós-graduação, de grande valor à minha formação. Muito obrigada, Susani, por ser uma companhia agradável em tantos momentos.

Aos professores Ricardo Alexandre Ferreira e Ana Paula Avelar pelos apontamentos e sugestões apresentados no Exame Geral de Qualificação e que me ajudaram a repensar questões importantes para o andamento da tese.

Aos membros do Grupo "Escritos sobre os Novos Mundos" pelas leituras, reuniões e seminários realizados. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, em especial, à Maísa, pelo auxílio nestes anos. Ao Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas, onde tive a oportunidade de ministrar minhas primeiras aulas e ao Mauro, secretário deste departamento, pela atenção e apoio.

Aos queridos Adrielli Souza, Rodolfo Cruz, Gabriel Gurian e Rafael Afonso, com os quais compartilhei dias muito felizes, de conversas proveitosas e instigantes que levarei para toda a minha vida. Ao Matheus Marcelino, que mesmo de longe, se fez presente em cada etapa deste doutorado e que me mostra, cotidianamente, o valor de sua amizade. À Ana Carolina de Carvalho Viotti, pela amizade, caminhadas e cafezinhos que me acolheram ao longo desses anos. Ao Igor Morais, pelo auxílio no depósito da versão final deste trabalho.

Ao Waslan Araújo, com quem tive a oportunidade de dividir o aluguel e o meu cotidiano por sete anos. Saiba que seu companheirismo e amizade sempre foram muito importantes para mim, principalmente, nos tempos pandêmicos que passamos juntos. Obrigada por tudo, Rud!

Às queridas Nayla Couto e Danielle Rodrigues, que acompanharam de maneira atenciosa e com muitos incentivos as muitas etapas deste trabalho.

À gestão, corpo docente e discente da Escola Estadual Hatsue Toyota onde atuei durante o último ano de redação desta tese e que me possibilitou levar um pouco deste estudo para as

salas da educação básica. À Íris Oliveira, por se tornar uma companhia tão importante neste início de jornada pedagógica.

À minha família – meus pais, Denise e Sérgio; minha irmã, Geovanna e minha prima, Tatiana – que sempre me incentivou a permanecer estudando e me ofereceu todas as condições para que eu chegasse até aqui. Agradeço às orações, à compreensão diante das minhas ausências e ao apoio nos dias mais difíceis.

Por fim, agradeço ao Diego Gonçalves Manflin, a quem meu "muito obrigada" nunca será suficiente. Obrigada meu namorado, noivo e futuro esposo, pelas tantas vezes em que você me segurou e ajudou a continuar. Que um dia eu consiga retribuir tudo o que você fez por mim nestes anos e que só me provaram o quanto sou mais feliz ao seu lado.

Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã lua e pelas estrelas, no céu as formaste claras e preciosas e belas.
Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão vento, e pelo ar e pelas nuvens e pelo sereno e todo o tempo, pelo qual às tuas criaturas dás sustento.
Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã água, que é mui útil e humilde e preciosa e casta.
Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão fogo pelo qual iluminas a noite, e ele é belo e agradável e robusto e forte.
Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã nossa, a mãe terra que nos sustenta e governa e produz diversos frutos com coloridas flores e ervas.

São Francisco de Assis, *Cântico das Criaturas*

CARDOSO, Janaina Salvador. **Natureza e religião no Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)**. 2024. 339f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, 2024.

RESUMO

Em 1549, os primeiros religiosos da Companhia de Jesus desembarcaram no litoral brasílico, seguidos, algumas décadas depois, pelos membros da Ordem dos Frades Menores, da Ordem de São Bento e da Ordem do Carmo. Esses letrados, assim como alguns indivíduos que atuaram na administração colonial, foram responsáveis por relatar as diferentes experiências vividas nestas paragens: a fundação das capitanias hereditárias, a instalação das ordens religiosas, o empreendimento missionário e as edificações de igrejas, fazendas e engenhos. Em meio às informações sobre o cotidiano, os letrados, leigos e professos, dedicaram-se a observar o espaço circundante, isto é, a natureza brasílica. No presente estudo abordaremos as impressões desses homens católicos sobre o mundo natural da América portuguesa entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Em diferentes narrativas, esses letrados portugueses e brasílicos dedicaram-se a descrever os diferentes recursos avistados nos trópicos e, de certo modo, a sugerir que havia na terra indícios do paraíso terreal. Na visão desses homens, as aproximações com o Éden bíblico consistiam na recorrência de quatro elementos: bons ares e clima ameno, vegetação perene, animais que viviam nos ares e nas águas e bichos que caminhavam sobre o solo. A fim de apreender as visões católicas sobre a paisagem e as espécies vegetais e animais dos trópicos, analisamos um *corpus* documental composto por cartas, crônicas, tratados, sermões e livros de tombo que foram redigidos entre meados do Quinhentos, período de instalação das primeiras ordens religiosas no Brasil, e a primeira metade do Setecentos, momento em que emerge um novo discurso sobre a natureza, de base laica e utilitária.

Palavras-chave: Natureza, Igreja Católica, Brasil colonial, Paraíso, Ordens religiosas

CARDOSO, Janaina Salvador. **Nature and religion in Brazil (16th, 17th and 18th centuries)**. 2024. 339f. Thesis (PhD in History) – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University, Franca, 2024.

ABSTRACT

In 1549, the first religious members of the Society of Jesus disembarked on the Brazilian coast, followed, a few decades later, by members of the Order of Friars Minor, the Order of São Bento and the Order of Mount Carmel. These scholars, as well as some individuals who worked in the colonial administration, were responsible for reporting the different experiences lived in these parts: the founding of hereditary captaincies, the installation of religious orders, the missionary enterprise and the construction of churches, farms, and mills. Amidst the information about daily life, the literate, lay and professed, dedicated themselves to observing the surrounding space, that is, Brazilian nature. In this study we will address the impressions of these Catholic men on the natural world of Portuguese America between the 16th, 17th, and 18th centuries. In different narratives, these Portuguese and Brazilian scholars dedicated themselves to describing the different resources seen in the tropics and, in a way, to suggesting that there were signs of earthly paradise on earth. In the view of these men, the approaches to the biblical Eden consisted of the recurrence of four elements: good air and mild climate, perennial vegetation, animals that lived in the air and water and animals that walked on the ground. To understand Catholic views on the landscape and plant and animal species of the tropics, we analyzed a documentary *corpus* composed of letters, chronicles, treatises, sermons and tombo books that were written between the middle of the 15th century, the period in which the first orders were installed. religious communities in Brazil, and the first half of the 18th century, when a new discourse about nature emerged, with a secular and utilitarian basis.

Keywords: Nature, Catholic Church, Colonial Brazil, Paradise, Religious orders

CARDOSO, Janaina Salvador. **Nature et religion au Brésil (XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles)**. 2024. 339f. Thèse (Doctorat en Histoire) – Faculté des Sciences Humaines et Sociales, Université d'État de São Paulo, Franca, 2024.

RÉSUMÉ

En 1549, les premiers religieux de la Compagnie de Jésus débarquèrent sur la côte brésilienne, suivis, quelques décennies plus tard, par les membres de l'Ordre des Frères Mineurs, de l'Ordre de Saint-Benoît et de l'Ordre du Carmel. Ces savants, ainsi que certains individus ayant travaillé dans l'administration coloniale, se sont chargés de rapporter les différentes expériences vécues dans ces régions : la fondation des capitaineries héréditaires, l'installation d'ordres religieux, l'entreprise missionnaire et la construction d'églises, de fermes et moulins. Au milieu des informations sur la vie quotidienne, les lettrés, laïcs et profès se sont consacrés à l'observation de l'espace environnant, c'est-à-dire de la nature brésilienne. Dans cette étude, nous aborderons les impressions de ces hommes catholiques sur le monde naturel de l'Amérique portugaise entre les XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles. Dans différents récits, ces chercheurs portugais et brésiliens se sont consacrés à décrire les différentes ressources observées sous les tropiques et, d'une certaine manière, à suggérer qu'il existait des signes d'un paradis terrestre sur terre. Pour ces hommes, les approches de l'Eden biblique consistaient en la récurrence de quatre éléments : un air bon et un climat doux, une végétation pérenne, des animaux qui vivaient dans l'air et dans l'eau et des animaux qui marchaient sur terre. Afin de comprendre les visions catholiques du paysage et des espèces végétales et animales des tropiques, nous avons analysé un *corpus* documentaire composé de lettres, chroniques, traités, sermons et livres tombo rédigés entre le milieu du XVe siècle, période au cours de laquelle les premiers ordres furent installés, les communautés religieuses au Brésil, et la première moitié du XVIIIe siècle, lorsqu'émergea un nouveau discours sur la nature, avec une base laïque et utilitaire.

Mots clés: Nature, Église catholique, Brésil colonial, Paradis, Ordres religieux

Sumário

Introdução 13

Capítulo 1. Do clima, ares e águas do Brasil 23

1.1 Da zona tórrida 24

1.2 Dos ares salutíferos 40

1.3 Das águas 55

1.4 A punição pela terra 71

Capítulo 2. Uma primavera perene 83

2.1 Organizar pelos detalhes: a classificação das plantas tropicais 85

2.2 O sustento do corpo 97

2.3 O sustento da alma 114

2.4 As dores da cana 130

2.5 Dos cuidados com as plantas 142

Capítulo 3. Entre o céu e as águas, as aves e os peixes 154

3.1 A "terra dos papagaios", dos tucanos e das galinhas 157

3.2 Além do alimento 171

3.3 Peixes nas águas, mesas e altares 184

3.4 Tartarugas, cágados e outros pescados 202

3.5 Aves misteriosas, monstros e homens do mar 217

Capítulo 4. Aqueles que caminham e correm, os animais da terra 232

4.1 "Estranhos nunca vistos" 234

4.2 Carnes de caça 252

4.3 Bois e vacas: alimentar o corpo e salvar a alma 266

4.4 Perigos, pragas e incômodos 286

Considerações Finais 307

Referências bibliográficas 312

Introdução

Entre os católicos, a crença no paraíso vem da narrativa bíblica. De acordo com a Sagrada Escritura, ao longo de sete dias Deus fez o Céu e a Terra e dedicou-se à criação de todos os elementos que compunham estes espaços: o firmamento do céu; a "erva verde" e as "árvores frutíferas"; os peixes e todos os animais, "que forem produzidos pelas águas"; as aves e os seres viventes sobre a terra, como eram os "animais domésticos, répteis, e bestas".[1] Em seguida, Deus criou o homem, Adão, e ordenou-lhe que nomeasse todas as criaturas encontradas no "jardim delicioso" onde vivia.[2] Da costela de Adão, Deus gerou a primeira mulher, Eva, que, como Adão, foi autorizada a se alimentar de todos os animais e plantas do lugar, com exceção da árvore situada no centro do paraíso. O final dessa narrativa é conhecido dos católicos: seduzida pela serpente, Eva ingeriu do fruto proibido e o ofereceu a seu marido, que o mordeu logo em seguida. O criador, irado com a desobediência de suas criaturas, "lançou fora do paraíso de delícias" Adão e Eva que, a partir de então, deveriam trabalhar, cultivando a terra e criando animais, para garantir a sua sobrevivência.[3] Com a expulsão dos primeiros pais, o jardim foi salvaguardado por um Querubim com uma espada de fogo, encarregado de "guardar o caminho da árvore da vida".[4]

Enquanto o destino de Adão e Eva foi abordado na Sagrada Escritura, pouco ou quase nada foi dito sobre o paraíso. A ausência de maiores informações sobre o Éden despertou a curiosidade de diferentes indivíduos que, por séculos, dedicaram-se a identificar sua localização. Ao longo do medievo e com o avanço das viagens ultramarinas, diferentes letrados descreveram as terras do Oriente como sendo o espaço edílico.[5] Os portugueses estiveram entre esses interessados pelo Éden. Desde o século XV, o Reino português protagonizou viagens marítimas[6] e ao estabelecer novas rotas comerciais pelo Atlântico, uma de suas terras, a América portuguesa, passou a ser compreendida como um espaço de contornos paradisíacos, muito próximos do "jardim das delícias" feito por Deus para os primeiros pais.

---

[1] Genesis 1, 1-31. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 1

[2] Genesis 2, 7-8. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 1

[3] Genesis 3, 23-23. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 2

[4] Genesis 3, 23-24. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 2

[5] DELUMEAU, Jean. **Uma história do paraíso**. O jardim das delícias. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1994, p. 56-57

[6] Sobre as viagens marítimas empreendidas por Portugal a partir do século XV, ver: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org). **A Expansão Marítima Portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010; BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

O discurso dos falantes de língua portuguesa sobre o paraíso avistado nos trópicos prevaleceu entre um determinado conjunto de indivíduos, os católicos. Foram os padres, monges, freis e missionários, além de alguns leigos, os principais responsáveis por redigir e difundir escritos que viam o Brasil como um lugar de traços edílicos. Dentre estes religiosos, o Pe. Simão de Vasconcellos (1597-1671)[7] foi um dos responsáveis por identificar o paraíso terreal na América Portuguesa. Na *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, impressa em 1663, o padre dedicou-se a recontar a história da instalação da Companhia de Jesus no Brasil e os primeiros anos do empreendimento missionário, especificamente, entre 1550 e 1570, período que remete à atuação do Pe. Manuel da Nóbrega na Província.[8] Em dois dos quatros livros que compõem sua *Chronica*, Vasconcellos dedicou-se às *Noticias curiosas, antecedentes, das cousas do Brasil* e apresentou seus argumentos de porquê esta terra se parecia tanto com o paraíso terreal. Sustentado na literatura bíblica, o religioso escreve:

> Em toda a boa Filosofia, da bondade das propriedades se colha a bondade do ser. Quatro propriedades são necessárias para que por elas uma terra tenha nome de boa. A primeira é: que se vista de verde: a saber, da erva, pastos, e arvoredos de vários gêneros. A segunda: que goze de bom clima, de boas influências do Céu, do Sol, Lua, e estrelas. Terceira: que sejam suas águas abundantes de peixes, e seus ares abundantes de aves. Quarta: que produza todos os gêneros de animais, e bestas da terra. Consta tudo no divino Texto na criação da terra: e por estas quatro propriedades a aprovou por boa o Autor dela.[9]

A "terra boa" a qual o Pe. Vasconcellos se refere é o Éden, espaço onde as quatro propriedades haviam sido criadas por Deus e legadas aos homens. É a partir desses quatro elementos – bons ares, vegetação perene, abundância de aves e peixes e um grande volume de bichos terrestres – que o religioso construiu seus argumentos de que as terras brasílicas contavam com traços muito semelhantes aos do paraíso bíblico.[10] A defesa de Vasconcellos sobre a localização edílica foi enfática e é provável, que este tenha sido um dos motivos pelos

---

[7] Nascido em Porto, o Pe. Vasconcellos chegou ao Brasil ainda criança e ingressou jovem na Companhia de Jesus, aos 19 anos de idade, em 1615. Sua profissão solene foi realizada na Bahia, onde, tempos depois, o religioso atuou como Vice-Reitor do colégio jesuíta. Além de ter sido professor das disciplinas de letras humanas, filosofia, teologia especulativa e moral, Vasconcellos também foi Reitor do Colégio do Rio de Janeiro e entre os anos de 1652 e 1658, o religioso serviu como Provincial do Brasil. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IX (Escritores: de N a Z – Suplemento Biobibliográfico – II). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 173-183

[8] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663.

[9] Ibid., p. 145

[10] Ibid., p. 146

quais a obra teve alguns parágrafos e sete páginas extraídas entre o ano em que foi impressa, 1663, e o ano em que começou a circular, 1665.[11] Apesar da censura à obra, as manifestações de o Brasil ser o paraíso terreal é expressada pelo jesuíta em diferentes momentos. Ao versar sobre os bons ares, por exemplo, Vasconcellos alega que desde tempos remotos, antes mesmo dos portugueses e espanhóis, diferentes pensadores alegavam que nas terras abaixo da linha Equinocial, "criara Deus o Paraíso terrestre; por ser esta a parte do mundo mais temperada, e deleitosa, e amena para a vida humana".[12] Em outro trecho de sua narrativa, dedicada à longevidade dos naturais dos trópicos, Vasconcellos argumenta que as condições dessa terra – "a frescura de suas campinas, a verdura de seus montes, o ameno de seus bosques, a riqueza de seus tesouros, e a delícia de seus ares, e clima" – pareciam mostrar que este era o espaço que Deus escolheu para os homens habitarem. Na visão do jesuíta, esse conjunto de elementos permitia que a América portuguesa pudesse ser comparada ao cenário bíblico, "qual lá escolheu um Adão, e Eva a medida do terreal Paraíso, que para eles prepara".[13]

A *Chronica* do Pe. Simão de Vasconcellos não é o único escrito em língua portuguesa a versar sobre as semelhanças entre a América portuguesa e o paraíso divino. Houve, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, um significativo número de textos redigidos por autores portugueses e brasílicos que, ao escreverem sobre o mundo natural dos trópicos, identificavam a recorrência de elementos divinos. Um desses homens foi o frade Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779),[14] autor do *Novo Orbe Serafico Brasilico, ou Chronica dos Frades*

---

[11] Na obra do Pe. Simão de Vasconcellos, é possível observar os indícios da supressão de partes do texto no segundo livro denominado *Noticias curiosas, antecedentes, das cousas do Brasil*. Um deles está no índice exposto ao final das *Noticias* e que consta os seguintes dizeres na letra P: "Paraíso terreal onde esteja situado? liv. 2. do n. 104. por diante". O número "104" consiste na numeração de um dos últimos parágrafos do texto e ao consultá-lo, nota-se que o texto do livro se encerra neste parágrafo, não havendo nenhum escrito que pudesse ser observado em diante. Na última linha, o padre encerra suas reflexões com os dizeres: "E com isto damos fim às notícias curiosas, e necessárias das coisas do Brasil. (?)". Além dos parágrafos, outro indício da supressão de informação é observado pela paginação do livro, pois, enquanto o parágrafo 104 consiste na página 178, a página seguinte, em que consta o "Indice dos dois livros antecedentes" é identificada como "185". Cf. VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 178; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. **O Paraíso Proibido**. A censura ao paraíso brasileiro, a Igreja Portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014, p. 106

[12] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 140

[13] Ibid., p. 72

[14] Natural da freguesia de Santo Amaro, distrito de Recife, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão estudou latim e humanidades antes de ingressar na Ordem dos Frades Menores. Durante seu período de formação, passou pelos conventos franciscanos de Pernambuco e da Bahia, sendo ordenado sacerdote em 1725. Em 1755, Fr. Jaboatão foi escolhido para a função de cronista da Província de Santo Antônio do Brasil, cabendo a ele percorrer os diferentes conventos em busca de documentos e informações que culminaram nos dois tomos do *Orbe Seráfico*. O religioso foi autor de discursos, sermões e tratados, alguns impressos ainda em vida e foi um dos sócios fundadores da

Menores da Provincia do Brasil, impresso em Lisboa no ano de 1761. Nessa obra, o franciscano dedicou-se a reunir os "feitos heroicos" e a conquista espiritual que, desde o início do século XVI, a Ordem dos Frades Menores havia realizado nesta "porção notável, deliciosa, e rica da grande América".[15]

Para o franciscano, eram muitas as benesses identificadas nessa terra – ares salutíferos, clima benigno e um terreno fértil –, decorrentes dos "vigores da natureza", que tudo fornecia ao sustento da vida humana, possibilitando aos seus moradores o "melhor regalo com menos fadiga, e trabalho de seus naturais".[16] Além do pouco esforço que era necessário para seu sustento, os naturais da terra também se deparavam com "volantes aves", que satisfaziam o gosto com sua carne e os divertiam com seu canto e as vegetações "aromáticas", geradoras de bálsamos para todos os residentes do Orbe. Eis as conclusões do franciscano:

> Um terreno fértil, um clima salutífero, uns ares alegres, uns céus propícios, e um Novo Mundo, em que parece quis emendar nele o seu Autor alguns avessos do tempo, e dos Astros do Mundo Antigo; porque aqui fala o dia, e corre igualmente com a noite; a viração tempera o calor, o Inverno não resfria, nem o Verão abrasa. Um Novo Mundo enfim, e uma tão bem-disposta Estação para viver o homem, que não merecia censura, quem quisesse plantar nela o Paraíso terreal, ou ao menos, descrevê-la com as excelências, e prerrogativas de um terreal Paraíso.[17]

Há, na narrativa do Fr. Jaboatão, o intuito de explicar por que esse território poderia ser o espaço onde Deus legou o paraíso terreal. Dos diferentes acontecimentos observados pelo franciscano – dia e noite de igual duração, verões amenos e invernos pouco gélidos –, nenhum era possível de ser realizado por mãos humanas, cabendo apenas ao Autor da natureza, Deus, gerá-los em tamanhos detalhes. A obra divina parecia não se limitar às estações do ano, também se estendia aos bons ares e à terra fértil, ou seja, aos elementos indispensáveis para manter os muitos seres vivos do Novo Mundo. Para aqueles que, mesmo diante de tantas evidências, duvidavam, Fr. Jaboatão convidava-os a olhar para estas terras com um pouco de atenção, pois rapidamente reconheceriam as suas muitas semelhanças com o jardim anunciado no Gênesis.

Quase uma centúria separa as duas crônicas, a primeira dedicada aos jesuítas e a segunda, aos seráficos. Ainda que os conteúdos divergissem e que o Fr. Jaboatão não tenha se dedicado a decifrar os muitos mistérios divinos avistados nas plantas e animais, como fez o Pe.

Academia dos Renascidos, instalada em 1759 na cidade de Salvador. Cf. WILLEKE, Frei Venâncio. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, OFM. **Revista de História**, São Paulo, v. 46, n. 93, p. 47-67, 1973.

[15] JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Serafico Brasilico,** ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 3

[16] Ibid., p. 4

[17] Ibid., p. 6

Vasconcellos, o discurso sobre a criação divina manifestada na natureza brasílica e as semelhanças com o espaço terral, mostram-se convergentes. Em tais obras, e em muitas outras que serão analisadas neste estudo, é possível apreender que o olhar e a moral católica influenciaram diretamente no modo com que esses homens interpretaram o mundo natural dos trópicos.

Nas páginas que seguem, nosso intuito é apresentar as impressões desses letrados católicos, portugueses e brasílicos, acerca do mundo natural avistado na América portuguesa entre meados do século XVI e a primeira metade do século XVIII. A fim de mapearmos os discursos sobre a terra do Brasil, esquadrinharemos um amplo conjunto de documentos: cartas, crônicas, tratados, livros de tombo, sermões e uma série de outros escritos em língua portuguesa. Grande parte dos seus autores eram homens professos de ordens religiosas, isto é, padres, freis, abades, monges e irmãos vinculados às quatro instituições católicas que se instalaram nos trópicos a partir de meados do Seiscentos: a Companhia de Jesus, a Ordem dos Frades Menores, a Ordem de São Bento e a Ordem do Carmo. Além dos professos, houve uns poucos homens leigos, vinculados à administração colonial portuguesa, que, ao escreverem sobre esse território, atentaram-se, também, para as suas condições naturais.

As cartas analisadas nesse estudo consistem em correspondências redigidas por padres e irmãos da Companhia de Jesus, ao longo da segunda metade do Quinhentos. As correspondências eram destinadas aos Superiores da Ordem e padres residentes na Europa, além daquelas que circularam dentro da América Portuguesa. A finalidade principal dessa comunicação era informar sobre as experiências vividas pelos missionários, as atividades catequéticas, a fundação de novos Colégios e, no caso do Brasil, o estabelecimento de aldeamentos.[18] Em meio a este conjunto de informações, os religiosos escreveram sobre a terra em que viviam e ressaltaram as suas benesses, as manifestações divinas que nela viam e os perigos que enfrentavam neste mundo novo. As orientações expressas nas *Constituições da Companhia de Jesus*, documento que regulamentava as ações da Ordem, era de que os padres escrevessem suas correspondências em latim e em língua vernácula.[19] No caso das cartas sobre o Brasil, há predomínio das línguas portuguesa e espanhola. Tendo em vista a importância desse *corpus* documental para o desenvolvimento deste estudo, optamos por abordar as epístolas em

[18] MASSIMI, Marina. A "experiência" em cartas dos jesuítas missionários no Brasil nas primeiras décadas do século XVI. **IHS: Antiguos Jesuitas en Iberoamérica**, Córdoba, v. 1, n. 1, 2013, p. 94

[19] **CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e normas complementares aprovadas pela mesma Congregação**. Edições Loyola: São Paulo, 1997, p. 22-23

português e as que foram redigidas em espanhol, sinalizando, em notas de rodapé, as traduções realizadas.[20]

As crônicas redigidas pelos membros da Companhia de Jesus, da Ordem dos Frades Menores e da Ordem de São Bento permitem conhecer as visões desses homens sobre o espaço natural. Apesar das diferenças entre as instituições religiosas, os escritos contam com traços comuns, pois, ao recontarem sobre a fundação das ordens e o seu estabelecimento no Novo Mundo, seus autores dedicaram-se a mapear as condições do território onde estavam instalando suas igrejas, conventos e colégios. Para os religiosos, conhecer o mundo natural dos novos territórios missionados era tão importante quanto o próprio desenvolvimento da missão evangelizadora.[21] Afinal, era fundamental identificar as espécies animais e vegetais que serviam à alimentação e aos cuidados com a saúde, bem como as que poderiam gerar situações perigosas, como envenenamentos, danos corporais e até mortes. O mesmo cuidado era necessário em relação às águas e ao clima, já que os irmãos precisavam reconhecer os cursos d'água navegáveis, os caminhos disponíveis pela terra e as épocas do ano em que longas travessias, terrestres e aquáticos, deveriam ser evitadas.

Outro modo de conhecer os usos que os religiosos atribuíram aos recursos naturais é por meio dos registros reunidos nos livros de tombo produzidos entre os séculos XVII e XVIII pelos irmãos da Companhia de Jesus, da Ordem de São Bento e da Ordem do Carmo. Estes livros consistem em um conjunto de documentos voltados à administração dos bens temporais mantidos pelas ordens religiosas. Para garantir o adequado funcionamento destas instituições foram estabelecidas orientações para a aquisição, o cuidado e a conservação dos bens e algumas restrições, como a proibição do acúmulo e da comercialização de itens que pudessem proporcionar riqueza individual aos irmãos.[22] Em terras distantes, como a América portuguesa, a gestão dos bens materiais foi uma temática constantemente abordada, tendo em vista o sustento dos missionários e a manutenção de suas atividades evangelizadoras. Nesses livros,

---

[20] As cartas originalmente em língua portuguesa e aquelas que foram traduzidas do espanhol e do latim foram reunidas pelo Pe. Serafim Leite na obra *Monumenta Historica Societatis Iesu* composta por cinco volumes denominados *Monumenta Brasiliae* e que contemplam diferentes documentos, sobretudo correspondências, redigidas entre os anos de 1538 e 1568. Ainda que alguns dos escritos sejam antecedentes à presença dos jesuítas nos trópicos, a documentação compilada pelo autor conta com informações sobre o início dos empreendimentos missionários jesuíticos e como estes influenciaram a instalação da Ordem na América Portuguesa, em 1549.

[21] ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis**: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Anablume, 2000, p. 13

[22] Cf. ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos**: o Cotidiano da Administração dos Bens Divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009; SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c.1580/ c.1690. Niterói: Editora da UFF, 2014; MARTINS, William de Souza. **Membros do Corpo Místico**: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

animais, engenhos de açúcar e roças de mantimentos constaram em inventários, testamentos e cartas de doações destinadas às igrejas, conventos e colégios.

Referências ao clima, às plantas e aos animais do Novo Mundo também estiveram presente nos sermões pregados entre o Seiscentos e o Setecentos. Em missas e celebrações católicas, os religiosos dedicavam-se às pregações para orientar os católicos a reformar seus costumes, afastando-os dos atos pecaminosos e conduzindo-os à vida virtuosa.[23] Nessas pregações, o mundo natural foi anunciado de diferentes maneiras, sob a forma de alegorias e metáforas em que se recorreu aos alimentos cotidianos para que os ouvintes pudessem refletir sobre seus comportamentos. Alguns outros fenômenos, como secas, águas milagrosas e pestilências também foram alvo dos pregadores, pois, sendo Deus o criador dessa terra, esperava-se que as suas manifestações ocorressem por meio de suas criaturas.

As narrativas leigas constituem um volume menor quando comparados aos escritos de homens professos, mas igualmente valiosas para compreender as impressões católicas sobre o Novo Mundo. Entre os escritos produzidos por católicos leigos há obras dedicadas às "grandezas" dos trópicos e histórias da fundação de diferentes capitanias. Apesar de leigos, esses homens contavam com uma formação católica que pode ser identificada nas muitas reflexões de suas crônicas e tratados, principalmente, nos momentos em que se destinavam a identificar as manifestações divinas através do mundo natural.

A despeito de um *corpus* documental diversificado, composto por diferentes gêneros textuais, há dois aspectos partilhados: a língua portuguesa e a formação católica de seus autores. O volume de textos selecionado proporciona a construção de uma série[24] que nos permite estabelecer diferentes questionamentos que se relacionam diretamente ao objetivo principal deste estudo, que consiste em apresentar o que os homens católicos dos séculos XVI, XVII e XVIII escreveram sobre o mundo natural da América portuguesa, bem como as manifestações divinas que pareciam ocorrer nessas terras. Definido esse propósito, delimitamos as balizas temporais desse estudo com o mapeamento dos manuscritos e impressos redigidos entre os meados do século XVI e a primeira metade do século XVIII. Este período compreende o início da atuação das ordens religiosas no Brasil, a começar pela Companhia de Jesus, em 1549, seguida pelas demais Ordens – dos Frades Menores, do Carmo e de São Bento – que fundaram suas primeiras igrejas, conventos e demais instalações na segunda metade do Quinhentos. O período analisado nesse estudo se encerra entre as décadas de 1750 e 1760, momento em que

[23] MASSIMI, Marina. **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 21
[24] VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kenipp. 4. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998, p. 32-34

emerge um novo discurso acerca do mundo natural, de caráter laico e utilitário.[25] Em Portugal, a reforma do ensino oferecido pela Universidade de Coimbra (1777) e a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) contribuíram para o aumento de tratados e manuais sobre a natureza brasílica, com escritos voltados aos melhores modos de explorar as potencialidades naturais e impulsionar o crescimento econômico do Reino português.[26]

Ainda que alguns padres e irmãos fossem conhecedores dos saberes científicos antigos e modernos, como se nota pelas muitas referências a Aristóteles, Plínio e Ptolomeu, a visão católica prevalece nos escritos em que são registradas as experiências e observações relativas aos fenômenos naturais, animais e plantas encontrados no Novo Mundo. Entre os autores leigos e religiosos não houve uma preocupação em definir a "natureza" ou o "mundo natural", nem em classificar ou catalogar os seres vivos.[27] No *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botânico*, escrito entre os anos de 1712 e 1728, é possível encontrar algumas das definições que o Pe. Raphael Bluteau (1638-1734)[28] concedeu à "natureza". O propósito do *Vocabulario portuguez* consistia em reunir os significados dos muitos termos da língua portuguesa e por isso, a palavra "natureza" contou com amplas definições que envolviam a natureza humana, divina e angelical. Para o padre teatino, a natureza é compreendida como "todas as entidades criadas, e incriadas, corporais, e espirituais" e complementa seu significado, com a seguinte definição: "A ordem natural, e disposição, que Deus tem dado a todas as coisas, ou entidades, e criaturas do mundo".[29]

---

[25] PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000, p. 13

[26] Sobre a reforma da Universidade de Coimbra e os estudos voltados à exploração econômica dos recursos naturais da América Portuguesa, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Cultura Luso-Brasileira**. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa: Editorial Estampa, 1999; PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000; KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (org). **Ensaios de história das ciências no Brasil**: das Luzes à nação independente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

[27] Esta iniciativa de lusitanos e brasílicos distingue-se dos empreendimentos conduzidos por naturalistas que, a partir do século XVIII, respaldaram-se pelos estudos de Carl Von Linné (1707-1778). Grande parte das narrativas analisadas neste estudo foram antecedentes às reflexões do letrado sueco e apesar das iniciativas católicas em identificar as espécies a partir de suas semelhanças e espaços de vivências, estas ações envolvem um ensejo em tornar as espécies compreensíveis aos europeus. Não há, entre os autores católicos, um intuito de normatização das espécies e seus gêneros, como a que foi proposta em *Systema Naturae* (1735). Cf. LINNAEUS, Carolus. **Systema Naturae**. Facsimile of the First Edition. With an introduction and a first English translation of the "Observationes" by Dr. M. S. J. Engel-Ledeboer and Dr. H. Engel. Nieuwkoop: Graaf, 1964.

[28] O Pe. Raphael Bluteau era natural de Londres e passou grande parte de sua vida em Paris, onde realizou suas primeiras pregações e cursou humanidades. Doutorou-se em ciências teológicas na cidade de Roma e em 1661, obteve a roupa de clérigo secular. Ao longo de sua vida adulta teve diferentes passagens por Portugal, onde aprendeu a língua portuguesa e recolhido no Mosteiro de Alcobaça, terminou a redação de seu *Vocabulario*. O religioso foi acadêmico de número da Academia Real da História, membro da Academia dos Generosos e da Academia dos Aplicados. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Aplicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo Septimo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, p. 42-45

[29] Cf. NATUREZA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e

A explicação de Bluteau vai ao encontro às visões de leigos e religiosos católicos que se dedicaram a compreender o que eram as muitas criaturas que Deus havia legado aos trópicos. Os esforços desses homens foram no sentido de descrever e tornar compreensíveis as espécies vegetais e animais avistadas nesta terra e que em muito se diferenciavam das plantas e bichos conhecidos no Velho Mundo. Do mesmo modo e com os mesmos propósitos, dedicaram especial atenção aos muitos fenômenos envolvendo as águas e os ares. Para esses autores católicos, estava implícito que Deus, o "Autor da Natureza",[30] era o responsável por todas as criaturas, toda a terra e tudo o que envolvesse a água, os ares e o clima.

Ao apresentarem o mundo natural da América portuguesa em cartas, crônicas, tratados e outros escritos, os letrados de língua portuguesa dividiam-no em quatro aspectos: o clima, as plantas, os animais das águas e ares e os bichos da terra. Os quatro elementos consistiam nos indicativos do Pe. Simão de Vasconcellos para aproximar os trópicos da "terra boa" anunciada no livro do Gênesis e foram mencionados por diferentes católicos que, em seus escritos, almejavam explicar o mundo natural e se esse aproximava-se ou não do paraíso terreal. Ao reunirmos as impressões de leigos e religiosos sobre os trópicos, organizamos esse estudo em quatro capítulos: os ares, os vegetais e as espécies animais, estas últimas, divididas de acordo com o seu ambiente, animais dos ares e dos mares e animais da terra.

As reflexões sobre o clima, os ares e as águas do Brasil colonial serão explorados no primeiro capítulo. Esses elementos que constituíram a paisagem dos trópicos foram alvos de diferentes reflexões, pois, para leigos e religiosos, a recorrência de um clima ameno e de águas límpidas eram fundamentais para a existência da diversidade de espécies animais e vegetais. Abordaremos como estes homens compreenderam a recorrência de um clima tropical e de tantas águas salubres em meio ao espaço que, em tempos antigos, havia sido identificado como "zona tórrida", inóspita aos seres vivos. Versaremos, também, sobre as manifestações divinas que envolviam tormentas, fontes milagrosas, estiagens e pestilências.

No capítulo intitulado *Uma primavera perene*, discorreremos sobre as árvores, as flores e os frutos de acordo com a visão dos homens católicos. Apresentaremos os esforços de professos e religiosos em identificar, nomear e conhecer os diferentes usos das distintas espécies

---

offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 686

[30] A expressão "autor da natureza" esteve presente em diferentes escritos redigidos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em geral, os termos foram utilizados como sinônimos a Deus e acompanhados por elogios à perfeita criação que havia sido legada aos trópicos. Cf. DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 252; MOREIRA, Antônio. Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves etº. *In*: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, 2011, p. 89

vegetais dos trópicos. A existência de tantas plantas na América portuguesa não consistia, para os católicos, numa casualidade, mas, sim, num indício do cuidado divino. Daí, leigos e religiosos buscarem desvendar os sinais divinos presentes em sementes, raízes, folhas e frutos. Exploraremos, mais adiante, esse processo de decodificação da flora colonial e como esses homens recorreram à Sagrada Escritura para compreender as origens e os mistérios presentes nas bananas, mandiocas, maracujás, cana-de-açúcar e outros vegetais.

Em *Entre o céu e as águas, as aves e os peixes*, discorreremos, de saída, sobre as aves do Novo Mundo. Pelos relatos de padres, freis e leigos, analisaremos o processo de aclimatação de diferentes aves e a incorporação das espécies nativas ao cotidiano dos colonos portugueses. Ao contemplarmos os esforços em tornar as aves compreensíveis aos leitores de língua portuguesa, voltar-nos-emos aos muitos usos e mistérios que lhes foram atribuídos. Nessas mesmas páginas, apresentaremos as visões sobre os muitos pescados do Brasil. Observaremos os cuidados envolvidos na manipulação dos peixes, as melhores formas de aproveitá-los e o deslocamento desses animais aos púlpitos das igrejas, em que se tornaram personagens de sermões proferidos aos colonos católicos. Nessas páginas, também analisaremos as reflexões morais e escrúpulos envolvendo peixes-boi, tartarugas e monstros marinhos, bem como as indagações sobre o lugar que estes seres vivos ocupavam na obra divina.

Por fim, no quarto capítulo mapearemos as apreensões dos letrados católicos sobre os bichos que caminhavam, corriam e se arrastavam sobre as terras do Brasil. Apresentaremos as descrições e muitas analogias que foram utilizadas para tornar os animais dos trópicos compreensíveis aos leitores das cartas, crônicas e tratados produzidos. Dentre os muitos usos atribuídos às espécies nativas, passaremos às novas "carnes de caça" e a recepção dessas pelos comensais vindos de Portugal. Discorreremos sobre o *gado vacum*, o seu processo de adaptação nesta América e a sua importância para a manutenção dos professos das diferentes ordens religiosas instaladas nos trópicos. Do mesmo modo, versaremos acerca das "pragas do paraíso" e os animais que causaram temores e preocupações nos mais diferentes indivíduos.

Após esta breve descrição dos quatro capítulos que compõem este estudo, passemos às impressões de leigos e religiosos sobre o mundo natural brasílico entre os séculos XVI, XVII e XVIII, iniciando pelos primeiros recursos explorados por esses homens, o clima, os ares e as águas da América Portuguesa.

Capítulo 1. Do clima, ares e águas do Brasil

Em 1730 saía das prensas lisboetas a *História da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*,[1] redigida por Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738)[2], obra que almejava preencher a lacuna deixada pelos "talentos" nascidos no Brasil, que ainda não haviam se dedicado a compor a "história desta região".[3] Membro da Academia Real da História Portuguesa, o autor dizia que sua obra era uma forma de reverenciar o clima da terra natal e que, por isso, seriam "seguras, e fieis as notícias"[4] que estava escrevendo.

Abordando exclusivamente a parte setentrional do Novo Mundo, onde se situava o Estado do Brasil, o letrado afirmava que a posição geográfica da América Portuguesa proporcionava muitas benesses a esse território, benesses observadas apenas nessa parte do mundo:

> Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madruga mais bela a Aurora: o Sol em nenhum outro Hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes: as Estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres: os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde tem nascimento, e curso os maiores rios; domina salutífero clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil, e povoado de inumeráveis habitadores, posto que por ficar debaixo da Tórrida Zona, o desacreditassem, e dessem por inabitável Aristóteles, Plínio, e Cícero, e com os gentios os padres da Igreja Santo Agostinho, e Beda, que a terem experiência deste feliz Orbe, seria famoso assunto das suas elevadas penas, aonde a minha receia voar, posto que o amor da Pátria me dê as asas, e a sua grandeza me dilate a esfera.[5]

---

[1] Optamos por preservar o título original de todos os documentos apresentados ao longo desse trabalho. Contudo, a fim de proporcionar maior fluidez à leitura, realizamos a atualização gramatical de todos os excertos apresentados em citações.

[2] Sebastião da Rocha Pitta era natural da Bahia e realizou seus estudos no Colégio da Companhia de Jesus da Bahia. De acordo com alguns biógrafos, ele frequentou a Universidade de Coimbra, mas não concluiu o curso de Direito. No Brasil, Rocha Pitta ocupou os cargos de vereador do Senado da Câmara e de Coronel de Ordenanças. Detentor do hábito da Ordem de Cristo, o letrado também pertenceu a diferentes agremiações, tendo sido acadêmico supranumerário da Academia Real de História de Portugal e membro da Academia Brasílica dos Esquecidos. Cf. ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Prefácio. *In*: PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. XIII-XIV; MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, p. 700

[3] Prologo. *In*: PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730. Não paginado

[4] Ibid., não paginado

[5] Ibid., p. 3-4

O "opulento Império do Brasil", como referenciou Rocha Pitta, estava situado em meio à Zona Tórrida e, devido à sua extensão, também alcançava a parte mais Austral da América, direcionando-se ao Trópico de Capricórnio e adentrando pela parte denominada Zona Temperada.[6] As dimensões geográficas do Brasil, composto por uma "forma triangular", contribuía para que, mesmo situado às margens da linha equatorial, os raios solares não irradiassem com tanta força sobre seus moradores. Aqueles que viviam nesse triângulo da América, se deparavam com um céu sereno e de belas estrelas; respiravam ares salutíferos e, se caminhassem pelo interior, encontrariam grandes rios, cujas nascentes estavam escondidas pelos sertões do amplo território. De acordo com o letrado, as boas condições do clima, dos ares e das águas contribuíam para que as terras do Brasil fossem consideradas como o "Terreal Paraíso", isto é, o Éden criado por Deus e que acolheu Adão e Eva antes de sua queda.

Para Rocha Pitta e muitos outros letrados, o posicionamento geográfico do Brasil, em meio aos trópicos, não impactava negativamente a vida de seus moradores, não lhes impunha nem um calor excessivo, nem um ar insalubre, como queriam alguns autores que escreveram sobre a zona tórrida. Ao contrário, homens católicos que dissertaram sobre essa parte da América, relataram que os recursos naturais do território, como seus ares e águas, apresentavam diferentes indícios da bondade e do cuidado divino com seus filhos. Do mesmo modo, compreendiam que esses elementos da natureza brasílica também poderiam refletir os descontentamentos divinos, isto é, de que Deus usaria dos recursos naturais – por ele criados – para punir os pecadores que residiam nessa colônia de Portugal. São essas impressões dos homens leigos e professos de ordens religiosas acerca do clima, dos ares e das águas do Brasil, que abordaremos nas próximas páginas.

1.1 Da zona tórrida

Pouco menos de duzentos anos antes da *História da America Portuguesa* ser impressa, o Pe. Manuel da Nóbrega (1517-1570)[7] havia tecido considerações semelhantes às de Rocha Pita em relação ao clima do Brasil. O religioso foi um dos primeiros padres da Companhia de Jesus a alcançar os trópicos, tendo chegado ao Brasil em março de 1549, apenas dez anos após

[6] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 7

[7] O Pe. Manuel da Nóbrega era natural da região do Minho e formado nas universidades de Salamanca e de Coimbra. Seu ingresso na Companhia de Jesus ocorreu em 1544 e pouco tempo depois, em 1549, foi nomeado como Provincial de Portugal. Sob tal cargo, Nóbrega foi enviado como Superior da primeira missão da Companhia de Jesus no Brasil, chegando à Bahia em 29 de março de 1549. Em 1553, Nóbrega foi elevado à condição de Provincial do Brasil, permanecendo no cargo até 1560. Cf. Introdução Geral. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956, p. 34-36

a fundação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola (1491-1556),[8] em 1539. Nóbrega desembarcou na Bahia em meio à mesma armada que trouxe ao Brasil aquele que se tornou o seu primeiro Governador-Geral, o fidalgo Tomé de Sousa (1503-1579) e os padres que, ao seu lado, integraram a primeira missão evangelizadora da Ordem jesuítica na América Portuguesa.[9]

Passados alguns meses na cidade de Salvador, o religioso narrou suas primeiras impressões sobre o clima do Brasil: são e com as estações bem definidas. Ao longo das cartas redigidas durante sua estada na Bahia, Nóbrega relatou ao Pe. Simão Rodrigues (1510-1579), residente em Lisboa, que os irmãos tinham sido bem recebidos pelos "quarenta ou cinquenta moradores na povoação".[10] Da terra de "cá", o padre comentou que a teriam achado "boa e sã",[11] aspectos que foram reafirmados pouco tempo depois, em agosto de 1549, quando escreveu ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro (1491-1586), seu mentor durante o período em que estudou na Universidade de Coimbra. Na correspondência encaminhada ao humanista português que vivia em Coimbra, Nóbrega apresentou algumas reflexões sobre o trabalho que vinha empreendendo e questionava como ele teria recebido tão grande mercê divina, isto é, de ser responsável por tornar o nome de Deus "conhecido e louvado nessas terras".[12]

Ciente em ter sempre agido como um "discípulo da doutrina e da virtude"[13], e seguro da importância de sua missão, o padre passa a descrever ao Dr. Navarro um pouco mais da obra divina que havia observado na região da Bahia. Sobre Salvador, Nóbrega diz que o Senhor havia feito uma cidade "em um lugar muito bom no mar, toda cercada de água", uma terra "sã

---

[8] Nascido em Loyola, na Espanha, Inácio de Loyola converteu-se à fé católica apenas aos 30 anos de idade, após ter sido ferido no cerco de Pamplona. Em 1528, mudou-se para Paris para estudar latim, onde conheceu o Padre Pedro Fabro e os jovens estudantes Francisco Xavier e Simão Rodrigues, homens que poucos anos depois, em 1537 foram ordenados sacerdotes. Em maio de 1539, Inácio de Loyola e os demais religiosos fundaram Companhia de Jesus, ordem aprovada naquele mesmo ano, no mês de setembro. A missão evangelizadora foi iniciada pouco tempos após a criação da Ordem, pois em 1540, D. João III de Portugal solicitou missionários que pudessem ser enviados à Índia, para onde seguiram os padres Simão Rodrigues e Francisco Xavier. Cf. LEITE, Serafim. Introdução Geral. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956, p. 19-22

[9] Os primeiros religiosos da Companhia de Jesus que chegaram ao Brasil foram o Pe. Leonardo Nunes (1509-1554), Pe. Antônio Pires (1519-1572), Pe. Juan de Azpilcueta Navarro (1521-1557), o Ir. Vicente Rodrigues (1528-1600) e o Ir. Diogo Jácome (15??-1565). Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Século XVI – O Estabelecimento. Tomo II. Século XVI – A Obra. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 18

[10] NÓBREGA, P. Manuel. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956, p. 109

[11] Ibid., p. 115

[12] "Pensando yo muchas vezes en la mercé que nuestro Señor me hizo en embiarme a estas tierras del Brasil por principio de que su santo nombre em ellas fuesse conoscido e loado". NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956, p. 134

[13] "Y my entendimiento no alcança razón que pudesse mover al Señor a me hazer tan grande misericordia, sino si por ventura fué acordarse que soy yo discípulo de doutrina y virtud". Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. Op. Cit. p. 134

e de bons ares [...] muito fresca, de inverno temperado, e [que] o calor do verão não se sente muito".[14] O clima temperado de Salvador não somente proporcionava ares salubres e calor suportável, ele também favorecia a existência de montes que pareciam "formosos jardins e hortas", dos quais Nóbrega afirmava nunca ter visto "tapete de Flandres tão formoso, nos quais andam animais de muitas diversas maneiras, dos quais Plínio nunca escreveu nem supôs".[15] De acordo com o religioso, a vegetação brasílica era tão bela que poderia ser comparada à tapeçaria flamenga, conhecida e apreciada pelos europeus, pois era composta por ervas consideradas "muito diferentes das da Espanha" e capazes de resplandecer toda a "grandeza, formosura e saber do Criador em tantas, tão diversas e formosas criaturas".[16] Os animais que viviam sobre esse admirável tapete eram criaturas ímpares, possivelmente desconhecidas dos europeus e pouco remetiam às espécies que formavam o Reino Animal apresentado na *Historia Natural*[17], do naturalista Plínio (23–79).

Ainda que seu remetente não fosse um membro da Companhia de Jesus, o formato da epístola que Nóbrega encaminhou ao Dr. Navarro em muito se assemelha às correspondências redigidas pelos jesuítas e enviadas aos irmãos que residiam em diferentes localidades. As cartas remetidas do Novo para o Velho Mundo, escritas a cada trimestre, quadrimestre ou anualmente,[18] eram compostas por diferentes informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos e as dificuldades enfrentadas ao longo da missão evangelizadora.[19] Notícias como as que foram relatadas por Nóbrega a Navarro e que mencionavam, por exemplo, a rapidez com

[14] "[...] la nueva ciudad del Salvador [...] porque se hizo em muy buen sitio sobre el mar, toda cerca de agua arredor de la cerca [...]. Es tierra muy fresca, de ynvierno templada, y el calor de verano no se siente mucho". Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956, p. 135

[15] "Los montes parecen hermosos jardines e Huertas, y certamente nunca yo vi tapiz de Flandres tan hermoso, em los quoales Plinio ni escrivío nisupo". Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. Op. Cit., p. 135

[16] "Tiene muchas yervas de diverso olor e muy diferentes de las d'España, e certamente bien resplandesce la grandeza, hermosura y saber del Criador en tantas, tan diversas y hermosas criaturas". Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. Op. Cit., p. 136

[17] Plínio dedicou nove livros de sua obra *História Natural* para abordar os elementos que compunham o Reino Animal e quais espécies poderiam ser utilizadas em preparos medicinais, resultando em uma "Farmacopeia Animal". Cf. PLINIO. **Historia Natural**. Traducción de Josefa Cantó, Isabel Gómez Santamaría, Susana González Marín y Eusebia Tarrino. Segunda Edicción. Madrid: Ediciones Cátedra, 2007.

[18] Na Segunda Congregação Geral da Companhia de Jesus, realizada em 1565, foi deliberado que as cartas de notícias ou edificações não seriam mais quadrimestrais, mas anuais. A nova documentação passou a ser denominada "carta ânua". Cf. LEITE, Serafim. Introdução Geral. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasilliae IV (1563-1568). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1960, p. 52

[19] SANTOS, João Marinho dos. A escrita e as suas funções na missão jesuítica do Brasil quinhentista. **História (São Paulo)**, Franca, v. 34, n. 1, jan./jun. 2015, p. 117

que as crianças aprendiam as orações católicas,[20] contribuíam para edificar e consolar os religiosos, demonstrando que, mesmo diante das impertinências cotidianas e das dificuldades enfrentadas, as obras missionárias não deveriam ser abandonadas.[21] Esse propósito edificante das cartas jesuíticas e a importância desse meio de comunicação veio a ser reiterado com a publicação das *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*, em 1558.[22] Com o intuito de se comunicar com todos os seus membros, dispersos pelos quatro cantos do mundo, a Companhia solicitava que os irmãos das casas ou colégios escrevessem a cada quatro meses, "uma carta em língua vernácula, que contenha só notícias de edificação, e outra em latim do mesmo teor".[23]

No caso daqueles que se deslocaram para locais com paisagens tão distintas do cenário conhecido pelos europeus, as cartas com relatos das missões foram acompanhadas por notícias com diversas menções ao mundo natural. Dos religiosos que vieram para o Brasil, grande parte deu destacada atenção ao "tapete de Flandres" com o qual se depararam.[24] As referências ao mundo natural estiveram presentes nas cartas produzidas ao longo de toda a missão evangelizadora, especialmente naquelas escritas na segunda metade do Quinhentos e início do Seiscentos, período em que os padres e irmãos se deslocaram pelas capitanias brasílicas, para fundarem seus colégios, capelas e igrejas.[25]

As cartas, crônicas e tratados produzidos pelos jesuítas foram numerosos e contaram com amplas e detalhadas descrições da natureza colonial. Os padres da Companhia de Jesus, no entanto, não foram os únicos a se debruçarem sobre as riquezas naturais do Brasil. Diferentes letrados católicos, nascidos nos dois lados do Atlântico, leigos e religiosos, redigiram considerações sobre o clima da América Portuguesa. O humanista Pero de Magalhães Gandavo (1540 – 1579)[26] foi um deles. Considerado o primeiro escritor português a redigir uma narrativa

---

[20] NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956, p. 138-139

[21] LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002, p. 18

[22] As *Constituições da Companhia de Jesus*, aprovadas pela Congregação Geral da Ordem em 1558, compreendiam um conjunto de direcionamentos sobre o ingresso na vida religiosa, os modelos a serem imitados e os diferentes níveis de atuação dos jesuítas. Cf. **CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e normas complementares aprovadas pela mesma Congregação**. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

[23] Ibid., p. 211

[24] ASSUNÇÃO, Paulo de. A terra dos Brasis: Um tapete de Flandres jamais visto. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 224

[25] SANTOS, João Marinho dos. A escrita e as suas funções na missão jesuítica do Brasil quinhentista. **História (São Paulo)**, Franca, v. 34, n. 1, jan./jun. 2015, p. 125

[26] Natural de Braga, Pero de Magalhães Gandavo residiu no Brasil na segunda metade do século XVI, possivelmente durante o governo de Mem de Sá, entre 1558 e 1572. Seu retorno a Portugal ocorreu na década de 1570, visto que em 1576 foi impressa sua *História da Província de Santa Cruz*. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa.

que versou exclusivamente sobre as terras brasílicas,[27] Gandavo foi responsável por dois escritos que trataram da Terra de Santa Cruz: *História da Província de Santa Cruz*, impressa em 1576 e *Tratado da Terra do Brasil*,[28] publicado apenas em 1826.

Nas primeiras linhas de sua *História da Província de Santa Cruz*, Gandavo afirma que o principal motivo que o levou a redigi-la era por "não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta província [foi] descoberta".[29] Para o autor, a história do Brasil permanecia "sepultada em tanto silêncio" devido ao "pouco caso que os portugueses fizeram sempre da mesma província"[30], e, até aquela data, não teriam contado com ninguém que, movido pela curiosidade, se dispusesse a descrever as terras recém-descobertas. Povos de outras nações,[31] segundo Gândavo, teriam uma "outra estima" sobre a

---

Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, p.591; ABREU, Capistrano de. Introdução. *In*: GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 19-20.

[27] Na década de 1560, dois escritos com menções às terras do Brasil foram editados em Portugal: *Tratados dos descobrimentos*, redigido por Antônio Galvão (1490-1557) e impresso em 1563 e *Crônica do felicíssimo rei D. Manuel*, da autoria de Damião de Góis (1502-1574). Diferentemente desses letrados, Gândavo não apresentou algumas menções às terras brasílicas, mas foi o primeiro português a construir uma narrativa dedicada exclusivamente às terras avistadas por Pedro Álvares Cabral no Novo Mundo. Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012, p. 91-96

[28] Segundo Capistrano de Abreu, o *Tratado da Terra do Brasil* foi a primeira obra escrita por Pero de Magalhães Gandavo, possivelmente antes de 1573, pois seu texto não apresenta referências à divisão do Brasil em dois governos, assim como foi mencionado em *História da Província de Santa Cruz*. Ao que tudo indica, o manuscrito original do *Tratado* foi perdido e as cópias desse texto foram produzidas a partir de cinco manuscritos que possuem pequenas diferenças. Dessas cinco cópias, duas estão salvaguardadas na Academia das Ciências de Lisboa; uma versão foi encontrada por Capistrano de Abreu, em 1887, na British Library e que contava com uma escrita que possivelmente foi redigida no século XVII ou no século XVIII; uma versão esteve salvaguardada pela Biblioteca Municipal do Porto e o último manuscrito foi encontrado na Biblioteca da Ajuda. Segundo Hélio Viana, o *Tratado* encontrado na Biblioteca da Ajuda seria o mais antigo, pois contava com uma referência à D. Catarina, viúva de D. João III e que deixou o trono português em dezembro de 1562. Cf. ABREU, Capistrano. Introdução. *In*: GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p.19-20; VIANA, Hélio. A primeira versão do "Tratado da Terra do Brasil" de Pero de Magalhães Gandavo. **Revista de História**, São Paulo, v. 7, n. 15, p. 89-95, 1953.

[29] Prologo ao lector. *In*: GANDAVO, Pero de Magalhães. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 5

[30] Ibid., p.5

[31] Cabe ressaltar que após a viagem de Pedro Álvares Cabral, alguns autores europeus que escreveram sobre o Novo Mundo fizeram menções às terras do Brasil. Das obras impressas antes da narrativa de Pero de Magalhães Gândavo, podemos destacar a *Relação do piloto anônimo*, publicada em 1507 na coleção *Paesi novamente retrovati et Novo Mondo de Alberico Vesputio Florentino intitulado*. Poucos anos depois, foi a público a obra *Verdadeira história e descrição de um país habitado por homens selvagens, nus, ferozes e antropófagos, situado no novo mundo, denominado América*, impressa em 1551, fruto de duas viagens realizadas pelo alemão Hans Staden (1525-1576) às capitanias de São Vicente e Pernambuco. Por fim, em 1561 foi editada a narrativa redigida pelo pastor calvinista Jean de Léry (1536-1613), *História das coisas memoráveis ocorridas na terra do Brasil*, que contemplou os acontecimentos que se desenvolveram na França Antártica, tentativa de ocupação francesa na região do Rio de Janeiro. Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos**

Província do Brasil, e dela já sabiam "suas particularidades melhor e mais de raiz que nós" e, por isso, era necessário que também os naturais do Reino português tivessem notícias sobre a América Portuguesa.[32]

Uma das primeiras preocupações do letrado foi situar a Província em meio aos grandes domínios da América. O Brasil localizava-se "debaixo da zona tórrida e parte debaixo da temperada",[33] tendo esse território o formato semelhante ao de uma harpa, "cuja costa pela banda do norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando a equinocial. E pela do Sul confina com outras províncias da mesma América povoadas e possuídas de povo gentílico".[34] A zona tórrida mencionada por Gandavo compreendia uma das cinco regiões em que estaria dividida a "Ilha da Terra", isto é, toda a massa que não estava coberta pelas águas oceânicas. Para letrados antigos, como Parmênides (530 a.C-460 a.C) e Aristóteles (384 a.C-322 a.C), a Ilha da Terra era organizada em cinco divisões delimitadas pelas linhas que demarcavam os círculos polares e os trópicos. Seguindo essas demarcações, o globo seria dividido em duas zonas polares, duas zonas temperadas e uma zona intermediária, também denominada de zona tropical, tórrida ou quente.[35] Desses territórios, os antigos afirmavam que apenas as zonas temperadas, situadas entre os círculos árticos e o círculo dos trópicos, teriam as condições ideais para serem habitadas, diferentemente da zona tórrida que, pela forte incidência do sol, era considerada inóspita aos homens.

As afirmações de Gandavo, no entanto, destoavam das impressões antigas. O letrado luso afirmava que, devido ao local em que a Província do Brasil estava disposta, essa seria "sem contradição, a melhor para a vida do homem que cada uma das outras Américas, por ser comumente de bons ares e fertilíssimo, e em grande maneira deleitosa e aprazível à vista humana".[36] Além de destacar a suavidade do clima, que amenizava o calor excessivo, Gandavo também ressalta que o posicionamento desse território contribuía para a abundância do pau-brasil em Pernambuco e em Salvador. De acordo com o letrado, a planta se desenvolvia melhor quando crescia sob a "quentura do sol, e criado com a influência de seus raios, porque não se

---

séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012, p. 88-91

[32] PROLOGO ao lector. *In*: GANDAVO, Pero de Magalhães. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 5

[33] Ibid., p. 8

[34] Ibid., p. 8

[35] O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. Tradução de Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Lelo Bellotto. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 89

[36] GANDAVO, Pero de Magalhães. Op. Cit., p. 8

acha senão debaixo da tórrida zona, e assim quanto mais perto está da linha Equinocial, tanto é mais fino e de melhor tinta".[37] Por esse motivo, as melhores madeiras de pau-Brasil eram extraídas das capitanias situadas ao norte da colônia e obtidas em menor volume nas terras de São Vicente, ao sul da América Portuguesa.[38]

Além de posicionar todo o território do Brasil em meio aos trópicos, Gândavo também apresentou, ainda que de forma breve, a localização geográfica das oito capitanias existentes naquela metade do século XVI.[39] Embora não tenha apresentado referências diretas aos pensadores da Antiguidade, as informações cartográficas e geográficas anunciadas pelo fidalgo português, especialmente aquelas que versaram sobre a zona tórrida, sugerem que o letrado conhecia ao menos parte das reflexões antigas que se fizeram presentes nos mapas lusitanos desde o século XV.[40] Como seu intuito era tornar conhecida a Província do Brasil entre os portugueses, Gandavo não se preocupou em utilizar as páginas de seu *Tratado* e da *História* para questionar ou concordar com as afirmações proferidas pelos homens do passado.

A zona tórrida, brevemente comentada por Gandavo, veio a ser contestada em outros escritos redigidos por portugueses e brasílicos. Algumas décadas após a publicação do *Tratado*, outro português, Ambrósio Fernandes Brandão (1555-1618)[41] apresentou suas impressões sobre as terras tropicais, e não deixou de endereçar críticas e correções às considerações deixadas por Ptolomeu (90-168) e Aristóteles. No *Diálogo das Grandezas do Brasil*, redigido em 1618, Ambrósio Fernandes, sob a alcunha de Brandônio apresenta a Nuno Álvares, também português e referenciado como Alviano, aquelas que seriam as maiores riquezas encontradas na colônia.

---

[37] GANDAVO, Pero de Magalhães. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 18

[38] No século XVI, o pau-brasil e o açúcar eram os principais produtos extraídos nas terras do Brasil. A madeira do pau-brasil era apreciada para a extração de uma resina de cor avermelhada que era utilizada no tingimento de tecidos. Além dos fins tintórios, a madeira da planta também era utilizada na construção de móveis. Cf. RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um mundo em movimento**. Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Tradução de Vanda Anastácio. Algés: Difusão Editorial, 1998, p. 200

[39] Quando escreveu sua *Historia da Província de Santa Cruz*, o Brasil estava organizado a partir das capitanias de Tamaracá, Pernambuco, Bahia de Todos os Santos, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Cf. GANDAVO, Pero de Magalhães. Op. Cit., p. 10-14

[40] SNYDER, John P. Map Projections in the Renaissance. *In*: WOODWARD, David (org). **The History of Cartography**. Volume Three – Cartography in the European Renaissance. Part 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 366

[41] Nascido em Lisboa, Ambrósio Fernandes Brandão chegou ao Brasil na segunda metade do século XVI. Nos trópicos, Brandão atuou no recebimento dos dízimos de açúcar em Pernambuco entre os anos de 1576 e 1578 e desempenhou a mesma função em Itamaracá, entre 1582 e 1585. Poucos anos após sua instalação em Pernambuco, o letrado se tornou senhor de engenho nesta capitania e na Paraíba, onde lhe foi concedida uma sesmaria para a construção de dois engenhos. CORTESÃO, Jaime. Apresentação. *In*: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 9-19

Assim como tantos outros letrados que escreveram sobre as terras do Brasil, Brandônio considerou pertinente iniciar sua narrativa com um panorama geral das capitanias fundadas até aquele início do século XVII. Dessas, grande parte estava situada na faixa litorânea e surpreendia a todos não apenas pelas suas grandes proporções – com quase setecentas léguas – , mas porque tanto a costa, quanto o sertão da colônia, contavam com um "excelentíssimo céu e goza de muito bons ares, sendo muito sadia e disposta para a conservação da natureza humana".[42] Alviano, contudo, parece surpreso com a declaração do amigo e relembra que "se os antigos não [se] enganaram", o Brasil estaria situado em uma zona que "foi julgada por inabitável por [ser] muito quente; e por este respeito os moradores da costa da Guiné e da costa oposta a esta do Brasil gozam de ruins ares, que causam muitas doenças".[43] As terras da Guiné, situadas na costa ocidental da África, bem como as terras do Brasil, estavam localizadas na tal zona tórrida, próximas à linha equatorial e, por isso, eram prejudicadas pelas elevadas temperaturas.[44] Como mencionado pelo letrado, o engano dos antigos já havia sido notado pelos próprios portugueses que, desde o século XV, vinham desbravando as terras abaixo do Equador e, gradualmente, observaram que o clima naquelas paragens não era tão quente e inóspito quanto se julgava.

Residindo no Brasil desde finais do século XVI, Brandônio deslocou-se de Portugal para os trópicos para atuar no colhimento dos dízimos do açúcar em Pernambuco e, poucos anos depois, tornou-se um senhor de engenho na mesma capitania.[45] Durante as mais de duas décadas vividas nos trópicos, o letrado observou o prevalecimento de um clima temperado, isto é, de um clima em que "a temperança do calor e frio anda tão regulada que não vemos nunca alterar mais num tempo do que noutro", como ressaltou em seus *Diálogos*.[46] Segundo Brandônio, a temperança da zona tórrida era "conforme para a humana natureza" e muito distinta do clima que prevalecia nas zonas denominadas "temperadas", terras marcadas por constantes mudanças climáticas que eram "causa de tantas enfermidades" dos moradores dessas regiões.[47]

---

[42] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 85

[43] Ibid., p. 85

[44] SNYDER, John P. Map Projections in the Renaissance. *In*: WOODWARD, David (org). **The History of Cartography**. Volume Three – Cartography in the European Renaissance. Part 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 365

[45] CORTESÃO, Jaime. Apresentação. *In*: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 10

[46] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Op. Cit., p. 110

[47] Ibid., p. 110

As boas condições em que viviam os habitantes de Pernambuco, e de todo o Brasil, apontavam, pois, para um possível erro cometido pelos antigos filósofos em suas tentativas de delimitar as porções do mundo habitável. Empenhado em esclarecer as dúvidas de seu amigo, Brandônio detalha os equívocos cometidos pelos homens do passado a esse respeito:

> Verdade é que Ptolomeu, Lucano, Averróis com outros filósofos afirmaram ser a zona tórrida zona inabitável, posto que Pedro Paduense, Alberto Magno e Avicena, pelo contrário, tiveram que era habitável; mas os primeiros, posto que erraram em dizer absolutamente que a tórrida zona era de todo inabitável, por se encerrar do meio que há do Trópico de Cancro ao de Capricórnio, todavia tomaram fundamento de tão aparentes razões e causas que, com estarmos hoje vendo e experimentando o contrário do que eles afirmaram, caso que muitos o têm por duvidoso.[48]

No que tange às dimensões da zona tórrida, Brandônio demonstra sua descrença de que as terras posicionadas entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio estariam submersas nas águas oceânicas, como se imaginava, ou condenadas pelo clima excessivamente quente, sobretudo as áreas mais próximas da linha do Equador. Ao retomar as reflexões de homens como Ptolomeu, Averróis (1126-1198) e Avicena (980-1037), Brandônio apresenta a Alviano alguns letrados que se dedicaram a escrever sobre o clima e os astros e cujas obras influenciaram o modo com que muitos europeus compreenderam os territórios ainda pouco conhecidos, como era o caso daquela quarta parte do mundo.[49] Os seis letrados mencionados por Brandônio haviam traçado diferentes considerações sobre as possibilidades de os homens viverem ou não na zona tórrida. Apesar de suas divergências, todos viam o clima como um importante fator para delimitar os locais habitáveis e aqueles que, por diferentes motivos, como alta ou baixa incidência dos raios solares, seriam espaços impróprios para a vida humana.[50]

Um dos nomes mencionados nos *Diálogos* é o de Averróis, que viveu na região da Espanha durante o século XII e foi um dos responsáveis pela difusão do pensamento aristotélico no mundo árabe. Os escritos de Averróis não são mencionados ao longo da narrativa de Brandônio, mas a escolha em apresentá-lo possivelmente se relaciona à sua concordância com as ideias de Aristóteles sobre a zona tórrida.[51] O letrado português também parecia conhecer os

---

[48] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 110

[49] DALCHÉ, Patrick Gautier. The Reception of Ptolomy's Geography. *In*: WOODWARD, David (org). **The History of Cartography**. Volume Three – Cartography in the European Renaissance. Part 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 297

[50] CANTOS, Jorge Olcina. El Clima: Factor de diferenciación espacial. Divisiones regionales del mundo desde la Antiguedad al S. XVIII. **Investigaciones Geográficas**, Alicante, v. 15, n. 14, 1996, p. 87

[51] Sobre a difusão do pensamento aristotélico no mundo árabe, ver: BITTAR, Eduardo C. B. O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval. **Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição**, Lisboa, n. 24, ano XII, p. 61-103, 2009.

estudos de Ptolomeu, possivelmente um dos nomes mais lidos e referenciados pelos homens que escreveram entre finais do medievo e o início do período moderno.[52] Das obras de Ptolomeu, uma das mais conhecidas era *Geografia*, composta por oito livros e traduzida para o latim no início do século XIV.[53] Nesse estudo, Ptolomeu introduziu as noções de latitude e longitude para substituir os termos "comprimento" e "largura" utilizados para se referir às terras observadas.[54] Dessas duas distâncias, latitude e longitude, afirmava-se que a longitude seria a maior, pois correspondia ao prolongamento do mundo habitável em sentido leste a oeste, um espaço muito maior quando comparado à distância entre norte e sul.[55]

Como outros homens de seu tempo, Ptolomeu partilhava da tradição aristotélica sobre o mundo conhecido e da delimitação dos espaços habitáveis a partir das influências climáticas. Pela observação das sombras projetadas no solo, dos equinócios e eclipses, o letrado identificou que o intervalo de doze horas entre o dia e a noite seria o mesmo que distanciava os sete meridianos que passam pela massa terrestre. A partir dessas considerações, Ptolomeu afirma que as partes inferior e superior do mundo conhecido eram habitadas. Porém, havia um limite natural entre esses domínios, limite que estaria delineado pela linha do equador e resultava na existência de uma zona tórrida, bem abaixo do equinócio, da qual não se tinha nenhum tipo de informação.[56]

Em sua conversa com Alviano, Brandônio explica que naquele século XVII provara-se "o contrário" do que diziam Ptolomeu e Aristóteles, ainda que suas razões tivessem "muita força para todos aqueles que as examinaram com curiosidade".[57] Levando em consideração que esses letrados foram responsáveis pela concepção de importantes conhecimentos cosmográficos, o próprio Ambrósio Fernandes reconhecia que as delimitações do mundo conhecido não seriam rapidamente reformuladas, mesmo já tendo passado mais de um século

---

[52] DALCHÉ, Patrick Gautier. The Reception of Ptolomy's Geography. *In*: WOODWARD, David (org). **The History of Cartography**. Volume Three – Cartography in the European Renaissance. Part 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 285

[53] Sobre a primeira tradução do grego para o latim da obra *Geografia*, possivelmente foi iniciada por Manuel Chrysoloras em finais do século XIV e concluída em 1406. Poucos anos depois, Jacopo Angeli apresentou uma outra versão em latim do documento entre finais de 1409 e o início de 1410. Uma tradução crítica da obra viria a ser redigida na década de 1470, conduzida pelo alemão Johannes Regomontanus. Cf. DALCHÉ, Patrick Gautier. Op. Cit., p. 290-291

[54] A latitude remeteria à distância do pôr-do-sol até o sol nascente, enquanto a latitude compreenderia a distância do pólo norte ao pólo sul. De acordo com Ptolomeu, o uso de latitude e longitude seria o método mais confiável para determinar a localização. Cf. PTOLEMY, Claudius. **The Geography**. Translated and edited by Edward Luther Stevenson. Introduction by Joseph Fischer. New York: Dover Publications, Inc., 1991, p. 29

[55] Ibid., p. 29

[56] GUTIÉRREZ, Samuel Doble. El mundo en las mallas de la Cartografía: de los primero geógrafos a Ptolomeo. **ILUIL**, La Rioja, v. 27, 2004, p. 662; PTOLEMY, Claudius. Op. Cit., p. 41

[57] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 111

desde a chegada ao Novo Mundo.[58] Brandônio, no entanto, não se intimida ao afirmar que, naquele início do Seiscentos, já se sabia que o Sol não se alongava totalmente sobre os trópicos e mesmo que o astro passasse seus "raios retos" duas vezes por ano sobre a zona tórrida, essa não seria "por extremo cálida". As zonas temperadas, por sua vez, não eram frequentemente visitadas pelos raios solares, mas "eram tão cálidas no verão, que davam muita moléstia aos seus habitadores, com o seu grande calor".[59]

De acordo com o português, o erro de seus antecessores foi ter "afirmado que esta parte tão continuada dos raios do Sol fosse em extremo cálido" e, por isso, "incapaz de ser habitada".[60] Na leitura de Brandônio, o que faltou a Averróis, Lucano e Ptolomeu foi "a experiência desta zona" e, por isso, teriam ignorado "os ventos frescos que nela de ordinários cursam", ventos que causavam "um temperamento tão singular, para a natureza humana, que tenham por sem dúvida ser esta a zona mais sadia e temperada que as mais".[61] O que se sentia no Brasil não era um calor tórrido, mas um clima tão ou mais temperado do que o das zonas acima dos trópicos, por ser "temperado com a umidade da noite", pelos ventos úmidos que vinham pela faixa litorânea.[62]

Nem todos os homens que escreveram sobre as terras do Brasil dedicaram-se a falar da zona tórrida, porém, os questionamentos aos letrados antigos continuaram presentes em alguns escritos do século XVII, como os redigidos pelo Pe. Simão de Vasconcellos. Por volta de 1660, Vasconcellos assumiu uma importante missão, tornou-se responsável pela redação da *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, "a crônica de um Novo Mundo por tantos anos esperada".[63] Na obra, o padre dedicou-se a narrar as primeiras décadas de atuação da Companhia de Jesus no Brasil, relembrar os religiosos pioneiros que por aqui atuaram e os colégios e obras missionárias que foram conduzidas durante a segunda metade do século XVI.

---

[58] A cosmografia clássica que foi construída por homens como Estrabão e Ptolomeu exerceu grande influência entre os europeus, sobretudo até as primeiras décadas do século XVI. Possivelmente, o início do período moderno foi marcado por uma certa relutância de cosmógrafos e filósofos europeus em introduzir novas informações obtidas por meio da chegada à América, uma vez que essas acabavam contestando parte de um conhecimento já consolidado. Cf. ELLIOT, John. H. **The old world and the new**, 1492-1650. London: Cambridge University Press, 1970, p. 14

[59] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 111

[60] Ibid., p. 111

[61] Ibid., p. 111

[62] Ibid., p. 111

[63] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, não paginado

Além das informações sobre o empreendimento missionário, o padre também se dedicou a apresentar aquelas que seriam as "notícias antecedentes, curiosas, e necessárias, das coisas do Brasil",[64] informações sobre seus primeiros moradores e o singular mundo natural que os portugueses encontraram nessa margem do Atlântico.

Antes de se debruçar sobre "as bondades de que Deus dotou"[65] as terras do Brasil, sobre as plantas e distintas criaturas que viviam no território, o letrado considerou pertinente comentar algumas das "calúnias" compartilhadas por "sábios da Europa, África, e Ásia", que contribuíam para "aniquilar, e desacreditar em tudo esta quarta parte do mundo".[66] A calúnia a qual se referia Vasconcellos era sobre a possibilidade de o Brasil estar situado em meio à inabitável zona tórrida. Quanto aos homens que teriam propagado essas informações, o jesuíta começa pelo "príncipe dos sábios", Aristóteles, aquele que teria sido:

> o primeiro que infamou a América, apregoando dela, e de toda a mais terra que corresponde à zona, que chamava Tórrida (entre os dois círculos solstícios de Cancro, e Capricórnio) ser terra inútil, seca, requeimada, e incapaz de fontes, rios, pastos e arvoredos; e por conseguinte deserta para sempre e inabitável aos homens pelos excessivos ardores causados da proximidade do Sol, que anda sempre sobre ela.[67]

A formação conferida pelos padres da Companhia de Jesus aos seus alunos provavelmente contribuiu para que Vasconcellos conhecesse teólogos, naturalistas e filósofos de grande importância, como foi Aristóteles.[68] Das obras do filósofo, o jesuíta indicou aos seus eventuais leitores que as informações contidas em sua *Crônica* poderiam ser consultadas no segundo livro do tratado *Meteoros*,[69] em que Aristóteles apresenta as dimensões do mundo

---

[64] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 1

[65] Ibid., p. 134

[66] Ibid., p. 134

[67] Ibid., p. 134

[68] Os alunos dos colégios da Companhia de Jesus contavam com um ensino composto por conhecimentos clássicos com aulas de latim, grego, poesia e oratória, que compunham o currículo humanista. Após a formação nesse curso, os alunos aprendiam as ciências mais consolidadas do século XVI como matemática, astronomia e física. Aos poucos, línguas vernáculas e literatura foram introduzidas aos cursos jesuíticos. Pela leitura do *Ratio Studiorum* é possível apreender como a Ordem jesuíta buscou organizar um currículo pautado nos principais conhecimentos do período moderno. Cf. FRANCA, Pe. Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas – O Ratio Studiorum**. 2. Ed. Campinas: CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico, 2019, p. 49-53

[69] Os primeiros comentadores dos quatro livros que compõem a obra de Aristóteles se referiam ao trabalho como *(Peri ton) meteorologikon*, título que se tornou recorrente nos códices medievais da obra. O título *Meteoros* mencionado por Simão de Vasconcellos em sua *Chronica da Companhia de Jesus* foi adotado em outras versões manuscritas da obra que, possivelmente, foi consultada por Vasconcellos. Cf. VELOSO, Cláudio William. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. **Meteorológicos**. Tradução, introdução e notas de Claudio William Veloso com colaboração de Hiteshkumar Parmar. Revisão Científica de Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional, 2017, p. 9

conhecido, situado no hemisfério norte. Como ressaltou Vasconcellos, nem todo o espaço conhecido, aos olhos de Aristóteles, seria habitável, havendo em meio aos trópicos de Câncer e de Capricórnio, uma camada de terra completamente seca e infértil. Ao mencionar o tratado *Meteoros*, que possivelmente foi lido em sua edição latina,[70] Vasconcellos reconhece não apenas a importância do seu autor, mas, também, da obra, que teria servido como base para "toda a escola de seus discípulos".[71]

Em um dos livros que compõe o tratado, Aristóteles dedicou-se à explicação das diferentes "zonas da terra". Dessas, apenas duas partes seriam habitáveis, "uma em direção ao polo de cima, junto de nós, e outra em direção ao outro, isto é, em direção ao sul".[72] As duas áreas mencionadas pelo filósofo grego contemplavam os recortes territoriais que posteriormente seriam identificados como zona temperada, situadas entre os círculos polares e os trópicos de câncer e de capricórnio. As terras localizadas para além dos solstícios não seriam habitáveis, pois as sombras não se projetariam para a parte norte da Terra, assim como as terras situadas abaixo do polo norte, que seriam inabitáveis devido ao frio excessivo.[73] No que tange à zona tórrida, questão central para homens como Ambrósio Fernandes e Simão de Vasconcellos, Aristóteles afirmava que a proximidade desse território com o sol tornava a terra desprovida de água ou pastos e em razão disso, hostil à sobrevivência humana.[74]

---

[70] A obra *Meteoros* foi amplamente traduzida e comentada, especialmente durante a Idade Média. No início do século XII, Henrique Aristipo foi responsável pela tradução latina do Livro "IV" que compõe a obra e pouco tempo depois, em 1150, Gerardo de Cremona (114-1187) realizou a tradução dos três primeiros livros que compõem *Meteoros*. A tradução latina feita por Cremona não foi diretamente do grego, língua original em que a obra foi escrita, mas conduzida a partir de uma tradução árabe redigida por Yahya Ibn al-Bitriq, datada do século IX e que contém apenas os três livros iniciais. No século XIII, Guilherme de Moerbeke (1215-1286) foi responsável por uma tradução latina diretamente do texto grego e que foi denominada de *translatio nova*. A partir das versões latinas foram produzidas as primeiras traduções em língua vulgar, inicialmente para o francês, no século XVIII e pouco tempo depois, no século XIV, foi preparada a tradução florentina. Pelo que pudemos observar, não houve, ao longo do período moderno, uma tradução de *Meteora* para a língua portuguesa. Cf. VELOSO, Cláudio William. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. **Meteorológicos**. Tradução, introdução e notas de Claudio William Veloso com colaboração de Hiteshkumar Parmar. Revisão Científica de Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional, 2017, p. 27-32

[71] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 134

[72] ARISTÓTELES. Op. Cit., p. 121

[73] Assim como outros letrados, Aristóteles compreendia apenas o hemisfério norte como um espaço possivelmente habitável, por isso, todos os domínios em que se poderia viver, seriam aqueles cujas sombras provocadas pelo sol seriam projetadas em sentido ao norte. Territórios em que não houvesse sombra, seriam aqueles que o sol permaneceria constantemente acima dos indivíduos, proporcionando um clima muito quente. Em *Meteoros*, o autor não descarta a possibilidade de o hemisfério sul também ser habitado, contudo, suas análises sobre as zonas da terra voltam-se apenas as porções de Terra habitáveis e situadas apenas no espaço norte do Equador. Cf. VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 122

[74] Ibid., p. 124

Mas Aristóteles não foi o único. De acordo com Vasconcellos, no segundo livro que compõe a obra *História Natural*, o naturalista Plínio também teria "desacreditado a mesma região" — região em que está situada a América —, afirmando tratar-se de uma terra "requeimada, tórrida, acerca dos veementes raios do Sol, e conseguintemente de intratável à gente humana".[75] Plínio partilhava da ideia de que a Terra era composta por cinco partes ou zonas que se diferenciavam pelo clima existente. Dessas, a parte situada em torno de ambos os pólos, Setentrional e Austral, "está cobert[a] por um gelo eterno e um frio terrível", devido à vigência de uma "escuridão perpétua e uma luz fraca", pois grande parte das estrelas desviavam daquela direção.[76] A órbita do sol passava apenas pela zona central da terra, que, segundo Plínio, era "tórrida, pois chamuscada por suas labaredas e queimada pelo calor que dá de perto".[77] Entre as duas zonas, gélida e tórrida, haveria uma zona temperada, que aos olhos do naturalista, era a única porção que restava aos homens para viver e era ali que vinham obtendo suas glórias e riquezas.[78]

Diante dos comentários legados por Plínio, Aristóteles e outros tantos letrados que conheciam apenas as "três partes" do mundo, o autor da *Crônica* questiona: "que mais infâmias podiam dizer-se de uma pobre parte, ausente, nunca ouvida, nem vista até então em juízo?".[79] Para Vasconcellos, a dificuldade desses homens em delimitar as reais condições do clima da América era decorrente da falta de experiência nessa quarta parte do mundo. A vivência, comumente evocada pelos religiosos da Companhia de Jesus em suas primeiras cartas, escritas em meados do século XVI,[80] foi um elemento recorrente para aqueles que, como Vasconcellos, desejavam refutar afirmações difundidas por autoridades antigas e que haviam se consolidado entre os europeus. Dos homens que teriam partilhado "calúnias públicas" ao longo de tantos anos, o religioso comenta que "nem todos passa[ra]m ao Brasil, nem tem notícia do desagravo".[81] Quando as afirmações sobre a zona tórrida eram difundidas por aqueles que não haviam pisado no Novo Mundo, o religioso afirmava que tais comentários possivelmente eram

---

[75] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 135

[76] PLINIO. **Historia Natural**. Libros I-II. Introducción general Guy Serbat. Traducción y notas de Antonio Fontán, Ana M.ª Moure Casas y Otros. Madrid: Editoral Gredos, S. A, 1995, p. 427-428

[77] Ibid., p. 428

[78] Ibid., p. 428-429

[79] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 136

[80] MASSIMI, Marina. A "experiência" em cartas dos jesuítas missionários no Brasil nas primeiras décadas do século XVI. **IHS**: Antiguos Jesuitas en Iberoamérica, Córdoba, v. 1, n. 1, 2013, p. 99

[81] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 137

produzidos por homens que "não sabem ordinariamente as causas" do clima e ares dos trópicos.[82] O jesuíta argumenta que, se Aristóteles ou Plínio tivessem visitado a América, observariam que "a terra do Brasil, toda a América, e toda a meia Zona, a que chamavam Tórrida, não só não [é] terra inútil, seca, requeimada, deserta, inabitável para [a] gente humana",[83] mas, sim, "uma região temperada, amena, abundante de chuvas, orvalhos, fontes, rios, pastos, verdura, arvoredos, e frutos para perfeita habitação de viventes".[84]

Em sua *Crônica*, Vasconcellos não deixa de mencionar que a região equatorial conta com um clima um pouco mais quente do que havia na Europa, com temperaturas mais elevadas, que teriam surpreendido Cristóvão Colombo (1451-1506) em sua primeira viagem.[85] As terras do Brasil, além de estarem situadas mais ao sul dos trópicos, se distinguem do restante da América pela abundância de água, com rios, chuvas e ventos úmidos que contribuíam para a amenidade do clima. A capitania do Rio de Janeiro, por exemplo, era aquecida pelos raios solares oblíquos, que se voltavam direto para o solo e, com isso, proporcionavam aos seus moradores épocas "mais úmida[s], abundant[s]e de chuvas e vapores".[86] Ao demonstrar a relação existente entre a força do sol e a maior umidade do ar, o padre explica: "não é verdadeiro" o princípio das antigas autoridades de "que quanto o Sol fere mais de perto, e quanto com raios mais aquenta, e seca; e por conseguinte nem daqui formam bom argumento, que seja a terra do Rio de Janeiro seca, tórrida, requeimada, e inabitável aos homens".[87]

Esse posicionamento geográfico da colônia, segundo Vasconcellos, não era decorrente do acaso, mas de uma ação da Providência divina.[88] Para o religioso, os diferentes elementos que compunham a paisagem natural do Brasil como a "maior vizinhança do mar", que remetia à extensão da faixa litorânea e "as virações contínuas vitais e benignas, que comumente se

---

[82] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 137

[83] Ibid., p. 139

[84] Ibid., p. 140

[85] Em outubro de 1492, Cristóvão Colombo alcançou as ilhas por ele denominadas de "Lucayas", situadas na região entre a Flórida e Cuba. Segundo Vasconcellos, Colombo descreveu aquelas terras como um espaço em que "os ardores do Sol são excessivos, os mantimentos faltam, a gente adoece, a viagem dilata-se". A região, localizada na parte mais central da América, não era próxima do Brasil e por isso, Vasconcellos afirma que não era possível comparar o clima da região visitada pelo genovês com o clima que os portugueses encontraram no Brasil. Cf. VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 5

[86] Ibid., p. 141

[87] Ibid., p. 140

[88] SANTOS, Zulmira Coelho dos. Em busca do paraíso perdido: a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* de Simão de Vasconcellos, S. *In*: CARVALHO, José Adriano de Freitas(org). **Quando os frades faziam história**. De Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcellos. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2001, p. 160

experimentam", isto é, ventos que temperam e umidificam o ar, eram claras demonstrações do "singular dom de Deus, tirado dos tesouros de sua onipotência".[89] Ao longo de sua *Crônica,* o jesuíta afirma que a perfeição com que os diferentes elementos se encaixam – os raios solares, a abundância de águas e os ventos constantes – seriam fortes indícios "de que o Autor da natureza dotou a esta região do princípio do mundo, além da bondade dos astros".[90] E conclui o Pe. Vasconcellos: "segundo o que temos dito", de todas as informações por ele levantadas, "bem se fica livrado de calúnias a região do Brasil, e de toda a América".[91]

As preocupações em discutir a existência da América Portuguesa no coração do que outrora era tido como uma zona tórrida foram recorrentes entre os séculos XVI e XVII. Tanto os leigos quanto os religiosos que teceram comentários sobre os trópicos relataram, em diferentes escritos, o quão agradável e salubre era aquele clima e do mesmo modo, expressaram a sua surpresa ao encontrarem temperaturas amenas, que em nada se aproximavam do que havia sido narrado pelos letrados antigos. Ao longo dos anos, esses homens católicos apresentaram seus questionamentos à cosmografia antiga e a partir de suas experiências nas capitanias brasílicas, elencaram diferentes motivos pelos quais essa região não era inóspita, mas muito propícia à vida humana. Com o passar das décadas, as menções e questionamentos sobre o calor dos trópicos se tornaram menos frequentes, especialmente nos tratados e crônicas escritos no século XVIII.[92] Para aqueles que viveram no Setecentos, os já dois séculos de existência do Brasil não apenas atestavam a possibilidade de se viver na dita zona tórrida, como demonstravam empiricamente que seus moradores viviam bem, beneficiando-se das muitas criaturas que Deus havia criado para habitar uma terra fértil, de clima ameno e águas abundantes.

---

[89] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 143

[90] Ibid., p. 143

[91] Ibid., p. 143

[92] Alguns poucos letrados teceram comentários sobre a zona tórrida no século XVIII. Desses homens, destacamos Sebastião da Rocha Pitta, apresentado nas primeiras páginas desse capítulo e o religioso da Companhia de Jesus, Pe. João Daniel. Cf. PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730; DANIEL, João. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. Introdução de Leandro Tocantins. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 95, t. 1, 1975.

1.2 Dos ares salutíferos

Entre os argumentos adotados para questionar a existência da zona tórrida, um dos mais recorrentes foi a vigência de um clima temperado, supostamente notável em todas as partes da América Portuguesa. À medida que as cartas, histórias e crônicas que versaram sobre o território brasileiro eram redigidas, mais elogios eram atribuídos aos ares do Brasil, descritos como sadios, temperados e benéficos à saúde de seus moradores. No início do século XVII, Vicente Rodrigues Palha (1564-1636), mais conhecido como Fr. Vicente do Salvador,[93] foi um dos homens que destacou a salubridade dos ares de sua terra natal.

Em sua famosa *Historia do Brazil*, redigida entre os anos de 1618 e 1627[94] e considerada pelo autor como um "tratado das coisas do Brasil"[95], devido aos muitos assuntos abordados, o frade franciscano não omitiu sua opinião sobre as antigas teses que diziam ser a zona tórrida um espaço inabitável. Do mesmo modo que outros letrados, seus antecessores e sucessores, o frade retomou a leitura de Aristóteles e de outros tantos filósofos, que afirmavam: "como o sol passa por ela [a zona tórrida] cada ano duas vezes para os Trópicos [...] com tanto calor não poderia alguém viver". O calor seria tamanho que, em tempos de inverno, "aquenta[va-se] um pouco", mas nos períodos de verão "morrem os homens de calor".[96]

As informações relatadas em sua *Historia* iam de encontro aos escritos antigos. Em meio às "coisas do Brasil", o religioso destacava as virtudes proporcionadas pelo clima tropical que, em sua análise, era mais temperado do que quente. Por ter vivido grande parte de sua vida nos trópicos, Fr. Vicente declara que a zona tórrida não é apenas habitável:

> em algumas partes vivem os homens com mais saúde, que em toda a zona temperada, principalmente no Brasil, onde nunca há peste, nem outras

[93] Frei Vicente do Salvador foi aluno da Custódia Seráfica de São Antônio de Brasil, onde formou-se e serviu como guardião, entre os anos de 1612 e 1614. Além de sua atuação em Salvador, o frade atuou como missionário na capitania da Paraíba e foi Superior no convento franciscano do Rio de Janeiro. Pela sua experiência em administrar dois conventos da Ordem dos Frades Menores, Frei Vicente do Salvador assumiu o posto de Custódio da Ordem franciscana no Brasil, responsável pelo cuidado dos oito conventos e vinte missões indígenas que eram conduzidas pelos franciscanos no início do século XVII. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, p. 787; WILLEKE, Fr. Frei Vicente do Salvador, OFM. **Revista de História**, São Paulo, v. 26, n. 54, 1963, p. 297-299

[94] Ainda que a figura de Frei Vicente do Salvador tenha sido mencionada por Barbosa Machado em sua *Bibliotheca Lusitana*, a obra do franciscano se tornou conhecida apenas na segunda metade do século XIX. Em 1889, a *Historia do Brazil* foi publicada, com todos os seus livros, no décimo terceiro volume dos Anais da Biblioteca Nacional. Cf. ABREU, Capistrano de. Nota preliminar. *In*: SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, pp. 32-33; MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, p. 787

[95] DEDICATORIA. *In*: SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 3

[96] Ibid., p. 10

> enfermidades comuns, senão bexigas de tempos em tempos, de que adoecem os negros, e os naturais da terra, e isto só uma vez, sem a segundar em os que já as tiveram, e se alguns adoecem de enfermidades particulares, é mais por suas desordens, que por malícia da terra.[97]

Para o franciscano, a salubridade dos ares do Brasil estava associada à localização da colônia, bem próxima aos trópicos e cujo clima temperado contribuía para a ausência das pestilências comuns no Velho Mundo, sobretudo em Portugal.[98] Ainda que essa terra situada nos trópicos fosse "cálida", era também, muito úmida, uma umidade que proporcionava um "clima de boa complexão", valioso para a saúde de seus moradores.[99] Algumas doenças se propagavam com maior intensidade pelos trópicos e dessas, o frade concedeu destaque às bexigas, um mal contagioso e causado pela recorrência de sangue vicioso que, ao se concentrar sob a forma de bostelas,[100] resultava em diferentes abcessos e pequenas cicatrizes na pele do enfermo.[101] Outras tantas enfermidades alastraram-se pelas capitanias durante o período colonial como febres, cálculos renais e sífilis.[102] Todavia, na visão do frei, essas conhecidas doenças não eram ocasionadas pela aspiração de um ar corrupto ou pelos frutos dessa terra, mas decorrentes dos pecados praticados pelos colonos.

O equilíbrio entre quente e frio, marcante dos ares brasílicos e garantia da sua salubridade, é um dos pontos explicados pelo frade. Ainda que o sol aquentasse mais a zona tórrida do que a zona temperada, a "intenção do calor" dessa região "se modera com os ventos frescos do mar, e umidade da terra, junto com a frescura do arvoredo, de que toda está coberta; de tal sorte que os que a habitam vivem nela alegremente".[103] Aqueles que residiam em áreas

---

[97] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 10

[98] Escrevendo no início do século XVII, Frei Vicente do Salvador podia estar se referindo às epidemias de Peste Negra vividas na Europa em finais da Idade Média e que afetaram Portugal, principalmente entre os séculos XIV e XV. Das obras em língua portuguesa que versaram sobre a doença, destaca-se o *Breve Summario da Peste*, escrito em 1569 e que apresenta uma relação entre os crimes cometidos pela população e a pestilência como uma ação da justiça divina sobre homens que praticavam os pecados da luxúria, do adultério e da usura, além daqueles que haviam abandonado suas igrejas. Cf. BASTOS, Mário Jorge da Motta. Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como Elemento do Proselitismo Cristão (Portugal, séculos XIV/XVI). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 183-205, 1997.

[99] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 10

[100] As bostelas eram pequenos tumores localizados na derme, geralmente causadas pelo excesso de humores quentes. Cf. BOSTELAS. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 167

[101] Cf. BEXIGAS. *In*: BLUTEAU, Raphael. Op. Cit., p. 115

[102] Sobre as doenças recorrentes no Brasil colonial, ver: CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial. Tempo, Rio de Janeiro, n. 19, p. 61 – 75, 2005; VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)**. São Paulo: Alameda, 2017; MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços de cura. 3. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

[103] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 11

mais próximas do litoral, sentiam um frescor ainda maior e se refrescam com a bondade dos ventos vindos do Atlântico, ventos que sopram do mar durante todo o ano, sobretudo no período do verão, em que a brisa marítima segue "até a meia-noite" e é capaz de "lava[r] e refresca[r] toda a terra".[104]

Como relembrou Fr. Vicente nas primeiras páginas de sua *Historia do Brazil*, a Ordem dos Frades Menores[105] foi a primeira a alcançar a terra de Santa Cruz, sendo Fr. Henrique de Coimbra (1465-1532) o responsável pela celebração da primeira missa neste solo. Após o retorno do frei e algumas missões esporádicas realizadas pelos franciscanos nas primeiras décadas do século XVI,[106] foi fundada, em 1585, a Custódia de Santo Antônio, vinculada à província portuguesa de Santo Antônio de Lisboa.[107] Dois anos após a fundação do primeiro convento instalado em Olinda, sede da Custódia franciscana no Brasil, foi edificado um segundo convento, dessa vez na capitania da Bahia, denominado "Convento de São Francisco da Bahia".

Segundo Fr. Manoel da Ilha (?? – 1637)[108], autor da *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil*, obra em que abordou a fundação dos nove primeiros conventos franciscanos entre os anos de 1585 e 1621, dois fatores influenciaram a escolha do local em que foi construído o convento da Bahia. A partir das doações ofertadas à Ordem, os frades teriam selecionado um terreno situado nas terras do "Calvário", fora dos muros de Salvador e onde, em tempos anteriores, os "moradores haviam construído uma capela em honra de nosso pai São Francisco".[109] A capela dedicada ao santo fundador da Ordem mendicante foi interpretada por Manoel da Ilha como um "presságio do futuro", possivelmente sob influência divina e por isso,

---

[104] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 11

[105] A Ordem dos Frades Menores foi fundada em 1206, por Francesco Bernardone (118?-1226), posteriormente conhecido como São Francisco de Assis e teve sua regra aprovada pela bula "Solet annuere", concedida pelo Papa Honório III. A partir de 1368, a Ordem passou a contar com algumas divisões, a fim de atender a todos aqueles que desejassem imitar o exemplo de Cristo e de São Francisco. Assim, a instituição passou a ser organizada em "três famílias" – observantes, conventuais e capuchinhos –, cada uma com seu respectivo Prelado Geral, considerado como o sucessor do "Patriarca Seráfico", São Francisco. Cf. ESPERANÇA, Fr. Manoel da. **Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal**. Primeira parte que contem seu principio, e augmentos no estado primeiro de Custodia. Lisboa: Officinas Craesbeeckiana, 1656, p. 20-22

[106] Até a criação da Custódia de Santo Antônio, a América Portuguesa recebeu missões avulsas de missionários portugueses, espanhóis e italianos que atuaram no litoral brasílico e promoveram as primeiras práticas evangelizadoras franciscanas. Cf. WILLEKE, Fr. Venâncio. **Missões Franciscanas no Brasil (1500/1975)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974, p. 21-22

[107] Ibid., p. 35

[108] Frei Manoel da Ilha era natural de Britiandos, situado na região da Província do Entre Doutor e do Minho. Esteve vinculado à Província Capucha de Santo Antônio e foi Guardião e Definidor do Convento de Lisboa. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana histórica, critica, e cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das obras, que compuzeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1753, p. 290

[109] ILHA, Fr. Manoel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621**. Introdução, notas e tradução portuguesa por Frei Ildefonso Silveira. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 32

não poderia ser ignorada pelos religiosos. Assim, o frade comentou: "o desejo do título bem como a amenidade do clima" daquela parte da Bahia teria contribuído para que os franciscanos delimitassem o local de mais uma morada na América Portuguesa.[110] Por não ter pisado no Brasil, Fr. Manoel da Ilha não pode conferir a amenidade do clima dos trópicos, mas é possível que tenha concedido um voto de confiança aos relatos produzidos pelos missionários que atravessaram o Atlântico, já que considerou a informação útil e a apresentou em sua *Narrativa*.

Alguns homens contemporâneos à construção do Convento de São Francisco também não pouparam elogios à qualidade dos ares da Baía de Todos os Santos. Um deles foi Gabriel Soares de Sousa (1540-1591)[111] que, nascido em Lisboa, deslocou-se para o Brasil em 1570 e, a partir de 1584, passou a viver na capitania da Bahia, terra a qual dedicou a maior parte do seu *Tratado Descriptivo do Brazil*, impresso pela primeira vez em 1825.[112] Na carta encaminhada ao Ministro Cristóvão de Moura e Távora (1538-1613), em 1587, o letrado lusitano expressou o seu desejo de contribuir com as "pouca[s] notícia[s] que nestes reinos se tem das grandezas e estranhezas desta província".[113] Quando Sousa redigiu sua obra, na segunda metade do século XVI, eram escassas as informações em língua portuguesa sobre o Brasil, já havendo passado dez anos desde a impressão da narrativa de Pero de Magalhães Gandavo. A falta de conhecimento sobre as riquezas do Brasil era, na leitura de Sousa, um dos principais motivos pelo qual os monarcas portugueses pouco tinham feito pela sua colônia nas Américas até aquela data. Assim, a fim de preencher essa lacuna, o letrado não mediu esforços em dar a conhecer

---

[110] ILHA, Fr. Manoel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621**. Introdução, notas e tradução portuguesa por Frei Ildefonso Silveira. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 32

[111] Gabriel Soares de Sousa chegou à Bahia pela primeira vez em 1567, quando integrou a expedição conduzida por seu irmão, João Coelho de Sousa. Nesse contato inicial com o Brasil, o letrado português seguiu o curso do Rio Paraguaçu, a fim de encontrar metais preciosos. Da parte sul da colônia foi rumando até as terras que, tempos depois, seriam delimitadas como parte da capitania de Minas Gerais e por fim, alcançou a Bahia, estabelecendo-se nas proximidades do Rio Jequiriçá. Cf. ADDITAMENTO. Algumas noticias biográficas a cerca de Gabriel Soares de Sousa, tiradas da 2ª edição da Historia Geral do Brasil, do editor Visconde de Porto Seguro. *In*: SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brazil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851, pp. XIII-XIV

[112] Gabriel Soares de Sousa levou o *Tratado Descriptivo do Brasil* quando retornou à Europa, em 1587. Em Madri, o livro foi ofertado a Christovam de Moura e pouco mais de uma década depois, a obra já era encontrada em Portugal, não se sabe se como uma cópia ou em sua versão original. O *Tratado* passou a ser referenciado em escritos redigidos entre os séculos XVI, XVII e XVIII, como aqueles produzidos pelo Frei Vicente do Salvador, pelo Pe. Simão de Vasconcellos e pelo Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. A primeira edição impressa do *Tratado Descriptivo do Brasil* foi editada apenas em 1825, sob os cuidados da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Ao Instituto Historico do Brazil. *In*: SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brazil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. pp. VIII-XI

[113] Ibid., p. VIII

"a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que tem a Bahia de todos os Santos e os demais Estado do Brasil, do que se os Reis passados tanto se descuidaram".[114]

Dos últimos reinados portugueses, Sousa aponta como exceção os feitos conduzidos por D. João III (1502-1557), considerado como um dos responsáveis pelo engrandecimento da América Portuguesa. De acordo com o *Tratado*, o monarca já sabia sobre as "grandes partes da Bahia, da fertilidade da terra, bons ares, maravilhosas águas e da bondade dos mantimentos dela"[115] e, por isso, autorizou que iniciassem o povoamento da região. O clima e os ares dessa capitania ganharam maior destaque na segunda parte do *Tratado*, denominada "Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem".[116]

Ao comentar as "qualidades" da capitania, Sousa diz que se trata de uma terra de "bons ares, mui delgados e sadios", em que se nota a recorrência de "muito frescas e delgadas águas", e completa salientando que a capitania é "mui abastada de mantimentos naturais da terra, de muita caça, e muitos e mui saborosos pescados e frutas".[117] Para o senhor de engenho, havia uma complementariedade entre esses três elementos: o ar salubre, as águas límpidas e os mantimentos que cresciam abundantemente na Bahia. Apenas em uma terra com ar limpo e fresco – um frescor possivelmente proporcionado pela grande faixa litorânea da capitania – era possível promover o cultivo de diferentes espécies vegetais e garantir a adequada adaptação de animais como o gado bovino, introduzido naquelas terras no início do século XVI.[118]

Esse clima comumente referido como ameno, salubre e temperado, que não seria tão diferente daquele do Velho Mundo, contribuiu para a maior adaptabilidade dos portugueses na região.[119] Ao notarem que os trópicos em nada se aproximavam dos ares secos que se esperavam da zona tórrida, não foram poucos os relatos de homens que apresentaram os ares do Brasil como salutares e mesmo como um possível remédio para os enfermos. Na visão do Pe. Luís da Grã (1523-1609)[120], os ares da Bahia eram de grande valor para a saúde dos irmãos mais velhos

---

[114] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e acrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 1

[115] Ibid., p. 101

[116] Ibid., p. 101

[117] Ibid., p. 101

[118] AB'SABER, Aziz N [et al]. A época colonial, v. 1: do descobrimento à expansão territorial. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo 1, v. 1. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 123

[119] FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. Ed. São Paulo: Global, 2006, p. 72

[120] Nascido em Lisboa, o Padre Luís da Grã estudou artes e direito civil na Universidade de Coimbra. Seu ingresso na Companhia de Jesus ocorreu em junho de 1543 e pouco tempo depois, em 1547, assumiu a função de reitor do

da Companhia de Jesus. Quando escreveu ao Superior da Ordem, o Pe. Inácio de Loyola, Grã já vivia há um ano e meio naquela capitania, mas devido à ausência de navios que partiam da Bahia com destino à Europa, o religioso ainda não havia tido a oportunidade de se comunicar com seus superiores.[121]

Naquele dezembro de 1554, o Pe. Luís da Grã estava acompanhado apenas por João Gonçalves (152?-1558), irmão coadjutor[122], cuja função era ensinar as crianças que se encontravam sob os cuidados da Companhia. Assim, caberia ao Ir. Gonçalves oferecer "o que fosse necessário para sustentar as crianças", isto é, o amparo físico, que viria por meio das refeições, e o amparo espiritual, que, para os jovens, envolvia o sacramento do batismo e a catequese.[123] Contava o religioso que o irmão veio do Reino sem trazer consigo nenhum tipo de "remédio humano para a saúde", pois os preparos medicinais que havia em Portugal não eram tão valiosos quanto os "bons ares" do Brasil.[124] A "graça do Senhor" era abundante naquela colônia e, por isso, Grã afirma a Loyola que "sem dúvida[,] os velhos e os magricelas o sentem de propósito para a saúde do corpo, e todas as partes do Brasil dizem o mesmo".[125] Comparando Portugal e a Bahia, o Pe. Luís da Grã explica que, enquanto no Reino se aplicam os medicamentos conhecidos, nas terras do Brasil a graça divina se manifesta em seus ares e, por isso, seus ventos servem como um remédio ofertado aos mais velhos e aos indivíduos de baixa compleição.

O convite para que os irmãos da Companhia desbravassem os trópicos reascendeu as preocupações do jesuíta com o número de missionários, visto que a missão evangelizadora estava em larga expansão. Para que os religiosos desempenhassem adequadamente as suas diversas atividades, não bastava apenas o cuidado com a alma, era preciso, também, atenção

---

Colégio de Coimbra. O religioso chegou ao Brasil em julho de 1553 e em 1560, substituiu o Padre Manuel da Nóbrega na função de Provincial do Brasil, cargo que ocupou até o início da década de 1570. Encerrada sua atuação como Provincial, o padre assumiu o ofício de reitor do Colégio da Bahia entre 1574 e 1575 e ocupou o mesmo posto no Colégio de Recife, entre 1577 e 1589. Cf. LEITE, Serafim. Introdução Geral. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 63-65

[121] De acordo com o religioso, até o momento de escrita da sua carta havia apenas algumas embarcações que saíram de Ilhéus e dali levaram as correspondências aos seus superiores. Cf. GRÃ, Pe. Luís da. Do P. Luís da Grã ao P. Inácio de Loyola. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 129

[122] Na Companhia de Jesus, os irmãos coadjutores eram os professos de três votos da Ordem – votos de pobreza, obediência e castidade – e aguardavam para proferir o quarto voto, de obediência ao Sumo Pontífice. Compondo uma segunda categoria na organização da Ordem, os coadjutores poderiam prestar serviços divinos e auxiliar os membros da Companhia de Jesus em suas atividades temporais e espirituais. Cf. **CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação**. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 40-42

[123] GRÃ, Pe. Luís da. Do P. Luís da Grã ao P. Inácio de Loyola. *In*: LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 130

[124] Ibid., p. 130

[125] Ibid., p. 130

com o corpo. Assim, mesmo vivendo em lugares remotos, o mais recomendado era que os irmãos residissem em espaços limpos e salubres, a fim de não prejudicar sua saúde e com isso, inviabilizar suas práticas evangelizadoras.[126] Como os ventos possuíam grande influência para manutenção de um corpo saudável – os homens deveriam se proteger dos ventos frios durante o inverno e se refrescar nas brisas, durante o verão – era importante que os mais debilitados vivessem em lugares frescos e sadios,[127] como eram os ventos da capitania da Bahia, de acordo com a narrativa do jesuíta.

A preocupação de que os irmãos residissem em lugares benéficos à saúde e evitassem os ares corruptos parece ter sido recorrente entre os religiosos. Quando escreveu aos irmãos enfermos que viviam em Coimbra, o Ir. José de Anchieta (1534-1597)[128], que embarcou rumo ao Brasil na mesma expedição de Luís da Grã, teceu alguns comentários sobre a bondade dos ares de São Vicente. Na epístola, redigida em março de 1555, o religioso contou aos irmãos que, até então, vinha atuando como "médico e barbeiro" em Piratininga, vila distante apenas "dez léguas do mar", e que era "terra muito boa", pois, mesmo com a ausência das purgas e regalos conhecidos, era possível cuidar dos enfermos recorrendo aos recursos locais, como as "folhas de mostarda cozidas com outros legumes da terra, e manjares".[129] Anchieta afirma ainda que a bondade da terra atuara sobre a sua própria saúde, já que, diferentemente de quando chegara ao Brasil, há dois atrás, já não sentia "nenhuma diferença" entre ele e "um [homem] são".[130] A boa disposição do padre – disposição que lhe permitia escrever essas cartas, como ressaltou – também era observada nas boas feições do seu irmão da Ordem, Gregório Serrão

[126] Entre os religiosos da Companhia de Jesus havia uma constante preocupação com a conservação do corpo de seus missionários. Na terceira parte das *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*, o segundo capítulo intitulado "A conservação do corpo" versou exclusivamente sobre essa questão, afirmando que "Apesar de a preocupação exagerada com os cuidados do corpo ser repreensível, o devido cuidado em usar os meios de conservar a saúde e as forças físicas, para o divino serviço, é de louvar e a todos se pede". Das práticas que envolviam o cuidado com o corpo estava a uniformidade nas horas de sono e das refeições, a escolha das vestimentas, os cuidados com o trabalho físico e a atenção dedicada aos religiosos de idade mais avançada e de saúde mais fraca. Cf. **CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e normas complementares aprovadas pela mesma Congregação**. Edições Loyola: São Paulo, 1997, p. 113-116

[127] MOSSÉ, Claude. As lições de Hipócrates. *In*: LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. 2. Ed. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1997, p. 46

[128] José de Anchieta chegou ao Brasil em 1553, desembarcando nas terras da Bahia juntamente com o Pe. Luís da Grã. O religioso ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos de idade, em 1551 e chegou aos trópicos na condição de Irmão Coadjutor. Em 1566, Anchieta foi ordenado Sacerdote e no ano seguinte, foi elevado à condição de Superior da Companhia em São Vicente. Os últimos votos do padre foram proferidos em 1577, aos 43 anos de idade. Cf. LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p.67-69

[129] ANCHIETA, Pe. José de. Do Pe. José de Anchieta aos irmãos enfermos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu.** Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 158-159

[130] Ibid., p. 158

(1527-1586), a quem Anchieta dizia ser um homem "de mais fraca compleição", mas que, naquele momento, parecia estar "tão são" quanto o próprio autor da carta.[131]

A preocupação de Anchieta com a sua disposição e com a do Irmão Gregório não era vã. Quando chegaram ao Brasil, ambos eram irmãos coadjutores e, por isso, estavam aptos a ministrar não apenas a catequese e os sacramentos da fé cristã, mas também podiam preparar emplastros, mezinhas e realizar sangrias nos doentes que vinham ao seu encontro.[132] A experiência de Anchieta e os bons resultados observados na saúde de seu confrade, possivelmente influenciaram a opção do autor por finalizar sua breve carta com um convite aos irmãos que residiam em Portugal: "Finalmente, caríssimos, sei-vos dizer que se o P. M. Mirón quiser cá mandar-vos todos os que ficáveis opilados e meio doentes meio sãos, a terra é muito boa, os ares são muito sãos, as mezinhas são trabalhos, e tanto melhores quanto mais conformes a Cristo".[133] Ao longo da epístola, Anchieta não nega os obstáculos físicos e morais com os quais havia se deparado na capitania de São Vicente.[134] As adversidades, no entanto, eram compensadas pela possibilidade de os enfermos de Coimbra respirarem ares tão salubres e curarem suas doenças com as mezinhas que, mesmo simples, eram preparadas de maneira cuidadosa pelos missionários da Companhia de Jesus.

O ar salubre de São Vicente possivelmente foi um dos motivos que levou o Pe. Manuel da Nóbrega a retornar a essa capitania. Em carta direcionada, em setembro de 1557, ao Pe. Miguel de Torres (1507-1593), Nóbrega comenta algumas das dificuldades que vinha enfrentando na Bahia devido às condições precárias da casa em que vivia, sendo necessário que os padres e irmãos dormissem no chão. Juntamente com a solicitação de agasalhos, Nóbrega pediu ao Provincial de Portugal que enviasse à América "ao menos um Provincial e alguns padres e irmãos, que ajudem, porque a mim devem-me já ter por morto, porque ao presente fico deitando muito sangue pela boca".[135] De acordo com o padre, um médico que vivia naquelas terras teria apresentado algumas explicações para a origem da sua tosse, dizendo que seria "veia

---

[131] ANCHIETA, Pe. José de. Do Pe. José de Anchieta aos irmãos enfermos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu.** Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 159

[132] LEITE, Serafim. Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil, **Brotéria**, Lisboa, separata do v. IV, fasc. 4, abril de 1952, p. 386

[133] ANCHIETA, Pe. José de. Do Pe. José de Anchieta aos irmãos enfermos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 161

[134] Segundo Anchieta, a missão no Brasil era árdua e demandava dos irmãos força física suficiente para enfrentar os "atoleiros, subidas e matos" de Piratininga e uma "grande fortaleza interior" para que os religiosos permanecessem como santos em meio à "Babilônia" em que estava inserida aquela região. Cf. ANCHIETA, Pe. José de. Op. Cit., p. 159; p. 161

[135] NÓBREGA, Pe. Manuel da. Do Pe. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Provincial de Portugal. *In*: LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 70

quebrada", decorrente "do peito" ou que poderia "ser da cabeça", mas o que se confirmava até o momento era a febre constante.[136] O principal sintoma relatado por Nóbrega – deitar sangue pela boca – era um indício da doença que, tempos depois, veio a ser denominada tuberculose, mal endêmico, muito associado às más condições de moradia, como as que foram relatadas pelo religioso.[137]

Dois anos depois, o Pe. Miguel de Torres respondeu à epístola e ressaltou a importância de louvar a Deus pelo "espírito inspirador que Ele" dava a Nóbrega, levando o religioso a "dar a vida por suas almas" no árduo trabalho que realizava. Contudo, relembrou o Provincial, outra forma de servir a Deus era pela conservação de sua própria saúde, pois somente com a adequada disposição física seria possível dar continuidade ao empreendimento missionário. Assim, recomendava Torres que Nóbrega saísse da Bahia e fosse levado para São Vicente, pois era "uma terra mais para o propósito da sua saúde", e, naquele local, o padre poderia "recuperar a perda e conservar aquel[a] que o Senhor lhe dá, não assumindo empregos que não simpatizem com suas forças" e ajudando-se com os ministros que possuía na capitania.[138] Para o religioso português, a troca de ares, da casa fria e úmida em que Nóbrega vivia na Bahia para os ares amenos de São Vicente, bem como o auxílio dos irmãos da Ordem, seria de grande valor para recuperação da saúde e da disposição do missionário.

A salubridade que os religiosos atribuíram ao ar de São Vicente nem sempre tinha sua origem explicada. Em linhas gerais, afirmavam que a capitania de Martim Afonso de Sousa (1500-1564) contava com um clima ameno e úmido, com ventos mais frios do que se havia sentido em outras partes do litoral do Brasil. Foi José de Anchieta, em 1560, que apresentou maiores detalhes sobre o clima e as distintas estações que vinha notando durante o tempo em que viveu na região. Em maio de 1560, o inaciano foi imbuído da missão de escrever ao Geral da Companhia de Jesus, Pe. Diego Laynes (1512-1565), que desejava conhecer, segundo Anchieta, "acerca do que suceder conosco que [fosse] digno de admiração ou desconhecido

---

[136] NÓBREGA, Pe. Manuel da. Do Pe. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Provincial de Portugal. *In*: LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 70

[137] MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços de cura. 3. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017, p. 390-391

[138] "[...] mas porque creeemos que el mismo Señor será más servido de conservarla para más a la larga poder servirle, nos parece in Domino que V. R.ª se passe a San Vicente que es tierra más a prepósito de su salud, y ahí entienda a recuperar la perdida y a conservar la que el Señor le diere, no tomando trabajos que no se compadezan con sus fuerças". Quando o Pe. Miguel de Torres escreve a Nóbrega, recomenda que o Pe. Luís da Grã, então Provincial do Brasil e residente à época em São Vicente, fosse levado à Bahia. Cf. TORRES, Miguel de. Do P. Miguel de Torres ao P. Manuel da Nóbrega. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958, p. 31

nessa parte do mundo".[139] A epístola direcionada ao Padre Geral constava de vinte e oito páginas, nas quais o Ir. Anchieta apresentou diferentes espécies da fauna e flora encontradas em São Vicente. Antes de passar às descrições das criaturas que eram desconhecidas dos europeus, como o peixe-boi e a erva-viva, o religioso ofereceu algumas informações relativas ao clima e às estações de São Vicente, um clima que em nada se aproximava de um ambiente seco e árido. Pelo contrário, o irmão relatava que em São Vicente:

> A divisão das estações do ano (se se considerar bem) é totalmente oposta à maneira porque aí se compreende; porque, quando lá é primavera, aqui é inverno, e vice-versa; ambas, porém, são de tal modo temperadas, que não faltam no tempo de inverno os calores do sol para contrabalançar o rigor do frio, nem no estio, para tornar agradáveis os sentimentos, as brandas aragens e os úmidos chuveiros, porque esta terra, situada (como já disse) à beira-mar, seja regada em quase todas as estações do ano pelas águas da chuva.[140]

Nessa capitania, situada a "vinte e três graus e meio medidos de Nordeste a Sudeste"[141] da linha Equinocial, a organização das estações era uma "coisa inteiramente diversa"[142] quando comparada ao Velho Mundo, ainda que não fosse possível delimitar quando se encerravam e se iniciavam cada sazão. Para Anchieta, a vigência de um clima temperado e estável era decorrente do constante calor provocado pelo sol. O calor era quase cotidiano, mas de incidência moderada, não impedindo, por exemplo, a ocorrência de dias mais frios em alguns meses. Devido à localização de São Vicente, situada na faixa litorânea do Brasil, os ventos e as chuvas eram regulares, sobretudo as precipitações, que ocorriam de "quatro em quatro, de três em três, ou de dois em dois dias"[143] e eram sucedidas por dias de sol. Da oscilação entre calor e chuva, o religioso explica que em alguns anos as chuvas eram menos frequentes e com isso, os campos se tornavam estéreis, mas que esta esterilidade não era decorrente "tanto pela força do calor, que não [era] excessivo, como pela carência da água".[144]

As estações distintas e os ventos frios de São Vicente despertaram a atenção de diversos observadores que, em suas crônicas e tratados, se dedicaram a descrever as condições naturais das capitanias brasílicas, como foi o caso de Fr. Vicente do Salvador. De acordo com o franciscano, as capitanias de São Vicente e Tamaracá, separadas em sentido norte-sul pelo rio São Vicente, continham ares "frios e temperados, como os da Espanha", e isto se explicava

---

[139] ANCHIETA, Joseph de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao ultimo de maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 103
[140] Ibid., p. 106
[141] Ibid., p. 104
[142] Ibid., p. 104
[143] Ibid., p. 104
[144] Ibid., p. 104

porque ambas "já estão fora da zona tórrida em vinte e quatro graus e mais".[145] Esse afastamento das duas capitanias em relação à referida zona tórrida era, na leitura do religioso, a principal explicação para as estações frias sentidas naquela região.

Em *História do Brazil*, o franciscano afirma que a amenidade do clima de São Vicente proporcionava uma "terra mui sadia, fresca e de boas águas", um terreno fértil para algumas culturas comumente encontrados na Europa, como a do trigo, que "dá muito", da cevada e "grandes vinhas, donde se colhem muitas pipas de vinho, ao qual para durar dão uma fervura no fogo".[146] A rápida adaptação dos europeus ao consumo da mandioca, inclusive dos religiosos, que passaram a adotar a raiz em seu cotidiano, não impediu as tentativas de introdução do trigo em algumas áreas do Brasil. O solo e principalmente o clima de São Vicente favoreceram o cultivo desse cereal e da cevada, bem como a criação de ovelhas, espécies vegetais e animais que foram aclimatados naquela região em finais do século XVI.[147] No caso dos trigais, a sua produção ainda era pequena e rudimentar, não possibilitando uma eventual substituição da farinha de mandioca pela farinha de trigo, por exemplo, mas foi de grande serventia para a preparação das hóstias que eram oferecidas nas missas ministradas pelos padres jesuítas.[148]

Em meados do século XVIII, outro franciscano de origem brasílica, Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), relembrou aos seus confrades o quanto a região ao sul do território colonial era salubre e o quão distintas eram as estações que lá predominavam. Tais informações vinham impressas no *Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*, obra redigida entre 1752 e 1761, dedicada a tratar dos dois descobrimentos do Brasil: o descobrimento temporal, promovido pelos portugueses, e o descobrimento espiritual, realizado pelos Frades Menores de Santo Antônio que fizeram parte da frota de Pedro Álvares Cabral.[149]

---

[145] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 38

[146] Ibid., p. 38

[147] No caso da criação de ovelhas, os animais foram introduzidos para beneficiar a produção têxtil que, gradualmente, estava sendo instalada na capitania. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 210; p. 273

[148] FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. Ed. São Paulo: Global, 2006, p. 95

[149] A primeira edição da obra de Jaboatão foi impressa em Lisboa, ano de 1761. Quase um século depois, em 1858, a obra foi reimpressa no Rio de Janeiro, sob os cuidados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo reorganizada em três volumes. O segundo volume foi publicado em 1861 e o terceiro, em 1862. Cf. JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 7; IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes franciscanas: historiografia clássica da Ordem no Brasil colonial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 41, mar./2011, p. 130

Já nas primeiras estâncias da obra, o religioso explica que sua crônica não apresentaria cada uma das capitanias do Brasil de acordo com a ordem cronológica de sua fundação, mas a partir da presença dos religiosos da Ordem seráfica, principalmente da criação de seus Conventos. Naquelas em que não havia casas franciscanas, seriam descritas "quando a elas nos levar outro qualquer motivo, como o dos Religiosos, que, primeiro que outros alguns, foram a elas com as suas Missões, e isto não pode ser conforme ordem, e situação, que elas guardam entre si".[150] Assim, no primeiro volume da *Chronica*, Fr. Jaboatão dedica-se a apresentar o processo de formação das quatorze capitanias existentes em sentido sul-norte, de São Vicente ao Grão-Pará. Sobre São Vicente, uma das primeiras "colônias lusitanas" a receber os frades menores,[151] o religioso destacou que era "tão aprazível, e amiga da saúde, como o são todas as do Brasil",[152] mas que dessas se diferenciava pelo seu clima, como explicou:

> nas estações do inverno, e verão, que em S. Vicente, assim como na Europa, é o inverno naqueles meses, em que no mais do Brasil é verão, e é o verão lá, quando no mais é inverno, com os mesmos frios, e calmas, que se experimentam na Europa, e ainda aqui com mais excesso pela terra dentro.[153]

Ao que parece, a recorrência dos meses de frio era a principal característica que diferenciava a terra de São Vicente das demais partes do Brasil. Situada "quase debaixo do Trópico Austral",[154] segundo as palavras de Fr. Jaboatão, a capitania teria seu inverno durante os meses do inverno europeu, que remetia ao período de verão do restante da América Portuguesa. A afirmação do franciscano destoava das considerações do Ir. José de Anchieta e do Fr. Vicente do Salvador em relação aos meses do inverno, mas partilhava a mesma ideia de que os frios da capitania não se assemelhavam ao calor dos trópicos e muito se pareciam com os ventos do Velho Mundo.

Assim como seus antecessores, Fr. Jaboatão compreendia a frialdade da capitania, principalmente dos seus sertões, como um importante elemento para a cultura de diferentes

---

[150] JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 56

[151] Segundo Frei Jaboatão, durante o período da governança de Martim Afonso de Sousa, na vila de São Vicente, sede da capitania de mesmo nome, conservou-se uma Igreja Matriz e uma capela do "nosso Santo Antônio", santo protetor da Província franciscana de Portugal. Dizia o religioso que a capela era pequena em tamanho, "mas grande pelos milagres contínuos, com que acode a todos os seus moradores, que a frequentam". Antes da fundação da Custódia de Santo Antônio do Brasil, em 1585, a capitania de São Vicente contou com a presença de missionários espanhóis: Fr. Juan Carvajal, Fr. Juan de Aponte, Fr. Diego de Guiso e possivelmente, Fr. Franciscano Romano chegaram à capitania em 1583 e ali passaram dois anos concedendo auxílio espiritual aos colonos e indígenas. Cf. JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. Op. Cit., p. 62; WILLEKE, Fr. Venâncio. **Missões Franciscanas no Brasil (1500/1975)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974, p. 30

[152] JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. Op. Cit., p. 57

[153] Ibid., p. 57

[154] Ibid., p. 57

espécies. Para o franciscano, o clima frio permitia que ali se cultivassem "plantas, flores e frutos comuns do Brasil", além de "outros muito especiais, e dos melhores da Europa", assim como eram as "espaçosas searas de trigo, e largas vinhas, que ali produz com muito vigor".[155] Favorecidas pelo clima ameno, as uvas cultivadas no planalto paulista produziam quantidades significativas de vinho, havendo alguns moradores da Vila de São Paulo que, em finais do século XVI, obtinham "duas pipas de vinho por ano", como afirmou Gabriel Soares de Sousa, em 1587.[156]

A salubridade, as estações distintas e o clima ameno despertaram, como se viu, a atenção de muitos letrados que se dedicaram a abordar os ares do Brasil. Desses homens, uns voltaram-se para o clima de toda a América Portuguesa, enquanto outros concentraram seus esforços na tentativa de recontar a história de uma determinada capitania. De uma ou de outra perspectiva, os ares mantiveram-se em evidência e em algumas narrativas serviram para explicar por que certos locais da nova terra eram referidos como um "segundo paraíso". Para o beneditino Domingos do Loreto Couto (1696-1757)[157], as riquezas naturais e especialmente, os ares benignos indicavam que a capitania de Pernambuco seria uma criação divina. Tais afirmações foram apresentadas pelo religioso da Ordem de São Bento[158] no primeiro dos oitos livros que compunham o seu *Desagravos do Brazil e Glorias de Pernambuco*. Redigida na cidade de

---

[155] JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 57

[156] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e acrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 89

[157] Domingos do Loreto Couto era natural de Recife e aos dezesseis anos, tornou-se noviço da Ordem Terceira de São Francisco. Já em sua vida adulta, o religioso residiu por alguns anos em Portugal, onde almejava realizar seus votos para integrar à Ordem dos Frades Menores. Os votos, no entanto, não foram concluídos e o letrado retornou ao Brasil, onde residiu na capitania da Bahia e permaneceu algum tempo longe da vida conventual. Em 1735, Domingos Couto retornou a Pernambuco e por volta de 1740, realizou a sua transição para a Ordem de São Bento, onde professou seus votos. Sobre a sua obra, *Desagravos do Brazil e Glorias de Pernambuco*, finalizada em 1757, seu manuscrito esteve salvaguardado na Biblioteca Nacional de Lisboa e foi impresso pela primeira vez nos Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, em 1904. Cf. INTRODUCÇÃO. *In*: COUTO, D. Domingos de Loreto. Desagravos do Brazil e Glorias de Pernambuco, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XXIV, 1902, não paginado; MELO, Bruno Kawai Souto Maior de. Entre franciscanos e beneditinos: o caso de Domingos do Loreto Couto (1696-1762), **Clio**: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n.34, p. 207-226, 2016.

[158] A Ordem de São Bento foi fundada no século VI pelo abade italiano Bento de Núrsia (480-547). Entre os professos da Ordem, a figura de São Bento se tornou um modelo para aqueles que desejavam administrar a vida monástica. A "Regra", redigida no século VI e atribuída a São Bento é o documento que conduz a Ordem beneditina e a partir do qual os religiosos se basearam para construírem a sua vida no interior da comunidade monástica. Em finais do século XVI, o primeiro grupo de beneditinos chegou ao Brasil, conduzido pelo Frei Antônio de Ventura Latrão, responsável pela fundação do mosteiro beneditino em Salvador, no ano de 1581. Sobre a instalação da Ordem e atuação dos beneditinos no Brasil, ver: LUNA, Joaquim G. de. **Os monges beneditinos no Brasil**. Esboço histórico. Rio de Janeiro: "Lumen Christi", 1947; SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c.1580/ c.1690. Niterói: Editora da UFF, 2014.

Recife e concluída em 1757, a obra não foi produzida visando o "lucro", como mencionou o autor, mas conduzida pelo sentimento de "mágoa", devido ao grande descuido dos moradores de Pernambuco em "perpetuar as virtudes de seus filhos".[159] Na tentativa de apresentar todas as glórias dos ilustres moradores e defensores da terra, sobretudo daqueles que lutaram contra os invasores holandeses, Domingos do Couto considerou pertinente retornar alguns séculos e relembrar dos primeiros homens que viveram em Pernambuco.

Conta o beneditino que quando os portugueses chegaram à capitania posteriormente concedida a Duarte Coelho Pereira (1485-1554), depararam com os "Xacurús, Panatís, Icos, Icosinhos, e Coremas"[160] que viviam nos sertões; os tabajaras, que habitavam a faixa litorânea, e os tupinambás e potiguaras, que também faziam morada nessas terras.[161] A presença desses grandes e distintos grupos de nativos na capitania não era uma mera coincidência. Segundo Couto, a região de Pernambuco era, em todo o território colonial, a melhor terra para se viver:

> Sem controvérsia é Pernambuco o mais delicioso país de toda a América portuguesa. O seu clima é por excelência o melhor entre os bons. É um segundo paraíso em ares vitais, e benignos. O terreno é outra nova terra de promissão. Logra uma contínua Primavera, com que se enfeita a terra, alegra a vista, recreia o olfato, sustenta o gado, cura os homens, e enriquece aos pobres.[162]

Se na literatura bíblica o paraíso divino era repleto de ervas verdes, árvores frutíferas, gado e répteis,[163] a capitania de Pernambuco, do mesmo modo, mostrava-se uma terra de grande fertilidade, de clima agradável e ares limpos, que contribuíam para a saúde de seus moradores e para as muitas espécies que cresciam nesse ambiente. Para Domingos do Couto, não havia dúvidas de que todas as riquezas naturais da capitania indicavam tratar-se de uma "terra de promissão", como a terra de Canaã, prometida por Deus a Moisés. De acordo com a literatura bíblica, Moisés e Arão conduziram os filhos de Israel em sua fuga do Egito. Após a morte de Arão, Moisés seguiu as orientações divinas e levou as noves tribos para as terras situadas na outra margem do rio Jordão, a "terra de Canaã", uma herança de Deus que deveria ser partilhada entre essas tribos.[164]

---

[159] Prólogo ao leitor. *In*: COUTO, D. Domingos de Loreto. Desagravos do Brazil e Glorias de Pernambuco, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XXIV, 1902, p. 7

[160] COUTO, D. Domingos de Loreto. Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XXIV, 1902, p. 28

[161] Ibid., p. 34

[162] Ibid., p. 34

[163] Genesis 1, 12-24. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 1

[164] De acordo com o livro dos números, a terra de Canaã foi partilhada entre as seguintes tribos: tribo de judá, tribo dos filhos de Simeão, tribo de Benjamim, tribo dos filhos de Dã, tribo dos filhos de Manassés, tribo dos filhos de

Na América Portuguesa, a capitania de Pernambuco seria a "terra de promissão" dos lusitanos mais pobres, que, ao se depararem com a sua benignidade e fertilidade, rapidamente enriqueciam, sobretudo os que se dedicavam à criação de gado. Como destacou o beneditino, os ares limpos e o solo fértil possibilitavam a existência de treze diferentes gêneros de ervas, que serviam como pasto para os gados vacum e cavalar. Do gado, Couto destaca que era tão abundante "que pobres, e ricos, e brancos, e pretos se sustentam das suas carnes que são as mais saborosas de todo o Brasil".[165] Sobre as ervas que encantavam o olfato e eram curativas, o religioso enfatiza que "não se podem reduzir a número" e que, naquele ano de 1757, havia descoberto uma espécie semelhante ao cravo da Índia, "tendo nas folhas, e fruto, o mesmo sabor, e gosto".[166]

Ao comentar sobre a capitania de Pernambuco, seus primeiros donatários e suas riquezas naturais, Fr. Jaboatão replicou algumas linhas do parágrafo em que Domingos do Couto descreveu os ares e a fertilidade da terra como sendo parte do Éden ali presente.[167] Antes de citar a passagem extraída de *Desagravos do Brasil*, o franciscano indica em nota de rodapé os autores que consultara para conhecer a história daquela região, sendo um deles, o beneditino Domingos do Couto.[168] Fr. Jaboatão não teceu comentários ao *Desagravos do Brasil* nem avançou o motivo de sua escolha de alguns recortes da obra, mas a opção em replicar a passagem mencionada demonstra a sua concordância de que as terras pernambucanas eram apreciadas pelo clima agradável e pelos ares benignos que, ao que tudo indica, aproximavam-na do paraíso bíblico.

Foram muitas as explicações dadas pelos letrados quinhentistas, seiscentistas e setecentistas para as boas condições dos ares e do clima do Brasil. Para alguns, o clima ameno era decorrente da localização geográfica da colônia, bem abaixo dos trópicos e com uma grande

---

Efraim, tribo dos filhos de Zebulom, tribo dos filhos de Issacar, tribo dos filhos de Aser e a tribo dos filhos de Nafatli. Cf. Numeros 34, 19-29. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 108

[165] COUTO, D. Domingos de Loreto. Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XXIV, 1902, p. 34-35

[166] Ibid., p. 35

[167] Na Estancia IX, em que tratou da Capitania de Pernambuco, Fr. Jaboatão comentou sobre a fundação da capitania, bem como dos seus vastos recursos naturais, dos quais destacou a salubridade do ar. Nessa passagem sob os ares e o clima de Pernambuco, o franciscano replicou uma passagem da obra de Domingos de Couto e ao final, inseriu uma nota de rodapé com referências às obras e autores que apresentaram importantes considerações sobre a capitania, abordando desde a sua restauração até aqueles meados do século XVIII. Na nota, constavam as seguintes informações: "Castriot Lusit., Brito Freyre., Valoros., Lucid., Memor. Diar. & [...], Santuar. Marian. Tom. 9 fol. 259". Cf. JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 149

[168] Ibid., p. 149

faixa litorânea, que proporcionava ventos úmidos e constantes. Para outros, o que se via era o dom de Deus manifestado por meio de ares salubres que auxiliavam na cura dos enfermos e na manutenção da saúde, e que, por isso, tornaram o lugar um polo de atração para que os irmãos enfermos atravessassem o Atlântico e estabelecessem morada na terra. Cogitava-se que, em tempos de grandes pecados, os ares poderiam se corromper como sinal do descontentamento divino em relação à má conduta dos católicos, como veremos a seguir. Grande parte das reflexões dedicadas ao clima brasílico, no entanto, envolvem comentários sobre as temperaturas amenas e benéficas à agricultura, e a ares sadios que, acompanhados pela grande quantidade de águas do Brasil, refletiam a bondade divina para com os moradores da América Portuguesa.

1.3 Das águas

O encantamento com a abundância das águas – rios, fontes e chuvas – também ocupou um lugar significativo nas crônicas, cartas e tratados redigidos pelos católicos da América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. Aqueles que se dedicaram a escrever histórias sobre o Brasil não deixaram de narrar os caminhos percorridos pelas águas que seguiam para o sertão e dos rios que serviram para demarcar os limites das capitanias. Quando se debruçou sobre os rios do Brasil, Sebastião da Rocha Pitta destacou que o Rio de São Francisco, o Rio das Amazonas e o Rio da Prata formavam um "triunvirato das águas, dominante sobre todos os rios do mundo".[169] Em sua *Historia da America Portugueza*, o letrado enumera os diferentes rios que havia no interior do território colonial e, a seu ver, a sua opulência era tamanha que poderia ser comparada à aliança formada pelos três conhecidos líderes romanos: Pompeio, Júlio César e Crasso.[170]

Nas páginas em que descreve a paisagem do Brasil, Rocha Pitta delimita o local de nascimento de cada um desses importantes mananciais. Do "grandíssimo" rio de São Francisco, relata que sua nascente era encontrada em meio às serranias e distritos, situados nas proximidades das minas de ouro da recém-criada capitania de Minas Gerais.[171] As margens do São Francisco eram as mais povoadas de todo o Brasil, suas águas eram "fecundíssimas, e medicinais", além de permitir a navegação de embarcações medianas por mais de quarenta

[169] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 12
[170] MORAIS, Rui. De Sula ao "1º Triunvirato" o legado de Crasso e Pompeio Magno. In. BRANDÃO, José Luis; OLIVEIRA, Francisco de (org). **História de Roma Antiga**, Volume I: das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 382-383
[171] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. Op. Cit., p. 10

léguas pelos sertões.[172] No Reino do Peru nascia o Rio das Amazonas ou Grão-Pará, aquele que poderia ser "pai de todos os rios, como o Oceano [era] pai de todos os mares", pois era um rio de curso "longuíssimo", que corria por "inumeráveis léguas".[173] A grandeza do Amazonas não era medida apenas pela extensão de seu curso, mas pelas suas dimensões quando se aproximava do deságue no Oceano. Explicava o autor que, faltando setenta léguas para chegar a sua foz, se observava "uma boca de oitenta de largo" nesse rio que, por ser tão impetuoso, era capaz de "transforma[r] as ondas salgadas em águas doces", das quais bebiam os seus navegantes.[174] Por fim, o terceiro imperador dos rios do Brasil era o "estupendo Rio da Prata" que, de acordo com o letrado, era o "maior de todos, e só inferior ao Grão-Pará, ou das Amazonas".[175] O rio da Prata era descrito como o "irmão menor" do Rio das Amazonas, pois ambos partilhavam da mesma nascente. De forma semelhante ao "mais velho", o Prata também possuía um curso dilatado que permitia aos seus navegadores beberem da sua água doce antes de encontrar as águas oceânicas. Ainda sobre o rio da Prata, Rocha Pitta comenta que era comum os escritores denominá-lo "Paraguai", não sabendo identificar que este era o nome de um outro rio cujas águas se encontravam com a do Prata ao longo do seu curso e não "no princípio do seu nascimento".[176]

A forma escolhida por Rocha Pitta para abordar os três principais rios do Brasil, exaltando a opulência das suas águas, foi comum em outros escritos entre o Quinhentos e o Setecentos, inclusive naqueles redigidos nas primeiras décadas do estabelecimento dos portugueses no Brasil. Pouco mais de um século antes da redação de *História da América Portugueza*, o Pe. Francisco Soares (1560-1597)[177] também deu ênfase ao "triunvirato" composto pelo rio da Prata, rio São Francisco e rio das Amazonas, do qual ainda pouco se sabia quando sua obra, *Coisas notáveis do Brasil*,[178] foi redigida, entre 1591 e 1596. Procurador da

[172] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 13
[173] Ibid., p. 11-12
[174] Ibid., p. 12
[175] Ibid., p. 14
[176] Ibid., p. 14
[177] Francisco Soares ingressou na Companhia de Jesus em 1575 e iniciou seus estudos na Ordem em 1582. Durante o seu período de formação, tornou-se um conhecedor da língua brasílica, da gramática e dos casos de consciência. Retornou a Portugal em 1589, acompanhando o Visitador Cristóvão Gouveia. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IX (Escritores: de N a Z – Suplemento Biobibliográfico – II). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 139
[178] Há dois manuscritos da obra *Coisas Notáveis do Brasil*. Um deles foi encontrado na Biblioteca Real da Academia de la Historia, de Madri com o título *De alguãs Cousas mais notáveis do brasil e de alguns costumes dos Indios*, composto por treze páginas ou sete fólios incompletos e possivelmente redigido em 1590. O segundo foi encontrado na Biblioteca da Universidade de Coimbra, intitulado *De alguãs Cousas mais notaveis do Brazil* e provavelmente redigido entre os anos de 1591 e 1596. Desse segundo manuscrito, há duas edições integrais, uma delas publicada em diferentes números do Arquivo Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra entre

Companhia de Jesus, o jesuíta permaneceu poucos anos no Brasil, porém, foi tempo suficiente para que pudesse descrever um sem número de "coisas notáveis" que havia observado na terra. Nesse tratado, em que abordou os mais distintos assuntos, o Pe. Soares destaca o seu desejo de não "enfadar" os seus leitores e que, por isso, ao falar das águas, dedicar-se-ia apenas aos rios "mais notados" entre as "tantas fontes e [...] muitos rios" que havia no "sítio do Brasil".[179]

Dos rios nomeados,[180] o maior era o Rio da prata, que tinha "35 léguas de boca e muitas léguas bebem suas águas no mar". De acordo com jesuíta, a extensão do Prata era tamanha que alcançava as terras de domínio espanhol e alguns homens diziam ser possível observar atrás dele "uma lagoa deste sertão muito rica de ouro".[181] A mesma lagoa que comentavam haver atrás do Prata chegava até uma alta cachoeira em que se localizava o rio de São Francisco. Suas águas tinham um curso menor que as do Prata, possuindo "meia légua de boca" e capaz de proporcionar até três léguas de água doce quando se encontrava com o mar. Ainda que menor, o São Francisco era um rio profundo e seus navegadores percorriam um curso de até setenta léguas para alcançar a cachoeira que o ligava com o Rio da Prata.[182] As outras águas mencionadas foram as do rio "das Amazonas", situadas há "meio grau da [linha] equinocial para o sul". Menor do que o Prata e maior do que o São Francisco, o Amazonas teria "até 30 léguas de boca" e em sua entrada era possível encontrar muitas ilhas. Sua extensão ultrapassava os domínios portugueses e, segundo o jesuíta, rio abaixo era possível observar "castelhanos até 600 léguas", mais um indício do seu longo curso.[183]

Quando o Pe. Francisco Soares apresentou suas considerações sobre o rio das Amazonas, em finais do século XVI, suas dimensões ainda eram pouco conhecidas dos portugueses. As margens do rio e o litoral do Maranhão foram visitados pelos lusitanos nas primeiras décadas do Seiscentos, mas a conquista das terras situadas ao norte da América Portuguesa ocorreu por volta de 1615, após a expulsão dos franceses que haviam se instalado

---

os anos de 1904 a 1906 e a outra edição publicada no tomo 94 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiros. No presente estudo, recorreremos ao manuscrito obtido em Coimbra, visto que o texto é mais detalhado e concede maior atenção às diferentes espécies animais e vegetais encontradas no Brasil. Cf. SOARES, Pe. Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume I. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, pp. XIII - XVIII

[179] Ibid., p. 81-83

[180] Em sua narrativa, o Padre Francisco Soares comentou sobre cinco rios, contudo apenas os rios do Prata, de São Francisco e das Amazonas tiveram seus nomes mencionados. Os outros dois cursos foram apresentados apenas com referências ao seu tamanho, como o "outro é 19 graus" e "outro muito grande". Cf. SOARES, Pe. Francisco. Op. Cit., p. 81

[181] Ibid., p. 81

[182] Ibid., p. 81

[183] Ibid., p. 83

na região.[184] Os padres da Companhia de Jesus chegaram ao Maranhão nesse mesmo ano, em 1615, acompanhando a armada portuguesa que havia saído do Recife rumo ao norte do território brasílico.[185] Poucos anos depois, em 1622, o jesuíta Luiz Figueira (157?-1643), recebeu o terreno em que foram erguidos o Colégio e a Igreja mantidos pela Ordem.[186] A atividade missionária desenvolvida no Estado do Maranhão contou com a participação de diferentes ordens religiosas como franciscanos, jesuítas, carmelitas e mercedários. Entre os muitos padres da Companhia de Jesus que se deslocaram até o Maranhão, um dos que mais se dedicou a escrever sobre os recursos naturais e as missões jesuíticas naquela região foi o Pe. João Filipe Bettendorff (1625-1698).[187]

Atendendo ao pedido do Pe. Antônio Vieira, Bettendorff chegou ao Maranhão em 1661 e ali soube que sua missão não teria "outro limite que todo o rio das Amazonas", que começava "na aldeia do Ouro, em Cambebas", e seguia "até a residência do Gurupá ou Tapará, incluindo demais todo o rio dos Tapajós com suas serrinhas e sertões".[188] As experiências de Bettendorff e dos missionários jesuítas no norte do Brasil foram relatadas em sua *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado de Maranhão*, redigida por volta do ano de 1699.[189]

---

[184] AB'SABER, Aziz N [et al]. A época colonial, v. 1: do descobrimento à expansão territorial. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo 1, v. 1. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp. 284-285

[185] O Pe. Manuel Gomes e o Pe. Diogo Nunes integraram a primeira armada portuguesa que chegou ao Maranhão, em 1615. Contudo, nesse primeiro momento os religiosos não se instalaram de forma definitiva, permanecendo na região somente até o ano de 1618. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III (Século XVII-XVIII – Norte – 1 – Fundações e entradas). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, pp. 99-100

[186] Em 1607, o Pe. Francisco Pinto e o Pe. Luís Figueira, atuantes na capitania de Pernambuco, chegaram à região de Jaguaripe e à serra do Ibiapaba. Durante sua permanência na serra do Ibiapaba, o Pe. Francisco Pinto foi morto pelos indígenas que viviam na região e devido ao acontecido, o Pe. Luís Figueira deslocou-se ao Ceará, retornando ao Maranhão apenas em 1615, ano de instalação dos portugueses e de expulsão dos franceses que ali viviam. Cf. Sumária Notícia. *In*: BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018, p. XL; LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III (Século XVII-XVIII – Norte – 1 – Fundações e entradas). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 117

[187] João Filipe Bettendorff era natural de Luxemburgo, graduado em artes e em direito civil. Ingressou na Companhia de Jesus em 1647, estando inicialmente vinculado à Província Galo-Belga. Seu embarque para o Maranhão ocorreu em 1660, onde realizou trabalho missionário nas aldeias do rio Amazonas e durante o tempo em que viveu na região amazônica, Bettendorff foi, por três vezes, reitor do Colégio do Maranhão, além de ter servido como reitor do Colégio do Pará e Superior da missão jesuítica no Maranhão. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no** Brasil. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 98-99

[188] De acordo com Bettendorff, em seu encontro com o Pe. Antônio Vieira, este teria lhe apresentado um mapa do rio das Amazonas e lhe dito: "Eis aqui, meu padre João Filipe, a digiliência do famoso das Amazonas, pois a Vossa Reverência elegeu Deus por primeiro missionário do assento dele, tome ânimo e aparelhe-se que em tal dia partirá". Cf. BETTENDORFF, João Filipe. Op. Cit., p. 181-182

[189] Na ausência de missionários mais antigos que pudessem oferecer notícias necessárias sobre o Estado do Maranhão, os Pe. Bento de Oliveira e Pe. José Ferreira, que atuaram na missão evangelizadora no norte do Brasil, solicitaram a Bettendorf que reunisse informações sobre a atuação da Companhia de Jesus na região. De acordo com João Filipe Bettendorf, a *Crônica* foi redigida após os 38 anos em que atuou na região e foi conduzida, "pelo que vi com meus olhos, e pelo que soube pelas diligentes informações tomadas dos mais antigos e mais acertados".

Especialmente no primeiro dos dez livros que compõem a obra, o inaciano dedicou-se a apresentar as origens do Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado em 1621.[190]

Como o principal objetivo de Bettendorff era narrar a missão evangelizadora na região amazônica, as águas do rio do Maranhão, do rio Negro e do rio das Amazonas tornaram-se o principal cenário de sua obra. Durante o tempo em que viveu no Estado do Maranhão, o religioso luxemburguês pôde conhecer as riquezas e perigos envoltos nas águas daquela região. Das suas riquezas, algumas foram observadas no Pará, mais precisamente no sítio por onde passava o rio das Amazonas e contava com os "melhores ares". Mesmo que as terras não fossem as melhores da região, comenta o jesuíta que, pelo rio adentro, era possível encontrar "muito peixe, caça, cacau, salsa, castanhas" e nas bandas do rio das Amazonas, "peixe e tartarugas em abundância".[191]

Sobre a ilha do Maranhão, Bettendorf diz que deveria se chamar "baía do Maranhão", em virtude dos vários e volumosos rios, especialmente os três principais, que a cortavam: o Muni, o Itapicuru e o Meari. Tais rios eram caudalosos e proporcionavam grandes correntezas, por isso, afirmava o jesuíta, "os que pretendem entrar na baía, ou rio do Maranhão, necessitam de andar com grande cautela e ter pilotos muito experimentados".[192] As travessias demandavam um certo cuidado dos navegadores, mas as águas caudalosas não impediam que alcançassem a capitania. Logo no início de sua missão, Bettendorff pôde experimentar a força das águas do rio das Amazonas durante uma noite de tormentas. Acompanhado pelos irmãos da Ordem, o religioso seguia o curso desse grande rio para continuar oferecendo o "serviço de Deus" aos assistidos pela Companhia de Jesus.[193] Equipados apenas com uma "canoa limitada", os padres e irmãos depararam com uma "tempestade tão rija, que, não havendo porto algum por aquela paragem", correram "grande risco de vida". Segundo Bettendorff, foi "por mercê do Céu" que os jesuítas se salvaram, pois conseguiram se agarrar ao tronco de cedro próximo à terra para

---

Cf. BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018, p. LXXV-LXXVI.

[190] Fundado por meio da carta régia de 14 de junho de 1621, o Estado do Maranhão e Grão-Pará era composto pelas capitanias régias do Pará, Maranhão e Piauí e as capitanias privadas de Tapuitapera, Caeté, Cametá e Ilha Grande de Joanes. Desde a sua criação, a administração esteve ligada à Lisboa e separada do Estado do Brasil. Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 15

[191] BETTENDORFF, João Filipe. Op. Cit., p. 35

[192] Ibid., p. 11

[193] Ibid., p. 186

enfrentar as ondas que se formavam no rio e, assim, evitar o naufrágio da pequena embarcação.[194]

Alguns anos antes da chegada de Bettendorff ao Maranhão, Pe. Antônio Vieira (1608-1697)[195], Superior da missão evangelizadora naquele Estado desde 1652, já havia relatado os perigos que os jesuítas enfrentavam em suas navegações pelos rios situados no norte do Brasil. Na carta encaminhada ao Rei D. João IV (1604-1656) em abril de 1654, o religioso comenta as dificuldades de se conduzir a missão evangelizadora em uma terra cujos governantes eram tomados por tanta cobiça, como ocorria no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Segundo Vieira, o ferreiro Gaspar Cardoso havia sido escolhido como capitão responsável pela região do rio do Tocantins e uma de suas principais ações foi a remoção e deslocamento das aldeias instaladas naqueles domínios. Na carta, o religioso evidenciou os esforços promovidos pelos irmãos da Ordem para catequizar e ministrar os sacramentos aos indígenas que por ali viviam. Para Vieira, deveria haver "muita graça do Céu para se ver sofrer", pois só assim seria possível compreender como "tantos religiosos, homens de bem [...], depois de passarem mares e atravessarem tão grandes e perigosos rios, padecerem fomes, frios, chuvas, enfermidades".[196] De acordo com o padre, além dos obstáculos impostos pelos próprios governantes da região, que se opunham à proteção conferida pelos jesuítas aos indígenas, a natureza do Brasil também oferecia alguns empecilhos ao trabalho missionário, como ventos frios, chuvas e fortes correntezas.

Em outra carta, encaminhada em 1656 ao Pe. André Fernandes, Vieira comenta ter recebido cartas escritas pelos padres que viviam no Pará e que esses enfrentavam os mais variados "perigos, trabalhos, misérias, fomes, sedes, caminhos, mares, rios".[197] Mesmo vivendo nesse ambiente desconhecido, os religiosos da Companhia de Jesus não abandonavam a sua missão, mantendo-se em um "perpétuo servir e lidar", atendendo ao trabalho evangelizador e não medindo esforços para garantir a salvação das almas dos aldeados. Segundo Vieira, os missionários que serviam naquele Estado não tinham nenhum "momento de descanso, nem sossego", e reiterava: para missionar em meio a tal conjuntura, "verdadeiramente [era]

---

[194] BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018, p. 186

[195] Nascido em Lisboa, o Padre Antônio Vieira chegou ao Brasil ainda criança e ingressou na Companhia de Jesus em 1623. Estudou filosofia e teologia e obteve o grau de Mestre em Artes no Colégio da Bahia. Foi professor de Humanidades e Retórica nos Colégios da Bahia e Pernambuco. Em 1652, foi designado para a missão jesuítica no Estado do Maranhão e do Pará, onde permaneceu por nove anos desempenhando as funções de Superior e Visitador da Companhia de Jesus. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IX (Escritores: de N a Z – Suplemento Biobibliográfico – II). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, pp. 192-193

[196] VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXVIII. Ao Rei D. João IV. *In*: VIEIRA, Pe. Antônio. **Cartas**, volume 1. Coordenação e notas J. Lúcio de Azevedo; prefácio Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2008, p. 319-320

[197] VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXXVI. Ao Padre André Fernandes. *In*: VIEIRA, Pe. Antônio. Op. Cit., p. 340

necessário um espírito e uma fortaleza de São Paulo[198] para não desmaiar".[199] Vieira comenta ainda que os religiosos deveriam ser "tão santos como os do céu" e ter "paciência e constância" perante as tantas perseguições, humanas e naturais, que vinham enfrentando.

Para os missionários do Maranhão, como foram o Pe. Antônio Vieira e o Pe. João Filipe Bettendorff, a água esteve envolvida em uma constante dualidade. Pelas águas dos rios esses homens obtinham parte do seu sustento e, quando seguiam pelos cursos dos rios, podiam alcançar terrenos distantes e ali disseminar a palavra de Deus. Contudo, essas mesmas águas, quando escassas, geravam períodos de seca e se abundantes, ocasionavam enxurradas, dificultando as travessias pelos rios.[200] Apesar das adversidades, as constantes tormentas e rios caudalosos eram compreendidos como parte de uma natureza criada e mantida por Deus. Assim, mesmo os momentos de crise, como os vividos pelos missionários, não eram alvo de questionamentos ou reclamações, eram, sim, compreendidos como obstáculos que contribuíam para fortalecê-los no exercício da missão.[201]

Dos rios existentes no Brasil, aquele que despertou a maior curiosidade dos letrados católicos foi o "grande rio das Amazonas". Em meados do século XVIII, esse longo curso d'água se tornou o principal objeto da obra redigida pelo Pe. João Daniel (1722-1776)[202], *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, escrita entre os anos de 1757 e 1776.[203] Na

---

[198] A Companhia de Jesus possuía um grande apreço pela obra de São Paulo. Ao final do Prefácio das *Constituições da Companhia de Jesus*, o Pe. Pedro de Ribadeneira relembrou as palavras do Santo em uma de suas cartas escritas aos Coríntios e afirmou que os religiosos deveriam ser "servidores de Deus, nas fadigas, nas noites em claro, nos jejuns, pela pureza, ciência, grandeza de ânimo, bondade, no Espírito Santo, com caridade sincera, anunciando a palavra da verdade". Enquanto Apóstolo, Paulo foi um dos principais difusores do Cristianismo, servindo ao propósito de Deus sempre com caridade e abnegação. Nas missões jesuíticas, os padres e irmãos deveriam repetir o exemplo de São Paulo e por isso, não deveriam medir esforços, dedicando-se ao enfrentamento dos obstáculos e tendo como principal objetivo, a propagação da fé católica e salvação da alma daqueles que ainda não conheciam as palavras de Deus. Cf. ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis**: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Anablume, 2000, p. 58; Prefácio da primeira edição das Constituições. *In*: **Constituições da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação**. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 18

[199] VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXXVI. Ao Padre André Fernandes. *In*: VIEIRA, Pe. Antônio. **Cartas**, volume 1. Coordenação e notas J. Lúcio de Azevedo; prefácio Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2008, p. 340

[200] ASSUNÇÃO, Paulo de. Op. Cit., p. 137

[201] Ibid., p. 99

[202] O Pe. João Daniel era natural da freguesia portuguesa de Travassos e ingressou na Companhia de Jesus, em Lisboa, aos 17 anos de idade, em 1739. Dois anos depois, o religioso embarcou para o Maranhã e o Grão-Pará, onde concluiu seus estudos e realizou sua profissão solene na Fazenda de Ibirajuba, em novembro de 1757. Oito dias após sua profissão, João Daniel foi desterrado e encarcerado por seis anos, período em que redigiu em *Tesouro Descoberto no máximo rio Amazonas*. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no** Brasil. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 190-192; SALLES, Vicente. Rapsódia Amazônica de João Daniel. *In*: DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 11-13

[203] A primeira edição completa de *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* foi publicada nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1975. A obra já era conhecida desde o século XIX, pois em 1820, a Impressão Régia do Rio de Janeiro publicou a quinta parte desse tratado. Outras partes da obra foram publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a segunda parte entre os anos de 1840 e 1841 e a sexta

época em que o jesuíta compôs sua narrativa, já era possível estimar a real extensão do rio das Amazonas, capaz de dividir "igualmente em meridional e setentrional" o Novo Mundo. Sua nascente estava localizada no istmo do Panamá e, por isso, permitia que "uma e outra América" se tornassem comunicáveis e "repartidas igualmente em duas grandes penínsulas pelo Amazonas".[204] Para João Daniel, o longo curso do rio não apenas aproximava o Amazonas dos primeiros rios criados por Deus, como demonstrava a supremacia de suas águas em relação aos rios mais conhecidos daquele tempo; sobre a extensão do Amazonas, o padre afirmou:

> É sem dúvida o Amazonas o máximo dos rios, sem injúria dos Nilos, Núbias e Zaires da África, dos Eufrates, Ganges e Indos da Ásia, dos Danúbios e Ródanos da Europa, dos Pratas, Orinocos e Mississipis da mesma América, em cujo meio ou centro o Amazonas [...] gigante, chamado com razão pelos naturais mar branco, paraná petinga.[205] E se Júlio César prometia ceder o império a quem lhe mostrasse a fonte do grande Nilo, qual seria o prêmio a quem lhe apontasse a fonte do máximo Amazonas, em cuja comparação aquele se avaliaria pigmeu, ou pequeno regato, e envergonhado, por não poder correr parelhas com este, fugiria a esconder-se na sua pequena mãe?[206]

Das diferentes águas mencionadas pelo Pe. João Daniel, algumas eram comumente associadas aos afluentes do rio criado para regar o Jardim do Éden. De acordo com o livro do Gênesis, uma grande fonte de água nascia no Paraíso e ao longo de seu curso, era ramificada em quatro "braços" – o Fison, o Geon, o Tigre e o Eufrates – cercados por ouro, ônix[207] e todas as criaturas legadas a Adão e Eva.[208] Para alguns letrados, especialmente aqueles que escreveram entre os séculos XII e XIV, os rios Fison e o Geon correspondiam, respectivamente,

---

parte, em 1878. Cf. LOUSADA, Wilson. Nota Explicativa. *In*: Tesouro Descoberto no Rio Amazonas, padre João Daniel. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 6, t.1-2, 1975, p. 5-6

[204] SALLES, Vicente. Rapsódia Amazônica de João Daniel. *In*: DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 11-13

[205] Segundo João Daniel, o termo "paraná tinga" era utilizado pelos indígenas para se referir à água branca observada no rio Amazonas. Já o termo "paraná pixuná" era empregado para abordar a "água preta" que poderia ser vista nas águas "colaterais" daquele rio, como era o caso do rio Negro. O religioso também explica que ao se observar o rio Amazonas, visualiza-se uma água de tonalidade mais escura, mas quando esta era posta em alguma vasilha ou copo notava-se que era cristalina, o que resultou a identificação do Amazonas como um rio de água branca. Cf. DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 75

[206] Ibid., p. 41-42

[207] A ônix era uma pedra fina muito mencionada nas Sagradas Escrituras. Sua coloração se altera de acordo com os locais onde é encontrada. Cf. ONIX. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 79

[208] Genesis 2, 10-15. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 1-2

ao Ganges e ao Nilo, ambos localizados no Oriente, terra onde aqueles homens consideravam ser possível encontrar o paraíso terrestre.[209]

Diferente do que pensaram os letrados do medievo, o Pe. João Daniel via na fertilidade e nos grandes rios do Amazonas indícios de que esta região teria sido poupada do pecado cometido pelos primeiros pais e preservada como o paraíso terreal.[210] O religioso não apresentou o Amazonas como um dos quatro cursos existentes no meio Éden, mas o compreendia como parte de uma natureza que, após a expulsão de Adão e Eva, podia ser identificada como uma criação divina. A escolha por mencionar os quatro cursos de água conhecidos e outros distintos rios, como o Prata e o Danúbio, foi o principal recurso utilizado pelo religioso para demonstrar, de forma quase empírica, a grandeza física e a importância que deveriam ser atribuídas às águas amazônicas.

Ao longo da obra, o Pe. João Daniel apresenta as muitas "coisas notáveis" observadas nas proximidades daquele grande rio e de seus afluentes. De tudo ali testemunhado, um acontecimento que envolvia apenas as águas do rio parece ter despertado a atenção do missionário: a "pororoca", um "fenômeno tão notável" que, dizia o Pe. João Daniel, vinha sendo objeto de "muitos discursos entre os filósofos e sábios" coetâneos.[211] Por descrever um fato pouco conhecido, o jesuíta destaca que — "para que os leitores possam formar dela [a pororoca] algum conceito" — apresentaria o relato de um religioso que presenciara a agitação da pororoca na capitania do Pará.

Na visão do religioso anônimo, o "célebre, e medonho fenômeno da pororoca" assemelhava-se a um "exército de cavaleiros em bravos, e indômitos cavalos vomitando cóleras em espumas, e vociferando roncos, correndo à desfilada do mar".[212] Turbulentas e barulhentas, as águas se agitavam de modo uniforme, seus cursos seguiam "voltas, revoltas, ou viravoltas [...] correndo e assombrando tudo", assim como os soldados das mais diversas batalhas.[213] A

---

[209] Das três partes do mundo habitado daquele tempo – Ásia, África e Europa – acreditava-se que o paraíso deixado por Deus na Terra estaria situado em uma terra muito alta, inacessível aos homens e cercada por fogo. Para Honório de Autun (1080-1151), Pierre d'Ailly (1351-1420) e outros homens que escreveram durante o período medieval, esta terra estaria situada no Oriente, onde seria possível encontrar a fonte que se ramificava nos quatro rios criados por Deus: o Ganges (Pison), o Nilo (Geon), o Tigre e o Eufrates. Em finais do século XV, quando já se sabia sobre a existência de uma quarte porção de terra – a América – Cristóvão Colombo foi um dos homens que passou a questionar a localização do Éden terrestre, mas não se opôs a identificação atribuída aos quatro rios sagrados. Cf. DELUMEAU, Jean. **Uma história do paraíso**. O jardim das delícias. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1994, p. 51-87; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 202

[210] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 87

[211] Ibid., p.71

[212] Ibid., p. 71

[213] Ibid., p. 71

violência das ondas era tamanha, que o religioso recomendava um "remédio" para aqueles que navegassem pelos cursos de água em que ocorria a pororoca – que esses homens seguissem com a "providência necessária [para se] preparar com bons, e verdadeiros atos de contrição", pois "nesta consternação de cento escapa um".[214]

Nem sempre era possível prever as agitações das águas; sabia-se apenas que eram mais comuns nos dias de lua cheia e lua nova, pois, notara-se que as enchentes seguiam o crescimento e decrescimento da lua. Assim, o religioso sugeria que todos os homens se confessassem antes de se lançarem aos rios, pois caso se deparassem com as águas turbulentas, apenas seu barco e corpo seriam danificados, garantindo a salvação de sua alma. Ainda que as causas da pororoca não fossem bem definidas, o Pe. João Daniel não a descreveu como um fenômeno ocasionado pela intervenção ou punição divina. A seu ver, o movimento das águas era decorrente da natureza daquela região, do encontro das diferentes correntezas que ali havia – águas, rios e marés – e que, em determinada circunstância, acabavam "embravecendo pouco a pouco".[215]

Em outras situações, alguns católicos compreenderam a agitação das águas como uma clara manifestação da vontade divina de proteger seus filhos, como lembrou o Fr. Manuel da Ilha ao comentar um milagre que teria acontecido na cidade de Salvador, em 1595. Dizia o franciscano, que naquele ano uma nau francesa ocupada por "hereges que não guarda[va]m nem a fé nem a palavra perante Deus" teria alcançado à capital da Bahia e ali recolhido e atirado ao fogo imagens de diferentes santos, exceto a imagem de Santo Antônio.[216] Após os confrontos com os colonos portugueses, o santo foi posto no barco francês e ali passou a ser golpeado por espadas e mordido pelo cachorro que acompanhava os invasores. Em seguida, a imagem foi amarrada no navio, jogada nas águas e profanadas com as mais diversas injúrias mencionadas pelos franceses, que, segundo Manuel da Ilha, "não viam nem sentiam em si a ira divina que tácita e ocultamente os castigava e para breve reservava o castigo que os seus pecados mereceram".[217]

Ressalta o autor da *Narrativa da Custódia de Santo Antônio* que a ira divina, no entanto, não demoraria a cair sobre os hereges franceses. De saída, os barris de água e vinho se contraíram, derramando todo o líquido e molhando as bolachas que serviriam para alimentar toda a tropa. Os franceses, porém, não compreendendo que Deus havia se manifestado naquele

---

[214] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 73
[215] Ibid., p. 72
[216] ILHA, Fr. Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621**. Introdução, notas e tradução portuguesa por Frei Ildefonso Silveira. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 33-34
[217] Ibid., p. 36

momento, continuaram com suas blasfêmias e "erros luteranos", e receberam uma segunda e maior punição divina. De acordo com o Fr. Manuel da Ilha, "aos companheiros, cúmplices e testemunhas dos crimes, reservou Deus suplícios e castigos que não puderam evitar", rapidamente o mar se pôs violento contra os franceses, "como se fosse a espada de Deus vinda com poder judicial para os ligar e punir, formando uma horrível tempestade, afogou a maioria deles".[218] Os poucos que se salvaram chegaram até um lugar chamado Sergipe do Rei, onde foram presos e encarcerados. Aqueles que estavam na proximidade da praia perceberam que, mesmo com os ventos soprando em sentido contrário, a imagem de Santo Antônio surgiu "boiando milagrosamente [...] e parou em pé sobre a areia" apenas aguardando que, o comandante da nau francesa e seus companheiros passassem em frente a ela antes de serem levados à Bahia.[219]

Tendo em vista possíveis dúvidas sobre o feito milagroso ocorrido naquelas águas, o religioso dizia que "para remover qualquer dúvida contra tão grande milagre, os católicos investigaram se qualquer pessoa a pusera de pé", mas não teriam encontrado na areia "nem sinais de homem, nem de animal, pois aquele caminho não era usado".[220] Nessa passagem de sua *Narrativa*, Fr. Manuel da Ilha apresentou as mesmas águas do litoral baiano em duas condições distintas, mas ambas relacionadas à intervenção divina. Em um primeiro momento, Deus teria se manifestado por meio das violentas ondas que resultaram no naufrágio daqueles que profanaram a imagem de Santo Antônio. Pouco tempo depois, as mesmas águas foram palco de um milagre: tomadas pela calmaria e com o sopro divino, o curso do mar proporcionou o retorno da imagem aos cuidados dos moradores de Salvador.

Ainda que a descrição dos rios tenha sido uma tópica comum entre os cronistas que escreveram sobre o período colonial, no caso dos escritos da Ordem dos Frades Menores as águas do Brasil foram alvo de uma maior atenção. A dedicação dos franciscanos em retratar os rios relaciona-se às lembranças dos primeiros frades que chegaram aos trópicos após a rápida passagem do Fr. Henrique de Coimbra. Nas crônicas, a figura dos "protomártires" foi recorrente. Fr. Manuel da Ilha comentou que, passados alguns anos após a morte dos primeiros franciscanos,[221] dois sacerdotes de origem italiana chegaram a Porto Seguro e ali construíram

---

[218] ILHA, Fr. Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621**. Introdução, notas e tradução portuguesa por Frei Ildefonso Silveira. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 37

[219] Ibid., p. 39-40

[220] Ibid., p. 39

[221] De acordo com Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, três anos após a passagem de Frei Henrique de Coimbra, as terras do Brasil receberam novos missionários franciscanos. Com auxílio dos naturais da terra e de alguns portugueses, os frades edificaram uma "pobre casinha" e uma igreja dedicada a São Francisco. Pouco tempo depois, por volta de 1505, o "lobo infernal" passou pela região e incitou alguns indígenas a se rebelarem contra os religiosos, ato que resultou na morte dos freis. Jaboatão e outros cronistas da Ordem dos Frades Menores, como

uma capela em devoção a São Francisco de Assis e dedicaram suas vidas à "clausura, virtude e edificação".[222] Com o desejo de pregar a palavra de Deus aos indígenas, os religiosos se dispuseram a atravessar um rio pouco conhecido e por não saberem em que direção corriam suas águas, um dos frades acabou se afogando. Ainda que a morte do missionário resultasse no encerramento daquela curta missão, Fr. Manuel da Ilha apresentou o acontecimento como um momento em que foi possível observar o cuidado divino com o corpo daquele que se dedicou a propagar a fé católica. Sendo o missionário um homem de grande fervor, quando as águas do rio recuaram ele foi encontrado "com as mãos erguidas ao céu".[223] De acordo com o cronista, todos aqueles que estavam por perto admiraram o ocorrido, pois "a força do rio, bastante para destruir um navio, muito mais o era para desfazer um cadáver", mas ainda assim, foi possível retirar o seu corpo em posição de súplica e levá-lo para a capela de São Francisco.[224]

O martírio do missionário italiano foi lembrado por um longo tempo, especialmente porque o rio em que ocorreu seu afogamento passou a ser denominado "Rio do Frade", como menciona Fr. Apollinário da Conceição (1692-1775)[225]. Em sua obra *Primazia Seráfica na região da América*, impressa em 1733,[226] esse franciscano dedicou-se a apresentar a "primazia" da Ordem seráfica na "gloriosa conversão" de toda a América Portuguesa. Ao lembrar tudo o que foi conquistado pelos religiosos da ordem nessa "quarta parte do mundo", Fr. Apollinário da Conceição não deixou de dedicar algumas páginas aos primeiros religiosos franciscanos que atuaram no Brasil. Sobre a morte do missionário, o autor da *Primazia* mencionou que "não era possível explicar o sentimento" que a notícia da morte causou aos moradores de Porto Seguro, pois o frade era "amado por suas virtudes".[227] Assim como Fr. Manuel da Ilha, Fr. Apolinário da Conceição não compreendeu o afogamento como uma forma de punição, especialmente

---

Frei Manuel da Ilha e Frei Apolinário da Conceição, denominaram esses primeiros religiosos como "Proto-mártires do Brasil". Cf. JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por Instituto Historico e Geografico Brasileiro**. Volume 1. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858. pp. 13-14

[222] ILHA, Fr. Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621**. Introdução, notas e tradução portuguesa por Frei Ildefonso Silveira. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 69

[223] Ibid., p. 69

[224] Ibid., p. 69

[225] Frei Apollinario da Conceição era natural de Lisboa e aos treze anos de idade, mudou-se para o Rio de Janeiro. Em 1711, o letrado ingressou na Ordem dos Frades Menores, vinculando-se ao Convento da Cidade de São Paulo. Ao longo de sua vida, Frei Apollinario atuou como irmão leigo, foi eleito Procurador Geral do Convento do Rio de Janeiro, sede da Província Franciscana no século XVIII e dedicou grande parte de sua vida às atividades letradas. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana histórica, critica, e cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das obras, que compuzeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo prezente. Tomo I. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1741, p. 430-432

[226] CONCEIÇAÕ, F. Apollinario da. **Primazia Serafica na Regiam da America**, novo descobrimento de Santos, e Veneraveis Religiosos da Ordem Serafica, que enobrecem o NOVO MUNDO com suas virtudes, e acçoens. Offerecida ao senhor Domingos Martins Brito. Lisboa Occidental: Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1733.

[227] Ibid., p. 102

pelas boas condições em que o corpo do frade italiano foi encontrado. Segundo Conceição, muitos se aproximaram das margens do rio e viram que, recuada a maré, "estava o Santo Cadáver quase descoberto das águas, e nas mesmas posto de joelhos com as mãos, e olhos levantados ao Céu, dando com isto evidentes sinais, que para o mesmo havia caminhado sua ditosa alma".[228] Para o religioso, não havia dúvidas de que a preservação do corpo era uma das formas pelas quais o "maravilhoso Deus" procurava "honrar a seus servos".[229]

A intervenção divina nas águas de Porto Seguro não se restringiu ao cuidado de Deus com o corpo do missionário italiano. Desde as últimas décadas do século XVI, a capitania era lembrada pelos cronistas católicos em razão da existência de uma fonte de água milagrosa encontrada na capela de Nossa Senhora da Ajuda.[230] O Pe. Fernão Cardim (154?-1625),[231] autor de três escritos sobre as terras do Brasil foi um dos primeiros letrados a comentar sobre as águas que caíam debaixo do altar de uma capela de Porto Seguro. Cardim chegou ao Brasil em 1583, juntamente com o Governador Manuel Telles Barreto (1520-1588); o Visitador-geral da Companhia, Pe. Cristóvão Gouveia (1542-1622) e outros padres jesuítas. Entre os anos de 1583 e 1590, Cardim acompanhou o Visitador-geral em sua passagem pelos colégios e residências jesuíticas instaladas em distintas capitanias do litoral brasílico. As andanças do religioso foram relatadas na obra *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo), etc*.[232]

---

[228] CONCEIÇAÕ, F. Apollinario da. **Primazia Serafica na Regiam da America**, novo descobrimento de Santos, e Veneraveis Religiosos da Ordem Serafica, que enobrecem o NOVO MUNDO com suas virtudes, e acçoens. Offerecida ao senhor Domingos Martins Brito. Lisboa Occidental: Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1733, p. 102

[229] Ibid., p. 102

[230] A primeira notícia sobre a fonte que se abriu na ermita de Nossa Senhora da Ajuda foi registrada pelo Pe. Antônio Pires, em uma carta datada de 2 de agosto de 1551. Ao escrever para os padres e irmãos residentes em Coimbra, o religioso relata que o Pe. Francisco Pérez e o Ir. Vicente Rodríguez residiam em Porto Seguro e ali construíram uma ermida que se tornou alvo de constantes peregrinações. De acordo com o Padre, o motivo das visitas era a notícia, que vinha percorrendo toda a costa do Brasil, de que "uma fonte foi aberta depois que a fundação da ermida [e] dá saúde aos enfermos". Cf. PIRES, Pe. Antonio. Do Pe. Antonio Pires aos padres e irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Romae: Monumenta Historia S. I, 1956, p. 260

[231] Fernão Cardim era natural de Portugal e ingressou na Companhia de Jesus em 1566. No Brasil, onde passou grande parte de sua vida, o religioso desempenhou as mais diferentes funções. Foi reitor do Colégio da Companhia na Bahia por duas vezes, em 1593 e em 1607. Em 1596 foi designado como reitor do Colégio de São Sebastião, no Rio de Janeiro e dois anos depois, em 1598, Cardim foi eleito Procurador da Província do Brasil em Roma, para onde embarcou em 1601. Seu retorno ao Brasil foi em 1604, ainda na função de Procurador, a qual desempenhou até 1609, quando foi substituído pelo Padre Pero Rodrigues. A atuação como Procurador foi retomada em 1624, período da ocupação holandesa no litoral brasílico e exercida até 1625, ano de sua morte. Cf. GARCIA, Rodolpho. Introdução. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 15-17

[232] A *Narrativa espitolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo), etc., desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o Padre Christovão de Gouveia. Escripta em duas cartas ao P. Provincial em Portugal, pelo Padre Fernão Cardim, Ministro do Collegio da Companhia em Evora*, etc. foi publicada pela primeira vez em 1847, sob os cuidados de Francisco Adolpho de Varnhagem.

A *Narrativa epistolar* traz as impressões do primeiro contato de Cardim com o mundo natural do Brasil. Ao longo da obra, o letrado demonstra o seu entusiasmo com os abundantes recursos encontrados, como os vastos rios, que parecem lhe ter despertado especial atenção. Na passagem pela capitania do Espírito Santo, Cardim comenta que era "coisa de grande alegria ver os muitos rios caudais e frescos bosques de altíssimos arvoredos, que todo o ano estão verdes e cheios de formosíssimos pássaros".[233]

A aldeia de São João, onde o religioso se mostra radiante com as tantas águas e bosques que proporcionavam um clima ameno, foi uma de suas últimas paradas na capitania; seguindo viagem, os jesuítas chegaram ao Colégio da Bahia, e em suas proximidades encontraram "três rios caudais tamanhos ou maiores que o Mondego de Coimbra, afora muitas outras ribeiras, aonde há águas para oito engenhos copeiros, e podem-se fazer outros rasteiros e trapiches".[234] Assim como o Mondego, as águas avistadas possuíam cursos extensos e caudalosos, podendo resultar em cheias e proporcionar algum nível de periculosidade para aqueles que viviam em suas proximidades. Contudo, diferente do rio português, as águas dos três rios da Bahia vinham sendo aproveitadas para o funcionamento das moendas dos engenhos de açúcar que estavam em contínua expansão em finais do século XVI.[235]

Da Bahia, Cardim passou a Ilhéus e depois chegou à terra de Porto Seguro. Para dar continuidade à visita realizada nas aldeias cuidadas pelos padres jesuítas, Cardim e seus confrades passaram a pé por um "rio caudal muito formoso e grande" e, em romaria, alcançaram a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, que "antigamente fundou um padre nosso". Segundo Cardim, a igreja de Nossa Senhora da Ajuda foi edificada pelas mãos do jesuíta Vicente Rodrigues (1528-1600) e de outros homens que, no processo de construção, arrebentaram uma fonte d'água, "que sai debaixo do altar da Senhora" e cuja água, "faz muitos milagres, ainda agora".[236]

---

[233] CARDIM, Fernão. Informação da missão do P. Christovão de Gouvêa às partes do Brasil anno de 83, ou narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, (S. Paulo), etc., desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P Christovão de Gouvêa. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 293-294

[234] Ibid., p. 296

[235] Havia cerca de trinta e seis engenhos na capitania da Bahia entre as décadas de 1570 e 1580. Desses, grande parte de suas moendas eram movidas pela força das águas, havendo alguns poucos que usavam da tração dos bois para moer a cana-de-açúcar. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, a corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 47

[236] CARDIM, Fernão. Informação da missão do P. Christovão de Gouvêa às partes do Brasil anno de 83, ou narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, (S. Paulo), etc., desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P Christovão de Gouvêa. *In*: CARDIM, Fernão. Op. Cit., p. 297

A rápida passagem de Cardim por Porto Seguro impossibilitou que o religioso conhecesse os milagres promovidos pelas águas que saiam da parede da igreja. Foi outro jesuíta, o Pe. Francisco Soares, quem apresentou maiores detalhes das curas geradas pela água da igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Em *Coisas Notáveis do Brasil*, escrita poucos anos após a narrativa de Cardim, Soares descreveu que a "casa de Nossa Senhora da Ajuda" foi erguida pelos irmãos da Companhia de Jesus em 1551, considerada como a primeira igreja fundada por esses religiosos, apenas dois anos após o desembarque dos irmãos nos trópicos.[237] Edificadas as primeiras paredes, as missas foram iniciadas e durante uma das celebrações ali ministradas, "se abriu logo uma fonte grande no tronco junto da igreja onde os padres desejavam e cobriu as enxadas dos que cavavam embaixo".[238]

Conforme apresentado na narrativa de Soares, foram vinte e três os milagres "autênticos" alcançados por homens, mulheres e crianças que lavaram partes de seu corpo com aquela água. Um dos milagres ocorreu em 1552, pouco tempo após a descoberta da fonte, quando um sujeito de nome João Lobato ficou são de suas câmaras de sangue[239] e de uma outra doença "lavando-se com esta água".[240] Outro feito milagroso ocorreu com o senhor Lopo Gonçalvez, um morador de Pernambuco que não possuía filhos e ao visitar a capela, levou "desta água a sua mulher que se lavasse e bebesse que teriam filhos". A esposa teria seguido as orientações do marido e "com boa fé concebeu uma filha".[241]

Ao comentar sobre os milagres gerados pelo contato com a água que jorrava da igreja de Porto Seguro, o Pe. Soares também considerou pertinente apresentar algumas situações em que as graças divinas não foram alcançadas. De acordo com o religioso, o senhor Francisco Romeiro possuía uma "negra de parto que lhe atravessou a criança" e por esse motivo, "foi à igreja encomendá-la a Nossa Senhora e prometeu de vir a negra sarando".[242] Ao que tudo indica, a negra de Romeiro teria alcançado a graça desejada, contudo, conta o Pe. Soares que ela "não

---

[237] LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo I. Século XVI – O Estabelecimento. Tomo II. Século XVI – A Obra. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 22

[238] SOARES, Pe. Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume I. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 33-35

[239] As câmaras de sangue consistiam em fluxos de sangue acumulados no ventre humano. Cf. CAMARAS. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, pp. 70-71

[240] SOARES, Pe. Francisco. Op. Cit., p. 35

[241] Ibid., p. 37

[242] Ibid., p. 37

quis cumprir a Romaria" e, tempo depois, "morreu de outro parto".[243] O milagre, compreendido como uma obra divina capaz de alterar o curso ordinário de todas as criaturas,[244] não envolvia, apenas, a ação de Deus, mas também se relacionava à conduta do devoto que solicitava a graça. Ainda que todos os indivíduos estivessem aptos a serem agraciados com feitos milagrosos, aqueles que seguissem uma vida virtuosa, isto é, que agissem segundo os valores cristãos, estariam mais propensos a receber a intervenção dos céus.[245] Os fiéis que não estivessem dispostos a obter os sacramentos da fé católica e a participar das celebrações religiosas, como a negra de Francisco Soares que não cumpriu a romaria recomendada, contavam com uma menor possibilidade de serem agraciados com a intervenção divina.

As notícias sobre a fonte milagrosa encontrada na igreja erguida pelos padres da Companhia de Jesus circularam por anos. Na segunda metade do século XVIII, o Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão relembrou a história da fonte e a crença dos homens na água milagrosa que dali jorrava. De acordo com o franciscano, a Capela de Nossa Senhora da Ajuda havia sido construída na vila de Santo Amaro, em um pico muito alto na capitania de Porto Seguro. No tempo em que foi construída, a capela "foi buscada, pelos milagres, e benefícios, que da proteção piedosa desta Senhora participavam os seus devotos".[246] Para Jaboatão, o primeiro sinal do prodígio da Providência divina era a própria fonte, uma fonte milagrosa que teria começado a brotar "repentinamente debaixo do seu altar, com sonoro, e brando sussurro, ao tempo, que celebrava nele o tremendo sacrifício da missa o Pe. Francisco Pires, e foi isto pelos anos de 1559".[247] A narrativa de Fr. Jaboatão apresenta algumas diferenças em relação às informações relatadas na obra *Coisas Notáveis do Brasil*, como a data em que foi descoberta a fonte de água. O ano de 1559, mencionado no *Novo Orbe Seráfico* é posterior à data em que o Pe. Francisco Soares diz ter ocorrido um dos primeiros milagres creditados àquela água, 1552. Apesar da discordância sobre o descobrimento da fonte, a crença nos milagres alcançados pela

---

[243] SOARES, Pe. Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume I. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 37

[244] MILAGRE. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 481

[245] Sobre a crença em milagres e os sujeitos dos milagres no Brasil colonial, ver: SEMEÃO, Lucas de Almeida. **Milagres no Brasil (séculos XVI-XVIII)**. 2020. 112f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020, p. 35

[246] JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 81

[247] Ibid., p. 81

água que emergia nas paredes da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda se manteve, como atestam as crônicas e os tratados redigidos entre os séculos XVI e XVIII.

As águas do Brasil colonial – rios, fontes e lagoas – suscitaram os mais diversos comentários. Para alguns letrados, eram importantes caminhos que delimitavam capitanias e permitiam que as missões evangelizadoras alcançassem territórios distantes, como vilas e aldeias afastadas e construídas às margens dos rios. Para outros, as águas eram motivo de preocupação, mas os homens tementes a Deus sabiam que a proteção divina era constante, mesmo nas tormentas.

1.4 A punição pela terra

Dizem os letrados da colônia que a Providência divina é onipotente e que Deus não observa apenas as virtudes, mas também os vícios. Para esses leigos e religiosos que escreveram sobre o Brasil colonial, os elementos da natureza em muito se distinguiam dos homens e, por isso, não carregavam consigo vícios ou virtudes morais. A natureza brasílica apenas refletia os desígnios de Deus, e aos católicos caberia reconhecer e compreender os sinais do cuidado divino e, sobretudo, de seu descontentamento, em razão dos pecados cometidos pelos homens, mulheres e mesmo pelos religiosos da terra.[248]

Ao longo da primeira década da missão jesuítica nos trópicos, o Pe. Manuel da Nóbrega pôde identificar alguns pecados recorrentes entre os moradores do Brasil. Em 1559, numa epístola endereçada ao governador Tomé de Sousa, o religioso expressou dois desejos: "de ver os cristãos destas partes reformados em bons costumes, e que fossem boa semente transplantada nestas partes que desse cheiro de bom exemplo", e que um dia pudesse "ver disposição no gentio para se lhe poder pregar a palavra de Deus, e eles fazerem-se capazes da graça e entrarem na Igreja de Deus";[249] isto é, promover a conversão do gentio e ensinar-lhes os dogmas da vida cristã. As duas práticas, o ensino e a conversão, eram os principais caminhos para que esses homens conhecessem a fé católica e abandonassem comportamentos condenáveis pela Igreja, como a antropofagia.[250] Já o primeiro desejo, de reformar a vida dos cristãos que viviam na colônia, possivelmente surgiu durante os primeiros anos de sua permanência no Brasil, quando observou os muitos vícios dos habitantes. Na continuidade de sua carta, o Provincial relembra

---

[248] ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis**: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Anablume, 2000, p. 97

[249] NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa antigo governador do Brasil. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558-1563). Roma: Monumenta Historia S. I, 1958, p.71

[250] CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, 2006, p.19

que essas terras já contavam com um bispo, Dom Pedro Fernandes (1495-1556), homem que se mostrava "muito zeloso da reformação dos costumes dos cristãos", ainda que não demonstrasse tanto empenho na salvação dos gentios, não os tendo "por ovelhas de seu curral", como os tinham os jesuítas.[251] Ao Governador-Geral, Nóbrega lembrou que o bispo não havia chegado sozinho ao Brasil, mas acompanhado por alguns clérigos que, relata o jesuíta, "acabaram com seu exemplo e mal usar[a]m e despensar[a]m os sacramentos da Igreja, de dar com tudo em perdição".[252]

Nóbrega não omitiu de Tomé de Sousa suas críticas ao bispo do Brasil e sobretudo aos seus clérigos, homens responsáveis por administrar os sacramentos da Igreja, mas que haviam se entregado a uma vida de luxúria. De acordo com o Provincial, os padres se amancebavam com suas escravas, e "para esse efeito escolhiam as melhores e demais preço que achavam [...] e logo começaram a fazer filhos".[253] O amancebamento de homens casados com as mulheres indígenas do Brasil foi recorrente entre os homens que se deslocaram de Portugal para os trópicos. O desvio moral daqueles que deveriam servir como exemplo de cristandade e zelar pela alma de todos os cristãos foi compreendido por Nóbrega como um "descuido dos prelados, a quem N. Senhor castigará a seu tempo".[254]

A punição divina, prevista por Nóbrega, poderia se manifestar das formas mais distintas, por meio das águas e ares, por meio de secas, inundações ou das pestes que tantos matavam. Entre os letrados católicos, houve uma constante tentativa de compreender a relação entre a moral cristã e o mundo natural. Aos religiosos, no entanto, não bastava apenas identificar os desígnios de Deus, mas também, explicar aos colonos quais os pecados cometidos e como esses seriam punidos segundo a justiça divina. Foi nas pregações realizadas nos púlpitos das igrejas e conventos, que padres e freis instruíram os fiéis sobre seus comportamentos, alertando-os que todas as ações humanas, as virtuosas e as viciosas, eram observadas por Deus e poderiam se tornar alvo de suas graças ou punições.[255]

---

[251] NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa antigo governador do Brasil. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558-1563). Roma: Monumenta Historia S. I, 1958, p.72-73

[252] Ibid., p.73

[253] Ibid., p. 74

[254] Ibid., p. 74

[255] MASSIMI, Marina. Alimentos, palavras e saúde (da alma e do corpo), em sermões de pregadores brasileiros do século XVII. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, abr./jun. 2006, p. 253

O pregador, Fr. Eusébio de Mattos (1629-1692)[256], religioso professo da Ordem do Carmo[257], dedicou um de seus sermões proferidos no Convento de Nossa Senhora do Carmo, situado na capitania da Bahia, a explicar aos fiéis como Deus manifestava a sua justiça e como ela poderia recair sobre os pecadores. No sermão apresentado na primeira oitava[258] do Espírito Santo, início das celebrações do tempo de Pentecostes,[259] o religioso relata aos fiéis que, naquele momento, o Espírito Santo estava descendo novamente à Terra. Segundo Fr. Mattos, o espírito divino se manifestava por meio dos raios de luz e desta vez, seu intuito não era alcançar o cenáculo em que estavam os apóstolos, como ocorreu pouco após a morte de Cristo, mas assistir ao Tribunal da Justiça que havia se instaurado naquela celebração.[260] O Tribunal descrito pelo religioso remetia ao momento da pregação, pois era através do sermão que os católicos poderiam conhecer a justiça divina, conduzida pelas mãos de Deus.[261] Pregando durante o tempo de Pentecostes, o principal intuito do religioso era demonstrar que, sobre cada um dos pecados cometidos, a justiça dos céus se manifestaria, sempre de maneira adequada e, na maioria das vezes, misericordiosa.

Para que os colonos compreendessem a justiça e a ação divinas, o religioso recorreu a elementos naturais comumente mencionados nas Sagradas Escrituras: o sol, a água e o fogo. De acordo com o pregador, a justiça seria como o sol do Oriente, diferente dos "rigores do [sol] do meio-dia" e dotada das "branduras do Oriente". [262] A brandura, e não o rigor, era a principal

---

[256] Nascido na Bahia, Eusébio de Matos teve sua formação no colégio jesuíta e ingressou na Companhia de Jesus aos 15 anos de idade. O religioso foi professor de teologia, retórica, teologia e moral, além das funções de pregador, orador e poeta. As atuações jesuíticas foram abandonadas em 1677, quando o letrado saiu da Ordem. Em 1680, Eusébio de Matos ingressou na Ordem do Carmo e após os votos proferidos, passou a ser denominado Eusébio da Soledade. Cf. ALKIMIM, Ilma Magalhães. **"Sermões", de Eusébio de Matos**: edição crítica e estudo. 2014. 675p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, p. 19-20

[257] A Ordem de Nossa Senhora do Carmo, fundada por São Bertholdo (1155-1195) e reconhecida pela Igreja Católica no início do século XIII, se fez presente nos trópicos a partir de 1580. Frutuoso Barbosa, português responsável pelo povoamento das terras próximas ao Rio Paraíba auxiliou no deslocamento de quatro frades carmelitas à América Portuguesa. No Brasil, Fr. Domingos Freyre, Fr. Alberto, Fr. Bernardo Pimentel e Fr. Antônio Pynheiro dedicaram-se à catequização dos indígenas e à evangelização dos portugueses que viviam na Cidade da Paraíba. Cf. HONOR, André Cabral. O envio dos carmelitas à América portuguesa em 1580: a carta de Frei João Cayado como diretriz de atuação. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-10, 2014.

[258] A oitava compreendia o período de oito dias em que ocorriam às celebrações de alguma festa solene da Igreja Católica. Cf. OITAVA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 51

[259] A festividade de Pentecostes, celebrada 50 dias depois do Domingo de Páscoa, consistia no dia em que "desceu o Espírito Santo do Céu à terra em línguas de fogo" e se manifestou entre os apóstolos de Cristo, como explicou o Fr. Eusébio de Mattos em seu sermão. Cf. MATTOS, Fr. Eusebio de. Sermam Quinto, Prègado em a festa que faz a Justiça em primeira Oitava do Espírito Santo no Convento de N. Senhora do Carmo da Cidade da Bahia. *In*: MATTOS, Fr. Eusebio de. **Sermoens**. Primeira Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1694, p. 110

[260] Ibid., p. 110

[261] Ibid., p. 112

[262] Ibid., p. 115

característica da justiça de Deus, pois a sua finalidade não era a "destruição do mundo", mas de ser "o seu remédio, e sua conservação".[263] Em sua pregação, o carmelita relembra os castigos de que Deus lança mão para punir os homens, como o dilúvio de água e o dilúvio de fogo.[264] Desses castigos divinos, apenas o primeiro foi imposto aos homens, e se salvaram apenas as criaturas salvaguardadas pela arca de Noé. O segundo castigo era uma profecia anunciada pelo Apóstolo Pedro,[265] na qual dizia que Deus "castigará uma segunda vez o mundo com o dilúvio de fogo, e reduzindo tudo à cinza, acabará o mundo todo por uma vez".[266]

Na literatura bíblica, a punição pela água não foi definitiva, mas dotada de uma grande misericórdia divina. As águas volumosas serviram para extinguir todos os pecados que assolavam a humanidade e, após a salvação daqueles que não haviam se corrompido, como Noé e os animais, Deus tornou a criar o mundo.[267] O dilúvio de fogo foi retomado pelo Fr. Eusébio de Mattos como uma forma de demonstrar que, mesmo sendo misericordiosa, a ação divina era sempre justa e não poupava aqueles que seguiam pelo caminho dos vícios. A partir do exemplo do dilúvio, o carmelita explicou aos fiéis que "nenhuma justiça pode haver mais justa, nem castigo pode ser mais ajustado do que aquele que vem pela mão de Deus"; e, do mesmo modo, ressaltou que seria "muito de reparar que o mesmo Deus renunciou todo o direito da Justiça, e entregou todo o seu Santíssimo Filho".[268] Ao lembrar da figura de Jesus Cristo, que também foi alvo da justiça divina, o carmelita destaca que não há ninguém melhor para julgar um Filho, do

[263] MATTOS, Fr. Eusebio de. Sermam Quinto, Prègado em a festa que faz a Justiça em primeira Oitava do Espírito Santo no Convento de N. Senhora do Carmo da Cidade da Bahia. *In*: MATTOS, Fr. Eusebio de. **Sermoens**. Primeira Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1694, p. 115

[264] Ibid., p. 116

[265] Na Sagrada Escritura, Simão Pedro aparece como autor de duas cartas. No terceiro capítulo da segunda epístola, o Apóstolo afirmava que até o dia do juízo final, a terra, que um dia foi coberta pela água, seria guardada pelo fogo ocasionado pela "perdição dos homens ímpios". De acordo com Pedro, a promessa divina se concretizaria no futuro e quando se consolidasse, "os céus passarão com grande estrondo, e os elementos, ardendo, se desfarão, e a terra, e as obras que nela há, se queimarão". A única forma de garantir a salvação em meio às chamas da fúria divina era para aqueles que, ao longo de sua vida, agissem como homens imaculados e irrepreensíveis em paz. Cf. 2 Pedro 3, 7-14. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 729

[266] MATTOS, Fr. Eusebio de. Sermam Quinto, Prègado em a festa que faz a Justiça em primeira Oitava do Espírito Santo no Convento de N. Senhora do Carmo da Cidade da Bahia. *In*: MATTOS, Fr. Eusebio de. Op. Cit., p. 116

[267] Cabe ressaltar que a ideia de uma recriação do mundo foi se alterando ao longo do tempo, sendo atribuída a diferentes momentos da Sagrada Escritura. Durante o período medieval, especialmente os séculos XII e XIII, a ideia do mundo recriado contemplava um outro período, não sendo o tempo pós-dilúvio do Antigo Testamento, mas o período do Novo Testamento, após morte de Cristo. Afirmava-se que Deus teria construído um novo e grande jardim na Terra, assim como foi o jardim do Éden e ali deixou os sete dons do Espírito Santo, a fim de erradicar todos os pecados cometidos por seus filhos. Cf. RITCHEY, Sara. **Holy Matter**. Changing perceptions of the material world in late medieval christianity. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2014.

[268] MATTOS, Fr. Eusebio de. Sermam Quinto, Prègado em a festa que faz a Justiça em primeira Oitava do Espírito Santo no Convento de N. Senhora do Carmo da Cidade da Bahia. *In*: MATTOS, Fr. Eusebio de. Op. Cit., p. 117

que o seu próprio Pai. Assim, todos os homens, enquanto seres criados por Deus, também serão julgados por esse Pai que é sábio, reto e justo com seus filhos.[269]

A justiça divina, como explicada pelo Fr. Mattos, ao longo dos séculos XVII e XVIII, manifestou-se entre os moradores do Brasil em diferentes situações. Cronistas, sermonistas e tratadistas não deixaram de assinalar que os períodos de epidemias e secas eram demonstrações do descontentamento de Deus com os tantos pecados cometidos pelos moradores dos trópicos. Das punições divinas, uma das mais conhecidas e documentadas entre o Seiscentos e o Setecentos foi o "mal da bicha" ou "peste da bicha",[270] doença que se manifestou entre os moradores de Pernambuco no início de 1686 e, rapidamente, alcançou os ares da capitania da Bahia, onde deixou um grande número de enfermos e mortos. De acordo com a carta escrita pelo Reitor do Colégio da Bahia, o Pe. Diogo Machado (1632-1713)[271], em abril de 1686, a cidade da Bahia foi tomada por um "contágio mortal pela corrupção do ar, não conhecido antes".[272] O jesuíta não apresentou maiores detalhes sobre os sintomas provocados pela doença, mas em sua epístola, destaca a necessidade de fechar as "Escolas Públicas, os Estudos, os Comércios, os Tribunais", e que, diante do grande número de infectados, "ninguém tinha outra preocupação mais que o horror da morte e a salvação das almas".[273] Durante os meses em que o mal da bicha atacou, os religiosos da Companhia de Jesus dedicaram-se à assistência dos

---

[269] MATTOS, Fr. Eusebio de. Sermam Quinto, Prègado em a festa que faz a Justiça em primeira Oitava do Espírito Santo no Convento de N. Senhora do Carmo da Cidade da Bahia. *In*: MATTOS, Fr. Eusebio de. **Sermoens**. Primeira Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1694, p. 117

[270] O "mal da bicha" foi o termo atribuído no século XVII para a doença posteriormente denominada "febre amarela". Em finais do Seiscentos, o médico português João Ferreira da Rosa, autor do *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco* (1695), descreveu que durante o período do contágio, o ar seria o seu principal elemento de propagação, agindo como um "veneno pestilencial". Para o médico português, a grande contaminação do ar poderia ocorrer por três vias. A primeira delas seria a influência dos astros e suas qualidades ocultas, como ocorreu com os eclipses do sol e da lua. A segunda seria pelos lugares infectados, isto é, carnes podres e frutos corruptos que liberaram vapores pútridos e contaminavam o ar. A terceira causa e a mais comentada pelos católicos da colônia, era a relação entre a pestilência da bicha e os castigos divinos. Sendo uma punição aos pecadores, os remédios para o corpo possivelmente não surtiriam os mesmos efeitos e apenas a misericórdia de Deus poderia salvá-los. Cf. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços de cura. 3. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017, p. 314-215. Sobre o tratado escrito por João Ferreira da Rosa, ver: ROSA, João Ferreyra da. Tratado único da Constituição Pestilencial de Pernambuco. Interpretado e Anotado por Estáquio Duarte. *In*: MORÃO, ROSA, & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sôbre a medicina no Brasil**. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Estáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. 219-369

[271] Diogo Machado era natural da capitania da Bahia e ingressou na Companhia de Jesus aos 14 anos de idade. Exerceu diferentes funções na Ordem jesuítica, servindo como Vice-Reitor do Colégio de Olinda, Superior nos Colégios do Recife e da Paraíba. Em 1677, foi designado como Reitor do Colégio do Espírito Santo e em 1685, assumiu como Reitor do Colégio da Bahia. Passados os difíceis anos da disseminação do mal da bicha na Bahia, o Padre Machado serviu como Provincial do Brasil em 1688 e em 1693, passou ao ofício de Visitador da capitania de Pernambuco. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no** Brasil. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 333

[272] MACHADO, Diogo. Carta da Baía, 8 de Julho de 1686. Apud. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V (Século XVII-XVIII – Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 89

[273] Ibid., p. 90

enfermos que se espalhavam pela cidade de Salvador, levando-os para o interior do Colégio, onde ofereciam cuidados médicos e ministraram o sacramento da extrema unção aos moribundos, a fim de garantir a salvação de suas almas.[274]

Entre os homens que perderam a vida em decorrência do mal da bicha, estava o primeiro Arcebispo da Bahia, Fr. João da Madre de Deus (1621-1686), falecido em junho de 1686, poucos meses após o início do contágio. Algumas semanas depois de sua morte, o padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724),[275] responsável pela pregação nas exéquias do Arcebispo, relembrou as virtudes do religioso falecido e mencionou o "mal comum" que havia atingido os ares da Bahia naquele ano. O jesuíta descreve aí o mal da bicha como um "matador", que após matar mais de setecentas pessoas em Pernambuco, teria alcançado as terras da Bahia, onde vinha ceifando a vida de muitos homens, como o Arcebispo. O jesuíta afirmava que a "ordenação era divina, [para] que aquele matador habitasse na Cidade, até a morte do Pontífice", e arrematava: "também não duvido, que seja ordenação divina, que este matador habite" a cidade da Bahia "até o termo que Deus sabe".[276]

O jesuíta alertava, ainda, que a morte de Dom Fr. João da Madre de Deus não deveria ser compreendida como um indício de que o contágio da bicha se aproximava do fim, mas como uma demonstração de que a força do matador era imensa, capaz de abater até homens virtuosos. Para Gusmão, aqueles que não haviam se contaminado deveriam continuar tendo "muita razão para cuidar", pois se "não quer Deus, que se vá" seria "porque quer, que ainda dure o castigo".[277] Na pregação, o mal da bicha foi anunciado como uma punição enviada por Deus aos moradores do Brasil, católicos que vinham levando uma vida de pecados e por isso tinham sido punidos com uma doença que se disseminava pelos ares salubres da Bahia. Como forma de enfrentar o

---

[274] MACHADO, Diogo. Carta da Baía, 8 de Julho de 1686. Apud. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V (Século XVII-XVIII – Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 90

[275] Alexandre de Gusmão era natural de Lisboa e embarcou com sua família para o Brasil em 1644. Estudou no Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e em 1646, ingressou nessa Ordem religiosa. Enquanto professo da Companhia, o religioso atuou como Mestre de Noviços, foi reitor do Colégio do Espírito Santo e do Colégio da Bahia, fundou e foi reitor do Seminário de Belém da Cachoeira. Ao longo de sua vida, o religioso exerceu, por duas vezes, a função de Provincial da Companhia de Jesus. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 289-290

[276] GUSMAM, P. Alexandre de. **Sermão que pregou o P. Alexandre de Gusmam da Cõpanhia de IESU, Provincial da Provincia do Brasil**. Nas exéquias do Illustrissimo Senhor D. Fr. Joam da Madre de Deos, Primeiro Arcebispo da Bahia, que faleceo do mal commum que nella ouve neste Anno de 1686. Dedicado ao Excellentissimo Senhor S. Antonio Luis de Sousa Tello, e Menezes, Marquez das Minas do Conselho de sua Magestade, Senhor das Villas de Beringel, e Prado, dos Coutos de Manhente, Freiris, & Azevedo, Alcayde Mòr da Cidade de Beja, Comendador da Ordem de Christo, das Comendas de N. Senhora do Azevo, Penaverde, & Santa Marta de Vianna, & e da Ordem de Santigago, da Comenda de Sinis, Governador, & Capitão General do Estado do Brasil. Pello Conego Francisco Pereira. Lisboa: Officina de Miguel Manescal, 1686, p. 3

[277] Ibid., p. 13

"matador", os moradores de Salvador pediram a intercessão de santos conhecidos: "São Sebastião, Padroeiro da peste nos Reinos de Portugal, S. Gonçalo Português, de tantos milagres, e São Francisco Xavier, a quem tantas Cidades têm tomado por Padroeiro da peste".[278] Aos três "amigos de Deus", lembrados pelas graças alcançadas em outros tempos de pestilências, foram feitas diferentes celebrações e procissões, especialmente a São Francisco Xavier, cujo nome foi arrolado pelos membros da câmara de Salvador para que fosse elevado à condição de padroeiro da cidade.[279] As súplicas aos santos, que se multiplicaram ao longo dos meses, parecem ter surtido pouco efeito, pois, como afirmava o Pe. Gusmão, "se morto o nosso Pontífice, ainda o mal continua em matar, temos muita razão de chorar sobre nós, e não sobre ele, porque é sinal, que ainda entre nós fica a causa do castigo".[280]

Algumas décadas depois do sermão proferido por Alexandre de Gusmão, Sebastião da Rocha Pitta trouxe, em sua *Historia da America Portugueza*, maiores informações sobre a doença. Relata Pitta que os "primeiros presságios do fatal achaque da Bicha"[281] estavam relacionados às turbulências políticas que envolviam a família do governador da capitania de Pernambuco e ao grande eclipse da lua, ocorrido no mês de dezembro de 1685. O eclipse lunar, precedido por um eclipse do sol naquele mesmo ano, foi visto pelos moradores do Brasil como sendo uma "grande luminária [...] tão abrasada, que inculcava ter recolhido no seu côncavo, ou na sua circunferência toda a região do fogo".[282] Em sua *História*, o baiano retomou as impressões do Pe. Valentim Stancel (1621-1705), jesuíta que teria presenciado o fenômeno celestial e afirmado que, após o acontecimento, iniciaram "muitas enfermidades ao Brasil, e que haviam de continuar por muito tempo", como ocorreu nos meses seguintes, com a propagação da bicha.[283]

---

[278] GUSMAM, P. Alexandre de. **Sermão que pregou o P. Alexandre de Gusmam da Cõpanhia de IESU, Provincial da Provincia do Brasil**. Nas exéquias do Illustrissimo Senhor D. Fr. Joam da Madre de Deos, Primeiro Arcebispo da Bahia, que faleceo do mal commum que nella ouve neste Anno de 1686. Dedicado ao Excellentissimo Senhor S. Antonio Luis de Sousa Tello, e Menezes, Marquez das Minas do Conselho de sua Magestade, Senhor das Villas de Beringel, e Prado, dos Coutos de Manhente, Freiris, & Azevedo, Alcayde Mòr da Cidade de Beja, Comendador da Ordem de Christo, das Comendas de N. Senhora do Azevo, Penaverde, & Santa Marta de Vianna, & e da Ordem de Santigago, da Comenda de Sinis, Governador, & Capitão General do Estado do Brasil. Pello Conego Francisco Pereira. Lisboa: Officina de Miguel Manescal, 1686, p. 3

[279] Em 10 de maio de 1686, a Câmara de Salvador deu seu voto para que São Francisco Xavier, missionário da Companhia de Jesus na Índia e canonizado em 1622, fosse considerado o padroeiro da capital da Bahia. O pedido foi consolidado poucos anos depois e em 1689, o santo foi confirmado como principal padroeiro de Salvador pelas mãos do novo Arcebispo, Dom Frei Manuel da Ressurreição (?? – 1691). Cf. SOUZA, Evergton Sales. Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroeiro de Salvador (1686-1760). **Revista de História**, São Paulo, n. 162, 1º sem./2010, p. 132; p. 140

[280] GUSMAM, P. Alexandre de. Op. Cit., p. 14

[281] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 427

[282] Ibid., p. 427

[283] Ibid., p. 427

Rocha Pitta compreendia os eclipses como acontecimentos "naturais", contudo, afirmava que o clarão que iluminou o céu de Pernambuco possivelmente teria sido influenciado por outras causas que não fossem apenas naturais. Em sua análise, o letrado afirmava que o encontro dos astros poderia conter algum tipo de "sordície, ou qualidade contagiosa do ar por razões manifestas, ou causas ocultas, e da sua corrupção resultarem doenças, [...] como se tem experimentado em contágios, e desgraças".[284] No caso de Pernambuco e da Bahia, as "causas ocultas" que influenciaram a grave doença eram os "pecados dos moradores destas Províncias, corruptos de vícios, e culpas graves, a que os provocava a liberdade, e riqueza do Brasil".[285] Além do eclipse e dos pecados, outro acontecimento teria influenciado a corrupção dos ares: a indevida abertura de algumas caixas de carne enviadas de São Tomé para Pernambuco. Segundo Rocha Pitta, o tanoeiro que abriu teve contato com a carne, pouco tempo depois começou a espirrar e, assim, deu início ao processo de contaminação do ar.

Os acontecimentos naturais, como o eclipse, e os acidentais, como a carne apodrecida, parecem não ter despertado tanto a atenção de Pitta quanto os vícios de pernambucanos e baianos. Assim como o Pe. Gusmão, Rocha Pitta também viu o grande contágio como uma ação da justiça divina sobre os moradores do Brasil. De acordo com o letrado, somente depois das súplicas, procissões e pedidos aos Santos da Igreja, Deus "suspendeu o braço da sua justiça, irado justissimamente contra os nossos pecados, e foi perdendo a força o mal de forma, que ou já não feria, ou quase todos os feridos escapavam".[286]

Algumas décadas depois do mal da bicha, entre 1734 e 1735, a Bahia sentiu novamente o peso da justiça divina, desta vez por meio de uma grande seca que atingiu a capitania. Conforme escrito pelo censor Fr. Joseph de Oliveira, "era grande a seca, que pelas culpas de Grandes, e pequenos experimentava a Bahia", e como forma de controlar a ira divina e alcançar o perdão pelas culpas que todos os homens teriam provocado, "era necessário, que o Sermão, em que se rogava a Deus por chuva, fosse de um Pregador, que tivesse rios de eloquência, e mares de sabedoria, com que persuadisse a emenda para abrandar o Céu e regar a terra".[287] O pregador escolhido para essa importante missão foi o Fr. Manoel Angelo de Almeida (1697-

[284] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 427
[285] Ibid., p. 428
[286] Ibid., p. 432
[287] DO ORDINARIO. Censura do R.P.M. Fr. Joseph de Oliveira, Primeiro Definidor da Ordem da Santíssima Trindade, etc. *In*: ALMEIDA, Fr. Manoel Angelo de. **Declamação moral**, que na occasiam da rogativa, que fez a veneravel Ordem Terceira do Carmo da Bahia, com uma devotissima Procissão de penitencia, por causa da grande secca, que sentio a mesma Cidade da Bahia desde o anno de 1734 até o presente de 1735. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, não paginado.

17??)[288], frade da Ordem Terceira do Carmo da Bahia[289], autor do sermão *Declamação Moral [...] por causa da grande seca, que sentiu a mesma Cidade da Bahia desde o ano de 1734 até o presente de 1735*,[290] proferido durante a procissão de penitência realizada pela Ordem Terceira do Carmo em Salvador — no qual tentou "persuadir a reforma dos costumes dos moradores da Bahia".

No momento da pregação, Fr. Almeida explicou aos católicos de "quem" seria a causa da seca que ameaçava aqueles homens e do "grande castigo" de que todos iriam padecer caso não conseguissem aplacar a ira divina: "Veremos, pois que os ameaços da seca, com que Deus Nosso Senhor pretende castigar o Povo da Bahia, procedem das culpas dos grandes, e dos pequenos".[291] De acordo com o pregador, a seca estava relacionada a uma das três punições divinas mais conhecidas, a fome. Aos ouvintes, o Fr. Almeida explicava que "três são os castigos grandes, que Deus Nosso Senhor costuma dar aos homens, e vem a ser: peste, fome e guerra".[292]

Se a peste parecia o pior dos castigos, por atingir a todos os homens, e a guerra ser maléfica somente aos soldados, a fome era o pior dos castigos para os pobres, que em tempos de carestia não tinham condições de arcar com seu próprio sustento. Ao definir que a fome era o "castigo da pobreza", o religioso afirmava que "Deus Nosso Senhor com a esterilidade, que ameaça, pretende castigar aos pobres da Bahia. E se o castigo é para os pobres, é consequência

---

[288] Fr. Manoel Angelo de Almeida nasceu na cidade da Bahia, estudou filosofia e teologia no Colégio da Companhia de Jesus e obteve o grau de doutor em Teologia. Aos 19 anos de idade, recebeu o hábito de Carmelita Calçado e em 1733, alcançou o posto de Provincial da Ordem Carmelita no Brasil. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana histórica, critica, e cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das obras, que compuzeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1753, p. 178

[289] Em relação à Ordem Terceira do Carmo, presente em diferentes capitanias da colônia brasílica, esta foi criada quase em conjunto com a própria Ordem de Nossa Senhora Carmo. A Ordem carmelitana foi reconhecida pela Igreja em finais do século XIII e pouco tempo depois, em 1476, foi emitida a bula papal que autorizou a criação da instituição da Ordem Terceira. Semelhante processo ocorreu no Brasil, em que a fundação das fraternidades de irmãos terceiros do Carmo esteve vinculada à instalação dos conventos da Ordem primeira. Sobre a atuação das ordens terceiras no Brasil colonial, deve-se ressaltar a importância dos irmãos terceiros para levar os religiosos professos da Ordem do Carmo aos espaços de colonização mais recente, como a capitania de São Paulo ou locais onde as ordens regulares tiveram suas atividades restringidas, como a região das Minas Gerais. Dos escritos setecentistas que versaram sobre a fundação da Ordem Terceira do Carmo e a atuação de seus membros no Reino português, ver: MARIA, Fr. José de Jesus. **Thesouro carmelitano manifesto, e offerecido aos Irmãos, e Irmans da Veneravel Ordem Terceira da Rainha dos Anjos, Mãi de Deos, Senhora do Carmo**. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, Impress. do S. Officio, 1750. Sobre a atuação da Ordem Terceira do Carmo na América Portuguesa, ver: BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder** (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Editora Ática, 1986; MARTINS, William de Souza. **Membros do Corpo Místico**: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

[290] ALMEIDA, Fr. Manoel Angelo de. **Declamação moral**, que na occasiam da rogativa, que fez a veneravel Ordem Terceira do Carmo da Bahia, com uma devotissima Procissão de penitencia, por causa da grande secca, que sentio a mesma Cidade da Bahia desde o anno de 1734 até o presente de 1735. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736.

[291] Ibid., p. 4

[292] Ibid., p. 4

infalível, que as culpas dos pobres são a causa do castigo".[293] Dos vícios recorrentes entre os mais pobres, o principal deles era a "presunção", a boa opinião que esses homens tinham de si mesmos e o desprezo que cultivavam pelo próximo. O orgulho excessivo era visível naqueles que não queriam ser reconhecidos pelos seus ofícios, e se passavam por homens que exerciam cargos ou ocupavam posições sociais de maior importância, como era o caso dos meirinhos que desejavam ser alcaides, "os escrivães, oficiais de justiça; os requerentes, solicitadores; os porteiros, ministros de sua Majestade; os soldados rasos, infantes; os caixeiros, administradores".[294] Para o religioso, o desejo dos pobres em agir como ricos, sem para isso trabalharem adequadamente e buscarem sempre uma vida de ócio, os distanciava das virtudes e os aproximava cada vez mais dos vícios.

Fr. Manoel Angelo também menciona a culpa dos grandes e relembra que, em muitos casos, Deus costumava castigar o povo pelos pecados cometidos por seus governantes; sobre os "grandes", o religioso afirma que suas culpas, "sem exceção, são as que provocam a Divina Justiça para a seca, que está começada sobre os pequenos da Bahia".[295] O castigo, que envolvia a esterilidade do solo, uma punição que se prolongaria por anos até que o terreno retomasse sua fertilidade, prejudicaria sobretudo os mais pobres e era, segundo Angelo, uma "consequência infalível [de] que os culpados são os Grandes, e poderosos desta terra".[296] Para os católicos da Bahia, o "remédio" recomendado pelo religioso era a contrição de seus pecados. Aqueles que reconhecessem e se arrependessem dos erros cometidos, seriam capazes de encontrar a "verdadeira luz", isto é, a misericórdia e a graça divinas. Os homens que continuassem como pecadores obstinados, no entanto, não receberiam as luzes da graça, mas os raios da justiça divina: "abrasai, e consumi a quem se não arrepende de ofender-vos. Ide-vos daqui, malditos, para o fogo eterno, já que vos não quereis banhar nas águas da contrição".[297] Assim como o mal da bicha, a punição da seca foi compreendida como justa ao recair sobre todos os pecadores, ricos, que perderiam os lucros de suas plantações, e pobres, que, penalizados por seus erros, deixariam de contar com seu sustento. Para aqueles que optassem em continuar com seus pecados, não haveria remédio, apenas o tempo de espera pela punição definitiva, que envolvia as chamas do inferno.

---

[293] ALMEIDA, Fr. Manoel Angelo de. **Declamação moral**, que na occasiam da rogativa, que fez a veneravel Ordem Terceira do Carmo da Bahia, com uma devotissima Procissão de penitencia, por causa da grande secca, que sentio a mesma Cidade da Bahia desde o anno de 1734 até o presente de 1735. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, p. 4
[294] Ibid., p. 4
[295] Ibid., p. 13
[296] Ibid., p. 13
[297] Ibid., p. 21

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, os letrados católicos que viveram no Brasil se dedicaram a descrever e a compreender o mundo natural dos trópicos, um mundo que, por vezes, gerava situações adversas e perigosas, mas que, em geral, era bondoso e acolhedor com aqueles que cruzaram o Atlântico. Apesar dos temores sobre a vida nessa quarta parte do mundo, não demorou para que leigos e religiosos percebessem que a zona tórrida não era excessivamente quente e inabitável. Em poucas semanas de vida nos trópicos, tais homens também notaram que o clima era ameno e salubre e que suas águas, além de os levarem aos rincões da América Portuguesa, lhes oferecia sustento e, em algumas situações, propiciava curas milagrosas.

Para esses letrados católicos que escreveram sobre a natureza brasílica entre meados do Quinhentos e meados do Setecentos, o clima ameno, os ares salubres e as águas abundantes eram indícios de que essa terra, situada em meio aos trópicos, era o paraíso terreal. Um desses homens foi o Fr. Apolinário da Conceição que, no início do século XVIII, destacou que esta América era "admirada por delicioso paraíso do Orbe", e dentre os motivos que contribuíam para esta identificação com o paraíso, estava a vigência de um "clima com frescos e saudáveis ventos [...] aprazível a estrangeiros, e naturais, desmentindo as falsas opiniões de que a Tórrida Zona era inabitável".[298]

Na visão desse franciscano e de outros homens, leigos e professos de Ordens religiosas, o clima e os rios do Brasil eram elementos fundamentais na analogia entre as terras tropicais e o paraíso criado por Deus. De acordo com o livro do Gênesis, as primeiras criações divinas no Éden foram o céu, a terra e as águas, formando, assim, um espaço adequado para a vivência dos primeiros pais e de todas as criaturas desenhadas pelas mãos de Deus.[299] Para os católicos que escreveram sobre essa colônia de Portugal, a paisagem brasílica apresentava condições semelhantes às que foram descritas na literatura bíblica, sendo um espaço deleitoso e salubre, de condições favoráveis à vida humana e onde se avistavam as mais distintas espécies, animais e vegetais, que, assim como os ventos e águas, foram legadas por Deus para viver nesse segundo paraíso, um paraíso terreal.

---

[298] CONCEIÇAÕ, F. Apollinario da. **Primazia Serafica na Regiam da America**, novo descobrimento de Santos, e Veneraveis Religiosos da Ordem Serafica, que enobrecem o NOVO MUNDO com suas virtudes, e acçoens. Offerecida ao senhor Domingos Martins Brito. Lisboa Occidental: Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1733, p. 42

[299] Como relatado no livro do Gênesis, as primeiras criações de Deus foram os céus e a terra, o dia e a noite, bem como a terra e as águas. De acordo com a literatura bíblica, "à parte seca Deus chamou terra, e chamou mares ao conjunto das águas" e apenas após a criação desse espaço, Deus iniciou a criação da vegetação e dos animais. Cf. Genesis. 1, 1-11. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 1

Conhecidos os elementos que compunham este espaço, passemos às criaturas que viviam nesse espaço, a começar pelas plantas que, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, foram alvo dos comentários de muitos católicos que tentaram classificá-las, identificar seus usos e observar se a flora tropical também poderia manifestar os desejos do Criador.

Capítulo 2. Uma primavera perene

Quando escreveu a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, impressa em Lisboa no ano de 1663, o Pe. Simão de Vasconcellos dedicou dois livros da obra às "notícias antecedentes, curiosas, e necessárias, das coisas do Brasil".[1] No primeiro livro, o religioso aborda a organização territorial da América Portuguesa, as "externas aparências" do Brasil, as belezas de seu litoral, que despertaram a atenção dos exploradores portugueses. O padre, no entanto, pergunta: "que fariam, se vissem seus interiores?". A indagação era plausível, pois ainda que a faixa litorânea fosse revestida por uma vasta vegetação, a maior parte das riquezas naturais e de espécies vegetais, estavam nos sertões do Brasil. Segundo Vasconcellos, aqueles que se dispusessem a caminhar pelo interior desse território,

> veriam seus grandes arvoredos, espessas matas que sobem as nuvens, e encobrem o Céu: a grossura monstruosa de seus antigos troncos: a variedade de suas preciosas espécies, as melhores de todo o Universo, dos cedros, vinháticos, jacarandás, paus reis, paus brasis vermelhos, e amarelos, bálsamos, copaíbas, almecegas, ibicuíbas, ou noz moscadas, e outras espécies inumeráveis de paus reais, preciosos. De ervas cheirosas, e medicinais, são suas espécies sem conto: depositou a natureza nestas montanhas um tesouro de remédios humanos, de poucos conhecido.[2]

Para Vasconcellos, não havia dúvidas sobre quão pródiga era a natureza do Brasil e o quanto havia legado uma flora composta por árvores, ervas, sementes e frutos que serviam aos mais diferentes fins. Dentre as espécies mencionadas pelo cronista, havia madeiras apreciadas para a carpintaria naval, especiarias de elevado valor econômico e um grande número de plantas que foram incorporadas em mezinhas e práticas medicinais, tornando-se ingredientes dos "remédios humanos" consumidos por indígenas, portugueses e africanos.

Como boa parte das plantas seguiam escondidas pelo interior do território, foi a partir de meados do século XVI que portugueses e brasílicos se dedicaram a identificá-las e atribuir-lhes alguns usos, virtudes e perigos. Ainda que esse processo tenha ocorrido de modo gradual, o encantamento de leigos e religiosos com as plantas brasílicos foi imediato. A vegetação dos trópicos foi um dos temas abordados nas primeiras cartas redigidas pelo Pe. Manuel da Nóbrega, em 1549. Na epístola endereçada aos padres e irmãos que residiam em Coimbra,

---

[1] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 1

[2] Ibid., p. 45-46

Nóbrega comenta que "as árvores e as ervas estão sempre verdes, e por isto é a terra muito fresca".[3] Nesses primeiros meses de missão no Brasil, o jesuíta já havia encontrado algumas frutas conhecidas, como "cidras, laranjas, limões [que] dão-se em muita abundância; e figos tão bons como os de lá".[4]

Os padres da Companhia de Jesus, como Vasconcellos e Nóbrega, representam uma parcela significativa dos católicos que se dedicaram a escrever sobre as espécies vegetais do Brasil, mas não foram os únicos. Padres, freis, monges e leigos não pouparam elogios ao escreverem sobre as terras da América Portuguesa. Na visão desses letrados, o solo fértil proporcionava o nascimento, cultivo e aclimatação das mais diferentes espécies, não sendo necessária uma grande intervenção humana para que as plantas crescessem e se multiplicassem nos trópicos. Esta flora diversa, como muitos observaram, foi valiosa para adaptação dos primeiros europeus que se deslocaram ao Brasil a partir do século XVI e, rapidamente, incorporaram os vegetais brasílicos em seu cotidiano, adotando-os em sua alimentação, nas práticas médicas e nas trocas comerciais.[5]

Ao explorar uma literatura católica composta por cartas, crônicas, sermões e tratados, buscar-se-á apreender as principais impressões de homens leigos e religiosos sobre as árvores, ervas, flores e frutos que cresciam neste solo. Para tal, serão apresentadas algumas tentativas desses indivíduos em identificar e ordenar as espécies que cresciam nos trópicos ao longo dos séculos XVI, XVII e da primeira metade do século XVIII, ou seja, em um período anterior à classificação taxonômica proposta por naturalistas como Carl Von Linné (1707-1778).[6]

---

[3] "Por lo qual los arboledos e las yervas están siempre verdes, y por aquesto es la tierra muy fresca". Cf. NÓBREGA, Pe. Manuel da. Informações das Terras do Brasil. [Aos padres e irmãos de Coimbra]. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 148

[4] "Cidras, naranjas, limones danse en mucha abundancia; y higos tan buenos como los de allá". Cf. NÓBREGA, Pe. Manuel da. Informações das Terras do Brasil. [Aos padres e irmãos de Coimbra]. *In:* LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 148

[5] Sobre os diferentes usos das plantas brasílicas durante o período colonial, ver: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulação das plantas no Brasil, séculos XVI a XIX**. Tradução Chris Hieatt. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Natureza em Boiões. **Medicinas e boticários no Brasil setecentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um mundo em movimento**. Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Tradução de Vanda Anastácio. Algés: Difusão Editorial, 1998, p. 227-276

[6] Em *Systema Naturae* (1735), o sueco Carl Von Linné apresentou os três reinos que compunham a natureza: vegetal, animal e mineral. Em sua tentativa de compreender o "trabalho de Deus", o naturalista propôs uma sistematização de todas as criaturas em classes, ordem, gênero e espécie. O reino vegetal teve sua divisão partir da frutificação das plantas, considerado por Linné como o "único fundamento sistemático da botânica". Assim, as plantas foram ordenadas de acordo com a presença ou ausência de determinados elementos reprodutivos, como flores, frutos, sementes, anteras, estigmas e pistilo. Em Portugal, a obra de Linné tornou-se conhecida na segunda metade do século XVIII, quando o sistema de classificação proposto pelo naturalista foi adotado nos estudos de botânica promovidos após a reforma da Universidade de Coimbra. Em 1793, *Systema Naturae*, que já contava com sua décima terceira edição em latim, foi traduzida para a língua portuguesa. Cf. LINNAEUS, Carolus. **Systema Naturae**. Facsimile of the First Edition. With an introduction and a first English translation of the "Observationes"

A partir do olhar atento e de descrições minuciosas redigidas por leigos e professos de diferentes ordens – Companhia de Jesus, Ordem dos Frades Menores e Ordem de São Bento – abordaremos as principais metáforas e alegorias utilizadas, as origens místicas de algumas espécies e os cuidados a se tomar com ervas que, se ingeridas em demasia, poderiam levar os católicos aos vícios, pecados e mesmo à morte.

2.1 Organizar pelos detalhes: a classificação das plantas tropicais

Padre, freis e homens leigos que atuaram na colônia brasílica a partir de meados do século XVI e escreveram sobre seus recursos naturais, rapidamente se surpreenderam com o grande volume de plantas que brotavam deste solo. "Primavera perene" e "tapete de flandres" foram algumas das expressões utilizadas pelos letrados católicos e que, em um primeiro momento, parecem indicar a existência de uma vegetação homogênea, composta apenas por folhas verdes e de formatos semelhantes. Contudo, não demorou muito para que esses indivíduos notassem as diferenças existentes entre as espécies e por meio de suas observações, passassem a organizar e agrupar as plantas conforme suas semelhanças, usos e virtudes.

Um dos que buscou estabelecer uma classificação inicial das plantas brasílicas foi o Pe. Francisco Soares. Em sua obra *Coisas Notáveis do Brasil*, redigida entre os anos de 1591 e 1596, o jesuíta reuniu informações sobre tudo aquilo que lhe pareceu interessante e admirável nessa parte do Novo Mundo. No que tange à flora, Francisco Soares organizou as espécies em três conjuntos distintos: "das ervas que Dioscorides não teve conhecimento nem fez menção, nem outros autores",[7] "das ervas que tem esta província e falaram alguns autores"[8] e "das frutas".[9]

Em sua classificação, o padre parece ter se baseado na conhecida obra, *De Materia Medica*, redigida no século I por Pedianos Dioscorides (40-90). Médico atuante no exército romano, Dioscorides se dedicou ao estudo das doenças que afligiam os homens, bem como à coleta e identificação de plantas medicinais que fossem úteis para curar as enfermidades

---

by Dr. M. S. J. Engel-Ledeboer and Dr. H. Engel. Nieuwkoop: Graaf, 1964, p. 22-23; COSTA, Palmira Fontes da. The introduction of the Linnaean classification of nature in Portugal. *In*: GUNNARSOON, Britt-Louise (ed). **Languages of Science in the Eighteenth Century**. Berlin/Boston: Hubert & Co. GmbH & Co. KG, Göttingen, 2017, p. 227-228.

[7] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 143

[8] Ibid., p. 155

[9] Ibid., p. 159

conhecidas naquele tempo.[10] A obra de Dioscórides, *De Materia Medica*, possivelmente escrita no ano 64 da era cristã, apresenta uma organização das espécies vegetais conforme seus aspectos comuns. O letrado reunia em um mesmo conjunto as plantas que eram utilizadas para uma mesma finalidade, como o preparo de um medicamento, ou que partilhassem de características semelhantes, como a cor ou tamanho.[11] No cinco livros que compõem *De Materia Medica*,[12] o grego reuniu cerca de seiscentas espécies vegetais e seus derivados, como bálsamos e resinas, e expôs informações relativas à sua morfologia, com descrições de raízes, folhagens e flores, assim como seus usos medicinais, contabilizando mil procedimentos de cura envolvendo elementos vegetais. Como Dioscórides evidenciou em sua obra, nem todas as ervas eram curativas, mas isso não inviabilizava o seu uso, pois eram incorporadas em práticas cotidianas, como cuidados com os dentes e os cabelos.[13]

A partir do século XV, o manuscrito de Dioscorides ganhou diferentes traduções em línguas latina e vernácula[14] e possivelmente, uma delas foi lida ou consultada pelo Pe. Francisco

---

[10] OSBALDESTON, Tess Anne; WOOD, Robert P. Introduction. *In*: DIOSCORIDES. **De Materia Medica**. Being and herbal with many other medicinal materials. Written in Greek in the first century of the common era. A news indexed version in modern English by TA Osbaldeston and RPA Wodd. Johannesburg: Ibids Press, 2000, p. XX

[11] SELOSSE, Philippe. Peut-on parler de classification à la Renaissance: les concepts d' "ordre" et de "classe" dans les ouvrages sur les plantes. **Seizième Siècle**, Lyon, n. 8, 2012, p. 41

[12] No Livro I, Dioscorides apresenta as plantas aromáticas e seus respectivos óleos, gomas e bálsamos. Além dessas, também anunciou as frutas carnudas. No Livro II são descritos os cereais, leguminosas e ervas encontradas em jardins domésticos. Os produtos de origem animal, bem como seus usos dietéticos e medicinais foram anunciados nesse segundo livro. O Livro III é voltado às raízes cobertas, ervas e sementes utilizadas na alimentação e na medicina. Ao longo do Livro IV são anunciados os narcóticos e plantas venenosas à saúde humana. Por fim, o Livro V versa sobre as videiras, os vinhos e os minérios metálicos. Cf. OSBALDESTON, Tess Anne; WOOD, Robert P. Introduction. Op. Cit., p. XXII

[13] De acordo com Dioscorides, o óleo preparado com oliveiras selvagens era de grande virtude para as dores de cabeça, para controlar a sudorese e para combater a queda de cabelo. Aqueles que esfregassem seus cabelos com o óleo de olivas retardariam o envelhecimento capilar e o aparecimento de fios grisalhos. Para a limpeza dos dentes, a recomendação do médico era pelo uso de ramos verdes de pistache, substituindo o uso dos palitos feitos com junco, uma planta encontrada na água e em terrenos arenosos. Cf. DIOSCORIDES. **De Materia Medica**. Being and herbal with many other medicinal materials. Written in Greek in the first century of the common era. A news indexed version in modern English by TA Osbaldeston and RPA Wodd. Johannesburg: Ibids Press, 2000, p. 35; p. 90

[14] A primeira tradução de *De Materia Medica* para o latim ocorreu no século IX, sob o título *Dioscorides Lombardus*. A obra, no entanto, não foi uma tradução direta do manuscrito de Dioscorides, mas do *Codex Vindobonensis*, uma cópia de *De Materia Maderia* ilustrada e redigida em língua grega e que foi produzida em Constantinopla, em 512. Em 1499, foi impressa a primeira edição latina de *De Materia Medica*. Pelo seu sucesso, sobretudo entre os estudantes de medicina, a obra foi rapidamente reimpressa, contando com edições datadas de 1518, 1523 e 1529. As traduções em língua vernácula foram preparadas ainda na primeira metade do século XVI, havendo doze edições em língua espanhola editadas entre os anos de 1555 e 1572. As edições em língua italiana foram publicadas a partir de 1542; em língua francesa, a partir de 1553 e em alemão, iniciada no ano de 1546. A versão em língua portuguesa foi publicada em 1718, com o título *História das plantas da Europa, e das mais usadas que vem de Ásia, de África, e da América. Onde ve se suas figuras, seus nomes, em que o tempo florescem e o lugar onde nascem. Com um breve discurso de suas Qualidades e Virtudes especificas*. Essa obra, produzida pelo francês Jean Vigier, não foi uma tradução direta do manuscrito de Dioscorides, mas baseada no livro *Comentarii a Dioscoride*, redigido por Pietro Andrea Mattioli, comentador de Dioscorides. Cf. LUNA, Fernando J. Sobre um herbário ilustrado do início da Era Moderna traduzido para o português: o livro Historia das plantas, de João Vigier. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, jul./dez.2016, p. 227; OSBALDESTON, Tess Anne; WOOD, Robert P. Introduction. *In*: DIOSCORIDES. **De Materia Medica**. Being

Soares. A referência a Dioscorides foi anunciada em um dos capítulos de *Coisas Notáveis do Brasil*, mas, além do título, o letrado português também parece ter adotado uma organização semelhante à que foi empregada pelo médico grego. Em sua obra, o jesuíta ressalta as principais virtudes terapêuticas que foram atribuídas às plantas tropicais e opta por agrupá-las segundo sua fisionomia externa, distinguindo as ervas das árvores. Ao apresentar as "ervas que Dioscorides não teve conhecimento nem fez menção", o letrado ressalta os usos medicinais de algumas delas, como a jeticuçu, planta que o religioso descreve como sendo o "mechoacão das Índias" e que "há pouco tempo" havia sido descoberta pelos portugueses. A comparação da jeticuççu com a erva mechoacão, originária do México, era explicada pelos seus usos purgativos. Preparada com vinho ou água, sob a forma de caldos ou de conservas, a erva era um purgante valioso para combater os fastios e, segundo o Pe. Soares, uma planta "boa para toda enfermidade" e, por isso, podia ser denominada "a comum purga do Brasil".[15]

Dessas ervas desconhecidas por portugueses e gregos, o Pe. Soares também levantou um grande número de cipós – ervas grandes que germinavam no solo, mas cresciam se enrolando em altas árvores, abraçando-as[16] –, utilizados para os mais diferentes fins. O cipó ou piguaja era considerada um "eficaz remédio para câmaras de sangue".[17] Quando moídas as raízes desse cipó, obtinha-se um eficaz purgativo, bastando adicionar pimenta e deixar o preparo repousando ao sereno, atentando-se apenas para evitar a formação de orvalho e umidade.[18] Assim como outras ervas anunciadas pelo jesuíta, a cajapia era uma planta recém-descoberta pelos europeus e de grande utilidade para combater as "mordeduras de cobras e toda peçonha".[19] Além de remediar os efeitos causados pelas picadas de cobras, a erva também servia aos homens que sofriam com febres, aos acometidos pela hidropsia e aqueles que fossem feridos com flechas.[20]

---

and herbal with many other medicinal materials. Written in Greek in the first century of the common era. A news indexed version in modern English by TA Osbaldeston and RPA Wodd. Johannesburg: Ibids Press, 2000, p. XXVII; p. XXXII

[15] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 145

[16] CIPÓ. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 320

[17] SOARES, Pe. Francisco. Op. Cit., p. 145

[18] Ibid., p. 145

[19] Ibid., p. 145

[20] Ibid., p. 147

Nessas narrativas que contemplaram espécies desconhecidas ao mundo europeu, homens como o Pe. Francisco Soares recorriam aos letrados mais lidos do seu tempo, como Dioscórides e Plínio. Porém, em algumas situações, o conhecimento legado pelos antigos não lhes era suficiente. Ao escreverem sobre a flora do Novo Mundo, o jesuíta e seus contemporâneos precisaram se amparar em suas próprias observações e experiências para identificar, descrever e distinguir as ervas e árvores que cresciam nesse solo.[21] Em sua obra, o Pe. Francisco Soares adotou diferentes analogias para tornar as espécies brasílicas compreensíveis, como foi o caso da jeticuçu que, pelas suas virtudes terapêuticas, recebeu o título de "mechoacão das índias", em referência à erva já conhecida. Outro modo de identificar as espécies vegetais era a partir dos usos que portugueses e indígenas lhes atribuíram ao longo dos séculos.[22] Pelo tempo em que missionou no Brasil, o Pe. Soares pode observar como a flora era manipulada pelos nativos. Ainda sobre a cajapia, o padre relata que esta era adotada pelos índios carijós em suas curas, mas que não era a única, pois esses homens conheciam "muitas ervas boas"[23] e que ainda não haviam sido identificadas pelos lusitanos.

Os outros grupos de plantas apresentados pelo Pe. Soares eram compostos pelas espécies conhecidas dos europeus e pelos "arvoredos". Ao versar sobre as plantas comuns ao Velho Mundo, o religioso optou por nomeá-las em uma breve lista, em que não relatou seus usos ou dimensões físicas, apenas quando notava alguma particularidade no modo com que a planta se desenvolvia nos trópicos. De acordo com o padre, o Brasil produzia "lentilhas e linho[,] trigo, cevada e milho" — sobre esse último grão, afirma: "vi no Rio de Janeiro e se dá muito bem".[24] Das frutas já conhecidas, a flora tropical reunia "marmelos, figos e uvas", uvas que "em todo o Brasil e em treze meses dá três novidades, uma parreira e assim como colhem as uvas, logo as podam e logo tornam a dar".[25] Em sua breve menção às uvas, o religioso destacou a diferença existente no processo de colheita das frutas que, na América Portuguesa, eram extraídas no início do seu processo de maturação e dali a pouco tempo, já se retomava a poda da parreira, a fim de iniciar uma nova produção.

---

[21] ASSUNÇÃO, Paulo de. A terra dos Brasis: Um tapete de Flandres jamais visto. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 233

[22] MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em Boiões**. Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p.49

[23] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 147

[24] Ibid., p. 157

[25] Ibid., p. 157

Um século após a redação de *Coisas Notáveis do Brasil*, outro jesuíta, o Pe. Simão de Vasconcellos, também evocou a figura de Dioscórides em sua tentativa de apresentar os vegetais que brotavam do solo do Brasil. Em sua *Chronica da Companhia de Jesu no Estado do Brasil*, o Pe. Vasconcellos declara que "a primeira coisa, que admiram os que de novo vem a esta terra, é o enfeite de sua perpétua verdura",[26] que em tempos de inverno ou de verão, "parece estar sempre em uma eterna primavera, que recreia os olhos, e convida às almas a louvar o Autor da natureza: porque sem dúvida excede nesta formosura a todas as outras partes do orbe".[27] Para o jesuíta, a vegetação que revestia as terras do Brasil era uma manifestação da bondade divina. Deus, além de ter legado uma diversidade de espécies aos trópicos, também permitiu que essa região contasse com uma primavera perpétua, com terras sempre verdes e floridas, uma condição distinta das demais partes do mundo, que vivenciavam a estação das flores por alguns poucos meses no ano.

Assim como o Pe. Francisco Soares, o Pe. Vasconcellos também classificou as plantas do Brasil em dois amplos conjuntos: "ervas verdes" e "verdes árvores", conjuntos que, na visão do jesuíta, "parecem ser estas que hoje tem, as mesmas ervas, e os mesmos arvoredos, com que saiu das mãos do Criador esta nossa terra".[28] Como anunciado na literatura bíblica, foi no segundo dia da criação do mundo que Deus fez crescer sobre a terra "ervas que contenham semente e árvores frutíferas que deem fruto segundo a sua espécie, contendo o fruto a sua semente".[29] Ainda que o livro do Gênesis não enumere cada uma das plantas criadas, o jesuíta estabeleceu algumas semelhanças entre as ervas e arvoredos existentes no Paraíso e as ervas e árvores que cresciam no Brasil. Em sua *Chronica*, Vasconcellos buscou agrupá-las segundo suas semelhanças físicas e, a partir de suas observações, identificou cerca de treze gêneros de ervas que formavam as "campinas imensas" e serviam de sustento ao gado. Além dessas gramíneas e plantas rasteiras, havia ervas maiores, "todas floridas, todas cheirosas, todas boas para infinitos remédios do homem" e segundo Vasconcellos, "contá-las seria infinito processo: nem os de Dioscórides, nem outros maiores volumes bastariam".[30] Como o jesuíta rapidamente percebeu, era impossível mapear todas as ervas e árvores que cresciam no Brasil e, por esse

[26] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 146
[27] Ibid., p. 146
[28] Ibid., p.146
[29] Gênesis 1, 11-12. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 1
[30] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 147

motivo, a figura de Dioscorides foi mais uma vez relembrada. Se em sua *De Materia Medica*, o grego não abordou todas as plantas conhecidas daquele tempo, o Pe. Vasconcellos, assim como outros letrados, reconhecia suas limitações para identificar todas as espécies brasílicas; por isso, selecionou um pequeno conjunto e seus respectivos usos para apresentar em sua obra.

Uma erva considerada por muitos como "desprezível" era o caraguatá que, sob a pena de Vasconcellos, foi descrita como sendo "cheia de préstimos para a vida humana". De acordo com o jesuíta, a erva era florida e encontrada em "notáveis espécies", sendo uma delas "a verdadeira erva babosa medicinal, conhecida, de que usam nossas boticas".[31] Segundo Vasconcellos, o sumo do caraguatá "provoca urinas, alimpa os rins, veias ureteres, e serve de outras curas, se o misturam com o tabaco".[32] Apesar das ressalvas morais em relação ao consumo do tabaco,[33] o jesuíta ressalta que essas duas ervas, a caraguatá e o tabaco, eram valiosas para curar as dores renais. Além de se consumir a erva inteira, suas folhas eram incorporadas em diferentes preparos medicinais. Com o sumo das folhas de caraguatá e uma pequena quantidade de salitre obtinha-se uma mezinha valiosa para combater as "cicatrizes de feridas", pois ao aplicar este unguento por cima das marcas de ferimentos, essas rapidamente desapareciam. Já as folhas tostadas do caraguatá eram uma "medicina eficaz para os espasmos, e mitigam as dores, especialmente bebendo juntamente o sumo", como aborda o religioso.[34]

Das árvores mencionadas pelo jesuíta, o cajueiro foi anunciado como "a mais aprazível, e graciosa de todas as árvores da América: e por ventura de todas as de Europa".[35] Na visão do religioso, os cajueiros eram plantas que nasciam em terrenos quase estéreis, "nos areais mais sáfios" e, devido às suas raízes profundas, a grande árvore era capaz de encher "léguas inteiras de desertas praias, e areais inúteis; e quanto é mais seco o lugar, e o tempo, tanto é maior seu vigor".[36] Além da surpresa ao encontrar uma árvore que crescia em condições inóspitas, Vasconcellos também parece ter se surpreendido com os cajus, pois eram "um feito de dois, ou dois que fazem um, e ambos de diversas espécies: coisa rara no mundo".[37] Para o jesuíta, não havia uma separação entre o caju e a sua castanha, ambos compunham uma mesma fruta, mas

---

[31] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 149

[32] Ibid., p. 150

[33] Os cuidados, ressalvas e mistérios relacionados ao uso medicinal do tabaco serão apresentados no tópico 2.5 do presente capítulo.

[34] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 150

[35] Ibid., p. 158

[36] Ibid., p. 159

[37] Ibid., p. 159

cada uma contendo uma virtude diferente. O caju era uma solução para aqueles que tinham sede e fome, pois o interior do fruto era de consistência "esponjosa, sucosa, e sem caroço, ou pevide alguma".[38] Além disso, o fruto era muito apreciado pelos moradores do Brasil, especialmente os indígenas que, com esse pomo, se alimentavam, saciavam sua sede e preparavam vinhos preciosos para o seu deleite.[39] Já a castanha de caju, conhecida dos portugueses,[40] possuía formato semelhante aos "rins de lebre" e era preparada de diferentes modos: sob a forma de guisados, consumidas ainda verdes, e quando estavam maduras eram preparadas ao forno, ganhando um sabor adocicado e suave, "iguais às nozes da Europa".[41] Além dos cajus, Simão de Vasconcellos também destaca a existência de "tamarinhos, canafístolas hortenses, e bravias: palmeiras hortenses, e bravias; coqueiros hortenses, e bravios, diversas espécies, com diversas castas de fruto", plantas que compunham o vasto arvoredo do Brasil e que permaneciam "verdes em todo ano, e aprazíveis aos olhos".[42]

Mesmo diante da dificuldade em ordenar as várias espécies vegetais que revestiam os trópicos, os letrados católicos não pouparam seus esforços em apresentar ao menos uma pequena parcela dos seres que compunham a flora colonial. Sebastião da Rocha Pitta foi um desses homens. Em sua *História da América Portugueza* o senhor de engenho baiano destacou a diversidade de plantas – raízes, grãos e legumes – que, ao longo dos anos e com a maior ocupação do território colonial, se tornavam cada vez mais conhecidas. No primeiro livro que compõe esta obra, Rocha Pitta nomeia algumas ervas que cresciam em solo colonial, e assim como outros letrados, também busca classificá-las em diferentes grupos:

> Das ervas naturais comestíveis são principais os quiabos, os jilós, e os maxixes, as largas taiobas, a peitoral maniçoba, que se guisa das folhas da mandioca, as cheirosas pimentas de muitas espécies, e cores, que servem ao gosto, ao olfato, à vista. Das hortaliças da Europa há no Brasil alfaces, couves

---

[38] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 160

[39] Os vinhos preparados com a fermentação do caju foram mencionados por diferentes letrados que escreveram sobre a fruta, principalmente entre os séculos XVI e XVII, como o Pe. Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, Ambrósio Fernandes Brandão, o Pe. Francisco Soares e o Fr. Vicente do Salvador. Sobre o preparo e consumo dos vinhos produzidos com o caju, ver: ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. A mística das plantas, bebidas e alimentos no Brasil Colonial. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 1 – 22, jul./dez. 2014; GURIAN, Gabriel. Caju, mimo e regalo do Brasil (séculos XVI e XVII). *In*: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (org). **História & Alimentação**: Brasil séculos XVI-XIX. Belém, PA: Paka-Tatu, 2020, p. 289-295.

[40] A castanha de caju produzida nas Antilhas, assim como as castanhas-do-maranhão foram levadas pelos portugueses para as ilhas atlânticas, para a África e para a Ásia no início do século XVI. Cf. RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um mundo em movimento.** Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Tradução de Vanda Anastácio. Algés: Difusão Editorial, 1998, p. 250

[41] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 160

[42] Ibid., p. 163

> de várias castas, repolhos, nabos, rabões, cenouras, pepinos, espinafres, abóboras de água, cebolas, alhos, cardos, bredos, mostarda, tomates, e beldroegas. Das ervas cheirosas hortelã, segurelha, endro, manjericão, alecrim, arruda, e losna. Das medicinais, canafístula, tamarindos, jalapa, salsaparrilha, filipódio, pau da China, malvas, tanchagem, sene, a que os naturais chamam Tacumburi.[43]

Ao apresentar trinta e oito ervas que cresciam no Brasil, Rocha Pitta agrupou-as segundo os critérios que já haviam sido adotados por outros que abordaram o tema: as suas semelhanças fisiológicas, os seus usos e as suas virtudes. Das plantas anunciadas, grande parte partilhava de um mesmo uso, o aproveitamento de suas folhas. As folhas de maniçoba, espinafre, beldroega, hortelã e manjericão, por exemplo, eram comuns nas refeições diárias, e algumas delas, como a taioba, foram incorporadas como substitutas das espécies consumidas na Europa.[44] Outras ervas, como a canafístula e salsaparrilha, foram agrupadas conforme seu uso terapêutico, pois eram comumente incorporadas em preparos médicos que serviam para purgar o estômago[45] e combater o morbo gálico[46].

Dos quatro conjuntos organizados pelo letrado, apenas as "hortaliças da Europa" não foram ordenadas segundo seus usos, mas pelo fato de todas essas plantas – couves, alfaces e beldroegas – terem sido introduzidas no Brasil pelas mãos dos primeiros colonos, ao longo do século XVI. Em um terreno fértil e de clima agradável, não faltaram oportunidades de cultivar, em hortas e quintais, as espécies conhecidas da culinária europeia e que contribuíram para recriar um ambiente mais familiar àqueles homens.[47] Na visão de Rocha Pitta, as hortaliças aclimatadas pelos portugueses eram compreendidas como "ervas naturais", pois nasciam em abundância em solo brasílico. Contudo, ao observar que essas espécies cresciam nos dois lados do Atlântico, o letrado estabeleceu um critério distintivo – "hortaliças da Europa" – em relação às demais espécies que, em sua maioria, eram nativas do Novo Mundo.

---

[43] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro**. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 27

[44] CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 268

[45] A canafístula era uma grande árvore, de feições semelhantes à cana-de-açúcar. Do seu interior, era possível extrair uma polpa líquida e açucarada que era de grande valor para combater os males estomacais. Cf. CANAFÍSTULA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 90

[46] A salsaparrilha era uma planta de raízes longas e muitas ramificações, comumente utilizada para fins medicinais por ser considerada uma espécie sudorífica, dessecativa e de grande eficácia contra o morbo gálico ou "boubas", doença originária da "luxúria" humana e que ocasionava tumores nas virilhas. Cf. SALSAPARRILHA. *In*: BLUTEAU, Raphael. Op. Cit., p. 451; Cf. BOUBAS. *In*: BLUTEAU, Raphael. Op. Cit., p. 170

[47] FERRÃO, José E. Mendes. **A aventura das plantas e os Descobrimentos Portugueses**. 2. Ed. Lisboa: IICT, CNCDP, FB, 1993, p. 45

Essa distinção das plantas conforme o seu local de origem, isto é, nativas ou aclimatadas, também foi adotada por letrados que escreveram sobre a flora brasílica durante as primeiras décadas da presença portuguesa nesta parte da América. Na segunda metade do século XVI, o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, apresentou em seu *Tratado descriptivo do Brasil* algumas árvores e sementes "da Espanha",[48] bem como os "frutos estrangeiros" que cresciam na Bahia de Todos os Santos. Das árvores da Espanha, a parreira foi anunciada como a "principal", pois todos os anos a planta oferecia frutos "muito doces e saborosos". De acordo com o letrado, as uvas que cresciam em solo brasílico não amadureciam todas ao mesmo tempo e por isso, ao longo do ano era possível encontrar uvas maduras, "em uma só parreira".[49] Outras árvores que parecem ter se adaptado ao solo tropical foram as tamareiras, pois, segundo Soares de Sousa, "as primeiras sementes nasceram dos caroços que foram do Reino e [...] daí a oito anos, deram fruto".[50] Além das tâmaras, havia também as cidreiras, cujos frutos rapidamente se multiplicaram e dois anos após o plantio das suas pevides, proporcionaram cidras "grandíssimas e saborosas" e que "fazem muita vantagem às de Portugal, assim no grandor, como no sabor", como declara o autor.[51]

Os "frutos estrangeiros" não contemplavam espécies originárias da Espanha, mas extraídas de outras colônias portuguesas e levadas para os trópicos em meados do Quinhentos. Uma das plantas estrangeiras apresentadas pelo letrado foi o arroz, grão delicado, que germinava em terrenos alagadiços e que na Bahia se dava "melhor que em outra nenhuma parte sabida".[52] Levado de Cabo Verde ao Brasil, os grãos de arroz foram semeados em diferentes terrenos, brejos e terras enxutas, espaços que, de início, não pareciam os mais apropriados para o seu crescimento, mas se mostraram férteis e de grande serventia para o desenvolvimento dessa

[48] No tempo em que viveu no Brasil, entre os anos de 1570 e 1587, Gabriel Soares de Sousa acompanhou o processo de formação da União Ibérica (1580-1640). Devido à crise dinástica portuguesa iniciada após a morte de D. Sebastião (1554-1578) e pouco tempo depois, do falecimento do Cardeal D. Henrique. Na ausência de sucessores diretos ao trono português, Filipe II, rei da Espanha – neto de D. Manuel I, monarca e avô de D. Sebastião de Portugal – foi o escolhido para assumir o trono e assim, se tornar rei de Portugal e da Espanha. Durante as seis décadas de vigência da União Ibérica, a colônia portuguesa na América passou a integrar os domínios espanhóis. Em sua obra, Gabriel Soares de Sousa apresenta diferentes comparações entre a paisagem e os recursos naturais encontrados no Brasil e aquelas existentes em Portugal e na Espanha. Nesse caso, é provável que as referências às árvores e animais existentes na Espanha, tenham sido uma forma de contemplar as espécies encontradas em ambas as partes do Reino Ibérico e não apenas, do Reino português. Cf. AB'SABER, Aziz N [et al]. A época colonial, v. 1: do descobrimento à expansão territorial. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo 1, v. 1. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 197; SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brazil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

[49] SOUSA, Gabriel Soares de. Op. Cit., p. 146-147

[50] Ibid., p. 149

[51] Ibid., p. 149

[52] Ibid., p. 150

planta. Outro "fruto estrangeiro" que crescia em abundância nos trópicos era o gengibre, planta recolhida na Ilha de São Tomé, enviada ao Brasil no início do século XVI e que encontrou na Bahia um terreno adequado para o seu crescimento. Segundo Gabriel Soares, passados quatro anos após o início do plantio, os produtores baianos já haviam obtido quatro mil arrobas de um gengibre de boa qualidade, "com muita vantagem do que vem da Índia".[53] Os volumes de gengibre extraídos na Bahia despertaram a preocupação do monarca português, D. Sebastião I, pois uma eventual concorrência entre o gengibre da América e o gengibre asiático poderia prejudicar o comércio dessa especiaria nas rotas orientais.[54] Soares de Sousa ressalta que, no momento em que escrevia seu *Tratado*, o gengibre já não era mais produzido na Bahia, "por El-Rei defender que o não tirem para fora".[55]

Das muitas plantas aclimatadas nos primeiros séculos de Brasil,[56] cabe ressaltar que nem todas foram agrupadas pelo seu critério de origem, isto é, identificadas apenas como estrangeiras ou nativas do Novo Mundo. Sebastião da Rocha Pitta, que mencionou os repolhos, nabos e rabões como "hortaliças da Europa" introduzidas no Brasil, também apresentou um outro grupo de espécies transplantadas, as "árvores preciosas". Nesse "precioso" conjunto foram reunidas as drogas e especiarias que cresciam nos trópicos, como a canela, o cacau, o cravo e a baunilha. A canela, uma das espécies que chegou ao Brasil no século XVI, era natural da Ásia e havia sido introduzida em solo americano "há poucos anos", como afirma o letrado, que escreve sua *História da America Portugueza* entre o final do século XVII e o início do

---

[53] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 160

[54] ALMEIDA, Luis Ferrand de. Aclimatação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, tomo XV, 1975, p. 344

[55] Com as grandes produções de gengibre em São Tomé e no Brasil, os preços diminuíram significativamente e a opção adotada pelo Rei foi a proibição da semeadura e exportação do gengibre em todas as partes do Reino, com exceção da Índia. Apenas na década de 1640 foram emitidas as primeiras autorizações a retomada do seu cultivo e comercialização. Em 1641, os moradores de São Tomé foram autorizados a produzir a planta e no ano seguinte, por meio de uma provisão do Conselho Ultramarino, os moradores do Brasil instalaram novas sementeiras de gengibre. Devido ao seu elevado valor comercial e à qualidade do gengibre produzido na capitania de Bahia, em 1671, os produtores da planta receberam uma isenção fiscal, a fim de estimular o seu comércio com Lisboa. Cf. ALMEIDA, Luis Ferrand de. Op. Cit., p. 345; p. 412; SOUSA, Gabriel Soares de. Op. Cit., p. 150

[56] Em seus constantes deslocamentos pelo Atlântico e pelo Índico, sobretudo a partir do século XVI, os portugueses foram responsáveis pelo transporte e aclimatação de diferentes espécies, como as parreiras, cidras, gengibre e o arroz. Sobre o transporte e a introdução de diferentes cultivos em solo brasílico, sobretudo nas primeiras décadas do século XVI, ver: GESTEIRA, Heloísa. A América portuguesa e a circulação das plantas, séculos XVI – XVIII. *In*: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulação das plantas no Brasil**, séculos XVI a XIX. Tradução Chris Hieatt. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013, p. 12-48; RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um mundo em movimento**. Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Tradução de Vanda Anastácio. Algés: Difusão Editorial, 1998, p. 227-271. Sobre as plantas aclimatadas e cultivadas na capitania da Bahia ao longo do século XVI, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, a corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 59-60

século XVIII.[57] Nesta parte da América, a canela encontrou boas condições para o seu crescimento, algo que se observava pelos longos ramos e as folhas compridas, que resultavam em uma árvore de copa formosa e que já era colhida em "tão grande número, que abunda desta especiaria".[58] Além de seu tamanho surpreendente, a planta era de boa qualidade e, segundo Rocha Pitta, "supre dignamente à do Ceilão", terra situada à Oriente e de onde era encontrada a caneleira do Ceilão, considerada a melhor variação da planta.

Outra "árvore preciosa" descrita pelo acadêmico foi a baunilha. Crescendo em "delgadas varas", os moradores dos trópicos identificavam a especiaria como sendo mais um dos cipós que cresciam neste solo. No interior dos finos ramos, era possível observar a presença de pequenos grãos e de um suco que Rocha Pitta afirma parecer como um "óleo". Ainda sobre as dimensões físicas da planta, o letrado aponta a existência de um "cheiro fragantíssimo" e que era adotado como o "primeiro ingrediente", ao lado do cacau, na preparação do chocolate.[59] O cacau, cabe ressaltar, também foi anunciado como uma das espécies preciosas que cresciam na América Portuguesa. Segundo Rocha Pitta, os frutos tinham o formato de um melão, exalavam um cheiro suave e da sua polpa era possível extrair um licor que "serve de regalado vinho aos naturais". Diferentemente da canela e da baunilha, ambas aclimatadas nos trópicos, o cacau era um fruto nativo da América[60] e, no Brasil, a planta silvestre, também chamada de "cacau bravio", era encontrada em abundância nas proximidades do Rio Amazonas.

---

[57] Em finais do século, quando o Reino português retomou o plantio do cravo no Brasil, árvores de canela foram encontradas nas proximidades do Rio Tocantins, em 1699. Após as primeiras amostras encaminhadas a Portugal, em que se averiguou a qualidade da planta, a recomendação foi pela sua colheita, pois as árvores ali existentes se assemelhavam à canela extraída na Índia. Cabe ressaltar a importância dos religiosos da Companhia de Jesus, especialmente do Pe. Antônio Vieira, no processo de aclimatação das mudas de canela no Brasil. A Quinta do Tanque, propriedade pertencente ao Colégio da Bahia, contava, na década de 1680, com uma estaca e cinco árvores de canela. As primeiras caneleiras foram encaminhadas da Bahia para o Maranhão, Índia e Ceilão, a fim de se constatar a qualidade da planta. Sobre a cultura da canela nos primeiros séculos de Brasil e o papel dos jesuítas nesse empreendimento, ver: ALMEIDA, Luis Ferrand de. Aclimatação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, tomo XV, 1975, p. 279; LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IV. Século XVII-XVIII – Norte 2 – Obras e assuntos gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, pp. 156-157; RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um mundo em movimento**. Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Tradução de Vanda Anastácio. Algés: Difusão Editorial, 1998, p. 237-238

[58] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 33

[59] Ibid., p. 34

[60] O cacau era um fruto amplamente produzido e consumido pelos povos maia e asteca. Com o início da ocupação espanhola, em finais do século XV e início do século XVI, a planta se tornou um dos importantes cultivos em locais como a América Central, o México e a Venezuela. Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. Cacao, bark-clove and agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 51, n. 1, 2014, p. 6; PITTA, Sebastiaõ da Rocha. Op. Cit., p. 34; WALKER, Timothy. Slave Labor and Chocolate in Brazil: The Culture of Cacao Plantations in Amacon and Bahia (17th -19th centuries). **Food and Foodways**, v. 15, n. 1, 2007, p. 76

Quando a *História da América Portuguesa* foi impressa, em 1730, o cacau já não era uma planta apreciada apenas pelos nativos da América. Desde as primeiras décadas do século XVII, a Coroa portuguesa já havia identificado os frutos e especiarias que cresciam na região amazônica, como cacau, cravo de casca e anil.[61] Apesar do seu elevado valor econômico, foi apenas em finais do Seiscentos que plantas como a canela, a baunilha e o cacau alcançaram um lugar de destaque no comércio lusitano.[62] Por volta de 1680, Portugal passou a conceder diferentes incentivos fiscais aos interessados em cultivar as drogas do sertão e a estimular as tentativas de transplantação de drogas e especiarias em diferentes capitanias, a fim de não restringir o seu plantio apenas ao norte do território.[63] Assim, a ascensão desses cultivos na economia brasílica, possivelmente contribuiu para a escolha de Rocha Pitta de reunir em um mesmo conjunto, espécies de origens distintas – nativas e aclimatadas –, mas que partilhavam de uma posição de destaque no comércio português naquele início do Setecentos.

Nas crônicas e tratados escritos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, em um período anterior à classificação taxonômica redigida por Carl Von Linné e quando pouco se conhecia sobre as formas de ordenar as espécies, os letrados católicos recorreram aos mais distintos aspectos para agrupar as plantas que cresciam no Brasil. Se de início, as ervas e árvores eram diferenciadas pelas suas feições externas e compreendidas com o auxílio das obras legadas por letrados antigos, como Dioscórides, o avanço de portugueses e brasílicos pela América Portuguesa contribuiu para que se identificasse um número cada vez maior de espécies que cresciam neste solo. A partir da constante observação e experimentação desses letrados

---

[61] CHAMBOULEYRON, Rafael. Cacao, bark-clove and agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 51, n. 1, 2014, p. 3

[62] A economia do Reino português enfrentou algumas dificuldades na segunda metade do século XVII. Devido aos conflitos em suas colônias situadas no Ocidente e no Oriente, houve uma grande queda no preço do açúcar produzido no Brasil. Nesse mesmo período, Portugal havia perdido parte de suas colônias situadas na Ásia e com isso, reduzido sua participação no comércio de especiarias. Uma das soluções encontradas pelos ministros portugueses foi a retomada da aclimatação de especiarias asiáticas nos trópicos, sobretudo nas capitanias situadas ao norte do Brasil. Cf. BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil** (Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial). Traduzido por Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963, p. 41-44; SCHWARTZ, Stuart B. A Economia do Império Português. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org). **A Expansão Marítima Portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 37.

[63] Cabe ressaltar que, a partir da década de 1680, não houve apenas um interesse pela aclimatação das espécies orientais no Brasil, mas de que as plantas que estivessem adaptadas às condições desse território fossem transplantadas em diferentes capitanias. Especiarias como canela e a pimenta foram distribuídas no Estado do Maranhão e Grão-Pará, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em Pernambuco. Já o cacau, que vinha sendo cultivado no Maranhão, teve suas sementes levadas ao Pará pelas mãos do Pe. João Filipe Bettendorf, em 1679, um dos responsáveis pela difusão do seu cultivo. Em carta encaminhada ao Pe. Paulo Oliva, Geral da Companhia de Jesus, Bettendorf informa que, passados três anos da introdução do cacau no Pará, já havia cerca de mil pés floridos e com frutos. Cf. ALMEIDA, Luis Ferrand de. Aclimatação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, tomo XV, 1975, p. 377; p. 395; LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IV. Século XVII-XVIII – Norte 2 – Obras e assuntos gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 159

católicos, as plantas foram classificadas segundo seu aspecto fisiológico, seu local de origem e seu valor econômico, evidenciando, sobretudo, aquelas que eram preciosas para o Reino português. Essas tentativas de agrupar e ordenar a flora brasílica foram fundamentais para que se delimitasse as virtudes, os usos adequados e até mesmo, os cuidados a se tomar com as ervas, árvores e raízes tropicais.

2.2 O sustento do corpo

O deslocamento para um espaço pouco conhecido gerou grandes preocupações entre os homens que atravessaram o Atlântico e alcançaram as terras brasílicas, especialmente entre aqueles que fizeram essa travessia em meados do século XVI, período em que as notícias em língua portuguesa sobre essa parte do Novo Mundo eram escassas.[64] Para os muitos leigos e professos que se estabeleceram nos trópicos, a busca por subsistência foi uma das primeiras formas de contato com a natureza do Brasil.[65] Nas primeiras décadas do Quinhentos e ao longo dos séculos seguintes, o solo desta terra se tornou um importante aliado para a adaptação e sobrevivência desses indivíduos. Ainda que, em um primeiro momento, padres, freis e lusitanos leigos tenham buscado espécies vegetais comuns ao Velho Mundo, não demorou muito para que as plantas nativas se tornassem presentes em suas cozinhas e boticas.

As informações sobre a manutenção dos missionários foram recorrentes nas missivas redigidas pelos padres da Companhia de Jesus e endereçadas aos irmãos residentes na Europa. Em setembro de 1554, o Ir. José de Anchieta escreveu ao Superior da Companhia de Jesus, o Pe. Inácio de Loyola, com o intuito de informá-lo sobre a vida dos jesuítas nas terras de São Paulo de Piratininga.[66] Anchieta relata que naqueles anos iniciais da missão evangelizadora, os padres e irmãos estavam dispersos em quatro partes do Brasil: na Bahia de Todos os Santos, na capitania de Porto Seguro, na região do Espírito Santo e na capitania de São Vicente, onde residia Anchieta com mais sete jesuítas. Ao comentar sobre a vida que levava em Piratininga,

---

[64] Sobre os poucos escritos sobre o Brasil que foram redigidos em língua portuguesa no século XVI, ver: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012, p. 91-97

[65] PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O pão e o vinho da terra**. Alimentação e mediação cultural nas crônicas quinhentistas sobre o Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2013, p. 35-36

[66] ANCHIETA, Ir. José de. Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma. *In:* LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 101

Anchieta informou sobre o ensino da fé cristã e das primeiras letras às crianças indígenas e sobre as condições materiais em que se vivia naquela parte da América Portuguesa.[67]

De acordo com o jesuíta, desde janeiro daquele ano, os missionários da Companhia viviam "numa casa pobrezinha, feita de barro e paus, e coberta de palha, de 14 passos de comprimento e 10 de largura, que é ao mesmo tempo escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e despensa".[68] A morada era simples e sem luxos, mas Anchieta escreve que ele e seus confrades não tinham "saudades das casas amplas que os Nossos habitam noutras partes" e ressalta que essa casa os lembrava do local em que Jesus Cristo nasceu, "num pobre presépio entre dois brutos animais".[69] Para esses religiosos, as condições simples em que viviam e atuavam em Piratininga não eram compreendidas como obstáculos, mas como parte do propósito edificante presente no carisma jesuítico, e um momento para praticarem o voto de pobreza que haviam professado ao ingressarem na Ordem.[70]

Se por um lado, os recursos materiais eram poucos, por outro, os recursos naturais eram abundantes, sobretudo as plantas e animais que serviam ao sustento dos irmãos e dos seus assistidos. Segundo Anchieta, "o principal alimento desta terra é a farinha de pau, que se faz de certas raízes que se plantam, e chamam mandioca" e demandam um certo cuidado em seu preparo, pois se consumidas "cruas, assadas ou cozidas", poderiam matar.[71] Os irmãos residentes na Europa já haviam recebido algumas informações sobre o cultivo da mandioca,[72] mas diante da possibilidade de Inácio de Loyola não conhece-la, o religioso optou por relatar os procedimentos realizados antes de se consumir a planta – que por vezes era venenosa, mas também um valioso mantimento. Segundo Anchieta, as raízes eram colhidas e em seguida, era

---

[67] ANCHIETA, Ir. José de. Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma. *In:* LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 105

[68] Ibid., p. 111

[69] Ibid., p. 111

[70] Como apontado anteriormente, aquele que desejasse integrar à Companhia de Jesus deveria professar três votos: de castidade, de obediência e de pobreza. De acordo com as *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*, o princípio e fundamento da pobreza a qual se referiam os jesuítas era o "amor do Verbo de Deus". Com este intuito, aqueles que se vinculassem à Companhia deveriam "adotar o modo de vida que dista o mais possível de todo contágio de avareza e que se assemelha o mais possível à pobreza evangélica, que os primeiros companheiros experimentaram como o mais feliz, mais puro e mais apto para a edificação do próximo". Cf. **CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e normas complementares aprovadas pela mesma Congregação**. Edições Loyola: São Paulo, 1997, p. 27; p. 316-317

[71] ANCHIETA, Ir. José de. Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma. *In:* LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 112

[72] Em uma de suas primeiras cartas redigidas no Brasil, o Pe. Manuel da Nóbrega relata ao Pe. Simão Rodrigues, residente em Lisboa, a existência de raízes "de que cá se faz o pão, que São Tomé as deu, porque não tinha pão nenhum". A raiz mencionada pelo religioso era a mandioca e que segundo diferentes religiosos, foi um presente concedido por São Tomé aos moradores dos trópicos. Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 117

necessário "deitá-las na água até apodrecerem; apodrecidas, desfazem-se em farinha, que se come, depois de torrada em vasos de barro bastante grande".[73] Ainda sobre a raiz, o religioso declara que ela não era o único meio de sustento dos religiosos, mas era por meio de suas farinhas que "substitui entre nós o trigo", alimento que, naqueles meados do século XVI, chegava ao Brasil em pequenos volumes e apenas por via marítima.[74]

Além da mandioca, os jesuítas consumiam diferentes "carnes do mato", como macacos, gamos — animais semelhantes aos lagartos —, pardais e outras espécies que ocuparam o lugar das conhecidas carnes de caça.[75] Segundo Anchieta, a "parte principal da alimentação" daqueles que residiam em Piratininga era composta por leguminosas, "como favas, abóboras e outros que podem colher da terra, folhas de mostardas e outras ervas cozidas".[76] Para acompanhar as refeições, o vinho passou a ser substituído pela "água cozida com milho" e preparada com mel. Na ausência de alimentos fundamentais ao universo europeu e católico, como o pão de trigo e o vinho de uvas, a natureza do Brasil se mostrava pródiga e lhes oferecia as mais distintas espécies para auxiliar a vida dos missionários.[77] Com a farinha de mandioca, os padres e irmãos conheceram o "pão da terra" e com água, milho e mel, produziram uma nova bebida. Em conjunto com estes alimentos, as refeições eram complementadas com raízes, leguminosas, favas,[78] e outras plantas que eram preparadas sob a forma de caldos e cozimentos.

Nessa comunicação com o Superior da Ordem, Anchieta declara que as espécies encontradas em Piratininga não serviam apenas ao seu sustento, mas também eram incorporadas em mezinhas preparadas por ele e pelos demais irmãos coadjutores. De acordo com o religioso, com esses diferentes ingredientes, "sempre bebemos tisanas ou remédios; e se há isto, não nos parece sermos pobres".[79] Na região de São Paulo, terra de muitos recursos naturais, distante da

---

[73] ANCHIETA, Ir. José de. Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 112

[74] CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguêsa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 271

[75] Ibid., p. 259

[76] ANCHIETA, Ir. José de. Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma. *In*: LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 112

[77] PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O pão e o vinho da terra**. Alimentação e mediação cultural nas crônicas quinhentistas sobre o Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2013, p. 99

[78] O termo "fava" é designado para diferentes legumes. A "Fava Belem", nativa do Brasil, compreendia um legume de formato achatado e com uma maior largura nas proximidades de seu ápice. A "Fava de Cavallo", amplamente cultivada nos trópicos, era natural da Guiné e do sul do continente africano e se diferenciava das demais favas pela presença de detalhes florais e pela recorrência de legumes comestíveis, como vagens e bordos. Como Anchieta aponta o consumo da fava, é possível que ele estivesse se referindo à Fava de Cavallo. Cf. HOEHNE, F. C. **Botanica e agricultura no Brasil no século XVI** (Pesquisas e contribuições). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, pp. 107-108

[79] ANCHIETA, Ir. José de. Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma. *In*: LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 112

sede do Governo-Geral do Brasil e onde residiam uns poucos cirurgiões e boticários,[80] não demorou muito para que os jesuítas incluíssem as plantas nativas em seus preparos medicinais. Ainda que fossem proibidos de frequentar escolas de medicina e de cirurgia,[81] os religiosos conheciam os preceitos das ciências modernas e nesses primeiros anos de vida nos trópicos, mantinham-se atentos ao modo com que os indígenas manipulavam as espécies vegetais. A partir dessa observação, os religiosos souberam identificar os principais usos terapêuticos de ervas, árvores e frutos brasílicos.[82]

Poucos anos após a carta a Inácio de Loyola, o Ir. Anchieta apresentou novas informações sobre as plantas que serviam para os cuidados com a saúde dos irmãos e seus assistidos. Na epístola destinada ao Padre Geral em finais do mês de maio de 1560, o irmão declara que "úteis à medicina não há só muitas árvores, como raízes de plantas".[83] Das tantas espécies encontradas, Anchieta concede destaque àquelas que serviam de purgantes, como era o caso de uma árvore existente na capitania de São Vicente e que ao ter sua casca cortada ou um de seus galhos quebrados, dela "corre um líquido branco como leite, porém mais denso, o qual, se beber em pequena porção, relaxa o ventre e limpa o estômago por violentos vômitos".[84] Apesar de não mencionar o nome da árvore,[85] Anchieta parecia conhecer os efeitos causados

[80] Foram poucos os médicos e cirurgiões licenciados que atuaram no Brasil ao longo do século XVI. Os primeiros registros da autorização concedida a esses profissionais datam de 1549, possivelmente referentes aos dois licenciados que chegaram à América Portuguesa acompanhando os governadores-gerais Tomé de Sousa (1549) e Duarte da Costa (1553). Ambos os médicos se instalaram na Bahia, de onde também há notícias, datadas de 1556, da presença de dois cirurgiões, sendo um deles cristão-novo que havia atuado como cirurgião-mor do Reino. Já em finais do século, por volta de 1591, um boticário e quatro estudantes de medicina haviam recebido autorização para atuarem na capitania de Pernambuco e no restante do território brasílico. Cf. ABREU, Laurinda. A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa. **Tempo**, Niteroi, v. 24, n. 3, Set./Dez. 2018, p. 494-496

[81] Cabe ressaltar que, assim como religiosos professos de outras ordens, os membros da Companhia de Jesus não eram autorizados a frequentar as faculdades de medicina e a executar ofícios de cirurgia, como as sangrias realizadas pelos barbeiros. A proibição foi a forma encontrada pelos Superiores da Companhia de Jesus para evitar que os religiosos regulares – aqueles que já haviam professado os quatro votos da Ordem – praticassem atividades que, mesmo de forma involuntária, pudessem levar um indivíduo à morte, como era o caso da sangria. Devido ao pequeno número de médicos, cirurgiões e boticários atuantes na América Portuguesa, a Ordem autorizou que os irmãos coadjutores, que ainda não haviam professado o voto de obediência ao Papa, exercessem os ofícios temporais. Apesar do pouco conhecimento prático, os jesuítas eram conhecedores de obras que se tornaram as bases da medicina praticada durante o período moderno. Em seus tratados e crônicas, os religiosos apresentam menções aos tratados redigidos por homens como Plínio, Hipócrates e Galeno. Cf. LEITE, Bruno Martins Boto. **Medicina de Padre**: Estudo sobre os fundamentos culturais da medicina jesuítica no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011, p. 10-13; CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 19, 2005, p. 64

[82] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 93

[83] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 127

[84] Ibid., p. 127

[85] Pela descrição de Anchieta, Afrânio Peixoto e Antônio de Alcântara Machado, que colaboraram com a coleta e organização dos documentos apresentados em *Cartas, informações, fragmentos historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta* (1933), apontam duas possibilidades para a árvore relatada por Anchieta. A árvore podia ser a

pelo consumo desse bálsamo e cujas propriedades eram alteradas conforme a quantidade em que era ingerido. Se tomado em pequenas porções, "quanto caiba em uma unha e isso mesmo diluído em muita água", o bálsamo era um valioso vomitório para aliviar as dores estomacais, mas se ingerido em volumes maiores, "incomoda extraordinariamente, queima a garganta e mata".[86]

Além desse, a terra de São Vicente oferecia outros bálsamos medicinais. Para purgar os humores, Anchieta relata haver "uma certa raiz" que era abundante nos campos da região e de fácil consumo: "raspa-se [a raiz] e bebe-se misturada com água".[87] Segundo o jesuíta, o líquido ingerido servia como purgante e provocava o vômito "com bastante violência", mas não era necessária grande preocupação, pois essa raiz "bebe-se sem perigo de vida". Outra árvore que Anchieta considerou como sendo "digna de notícia" era uma espécie que, ao ter seu tronco cortado, "destila um líquido semelhante à resina, útil para remédio".[88] A partir de pequenos furos feitos com foices ou machados, era possível extrair este líquido que, ao ser depositado em algum recipiente e depois coalhado, transforma-se "em uma espécie de bálsamo". O seu forte odor encobria um bálsamo "suavíssimo" e que segundo Anchieta, "é ótimo para curar feridas, de tal maneira que em pouco tempo (como dizem ter-se por experiência provado) nem mesmo sinal fica das cicatrizes".[89]

Para que o Padre Geral, destinatário da epístola, compreendesse as qualidades das árvores mencionadas, o irmão dedicou-se a uma minuciosa descrição das mesmas e não poupou detalhes sobre os métodos de extração dos bálsamos, suas virtudes e os cuidados que se deveria ter para que o remédio não se transformasse em veneno. Além de apresentar as árvores, Anchieta também buscou dar credibilidade a algumas das informações relatadas em sua carta.[90] Ao se referir ao bálsamo que curava as feridas e era capaz de evitar a formação de cicatrizes, o religioso ressalta que o valioso líquido fora experimentado em enfermos e feridos, e que suas virtudes terapêuticas tinham sido comprovadas.

---

gameleira, descrita por Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e que tinha entre dez e doze metros de altura e de cujo tronco se extraía um suco lactescente ou podia ser um jaracatiá, planta descrita pelo Fr. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) como dotada de virtudes terapêuticas e comumente utilizada pelos homens que viviam no interior do Brasil para tratar suas infecções. Cf. ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 142

[86] Ibid., p. 127

[87] Ibid., p. 127

[88] Ibid., p. 126

[89] Ibid., p. 126

[90] MASSIMI, Marina. A "experiência" em cartas dos jesuítas missionários no Brasil nas primeiras décadas do século XVI. **IHS: Antiguos Jesuitas en Iberoamérica**, Córdoba, v. 1, n. 1, 2013, p. 100

Diferentes homens relataram as virtudes medicinais desse bálsamo suavíssimo anunciado por Anchieta. Poucos anos após a descrição redigida pelo jesuíta, Pero de Magalhães Gandavo escreveu sobre este líquido e mencionou a árvore de onde era extraído, a copaíba. Segundo o fidalgo português, na região de Pernambuco era possível encontrar "um certo gênero de árvores" chamadas copaíbas, e delas era possível obter um bálsamo "muito salutífero e proveitoso em extremo para enfermidades de muitas maneiras".[91] Conforme relata em sua *Historia da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, a árvore copaíba era utilizada no tratamento das doenças que "procedem de frialdade" e, nesse caso, o óleo "tira todas as dores por graves que sejam em breve espaço".[92] Além de relatar o uso do bálsamo para curar os males causados pelo excesso de humor frio, Gandavo também ressalta a aplicação desse óleo em feridas. De acordo com o letrado, o bálsamo de copaíba "tem a mesma virtude" para o tratamento de feridas ou qualquer tipo de chagas, "as quais tanto que com ele lhe acodem, saram mui depressa, e tira os sinais de maneira, que de maravilha se enxerga onde estiveram, e nisto faz vantagem a todas as outras medicinas".[93] Este bálsamo medicinal, no entanto, não era extraído em todas as épocas do ano e de todas as copaíbas. Gandavo aponta que o período de estiagem era o melhor momento para coleta desse "licor precioso" e que ele não era encontrado em todas as árvores, "senão em algumas a que por este respeito se dão nome de fêmeas: e as outras que carecem dele chamam machos".[94] Assim, a recorrência do bálsamo era o único elemento que distinguia as copaíbas "fêmeas" das copaíbas "machos", pois, ambas as árvores partilhavam das mesmas proporções e características externas.

Cabe ressaltar que, quando o fidalgo visitou o Brasil, na segunda metade do século XVI, ainda eram escassas as informações sobre as espécies vegetais e o seu processo de reprodução. Ao observar que o bálsamo medicinal não era encontrado em todas as copaíbas avistadas em Pernambuco, Gândavo associa esta virtude às árvores "fêmeas", pois a seiva podia ser um indício da fertilidade da planta, aspecto associado exclusivamente às figuras femininas.[95] Para

---

[91] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 18

[92] Ibid., p. 18

[93] Ibid., p. 18-19

[94] Ibid., p. 19

[95] Foi apenas em meados do Setecentos, com a publicação de obras como *Systema Naturae* (1735), redigida por Carl Von Linné e de maiores estudos nos âmbitos da botânica e da história natural, que se iniciou um processo de sistematização de conhecimentos sobre a classificação das espécies vegetais e os seus processos de reprodução. Contudo, reflexões como as que foram levantadas por Pero de Magalhães Gândavo sobre as copaíbas "fêmea" e "macho", estiveram presentes em tratados redigidos na Antiguidade. Teofrasto (372 a.C -287 a.C) foi um dos homens que intentou estabelecer algumas distinções e classificações entre as plantas conhecidas. Em sua obra, *Historia Plantarum*, redigida entre 350 a.C e 287 a.C, o grego aponta que, no caso das árvores frutíferas, era "fêmea" a árvore dotada de frutos mais justos e abundantes. No entanto, Teofrasto aponta que as distinções entre

identificar as árvores fêmeas, Gândavo aponta que nem sempre era necessário realizar incisões em seu tronco. As árvores que produziram o bálsamo eram, geralmente, "roçadas dos animais que por instinto natural quando se sentem feridos, ou mordidos de alguma fera, as vão buscar por remédios de suas enfermidades".[96] Em sua obra, Gândavo não menciona a existência de um odor acentuado – como relatado por Anchieta – ou de outras características que poderiam identificar a presença do bálsamo na copaíba. Para encontrar a árvore medicinal, os animais seguiam apenas seus instintos, pois como esses seres eram desprovidos de razão, Deus lhes dotou de uma astúcia natural para auxiliar em sua sobrevivência.[97]

Além das copaíbas, Gandavo também ressaltou a abundância de vegetais que cresciam pelas distintas capitanias brasílicas. De acordo com o cronista, "são tantas e tão diversas as plantas, frutas e ervas que há nesta província, de que se podiam notar muitas particularidades, que seria coisa infinita escrevê-las todas, e dar notícia dos efeitos de cada uma miudamente".[98] Pela impossibilidade de relatar tudo o que havia encontrado, o letrado concentrou-se nas espécies "de cuja virtude e fruto participam os portugueses" e, por esse motivo, sua narrativa contempla os elementos centrais da alimentação dos trópicos: os mantimentos e as frutas.

Ao versar sobre os mantimentos, esse cronista também parece ter se surpreendido com a quantidade de preparos que se poderia obter com a mandioca. Devido à "virtude da terra" e ao clima mais quente, as raízes da mandioca precisavam de apenas nove ou dez meses para serem colhidas, com exceção daquelas plantadas em São Vicente, que demoravam três anos para se desenvolver, "por causa da terra ser mais fria", como aponta o letrado.[99] Depois de passarem entre três ou quatro dias imersas em água, as raízes de mandioca eram espremidas – para garantir que toda a peçonha ali existente fosse retirada – e em seguida, a planta moída era disposta em tachos sobre o fogo, a fim de retirar toda a sua umidade. Segundo Gandavo, "este

---

as plantas não eram tão óbvias ou fáceis de reconhecer e que a análise das plantas a partir do volume de frutos não servia, por exemplo, para comparações entre árvores cultivadas e silvestres. Para exemplificar, o letrado apresenta o caso dos carvalhos do tipo "Varona", em que as árvores "macho" eram aquelas cujas bolotas ou nozes eram pedregosas e ligadas umas às outras a partir de suas extremidades. Segundo Teofrasto, ao separar estas bolotas, identificava-se uma cavidade semelhante à cavidade visceral presente nos animais. Cf. RIDDLE, John M. Pseudo-Dioscorides' "Ex Herbis Femininis" and Early Medieval Medical Botany. **Journal of the History of Biology**, v. 14, n. 1, Spring, 1981, p. 47-50; THEOPHRASTUS. **Enquiry into plantas and minor works on odours and weather signs**. Translated by Sir Arthur Hort. In Two Volumes. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1976, p. 203-209.

[96] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 19

[97] Cf. INSTINCTO. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 152

[98] GANDAVO, Pero de Magalhães de. Op. Cit., p. 15

[99] Ibid., p. 16

é o mantimento a que chamam farinha de pão, com que os moradores e gentio desta província se mantém"[100] e além dele, a mandioca ainda proporcionava mais duas farinhas: a farinha de guerra e a farinha fresca. A farinha de guerra era produzida a partir de uma secagem ainda maior, em uma condição de farinha torrada, "de maneira que dura mais de um ano sem se danar". Já a farinha fresca era "mais mimosa e de melhor gosto", mas de durabilidade muito menor, sendo consumida em dois ou três dias após o seu preparo, pois rapidamente se corrompia. Ao lado das farinhas, o letrado relata um terceiro preparo obtido com a mesma raiz, os beijus, que eram semelhantes às obreas,[101] mas de dimensões mais grossas e alvas. Os beijus eram apreciados pelos moradores do Brasil, "principalmente os da Bahia de todos os Santos", pois, como aponta o letrado, proporcionavam um preparo "mais saboroso e de melhor distinção" do que as farinhas secas e úmidas produzidas com a raiz.[102]

Ainda que a mandioca oferecesse muitas formas de sustento aos moradores do Brasil, Gandavo pontua que a planta não era o único mantimento encontrado neste território. Outra raiz comum na alimentação dos trópicos era o "aipim", geralmente preparado sob a forma de bolos "que parecem no sabor que excedem a pão fresco deste Reino".[103] Além dos bolos, o aipim era consumido assado, em preparos semelhantes aos das batatas e apesar das suas semelhanças com a mandioca, a planta não contava com um sumo "peçonhento" e, por isso, podia ser consumida em qualquer circunstância. Ao lado dos aipins, os provimentos dos trópicos eram complementados com grãos conhecidos do universo europeu, como o "milho zaburro de que se faz pão muito alvo", muito arroz, favas diversas e "muitos legumes que abastam muito a terra", como afirma Gandavo.[104]

Na constante comparação entre os gêneros tropicais e aqueles que eram encontrados no Reino, Gandavo destaca a bondade da terra do Brasil e como as plantas que cresciam neste lado do Atlântico dispunham de uma qualidade superior às cultivadas em solo europeu. Além dos mantimentos diversos, as frutas de formatos e sabores distintos também parecem ter agradado o paladar do fidalgo. Segundo Gandavo, as bananas que cresciam nos trópicos eram originárias da ilha de São Tomé e, após serem introduzidas no Brasil, "ajudam muitas pessoas a [se]

---

[100] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 16

[101] As obreas eram folhas finas produzidas com uma massa de farinha de trigo e cozidas em ferro. Cf. OBRÉA. *In*: SILVA, Antonio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 355

[102] GANDAVO, Pero de Magalhães de. Op. Cit., p. 16

[103] Ibid., p. 17

[104] Ibid., p. 17

sustentar na terra".[105] As árvores de onde se colhiam esta fruta não eram muito altas e contavam com grandes folhas, que podiam ter "seis ou sete palmos de comprido". Já as frutas, "parecem-se na feição como pepinos" e nascem em grandes cachos, alguns deles contendo até "cento e cinquenta bananas para cima" e que de tão grandes e pesados, "acontece [de] quebrar a planta pelo meio". Sobre a banana, Gandavo escreve que "esta fruta é muito saborosa, e das boas que há na terra: tem uma pele como de figo (ainda que mais dura) a qual lhe lançam fora quando a querem comer" e ressalta a importância de se consumir moderadamente este pomo, pois a banana "faz dano à saúde e causa febre a quem se desmanda nela".[106]

Fruta abundante e plena de virtudes, as qualidades da banana reaparecem em outra obra redigida por Gandavo na segunda metade do século XVI, o *Tractado da Terra do Brasil*. Nessa narrativa, o cronista relata que as bananas "assadas maduras são muito sadias" e por esse motivo, eram oferecidas aos enfermos, a fim de auxilia-los na recuperação de sua saúde.[107] Dos muitos usos desta planta, Gandavo observa que era à base de bananas que "se mantém a maior parte dos escravos desta terra, porque assadas verdes passam por mantimento e quase em sustança de pão".[108] Dos motivos que, possivelmente, implicaram no oferecimento das bananas aos cativos estava o fácil acesso à planta, colhida em todo o litoral brasílico e o sustento que proporcionava a esses homens. Quando assada, antes do seu processo de maturação, a banana tornava-se uma massa densa e, nas refeições, servia como um auxílio para saciar os homens e mulheres que trabalhavam por longas horas no interior dos engenhos e das propriedades rurais.[109]

Saborosas e salutíferas, as bananas eram um alimento recorrente nas mesas do Brasil, sobretudo em tempos de carestia, provocados por secas ou chuvas excessivas, mas que não impediam o crescimento da bananeira, que continuava a produzir novas frutas. Para alguns católicos, como o Pe. António Blázquez, a grande disponibilidade de bananas era uma benção de Deus aos moradores dos trópicos. Em uma de suas cartas, escrita no ano de 1561, Blázquez informa ao Pe. Diego Laynes algumas das "frutas novas" que os jesuítas vinham cultivando em seu "jardim espiritual", isto é, nas aldeias administradas pela Ordem na capitania da Bahia. As frutas espirituais referenciadas pelo religioso eram os indígenas que, em momentos de

---

[105] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 17

[106] Ibid., p. 17

[107] GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que há nestas partes**. 16--, não paginado.

[108] Ibid., não paginado.

[109] Sobre os principais ingredientes que compunham a alimentação dos escravos, ver: VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **Pano, pau e pão:** escravos no Brasil colônia. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 221

enfermidade, recorriam aos padres em busca de amparo físico e espiritual, que envolviam os cuidados corporais e espirituais.[110] De acordo com Blázquez, desde o início da sua estada na Bahia, os religiosos receberam muitas obras divinas, tanto no empreendimento missionário, quanto para seu sustento, pois "não deixou o Senhor de dar que merecer a seus servos quando vieram a esta povoação, porque por falta de farinha comiam nossos padres bananas assadas e milho verde, com outras mínguas e necessidades corporais".[111] A farinha de trigo era ausente nesses primeiros anos de missão, no entanto, o Criador – sempre misericordioso, como aponta o jesuíta – lhes ofertou outros frutos desta terra, como bananas e milhos, suficientes para garantir a alimentação de todos.

Na carta, Blàzquez também informa ao Pe. Diego Laynes sobre as visitas realizadas pelo Pe. Luís da Grã naquele ano. Ao longo de dois meses, o Provincial do Brasil passou por diferentes aldeias situadas entre a Bahia e o Espírito Santo e em suas andanças, pode observar que, apesar das situações adversas, a terra dos trópicos oferecia aos irmãos o mantimento necessário. Luís da Grã havia passado as celebrações de Corpus Christi na região do Espírito Santo, tempo em que tentava descansar após caminhar em meio às chuvas que eram recorrentes no inverno. Mesmo diante das tormentas, a terra não desamparava os missionários e, durante o período em que permaneceu na região, o Provincial e seus irmãos alimentavam-se de "batatas, milhos, aipins, que são raízes que nascem debaixo da terra".[112] Blàzquez aponta que a alimentação com tais plantas era comum em tempos de invernos e que "aproveitam-se destes os índios para seu conduto por não haver, então, tão abundante pescaria como no verão".[113]

Conquistar novas "frutas espirituais", novos convertidos para a Igreja católica, era o principal objetivo da missão evangelizadora conduzida por diferentes ordens religiosas. Contudo, também era necessário cuidar dos corpos dos religiosos, pois sem um corpo sadio,

---

[110] Nessa epístola, o Pe. António Blázquez comenta que era comum que indígenas enfermos buscassem à Companhia de Jesus para obterem mezinhas para suas doenças e amparo espiritual. Segundo Blázquez, um dos enfermos, temendo a morte e desejando alcançar a vida eterna e o encontro com Deus, "pedia [aos padres] com grande instância e eficácia que o batizassem". Com o auxílio do Pe. Gaspar Lourenço (1539-1581), que atuava como intérprete, o indígena realizou sua confissão na língua brasílica e pouco tempo depois, obteve o batismo em uma missa dominical. Cf. BLÁZQUEZ, P. António. Do P. António Blázquez ao P. Diego Laynes, Roma. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958, pp. 402-403

[111] "No dexó el Señor de dar que merecer a sus siervos quando vinieron a esta poblazín, porque por falta de harina comían nuestros Padres bananas asadas y milho verde, con otras mengoas y nesecidades corporales". Cf. BLÁZQUEZ, P. António. Do P. António Blázquez ao P. Diego Laynes, Roma. *In:* LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 406

[112] "El comer muchas veses era batatas, millo, aipines, que son raízes que nacem debaxo de la tierra". Cf. BLÁZQUEZ, P. António. Do P. António Blázquez ao P. Diego Laynes, Roma. *In:* LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 416

[113] "[...] aprovéchanse desto los Indios para su conduto por no aver entonces tan abundante pesquerýa como em el verano". Cf. BLÁZQUEZ, P. António. Do P. António Blázquez ao P. Diego Laynes, Roma. *In:* LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 417

não era possível levar o pasto espiritual a todos os moradores dos trópicos. Conforme adentravam no território e observavam as plantas manipuladas pelos nativos, se descobriam novos usos e virtudes para as tantas raízes, folhas e frutos que cresciam pelo litoral e sertões brasílicos. Esta preocupação em conhecer as plantas que serviam ao seu sustento também foi acompanhado por um interesse dos religiosos em identificar e descrever todas as criaturas que haviam visto ou ouvido falar.[114]

Esse ímpeto em documentar a flora brasílica esteve presente em diferentes narrativas, como a obra de Fr. Cristóvão de Lisboa (1583-1652)[115], *História dos animais e árvores do Maranhão*, redigida entre os anos de 1624 e 1627, período em que o frade atuou como custódio da recém-fundada Província de Santo Antônio, sediada na cidade de São Luís.[116] Nesse tratado, que compreende o primeiro volume de uma obra maior, a *História natural e moral do Maranhão*,[117] o franciscano se dedicou a "mostrar as coisas da terra", redigindo, para isso, um "tratado das aves, plantas, peixes e animais", como informa em uma carta endereçada ao seu

[114] ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis**: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Anablume, 2000, p. 18; PALOMO, Federico. Memoria, cultura manuscrita y oralidad en la cronística franciscana portuguesa de la Edad Moderna. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 41, set-dez, 2016, p. 516

[115] Cristóvão Severim de Faria era natural de Lisboa e em sua juventude, estudou na Universidade de Évora. Em 1602, iniciou sua vida religiosa como noviço franciscano descalço na Província da Piedade e quatro anos depois, foi transferido para a Província de Santo Antônio. Em 1622, Frei Cristóvão de Lisboa foi escolhido pelo rei Filipe II para se tornar o primeiro Custódio da Província do Maranhão, situada no Estado do Maranhão e Grão-Pará, onde o religioso permaneceu por doze anos. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores Portugueses, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente. Offerecida à Augusta Magestada de D. João V. Tomo I. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, p. 582; SOUSA, Luís Filipe Marques de. Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652): Vida e Obra do primeiro custódio do Maranhão (trabalhos apostólicos, historiografia e primeiros estudos de zoologia amazónica). **Anais do Congresso Internacional sobre os Franciscanos em Portugal e no Mundo**, Lisboa, 2011, p.1-4

[116] A Custódia de Santo Antônio, fundada em 1624 por Frei Cristóvão de Lisboa, não compreendeu a primeira missão franciscana na região do Maranhão. Missões volantes, vinculadas à custódia franciscana de Santo Antônio, com sede em Olinda, eram realizadas desde 1600 e em finais do século XVI, cogitava-se a fundação de uma missão definitiva no norte do Brasil. Em 1614, após a expulsão dos franceses, dois franciscanos de Olinda, Frei Manuel da Piedade (1572-1631) e Frei Cosme de São Damião (??-1659), deslocaram-se ao Maranhão, a fim de prestar assistência religiosa aos nativos e portugueses que ali viviam. Tendo como principal objetivo a conversão dos indígenas, Frei Cristóvão de Lisboa foi nomeado como primeiro custódio do Maranhão em 1622 e dois anos depois, chegou a São Luís acompanhado por treze frades franciscanos. WILLEKE, Frei Venancio. Os franciscanos no Maranhão 1600-1878. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 318, 1978, p. 119-122

[117] Após viver pouco mais de uma década no Maranhão, Frei Cristóvão de Lisboa retornou a Portugal e por volta de 1650, levou à prensa os três volumes de sua obra, *Historia natural, e moral do Maranhão*. O primeiro livro foi composto pela descrição das coisas naturais da terra do Maranhão e Grão-Pará, o segundo sobre a entrada da Ordem dos Frades Menores naquela região e o terceiro contemplava todas as atividades realizadas pelos frades até a "conclusão da empresa", provavelmente, até a data de retorno de Custódio a Portugal. A obra, no entanto, não chegou a ser publicada em sua forma completa, tendo o seu volume original desaparecido em um incêndio ocasionado pelo terremoto que atingiu a cidade de Lisboa, em 1755. O único volume que restou foi o códice dos animais e árvores do Maranhão, salvaguardado por um senhor de nome João Baptista, ourives de ouro, servidor da Casa da Moeda e gravador, sendo responsável por reproduzir duas das gravuras contidas na obra de Fr. Cristóvão de Lisboa. Cf. Advertencias Gerais. *In*: LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 20; p. 28

irmão Manuel Severim de Faria (1584-1655).[118] O intuito do franciscano parece ter se concretizado, pois, na *História dos animais e das árvores*, o frade reuniu informações sobre cerca de duzentos e vinte animais e vegetais.

Das espécies encontradas ao longo de sua viagem missionária, em que percorreu as proximidades dos rios Tocantins e Araguaia, até alcançar a região de Goiás, Fr. Cristóvão de Lisboa encontrou algumas plantas que teriam sido presentes dados por Deus aos moradores daquela região. Uma delas era a yambu, anunciada como sendo "a melhor desta terra e a mais quente". Por apresentar um desenho da yambu em sua *História*,[119] o franciscano apenas aponta a existência das flores amarelas e a composição quente da planta, considerada como a principal fonte de suas virtudes terapêuticas. De acordo com o frei, a erva "tem esta virtude, que mata as lombrigas que estão no corpo, e esta terra é muito sujeito a criarem no corpo dos homens e por isso eu creio que nosso Senhor se lembrou a criar esta erva para as matar".[120]

Outras "boas frutas desta terra" eram colhidas de uma árvore denominada Iaraquatia. Segundo Fr. Cristóvão de Lisboa, esta árvore "cresce muito, muito e bem muito comprido e grosso todo cheio de picos" e em seu topo encontrava-se uma fruta com formato de "figo longal" e de coloração amarelada.[121] Pelo grande tamanho da árvore, havia uma certa dificuldade em alcançar suas frutas e para essa colheita os habitantes da região contavam com a ajuda da própria natureza, pois são os "macacos e guaribas que os fazem cair".[122] Após serem recolhidas do chão, as frutas eram cozidas ou assadas para o consumo, pois, como alerta o frade, se ingeridas cruas, "faz rebentar a boca".[123] Além dos frutos, outras partes dessa árvore eram aproveitadas pelos moradores do norte do Brasil, como o seu longo tronco que, de acordo com

---

[118] LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 23

[119] Frei Cristóvão de Lisboa se refere à erva yambu com os seguintes dizeres "é desta forma e maneira que aqui está pintada e tamanha como aqui está pintada, e a flor é amarela". Cf. LISBOA, Frei Cristóvão de. Op. Cit., p. 104

[120] Ibid., p. 104

[121] Ibid., p. 109

[122] Ibid., p. 109

[123] Frei Cristóvão de Lisboa não comentou muito sobre o que proporcionava esta sensação de "arrebentar a boca" que sentiam os comensais do jaracatiá. Algumas décadas antes da redação de *História dos animais e das árvores do* Maranhão, outro letrado português, Gabriel Soares de Sousa, havia apresentado algumas informações sobre as frutas do jaracatiá. De acordo com o senhor de engenho, as frutas desta grande árvore eram do tamanho de figos e com um sabor azedo. Cf. LISBOA, Frei Cristóvão de. Op. Cit., p. 109; SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 170

o frei, "serve para fazer canoas quando querem passar os rios e fazem-nas muito depressa, que levam trinta e quarenta pessoas".[124]

As plantas que compunham a flora do Maranhão serviam aos mais diversos usos e, por esse motivo, foram compreendidas por Fr. Cristóvão como sendo indícios da bondade e da manifestação do Criador naquelas terras. Em meio às frutas, árvores e ervas que o letrado observou e identificou como sendo "boas", uma delas parece ter lhe despertado maior curiosidade, o ananás, detentor do título de "melhor fruta desta terra". Presente em grande quantidade e nos mais distintos lugares, "pelos matos e ao longo dos rios", o ananás era uma fruta de coloração amarelada e durante o seu período de maturação, contava com algumas flores azuis ao seu lado. Dos motivos que contribuíram para a designação atribuída à fruta, o religioso enfatizou o seu odor, do qual "cheira de muito longe" e o seu sabor adocicado, pois ao se partir o pomo e experimentar do seu interior, "parece comer açúcar, e se pode tirar do sumo dele um jarro cheio".[125] Além de alimentar e hidratar o corpo, o ananás era uma fruta de propriedades terapêuticas, consumida para controlar diferentes males. A água obtida a partir do sumo da planta "é muito soberana para dor de pedra, e corta muito e limpa o corpo, e também serve para matar lombrigas", afirma o franciscano.[126] Assim como outros pomos tropicais, o ananás também era contraindicado em algumas situações e, segundo Fr. Cristóvão, a fruta era tão forte "que se uma mulher prenhe o comer verde logo há de morrer".[127]

Em suas andanças, o frade se deparou com uma variação dessa fruta, um ananás branco. Fr. Cristóvão de Lisboa identificou este ananás em seus desenhos como "ananás do Pará", em referência ao local em que foi encontrado; sobre a fruta, relata que era "muito doce, bota a mesma flor que os demais; são muito doces, botam de si muita água; o ananás é cercado de muitos olhos e tem a mesma qualidade dos mais".[128] Nesta variação da espécie, o pomo tinha sua doçura ainda mais acentuada e concentrava uma quantidade maior de sumo em seu interior. O frade não descreve as virtudes atribuídas à fruta, mas, por reiterar que as qualidades do ananás amarelo se faziam presentes na sua variação de cor branca, é provável que este também fosse oferecido aos doentes de pedra e de lombrigas, e evitado pelas mulheres grávidas.

O aroma marcante, sabor adocicado, o uso para expurgar as pedras e alguns cuidados a serem tomados foram comumente lembrados pelos letrados que se depararam com o ananás e

---

[124] LISBOA, Frei Cristóvão de**. História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 109
[125] Ibid., p. 105
[126] Ibid., p. 105
[127] Ibid., p. 105
[128] Ibid., p. 130

que anunciaram a fruta como sendo uma das mais saborosas dos trópicos.[129] Contemporâneo de Fr. Cristóvão de Lisboa, Fr. Vicente de Salvador foi mais um dos que exaltou as benesses do ananás brasílico. De acordo com o franciscano, o ananás era a "fruta que em formosura, cheiro, e sabor excede todas as do Mundo" e cuja "bondade" consiste em auxiliar os homens que sofrem com os maus humores. Para esses enfermos, o sumo da fruta age como um purgativo e assim, é capaz de "purga-los, pelas vias, que acha abertas, como o experimentam os enfermos de pedra, que lhe desfaz em areias, e expele como a urina".[130] Tal como Fr. Cristóvão, Fr. Vicente também recomendou cautela no consumo do formoso ananás, sobretudo para os que tinham feridas abertas, pois a fruta "assanha muito se a comem" e acaba "trazendo ali [nas feridas] todos os ruins humores, que acha no corpo".[131]

A capacidade do ananás em expurgar as lombrigas, cálculos renais e humores excessivos do corpo, possivelmente, esteve relacionada à grande acidez presente em seu sumo, especialmente quando a fruta ainda não havia concluído o seu processo de maturação.[132] Compreendida pelos franciscanos como sendo uma virtude do pomo, esta acidez podia proporcionar reações adversas em alguns indivíduos, como nas mulheres grávidas e causar irritações nas mucosas da pele, como apontou Fr. Vicente do Salvador. Ao final de sua descrição, Fr. Vicente ainda oferece mais alguns indícios sobre quão ácida era a fruta, pois afirma que "até a ferrugem da faca, com que se apara, a limpa".[133]

O sentimento de surpresa diante da flora brasílica prolongou-se ao longo dos anos. Conforme os colonos adentravam pelo território, novas plantas eram identificadas, seus usos multiplicavam-se e parecia se confirmar a visão de que esta era uma terra muito fértil, onde diferentes espécies vegetais poderiam ser aclimatadas. Para o desconhecido autor da *Relaçam curioza do Sitio do Grão Para, terras de Mato Grosso, bondade do clima, e fertilidade daquellas terra*[134], a vegetação do Pará devia ser compreendida como um dos principais

---

[129] CARVALHO, Teresa Nobre de. The Natural Frontiers of a Global Empire: The Pineapple – Ananas comosus – In Portuguese Sources of the 16th Century. **Humanities**, v. 9, n. 3, 2020, p. 8

[130] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 14

[131] Ibid., p. 14

[132] CARVALHO, Teresa Nobre de. Op. Cit., p. 11

[133] SALVADOR, Fr. Vicente do. Op. Cit., p. 14

[134] Encontramos algumas poucas informações sobre a *Relaçam curiosa do Sitio do Grão Para*. Em sua contracapa, consta o ano "1753", porém, não sabemos se o mesmo se refere ao ano em que a obra foi entregue aos censores ou se é o ano em que ela foi impressa em alguma tipografia portuguesa. A obtenção das licenças para publicação parece ter se concretizado, conforme se nota pelos dizeres "Com licenças" que está impresso na primeira página da obra e pela sua última frase, impressa na página 8, em que o anônimo autor informa, em latim, "Omnia sub correctione Sanctae Matris Ecclesiae Submito", que, em tradução livre, significa "Tudo sujeito à correção da Santa Madre Igreja submete". Ainda sobre a obra, a *Relaçam curiosa* é mencionada no *Catálogo da importante e preciosíssima livraria que pertenceu aos notaveis escritores e bibliófilos Condes de Azevedo e de Samodões enriquecido de notas bibliográficas e noticias de varias edições de muitas das obras descritas* (1922). Ao lado do seu título, são mencionadas as informações "S. ind. de lug., n. de data de imp. – meiado do século XVIII" e além

atrativos para a maior ocupação daquelas terras. Escrevendo por volta de 1730, o letrado identifica-se como "um curioso experiente daquele país" e, nas oito páginas de sua *Relaçam*, dedica-se a apresentar as riquezas naturais encontradas na parte meridional da América Portuguesa. Aí relata que "a vastidão daquelas terras, grandeza dos rios, abundância de frutos, gados, e vários animais as constituem um Paraíso na terra, não obstante o conterem algumas coisas perniciosas entre estas benignas".[135] A junção desses quatro elementos – terras vastas, grandes rios e as mais distintas espécies animais e vegetais – eram, para o letrado, um importante indício de que esse espaço situado entre as capitanias do Pará e do Mato Grosso havia sido agraciado por Deus com tantos deleites e, por isso, podia ser comparado ao Paraíso criado pelas mãos divinas para servir aos primeiros pais. Os frutos, como aponta o autor, eram as benignidades da terra e por estarem presentes em árvores tão densas, nem sempre o sol – que passava duas vezes por ano naquela parte da América[136] – conseguia alcançar o solo. Além de se surpreender com essas árvores grandes e de copas volumosas, em que era possível "caminhar por cima delas como por um chão seguro",[137] o autor da *Relaçam* também refere como eram aproveitadas pelos moradores da região:

> (...) as árvores assim como se empenham em crescer, se empenham em engrossar, e muitas há que não abraçam quatro homens, de outras se podem fazer embarcações cavadas, e tão grandes como o melhor barco do Riba-Tejo, árvores há que uma só contém em si quase tudo, o que é preciso para aparelhar um navio, porque o tronco lhe dá quilha[138], cavernas[139], pranchas, mastros, vergas, as folhas torcidas, e secas lhe dão cabos, e mais rígidos, que estes comuns, dela tiram fio, de que podem tecer as velas, destila óleo de que se faz alcatrão, somente lhe falta o ferro; porque ainda o azeite lhe comunica o fruto.[140]

---

desses dizeres, o autor do *Catálogo* também comentou: "Folheto MUITO RARO. Bom exemplar". Cf. **RELAÇAM curioza do Sitio do Grão Para, terras de Mato Grosso, bondade do clima, e fertilidade daquellas terra. Escrita por hum curioso experiente daquelle paiz**. Primeira parte. Com licenças. [175-]; SANTOS, José dos. **Catálogo da importante e preciosíssima livraria que pertenceu aos notaveis escritores e bibliófilos Condes de Azevedo e de Samodões enriquecido de notas bibliográficas e noticias de varias edições de muitas das obras descritas**. E também de numeros "fac-similes" de portadas, frontispícios, páginas, gravuras, registos de lugar e de data de impressão das mesmas obras, etc. Segunda Parte N-Z. Sob direcção de João Vicente da Silva Coelho. Porto: Tip. Da Empresa Literaria e Tipografia, 1922, p. 245

[135] RELAÇAM [...]. Op. Cit., p. 4

[136] Ibid., p. 4

[137] Ibid., p. 5

[138] A quilha compreende o principal eixo de madeira a partir do qual o navio é construído. Cf. QUILHA. *In*: SILVA, Antonio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 542

[139] Nos navios, as cavernas são assentadas acima da quilha e consistem na parte posterior da embarcação. Cf. CAVERNA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 215

[140] RELAÇAM [...]. Op. Cit., p. 5

Escrevendo com o intuito de "notificar a plebe"[141] e oferecer informações para aqueles que pouco ou nada sabiam sobre as terras do Pará, o letrado apresenta uma lista de itens que poderiam ser fabricados com as madeiras da região: dos utensílios mais simples, como mastros e cabos de navio, aos mais complexos, como embarcações inteiras. Dos troncos mais rígidos extraiam-se fibras para a produção de grandes panos que, após costurados, se tornariam as velas dos navios. Já as madeiras mais resinosas serviam para a extração de diferentes bálsamos e resinas, fundamentais para a preparação dos azeites e do alcatrão[142] utilizados nas embarcações.

Valiosa para a prática naval, a vegetação do Pará e do Mato Grosso também contava com espécies que serviam como alimentos. Na visão do autor, "nenhuma necessidade podem padecer os habitadores" daquela região, pois nos matos havia "frutas saborosíssimas, e muitas delas tão substanciais, que bastam a suprir a falta do pão da Europa".[143] Ainda que o trigo fosse um cultivo ausente, visto que o grão se adaptava melhor às temperaturas menos elevadas, bastava navegar pelos caminhos de água do Pará, por dentro daquele "pavilhão verde", que iam "caindo-lhe dentro das mesmas canoas os frutos, que as mesmas árvores sem mais cultura, que a da natureza lhe estão espontaneamente oferecendo".[144]

Outro letrado, o Pe. João Daniel, contemporâneo do anônimo citado, também reuniu em sua obra, *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, alguns detalhes sobre árvores presentes na região amazônica e que eram empregadas na carpintaria náutica naqueles meados do século XVIII. Dos "paus preciosos" que cresciam nas proximidades do Rio Amazonas, havia a tabajuba que contava com uma coloração amarelada e era encontrada em duas dimensões. Assim como "todas as espécies" que cresciam na região, a tabajuba era uma árvore muito grande e muito dura e, segundo João Daniel, era pela presença de tais características que essas árvores "não só são buscadas para toda a obra, mas também embarcações inteiriças, isto é, feitas de uma só tábua, ou pau escavado, e saem barcos de grandes cargas".[145]

Como observado pelo anônimo e pelo Pe. João Daniel, as árvores do norte do Brasil eram tão grandes que, apenas com seus troncos, era possível construir grandes barcos e canoas. As embarcações inteiriças podiam ser preparadas com diferentes espécies, como o pau angelim

---

[141] **RELAÇAM curioza do Sitio do Grão Para, terras de Mato Grosso, bondade do clima, e fertilidade daquellas terra. Escrita por hum curioso experiente daquelle paiz**. Primeira parte. Com licenças. [175-], p. 8

[142] O alcatrão era obtido a partir de uma mistura de pez, sebo, resina e azeite. Nas embarcações, o alcatrão serve para untar os cabos dos navios movidos à vela. Cf. ALCATRÃO. *In*: SILVA, Antonio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 84

[143] RELAÇAM [...]. Op. Cit., p. 6

[144] Ibid., p. 6

[145] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 482

de cor preta que, apesar de pouco atrativo, era o mais procurado para este tipo de construção, pois sua madeira, muito pesada e sólida, demorava a se deteriorar e era escorregadia, proporcionando uma navegação mais rápida quando comparada às outras árvores. João Daniel ressalta que o angelim "é o pau mais ordinário de que fazem as suas embarcações maiores, que costumam fabricar inteiriças, cavando o pau por dentro, e por fora, dando-lhe o talho tão industrioso, que saem uns perfeitos bergantins".[146] Como apontado pelo padre, o trabalho de esculpir os grandes troncos de angelim, que contava com quarenta a sessenta palmos de largura, era realizado pelas mãos dos "mestres" indígenas, artesãos habilidosos, capazes de transformar os grandes troncos amazônicos em amplas embarcações.[147] Em alguns casos, a natureza auxiliava o trabalho desses homens e lhes fornecia angelins que eram ocos em seu interior, "o que é meio caminho andado para se fabricar uma embarcação", relata João Daniel.[148]

De norte a sul do território, padres, freis e homens leigos atribuíram os mais diferentes usos às espécies vegetais nativas ou aclimatadas. As ervas e árvores que cresciam neste solo fértil foram incorporadas em distintas atividades que partilhavam de um objetivo comum: sustentar o corpo dos religiosos, leigos, indígenas e negros que viviam nos trópicos. Para este propósito, não faltaram raízes, frutos e sementes que serviam para alimentar os famintos e reparar as dores e febres que lhes afligiam. Árvores grandes, como as encontradas no norte da colônia, também foram valiosas na manutenção desses homens, pois era a partir de seus largos troncos que se construíam barcos e canoas, instrumentos fundamentais para a obtenção de peixes e a coleta dos frutos que cresciam nas margens das águas. Além de escreverem sobre os usos e virtudes das plantas do Brasil, padres e freis também se dedicaram a conhecer as origens místicas de algumas espécies, e não levou muito tempo para que esses homens elaborassem uma série de metáforas envolvendo a flora tropical e o mundo divino.

---

[146] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 485

[147] Além de atuarem na carpintaria náutica, os indígenas da Amazônia colonial desempenharam as funções de pilotos e remeiros, tornando-se os principais responsáveis pela condução de grandes e pequenas embarcações que circulavam pelas capitanias situadas no norte do Brasil. Sobre a atuação dos indígenas nestes ofícios náuticos, ver: FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

[148] DANIEL, Padre João. Op. Cit., p. 485

2.3 O sustento da alma

Quando padres e freis professos de diferentes Ordens adentraram pelo Brasil, a vegetação dos trópicos já havia se multiplicado.[149] Gradualmente, plantas nativas da América, como a banana e o ananás, passaram a dividir o solo com espécies originárias da Europa, Ásia e África, que foram trazidas aos trópicos. Enquanto os cultivos aclimatados auxiliaram na adaptação dos primeiros portugueses, as ervas e frutos nativos despertaram a curiosidade e o temor de leigos e religiosos que, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, registraram seus conhecimentos sobre a origem, a composição e o significado de algumas espécies.

A mandioca, de cuja raiz se produzia o principal pão da terra, foi o primeiro alimento a ter sua origem discutida entre os letrados católicos. Em uma de suas cartas, redigida em 15 de abril de 1549, alguns dias após desembarcar no Brasil, o Pe. Manuel da Nóbrega relata ao seu confrade residente em Lisboa, o Pe. Simão Rodrigues: "me contou pessoa fidedigna que as raízes de que cá se faz o pão, que São Tomé as deu, porque cá não tinham pão nenhum" e complementa afirmando, "isto se sabe da fama que anda entre eles [...]. Estão daqui perto umas pisadas figuradas em uma rocha, que todos dizem serem suas. Como teremos mais vagar, havemo-las de ir ver".[150] Pouco tempo após a escrita desta epístola, o padre redigiu uma nova carta, desta vez destinada ao Dr. Azpilcueta Navarro, a quem apresentou maiores informações sobre como os indígenas, que nada sabiam sobre Deus e a fé católica,[151] pareciam conhecer a figura do Apóstolo Tomé; segundo Nóbrega, os gentios

> tem notícia do dilúvio de Noé, posto que não segundo a verdadeira história, porque dizem que morreram todos, senão uma velha que escapou em uma árvore alta. E também tem notícia de Santo Tomé e de um companheiro seu, e nesta Bahia estão umas pisadas de uma rocha que se tem por suas, e outras em São Vicente, que é no extremo desta costa. Dizem dele que lhes deu o mantimento que eles agora têm, que são raízes de ervas; estão bem com ele, posto que de um seu companheiro dizem mal. E não sei a causa, senão, quanto

[149] Há um significativo número de árvores frutíferas introduzidas no Brasil na primeira metade do século XVI e que rapidamente se adaptaram às condições desse território. Das espécies mais conhecidas, se destacam o coco, o marmelo, o figo, as laranjas, as cidras e os limões. Cf. GESTEIRA, Heloísa. A América portuguesa e a circulação das plantas, séculos XVI – XVIII. *In*: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulação das plantas no Brasil, séculos XVI a XIX**. Tradução Chris Hieatt. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013; HUE, Sheila Moura. **Delícias do descobrimento:** a gastronomia brasileira no Século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

[150] NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 117

[151] Em carta encaminhada ao Pe. Simão Rodrigues, datada de 10 de abril de 1549, o Pe. Manuel da Nóbrega comenta que a "gente da terra" vivia em pecado mortal, pois homens se relacionavam com diferentes mulheres e se alimentavam da carne de seus inimigos. De acordo com o religioso, os nativos do Brasil "nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos, fazem tudo quanto lhe dizem". Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 110-111

> eu ouço que as flechas que atiraram nele [em São Tomé] se voltaram para aqueles que atiraram e mataram.[152]

Na literatura bíblica, Tomé é apresentado como o apóstolo da descrença, que por não ver pessoalmente as chagas de Jesus Cristo, dizia não acreditar na sua ressurreição. Oito dias após Tomé proferir seus questionamentos, Cristo apareceu à sua frente e lhe disse: "introduz aqui o teu dedo, e vê as minhas mãos [...] não sejas incrédulo, mas homem de fé".[153] Pela sua incredulidade, Tomé e os demais apóstolos receberam uma nova missão após o retorno de Cristo aos céus, os discípulos deveriam andar pelo mundo e levar o Evangelho a todas as criaturas.[154] Assim, São Tomé iniciou sua caminhada evangelizadora pelo Oriente, seguiu em direção ao Ocidente e deixou diferentes indícios no decorrer de seu trajeto, como pegadas, letras incógnitas e manchas de sangue.[155] Conforme as informações ouvidas e relatadas pelo Pe. Manuel da Nóbrega, São Tomé teria percorrido o litoral da América Portuguesa, caminhado pela Bahia – onde o jesuíta recebeu as notícias sobre o Santo – e rumado em direção ao sul, à capitania de São Vicente. No Brasil, o Apóstolo parece não ter andado sozinho[156] e além de ter

---

[152] "Tiene noticia del diluvio de Noé, puesto que no según la verdadeira historia, porque dizen que murieron todos, sino uma vieja que escapo em um arbol alto. Y tanbién tienen noticia de Santo Thomé e de um su compañero, y em esta Baya están unas pisadas ena una rocha que se tienen por suias, y otras em Sant Vicente, que es en el cabo desta costa. Dien dél que les dió el mantenimiento que ellos agora tienen que son raizes de yervas; están bien con él, puesto que de um su compañero dizen mal. Y no sé la causa, sino, quanto oy dezir que las flechas que le tiravan se tornavan a los que las tiravan y los matavan." Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro, Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 138

[153] Os quatro evangelistas comentam sobre a incredulidade de um dos apóstolos, mas é apenas João que ofereceu maiores detalhes sobre as dúvidas levantadas por Tomé. Cf. João 20, 24-27. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 644

[154] Marcos 16, 14-18. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 601-602

[155] As primeiras notícias sobre o apostolado de São Tomé no Oriente datam do século III, com a redação dos *Atos Apócrifos de São Tomé*, que versam sobre a sua missão na Índia e a conversão de um monarca local e sua esposa ao cristianismo. No século XIII, período marcado por um maior contato entre a Europa e o Oriente, a narrativa sobre a missionação, o martírio e a morte de São Tomé no sul da Índia foi retomada. Conforme Portugal expandia suas viagens ao Oriente, expandiam-se as menções sobre as andanças de São Tomé. Ao longo dos séculos, essas referências ao Santo contemplaram um novo percurso, que incluía às terras do Atlântico Sul. Cabe ressaltar que, em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda apresenta a crença da passagem de São Tomé pela América como sendo o "único mito de conquista" de procedência luso-brasileira. Cf. BOSCH, Lourens P. Van den. India and the Apostolate of S. Thomas. *In*: BREMMER, Jan N. (ed). **Apocryphal Acts of Thomas**. Leuven: Uitgeverij Peeters, 2001, p. 128; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 133-156; OSSWALD, Maria Cristina. Mártires e martírios num mundo em expansão. S. Tomé no Império Português entre a Índia e o Brasil. **Revista Lusófona de Ciências das Religiões**, Lisboa, Ano VIII, n. 1, 2009, p. 164-166

[156] Ainda que muitos letrados tenham apontado que São Tomé esteve acompanhado quando passou pelo Brasil, poucos foram aqueles que ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII mencionaram o possível companheiro do Apóstolo. Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, autor da *Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*, relata que os religiosos menores que atuaram no Brasil nas primeiras décadas do século XVI também ouviram dos naturais dos trópicos que São Tomé havia caminhado pelas terras do Brasil. Além das pegadas atribuídas ao Apóstolo, outras marcas deixadas no solo foram identificadas como sendo um menino que andava em sua companhia, e segundo Frei Jaboatão, "seria talvez o seu Anjo da Guarda". Cf. JABOATAM, Fr. Antonio de Santa

deixado suas pegadas por diferentes localidades, legou aos indígenas um bem precioso, a mandioca, de cujas raízes se preparava o principal pão consumido nos trópicos.

A mandioca, encontrada em quase todo o território colonial, teve o seu processo de cozimento e de obtenção de suas farinhas – farinha fresca, farinha de guerra, beijus e tapiocas – recontado por diferentes leigos e religiosos. Nas descrições sobre a planta, dois aspectos foram comumente mencionados: os cuidados com o consumo da raiz crua e o fato de a planta ter sido um presente concedido por um dos Apóstolos de Cristo. Em *Historia do Brazil*, escrita no início do século XVII, Fr. Vicente do Salvador mencionou essas duas características ao falar da mandioca e dos primeiros homens que viviam na capitania da Bahia. De acordo com o frade,

> é tradição antiga entre eles [os índios mais velhos], que veio o bem-aventurado Apóstolo São Tomé a esta Bahia, e lhes deu a planta da mandioca, e das bananas de São Tomé [...] e eles em paga deste benefício, e de lhes ensinar que adorassem e servissem a Deus e não ao Demônio, que não tivessem mais de uma mulher, nem comessem carne humana.[157]

Assim como Nóbrega, Fr. Vicente identificava a Bahia como um dos locais visitados por São Tomé e nesses domínios, o Apóstolo se dedicou a pregar a palavra de Deus para homens que, por muito tempo, pareciam conhecer apenas o demônio. Além da evangelização promovida pelo Apóstolo, ele ainda ofertou a mandioca e a banana aos indígenas, espécies que se tornaram valiosos mantimentos. Na narrativa franciscana, a raiz e os frutos não foram apenas presentes concedidos por São Tomé, mas alimentos que serviam para aproximar os indígenas da vida cristã e afastá-los dos muitos pecados cometidos, como a antropofagia e o concubinato. Segundo Fr. Vicente, os indígenas do Brasil não foram receptivos ao Apóstolo e, após quase ser vítima da morte, São Tomé conseguiu passar à Ilha de Maré, situada à meia légua da Bahia, e dali desapareceu, possivelmente retornando à Índia.[158] O franciscano ressalta que "como estes gentios não usam de escrituras", não existem provas ou indícios sobre as andanças do Apóstolo pelo litoral, havendo apenas "uma pegada impressa em uma pedra naquela praia, que diziam ficara do Santo quando se passou à ilha, onde em memória fizeram os portugueses no alto uma ermida do título, e invocação de São Tomé".[159]

Maria. **Novo Orbe Serafico Brasilico,** ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 29-30

[157] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 43

[158] Ibid., p. 43

[159] Algumas informações sobre a igreja erguida em homenagem a São Tomé foram produzidas em finais do século XVI. Ao escrever sobre a Bahia, Gabriel Soares de Sousa relata que no porto de Paripe, situado no litoral da capitania, era possível encontrar uma ermida de São Tomé, construída em um lugar alto e que ao longo do mar, "estão umas pegadas assinaladas em uma lajeia". De acordo com o letrado, "diz o gentio, que diziam seus antepassados que andara por ali havia muito tempo um santo, que fizera aqueles sinais com os pés". Cf.

No primeiro livro de sua *Historia do Brazil*, o franciscano apresenta a mandioca como "o ordinário e principal mantimento do Brasil". Para o frade, essa raiz contava com uma "admirável propriedade", pois "se as comem cruas, ou assadas são mortífera peçonha, mas raladas, espremidas, e desfeitas em farinha fazem delas uns bolos delgados que cozem em uma bacia, ou alguidar, e se chamam beijus, que é muito bom mantimento, e de fácil digestão".[160] Como observado pelo franciscano, era nos momentos de cozimento e preparo da mandioca que a raiz deixava de ser venenosa. Seca ou pouco úmida, a mandioca era transformada em diferentes farinhas apreciadas por indígenas e portugueses, como era o caso da farinha de guerra, um alimento mais seco e que era levado pelos gentios quando partiam para conflitos distantes e que foi rapidamente incorporada na dieta dos marinheiros portugueses, que "fazem dela sua matalotagem daqui para o Reino", como escreve Fr. Vicente.

Dos preparos com a mandioca, aquele que pareceu mais "admirável" aos olhos do franciscano era a carimã, obtida a partir das raízes pouco cozidas e que secavam ao sol. Após esta secagem, a carimã era utilizada na fabricação do pão, sendo pisada e preparada sob a forma de um pó alvo, "como o da farinha de trigo, e dele amassando fazem pão, que se é de leite, ou misturado com farinha de milho, e de arroz, é muito bom".[161] Um dos principais usos desta farinha fresca era misturá-la com açúcar para oferecer aos doentes; segundo o frei, "tem por melhores tisanas, e para os sãos as fazem de caldo de peixe ou de carne, ou só de água". Para o religioso, "esta é a melhor triaga, que há contra toda a peçonha, e por isso disse destas raízes, que tinham propriedade admirável, porque sendo cruas mortífera peçonha, só com uma pouca de água e sal se fazem mantimento e salutífera triaga".[162]

A transformação da mandioca, de uma raiz venenosa para um alimento salutífero, despertou a atenção de Fr. Vicente e de diferentes letrados da colônia, os quais reproduziram , ao longo dos séculos, a narrativa associando a mandioca e São Tomé. Com o avançar dos anos, a caminhada do Apóstolo pelos trópicos passou a contar com mais detalhes, que envolviam, por exemplo, os diferentes locais percorridos pelo santo e os ensinamentos que deixara sobre como manipular a raiz concedida aos homens do Brasil. O Pe. Simão de Vasconcellos apresenta a passagem de São Tomé pela América como um dos primeiros assuntos discutidos entre

SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 43-44; SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 124

[160] SALVADOR, Fr. Vicente do. Op. Cit., p. 17

[161] Ibid., p. 17

[162] Ibid., p. 17

portugueses e indígenas. Assim que chegaram aos trópicos, os lusitanos fizeram algumas perguntas aos nativos, entre as quais a religião que praticavam e se conheciam a Deus. Diante dos questionamentos, os nativos responderam que havia entre eles uma tradição "antiquíssima", de que "muitos séculos depois do dilúvio andaram por suas terras uns homens brancos, e com barba, que diziam coisas de um Deus, e da outra vida, um dos quais se chamava Sumé, que quer dizer Tomé".[163]

Vasconcellos escreve em sua *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, que os indígenas pareciam conhecer alguns importantes momentos da religiosidade cristã, ainda que de forma errônea, como era o caso do dilúvio.[164] Para o padre, o "Sumé" mencionado por esses homens era a figura de São Tomé que, seguindo as orientações de Cristo, havia se deslocado até a América para evangelizar aqueles que nada conheciam sobre a fé católica. Por ter sido mal-recebido pelos moradores dos trópicos, Tomé rapidamente se recolheu para outras partes do Mundo, mas antes de retomar sua caminhada, o Santo ensinou os nativos "o modo de plantar e colher o fruto do principal mantimento de que usam, chamado mandioca".[165]

Sob a pena de Vasconcellos, a passagem de São Tomé pelo Brasil ganhou mais alguns detalhes. As pegadas deixadas pelo Santo foram encontradas em quase toda a costa, como se observava no norte da vila de São Vicente, onde havia "duas pegadas de um homem descalço, direita, e esquerda, ambas em proporção de quem passa para o mar, a parte posterior para a terra, e a anterior para a água", como aponta Vasconcellos.[166] Semelhantes pegadas, que também foram atribuídas a São Tomé, eram avistadas em duas regiões, em Itapoá e na barra da capitania. Sobre as marcas deixadas em Itapoá, Vasconcellos afirma em sua *Chronica*: "vi com meus olhos, e veem cada dia os nossos Padres, e o povo todo".[167] Outros vestígios, segundo Vasconcellos, foram vinculados à figura do Santo, como uma grande pedra existente na cidade

---

[163] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 52

[164] O dilúvio conhecido e partilhado pelos letrados católicos foi aquele narrado no livro do Gênesis. De acordo com a literatura bíblica, com a multiplicação dos homens sobre a terra, a humanidade foi corrompida pela maldade e violência dos indivíduos. Arrependido de sua criação, Deus decidiu exterminar a humanidade e instruiu Noé, um homem considerado justo e perfeito, para que construísse uma arca, pois apenas ele, sua família e dois animais, um macho e uma fêmea de cada uma das espécies de aves, quadrúpedes e répteis seriam salvos da grande inundação. Após os quarenta dias de dilúvio, apenas aqueles que estavam no interior da arca de Noé sobreviveram. Cf. Genesis 6, 1-22; Genesis 7, 1-24. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, pp. 4-5

[165] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 52

[166] Ibid., p. 111

[167] Ibid., p. 112

de Nossa Senhora da Assunção, situada na região de Cabo Frio e que contava com marcas de sete ou oito bordoadas deixadas pelo Apóstolo como demonstração de que, apenas quando as pedras fossem penetradas pela palavra de Deus, assim também aconteceria com o duro coração dos homens que resistiam aos seus ensinamentos.[168]

Pegadas, penedos marcados e até estradas[169] foram compreendidos como vestígios da passagem do Santo, e, ao lado de todas essas marcas, estava também a mandioca. Como apontado por diferentes letrados, grande parte do conhecimento que os portugueses tinham sobre essa raiz, como os modos de cultivo e de preparo, foram ensinados pelos nativos do Brasil. Escrevendo em meados do Seiscentos, o Pe. Simão de Vasconcellos apresenta aos seus leitores como os indígenas aprenderam a cultivar a mandioca; de acordo com o padre:

> é esta planta toda a fartura do Brasil, e é tradição, que a ensinou aos Índios o Apóstolo S. Tomé, cavando a terra em montinhos, e metendo em cada qual quatro pedaços da vara de certos ramos, que chamam manaíba, de comprimento como de um palmo cada um dos pedaços, cujas três partes vão metidas em terra, que fiquem em forma de Cruz: e daí a dez dias comumente brotam os pedaços de vara por todos os nós que tem amiudados, e dentro em sete, ou oito meses crescem em altura de dois até três côvados.[170]

Ao oferecer uma raiz completamente desconhecida aos moradores do Brasil, recaiu a São Tomé a missão de instruir esses homens sobre o seu plantio, ensinando-os a preparar os pequenos montes de terra e a administrar a quantidade de mudas que eram introduzidas a cada vez. Uma vez aprendido o cultivo, não demorou para que os indígenas produzissem diferentes tipos de farinha: a "vytinga", chamada "farinha ralada" pelos portugueses; a "yvêçacoátinga", uma farinha fresca de cozimento mais prolongado; e a "vyatá", que foi denominada "farinha seca, ou de guerra".[171] Segundo Vasconcellos, "todas estas espécies de mandioca crua, são peçonhentas aos homens que as comem, exceto o aipim macaxeira" que pode ser consumido apenas assado, sem o cozimento prévio. As raízes cruas, no entanto, não eram completamente descartadas na natureza, pois serviam de alimento aos "animais brutos". O padre destaca que a principal razão para a raiz ser salutífera aos demais seres vivos remetia à perfeição com que foi

---

[168] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 117

[169] De acordo com Simão de Vasconcellos, havia na capitania da Bahia um caminho feito de areia sólida, com a distância de meia légua até o mar e que diziam os moradores daquela região ter sido "feito milagrosamente por São Tomé". Cf. VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 118

[170] Ibid., p. 150

[171] Ibid., p. 151

criada por Deus, pois como os animais, "não sabem lançá-la de molho, assá-la ou cozê-la, acomodou o Autor da natureza as coisas às necessidades de suas criaturas".[172]

Na *Chronica* de Simão de Vasconcellos e em outros escritos redigidos pelos letrados católicos, a mandioca emerge como uma criação divina, uma benção de Deus para aqueles que não dispunham do pão, tanto do pão físico, preparado com trigo, quanto do pão espiritual, pois ainda não conheciam a fé católica.[173] São Tomé, neste caso, emerge como um intermediário entre o mundo divino e o mundo terral. Além da sua missão evangelizadora, também coube ao Apóstolo a tarefa de transportar, oferecer e ensinar os nativos do Brasil tudo o que fosse necessário para que essa raiz se multiplicasse e se tornasse o primeiro e principal mantimento daqueles que viviam nos trópicos. Para os homens que compreendiam a natureza brasílica como parte de uma grande criação divina, não faltaram tentativas de identificar, nas espécies vegetais, possíveis sinais de Deus.

Algumas espécies, cabe ressaltar, foram anunciadas em mais de uma metáfora cristã, como foi o caso da banana. Quando Gabriel Soares de Sousa escreveu sobre as espécies vegetais encontradas no Brasil, principalmente na capitania da Bahia, ele dedicou todo um capítulo à "natureza das pacobas e bananas". Na visão do letrado, havia poucas distinções entre as duas plantas. As pacobas, nativas do Brasil, cresciam em árvores de troncos moles e que geravam cachos de até duzentas frutas. Cada pacoba contava com até "um palmo de comprido e a grossura de um pepino, às quais tiram as cascas, que são de grossura das favas; e fica-lhe o miolo inteiro almecegado, muito saboroso".[174] O tratadista aponta que as árvores das bananas e das pacobas se distinguiam apenas pelo seu local de origem, pois as bananeiras que chegaram ao Brasil eram oriundas de São Tomé, onde seus frutos eram chamados "bananas" e na Índia, identificados como "figos de horta". Já os frutos carregavam algumas diferenças, pois as bananas "são mais curtas que as pacobas, mas mais grossas e de três quinas", seu miolo também era mais mole e com um cheiro mais agradável.[175] O consumo das pacobas e bananas era

---

[172] VASCONCELLOS, Pe. Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, e& morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p.152

[173] PANEGASSI, Rubens Leonardo. Interações culturais e o lugar simbólico do alimento: o pão da terra na América portuguesa. *In*: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. (org). **História e alimentação**: Brasil séculos XVI-XXI. Belém, PA: Paka-Tatu, 2020, p. 242

[174] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 168

[175] Ibid., p. 169

simples, bastando apenas retirar a sua casca e apreciar o seu miolo, mas aqueles que cortassem a fruta, podiam notar um pequeno detalhe em seu interior. Segundo Soares de Sousa, "quem cortar atravessadas as pacobas ou bananas, ver-lhes-á no meio uma feição de crucifixo". O modo com que as pequenas sementes da banana se organizavam no interior da fruta parece ter despertado a atenção do senhor de engenho, que encerrou seu capítulo afirmando que, daquele crucifixo, "os contemplativos têm muito que dizer".[176]

O que Gabriel Soares de Sousa provavelmente não sabia é que poucos anos antes da redação de seu *Tratado descriptivo do Brasil*, um "contemplativo" já havia notado a disposição das sementes da banana. Pero de Magalhães Gandavo escreveu sobre esses detalhes da fruta em seu *Tractado da Terra do Brasil*, redigido entre as décadas de 1560 e 1570. De acordo com o fidalgo, nos trópicos era possível encontrar duas qualidades de bananas, umas "pequenas como figos brojastostes" e outras que "são maiores e mais compridas".[177] As dimensões físicas, contudo, não eram o principal elemento que distinguia essas duas bananas. Gandavo relata que as bananas menores "têm dentro em si uma coisa estranha a qual é que quando as cortam pelo meio com uma faca ou por qualquer parte que seja, acha-se nelas um sinal a maneira de crucifixo, e assim totalmente o parece".[178]

A banana, assim como a mandioca, foi associada a diferentes narrativas apresentadas na Sagrada Escritura. Enquanto a fruta trazia em seu interior pequenas sementes que compunham um crucifixo, a bananeira, árvore que gerava este fruto, foi compreendida como sendo a árvore da ciência. Segundo o livro do gênesis, Deus criou duas árvores e deixou-as no meio do paraíso, a árvore da vida e a árvore da ciência do bem e do mal. Das poucas recomendações legadas a Adão e Eva, uma delas era que não comessem do fruto da árvore do bem e do mal, porém, Eva, ao ser tentada pela serpente, comeu daquele fruto e ofereceu ao seu marido.[179] Como consequência, ambos identificaram que estavam nus, se cobriram com as grandes folhas de uma figueira e, pouco tempo depois, foram expulsos do paraíso.[180]

Para os conhecedores desta passagem bíblica, a bananeira encontrada no Brasil, com suas largas e grandes folhas, era muito semelhante à árvore do bem e do mal. Quando escreveu

---

[176] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 169

[177] GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que há nestas partes**. 16--, não paginado.

[178] Ibid., não paginado.

[179] Genesis 2, 9-15. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, pp. 1-2

[180] Genesis 3, 7-24. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 2

o vocábulo "banana" em seu *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico botânico* ... o Pe. Raphael Bluteau (1638-1734) não deixou de assinalar as semelhanças entre a árvore brasílica e a figueira existente no paraíso. No vocábulo "banana", esta "fruta do Brasil" foi descrita como sendo do tamanho de uma "maçaroca de milho", revestida por uma casca branda e cujo interior era composto por uma fruta "sólida, sem caroço, nem pevide, é muito doce, e suave, e fruta de todo o ano".[181] Quando essas bananas eram partidas, geralmente com o uso de uma faca ou de outro utensílio, o padre afirma ser possível visualizar "por dentro uma figura, como cruz, ou chave de harpa, e esta mostra por onde quer que partam".[182]

Além das cruzes identificadas no interior da fruta, a bananeira trazia consigo algumas outras particularidades. Segundo Bluteau, "quando o cacho quer brotar a fruta, (e cada um deles tem quarenta, cinquenta, e mais bananas) dá gemidos, como mulher, que quer parir. Na Bahia é opinião comum, que esta fruta foi a que Deus proibiu a Adão no Paraíso".[183] A descrição construída pelo padre, ia ao encontro da narrativa anunciada no livro do Genesis e que remete à queda dos primeiros pais. Após consumir do fruto proibido, Eva foi punida pelo Criador e condenada a um parto doloroso.[184] A bananeira que geme e grita ao gerar seus grandes cachos de fruta era como a mulher que, após pecar contra as ordens divinas, foi exposta às mesmas dores.

Além de Raphael Bluteau, outros católicos partilharam a ideia de que a bananeira era a figueira proibida que Deus plantou no centro do Éden. Em meados do século XVI, o Pe. Fernão Cardim apresentou uma visão semelhante sobre as pacobeiras que encontrou no Brasil. Em seu tratado, *Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar*, o jesuíta descreve a pacoba do seguinte modo: "esta é a figueira que dizem de Adão, nem é árvore, nem erva, porque por uma parte se faz muito grossa, e cresce até vinte palmos em alto".[185] Ao longo de seu tratado, Cardim classificou as plantas que cresciam no

---

[181] Cf. BANANA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 103

[182] Ibid., p. 103

[183] Ibid., p. 103

[184] Genesis 3, 16. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 2

[185] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 71

Brasil conforme suas semelhanças,[186] mas no caso da pacoba, descrita em meio às "ervas que dão fruto, e se comem", o próprio letrado evidenciou a dificuldade em se referir àquela planta que, pelas suas dimensões, não se assemelhava às pequenas ervas ou aos grandes arvoredos. Contudo, é provável que as folhas "formosíssimas", que alcançavam o comprimento de até "uma braça"[187], tenham contribuído para que a planta brasílica fosse identificada como a figueira criada por Deus e consumida por Adão. Todavia, ainda que leigos e religiosos tenham assimilado as bananeiras e pacobas à árvore do bem e do mal, não houve, entre esses homens, qualquer recomendação para que deixassem de consumir seus frutos. Muitos descreveram a banana como um mantimento abundante, saboroso, salutífero e, por esse motivo, comumente oferecido aos enfermos.

Ao lado das bananas, pacobas e mandiocas, o maracujá também foi associado a diferentes elementos do universo cristão. Para muitos homens, a composição do maracujá, especialmente suas folhas e flores, relembrava um dos momentos mais importantes para os católicos, a paixão de Cristo. Fr. Vicente do Salvador apresenta a fruta como uma espécie de dimensões variáveis, havendo "uns maiores, outros menores, uns amarelos, outros roxos", mas todos "muito cheirosos e gostosos".[188] O maracujá era gerado por uma erva trepadeira, uma planta "que trepa pelos matos" e que também cresce "em latadas nos pátios, e quintais".[189] Os frutos coloridos e o modo de crescimento da planta, que se enrosca em outras árvores, não parecem ter despertado tanto a atenção do franciscano quanto à flor que desabrochava em finos galhos. Segundo Fr. Vicente, de todas as partes que compunham a erva trepadeira, "o que mais se pode notar é a flor, porque além de ser formosa e de várias cores, é misteriosa".[190] Este mistério contido na flor do maracujá compreendia todos os elementos que a compunham,

---

[186] Em seu tratado *Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar*, escrito em finais do século XVI, o Pe. Fernão Cardim reuniu as plantas do Brasil de acordo com seus usos e semelhanças físicas. Assim, o religioso estabeleceu onze conjuntos: "das arvores de fructo", "das arvores que servem para medicinas", "dos óleos de que usão os indios para se untarem", "da arvore que tem agua", "das arvores que servem para madeira", "das ervas que dão fructo, e se comem", "das ervas que servem para mezinhas", "das ervas cheirosas", "das canas", "das arvores que se crião n'agua salgada", "dos animaes, arvores, ervas, que vieram de Portugal e se dão no Brasil". Cf. CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925

[187] A braça é uma unidade de medida que compreende o tamanho de dois braços abertos e estendidos. Cf. BRAÇA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 174

[188] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 15

[189] Ibid., p. 15

[190] Ibid., p. 15

> começa o mais alto em três folhinhas, que se matam em um globo, que representa as três divinas pessoas em uma Divindade ou/ como outros querem/ os três cravos com que Cristo foi encravado, e logo tem abaixo do globo (que é o fruto) outras cinco folhas, que se rematam em uma roxa coroa, representando as cinco chagas e coroa de espinhos de Cristo Nosso Redentor.[191]

Na visão de Fr. Vicente, a flor do maracujá era composta por diferentes elementos que remetiam à crucificação de Jesus Cristo. As três pequenas folhas[192] situadas acima do pomo tropical receberam significados distintos: para alguns, como Fr. Vicente, as folhinhas simbolizavam a Santíssima Trindade – composta pelo Pai, Filho e Espírito Santo – e para "outros", elas se assemelhavam aos três "cravos", os pregos que serviram para perfurar o corpo de Cristo no momento em que foi pregado à cruz.[193] Sobre as "cinco folhas", isto é, as pétalas que formavam a coroa do maracujá, o religioso afirma que elas remetiam à coroa de espinhos depositadas na cabeça de Cristo e às cinco chagas que se formaram em suas mãos, pés e peito.[194]

Ainda no século XVII, a flor mística do maracujá foi analisada por um outro letrado, o Pe. Simão de Vasconcellos. Ao apresentar o maracujá como uma das ervas do Brasil, o jesuíta ressalta algumas denominações da fruta, que foi chamada de "erva da paixão" pelos portugueses, "maracujá" pelos índios e "granadilha" pelos castelhanos da Nova Espanha.[195] Segundo Vasconcellos, no Brasil era possível encontrar nove variações do maracujá, sendo o "guaçú" e o "mirí" as mais conhecidas. Em geral, a fruta contava com uma coloração branca, verde ou amarela e, em seu interior, havia uma polpa branca e sucosa, de muitas sementes e com um cheiro e sabor suaves.[196] Dessa erva trepadeira, tudo se aproveitava. A fruta era de grande valia para os homens doentes, oferecida, principalmente, àqueles que precisavam

---

[191] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 15

[192] Estas folhas eram as sépalas que revestiam a flor do maracujá.

[193] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 283

[194] Segundo o evangelista Marcos, ao longo do caminho entre a sala de audiência e o espaço escolhido para a crucificação, os soldados romanos teceram uma coroa de espinhos e a dispuseram na cabeça de Jesus Cristo. Após sua ressurreição, Cristo reapareceu seus discípulos e lhes mostrou o "sinal dos cravos" que havia em suas mãos, conforme relatado no Evangelho escrito pelo Apóstolo João. Cf. Marcos 15, 17. *In*: A **BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 601; Cf. João 20, 25-27. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 644

[195] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 155

[196] Ibid., p. 156

resfriar seus corações e reprimir os ardores. As folhas, quando pisadas e preparadas com água fervente, serviam para curar as almorreimas, pequenos tumores que nasciam sobre a pele.

Diferentemente das folhas e da fruta, cujas virtudes medicinais eram conhecidas naqueles finais do Seiscentos, a flor do maracujá seguia como um mistério. Segundo Simão de Vasconcellos, a flor tinha o tamanho de uma grande rosa e nela, a natureza introduziu um "teatro dos mistérios da Redenção do mundo".[197] Nas páginas de sua *Chronica*, o jesuíta descreveu detalhadamente a composição da flor que, em seu exterior, era formada por cinco folhas grossas e em seu interior, contava com outras cinco folhas de cor púrpura que, ao se sobreporem às exteriores, geravam o desenho de uma cruz. Dessas folhas púrpuras, formava-se um "pavilhão", como se fossem fios de coloração branca e roxa. Esse conjunto de elementos – as sépalas, pétalas púrpuras e fimbrias da flor – foram associados a diferentes objetos presentes na Paixão de Cristo, como a "coroa" e o "molho de açoite aberto",[198] isto é, a coroa de espinho e os açoites destinados a Jesus. No meio dessa coroa, também se visualizava uma coluna branca, "como de mármore", e, no seu topo, nasciam "cinco quase expressas chagas, distintas todas, e penduradas cada qual de seu fio".[199] As "chagas" que o Pe. Vasconcellos descreve eram as anteras, situadas bem acima das "colunas", colunas estas que eram os estigmas da planta. Esses dois elementos, anteras e estigmas, são fundamentais para a reprodução do maracujá, porém, ganharam novos significados quando observados por homens católicos que almejavam decifrar os mistérios da criação divina presentes na natureza brasílica.

Das chagas que cresciam na flor, o Pe. Vasconcellos apontou suas semelhanças com as chagas que permaneceram no corpo de Cristo após a sua crucificação. Na crônica, o religioso relata que "em lugar de sangue" as colunas do maracujá "tem por cima um pó sutil, ao qual se aplicais o dedo, fica nele pintada a mesma chaga, formada do pó, como com tinta se poderá formar".[200] Assim como as chagas de Cristo, as chagas da flor deixavam marcas naqueles que as tocassem. No caso do maracujá, as marcas deixadas nas mãos daqueles que encostassem no topo da flor eram decorrentes do pólen, um pó finíssimo e volumoso que se concentrava na parte superior das anteras e por este motivo, permanecia nos dedos de quem nelas tocasse. Na parte superior das chagas havia mais um indício divino, a presença de "três cravos

[197] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 155
[198] Ibid., p. 155
[199] Ibid., p. 155
[200] Ibid., p. 156

perfeitíssimos", como cravos que, no ato da crucificação, foram inseridos no corpo de Cristo. Ao se deparar com esta composição da flor do maracujá – folhas externas, internas, pavilhões e colunas – e que remetiam aos momentos da Paixão, morte e ressureição de Cristo, "quais são a coroa, a coluna, açoites, cravos, chagas",[201] o Pe. Vasconcellos parecia não ter mais dúvidas sobre o porquê de essa flor tropical, tão colorida e misteriosa, ter sido nomeada pelos portugueses de "Flor da Paixão".

Para os homens católicos, a literatura bíblica serviu como um importante referencial para compreender a composição das plantas que cresciam na América Portuguesa. Além dos significados atribuídos às raízes, frutos, pétalas e sépalas, as espécies brasílicas também foram incorporadas em sermões e parábolas que abordaram as virtudes, costumes e desvios cometidos pelos residentes dos trópicos. As analogias envolvendo os pomos tropicais e a sociedade colonial de finais do século XVII e início do século XVIII foram apresentadas em *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario,*[202] escrita pelo Fr. Antônio do Rosário (1647-1702)[203] e impressa em 1702.

Logo nas primeiras páginas de sua obra, o franciscano anuncia como ocorreu a formação desta monarquia das frutas:

> As terras segundo as influências várias do Céu, assim como produzem homens de várias cores, e línguas, produzem com a mesma diversidade infinitas castas de frutas: esta América de Portugal, como é um novo mundo, que depois de muitos séculos descobriram os Portugueses, como é o novo Céu, e nova terra, que viu, e previu São João no seu Apocalipse: *Vidi Celum novum, e terram novam,*[204] produz novas frutas nas formas, cores, e sabores, muito diversas das

[201] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 156

[202] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario**. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702.

[203] Frei Antônio do Rosário nasceu em Lisboa, com o nome de Antônio de Santa Maria. Sua vida religiosa foi iniciada com o hábito dos Agostinhos Descalços, em 1671. Alguns anos depois, o frade se dedicou à Ordem de São Pedro e com esse hábito, cruzou o Atlântico e chegou ao Brasil, onde atuou como presbítero secular por alguns anos. Em 1686, o frade passou à Ordem dos Frades Menores e vinculou-se à Província Capucha de Santo Antônio do Brasil. O título "Frei Antônio do Rosário" foi obtido em 1689, quando o religioso passou ao Convento de Olinda. Na América Portuguesa, o frade atuou como lente de filosofia, foi pregador e Visitador Geral da Ordem, além de ter servido como missionário. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores Portugueses, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente. Offerecida à Augusta Magestada de D. João V. Tomo I. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, p. 377-378; FERREIRA, Ricardo Alexandre. Cristãos no além mar: pregações para os estados da monarquia. *In*: ROSÁRIO, Antônio do. **Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia, consagrada à Santíssima Senhora do Rosário**. Edição, estudos e notas de Ricardo Alexandre Ferreira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021, p. 9-14

[204] "E vi um novo céu, e uma nova terra". Cf. Apocalypse. 21, 1. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 743

> que nascem no mundo velho, e por isso misteriosas, e dignas de se alegorizar nelas uma nova, e ascética Monarquia.[205]

Em uma das passagens do livro bíblico do Apocalipse, o Apóstolo João escreve que, após um novo dilúvio e o julgamento dos mortos, Deus restaurou o mundo e nele criou um novo céu e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra haviam sido consumidos pelo fogo.[206] Muitos séculos após o Criador reconstruir o mundo, Portugal cruzou o Atlântico, alcançou o Novo Mundo e ali encontrou as mais distintas criaturas, como frutas de cores e sabores nunca antes vistos. Segundo Fr. Rosário, essas misteriosas frutas da América lusa, seres que pertenciam ao Reino dos céus e ao reino dos homens, inspiraram-se na monarquia portuguesa para criar a sua própria monarquia.[207]

A monarquia das frutas não apenas se baseou no Reino português, como também reproduziu a sua hierarquia social, sendo composta por um Rei, uma Rainha e três estados – eclesiástico, nobreza e povo – que, como aponta Rosário, "são como Deus os fez; e a natureza os criou para glória do Criador, sustento do corpo, edificação da alma, com as moralidades místicas e espirituais".[208] Para o franciscano, era fundamental compreender estas "moralidades" que Deus atribuiu às frutas e que eram apreendidas pelo homem a partir das propriedades naturais de cada espécie como o aroma, o sabor e o seu formato.[209] Assim, o frade relega "as virtudes, e propriedades naturais" das frutas para o cuidado de médicos e cirurgiões corporais e toma para si apenas as analogias entre as moralidades místicas e as virtudes e costumes morais que deviam ser propagados entre os católicos dessa colônia.[210]

Para apresentar o rei dessa monarquia, Fr. Rosário retoma o momento em que Deus criou o mundo, tendo a Senhora do Rosário ao seu lado e "no primeiro tomo do livro do mundo

---

[205] PREFAÇAM. *In*: ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova**, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, não paginado.

[206] De acordo com a literatura bíblica, Deus realizou dois dilúvios a fim de livrar o mundo de seus pecadores. O primeiro e mais conhecido, foi o dilúvio das águas, do qual se salvaram apenas Noé, sua família e os animais guardados no interior de sua arca. O segundo dilúvio, conduzido após a ressurreição de Cristo, foi narrado pelo Apóstolo João como sendo um dilúvio de fogo. Com o fogo, um grande trono branco emergiu sobre a terra e neste momento iniciou-se o julgamento final, em que todos os mortos foram julgados segundo suas obras e aqueles que não foram salvos, com seus nomes inscritos no livro da vida, foram lançados ao fogo. Cf. Apocalypse 20, 11-15. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 743

[207] FERREIRA, Ricardo Alexandre. Cristãos no além-mar: pregações para os estados da monarquia. *In*: ROSÁRIO, Antônio do. **Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia, consagrada à Santíssima Senhora do Rosário**. Edição, estudos e notas de Ricardo Alexandre Ferreira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021, p. 29

[208] PREFAÇAM. *In*: ROSÁRIO, Fr. Antonio do. Op. Cit., não paginado

[209] Ibid., não paginado.

[210] BIRON, Berty R. R. Frutas do Brasil: Uma alegoria do Novo Mundo. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, nov./2009, p. 51

debuxou a Senhora o seu Rosário em flores: no segundo tomo do mundo, estampou o Rosário em frutos".[211] Esse primeiro livro, compreendia os domínios da Europa, uma das primeiras porções de terra criadas por Deus e onde a Senhora do Rosário desejou que se instalasse um Rosário das flores, tendo a rosa como a sua rainha. No segundo tomo do mundo, onde se edificou a América, quis a Senhora que o seu Rosário contasse com o formato de frutos, pois enquanto as flores serviam ao agrado dos homens, as frutas eram úteis aos mais diferentes fins.[212]

Repartido este Rosário, a monarquia dos pomos ganhou o seu rei, o ananás, uma fruta cujo próprio nome trazia as insígnias da sua condição real. De acordo com o franciscano, "em todo o mundo não há fruta que tenha mais a Senhora do Rosário do que o Ananás. O nome o diz, ananás vale o mesmo que, Annanascitur: de S. Anna nasceu a mãe de Deus".[213] A figura de Santa Ana é apresentada com maiores detalhes no Protoevangelho de São Tiago, escrito por volta do século II.[214] Ana era uma mulher jovem e estéril casada com Joaquim e enquanto seu marido orava no deserto, ela recebeu a visita de um anjo que anunciou a sua gravidez e que este filho ou filha que crescia em seu ventre deveria ser oferecido aos serviços de Deus.[215] Em hebraico, o nome Ana – versão portuguesa de "hanna" – significa graça e para Fr. Rosário, esse era o principal indício da grandeza e graça presentes no ananás. Como apontado pelo frei, "se os nomes são sinais das naturezas que os tem, o Ananás é o fruto que melhor significa a Senhora do Rosário, porque contém a origem da sua cheia de graça, de que está cheio o Rosário". Ainda que o termo "annanascitur" – que significa "nascido de Ana" – tenha mais letras que a palavra "ananás", em nada se diminuem os mistérios presentes no pomo, pois "também se pode dizer

[211] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario**. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, p. 18
[212] Ibid., p. 18
[213] Ibid., p. 21
[214] De acordo com a literatura católica, Jesus Cristo não deixou nenhum registro escrito de sua passagem pela terra. Como suas mensagens eram transmitidas oralmente, apenas os homens mais próximos conseguiram ouvi-las e repassá-las às comunidades cristãs. A partir de meados do século I, as pregações de Cristo foram cristalizadas pela forma escrita, com a redação dos primeiros evangelhos redigidos por São Matheus e São João. Nos séculos II e III, os livros do Novo Testamento se consolidaram e passaram a ser adotados como normas de fé pelos cristãos. Nesse período, emergem os textos "apócrifos", inicialmente compreendidos como livros ou evangelhos secretos e cujas autorias foram atribuídas aos outros apóstolos de Cristo. Devido às dificuldades em identificar os seus verdadeiros autores, esses escritos apócrifos foram compreendidos como parte de uma literatura "pseudoepígrafa". Um dos textos apócrifos mais conhecidos é a *História de São Tiago* ou *Protoevangelho de São Tiago*, obra que narra o nascimento e a infância de Jesus Cristo, bem como a vida de sua mãe, Maria. Cf. OTERO, Aurelio dos Santos. **Los Evangelios Apócrifos**. Cuarta impresión. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, p. XI-XIII; p. 57-58
[215] OLIVARES, Carlos. Ana y María en el Protoevangelio de Santiago: análisis literário de dos personajes en contraste. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 33, n. 2, mai./ago. 2019, p. 105

que Annanascitur, é Ananás, o mais sublime, e majestoso fruto desta terra, a metáfora, a significação, e o retrato do Rosário".[216]

Além do nome, o ananás trazia consigo as características e virtudes mais apreciadas em um monarca. O pomo era dotado de "insígnias reais com que a natureza o produziu tão singular": uma coroa natural, "como rei"; uma roupa especial que "parece um brocado em pinhas" e os seus espinhos, "como arqueiros a sua guarda".[217] Sob esta roupa, a fruta detém as virtudes de um bom soberano, "porque é severo, e suave, sendo para o gosto a maior delícia; sendo tão gostoso, suave, e deleitável, é muito severo, áspero, e cruel para os criminosos, para os que tem chagas, e feridas".[218] Na obra de Rosário, as virtudes terapêuticas que diferentes homens atribuíram ao ananás foram alegorizadas. Enquanto rei dos pomos, o fruto era agradável e apreciado por seus súditos, mas a sua grande acidez o tornava temido por seus inimigos. Para o franciscano, a brandura e o rigor presentes no ananás tornavam este fruto "o axioma do melhor governo".[219]

Ao lado do ananás, havia uma rainha, a cana-de-açúcar e mais outras trinta e quatro frutas que desempenhavam diferentes papeis nessa monarquia tropical. Dos três estados que compunham esta sociedade, o estado eclesiástico foi o primeiro a ser explorado pelo frei. Na monarquia das frutas, os cleros secular e regular foram alegorizados pela figura do melão, fruta de odor agradável e acentuado. Partindo de uma das cartas escritas por São Paulo,[220] o franciscano apresenta o estado eclesiástico como sendo "o almíscar, a algalia, o âmbar de Cristo" e seus sacerdotes "devem cheirar a Cristo de que são imagens, devem cheirar a santidade".[221] Segundo Rosário, como os sacerdotes eram exemplos de conduta para todos os homens, o cheiro de suas virtudes deveria exalar por onde eles passassem.

Como o corpo eclesiástico era formado por diferentes indivíduos, "pastores, párocos, e curas de almas; estes têm duas castas de frutas que imitar, mamões e umbus".[222] Sobre o mamão,

---

[216] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario**. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, p. 21
[217] Ibid., p. 1
[218] Ibid., p. 2
[219] Ibid., p. 3
[220] Ao chegar em Corinto, São Paulo declara que desde a sua passagem pelo Evangelho de Cristo e o início de suas pregações, ele vinha difundindo o cheiro do conhecimento por todos os lugares. Segundo São Paulo, os Apóstolos e aqueles que seguiam a vida de Cristo partilhavam do "bom cheiro de Cristo, nos que se salvam, e nos que parecem". Para alguns homens, aquele poderia significar o cheiro da morte, mas para outros, como era para São Paulo, significava o cheiro da vida. Cf. Segunda Epistola de S. Paulo Apostolo aos Corinthios. Capitulo II, 15-16. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 689
[221] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. Op. Cit., p. 107
[222] Ibid., p. 109

Fr. Rosário comenta ser uma fruta com sabor semelhante ao do melão e muito sadia aos homens, pois "come-se a toda hora sem fazer dano, compõem os humores, refrigera o fígado; estas virtudes naturais do mamão moralizadas, são o zelo, a caridade, a diligência, o amor de Deus, e do próximo", isto é, valores morais que deveriam ser compartilhados por todos os sacerdotes.[223] Os umbus, de formato semelhante às melancias, eram plantas que cresciam nos sertões do Brasil e muito apreciadas pela sua capacidade de armazenar água em seu interior.[224] Na monarquia das frutas, o umbu era um "refrigério da sede" e, segundo Fr. Rosário, "pelos desertos desta América é muito necessária a virtude desta fruta nos pastores, e párocos, que têm obrigação de darem os alimentos, e refrigérios espirituais às suas ovelhas, que padecem a fome do pão da doutrina, e sede dos sacramentos da igreja".[225] Ao versar sobre essas duas frutas do eclesiástico, Fr. Rosário aponta como as virtudes naturais dessas plantas foram alegorizadas em virtudes morais. No caso do mamão e do umbu, ambas eram conhecidas pelas suas virtudes terapêuticas e oferecidas àqueles que precisavam resfriar e hidratar seus corpos. Na monarquia das frutas, estas virtudes naturais do mamão e do umbu tornaram-se alegorias para representar os sacerdotes, homens que deveriam ser caridosos e zelosos com suas ovelhas, sempre dispostos a amparar a alma daqueles que tinham fome e sede de conhecer a Deus.

A Sagrada Escritura, uma referência para os católicos refletirem sobre suas ações, também foi um valioso instrumento para os letrados que desejavam decifrar as origens e os mistérios de algumas espécies, como a mandioca, a banana e o maracujá. A partir das leituras do Antigo e Novo Testamento, as plantas brasílicas ganharam novos contornos, servindo para relembrar conhecidas passagens bíblicas, como a morte de Jesus Cristo e a peregrinação do Apóstolo Tomé. Sob a pena de padres, freis e homens leigos, novas virtudes e significados foram atribuídos à flora brasílica. Apresentadas em sermões e parábolas, as frutas foram alegorizadas, tornaram-se parte de uma monarquia simbólica e serviram para que os moradores dos trópicos refletissem sobre seus vícios e virtudes.

2.4 As dores da cana

A cana-de-açúcar foi, ao lado da mandioca, uma das plantas de destaque das narrativas redigidas por leigos e religiosos. Entre aqueles que escreveram sobre as plantas e animais da América Portuguesa, um grande número de autores dedicou longas páginas de suas cartas,

---

[223] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario**. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, p. 110

[224] HUE, Sheila Moura. **Delícias do descobrimento:** a gastronomia brasileira no Século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008, p. 43-44

[225] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. Op. Cit., p. 110

crônicas e tratados para relatar o processo de aclimatação dessa espécie que, em poucos anos, se tornou um cultivo valioso para a economia do Reino português.[226] Segundo Gabriel Soares de Sousa, até o ano de 1587, data em que finalizou a redação de seu *Tratado descriptivo do Brazil*, a capitania da Bahia contava com trinta e seis engenhos, sendo que, desses, "vinte e um que moem com água e quinze que moem com bois, e quatro que se andam fazendo".[227] Além dos engenhos, o letrado também identificou mais "oito casas de cozer meles", locais em que se cozia o caldo extraído da cana-de-açúcar moída. Como apontado por Gabriel Soares de Sousa, as instalações baianas adotaram diferentes técnicas e instrumentos mecânicos em finais do século XVI. Os engenhos movidos por força hidráulica eram, em sua maioria, mantidos por senhores mais abastados, capazes de arcar com os custos da condução da água até as instalações do engenho.[228] Já a tração animal, adotada em quase metade dos empreendimentos listados, era apreciada entre os lusitanos, pois, enquanto os bois movimentavam as rodas dos engenhos, as vacas forneciam um grande volume de leite, "de que se faz muita manteiga e as mais coisas de leite que se fazem em Espanha", como observa o tratadista.[229]

Desses engenhos, extraía-se anualmente um montante de "cento e vinte mil arrobas de açúcar, e muitas conservas".[230] Esse grande volume do produto, cabe ressaltar, não era decorrente apenas das técnicas adotadas no interior dos engenhos. De acordo com o letrado, o terreno e as condições climáticas da Bahia favoreciam o desenvolvimento da planta, que era cultivada "pelos altos e pelos baixos, sem se estercar a terra, nem se regar".[231] Como ressaltou Gabriel Soares, as primeiras canas-de-açúcar que chegaram ao Brasil eram oriundas da Ilha da Madeira e de Cabo Verde. A planta rapidamente se adaptou aos trópicos, pois em locais como "Ilha da Madeira, Cabo Verde, São Tomé, Trudente, Canárias, Valência e na Índias não se dão as canas se se não regam os canaviais como as hortas e se lhes não estercam as terras",[232] ou seja, um cenário muito diferente daquele que se observava na América Portuguesa, onde as canas cresciam com pouca ou quase nenhuma interferência de mãos humanas.

---

[226] BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 119

[227] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 142

[228] SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 36

[229] SOUSA, Gabriel Soares de. Op. Cit., p. 143

[230] Ibid., p. 143

[231] Ibid., p. 146

[232] Ibid., p. 146

A longevidade da cana brasílica foi outro aspecto ressaltado pelo senhor de engenho; segundo Soares de Sousa, na ilha da Madeira, as plantas eram cortadas a partir do seu segundo ano de vida, e a soca – brotos que nasciam após os primeiros cortes da planta[233] – era retirada após três anos. Os procedimentos adotados para garantir o adequado crescimento da espécie não pareciam surtir um grande efeito, pois, como aponta o letrado, "ainda assim, são canas muito curtas, onde a terra não dá mais que duas novidades".[234] Já na Bahia, o solo fértil e o clima ameno favoreciam as plantações, havendo na capitania "muitos canaviais que há trinta anos que dão canas".[235] Os canaviais cultivados em terras baixas "nunca cansam" e os plantios em terras altas "dão quatro e cinco novidades e mais", como relata em seu *Tratado descriptivo do Brazil*.[236]

Nos trópicos, a cana-de-açúcar foi inicialmente introduzida em São Vicente. A planta rapidamente se adaptou às condições físicas da capitania e, em poucos anos, mudas da cana vicentina foram transportadas e introduzidas em todo o litoral da América Portuguesa.[237] Em *Memórias para História da Capitania de São Vicente*[238], Fr. Gaspar da Madre de Deus (1715-1800)[239], religioso da Ordem de São Bento, apresentou a relação existente entre a aclimatação da planta e o processo de fundação dessa capitania.

São Vicente, concedida a Martim Afonso de Sousa (1500-1564), compreendia o maior território dentre as dez grandes capitanias em que D. João III dividiu o litoral da "Nova Lusitânia", em 1530. O fidalgo português iniciou sua travessia pelo Atlântico em finais de 1530

---

[233] SÓCA. *In*: SILVA, Antonio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 712

[234] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 146

[235] Ibid., p. 146

[236] Ibid., p. 146

[237] FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. Ed. São Paulo: Global, 2006, p. 93

[238] DEUS, Frei Gaspar da Madre de. **Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente,** hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil publicadas de Ordem da Academia R. Das Sciencias. Lisboa: Typographia da Academia, 1797.

[239] Gaspar Teixeira de Azevedo nasceu nas proximidades da vila de São Vicente e tomou o hábito de São Bento em agosto de 1731. Já atendendo como Frei Gaspar da Madre de Deus, o beneditino passou a década de 1740 no mosteiro do Rio de Janeiro, onde obteve o título de mestre de Filosofia e Teologia. Poucos anos depois, em 1749, o Frei doutorou-se em Teologia e Filosofia. Em 1752, foi eleito abade do mosteiro beneditino de São Paulo. e na década seguinte, foi convidado a ocupar esta mesma posição no mosteiro do Rio de Janeiro. Com a ascensão do governo pombalino, o frade renunciou ao seu cargo e passou a viver no Mosteiro de Santos. Cf. **MOSTEIRO de S. Bento do Rio de Janeiro.** Abbadia Nullius de N. S. do Monserrate. O seu historico desde a fundação até o ano de 1927. Traços biográficos dos monges fallecidos. Rio de Janeiro: Papelaria Ribeiro, 1927, p. 217

e alcançou a região do Rio de Janeiro no primeiro dia do ano de 1531,[240] depois de percorrer o litoral das terras que lhe foram concedidas. Edificadas as primeiras casas em São Vicente, partiu do donatário a iniciativa de cultivar a terra, pois, "sem negócio, e agricultura, nenhuma colônia se aumenta", e, por isso, Martim Afonso de Sousa "promoveu quanto lhe foi possível estes dois ramos, introduzindo todas as espécies de animais domésticos, depois que foi a Piratininga, e viu a bondade de seus campos para criarem gado vacum, cavalar e ovelhum".[241] Juntamente com a solicitação para que alguns animais fossem despachados para os trópicos, Martim Afonso de Sousa pediu que enviassem da Ilha da Madeira, "a planta de canas doces", os primeiros exemplares da cana-de-açúcar que adentraram ao solo brasílico. O fidalgo, segundo Fr. Gaspar, também fundou um engenho movido à água com uma capela dedicada a São Jorge e neste espaço, os lavradores de São Vicente puderam moer e preparar o açúcar para ser comercializado.[242]

De acordo com o beneditino, as medidas tomadas pelo donatário não beneficiaram apenas as suas próprias terras, mas foram valiosas para o restante do território, pois foi desse primeiro engenho que "saíram canas para as Capitanias brasílicas, assim como também saíram desta S. Vicente as éguas, vacas, e ovelhas, que propagaram em todas as mais".[243] No caso da cana-de-açúcar, o seu processo de expansão contou com a ampla participação de homens que, pouco tempo após a fundação de Santos e São Vicente, dedicaram-se à lavoura canavieira: "grassaram a plantação das canas com tanta felicidade, que antes de muito tempo se multiplicaram os engenhos no distrito de ambas as vilas".[244] Vinte e sete anos após a sua edificação, a capitania de São Vicente já contava com cerca de dez engenhos, grande parte construídos por iniciativas lusitanas e alguns às custas da Real Fazenda, para ali moerem a cana cultivada por senhores que não contavam com todos os equipamentos necessários para tal.

Segundo Fr. Gaspar, os moradores da região mantinham um "grande apreço" pelas lavouras de cana ali introduzidas. Cada arroba do açúcar fino produzido na região era comercializada pelo valor de quatrocentos réis e por esse motivo, os primeiros produtores da capitania atuaram diretamente no interior dos engenhos, como mestres e purgadores de açúcar. Devido à importância desse ofício e ao papel desses homens para a obtenção dos valiosos grãos,

---

[240] Martim Afonso de Sousa saiu de Lisboa depois do dia 20 de novembro de 1530 e em 1º de janeiro de 1531, chegou ao Rio de Janeiro. Cf. DEUS, Frei Gaspar da Madre de. **Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente,** hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil publicadas de Ordem da Academia R. Das Sciencias. Lisboa: Typographia da Academia, 1797, p. 13

[241] Ibid., p. 62-63

[242] Ibid., p. 63

[243] Ibid., p. 63

[244] Ibid., p. 64

a Câmara obrigava que mestres e purgadores realizassem um juramento: "não prejudicarão aos donos, assim na repartição, como na purgação do açúcar, nem consentiriam, que pessoa alguma levasse melado, ou caldo, e outro fim que aproveitarão tudo quanto se fizesse".[245]

A preocupação com a escolha daqueles que atuariam como mestres e purgadores de açúcar não era desmedida. Ambos os profissionais desempenhavam funções fundamentais na dinâmica interna do engenho e influenciavam diretamente a qualidade do açúcar produzido.[246] Dentre os diferentes homens que atuavam no processamento da cana, o mestre-do-açúcar era o mais especializado, responsável por comandar as técnicas necessárias para a obtenção do açúcar. Suas atividades consistiam no controle da moagem, a fim de que esta acompanhasse os procedimentos realizados na cozinha[247], e evitando uma produção excessiva de caldos que, se não fossem processados no tempo adequado, poderiam azedar.[248] Também lhe cabia a supervisão das funções realizadas pelos tacheiros e caldeireiros, geralmente, escravos africanos que conheciam as técnicas para domínio das tachas e caldeiras em que se cozinhava o caldo extraído da cana.[249] Enquanto o mestre comandava as etapas iniciais da preparação do açúcar, o purgador era responsável pelas fases finais. Ao purgador cabia o controle do processo de purgar e a supervisão do trabalho realizado pelas purgadoras, responsáveis pela aplicação do barro nas formas de açúcar, dando início ao processo de purgar o melado.[250] Também era o purgador que analisava a qualidade do melado obtido, se estava em condições adequadas para retornar às casas de caldeiras e ser transformado em açúcar batido ou se o líquido deveria ser armazenado para a fabricação de aguardente.[251]

A importância dessa gramínea no cenário econômico e social dos trópicos contribuiu para que a espécie fosse comumente lembrada em cartas, crônicas, tratados e, até mesmo, em escritos moralizantes. Assim como outras plantas, a cana-de-açúcar foi anunciada sob a forma de metáforas que envolviam os espaços terreno e divino, e serviam para que os católicos da América Portuguesa refletissem sobre suas virtudes e, principalmente, sobre seus pecados. Na conhecida obra *Cultura e Opulência no Brasil*, as alegorias morais da cana-de-açúcar ganharam

---

[245] DEUS, Frei Gaspar da Madre de. **Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente,** hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil publicadas de Ordem da Academia R. Das Sciencias. Lisboa: Typographia da Academia, 1797, p. 65

[246] SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 134

[247] A cozinha do engenho era o espaço em que estavam situadas as caldeiras, as tachas e as têmperas, equipamentos utilizados no processo de cozimento do caldo extraído da cana-de-açúcar moída. Cf. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII).** 11. Ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994, p. 49

[248] Ibid., p. 55

[249] SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit., p. 107

[250] Ibid., p. 133

[251] Ibid., p. 134

um lugar de destaque. Escrita pelo Pe. João Antônio Andreoni (1649-1716)[252] – que assina a obra como André João Antonil – e impressa em 1711, o principal objetivo dessa narrativa era, segundo seu autor, "ser de alguma utilidade aos que nos Engenhos de açúcar, nos partidos, e nas lavouras de tabaco, e nas Minas do Ouro experimentam o favor do céu com notável aumento dos bens temporais".[253] Na visão de Antonil, naquela primeira década do Setecentos, as riquezas brasílicas estavam concentradas em quatro elementos – as lavouras canavieira e de tabaco, a recente mineração de ouro e a criação de gado –, abordados em cada um dos quatro livros que compõem sua obra.

No primeiro livro, Antonil apresenta diferentes orientações sobre o cultivo da cana e as principais medidas a serem tomadas pelo senhor no governo de seu engenho. Na visão do letrado, aqueles que almejassem receber o título de "senhor de engenho" deveriam trazer consigo um bom cabedal e muitos conhecimentos, que abrangiam, por exemplo, um bom relacionamento com os lavradores da sua terra e com aqueles que atuavam diretamente no preparo do açúcar, como feitores e oficiais. As boas relações eram necessárias fora do espaço do engenho, pois, afirma Antonil, o senhor de engenho nada deve ter "de arrogante, e soberbo; antes seja muito afável com todos", inclusive com seus vizinhos e sua família.[254] Além da boa convivência, era fundamental que o senhor de engenho conhecesse todos os procedimentos realizados na lavra da cana e no preparo do açúcar. Antonil ressalta que um bom senhor sabia identificar o terreno adequado para o cultivo, como eram os solos de massapé e de terra vermelha; reconhecia o tempo adequado para o corte da planta e identificava as diferentes espécies de cana-de-açúcar, analisando a que melhor se adaptava à sua terra. Esse bom senhor também devia saber que, para além de todos os cuidados despendidos com os canaviais, havia um outro elemento que afetava diretamente o crescimento das plantas: a interferência divina. De acordo com o jesuíta,

> as inclemências do Céu são o principal inimigo, que tem as canas; assim como os outros frutos, e novidades da Terra: querendo Deus com muita razão, que se armem contra nós os Elementos por castigo das nossas culpas, ou para

[252] João António Andreoni era natural da Toscana, na Itália. Ingressou na Companhia de Jesus em 1667 e chegou ao Brasil em 1681, a convite o Pe. Antônio Vieira. Na capitania da Bahia, onde realizou sua profissão solene, Antonil atuou como professor de Retórica, pregador, mestre de noviços, reitor do Colégio da Bahia e serviu como Provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Em sua obra, *Cultura e opulência do Brasil*, o religioso assinou sua obra com o nome André João Antonil, quase um anagrama de seu nome. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 45

[253] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, e beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros gêneros, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p. 4

[254] Ibid., p. 8

> exercício da paciência, ou para que nos lembremos, que ele é o Autor, e o Conservador de todas as coisas, e a ele recorramos em semelhantes apertos.[255]

Para os senhores de engenho, não havia dificuldade maior do que a ira divina. Na visão de Antonil, essas punições ocorriam pelos mais diferentes motivos: para castigar os pecados cometidos, para ensiná-los a ser mais pacientes e menos gananciosos e, sobretudo, para lembrar a esses homens da sua insignificância perante Deus. Como a lavoura da cana crescia em diferentes solos e se expandia por um amplo território, as penalidades eram as mais distintas e incluíam os tempos de estiagem, as fortes tormentas e a proliferação do capim, o maior inimigo da cana-de-açúcar.[256]

Pelas informações apresentadas em sua obra, Antonil parecia conhecer de perto a dinâmica do engenho e os principais temores de seus proprietários. O jesuíta, ao descrever o trabalho realizado no interior do engenho, apresenta, ao mesmo tempo, um olhar técnico e misericordioso sobre a produção do açúcar. Técnico, por promover uma descrição meticulosa de toda a preparação da cana, da sua retirada do solo até o transporte do açúcar e a atenção que o senhor devia ter no interior das alfândegas. Misericordioso, porque Antonil era um católico e, como tal, não via uma distinção entre o plano terreno e o plano divino, ambos estavam diretamente relacionados; por isso, considerava possível refletir moralmente sobre todos os bens concedidos por Deus, como era a cana-de-açúcar. No capítulo intitulado "Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana até sair do Brasil", o autor retoma todas as etapas de produção do açúcar, mas desta vez, personificando a figura da planta. Sob a pena de Antonil, a cana-de-açúcar foi compreendida como uma criatura que doa sua vida para proporcionar grandes riquezas à América Portuguesa.

Na visão do padre, todas as "coisas naturais" que "são de maior proveito ao gênero humano" passam por diferentes situações e "notáveis apertos", a fim de serem consumidos e aproveitados pela humanidade. O linho, o pão, o azeite e o vinho eram alguns dos preparos obtidos a partir de frutos da terra e que enfrentavam diferentes processos de transformação, sendo "enterrados, arrastados, pisados, espremidos, e moídos antes de chegarem a ser perfeitamente o que são". Para Antonil, a cana-de-açúcar podia ser equiparada a estes quatro

---

[255] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, e beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros gêneros, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p. 41

[256] Ibid., p. 41

alimentos, pois, do seu plantio até o consumo do açúcar, a gramínea enfrentava uma vida "cheia de tais, e tantos martírios, que os que inventaram os Tiranos, lhes não ganham vantagem".[257]

A cana-de-açúcar, uma criação divina, era obra de uma Terra que "obedecendo ao império do Criador, deu liberalmente a cana, para regalar com a sua doçura aos paladares dos homens".[258] O açúcar, como observado por Antonil, foi uma benção concedida por Deus para adoçar a vida humana e na colônia situada na América, esse produto teve um papel fundamental na intermediação entre o paladar europeu e os frutos tropicais. Espécies distintas, como o ananás e o araçá, eram preparados sob a forma de doces e conservas e ao serem envoltas em caldas de açúcar, agradavam até os mais avessos a sua acidez.[259]

Havia, no entanto, homens que não se sentiam satisfeitos com a concessão do açúcar e que desejavam deleitar-se cada vez mais nas doçuras e nos lucros proporcionados pelo cultivo da cana-de-açúcar. Antonil aponta que esses indivíduos, movidos pela sua grande ambição, não pouparam esforços em promover o sofrimento da planta e por isso, "inventaram contra a mesma cana, com seus artifícios, mais de cem instrumentos, para lhe multiplicarem tormentos, e penas".[260] Colhidas e cortadas em pedaços, as canas eram abocanhadas e pisadas por diferentes animais, cortadas com pesadas foices e dali "saem do canavial amarradas: e ó quantas vezes de saírem daí, são vendidas".[261] Amarradas e algemadas, assim como os réus levados às cadeias, as canas eram direcionadas às moendas, postas entre os eixos da maquinaria e ali moídas para que fosse extraído o seu caldo. Sobre os procedimentos realizados nas moendas, Antonil questiona: "com que desprezo se lançam seus corpos esmagados, e despedaçados ao mar? Com que impiedade se queimam sem compaixão o bagaço?".[262]

Todo o humor extraído "de suas veias, e quanta substância tinham e seus ossos" era levado para ferver nas caldeiras e, nesse processo, as canas apanhavam das batedeiras, das têmperas, das espátulas e eram transportadas de uma tacha para outra. Nas formas, o caldo esfriava como um corpo morto e em seguida, direcionado para a casa de purgar, espaço que o religioso identificava como sendo um inferno em meio às instalações do engenho. De acordo com o padre, "leva-se [o caldo da cana] para a casa de purgar, sem terem contra ele nenhum

---

[257] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, e beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros gêneros, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p. 102
[258] Ibid., p. 102
[259] FREYRE, Gilberto. **Açúcar**. Em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no nordeste canavieiro do Brasil. 2ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1969, p. 16
[260] ANTONIL, André João. Op. Cit., p. 102
[261] Ibid., p. 103
[262] Ibid., p. 103

indício de crime; e nela chora furado, e ferido a sua malograda doçura".[263] As lágrimas que escorriam desse corpo dolorido eram os pequenos fios de melado que caíam quando o caldo era despejado nas formas e remexido com diferentes utensílios.

O jesuíta aponta que, conforme se intensificava o cozimento da cana, maior era o seu sofrimento e, por esse motivo, suas lágrimas se multiplicavam e eram tantas, "que bastam para encher tanques profundos".[264] Ao sair da casa de caldeiras, espaço que o religioso apresenta como sendo um purgatório no interior do engenho, a inocente cana-de-açúcar era disposta sobre um balcão, onde as escravas cortavam seus pés com facões. Dali, a planta seguia para o último "teatro dos seus tormentos", que consistia em um grande balcão onde o açúcar era disposto. Nesse momento, a cana já havia sido transformada em açúcar e ao ser posicionado nos balcões, estava exposto, "a quem o quiser maltratar, e experimenta o que pode o furor de toda a gente sentida, e enfadada do muito que trabalhou andando atrás dele".[265] Na visão de Antonil, o processo de quebra dos torrões de açúcar era um momento em que os escravos expressavam toda a sua raiva contra a planta que parecia ser a responsável pelos ofícios exaustivos realizados nos canaviais e engenhos.

Aos olhos de Antonil, o açúcar era um inocente e que ao ser disposto nos balcões do engenho era "cortado com facões, despedaçado com toletes, arrastado com rodos, pisado dos pés dos negros sem compaixão, farta a crueldade de tantos algozes, quantos são os que querem subir ao balcão".[266] Após todo o processo de cozimento e golpes recebidos, a cana já havia encontrado o seu leito de morte e, assim, o açúcar era "sepultado" e "pregado" em caixas de madeira, de modo semelhante a Cristo que, após sofrer as dores da crucificação, foi levado ao seu sepulcro.[267] Saindo dos portos, o produto era comprado e vendido entre homens que pareciam não se importar com o sofrimento da planta, desde que servisse aos seus mais diferentes deleites: adoçar os paladares, auxiliar na recuperação dos enfermos e oferecer lucros aos senhores de engenho.

A visão de que a cana-de-açúcar morria para proporcionar a "opulência" do Brasil também foi adotada por Fr. Antônio do Rosário. Ao compor uma monarquia das frutas, o autor

---

[263] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, e beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros gêneros, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p. 103

[264] Ibid., p. 103-104

[265] Ibid., p. 104

[266] Ibid., p. 104

[267] João 19, 38-42. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 643

de *Frutas do Brasil* elevou a cana-de-açúcar a uma posição de destaque, coroando-a como a rainha das frutas. A escolha pela cana esteve atrelada à sua doçura, qualidade mais valorizada entre os pomos; diz Rosário:

> as melhores frutas são as mais saborosas [e] as mais saborosas, são as mais doces: a cana-de-açúcar é tão doce, que é a mesma doçura, porque dela se faz o açúcar, de que procede toda a doçura do mundo; e fruta que não só é doce, mas a origem do que faz tudo doce; fruta que não só é doce, mas a mesma doçura, coroe-se por Rainha das frutas.[268]

A doçura era uma característica recorrente entre as monarcas, como Ester, escolhida para ser esposa do Rei Assuero.[269] De acordo com o frei, das muitas donzelas formosas que desejavam se casar com Assuero, Ester se diferenciava por ser dotada de uma "formosura incrível". Assim como todas as damas reconheceram a formosura e beleza de Esther, as frutas também reconheciam a excelência da cana, pois ainda que fossem doces e formosas, a cana-de-açúcar contava com uma doçura particular, a doçura da qual "nasce o açúcar". Sendo a cana a criatura mais doce delineada pelas mãos de Deus, por esta razão, a planta deveria receber os mesmos desígnios de Esther, sendo conhecida e adorada como a "Senhora Dona Cana".[270]

O franciscano aponta que, em finais do século XVII, a rainha cana era muito valiosa para Portugal. A Índia portuguesa, que por muitos anos proporcionou grandes riquezas ao Reino, vivia assolada por seus pecados e, por isso, "já não é mais Índia". Pela cana-de-açúcar, o Brasil era, na visão do franciscano, "a verdadeira Índia, e mina dos portugueses".[271] Para Rosário, a rainha cana-de-açúcar era como a rainha de Sabá, que adentrou à cidade de Jerusalém trazendo quantidades infinitas de ouro.[272] Ambas as monarcas, de Sabá e das frutas, eram estrangeiras e chegaram aos novos reinos, Jerusalém e Portugal, carregadas de riquezas. Enquanto a rainha de Sabá levava consigo o ouro, a cana chegava a Portugal portando pequenos grãos de açúcar que, como pérolas e diamantes, contribuíam diretamente com a prosperidade do Reino. A partir das analogias entre as rainhas existentes nos trópicos e na literatura bíblica, Rosário alerta aos leitores sobre a pouca atenção que Portugal concedia à cana e,

---

[268] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario**. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, p. 47

[269] O Rei Assuero governou todo o território situado entre a Índia e a Etiópia, que compreendia cento e vinte e sete províncias. Quando decidiu que era momento de escolher uma esposa, Assuerto ordenou aos seus criados que selecionassem todas as mulheres virgens e formosas. Esther era uma dessas mulheres e por sua graça e formosura, rapidamente despertou o interesse de Assuero, que a escolheu como sua esposa. Cf. Esther. 2, 1-23. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 311-312

[270] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. Op. Cit., p. 48

[271] Ibid., p. 51

[272] III Reis. 2, 2. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 219

principalmente, aos "fieis, e leais vassalos, que trabalham no serviço desta Rainha", homens que perdiam suas vidas no interior das lavouras e que se dedicavam "na defesa, e restauração do grande império da Senhora D. Cana, legítima Rainha das frutas desta América".[273]

Além de proporcionar uma doçura que contribuía com a prosperidade do Reino português, a doçura da cana-de-açúcar também remetia à contração do homem com Deus. A contração consistia em um movimento de encolhimento do corpo e no caso da alma, remetia ao momento de contração espiritual de Deus com a alma humana e que, preenchidos um pelo outro, tornam-se apenas um ser. Segundo Rosário, a doçura era o principal efeito proporcionado pela verdadeira contração, uma doçura que "excede a toda a doçura, e adoça a toda amargura"; especula o letrado: "que mais pode desejar uma alma peregrina, uma alma desterrada, uma alma presa, perseguida, e molestada, por todas as vias [...] que lograr uma doçura, que vence a toda a doçura, todos os gostos, delícias e glórias deste mundo?".[274] Apesar de muito desejada, os católicos deviam percorrer um longo caminho para se deleitar na doçura da contração. De acordo com o frei, "para se chegar ao canavial, onde pela metáfora da cana-de-açúcar se acha a doçura da contração, é necessário passar por areais, deserto, secos, estéreis, e sem caminho".[275] A cana, como explica o letrado, era a própria doçura da contração e para alcançá-la, os católicos deviam enfrentar suas tristezas, seus vícios e impaciências que, em diferentes momentos, atrapalhavam o seu caminhar pela estrada das virtudes.

Para Rosário, a doçura da cana-de-açúcar podia ser alegorizada dos mais diferentes modos: remetia à prosperidade de Portugal, à contração do homem com Deus e por fim, ao pão da Igreja elevado no altar, "aquele suavíssimo pão, que a Igreja chama doçura". De acordo com o frade, o pão que remetia ao corpo de Cristo também podia ser um "pão de açúcar", pois era no momento da comunhão que os filhos de Deus encontravam a doçura divina. Relembrando o livro do Êxodo e do momento em que Deus pede a Moisés que ele ponha sobre a mesa os "pães da proposição",[276] Rosário afirma que esses eram os pães do sacramento divino, um "pão suavíssimo", que poderia ser um pão feito de açúcar pela doçura que carrega consigo, a doçura do encontro com Deus alcançada pelos católicos no momento da comunhão.

---

[273] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario**. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, p. 52

[274] Ibid., p. 66

[275] Ibid., p. 68

[276] Em uma das passagens do livro do Êxodo, Deus fala a Moisés e pede que ele coloque sobre a mesa os "pães da proposição", pães que eram comumente oferecidos a Deus. Cf. Exodo 25, 30. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 51

Após apresentar, em diferentes alegorias, como a doçura da cana-de-açúcar se manifestava de forma física e espiritual, Rosário encerra sua parábola abordando a morte desta rainha para garantir o nascimento de seu filho: "A cana, e os pães de açúcar, puxam agora pelo engenho, em que a Rainha das frutas morre de parto como a formosa Raquel; na moenda tem as dores, nas caldeiras pare o açúcar, a que bem pode chamar filho da dor".[277] Na literatura bíblica, Jacó casou-se com Raquel, mas sendo uma mulher estéril, Raquel só foi capaz de gerar seus filhos após a intervenção divina.[278] Passados alguns anos e gestações concluídas, Raquel enfrentou grandes dificuldades em seu parto e acabou falecendo após o nascimento de seu filho Benjamin, cujo nome significa "filho da minha dor".[279] Na monarquia das frutas, a cana brasílica era como Raquel e ao ser triturada nas moendas e cozida nas caldeiras, encontrava a sua morte ao parir o açúcar (Benjamin), nascido das dores de sua mãe. Falecida a rainha, o letrado passa ao sermão do engenho, a fim de que se celebrem "as exéquias da senhora Rainha D. Cana, que Deus guarde, para morrer como Raquel, e renascer como fênix".[280]

Para os letrados católicos, a cana-de-açúcar não foi vista, apenas, como mais uma das espécies aclimatadas nos trópicos. Pela sua rápida expansão em solo tropical e os grandes lucros proporcionados ao Reino português, a gramínea esteve presente em diferentes narrativas dedicadas a relembrar a história de algumas capitanias brasílicas, como São Vicente e Bahia. Contudo, para além do seu valor econômico, a cana-de-açúcar foi compreendida como uma dádiva divina, um presente de Deus para os homens que viviam nesta terra e dela retiravam o seu sustento. Religiosos como o Pe. Antonil e Fr. Rosário pautaram-se na literatura bíblica para construir diferentes metáforas que evidenciavam a importância da cana-de-açúcar. Enquanto Antonil retrata o martírio de uma planta humilde e que oferece sua vida para adoçar o paladar daqueles que lhe causaram tanto sofrimento, Rosário ressalta a doçura da rainha cana como sendo a mesma doçura que os católicos encontravam na contração e comunhão com Deus. Assim como Antonil, Rosário também identifica o engenho com o local de morte da rainha das frutas, de uma rainha que não poupa esforços para gerar o seu filho, o açúcar, responsável por tornar a América Portuguesa uma nova Índia de Portugal.

---

[277] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario**. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, p. 71-72

[278] Gênesis 30, 22-23. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 19

[279] Gênesis 35, 18-19. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 23

[280] ROSÁRIO, Fr. Antonio do. Op. Cit., p. 72

2.5 Dos cuidados com as plantas

A flora brasílica, diziam os religiosos, era grande, diversa e impossível de ser documentada na sua plenitude. Ainda que grande parte das espécies fossem "virtuosas", servindo para o sustento do corpo e manutenção da saúde, algumas criaturas misteriosas cresciam nesse território. Desde meados do século XVI, leigos e religiosos avistaram plantas misteriosas e relataram suas preocupações com espécies dotadas de qualidades ocultas e que podiam contribuir com os desvios morais dos moradores dos trópicos.

Das plantas encontradas, houve aquelas que despertaram uma maior curiosidade dos portugueses por conter algum tipo de mistério que, diferentemente do maracujá, não podia ser decifrado a partir a narrativa bíblica, como a erva-viva, uma planta pequena, que suscitou reflexões por séculos. Na carta escrita pelo Ir. José de Anchieta e endereçada ao Padre Geral da Companhia de Jesus, em finais de maio de 1560, o inaciano comenta sobre a existência de uma erva que se encontra "espalhada por toda a parte e que muitas vezes vimos e tocamos, a que chamamos viva, porque parece ter tal ou qual sentimento".[281] O nome anunciado pelo jesuíta, "erva viva", era uma referência ao comportamento da planta, que parecia ter vida própria, como explica Anchieta: "pois, se a tocares de leve com a mão ou com qualquer outra coisa, imediatamente as suas folhas, fechando-se sobre si mesmas, se ajuntam e como que se grudam; depois, daí a pouco tornam a abrir-se".[282] O modo com que a planta se comportava, abrindo e fechando suas pequenas folhas era uma questão a ser compreendida. Anchieta, um dos primeiros homens a comentar sobre a planta, não lhe atribuiu nenhum tipo de uso ou virtude, dedicando-se apenas a relatar o seu comportamento singular. Ainda no século XVI, outros homens avistaram a erva-viva e refletiram sobre as possíveis origens dos estranhos movimentos de suas folhas.

Para Pero de Magalhães Gandavo, as atividades da planta indicavam a existência de algum tipo de sensibilidade que não havia sido observada em nenhuma outra criatura dessa América Portuguesa. Ao comentar, em sua *Historia da Provincia de Santa Cruz*, que não era possível apresentar todas as plantas e ervas que "não dão fruto, nem se sabe para que prestam", Gandavo aponta que escreverá somente "de uma mui notável, cuja qualidade sabida creio que em toda parte causará grande espanto".[283] A espécie era denominada "erva viva" e se

[281] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 126

[282] Ibid., p. 126

[283] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 19

assemelhava ao silvam macho, um tipo de mato que cobria os bosques, florestas e campos da Antiguidade.[284] De acordo com o letrado, a planta agia do seguinte modo:

> Quando alguém lhe toca com as mãos, ou com qualquer outra coisa que seja, naquele momento se encolhe e murcha de maneira, que parece criatura sensitiva que anoja e recebe escândalo com aquele tocamento. E depois que assossega, como coisa já esquecida deste agravo, torna logo pouco a pouco a estender-se, até ficar outra vez tão robusta e verde como antes.[285]

A sensibilidade descrita por Gandavo compreendia a reação da erva-viva aos movimentos externos: quando tocada por mãos humanas, a planta se encolhia e, pouco tempo depois, alongava suas folhas e retornava ao seu formato natural. Quando Gandavo redige sua obra, na década de 1570, pouco se conhecia sobre a condição dos "vegetais sensíveis". Nesse início do período moderno, as principais impressões sobre os comportamentos das plantas e animais eram aquelas delineadas por Aristóteles e Teofrasto no século IV a.C.[286] Na visão desses letrados, as plantas eram dotadas de uma alma vegetativa e não-sensível, enquanto os animais dispunham de uma alma sensitiva. Desse modo, apenas os animais eram capazes de responder aos estímulos externos e pela ausência desse tipo de manifestação, os vegetais eram compreendidos como seres passivos, que realizavam apenas duas atividades: a nutrição e a reprodução.[287]

Ao deparar com uma planta que parecia reagir ao toque humano, Gandavo não apenas se surpreende com a criatura, descrevendo-a como "mui notável" e ressalta que ela devia ter "alguma virtude muito grande a nós encoberta".[288] Enquanto católico, o letrado partilhava da narrativa bíblica de que toda a criação divina era boa e útil.[289] Assim, Gandavo finaliza seu capítulo afirmando que "todas as ervas que Deus criou, tem cada uma particular virtude" e quis

---

[284] SILVAM. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 646

[285] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 19

[286] ARISTÓTELES. **De Anima**. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006; THEOPHRASTUS. **Enquiry into plants and minor works on odours and weather signs**. Translation by Arthur Hort. In Two Volumes. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1916.

[287] WEBSTER, Charles. The Recognition of Plant Sensivity by English Botanists in the Seventeeth Century. **Isis**, Chicago, v. 57, n.1, 1966, p. 6

[288] GANDAVO, Pero de Magalhães de. Op. Cit., p. 19

[289] Genesis 1, 1-31. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 1

a natureza do Brasil assinalar as suas virtudes "dando-lhe um tão estranho ser, e diferente de todas as outras".[290]

Quando o Pe. Francisco Soares teceu seus comentários sobre a erva-viva, em finais do século XVI, ele também destacou a particularidade de seus movimentos. Em sua obra *Coisas Notáveis do Brasil*, o jesuíta descreve a ação da planta com os seguintes dizeres: "em lhe tocando logo se encolhe e daí um pouco logo torna e quantas vezes lhe fizerem isto tantas faz".[291] Sobre as dimensões da pequena erva, esta era "miúda", menor do que as conhecidas "silvas" e que no Brasil, já se havia observado "três castas", isto é, três variações da erva-viva. Em suas breves considerações, Soares também aponta que a erva "serve para bálsamo", possivelmente quando suas folhas eram amassadas, mas que ainda "não se sabe até agora a virtude delas".[292] Assim como Gandavo, Francisco Soares reconhecia que todas as plantas criadas por Deus eram virtuosas e, por esse motivo, o padre não apresenta a erva-viva como um vegetal desprovido de virtudes, tais virtudes, no entanto, seguiam desconhecidas dos homens do Quinhentos.

No início do século XVII, Fr. Vicente do Salvador também apresentou suas impressões sobre a sensibilidade observada nas folhas da erva-viva. Na visão do franciscano, a planta era dotada de "qualidades ocultas" e podia ser chamada "sensitiva", pois "se o não contradissera a Filosofia, a qual ensina o sensitivo ser diferença genérica, que distingue o animal da planta, e assim define o animal, que é corpo vivente sensitivo".[293] Como Gandavo, Fr. Vicente do Salvador conhecia a literatura antiga e os escritos que versaram sobre a composição dos seres vivos. Aristóteles foi um dos homens que se dedicou a essa questão, especialmente em sua obra *Peri Psykhês*, escrita ao final da sua vida e que contempla algumas de suas reflexões sobre a "psykhê", aspecto que diferencia os seres animados dos inanimados.[294] Ao longo dos três livros que compõem esse tratado, Aristóteles relata que a distinção entre os seres animados e os inanimados, é que o viver se manifesta por meio de algumas atribuições, como a nutrição, a percepção, a locomoção e a intelecção. Para o filósofo, as espécies vegetais são compreendidas como seres vivos, pois se movimentam em sentido de crescimento e decaimento e possuem

---

[290] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 19

[291] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 151

[292] Ibid., p. 151

[293] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 16

[294] O termo "psykhê" pode ser traduzido como "alma". Cf. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. **De Anima**. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 20

uma potência, a nutrição.[295] Enquanto nos seres animais a potência nutritiva se associava à perceptiva, manifestando-se por meio do tato, nas plantas estas potências eram distintas e a perceptiva, inexistente.

Como o tratado *Peri Psykhês* foi muito consumido durante o período moderno,[296] é possível que Fr. Vicente tenha lembrado de algumas considerações de Aristóteles ao se deparar com a erva-viva brasílica. Após identificar a planta como uma criatura "sensitiva", o franciscano também descreve o movimento das suas folhas e relata que quando a erva era tocada com as mãos ou algum objeto, ela "se encolhe logo, e se murcha, como se sentira o toque, e depois que a largam, como já esquecida do agravo, que lhe fizeram, se torna a estender, e abrir as folhas".[297] Na tentativa de encontrar as origens dos movimentos realizados pela erva-viva, o frade aponta que esses deviam ser decorrentes de "alguma qualidade oculta", semelhante "à da pedra de cevar[298] para atrair o ferro".[299] Fr. Vicente do Salvador, assim como seus antecessores, não negligenciou a existência dessa erva desenhada por Deus. Porém, como não havia identificado nenhuma virtude na espécie, apenas a reação de suas folhas, o letrado não recomendou que a planta fosse adotada como alimento ou medicamento, como fez quando apresentou as demais ervas e árvores brasílicas.

Outra erva que suscitou reflexões e se tornou alvo de preocupações dos letrados católicos foi a "erva santa", termo utilizado por diferentes homens para se referir ao tabaco. Uma das primeiras menções à planta foi redigida pelo Pe. Manuel da Nóbrega, em carta enviada ao Pe. Simão Rodrigues, que residia em Lisboa.[300] Escrevendo em Porto Seguro, no ano de 1550, o Provincial do Brasil comenta que essa terra era muito salubre, "a melhor que se pode encontrar" e que suas afirmações eram pautadas no fato de que, até aquele momento, nenhum de seus conhecidos havia falecido de febre ou de outras doenças conhecidas dos europeus.[301]

---

[295] ARISTÓTELES. **De Anima**. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 74-77

[296] Esta obra escrita por Aristóteles não esteve restrita aos círculos filosóficos. Entre os séculos XIV e XVII, o tratado "De Anima" foi lido pelos alunos dos cursos de medicina e de artes, um indício da sua popularidade entre os letrados modernos. Cf. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. Op. Cit., p. 16

[297] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 16

[298] A pedra de cevar, também conhecida como pedra íman, era um minério encontrado em minas de cobre e de ferro e que contava com um campo magnético natural e por isso, se unia aos objetos de ferro. Cf. ÍMAN. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...:** autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 56

[299] SALVADOR, Fr. Vicente do. Op. Cit., p. 16

[300] HOEHNE, Frederico Carlos. **Botânica e agricultura no Brasil no século XVI**. Pesquisas e contribuições. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 92

[301] "Questa terra (come ho già scritto a V. R) è molto sana per habitare". Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 168

Segundo Nóbrega, aquela região era "quente e úmida" e abundante de alimentos, dos quais "são geralmente difíceis de descartar", mas havia uma erva, que mesmo sendo ofertada por Deus, não era consumida pelos irmãos da Companhia de Jesus. Sobre essa planta, Nóbrega escreve:

> Deus providenciou uma erva, cuja fumaça é muito benéfica para a digestão e outras dores corporais e para purificar o catarro do estômago. Nenhum dos nossos irmãos a usa, como também não o fazem outros cristãos, para não nos conformar com os infiéis que tanto o estimam. Eu precisaria dela para minha umidade e catarro, mas me abstenho de querer: *quod mihi utile est sed quod multis ut salvi fiant*.[302]

De acordo com o religioso, a erva concedida por Deus era dotada de virtudes terapêuticas, servindo para confortar o estômago e os pulmões, mas, naqueles meados do século XVI, seu consumo era frequente apenas entre aqueles considerados "infiéis", isto é, os indígenas. Esses homens ingeriam a erva de diferentes maneiras: bebiam o sumo extraído das folhas amassadas, cheiravam o pó obtido a partir das folhas secas e inalavam a fumaça que surgia com a queima de suas folhas. Esse último processo era o mais comum e a fumaça era aspirada de diferentes modos, pela respiração da erva queimada ou com o uso de artefatos que auxiliavam à aspiração direta do vapor pelas narinas. Conforme eram inaladas, as folhas queimadas de tabaco proporcionavam uma sensação de embriaguez gerada pela fumaça, um processo ainda desconhecido pelos religiosos.[303] Ainda que a planta fosse valiosa para tratar de algumas enfermidades sofridas por Nóbrega, como a umidade e o catarro presente em seus pulmões, havia uma preocupação moral do inaciano em não reproduzir o hábito indígena, pois ao se embriagar como os infiéis, estaria oferecendo um mau exemplo aos missionários e seus assistidos.

Pouco tempo depois, outro religioso, o Pe. Fernão Cardim, apresentou maiores detalhes sobre a relação que os nativos do Brasil mantinham com aquela erva. Em *Do Clima e Terra do Brasil*, o jesuíta se refere à planta como "erva santa" e ressalta seus usos medicinais para curar

---

[302] "[...] ma Dio ha provisto d'un'herba, il fum dela quale molto giova ala digestione et ad Altri dolori corporalli et a purgar ela flegma del stomaco. Non è già alcuno di nostri Fratelli che la usi, come anche non fanno Altri christiani, per non ci conformare con li infideli li quali molto la stimano. Io ne haverei bisogno per la humidità et catarro mio, ma me ne astengo volendo non *quod mihi utile est sed quod multis ut salvi fiant*". De acordo com o Pe. Serafim Leite, um dos responsáveis por compilar e traduzir as cartas redigidas pelos padres e irmãos da Companhia de Jesus, a expressão escrita em latim pelo jesuíta era uma referência a uma das passagens da Primeira Epístola de São Paulo aos Corintios, que consistia no seguinte versículo: "como também eu em tudo procuro agradar a todos, não buscando o que me é de proveito, senão o de muitos: para que sejam salvos". Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 169; 1 Corinthios X, 33. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 684.

[303] CARNEIRO, Henrique. As plantas sagradas na história da América. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 20, n. 32, jul. 2004, p. 106

diferentes enfermidades, "como feridas, catarros, e principalmente serve para doentes da cabeça, estômago e asmáticos".[304] Sobre os modos de manipulá-la, Cardim relata que os moradores dessa terra pegavam um punhado de folhas secas da erva santa em suas mãos, ateavam fogo por cima de uma parte e colocavam a "outra na boca, e bebem o fumo", sugando toda a fumaça que exalava da erva em chamas.[305] Segundo Cardim, a erva santa era considerada como uma das "delícias, e mimos desta terra" e tanto os nativos do Brasil, quanto os portugueses eram "perdidos por ela, e tem por grande vício estar todo o dia e noite deitados nas redes a beber fumo, e assim se embebedam dele, como se fora vinho".[306] A planta servia para combater diferentes dores, mas, ao que tudo indica, era mais apreciada para fins recreativos, sendo comum encontrar homens que passavam seus dias deitados, apenas fumando a erva. Com o grande volume de fumaça ingerido, indígenas e portugueses alcançavam um estágio de embriaguez semelhante ao ocasionado pelo consumo excessivo do vinho. Assim, ainda que a planta fosse denominada como "santa" e suas virtudes medicinais parecessem comprovadas, Cardim, de modo semelhante a Nóbrega, poupava-se de consumi-la e denunciava o seu uso excessivo.

A dualidade observada na ingestão da erva santa, virtuosa para os doentes e um vício para os destemperados, também foi observada pelo Pe. André João Antonil. Quando o jesuíta escreve seu tratado, no início do Setecentos, o tabaco já não era mais uma novidade, figurava entre os cultivos "mais afamados em todas as quatro partes do Mundo"[307] e era uma das espécies que mais contribuía para a opulência do Brasil daquele tempo.[308] No livro dedicado ao tabaco, Antonil escreve sobre a semeadura, o plantio e a limpeza necessários para o bom crescimento da planta, bem como os cuidados a se tomar com seus maiores "inimigos": as lagartas, formigas, pulgões e grilos. Ao versar sobre os usos da planta, o jesuíta escreve que o termo "erva santa" não foi pensado pelas virtudes terapêuticas da erva, mas adotado por homens "demasiadamente

---

[304] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 75-76

[305] Ibid., p. 76

[306] Ibid., p. 76

[307] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, e beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros gêneros, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p. 106

[308] Sobre o papel da lavoura de fumo na economia colonial, especialmente no século XVII, ver: AB'SABER, Aziz N [et al]. A época colonial, v. 2: administração, economia, sociedade. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo 1, v. 2. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 236-239; CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 145-151

afeiçoados ao tabaco".[309] O apreço pela erva era tão grande, que esses homens parecem "não pode[r] viver sem este quinto elemento[310]; cachimbando a qualquer hora em casa, e nos caminhos; mascando as suas folhas, usando de torcidas, e enchendo os narizes deste pó".[311] Segundo Antonil, o consumo do tabaco não era um hábito apenas entre leigos, escravos ou homens que atuavam no mar, mas também entre os nobres, ociosos e até os clérigos, eclesiásticos e religiosos. Para o padre, o gosto que esses indivíduos mantinham pelo tabaco era "excessivo, e mal habituado" e por esse motivo, declara que, mesmo conhecendo seus usos medicinais, não era um adepto da planta:

> Eu, que de nenhum modo uso dele, ouvi dizer, que o sumo do cachimbo, bebido pela manhã em jejum moderadamente, desseca as umidades do estômago; ajuda para a digestão, e não menos para a evacuação ordinária; alivia ao peito, que padece de fluxão asmática, e diminui a dor insuportável dos dentes.[312]

A erva santa ou tabaco era uma planta valiosa para a digestão, para evacuar os humores concentrados no pulmão e para curar as dores de dente. No entanto, as formas de obter as virtudes terapêuticas da planta variavam conforme o seu modo de consumo e a frequência com que era ingerida. O tabaco mascado, por exemplo, só era sadio se ingerido em pequenas quantidades e principalmente, no período da manhã. Se mascado em excesso, seus benefícios diminuíam e a planta proporcionava um "grave ao bafo", escurecia os dentes e deixava os beiços "imundos".[313] O hábito de aspirar o tabaco também não era de todo prejudicial, especialmente quando adotado para purgar as dores de cabeça. Porém, quando praticado apenas para "divertir o estilicídio", o tabaco caía sobre as gengivas e causava grandes dores de dentes. Na visão de Antonil, a aspiração do tabaco era recomendada apenas para aqueles que soubessem evitar a "indecência", isto é, que usassem a planta para remediar suas dores e que não saíssem de suas casas com o tabaco para fora dos narizes ou com a barba suja, pois isto "causa nojo a quem com

---

[309] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, e beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros gêneros, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p. 118

[310] De acordo com a filosofia antiga, quatro elementos eram responsáveis pela formação de todos os corpos naturais: água, fogo, terra e ar. Em sua obra, Antonil afirma que alguns homens eram tão viciados em fumar e aspirar o tabaco, que a planta ocupava uma posição semelhante à desses elementos essenciais. Cf. ELEMENTOS. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 363

[311] ANTONIL, André João. Op. Cit., p. 118

[312] Ibid., p. 118

[313] Ibid., p. 119

eles conversa".[314] Por fim, o tabaco em pó, o mais usado entre os brasílicos, era o "menos sadio" para o corpo, pois ao ser consumido em demasia, a erva "passa de mezinha a ser vício", já que os excessos impediam os bons efeitos causados pela planta e que poderiam ser obtidos, apenas "se o uso fosse mais moderado", como alerta Antonil.[315]

O consumo desmedido do tabaco por leigos e religiosos foi visto com maus olhos pelos jesuítas que viveram no Brasil e, após algumas décadas, também foi repreendido pela Igreja.[316] Antonil escreve que, no início do século XVII, os Papas Urbano VIII (1568-1644) e Inocêncio X (1574-1655) condenaram o consumo do tabaco no interior e nas proximidades das igrejas, "pela grande indecência, que repararam, e julgaram ter este intolerável abuso, digno de se notar, e estranhar nos Seculares, e mais nos Eclesiásticos".[317] A condenação ao consumo excessivo do tabaco recaiu sobre todos os homens e principalmente, sobre os religiosos que, segundo Antonil, "devem dar exemplo a todos (e maiormente nos lugares sagrados)".

Antonil, Cardim, Nóbrega e outros letrados que se dedicaram a escrever sobre o tabaco, não deixaram de relatar os benefícios que a planta poderia proporcionar ao corpo.[318] Criada por Deus, a "erva santa" era dotada de muitas virtudes, servindo para reparar dores de estômago, de cabeça e dos dentes. As críticas e condenações desses católicos não recaia sobre a planta em si, mas sobre o descomedimento de muitos homens ao mascarem, aspirarem e fumarem a erva. A preocupação dos católicos era com o vício do fumo, a embriaguez proporcionada pela fumaça e consequentemente, com a perda do controle de si.[319]

A preocupação dos religiosos com o desvio moral dos moradores dos trópicos era recorrente e, por esse motivo, outras espécies deviam ser consumidas com moderação ou até

---

[314] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, e beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros gêneros, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p. 119

[315] Ibid., p. 119

[316] As primeiras intervenções da Igreja Católica para impedir o consumo do tabaco foram editadas um século após as notícias sobre o uso da erva circularem na Europa. Ao longo do Seiscentos, o tabaco passou a ser proibido em diferentes lugares, como na Inglaterra e na China. Cf. CARNEIRO, Henrique. **Filtros, mezinhas e triacas**. As drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã, 1994, p. 141-142

[317] Em 30 de janeiro de 1642, o Papa Urbano VIII emitiu um breve em que proibia, com pena de excomunhão, o consumo do tabaco na igreja de São Pedro, situada em Roma. A proibição não era apenas no interior da igreja, mas também à prática de fumar no adro, que remetia à entrada e no alpendro do templo. Poucos anos depois, o Papa Inocêncio X emitiu um novo breve, datado de 8 de janeiro de 1650, condenando com a pena da excomunhão aqueles que fumassem nas igrejas de todo o Arcebispado. Cf. ANTONIL, André João. Op. Cit., p. 119

[318] Diferentes letrados fizeram menções ao tabaco ou "erva santa" em seus escritos. Desses documentos, cabe ressaltar o manuscrito "Vertude da Erva Sancta que eh o tabaco", redigido pelo Pe. Leonel de Sousa em finais do século XVI e que versou exclusivamente sobre o uso medicinal da planta. Cf. VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. As virtudes medicinais do tabaco, 'a erva santa', descritas por um missionário europeu no Oriente (c. século XVI). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 15, n.1, p.1-24, 2020.

[319] FERNANDES, João Azevedo. Sobriedade e embriaguez: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos tupinambás. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, 2007, p. 106

mesmo evitadas. A comenda era uma dessas criaturas. Apresentada por Fr. Cristóvão de Lisboa em sua *História dos animais e das árvores do Maranhão*, o termo "comenda" significava feijão, e a planta era encontrada em formas distintas: feijões brancos, pretos, vermelhos e pardos.[320] As suas flores também eram coloridas, de cores azul e amarela e, segundo o franciscano, "tem grande virtude".[321] O religioso não apresentou maiores detalhes sobre o sabor e as virtudes desse feijão nativo do Brasil.[322] As poucas informações, sobretudo quando comparadas às descrições de outras espécies, podem ser explicadas pela distância que o religioso parecia manter em relação à planta. Sobre os usos da comenda, Fr. Cristóvão relata: "as feiticeiras na nossa terra fazem muitas feitiçarias deles; e por isso El-Rei tem defendido de levar nenhuns sob pena de serem enforcados, e onde os acham são queimados".[323] Como seu objetivo era escrever apenas sobre os animais e as árvores do Maranhão e Grão-Pará, o franciscano não se preocupou em descrever as "feitiçarias" realizadas com a comenda.

Essa reflexão moral envolvendo o comportamento humano e o uso das plantas prevaleceu ao longo dos séculos. No início do século XVIII, Sebastião da Rocha Pitta também teceu alguns comentários sobre os estranhos vegetais que brotavam desse solo. Um deles era a erva "sensível", termo adotado para se referir à espécie que, em tempos anteriores, havia sido chamada de erva-viva. De acordo com o letrado, essa erva "parece ter não só a natureza vegetativa das plantas, mas também a sensitiva dos animais; porque no próprio instante em que a tocam, murcha todas as suas folhas, e não as torna a abrir, até que se não ausenta a pessoa".[324] Assim como os letrados que o antecederam, Rocha Pitta também notou que a sensibilidade de suas folhas aproximava essa erva das plantas, seres vegetativos, e dos animais, seres sensíveis. Além da sua notável sensibilidade, Rocha Pitta afirma que as folhas da erva eram benéficas e maléficas ao homem, pois "tem em si mesma (como a víbora) a peçonha, e a triaga, na folha o veneno, e o antídoto na raiz".[325] O acadêmico, assim como seus contemporâneos, não atribuiu nenhum tipo de virtude à erva sensível. Ao observar as suas particularidades, Rocha Pitta a

---

[320] LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 102

[321] Ibid., p. 103

[322] LINHARES, Jairo Fernando Pereira; RODRIGUES, Maria Ivanilde de Araujo; FREITAS, Patricia França de; PINHEIRO, Claudio Urbano Bittencourt. Etnobotânica histórica das plantas do Maranhão no século XVII baseada na obra de Cristóvão de Lisboa. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 8, n. 3, 2018, p. 17

[323] LISBOA, Frei Cristóvão de. Op. Cit., p. 103

[324] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 28

[325] Ibid., p. 28

assimilou às cobras venenosas, pois, assim como as criaturas peçonhentas, a erva-viva trazia consigo um veneno e um contraveneno.[326]

Uma outra erva mencionada pelo letrado foi a erva do rato, que, diferentemente da erva sensível, não ganhou o título de "notável", pois era comumente utilizada "para matar".[327] A espécie, cabe ressaltar, era uma planta venenosa,[328] o que explica o uso que Rocha Pitta lhe atribuiu em sua *História da America Portugueza*. Ao lado da erva do rato, o letrado apresentou a erva tanharon e lhe destinou uma breve descrição. O acadêmico informa apenas que a tanharon era utilizada "para atrair", possivelmente, manipulada por aqueles que desejassem atrair homens ou mulheres para próximos de si. É provável que a tanharon fosse uma erva perigosa aos homens e, por isso, Rocha Pitta tenha optado por anunciar poucas informações sobre a espécie. Logo em seguida, o autor relata que, além da erva do rato e da tanharon, há no Brasil "outras plantas libidinosas, que provocam a lascívia", mas sobre essas, afirma ser "mais conveniente ocultar a notícia, e calar os nomes".[329]

De acordo com a literatura bíblica, Deus criou as plantas para servirem aos homens e, principalmente, para garantir o seu sustento no Éden. Desenhadas pelas mãos de Deus, todas as espécies vegetais eram dotadas de algum tipo de virtude. No caso das ervas que despertaram uma maior preocupação dos letrados católicos, as espécies não eram, em si, dotadas de vícios.

---

[326] Como apontado na introdução desse estudo, atemo-nos aos escritos redigidos por letrados católicos em língua portuguesa. Contudo, ainda que muitos homens tenham apresentado suas considerações sobre a erva-viva, apenas Sebastião da Rocha Pitta comentou sobre o veneno contido na planta. Cabe ressaltar que outro letrado, o neerlandês Wilhelm Piso (1611-1678) menciona o veneno existente uma das variações da erva-viva. Em sua obra, *Historia Naturalis Brasiliae*, publicada em latim no ano de 1648, o médico versa sobre a "caaeó", erva chamada pelos lusitanos de "erva mimosa", "erva casta" ou "erva viva". Ao observar que a erva murcha ao pôr do sol e renasce no dia seguinte, com o nascer do sol, Piso refuta a ideia de que a planta continha algum tipo de "movimento espontâneo e sensibilidade". Sobre o veneno e o contraveneno contidos na espécie, ele escreve: "Os brasileiros, se desejam matar alguém, dão-lhe misturado na comida um pouco desta erva seca, reduzida a pó, e tiram-lhe a vida. É de admirar que nenhum remédio ou antídoto para este mal foi até agora encontrado pelos médicos, que deva ser preferido à própria raiz desta planta. Dada em boa quantidade, rebate a força do veneno, como largamente provamos no tratado dos venenos". Sebastião da Rocha Pitta não apresenta nenhuma menção a Wilhelm Piso em sua obra *Historia da America Portugueza*, impressa quase um século após a edição de *Historia Naturalis*. Contudo, isto não impede que o acadêmico conhecesse a obra de origem neerlandesa e dela tenha extraído algumas considerações sobre as espécies vegetais, como a distinta erva-viva. Cf. PISO, Guilherme. **História natural e médica da Índia ocidental**. Em cinco livros. Traduzida e anotada por Mário Lôbo Leal. Revista por Felisberto Carneiro e Eduardo Rodrigues. Escôrço biobibliográfico de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957, p. 426-429

[327] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 28

[328] De acordo com o *Diccionario de Medicina Popular*, editada em finais do século XIX, o termo "erva do rato" era designado às plantas que pertenciam ao gênero *Palicurea*. Encontradas em diferentes lugares do Brasil, essas ervas eram venenosas e o seu título era decorrente do constante uso da planta para matar roedores. Cf. HERVA DO RATO. *In*: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleao. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis**. 6. ed. Paris: A Roger & F Chernoviz, 1890, p. 148

[329] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. Op. Cit., p. 28

O temor desses homens recaía sobre as criaturas misteriosas, como a erva-viva e aquelas que eram utilizadas de forma corrupta pelos moradores dos trópicos, como ocorria com o tabaco e com a erva do rato. Tal receio, vale ressaltar, era muito pequeno quando comparado à admiração e ao encantamento de portugueses e brasílicos em relação à flora da América Portuguesa.

Todas as ervas, árvores, frutas, gramíneas e raízes que brotavam nesse solo eram, na visão desses letrados católicos, um grande indício das bençãos de Deus sobre a terra, como ressalta Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, ao dizer que a terra do Brasil era "deliciosa pelo salutífero de seus ares, pela frescura de suas viraçõe, pelo benigno de seu clima, e pelo fértil de seu terreno".[330] A fertilidade do solo era, na visão do letrado, decorrente da ação divina, dos "influxos dos Astros propícios, e a vigores da natureza provida" e que "dá tudo o que conduz, não só para a sustentação precisa da vida humana, também para o melhor regalo com menos fadiga, e trabalho de seus naturais".[331]

Em cartas, crônicas e tratados, homens leigos e religiosos partilharam de um mesmo olhar sobre a flora, dedicando-se a identificar e classificar os usos, as virtudes e as particularidades das ervas, flores e árvores do Brasil. Não faltaram analogias entre as espécies brasílicas e as plantas europeias. Estas comparações foram fundamentais para que os residentes do Velho Mundo, possíveis leitores desses escritos, pudessem compreender o que eram aquelas espécies tão peculiares, como o caju e o ananás. As analogias também contemplaram diferentes personagens e passagens bíblicas, que foram retomadas para explicar as origens de algumas plantas, como a mandioca, e os elementos místicos identificados em outras, como a banana e o maracujá. Já as frutas e a cana-de-açúcar, recorrentes no cotidiano daqueles que viviam nesta parte do Novo Mundo, elas ganharam contornos distintos, foram alegorizadas, conquistaram virtudes morais e, ao serem anunciadas em parábolas e tratados, serviram para que leigos e religiosos refletissem sobre seus comportamentos e sobre o lugar que ocupavam na hierarquia social da América Portuguesa.

Cabe ressaltar que essa vegetação abundante, de flores coloridas e frutos saborosos, não foi a única benção concedida por Deus aos moradores dos trópicos. Tal como no Éden, o paraíso terreal, onde se situavam as terras do Brasil, contou com diferentes animais que caminhavam sobre o solo, cruzavam o céu e se deslocavam pelas águas. De modo semelhante às plantas, os animais dos trópicos contavam com formas, cores e tamanhos distintos, além de serem valiosos

---

[330] JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Serafico Brasilico,** ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 4

[331] Ibid., p. 4

para os homens que ali residiam. Debruçar-nos-emos a seguir sobre os animais que viviam nas águas do Brasil, isto é, as tartarugas, os peixes e mesmo os monstros que habitaram os rios e o litoral deste vasto território ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Capítulo 3. Entre o céu e as águas, as aves e os peixes

Nesta terra de clima ameno, ares salubres e águas límpidas e abundantes, como muitos descreveram o Brasil do Quinhentos, Seiscentos e Setecentos, não causava espanto a diversidade de criaturas que aí viviam. Se, em um primeiro momento, as matas verdes e a primavera perene dos trópicos despertaram a curiosidade e o encantamento de leigos e religiosos portugueses, não levou muito tempo até que esses indivíduos reconhecessem a abundância das criaturas que voavam, nadavam e caminhavam sobre essa parte da América.

A recorrência de muitos e diversos animais eram, na visão dos letrados católicos, duas das quatro características que possibilitava a assimilação entre o Brasil e o Paraíso Terreal. Para o Pe. Rui Pereira (1533-1589)[1], os muitos seres vivos tornavam essa terra tão, ou mais atrativa, do que o Reino português. Na carta escrita em setembro de 1560 e endereçada aos padres e irmãos da Companhia de Jesus que residiam em Portugal, o jesuíta comenta já possuir "um pouco de conhecimento da terra"[2] e, por isso, relata aos seus confrades o desejo de que "percam a má opinião que até aqui do Brasil tinham" e justifica o seu ensejo, dizendo: "lhes falo a verdade que, se houvesse paraíso na terra, eu diria que agora o havia no Brasil".[3] Na visão de Pereira, seus sentimentos em relação aos trópicos eram construídos a partir de dois elementos, o "espiritual e serviço de Deus", que consistia no andamento da missão evangelizadora naquela primeira década, e o "corporal", que compreendia o mundo natural. Como o elemento espiritual já era, muito provavelmente, conhecido dos padres jesuítas, Rui Pereira dedicou-se a descrever, brevemente, as condições corporais:

> Porque melancolia não há tem cá senão quem a quiser cavar e descobrir de mais alto que foi o poço de São Roque: saúde não há mais no mundo; ares frescos, terra alegre, não se viu outra; os mantimentos eu os tenho por melhores, ao menos para mim, que os de lá, de verdade que nenhuma lembrança tenho deles para os desejar. Se tem em Portugal galinhas, cá há muitas e muito baratas. Se tem carneiros, cá há tantos animais que caçam nos matos, e de tão boa carne que me rio muito de Portugal nessa parte. Se tem vinho, há tantas águas que a olhos vistos me acho melhor com elas que com os vinhos de lá. Se tem pão, cá o tive eu por vezes e fresco, e comia antes do mantimento da terra que dele; e está claro ser mais sã a farinha da terra que o

[1] Rui Pereira era natural da Vila Real de Trás-os-Montes, situada em Portugal e ingressou na Companhia de Jesus em 1550. Após nove anos de atuação jesuítica, o religioso foi enviado à missão evangelizadora no Brasil, onde prevaleceu até o início da década de 1560. Pouco tempo depois, nesta mesma década, o religioso se desvinculou da Ordem. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IX (Escritores: de N a Z – Suplemento Biobibliográfico – II). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p.43

[2] PEREIRA, Rui. Do P. Rui Pereira aos padres e irmãos e Portugal. [Baía] 15 de setembro de 1560. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958, p. 287

[3] Ibid., p.296

> pão de lá. Pois as frutas, como quem quiser as de lá, das quais cá temos muitas, que eu com as de cá me quero.[4]

Com o intuito de mostrar aos seus confrades quais as benesses avistadas nos trópicos, o missionário jesuíta reuniu os quatro elementos que, ao longo de três séculos, foram apresentados como os indícios de que as terras do Brasil se equiparavam ao Paraíso Terreal: a recorrência de um clima ameno e ares salubres, que impediam a melancolia; a vegetação perene, com frutas e mantimentos da terra; os animais do ar e da água; e os animais da terra, como eram as galinhas e caças. Perante essas muitas benesses legadas por Deus aos trópicos, o Pe. Rui Pereira relata que "não há mais que pedir" e conclui: "Finalmente, quanto ao de dentro e de fora, não se pode viver senão no Brasil quem quiser viver no paraíso terreal".[5]

Ao versar sobre os animais, Rui Pereira relata que nestes meados do século XVI, já era possível avistar criaturas conhecidas dos portugueses, como galinhas, que cresciam e se multiplicavam abundantemente. Rapidamente aclimatadas às novas terras, as galinhas foram gradualmente incorporadas no cotidiano dos moradores que por aqui viviam, tornando-se um animal muito próximo dos espaços domésticos. Ainda que Rui Pereira não tenha referenciado os animais de caça, estes também eram diversos e apreciados pelos portugueses, como as capivaras, pacas, antas e cutias que, assim como outras espécies, foram incorporadas aos preparos servidos às mesas coloniais.

Estes muitos animais, que foram anunciados em cartas, crônicas, tratados e sermões redigidos em língua portuguesa entre os séculos XVI, XVII e XVIII, são o principal objeto a ser analisado nos próximos capítulos do presente estudo. Nesses escritos, leigos e religiosos dedicaram-se a relatar as cores, sons, sabores, usos, aspectos morais e mistérios envolvendo os animais nativos e aclimatados que viviam no Brasil. No entanto, ao se depararem com estas muitas criaturas que, de acordo com a literatura católica, teriam sido criadas pelas mãos divinas, os letrados buscaram agrupá-las de acordo com o ambiente em que viviam. Desse modo, estes são constantemente referenciados como "animais das águas e dos ares" e "animais da terra". Assim, ao discorrermos sobre essas impressões acerca dos animais brasílicos, nos pautaremos na divisão proposta pelos católicos modernos. Neste capítulo, contemplaremos o primeiro conjunto de seres animais, aqueles que eram avistados nos ares e nas águas tropicais.

---

[4] PEREIRA, Rui. Do P. Rui Pereira aos padres e irmãos e Portugal. [Baía] 15 de setembro de 1560. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958, p. 296-297

[5] Ibid., p. 297

Se, sob um primeiro olhar, os peixes e as aves aparentam uma distinção acentuada, houve quem identificasse algumas semelhanças entre essas criaturas, como pontua o Pe. João Daniel. De acordo com o jesuíta, pareciam plausíveis as reflexões de que "há aves que se convertem em peixes, e peixes que se transmudam em aves"[6]; no capítulo que dedica à "caça altília do Rio Amazonas", o padre expõe suas reflexões sobre a relação existente entre esses animais:

> bem se infere terem entre si alguma afinidade entre peixes e aves, de que não é pequena congruência a multidão de diversas aves, que sempre vivem no mar, ondem comem, passeiam, voam, descansam, e dormem; de sorte que talvez nunca chegaram a ver terra, podendo com razão em todo o sentido chama-las pássaros do alto; além daqueles peixes a que os mareantes chamam voadores, por andarem em contínuos voos, de sorte que ao longe, e ainda ao perto, não parecem senão passarinhos a voar.[7]

A impossibilidade de os peixes viverem sobre o solo e o curto período em que as aves caminhavam sobre a terra, eram, na visão de João Daniel, as principais características que aproximavam estes seres vivos. As águas eram o espaço de encontro desses animais, visto que muitas aves recorriam às águas fluviais e oceânicas para encontrar suas principais fontes de alimento, os peixes. Ainda, de acordo com o jesuíta, as semelhanças entre peixes e aves tornavam-se mais evidentes quando se avistava uma criatura em especial, o peixe-voador. O animal era uma figura conhecida dos católicos desde o século XVI e, como seu nome indica, muitos viam nas suas dimensões físicas alguns traços pertinentes às aves e aos pescados. Pela recorrência de longas e largas nadadeiras, os peixes-voadores conseguiam propulsionar seu corpo para próximo da superfície da água,[8] movimento que religiosos como João Daniel e Fernão Cardim assemelhavam ao voo de aves.[9]

Ao analisarmos as narrativas redigidas por homens como o Pe. Rui Pereira, o Pe. Fernão Cardim e o Pe. João Daniel, buscaremos mapear aí as tentativas de identificar as espécies animais, nativas e aclimatadas, e os muitos usos que lhes foram atribuídos pelos colonos. Das aves, daremos atenção não apenas àquelas que eram levadas às mesas coloniais, mas também

---

[6] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 151

[7] Ibid., p. 151

[8] BEMVENUTI, Marlise de Azevedo; FISCHER, Luciano Gomes. Peixes: morfologia e adaptações. **Cadernos de Ecologia Aquática**, Carreiros, v. 5, n. 2, Ago./Dez. 2010, p. 45

[9] Fernão Cardim apresentou o peixe-voador em seu tratado *Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar*. Sobre o animal, o religioso destacou a existência de "asas como morcegos", de coloração prateada e que possibilitavam que estes peixes voassem em bandos, "como de estorninhos, ou pardais", voos que não eram muito altos, mas que garantiam a sua sobrevivência quando eram perseguidos por outros peixes. Cf. CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 86

às espécies apreciadas pela beleza, companhia e auxílio doméstico aos moradores do Brasil. No caso dos pescados, também contemplaremos os cuidados necessários ao manipular algumas espécies e as formas de aproveitá-las por completo, beneficiando-se das suas carnes e gordura.

Sob a pena dos indivíduos supracitados, observaremos como a carne de aves e pescados foi explorada, também, enquanto um sustento para a alma. Além disso, abordaremos como estes animais, que eram parte do cotidiano colonial, foram incorporados em sermões e escritos redigidos entre os séculos XVII e XVIII e como tornaram-se metáforas para os comportamentos almejados e execrados entre os católicos. Do mesmo modo, contemplaremos as dúvidas em relação à condição de "peixe" atribuída a determinados animais e as preocupações dos religiosos professos acerca das carnes recomendados pela Igreja para serem ingeridas nos tempos de penitência.

Por fim, cabe ressaltar que, concomitante às iniciativas de identificação e classificação das espécies, estes homens católicos não deixaram de registrar os mistérios e perigos que envolviam aves, peixes e até mesmo monstros marinhos que diziam viver no litoral brasílico. Assim, ao analisarmos as cartas, crônicas, tratados e sermões redigidos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, intentaremos explorar como a abundância de aves e pescados contribuiu para a formação das narrativas que sugeriam uma América Portuguesa análoga ao paraíso criado por Deus.

3.1 A "terra dos papagaios", dos tucanos e das galinhas

As menções às aves encontradas no Brasil datam dos primeiros registros produzidos em língua portuguesa sobre essa parte da América. Papagaios e pombas estiveram entre os animais mencionados por Pero Vaz de Caminha (1450-1500),[10] na sua conhecida *Carta*[11] redigida em 1º de maio de 1500 e endereçada ao monarca português D. Manuel I (1469-1521). Ao escrever sobre os poucos dias em que caminhou sobre a "Ilha de Vera Cruz", Caminha comenta sobre as penas vermelhas e pardas, "como de papagaio", que revestiam os sombreiros utilizados pelos

[10] Pero Vaz de Caminha era natural da cidade do Porto, tendo atuado como mestre da balança na Casa da Moeda. Cf. CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha. *In*: AMADO, Janaína. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasílica, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 121

[11] Redigida no século XV, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* foi impressa apenas em 1817, publicada como parte do livro *Corografia brasílica*, editado por Manuel Aires do Casal, na cidade do Rio de Janeiro. Apesar dos séculos que passaram até a impressão do texto, o manuscrito era conhecido dos portugueses. Segundo Janaina Amado, é provável que a carta tenha entrado no Arquivo da Torre do Tombo no século XVII, em meio aos documentos para lá transportados e tenha contado com uma cópia, produzida no interior no Arquivo, em 1773. Cf. CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha. *In*: AMADO, Janaína. Op. Cit., p. 118-119

nativos.[12] O papagaio, ave conhecida dos portugueses, foi uma das espécies animais que estiveram presentes na nau de Pedro Álvares Cabral (1467-1520).[13] Ainda segundo Caminha, os indígenas que adentraram à embarcação rapidamente reconheceram a ave colorida, tomaram-na em suas mãos e, em seguida, "acenaram para a terra, como que os havia aí".[14] O animal, como puderam perceber, era uma criatura comum ao Velho e ao Novo Mundo. Após essa primeira indicação da existência da ave, não demorou para que o letrado se deparasse com os papagaios criados no interior das casas indígenas.[15] Em carta ao Rei de Portugal, Caminha escreveu:

> Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, alguns papagaios atravessavam por essas árvores, verdes e pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá nesta terra muitos; porém, eu não veria mais que até nove ou dez. Outras aves, então, não vimos. Somente algumas pombas-seixas; e parecem-me maiores, em boa quantidade, como as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas, mas eu não as vi; mas como os arvoredos são muitíssimos, grandes e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves.[16]

Embora não tenha visto todas as aves, como as rolas identificadas pelos seus companheiros de viagem, o português parece não se surpreender com a grande quantidade de pássaros. Em um território coberto por um vasto arvoredo, era de se imaginar que muitos animais fariam morada em seus troncos, copas e galhos. Em relação aos papagaios, o letrado destaca que os originários da Ilha de Vera Cruz se distinguiam dos europeus pela presença de plumas vermelhas e verdes e pela diversidade de tamanhos. Ao que tudo indica, as distinções notadas nos pássaros contribuíram para a escolha de Caminha em capturar alguns desses papagaios e transportá-los para o outro lado do Atlântico, a fim de que pudessem ser observados pessoalmente pelo monarca português.[17]

Os papagaios, vale ressaltar, eram conhecidos dos europeus desde o século XV, quando das viagens lusitanas em direção à costa da África e à Índia, e se tornaram itens comercializados por portugueses, africanos e indianos, juntamente com grous, pelicanos e periquitos.[18] Nos trópicos, os papagaios eram diversos e abundantes, por isso, a ave se tornou um elemento

---

[12] CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha. *In*: AMADO, Janaína. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasílica, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p.79

[13] Segundo Caminha, papagaios, carneiros e galinhas estiveram na nau de Pedro Álvares Cabral que aportou no Brasil. Cf. CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha. *In*: AMADO, Janaína. Op. Cit., p. 84

[14] Ibid., p. 84

[15] Ibid., p. 103

[16] Ibid., p.104-105

[17] Ibid., p. 103

[18] TEIXEIRA, Dante Martins. Com o diabo no corpo: os terríveis papagaios do Brasil colônia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 87-126, jan.-abr 2017, p. 88-89

recorrente nos primeiros escritos que apresentavam o Brasil, logo no início do século XVI.[19] Nas menções sobre a ave brasílica, eram comuns os comentários acerca das plumas coloridas, artigos apreciados entre os europeus e de como estas aves se tornavam agradáveis animais de companhia. Assim, quando sobreviviam à viagem pelo Atlântico, os papagaios eram vendidos a elevados valores nas praças de Lisboa.[20]

Os registros sobre os papagaios e as muitas aves que viviam nesta "terra dos papagaios"[21] se ampliaram com a maior presença dos letrados católicos na América Portuguesa, entre meados do século XVI e a primeira metade do século XVIII. Nas cartas, crônicas, tratados e sermões que versaram sobre o mundo natural brasílico, não faltaram descrições detalhadas das cores, dos sons emitidos e até da origem dessa diversidade de aves que cobriam céus e terras.

O Pe. Fernão Cardim foi um dos homens que buscou compreender por que esta parte da América era capaz de abrigar aves tão diversas. Em seu tratado *Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar,* redigido em finais do Quinhentos, o jesuíta narrou suas impressões sobre os muitos animais avistados, como tamanduás, porcos-monteses, beija-flores e cutias. Ao versar sobre as serpentes e outros animais peçonhentos, Cardim afirma que "este clima influi peçonha",[22] pois ainda que fosse um clima "temperado de bons, delicados e salutíferos ares", [23] era possível que as condições tropicais contribuíssem para uma maior reprodução de seres peçonhentos, como cobras, alacrás, aranhas e lagartixas.

---

[19]ASÚA, Miguel de; FRENCH, Roger. **A New World of Animals**. Early Modern Europeans on the Creatures of Iberian America. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005, p. 14-15

[20] RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um mundo em movimento**. Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Tradução de Vanda Anastácio. Algés: Difusão Editorial, 1998, p.198

[21] Após as notícias sobre a viagem de Cabral até a América terem se tornado conhecidas no Velho Mundo, o Brasil passou a figurar em escritos redigidos a partir do século XVI. O termo "Terra dos Papagaios" consta em escritos de origem italiana para se referir às terras brasílicas. Um exemplo é a carta escrita por Pedro Pasqualigo, embaixador de Veneza em Portugal e datada de 18 de outubro de 1501. Na carta, o letrado apresenta informações sobre a viagem de Gaspar Corte Real à América do Norte e escreve que, possivelmente, estas terras estavam conjugadas com as "Antilhas – que foram descobertas pelos reis da Espanha – e com a Terra dos Papagaios, recentemente encontrado pelos navios deste rei, as quais foram a Calicut". Outra menção à "Terra dos Papagaios" emerge no ano seguinte, em outra carta de Pedro Pasqualigo. Na epístola registrada no diário de Marino Sanuto, Pasqualigo comenta sobre outras duas expedições portuguesas, em 1501, sendo uma delas, direcionada ao Brasil. De acordo com Pasqualigo, "as caravelas mandadas para descobrir a Terra dos Papagaios, ou de Santa Cruz, já tinham retornado no dia 22 de julho". Cf. PASQUALIGO, Pedro. Carta de Pedro Pasqualigo. *In*: AMADO, Janaína. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasílica, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 254; SANUTO, MARINO. Diario de Marino Sanuto. *In*: AMADO, Janaína. Op. Cit., p. 264

[22] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p.49

[23] Ibid., p.36

O mesmo clima, por sua vez, parecia responsável por gerar as penas coloridas que revestiam as muitas aves do Brasil. Ao apresentar o capítulo, "Das aves que há na terra e dela se sustentam", o jesuíta ressalta que "assim como este clima influi peçonha, assim parece influir formosuras nos pássaros, e assim como toda a terra é cheia de bosques, e arvoredos, assim é de formosíssimos pássaros, de todo gênero de cores".[24] O católico Fernão Cardim atribuía a origem do mundo às mãos divinas, isto é, Deus foi o criador de todos os seres vivos e concedeu-lhes o Éden como sua primeira morada. Como outros homens de seu tempo, o jesuíta também parece refletir sobre o improvável deslocamento de todos os animais do jardim originário para as quatro partes do mundo habitável. Desse modo, para Cardim, se mostra plausível que o processo de criação dos seres vivos continue ocorrendo sem intervenção humana e sob os cuidados divinos; inclusive na América Portuguesa, onde o clima – ora quente, ora ameno – contribuía para que os mais belos e distintos seres fossem gerados.[25]

Dos muitos pássaros que viviam nestas árvores, os papagaios eram encontrados em maior quantidade, sendo "infinitos, mais que gralhas, zorzais, estorninhos, nem pardais da Espanha".[26] Nas palavras do jesuíta, os papagaios eram "muito formosos e de várias cores, e várias espécies", sendo um pássaro apreciado para o consumo, já que era provido de "boa carne" e como animal de companhia, pois "quase todos falam, se os ensinam".[27]

Uma espécie de papagaio era a arara, anunciada por Cardim como uma ave grande e rara, não sendo comumente avistada na faixa litorânea; de acordo com o jesuíta, esta era uma "formosa ave em cores", pois

> os peitos têm vermelhos como grã; do meio para o rabo alguns são amarelos, outros verdes, outros azuis, e por todo o corpo tem algumas penas espargidas, verdes, amarelas, azuis, e de ordinário cada pena tem três, quatro cores, e o rabo é muito cumprido.[28]

A existência de um pássaro que trouxesse tantas cores em um só corpo, como era o caso da arara, reiterava as impressões de que apenas as condições naturais do território brasílico eram capazes de gerar uma criatura tão distinta. As penas que despertaram a atenção de Cardim também eram apreciadas pelos nativos, que utilizavam-nas em suas "galantarias, e

[24] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p.49-50
[25] MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **O descobrimento da biodiversidade**. A ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 80-81
[26] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. Op. Cit., p.50
[27] Ibid., p.50
[28] Ibid., p.50

empenhaduras para suas espadas".[29] Os indígenas não se beneficiavam somente da plumagem das araras, mas se dedicavam ao processo de domesticação da ave que, segundo Cardim, era um "pássaro bem estreado", "manso" e que "falam muito bem, se os ensinam".[30] Como os papagaios anunciados na narrativa do jesuíta, as araras também eram capazes de reproduzir os sons que lhes eram ensinados, mas diferentemente dos papagaios, Cardim não informa se as araras eram providas de uma boa carne. Talvez as belas cores da ave lhe tenham poupado de servir como alimento e contribuído para o interesse dos naturais em domesticá-las para recreação.

Pero de Magalhães Gandavo, que escreveu sobre o Brasil durante a mesma centúria que Fernão Cardim, também parece se surpreender com a quantidade de papagaios e araras que coloriam os céus do Brasil. Em sua *Historia da província de Santa Cruz*, o letrado afirma que "entre todas as coisas de que na presente história se pode fazer menção, a que mais aprazível e formosa se oferece à vista humana, é a grande variedade das finas e alegres cores das muitas aves que nesta província se criam".[31] Das muitas castas de papagaios que viviam no Brasil, Gandavo se dedica apenas aos mais estimados entre portugueses e indígenas, como era o caso das aves de rapina e dos papagaios. Desses muitos pássaros, o anapuru era o mais apreciado, de maior tamanho e um dos mais belos papagaios, revestido com "cores muito alegres e tão finas, que excedem na formosura todas as quantas aves há nestas partes".[32] Como o pássaro vivia nos sertões, nem sempre era possível avistá-lo, mas quando os indígenas encontravam um anapuru, empreendiam um grande esforço para capturá-lo. Uma vez capturados, domesticavam a ave e, segundo Gandavo, depois que se habituavam ao novo ambiente, os anapurus "vem a ser tão domésticos que põem ovos em casa, e acomodam-se mais à conversação da gente que outra qualquer ave que aja, por mais doméstica e mansa que seja".[33] Diferente de Cardim, Gandavo não comenta sobre o consumo da carne ou sobre o aproveitamento das penas deste papagaio para as galantarias. Ao que parece, o grande apreço de indígenas e portugueses pela ave era pelo divertimento que lhes proporcionava ao reproduzir sons humanos e as palavras que lhes eram ensinadas.

---

[29] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p.50

[30] Ibid., p.50

[31] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, não paginado

[32] Ibid., p. 26

[33] Ibid., não paginado; p. 26

Nestes meados do século XVI, período em que Gandavo escreve sua *Historia*, os indígenas dos trópicos já haviam identificado o apreço dos portugueses pelas penas e companhia proporcionada por algumas aves, principalmente os papagaios. Por esse motivo, não tardou para que esse pássaro se tornasse uma valiosa moeda de troca entre esses homens. Entre os papagaios apreciados pelos portugueses, estavam os "papagaios verdadeiros", aqueles que "trazem os índios do sertão a vender aos portugueses a troco de resgates".[34] Assim como os demais papagaios, esses pássaros reproduziam os sons que lhes eram ensinados e, segundo Gandavo, os papagaios verdadeiros eram mais habilidosos nessa prática, sendo os que "mais facilmente falam e melhor de todos".[35] Tais papagaios verdadeiros também eram apreciados pela beleza e pelo colorido de suas penas. Gandavo afirma que esses últimos eram menores que os anapurus, canindés e araras. Eles também eram revestidos por cores diversas: a maior parte do corpo era coberta por penas verde-claras, a cabeça quase com plumas amarelas e nas articulações de suas asas, avistava-se penas vermelhas.

O interesse dos europeus por essa espécie era tão grande, que os indígenas depenavam e pintavam uma outra variedade de papagaios, os corícas, a fim de torná-los parecidos com os "verdadeiros" e, assim, vendê-los aos portugueses. Gandavo escreve que os corícas eram cobertos por penas verde-escuras e possuíam em sua cabeça penas azuis. Eram pássaros muito comuns no Brasil, "mais quantidade do que cá entre nós há de gralhas, ou de estorninhos", como afirma o autor da *Historia.* Apesar da abundância, a espécie não era tão estimada, pois "grazeam muito, e além disso falam dificultosamente e à custa de muita indústria".[36] Os corícas que aprendiam a reproduzir sons e palavras eram confundidos com os papagaios verdadeiros e, segundo Gandavo, os nativos que notavam esta semelhança não mediam esforços para enganar os portugueses:

> os índios da terra costumam depenar alguns enquanto são novos, e tingi-los com o sangue de umas certas rãs, com outras misturas que lhe ajuntam: e depois que se tornam a cobrir de pena ficam nem mais nem menos da cor dos verdadeiros: e assim acontece muitas vezes enganarem com eles a algumas pessoas vendendo-lhes por tais.[37]

Embora conhecessem os papagaios de uma forma geral, os portugueses do Quinhentos não sabiam diferenciar papagaios verdadeiros dos corícas que haviam sido modificados pelos

---

[34] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 26
[35] Ibid., p. 26
[36] Ibid., não paginado
[37] Ibid., não paginado

nativos. Os negociantes, que permaneciam por curtas temporadas no Brasil, provavelmente recolheram os papagaios entregues pelos indígenas e venderam os corícas no Velho Mundo como se fossem os admirados papagaios.

O apreço pelos papagaios e a proximidade que portugueses e brasílicos estabeleceram com eles perdurou ao longo dos séculos. Bela, domesticada e falante, a ave se tornou presente no cotidiano dos moradores dos trópicos. Por isso, houve quem utilizasse dos papagaios para refletir sobre os pecados cometidos pelos católicos, como fez o Pe. João Daniel em seu *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Ao escrever na primeira metade do século XVIII, o jesuíta reuniu maiores informações sobre as seis espécies de papagaio que viviam no Brasil: o papagaio real, de cor verde-clara; o moleiro, dotado de um grande bico; o sertanejo, o mais estimado pela sua capacidade de fala; os corícas, menores do que os demais; os papagaios roxos, "muito galantes e divertidos" e por fim, o anacã, "que merecia ter um dos primeiros lugares na república das aves [...] porque na verdade é o mais divertido pássaro de quantos tratam as histórias".[38]

Na descrição das espécies de papagaios, João Daniel ateve-se às dimensões físicas dos animais, apresentando comparações entre os tamanhos e as cores que predominavam em suas penas. Como seus confrades católicos, o padre demonstrou sua admiração pelos papagaios que reproduziam sons humanos e em sua obra também refletiu sobre os aspectos que proporcionavam esse tipo de habilidade em algumas aves. De acordo com o jesuíta, as quatro espécies de papagaios que aprendiam a falar, partilhavam de uma língua "bem expedita" e assim, "enquanto são pequenos aprendem quanto ouvem, e por isso costumam tirá-los do ninho, e criá-los em casa para os ensinar na menoridade, porque papagaio velho já não toma língua, digo aprende língua".[39] A afirmação de João Daniel sobre a língua "expedita" do papagaio iam de encontro aos argumentos levantados por letrados antigos que, ao escreverem sobre as aves, afirmavam que alguns pássaros eram dotados de uma língua carnosa, de grande espessura, de moldes semelhantes aos da humana.[40]

---

[38] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 168-170

[39] Ibid., p. 169

[40] Em *De Partibus Animalium*, obra em que se dedica a analisar a natureza e as partes que compõem os animais, Aristóteles afirma que todos os pássaros utilizam a língua para se comunicar entre si, em maior ou menor intensidade. Entre os pássaros, aqueles que contavam com uma língua maior eram capazes de pronunciar as letras e com isso, emitir algumas palavras. Para Aristóteles, esta língua mais ampla era recorrente nas aves dotadas de garras e não havia sido identificada em animais quadrúpedes e vivíparos, seres dotados de uma língua mais dura, menos articulada e muito limitada em relação aos movimentos desenvolvidos. Cf. ARISTOTLE. **The Works Of Aristotle. Volume V. De Partibus Animalium**. De Motu and De Incessu Animalium. De Generatione Animalium. Translated into English under the editorship of J. A. Smith and W. D. Ross. Translated by William Ogle. Oxford: At The Clarendon Press, 1912, p. 660

Segundo João Daniel, além do divertimento proporcionado, os papagaios serviam para que os homens olhassem para si e para suas condutas. Ainda sobre as espécies falantes – o papagaio real, o moleiro, o sertanejo e o coríca – o jesuíta afirma que estes animais são compreendidos como "símbolos dos pecadores", dos indivíduos que seguem

> vivendo sempre nos seus vícios, guardam para a velhice as lições de bom católico, e os bons preparos para a morte, sem temerem lhe suceda o mesmo que os papagaios velhos, que são bons para o espeto, e é bem gostosa a sua carne.[41]

Ao observar o papagaio que, após anos de palavras, frases e divertimentos se tornava alimentação para aqueles que desfrutaram de sua companhia, João Daniel o associa aos pecadores da colônia. Para o jesuíta, muitos católicos desperdiçavam a juventude com palavras e atos pecaminosos e, apenas quando se aproximavam da velhice, lembravam das práticas virtuosas, a fim de garantir uma boa morte e a salvação de suas almas. Aos homens, concernia aprender com o triste fim dos papagaios e, assim, buscar por uma vida virtuosa em sua plenitude, da juventude até o descanso eterno.

Enquanto os papagaios foram interpretados por João Daniel como um chamado aos pecadores, outras aves foram tomadas como demonstrações da bondade divina. Quando Fr. Cristóvão de Lisboa escreve sobre as aves do Maranhão e Grão-Pará, no início do século XVII, o franciscano ressalta que os pássaros eram uma dádiva de Deus para aqueles que viviam nos trópicos. Em sua *História dos animais e das árvores do Maranhão*, Lisboa reúne as aves em dois grupos: "pássaros que andam ao longo do mar e lagos e rios de água doce, assim os que são bons de comer e outros, que são honrados pelas penas" e os "pássaros que estão pelos matos e campinas". As bençõe divinas, na visão do letrado, eram identificadas nos muitos e pequenos detalhes das aves que compunham os dois conjuntos. A guratimguaosu, anunciada no primeiro grupo, era um exemplo de pássaro que trazia em seu corpo alguns indícios da presença divina. A ave era conhecida como "garça" pelos europeus, revestida por penas brancas muito estimadas pelos homens e, segundo Lisboa, essas penas eram "as melhores mercadorias que os estrangeiros tinham nesta terra".[42] Com exceção dos pés e bico, todo o corpo do animal era coberto por penas brancas "como neve". As penas que revestiam o seu dorso, despertaram a curiosidade do franciscano, pois pareciam perfeitamente posicionadas para garantir o

[41] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 169

[42] LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 136

deslocamento do animal. Por isso, o frade afirma: "eu creio que nosso Senhor lhe pôs os penachos em riba das costas entre as asas para as guardar de não quebrarem".[43]

Algumas espécies de tucano também traziam traços da presença divina em seus corpos. Diferente da guratimguaosu, o tucano era um pássaro pouco conhecido aos olhares europeus; em vista disso, Fr. Lisboa não poupou detalhes ao descrever o animal, apresentando-o como sendo um pássaro "tamanho como uma franga ou maior"[44] e cujo bico era muito grande em comparação ao restante do seu corpo. Da cabeça aos pés, o tucano era coberto por penas de cores diversas: do seu bico até o rabo, avistavam-se penas pretas; do bico até o estômago, viam-se penas amarelas e a "borda", a lateral do seu corpo era revestida por penas amarelas e vermelhas. Com tantas cores, o tucano foi anunciado por Lisboa como sendo um "honrado pássaro desta terra", honra que, muito provavelmente, se traduzia pelas tantas cores que Deus lhe legou.

O urepe, uma outra espécie de tucano, contava com dimensões menores e revestimento de plumagens diversas: penachos verdes "da cabeça até o rabo", a parte do seu corpo situada abaixo do seu bico até a região do estômago era coberta por "amarelo cor de ouro", as penas do seu rabo eram esverdeadas e com uma "tira de preto". Por fim, o bico do urepe era, por fora, "raiado de branco com amarelo" e no seu interior, revestido por uma cor vermelha. Para o franciscano, a alternância de cores dos tucanos não tornava uma espécie preferida em relação a outra, afinal, os dois tucanos eram "dos mais formosos pássaros que há nesta terra" e complementa Lisboa, "eu creio que Deus tomou prazer a os fazer".[45]

Como no caso dos papagaios, as referências aos tucanos se avolumaram ao longo do tempo; seja pela particularidade do bico longo e encurvado, seja pelas penas coloridas ou até pelo sabor de sua carne, o animal rapidamente se tornou conhecido nos dois lados do Atlântico.[46] Gabriel Soares de Sousa foi um dos indivíduos que relatou o apreço que os homens

---

[43] LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 136

[44] Ibid., p. 148

[45] Ibid., p. 148

[46] Em meados do século XVI, o médico francês Pierre Belon (1518-1564) escreveu e publicou *Histoire des natures des oiseaux*. A obra reuniu informações sobre as aves conhecidas até este período e buscou demonstrar que a diversidade de espécies de aves não era superior a dos peixes, estes últimos, alvos do estudo de Belon em *La nature et diversité des poissons* (1555). Composta por sete livros e diferentes ilustrações das aves referenciadas, *Histoire des natures des oiseaux* contou com um capítulo intitulado "Du bec d'un oyseau des terrs neufeus, ingognu aux anciens", em que o autor versou sobre uma ave cujo bico era "de meio metro de comprimento", "grosso como o braço de uma criança", pontudo e preto no fim, mas branco em todas as outras partes. Ainda que não tenha referenciado o nome da ave, a descrição e ilustração que acompanham o capítulo contemplam o tucano e seu bico. Bellon afirma que a ave originária das "terras novas" foi levada à Europa por mercadores, provavelmente, alguns dos muitos europeus que, desde o início do Quinhentos dedicaram-se à comercialização das aves americanas. Cf.

mantinham pelos tucanos, havendo, até mesmo, um interesse pela sua domesticação. Ao escrever sobre a ave em seu *Tratado descriptivo do Brazil em 1587*, o senhor de engenho descreve-o como sendo do tamanho de um corvo, mas, diferente do animal conhecido dos europeus, a ave brasílica era coberta por cores diversas: "as penas curtas e pretas, a pena das costas azulada, a das asas e do rabo anilado, o peito cheio de frouxel muito miúdo de finíssimo amarelo".[47] Além das plumas, o tucano contava com um bico branco e amarelado, grosso e comprido, havendo alguns "tão compridos como um palmo, e tão pesados que não podem com ele quando comem".[48] De acordo com Soares de Sousa, os tucanos criavam seus filhotes em árvores altas e os indígenas, sabendo do lugar onde ficavam os ninhos, se aproximavam dos pássaros para escolher aqueles que lhes serviriam a diferentes fins: os jovens tucanos eram recolhidos "para se criarem em casa" e os mais bravos eram mortos à flecha, esfolados e sua carne, "muito dura e magra", servia como alimento.[49]

Como salienta o senhor de engenho, os "usos" atribuídos ao tucano alteravam-se de acordo com a idade do animal, enquanto os mais novos eram domesticados, os mais velhos tinham suas penas extraídas, principalmente as do peito, que eram utilizadas para forrar as carapuças indígenas.[50] O interesse dos homens pela domesticação, consumo e aproveitamento das penas dos tucanos também foi observado por Fernão Cardim. Para apresentar a desconhecida "tucana", o jesuíta a comparou com a pega, ave comum na Europa e revestida por penas pretas.[51] A tucana tinha seu peito preenchido por plumas amarelas e avermelhadas. No centro de sua face, um bico "tão burnido e lustroso, que parece envernizado",[52] como escreve o autor de *Do clima e terra do Brasil*. Dos tucanos, tudo parecia ser aproveitado pelos homens dos trópicos, da companhia a carne, pois, segundo Cardim, estes pássaros, "fazem-se domésticos, e criam-se em casa, são bons para comer, e a pena se estima muito por ser fina".[53]

DU MANS, Pierre Belon. **De la nature des oyseaux**, avec leurs descriptions, & naifs portraicts retirez du naturel. Paris: Imprime par Benoist Pevost, 1555, p. 184

[47] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 209

[48] Ibid., p. 209

[49] Ibid., p. 209

[50] Ibid., p. 209

[51] Cf. PEGA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 363

[52] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 54

[53] Ibid., p. 54

Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa mencionam a possibilidade de os homens se alimentarem da carne de papagaios e tucanos, mas as iniciativas para domesticação dessas aves pareciam não se relacionar ao interesse imediato da obtenção de alimento. Em relação aos papagaios, o desejo pela criação envolvia o divertimento proporcionado pelas palavras apreendidas e reproduzidas. No caso dos tucanos, é provável que a captura dos filhotes e a sua introdução ao espaço doméstico se vinculasse ao interesse em manter, no interior das casas, uma ave para ser admirada.[54] Ainda que as plumas dos tucanos servissem para a produção de objetos e adornos sobretudo entre os indígenas, os padres, os freis e os homens católicos compreendiam a beleza dessa plumagem como um indício da obra divina nos trópicos.

Para além dessas espécies domesticadas para o divertimento, a quantidade de aves que eram criadas no interior ou próximas das casas brasílicas foi abordada por diferentes letrados, como Ambrósio Fernandes Brandão. Os pássaros foram apresentados no "Diálogo quinto", que compõe o *Diálogos das Grandezas do Brasil*, e, ao explicar para Alviano quais criaturas viviam nos ares, Brandônio começa pelas "aves domésticas", afirmando que

> são inumeráveis galinhas, das quais algumas maiores do que as ordinárias: muitos e bons galipabos, que se produzem com facilidade, por ser o clima disposto para a criação deles; pombas, patos e adens de excelentes comer, e estas são as aves, que neste Brasil se criam em casa, as quais abundam com grande multidão de ovos.[55]

Das espécies anunciadas – galinhas, galipabos,[56] pombas, patos e adens – nem todas eram originárias do Novo Mundo. Contudo, na visão do letrado, o clima ameno dos trópicos contribuiu para a multiplicação das espécies aclimatadas e, do mesmo modo, para a maior reprodução das aves nativas, como eram os galipabos. Além das aves domésticas, Brandônio explica a Alviano que havia uma grande quantidade de aves "agrestes", seres muito semelhantes às aves domésticas, mas que não eram criados em casas, quintais e roças.[57] A distância não era

---

[54] FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. Ed. São Paulo: Global, 2006, p. 167-168; THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 133

[55] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 248

[56] Galipabo ou gallipavo era um termo utilizado para se referir à espécie que se tornou conhecida como "peru selvagem", uma ave semelhante ao pavão e ao galo doméstico. Os primeiros registros sobre o animal datam de 1518, durante a presença espanhola no território do México. Pouco tempo depois, por volta de 1530, o galipabo passou a ser transportado e criado em solo europeu. Cf. WRIGHT, Albert Hazen. Early Records of the Wild Turkey. **The Auk**, Chicago, v. 31, n. 3, p. 334-358, jul. 1914.

[57] No *Vocabulário portuguez e latino*, redigido pelo Pe. Raphael Bluteau, o termo agreste remete a "rústico [...], não cultivado, bravo". Tal definição se aproxima daquela anunciada pelos letrados de língua portuguesa nos séculos XVI e XVII, sobretudo no que tange às galinhas agrestes, animais que não eram criados no interior de casas e quintais e viviam em matas, geralmente, próximas às instalações rurais. Cf. AGRESTE. *In*: BLUTEAU,

um empecilho para o encontro das aves agrestes, já que essas eram abundantes, e, por isso, capturadas às custas de "pouco trabalho", como afirma o letrado. Destas aves agrestes, o autor destaca a "multidão de jacus", ave muito parecida com a galinha, "posto que sejam mais gordas".[58] Também digno de nota eram os mutuns, "que são do tamanho de um grande galipabo, não menosprezados que eles"; os inhapupés, "semelhantes às perdizes de nossa Espanha" e as nambus, "não maiores que as codornizes, as quais não invejam em bondade, gosto e sabor aos tão estimados faisões da Europa".[59]

As galinhas estiveram entre as espécies que, ao serem transportadas para o Novo Mundo em finais do século XV, desempenharam um importante papel na recriação de um ambiente que fosse familiar aos portugueses, sobretudo, em relação aos hábitos alimentares.[60] Como muitos letrados observaram, a ave rapidamente se adaptou ao mundo natural dos trópicos[61] e, em pouco tempo, algumas variações de galinhas foram identificadas e introduzidas no cotidiano de portugueses e indígenas. Fr. Vicente do Salvador, ao escrever sobre as aves do Brasil, menciona a recorrência de galinhas domésticas e selvagens. Em *História do Brasil*, o franciscano aponta que "além das aves que se criam em casa, galinhas, patos, pombos, e perus, há no Brasil muitas galinhas bravas pelos matos, patos nas lagoas, pombas bravas, e umas aves chamadas jacus, que na feição e grandeza são quase como perus".[62]

Segundo Fr. Vicente, o apreço dos portugueses não se limitava às galinhas domésticas, mas se estendia às espécies que viviam soltas, capturadas no interior das matas. Ao escrever sobre a capitania de Pernambuco, o religioso narra que, encerrados os confrontos entre portugueses, franceses e indígenas, a Vila de Olinda passou a contar com engenhos, roças de mantimentos e canaviais, aos quais "o gentio os vinha ajudar" e levavam até os portugueses "muitas galinhas, caças, e frutas do mato, peixe, e mariscos".[63] Os produtos naturais eram

---

Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 184

[58] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 249

[59] Ibid., p. 249

[60] CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguêsa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 266

[61] A presença das galinhas na América data de finais do século XV. Cristóvão Colombo, em sua segunda viagem às "Índias", transportou o animal em suas naus e deixou algumas galinhas, cães, cavalos, vacas, bois e cabras na região das Antilhas, em 1493. Pedro Álvares Cabral também contribuiu com a disseminação da ave nos trópicos, levando algumas galinhas para o sul da Bahia, em 1500. Cf. VELDEN, Felipe Ferreira Vander. As galinhas incontáveis. Tupis, europeus e aves domésticas na conquista no Brasil. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, tome 98, n. 2, 2012, p. 99

[62] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 21

[63] Ibid., p. 49

trocados por "anzóis, facas, foices, e machados" que, segundo Fr. Vicente, os indígenas "estimavam muito". Semelhante câmbio de galinhas por produtos manufaturados ocorreu na capitania de Tamaracá, onde o franciscano afirma que recaia aos indígenas os ofícios relacionados ao cultivo da terra e a caça dessas aves. Assim, caminhavam pela capitania, a fim de recolherem "cargas de galinhas, bugios, papagaios, mel, cera, fio de algodão" e após coletarem estes itens, recebiam "uma foice, uma faca, ou um pente".[64]

Gabriel Soares de Sousa, que escreveu seu *Tratado* algumas décadas antes de Fr. Vicente do Salvador, também menciona a afeição dos moradores dos trópicos pelas galinhas domésticas e não-domesticadas. Sobre as galinhas que nasciam na Bahia, o letrado afirma que estas eram "maiores e mais gordas que as de Portugal", além de serem "grandes poedeiras e muito saborosas".[65] O título de "poedeira" atribuído à galinha era uma referência à rapidez com que o animal se reproduzia, botando muitos ovos e encontrando com os galos e "frangões" a cada três meses.[66] Ao lado das "aves e alimárias da Espanha",[67] estavam as espécies selvagens, como as jacus, aves que os portugueses chamavam de "galinhas do mato", pois eram do mesmo tamanho, "cabeça e pés como galinha", mas revestida por penas pretas e um bico de cor preta.[68] Além da sua forma física, a jacu se assemelhava à galinha por outras características, pois eram aves que "criam no chão, e tem o voo muito curto; mantem-se de frutas".[69] O autor do *Tratado* afirma que esta ave era apreciada como alimento por indígenas e portugueses, mas as condições da carne se alteravam de acordo com a forma de cozimento adotada. Era uma carne "muito boa", "dura" quando assada, mas "cozida é muito boa".[70] Soares de Sousa ressalta que, quando os indígenas desejavam se alimentar das jacus, caçavam-nas com flechas,[71] um indício de que, diferentemente de outras aves, como o tucano e o papagaio, a jacu não havia sido domesticada e permanecia na condição de ave selvagem.[72]

---

[64] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 55
[65] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 145
[66] Cf. POEDEIRA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 566; SOUSA, Gabriel Soares de. Op. Cit., p. 145
[67] SOUSA, Gabriel Soares de. Op. Cit., p. 143
[68] Ibid., p. 208
[69] Ibid., p. 208
[70] Ibid., p. 208
[71] Ibid., p. 208
[72] VELDEN, Felipe Ferreira Vander. As galinhas incontáveis. Tupis, europeus e aves domésticas na conquista no Brasil. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, tome 98, n. 2, 2012, p. 115

Cabe ressaltar que as galinhas, selvagens e domésticas, não estiveram circunscritas às capitanias litorâneas, espaço onde as primeiras espécies foram aclimatadas. No Estado do Maranhão e Grão-Pará, palco da narrativa do Fr. Cristóvão de Lisboa, a jacu era muito apreciada pelos comensais. O franciscano não nomeia a ave como "galinha do mato", mas relata que era um pássaro "tamanho como uma galinha", revestido por penachos pardos e com a garganta vermelha. Encontrados sempre aos pares, macho e fêmea, as jacus foram anunciadas como "um dos melhores pássaros desta terra" e cuja carne era "muito branca e gostosa".[73] Ao pontuar que homens as "criam em casa", o franciscano indica a possibilidade de que as jacus não estivessem na mesma condição que os pássaros capturados por meios de técnicas de caça.[74] Não é possível afirmar que a ave tenha sido domesticada no norte do Brasil. No entanto, pelo interesse dos homens pela ingestão de sua carne e ovos, é possível que a jacu tenha se tornado um animal amansado, isto é, que ao longo do tempo, passou a viver próximo aos espaços domiciliares.[75]

Quase um século depois da passagem de Fr. Lisboa pelo Brasil, o Pe. João Daniel notou a recorrência de galinhas que viviam muito próximas das residências situadas no norte da América Portuguesa. Nas páginas dedicadas às "galinhas do Amazonas", o jesuíta ressalta que estas aves "merecem fazer seu papel na história", pois "fazem agradável figura no prato".[76] Considerando que as galinhas "caseiras" já eram "de todos bem conhecidas, e aprovadas", o religioso optou por escrever apenas sobre as "silvestres galinhas e do mato", denominadas saracuras e encontradas em três espécies distintas. A primeira era denominada pelos naturais da terra como saracura guaçu, em referência ao seu tamanho, "maiores que perus". Diante delas, as galinhas caseiras eram como "medíocres pintos". A saracura caapora era a segunda variação da ave e seu nome referenciava o seu espaço de origem, "do mato", pois a caapora vivia mais distante do espaço doméstico. Por fim, a terceira espécie era denominada apenas de "saracura", por ser a galinha mais comum e de menor tamanho do que a galinha caseira. De acordo com o letrado, quem desejasse capturar a saracura não enfrentava grandes dificuldades, "porque

---

[73] LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 147

[74] Ao escrever sobre a ave poteri, Frei Cristóvão de Lisboa comenta que esta era a "marreca" e que era possível encontrar no norte do Brasil as mesmas três castas de marreca existentes na Europa. Não era uma ave domesticada e quando caçada, era comum que utilizassem armas de fogo, como escreve o frade: "a mim me aconteceu de um tiro matar trinta e três fora as que escaparam que comeram as piranhas". Cf. LISBOA, Frei Cristóvão de. Op. Cit., p. 139

[75] VELDEN, Felipe Ferreira Vander. As galinhas incontáveis. Tupis, europeus e aves domésticas na conquista no Brasil. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, tome 98, n. 2, 2012, p. 113

[76] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 173

andam perto das povoações, e ainda das casas, principalmente para as partes do mar, nas quais se ouvem umas às outras, saracuras, e galinhas dos quintais".[77]

Jacus, galinhas, araras, tucanos e papagaios são apenas algumas das muitas aves mencionadas nos escritos católicos. Os motivos que levaram os letrados a descrever tais criaturas foram os mais diversos. Em geral, aqueles que versaram sobre as aves dos trópicos, destacavam os muitos usos atribuídos a elas – adorno, companhia e alimento. Seja pela carne apreciada ou pelas belas penas, as aves foram compreendidas como parte das bonanças que Deus havia legado às terras da América Portuguesa.

3.2 Além do alimento

Se em um primeiro momento a diversidade de aves que voavam e caminhavam pelo solo brasílico surpreendeu leigos e religiosos que se deslocaram aos trópicos, a surpresa parece ter perdurado pouco. A partir de finais do século XVI, os escritos redigidos por letrados católicos passaram a contar com informações sobre os diferentes usos atribuídos às aves brasílicas, identificando criaturas que serviam para remediar dores físicas e espirituais e auxiliavam na manutenção das casas e vias públicas.

As galinhas, um ingrediente comumente ofertados aos enfermos,[78] também foram oferecidas aos doentes da alma, pecadores que, em finais do Seiscentos, uniram-se ao Pe. Lourenço Craveiro (1622-1687)[79] para desfrutarem da *Merenda Eucharistica*. No sermão pregado no Colégio da Bahia, em 1665, o religioso apresenta uma analogia entre a nutrição corporal e a nutrição espiritual. Para isso, recorre a uma diversidade de carnes e temperos, cada qual direcionado a uma categoria de pecador.[80] O jesuíta inicia sua pregação pelo livro do Êxodo, centrando-se na fuga dos hebreus do Egito e apresentando as graças divinas que foram recebidas por Moisés e pelos filhos de Israel ao longo da sua caminhada.[81] De acordo com a narrativa bíblica, Deus fala a Moisés: "eu ouvi as murmurações dos filhos de Israel e dize-lhes:

---

[77] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 173

[78] CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguêsa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 214

[79] Lourenço Craveiro era natural de Portugal e após se tornar sacerdote, vigário e pregador, ingressou à Companhia de Jesus, em 1663. Professado seus votos, o religioso foi direcionado ao Brasil, onde atuou como pregador e tempos depois, atuou como pregador nos colégios de Recife, Santos e São Paulo. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 185

[80] MASSIMI, Marina. **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 187-188.

[81] Êxodo 15, 12-27. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 44-45

a tarde comereis carnes, e pela manhã vos fartareis de pão: e sabereis que eu sou o Senhor vosso Deus".[82] Assim, esses indivíduos foram agraciados por três codornizes e com o pão oferecido dos céus, o Maná.[83] A ação divina em ofertar o maná e as carnes em diferentes momentos do dia foi explicada pelo Pe. Craveiro: "O Maná de manhã, e as carnes da tarde, tudo foi um debuxo do divino Sacramento, o qual é pão na aparência. E é carne na substância".[84] O maná consistia no pão e carne sacramentados por Cristo e para que pudesse saciar a fome de todos os indivíduos, contava com "o gosto, e sabor de muitas carnes".[85] A sua substância, no entanto, permanecia única e inalterada, o corpo de Cristo.

Na merenda ofertada na Bahia, Craveiro afirma que o "Senhor Sacramentado desfeito em iguarias [...] nos oferece sua carne em metáfora de muitas carnes, para nos ser mais apetitosa, e regalada a merenda".[86] As carnes escolhidas para compor a metáfora – galinha, codorniz, perdiz, vitela, cordeiro, cabrito, cervo, veado e águia – eram comuns ao universo católico e ao universo colonial, visto que boa parte destes animais eram encontrados pelas capitanias. Enquanto pregador, coube ao jesuíta repartir os pratos deste banquete e direcioná-los a cada um dos seus ouvintes.

Entre as aves servidas no banquete espiritual, a galinha foi destinada aos enfermos. Na visão de Craveiro, a ave era a própria metáfora de Cristo, pois, assim como Cristo reuniu seus filhos no templo de Jerusalém,[87] também a galinha acolhia seus filhos sob suas asas. Conhecedor da literatura antiga, o jesuíta afirma que, segundo Galeno, "a carne de galinha[88] é

---

[82] Êxodo 15, 11-12. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 45

[83] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. **Merenda Eucharistica**, e sermão, que pregou o P. Lourenço Craveiro da Companhia de Jesus, da Provincia do Brasil, a Collegio da Bahia, no terceiro dia das quarenta horas à tarde em 16 de fevereiro de 1665, p. 2

[84] Ibid., p. 2

[85] Ibid., p. 2

[86] Ibid., p. 3

[87] Nestas primeiras páginas do sermão, Lourenço Craveiro referencia o Evangelho de Matheus, sobretudo as passagens que envolvem as parábolas pregadas por Jesus Cristo aos homens que se reuniam no templo de Jerusalém para ouvi-lo. Cf. S. Matheus 21, 1-46; 22, 1-46; 23, 1-39. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., 580-582

[88] Claudius Galenus (129-210) era natural da atual região da Turquia. Formado pelos principais conhecimentos filosóficos e médicos de seu tempo, o letrado passou grande parte de sua vida em Roma, tendo atuado como médico particular do Imperador Marcus Aurelius (121-180). Galeno escreveu nos primeiros séculos da era cristã, partilhando das reflexões de seus antecessores e contemporâneos acerca das relações entre a alimentação e a medicina, bem como da importância do regime alimentar para a manutenção da saúde e no combate das doenças. Em *De alimentorum facultatibus*, Galeno dedicou-se aos efeitos dos alimentos ou classes de alimentos sobre o corpo humano e do mesmo modo, o efeito do corpo sobre os alimentos. A galinha, mencionada pelo Pe. Lourenço Craveiro, foi apresentada no terceiro livro que compõe *De alimentorum facultatibus* e sobre a ave, Galeno pontua que, assim como os demais "animais de asas", sua carne era de fácil de cocção, o que podia torná-la mais salutífera, principalmente quando preparada em água doce. Cf. GALEN. **On the Properties of Foodstuffs (*De alimentorum facultatibus*)**. Introduction, translation and commentary by Own Powell with a foreword by John Wilkins. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 1-3; p. 131-132

carne temperada, [de] bom gosto, de melhor nutrição, e como salutífera, gera sempre bons humores" e, por isso, "é a melhor que pode haver para os enfermos comerem".[89] Segundo Craveiro, alguns pecadores eram como homens doentes, pois carregavam consigo almas adoecidas por febres malignas, como a "febre de avareza, febre de ambição, febre de ira, febre de luxúria" e para remediá-las, recomendava-se o consumo da carne de Cristo Sacramentado, que era a galinha "salutífera, e única triaga contra esta febre maligna".[90]

O pregador afirma que a galinha sacramentada não teria sabor se não fosse devidamente preparada e, por esse motivo, a carne concedida aos enfermos era temperada com açafrão e coentro, duas plantas utilizadas nas mezinhas e refeições concedidas às pessoas doentes. De acordo com letrados antigos e modernos, o açafrão contava com propriedades terapêuticas que estimulavam o apetite e auxiliavam na digestão e no bom funcionamento do trato intestinal.[91] Para ser reduzido a pó, essa raiz era pisoteada e moída, um processo semelhante ao da mortificação e da paciência que deveriam ser vivenciadas pelos pecadores que buscavam o perdão divino. O coentro, planta adotada no preparo de purgas ofertadas àqueles que sofriam com os males do estômago e do ventre,[92] significava, para o Pe. Craveiro, o esquecimento e a perda da memória. A metáfora envolvendo o coentro, remetia ao consumo excessivo da planta, pois, de acordo com o jesuíta, quem consumisse o coentro em demasia, acabava desmaiando.[93] Anunciados os ingredientes para a refeição dos pecadores enfermos, o pregador relata os efeitos que a galinha abatida e temperada proporcionaria na alma dos seus comensais: "Se as almas febricitantes enfermas comerem esta galinha desta sorte adubada, ser-lhes-á muito proveitosa: pisem, e mortifiquem o corpo, esqueçam-se das delícias e dos regalos do mundo". E complementa afirmando que "quem mortifica o corpo, e se esquece do mundo, é muito gostosa, e proveitosa iguaria o divino Sacramento".[94]

O segundo prato do banquete espiritual era composto por mais duas aves, a perdiz e a codorniz. De acordo com o jesuíta, ambas as carnes eram "substanciais, nutritivas, e esforçam a quem as come" e, por esse motivo, foi o prato escolhido para os convalescentes, pecadores que não tinham forças suficientes para se reestabelecer.[95] Para o religioso, o pecador era um

---

[89] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. **Merenda Eucharistica**, e sermão, que pregou o P. Lourenço Craveiro da Companhia de Jesus, da Provincia do Brasil, a Collegio da Bahia, no terceiro dia das quarenta horas à tarde em 16 de fevereiro de 1665, p. 3

[90] Ibid., p. 3

[91] GOMES, João Pedro. Propriedades e usos do açafrão na Idade Moderna em Portugal. **Revista de História Helikon**, Curitiba, v. 3, n. 5, 2016, p. 64-66

[92] ALGRANTI, Leila Mezan. Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no Império português (séculos XVI – XVIII). **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 27, jul./dez. 2012, p. 19-20

[93] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. Op. Cit., p. 5

[94] Ibid., p. 5

[95] Ibid., p. 7

doente, tomado pelas culpas que, muitas vezes, consistiam em pecados mortais. Assim, ao ser convidado para o banquete, o católico "chega àquela divina mesa, come aquela carne divina; e de tal sorte se alenta, que o que dantes no caminho de Deus estava entorpecido, e não se podia bolir, já com este divino alento caminho de Deus, pode andar".[96] Essa relação entre as codornizes e os caminhos que levam os homens a Deus foi anunciada na Sagrada Escritura. Conforme consta no Antigo Testamento, as codornizes foram aves enviadas pelo Criador para guiar Moisés e os hebreus que fugiam do Egito até a Terra da Promissão.[97] Tomando como base a literatura bíblica, o religioso afirma que as codornizes refletem o retrato do divino Sacramento e ao serem ofertadas aos convalescentes, o ato de comer era como "andar pelo caminho de Deus".[98]

Para ser servida no banquete espiritual, as codornizes e perdizes eram temperadas com a salsa e acompanhadas por azeite, vinagre, sal e pimenta que, além de serem alimentos úteis para a recuperação da saúde,[99] também ganharam significados espirituais para auxiliar na recuperação das almas convalescentes. Segundo Craveiro, o azeite, que servia para temperar os pães, significava a misericórdia de Deus com os pobres e "só com este óleo se come com gosto o Divino Sacramento".[100] O vinagre remetia à Sagrada Eucaristia, ao líquido oferecido a Cristo nos momentos da sua crucificação[101] e serve para "meditação e memória de sua paixão sagrada".[102] O sal devia ser sempre o primeiro ingrediente posto à mesa, pois sem ele, nada teria gosto. O sal foi uma substância comum aos sacrifícios feitos a Deus,[103] representando a paz e a amizade entre Deus e os homens. Se houver alguma semelhança entre os sacrifícios e o divino Sacramento, o pregador afirma que "tenha sal, ou paz com o próximo, quem quiser tomar o gosto ao divino Sacramento".[104] Por fim, a pimenta, que pela sua natureza remetia ao fogo, representava o amor. Para o padre, o amor simbolizado na pimenta era identificado na sua composição aromática e no som emitido quando se pronunciava "pimenta", "som de uma

---

[96] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. **Merenda Eucharistica**, e sermão, que pregou o P. Lourenço Craveiro da Companhia de Jesus, da Provincia do Brasil, a Collegio da Bahia, no terceiro dia das quarenta horas à tarde em 16 de fevereiro de 1665, p. 7

[97] Números 11, 31-34. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 91

[98] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. Op. Cit., p. 7

[99] ALGRANTI, Leila Mezan. Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no Império português (séculos XVI – XVIII). **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 27, jul./dez. 2012, p. 20

[100] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. Op. Cit., p. 9

[101] S. João 19, 29-30. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 643

[102] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. Op. Cit., p. 9

[103] Levíticos 2, 13. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 63

[104] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. Op. Cit., p. 9

palavra que pode ter o mistério na Sagrada Escritura".[105] Com tantos temperos, a divina perdiz e codorniz não auxiliaria os enfermos apenas a retomar suas forças, mas a desfrutar de um prato que "lhes causará muito gosto".

Após servidas a galinha, a codorniz e a perdiz, o cordeiro e o cabrito, a vitela, o cervo e o veado, o último prato da *Merenda Eucaristhica* era a águia. Como a águia conta com uma visão aguçada, capaz de olhar diretamente para o sol sem queimar seus olhos, a ave simbolizava os entendidos, aqueles com discernimento suficiente para conhecer os mistérios envolvidos na fé católica.[106] A águia, cabe ressaltar, não era uma carne a ser partilhada entre os homens, sendo destinada exclusivamente ao uso divino, visto que o próprio Criador foi denominado como "águia" nas Sagradas Escrituras.[107] A ave era um exemplo de conduta a ser reproduzida entre os católicos destas terras, homens que deviam ser como as águias, "na vista, no saber, no entender, no penetrar os mistérios de Cristo sacramento, assim como a águia penetra ao Sol".[108] Direcionando-se ao divino Sacramento, os homens teriam a oportunidade de conhecer todos os atributos divinos: o poder, a sabedoria, a bondade, a providência, a misericórdia, a justiça, a liberalidade e principalmente, o amor de Deus. Ao final da sua pregação, Lourenço Craveiro relembra aos seus ouvintes de estarem "melhorando-vos em a natureza, aumentando-vos em a graça, e regalando-vos eternamente na glória".[109] Como observa o pregador, não bastava ouvir o sermão, era necessária uma reforma dos costumes e abandono dos vícios que, muitas vezes, tornavam-se obstáculos para que os católicos alcançassem a graça divina e a salvação de suas almas.

O uso das aves como exemplos de comportamentos a serem reproduzidos ou evitados pelos homens, não foi uma exclusividade do sermão pregado pelo jesuíta Lourenço Craveiro. Franciscanos e jesuítas contemporâneos ao pregador da Bahia também destacaram alguns hábitos das aves que serviam para que os homens e mulheres dos trópicos refletissem sobre suas próprias condutas. Para o Fr. Cristóvão de Lisboa, os moradores do Maranhão e Grão-Pará poderiam aprender muito ao contemplarem as aves que por ali viviam. Uma dessas criaturas era a aiapa, ave descrita como sendo uma "pata fêmea", revestida por penas pardas e pretas e

---

[105] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. **Merenda Eucharistica**, e sermão, que pregou o P. Lourenço Craveiro da Companhia de Jesus, da Provincia do Brasil, a Collegio da Bahia, no terceiro dia das quarenta horas à tarde em 16 de fevereiro de 1665, p. 10

[106] Ibid., p. 18

[107] "Bendize, ó alma minha, ao Senhor: e não queiras esquecer-te todos os seus benefícios [...] O que enche de bens o teu desejo: renovar-se-á como a da águia a tua mocidade". Cf. Salmo 102, 2-5. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 366-367

[108] CRAVEIRO, Pe. Lourenço. Op. Cit., p. 18

[109] Ibid., p. 24

que, na visão do frei, era o "pássaro mais guloso que pude ver que não descansa até que não tem a barriga cheia" e logo em seguida, a ave "se vai pôr em riba de um pau com as asas abertas e o bico ao vento para esmoer mais depressa o peixe que ele tem comido".[110] Para os católicos, o excesso e a destemperança ao comer eram compreendidos como o pecado da gula, um erro grave e decorrente de um instinto desordenado.[111] Ao se deparar com a aiapa que se alimentava de forma desregrada e buscava acelerar a sua digestão, a fim de retornar rapidamente ao consumo dos peixes, Fr. Lisboa a associou ao pecado tão comum entre os católicos. Apesar da conduta "gulosa" da ave, o religioso não impedia que os fiéis desfrutassem dos ovos da aiapa, referidos como grandes e muito bons para comer.[112]

Os abundantes patos do Amazonas também foram alvos do olhar moral do Pe. João Daniel. O jesuíta ressalta que as penas desses animais eram muito apreciadas, "ótimas para escrever, porque são mais duras e fortes que as usadas na Europa". De acordo com o padre, "pela multidão de patos", estas penas eram tantas, "que podiam prover a toda a Europa as [penas] que se desprezam, e perdem, nos que se matam".[113] O apreço pelas penas fez com que muitos homens se dedicassem à caça dos patos. Para capturá-los, amarravam um pedaço de carne na ponta de uma linha e aguardavam até que fosse mordido pela ave. João Daniel aponta que os patos mordiam a carne e não largavam esta isca, agindo de forma semelhante aos católicos que, ao se depararem com as tentações, abandonavam a vida virtuosa e se entregavam aos vícios. Por este motivo, o jesuíta apresenta os patos como sendo "símbolos dos pecadores", pois, "ainda que vejam que o diabo infalivelmente os puxa para o inferno, não se resolvem a largar, ou vomitar a isca do seu pecado".[114]

Como Fr. Lisboa, o Pe. João Daniel não condenou o consumo da sua carne e dos ovos ou o uso das penas dos patos "pecadores". Ainda que, em sua narrativa, o jesuíta inicie o relato sobre os patos ordinários afirmando que estas aves iriam "divertir-nos um pouco com a sua variedade, visto que não podemos gostá-los no prato",[115] não é possível atribuir o pouco interesse pelo consumo do animal a sua assimilação aos pecadores.[116] A semelhança entre patos

---

[110] LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 138

[111] FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, jul./dez., 2013, p. 296

[112] LISBOA, Frei Cristóvão de. Op. Cit., p. 138

[113] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 158

[114] Ibid., p. 158

[115] Ibid., p. 158

[116] Segundo Câmara Cascudo, os patos estiveram entre as aves levadas pelos europeus aos trópicos, mas não se tornaram as carnes mais procuradas pelos comensais portugueses. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. **História da**

e sujeitos errantes não era algo inerente à carne da ave, mas assimilada pelos hábitos do animal que lembravam os comportamentos de cristãos que não seguiam por um caminho virtuoso. João Daniel, cabe mencionar, não era um pregador como Lourenço Craveiro. As reflexões do jesuíta setecentista estiveram restritas aos eventuais leitores de seu *Tesouro*, mas nem por isso deixam de manifestar seu cuidadoso olhar em relação aos animais dos trópicos, pautando-se no comportamento de papagaios e patos, para refletir sobre a conduta e os muitos desvios cometidos pelos católicos, leigos e religiosos.

O olhar atento de João Daniel, e de outros religiosos, contribuiu para o registro dos diferentes usos das aves. Para o jesuíta, o urubu encontrado no Grão-Pará e Maranhão era a ave de rapina "mais útil ao público, especialmente daquele estado", pois eram animais dóceis e que "fazem muito bem comendo, e alimpando as carnes podres, e animais mortos nos matos, e nas campinas".[117] Na Ilha do Marajó, utilizada para a expansão das pastagens do gado vacum,[118] era grande o número de animais que morria nos matos e campinas. Conforme o padre, "algumas vezes é tanta a carniça, que [se] a não consumirem os urubus, dela se levantaria muitas vezes peste".[119] Como seus contemporâneos do século XVIII, o Pe. João Daniel conhecia os perigos gerados pela carne apodrecida e buscava meios para evitar que uma nova pestilência assolasse os ares da terra. Contudo, os donos de gado pareciam não se preocupar com tal possibilidade e, depois que obtinham o couro do animal, não se importavam com o descarte adequado das carnes. O jesuíta ressalta que estes homens deixavam "as carnes nas campinas por conta dos urubus, que de graça limpam sem ser necessário que os magistrados lhes paguem o trabalho, como os limpadores, e varredores das ruas".[120] As contribuições dos urubus com a limpeza do ambiente não se restringiam às matas e campinas. João Daniel escreve que "o mesmo benefício faz nas povoações e cidades", espaços em que os urubus eram encontrados aos bandos e "sustentando-se destas imundícies, com que se regalam, e passam uma vida alegre".[121] Como a ave se alimentava das sujeiras, sua carne não era consumida por nenhum indivíduo, "nem ainda pelos índios"; somente as penas, descritas como "ótimas para escrever", eram aproveitadas pelos letrados.

Alimentação no Brasil. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguêsa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 214; p. 266

[117] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 155-156

[118] Ibid., p. 97

[119] Ibid., p. 155

[120] Ibid., p. 155

[121] Ibid., p. 156

Tempos antes do *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas* ser redigido, Fernão Cardim já havia se deparado com aves que se alimentavam de pequenas sujeiras e por esse motivo tornavam-se valiosas para o trabalho doméstico. No tratado *Do clima e da terra do Brasil*, Cardim apresenta o iapu, pássaro de olhos azuis e cujo corpo era revestido por penas pretas, com um rabo "todo amarelo gracioso" e três "penachosinhos" em sua cabeça. Nas palavras do jesuíta, o iapu era um pássaro "formoso" e "muito solícito em buscar de comer, não lhe escapa aranha, barata e grilo".[122] Esta prática do animal, de capturar e se alimentar das pragas comuns ao espaço doméstico, contribuía para que a ave fosse considerada como a "grande limpeza de uma casa".[123] Cardim escreve que quando os iapus eram levados para o interior dos lares, estes pássaros "andam por elas como pegas, não lhes fica coisa que não corram".[124] Para o jesuíta, a semelhança dos iapus com as pegas, parecia se manifestar para além dos traços físicos, pois ambos os pássaros eram criados no espaço doméstico, não para servirem ao divertimento das famílias, mas para auxiliar na limpeza, eliminando grande parte das pragas que afligiam os indivíduos.[125] O apreço pelos iapus era acompanhado pelo cuidado que se deveria ter ao capturar a ave. Consoante o padre, segurar o pássaro com as mãos era algo de grande perigo, "porque [os iapus] arremetem aos olhos e tiram-nos".[126] Desse modo, aqueles que desejassem manter o iapu em seus lares deveriam se atentar ao animal, mantendo uma certa distância em relação ao seu bico, a fim de evitar que seus olhos fossem confundidos com as baratas e grilos que lhes serviam de alimento.

Fernão Cardim também escreveu sobre a anhigma, sobretudo acerca de suas virtudes terapêuticas. Diz Cardim que a anhigma era uma ave de rapina de grandes dimensões e que contava com "um cornito de comprimento de um palmo" na parte superior da sua cabeça, acima do seu bico.[127] Sobre o corno da ave, o religioso escreve: "dizem os naturais que este corno é

---

[122] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro, 1925 p. 52

[123] Ibid., p. 52

[124] Ibid., p. 52

[125] Segundo Cardim, o iapu era o pássaro "do tamanho de uma pega". Sobre a pega, esta era uma ave cujo corpo era revestido por penas pretas, em seu dorso e brancas, em sua barriga. A ave foi apresentada por Raphael Bluteau como sendo "fácil de domesticar" e com a capacidade de aprender alguns comandos que lhes forem ensinados. Não era uma ave consumida pelos homens e isto não envolvia a proximidade desenvolvida com o animal após a domesticação, mas o fato da pega se alimentar se bichos descritos como "nojentos". Cf. CARDIM, Fernão. Op. Cit., p. 52; PEGA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 363

[126] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. Op. Cit., p. 52

[127] Ibid., p. 56

grande medicina para os que se tolhem a fala, como já aconteceu que pondo ao pescoço de um menino que não falava, falou logo".[128]

Por ser uma espécie natural da América do Sul, a anhigma permaneceu desconhecida dos europeus até finais do século XV. Cardim, que muitas vezes estabeleceu comparações entre as aves do Velho e do Novo Mundo, limitou-se a dizer que o bico da anhigma era "maior que de galo", não apresentando outros traços que aproximassem a ave tropical de alguma espécie comum aos europeus. É provável que as particularidades da annigma fossem tantas – a começar pelo corno que crescia em sua face – que o religioso apresenta uma breve descrição física da ave e dedica-se mais ao modo com que o "cornito" era manipulado e utilizado pelos indígenas do Brasil.

Ao que tudo indica, as virtudes medicinais atribuídas à anhima ou anhigma não estiveram restritas ao primeiro século de colonização e aos círculos partilhados pelos missionários religiosos.[129] Algumas décadas após ter sido mencionada em cartas e escritos jesuíticos, a ave foi apresentada no *Tratado Único das Bexigas, e Sarampo*, redigido pelo português Simão Pinheiro Morão (1620-1686), impresso em 1683. Nesta obra, a primeira a versar sobre a matéria médica no Brasil,[130] Morão buscou difundir os meios de preservação e de combate a duas das enfermidades que mais assolavam os moradores dos trópicos, as bexigas e o sarampo.[131] Para o médico, essas doenças contavam com uma mesma "causa material": o sangue menstrual que envolvia o feto durante a gestação.[132] O combate desses males ocorria de

---

[128] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro, 1925, p. 56

[129] Em *Coisas notáveis do Brasil*, o Pe. Francisco Soares descreve a "anima" como um "pássaro de admiração", cujo corpo era coberto por penas pretas e tendo em sua cabeça, um "corno mais brando e que não quebra". Do corno, o jesuíta escreve ser "bom para restituir a fala". Cf. SOARES, Pe. Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 136

[130] Ainda que outros letrados tenham escrito sobre as virtudes medicinais atribuídas à fauna e à flora, as práticas médicas conduzidas nos séculos XVI e XVII e as doenças que afetavam os moradores dos trópicos, a obra do português Simão Pinheiro Morão foi a primeira a versar exclusivamente sobre as doenças que afligiram os moradores do Brasil seiscentista. Pouco tempo após a publicação do *Tratado Único das Bexigas, e Sarampo*, outras duas obras médicas, que versaram sobre a América Portuguesa, foram impressas: o *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* (1694), escrito por João Ferreira da Rosa e *Notícias do que é o Achaque do Bicho* (1703), redigido por Miguel Dias Pimenta. Cf. Nota do editor. *In*: MORÃO, ROSA & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. VII-VIII

[131] DUARTE, Eustáquio. Introdução Histórica. *In*: MORÃO, ROSA & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. 37

[132] De acordo com o médico, o contato com o sangue menstrual delgado resultava no sarampo, enquanto o sangue crasso proporcionava a formação das bexigas. Cf. MORÃO, Simão. Tratado único das bexigas, e sarampo. *In*: MORÃO, ROSA & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**.

diferentes formas, envolvendo o uso de sangrias e purgas para preservar e curar os ferimentos da pele, o processo de evacuação dos humores, técnicas para abrandar os sintomas e o uso de bezoárticos ou contra-venenos, como era a ave anhuma.[133]

Como os demais letrados, Morão atribuiu as virtudes medicinais da anhuma ao "célebre unicórnio" e aos "esporões triangulares,[134] que nos encontros das asas tem". A ave era facilmente vista em Pernambuco, vivendo próxima às lagoas e ao rio de São Francisco. Segundo o médico, suas propriedades eram conhecidas pelos mais diferentes indivíduos, dos nativos aos holandeses que viveram na capitania durante a ocupação neerlandesa na primeira metade do século XVII. Morão escreve que era da "experiência comum a todos os naturais, e por autoridade de Guilherme Pison[135], dizem todos, tem [o unicórnio e os esporões] virtude contra todos os venenos, e contra toda a malignidade dos humores, chamando-os por suor de dentro para fora".[136] Para remediar os pequenos tumores e pústulas que arrebentavam na pele, era necessária uma pequena quantidade do unicórnio e dos esporões da anhuma, cerca de meia oitava raspado e acompanhado por uma das águas bezoarticas mencionadas pelo médico.[137]

O caso da anhuma, assim como o de outras aves e plantas naturais da América, reflete o constante processo de assimilação de saberes indígenas por leigos e religiosos, portugueses e holandeses.[138] Sem a proximidade e a observação das técnicas e modos com que os naturais da terra manuseavam as esporas das asas e da cabeça da ave, não seria possível identificar suas

---

Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. 79

[133] MORÃO, Simão. Tratado único das bexigas, e sarampo. *In*: MORÃO, ROSA & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. 96

[134] Os esporões nas asas são recorrentes em diferentes espécies de galináceos. Em algumas, estes ossos são presentes apenas nos machos, sendo utilizadas em sua defesa e principalmente, nas lutas realizadas nos períodos de acasalamento. No caso da anhuma, as aves macho e fêmea contam com estes esporões utilizados para combater seus predadores. Cf. RAND, A. L. On the Spurs on Bird's Wings. **The Wilson Bulletin**, Wilson Ornithological Society, v. 66, n. 2, p. 127-134, Jun. 1954

[135] Willem Piso escreve em sua *Historia Naturalis Brasiliae*, que eram poucas as aves americanas que contavam com "propriedades medicamentosas ou venenosas". Dessas aves, uma das que se havia comprovado como "pertinentes à medicina", era a Anhima, que contava com um "chifre antidotal, tênue e agudo". Cf. PISO, Guilherme. **História natural e médica da Índia ocidental**. Em cinco livros. Traduzida e anotada por Mário Lôbo Leal. Revista por Felisberto Carneiro e Eduardo Rodrigues. Escôrço biobibliográfico de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957, p. 671-672

[136] MORÃO, Simão. Tratado único das bexigas, e sarampo. *In*: MORÃO, ROSA & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. 104

[137] Sobre as águas bezoarticas, Morão apresenta um conjunto de líquidos que podiam ser preparados e ofertados aos enfermos, como as águas de papoulas, de escorcioneiras, de língua-de-vaca do Reino, de borragens e a água de porco-espinho, preparada com a pedra do porco-espinho e considerada como o contra-veneno mais eficaz para combater as bexigas. Cf. MORÃO, Simão. Tratado único das bexigas, e sarampo. *In*: MORÃO, ROSA & PIMENTA. Op. Cit., p. 103-104

[138] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.90-109; CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 23, p.13-32, jan./jun. 2011.

propriedades curativas, que envolviam desde a recuperação da fala até a cura de enfermidades europeias, como o sarampo.[139] Cabe ressaltar que, se nos escritos produzidos no Quinhentos e Seiscentos, a anhuma aparece como uma das poucas aves utilizadas em preparos medicinais, no *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, a ave aparece acompanhada por outros pássaros dotados de virtudes terapêuticas.

Sobre a anhuma, pássaro que os indígenas identificavam como "caintau", João Daniel o apresenta como um dos "mais célebres pássaros do Amazonas, digno de andar nas histórias, como anda pelas suas estimáveis propriedades, mais que pelo seu tamanho, ainda que também é dos maiores".[140] Na narrativa, o letrado demonstra conhecer as virtudes medicinais que seus antecessores atribuíram à ave, sobretudo os membros da Companhia de Jesus. Conforme João Daniel, a ave era "galante", devido às penas brancas e algumas plumas pretas que revestiam seu corpo, e apreciada pelos seus comensais, tendo uma carne "gostosa, e tenra". Para além da beleza e do sabor, o letrado afirma que:

> no que mais se faz acredor de estimação dos homens é em ter na testa uma ponta, como unicórnio, redonda, e do tamanho de pau de dentes, e dele se servem naquelas terras alguns, em lugar de palitos pelo préstimo de ser contraveneno. Também nos cotos, ou encontros das asas têm duas do mesmo feitio, e com a mesma virtude, e eficácia, que a ponta do unicórnio de ser contraveneno; e de fato certificam homens fidedignos que as ditas aves antes de beber metem primeiro a tal ponta na água.[141]

Ao se referir ao esporão que crescia na cabeça da ave, João Daniel o comparou ao "unicórnio", animal mencionado em escritos produzidos na antiguidade, bem como nos bestiários e narrativas de viagem redigidas ao longo do medievo.[142] Sobre este "unicórnio", o jesuíta ressalta a sua virtude como um contraveneno e que tal uso era comprovado pelo comportamento da própria anhuma, que posicionava a "ponta" no interior da água, a fim de

---

[139] CROSBY, Alfred A. **Imperialismo ecológico.** A expansão biológica da Europa, 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 207

[140] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 155

[141] Ibid., p. 155

[142] Em *Historia Natural*, Plínio, o Velho, apresenta algumas breves menções ao unicórnio. Ao versar sobre animais providos de cascos, como animais de cargas e alguns porcos, o letrado comenta que animais dotados de chifres, quase sempre são providos de fissuras em seus cascos, sendo uma exceção o unicórnio, provido de chifres e sem a fissura no casco. Durante a Idade Média, o unicórnio foi compreendido como um animal que oscilava entre o mundo imaginário e o mundo real, havendo muitas tentativas de identificar, entre as criaturas terrestres, aquelas que traziam consigo um único chifre em sua face, como era o caso do narval e do rinoceronte. Cabe ressaltar que desde a antiguidade e ao longo do medievo, construiu-se a ideia de que o chifre do unicórnio era um valioso antídoto contra os venenos capazes de matar os homens. Cf. LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Tradução de Stephania Matousek. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 139-149; PLINIO. Libro XI. *In*: PLINIO. **Historia Natural**. Traducción de Josefa Cantó, Isabel Gómez Santamaría, Susana González Marín y Eusebia Tarrino. Segunda Edición. Madrid: Ediciones Cátedra, 2007.

verificar se o líquido estava apto ao consumo. Além da virtude medicinal atribuída à ave, João Daniel relata que a espécie era muito apreciada pelos moradores do norte do Brasil, por ser um animal dócil, capaz de se criar "entre as mais aves domésticas" e que "amansa-se com tanta facilidade, que não só vem comer à mão, mas faz festa a seu dono revirando o pescoço, e a cabeça".[143]

Ao lado da anhuma, duas outras aves tiveram suas propriedades terapêuticas exploradas no *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. A primeira foi a ema, apresentada pelo Pe. João Daniel como sendo "o maior volátil que cria nas suas campinas o Amazonas",[144] em referência às dimensões da ave, que se aproximava do tamanho de uma vitela e por isso realizava apenas voos curtos e próximos ao solo. De acordo com o jesuíta, as penas das emas eram apreciadas para os mais diferentes fins, utilizadas para as plumagens de chapéus, para a feitura de espanadores e servindo "de finos, e engraçados leques das donas".[145] Sobre as suas virtudes curativas, João Daniel afirma que o "papo desta ave serve para desfazer as pedras, e curar quem é achado deste mal". É provável que o jesuíta tenha atribuído tal propriedade à habilidade do animal em digerir diferentes objetos, como pedras e prataria, mais precisamente um dedal de prata que havia sido resgatado por uma senhora que, "vendo que ainda não tinha passado do pescoço para o papo, lhe espremeram tanto, até que outra vez saiu pela boca fora, mas muito gasto, e bem se deixava ver, que por mais uma, ou outra hora o consumiria todo".[146] Se a ema era capaz de digerir um dedal de prata, era possível que o seu papo quebrasse cálculos renais. Contudo, o padre aponta que "é necessária muita cautela" ao oferecer o papo da ave aos doentes, devido ao "grave perigo que causa com a sua muita acrimônia, e fortaleza". Para garantir o êxito do procedimento, "conforme dizem os experimentados", era necessário reunir o papo da ema com uma mistura de "papo de mutum com uma casca de certo pau" e apenas assim, oferecer aos enfermos renais.[147]

Algumas páginas após apresentar suas impressões acerca da ema, o religioso se dedicou à outra ave medicinal, o mutum. De acordo com o letrado, o mutum era um pássaro "digno de especial pela nota, assim pela grandeza, como de peru, como também pela vista, e gosto". Por serem tão galantes, eram considerados "dignos de se criarem entre as aves domésticas", com as quais conviviam facilmente.[148] Os mutuns eram abundantes no norte do Brasil e encontrados

---

[143] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 155
[144] Ibid., p. 151
[145] Ibid., p. 152
[146] Ibid., p. 152
[147] Ibid., p. 152
[148] Ibid., p. 160

em três espécies distintas: o mutunguaçu, "mutum grande", revestido por penas pretas; os "mutuns de fava", em referência à crista avermelhada da ave e por fim, o "mutumpinima", que contava com uma trunfa de penas altas no topo de sua cabeça e que se levantavam quando a ave se espantava com algo.

Apesar das diferenças de tamanho e nas cores das plumas, o papo destas três espécies de mutum era virtuoso e útil para desfazer os cálculos situados no interior das bexigas e rins, servindo para todos aqueles que "padecem as agudas dores deste mal".[149] Como o papo da ema, o papo do mutum era voraz, capaz de "desfazerem qualquer metal, e o mesmo ferro", como afirmavam alguns "curiosos observadores", homens que haviam notado que os mutuns domésticos engoliam dedais e pregos com facilidade, desfazendo-os por meio do calor do seu papo. Para os enfermos de pedra, a recomendação do Pe. João Daniel era de que bebessem o papo do mutum seco e desfeito em pó. Estas propriedades medicinais do mutum eram conhecidas de diferentes indivíduos, não apenas por "curiosos", mas também por homens professos, como narra o letrado:

> um religioso tinha uma eficaz receita para desfazer a dor de pedra, que nunca quis revelar, porque lhe tinham comunicado debaixo de juramento, ou em segredo natural; mas por alguns indícios se presume que um dos seus ingredientes, e talvez o principal, eram papos de mutuns, patos, e emas.[150]

O Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII não era, pois, apenas a terra dos papagaios, era também a terra das galinhas, jacus, perdizes, emas, tucanos, urubus e de tantas outras aves mencionadas em crônicas e tratados redigidos ao longo destas três centúrias. Nesta parte da América, as aves foram domesticadas e admiradas, viveram no interior das casas e nos quintais, eram apreciadas pelo seu canto e pareciam surpreender os europeus devido à facilidade com que se aclimatavam, adaptavam e se reproduziam nos trópicos. Assim como as espécies, os seus usos também foram abundantes, servindo como adorno, companhia, alimento, remédio e importantes auxiliares na limpeza doméstica e pública.

Para os homens católicos, sobretudo os professos de ordens religiosas, a abundância e diversidade de aves refletia as criações feitas por um Deus que, cuidadosamente, escolheu as cores, as plumas e os contornos de todos aqueles pássaros. Por esse motivo, alguns padres e freis buscaram identificar os traços divinos nas aves do Brasil, enquanto outros, "serviram" estes animais em seus sermões, incorporando-os como um alimento espiritual capaz de aliviar as angústias dos pecadores. Em meio às plumas coloridas e aos sons emitidos, houve aves

---

[149] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 160

[150] Ibid., p. 160

misteriosas, criaturas que nem sempre eram compreensíveis aos olhares católicos. Porém, antes de voltarmo-nos às impressões sobre esses pássaros, nos dedicaremos aos outros animais que estiveram distantes do solo, isto é, os peixes encontrados nas abundantes águas brasílicas.

3.3 Peixes nas águas, mesas e altares

Quando Pero de Magalhães Gandavo escreveu sua *Historia da Provincia de Santa Cruz*, por volta do ano de 1573, a colonização lusa na América já durava algumas décadas. Nestes meados do século XVI, os portugueses haviam iniciado o processo de demarcação das capitanias litorâneas e nessas andanças, depararam-se com uma vegetação perene e animais distintos dos europeus. O interesse principal desses homens era pelas pedras preciosas, o que se concretizou em 1514, quando transportaram pequenas quantias de ouro para a Europa.[151] As expectativas lusitanas, no entanto, envolviam a descoberta de grandes jazidas, como as que os castelhanos avistaram na parte meridional da América. Estes grandes volumes de ouro e diamantes existiam na colônia portuguesa, mas foram encontrados somente no início do século XVIII.[152]

Na visão do fidalgo Gandavo, enquanto as riquezas minerais não se tornavam realidade, os portugueses deviam desfrutar das outras bonanças do território, como os pescados. Em sua *Historia*, o letrado ressalta que os homens tinham de se entreter com as criações divinas existentes; nas últimas linhas do capítulo que dedica aos "peixes notáveis, baleias e âmbar que há nestas partes", afirma:

> Finalmente que como Deus tenha de muito longe esta terra dedicada à Cristandade, e o interesse seja o que mais leva os homens traz-se que outra nenhuma coisa que haja na vida, parece manifesto querer entretê-los na terra com esta riqueza do mar, até chegarem a descobrir aquelas grandes minas que a mesma terra promete, para que assim desta maneira traga ainda toda aquela cega e bárbara gente que habita nestas partes ao lume e conhecimento da nossa santa Fé católica, que será descobrir lhe outras minas maiores no céu, o qual nosso Senhor permita que assim seja, para glória sua, e salvação de tantas almas.[153]

---

[151] Em 1514, a armada de D. Nuno Manuel retornou a Portugal com os primeiros metais preciosos recolhidos durante a navegação pelo rio da Prata. Após esta descoberta, alguns navegadores passaram a direcionar suas viagens para o sul da colônia portuguesa, a fim de encontrar tais riquezas. Cf. ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Prefácio de José Honório Rodrigues. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasílica: INL, 1976, p. 32

[152] Entre os anos de 1549 e 1552, circularam informações sobre a existência de grandes jazidas de metais preciosos na região do Peru. Os relatos produzidos pelos cronistas castelhanos foram compreendidos como uma "promessa" de que seria possível encontrar ouro, prata e pedras preciosas, também, na América Portuguesa. A "promessa" se consolidou, mas apenas no início do século XVIII. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 85

[153] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 30

Para Gandavo, as minas de pedras preciosas eram, na verdade, apenas um instrumento para se alcançar um dos principais objetivos da presença portuguesa na América, ou seja, promover a conversão dos gentios e garantir a salvação de suas almas.[154] Enquanto o ouro, a prata, as esmeraldas e os diamantes não eram encontrados e a conversão dos gentios ocorria pelas missões evangelizadoras de jesuítas e franciscanos, os lusitanos podiam desfrutar das outras riquezas que o Senhor havia legado a esta terra e, principalmente, a estas águas.

Gandavo observara que os cursos d'água dos trópicos, além de cristalinos, eram habitados por um grande volume de peixes, alguns semelhantes aos pescados europeus e outros completamente desconhecidos. Na capitania do Espírito Santo, por exemplo, o bracarense nota a existência de um rio muito grande, "no qual se mata infinito peixe", em quantidade suficiente para alimentar todos os residentes na região: [155]

> É tão grande a cópia do saboroso e sadio pescado que se mata, assim no mar alto, como nos rios e baias desta Província de que geralmente os moradores são participantes em todas as capitanias, que esta só fertilidade bastará a sustentá-los abundantissimamente, ainda que não houvera carnes nem outro gênero de caça na terra de que se proveram.[156]

Do mesmo modo que seus contemporâneos e sucessores, Gandavo tratou das dimensões físicas dos animais, dos usos que os nativos faziam deles e do modo com que eram pescados pelos indígenas. Dos distintos peixes avistados no litoral, o cronista destaca a presença do peixe-boi, que "não tem feição alguma de nenhum peixe, somente na pele que se parecem com toninha",[157] e dos grandes camboropíns. Esse último, tão grande e pesado, que sua pesca demandava o uso de arpões, único instrumento capaz de perfurar as grandes e duras escamas desse peixe que tinha o tamanho dos atuns.[158] Para capturar o camboropín era necessária habilidade de "bom pescador", visto que deveria "deixar os primeiros [peixes] passar" e aguardar "até que fiquem a jeito que possa arpoá-los por detrás de maneira que o arpão entre no peixe sem as escamas o impedirem". Como ressaltado por Gandavo, apenas um conhecedor da espécie saberia esperar o momento exato para lançar o arpão em meio às resistentes escamas do animal. Com o uso destas técnicas, a pesca era lenta, mas muito vantajosa, pois o camborapín

---

[154] CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, 2006.
[155] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 13
[156] Ibid., p. 28
[157] Ibid., p. 28
[158] Ibid., não paginado

era "um dos melhores peixes que há nestas partes, porque além de ser muito gostoso, é também muito sadio, e mais enxuto de sua propriedade que outro algum que na terra se coma".[159]

No caso do maiacu, outro pescado abordado por Gandavo, a habilidade em manusear o peixe após a pesca era fundamental para garantir que o animal não deixasse de ser alimento e se tornasse a causa da morte de seus comensais. Diferente do camborapín, o maiacu era um peixe de pequenas proporções, parecido com o xarroco[160] e "muito peçonhento por extremo". A toxina do peixe se concentrava em sua pele e era tão perigosa aos homens,[161] que "se uma pessoa gostar um só bocado dela, logo naquela mesma hora dará fim a sua vida, porque não há nem se sabe nenhum remédio na terra, que possa apagar nem deter por algum espaço o ímpeto deste mortífero veneno".[162] Apesar de mortal, o veneno do maiacu não era um obstáculo ao seu consumo pelos "índios da terra", homens que se "aventuram a comê-los depois que lhe tiram a pele, e lhe lança fora por baixo toda aquela parte onde dizem que tem a força da peçonha".[163] Segundo Gandavo, algumas outras características dos maiacus deviam ser comentadas, como o visível inchaço do corpo quando eram retirados da água, "de maneira que parece uma bexiga cheia de vento" e o quão mansos eram estes animais, "tão mansos que os podem tomar às mãos sem nenhum trabalho".[164] Na visão do letrado, o fácil acesso aos peixes, que se aproximavam das margens dos rios, acabava sendo um convite às pessoas a retirá-los da água e a "ainda a comê-los" se não tivessem conhecimento sobre sua peçonha ou domínio das técnicas de extração de sua pele.

Em linhas gerais, Gandavo afirma não haver grandes diferenças em relação às dimensões físicas dos pescados avistados nos dois lados do Atlântico. Alguns aspectos, no entanto, pareciam contribuir para que os peixes do Novo Mundo fossem compreendidos como melhores, sobretudo no que tange ao sabor e à salubridade. De acordo com o letrado, os peixes

---

[159] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, não paginado

[160] Ao se referir ao "xarroco", possivelmente, Gandavo menciona o enxarroco, peixe que viviam em águas salgadas, dotado de uma cabeça redonda, de pele áspera e de dimensões maiores do que seu corpo. Cf. ENXARROCO. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p.165

[161] Séculos após a impressão da narrativa de Gandavo, a "peçonha" do baiacu passou a ser identificada como tetrodotoxina, substância liberada pelas glândulas do animal. Cf. BRACHT, Gisele Cristina da Conceição. **No qual se trata do que há nos mares e rios deste Novo Mundo:** a importância dos recursos pesqueiros na América portuguesa do século XVI. 111f. 2013. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013, p. 64

[162] GANDAVO, Pero de Magalhães de. Op. Cit., p. 29

[163] Ibid., p. 29

[164] Ibid., p. 29

do Brasil são "muito mais saborosos, e tão sadios, que não se vedam nem fazem mal aos doentes e para quaisquer enfermidades são muito leves: e de toda maneira que os comam não ofendem a saúde".[165] Segundo a teoria humoral, os peixes, enquanto seres que viviam na água, contavam com uma virtude fria e úmida e por esta razão, não eram recomendados a todos os indivíduos. Assim, para garantir o melhor aproveitamento da sua carne, a principal instrução era de que fossem preparados sob a forma de fritura ou cozimento, esta última, comum aos comensais dos trópicos.[166] Porém, como constatam Gandavo e outros letrados, os pescados do Brasil pareciam benéficos a todos os indivíduos, havendo, inclusive, espécies recomendadas para a restauração da saúde.

Gabriel Soares de Sousa dedica um capítulo do seu *Tratado descriptivo do Brasil em 1587* para abordar exclusivamente "algumas castas de peixe medicinal" que viviam nos mares e rios da capitania da Bahia. Aí, o senhor de engenho apresenta cinco espécies dotadas de "carnes leves", consideradas aptas a serem consumidas pelos doentes. Um destes animais era o jaboaraçá, peixe com feições semelhantes ao salmonete e de fígados vermelhos; sobre a sua carne, o letrado evidencia ser "muito tesa, muito saborosa" e tão leves, "que se dão aos doentes".[167] Os salmonetes, peixes de água marinha mencionados por Soares de Sousa, contavam com uma carne enxuta, saborosa, desprovida de gordura e "desenfastiosa", ou seja, uma carne leve e que suprimia o fastio, a falta de apetite.[168]

Outro peixe mencionado foi o piraçaquem, peixe desprovido de escamas, semelhante aos safios[169] portugueses. De acordo com Soares de Sousa, este era um "peixe saboroso, e muito leve para os doentes".[170] Semelhantes palavras foram dirigidas também ao bodiaem, "peixe mole, mas muito gostoso e leve", e ao goayibicoati, peixe revestido por escamas azuladas e que

---

[165] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 29

[166] Segundo Câmara Cascudo, os indígenas do Brasil tinham um maior apreço por alimentos, assados, tostados e cozidos, não havendo o hábito de consumirem carnes cruas. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguêsa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 86. Sobre a interpretação dos peixes em meio à teoria humoral, ver: FLANDRIN, Jean-Louis. Tempero, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI. *In*: FLANDRIN, Jean Louis; MONTANARI, Massimo (org.). **História da Alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 495

[167] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 264

[168] Cf. SALMONETE. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 449

[169] Safio era um peixe encontrado em águas marinhas. Cf. SAFIO. *In*: BLUTEAU, Raphael. Op Cit., p. 427

[170] SOUSA, Gabriel Soares de. Op. Cit., p. 264

vivia próximos às pedras. Diferentemente dos demais, os goayibicoati eram peixes de carne densa, "muito gordos e saborosos", mas também "leves para doentes", como relata o autor do *Tratado*.[171] Ao final do capítulo, o senhor de engenho afirma haver "outros muitos peixes [...] muito medicinais para doentes e de muita substância, que por não enfadar não digo deles".[172]

Pela narrativa redigida por Gabriel Soares de Sousa, pode-se apreender que os peixes apontados como "medicinais" não eram direcionados a enfermidades específicas, mas não deixavam de desempenhar um papel importante no reestabelecimento dos doentes, sobretudo as espécies que contavam com carnes leves e sadias, um valioso alimento para aqueles que se encontravam debilitados. Ao lado dos peixes úteis aos enfermos, Gabriel Soares de Sousa explorou um grande conjunto de pescados que serviam aos mais diferentes fins, das conhecidas práticas alimentares aos azeites que lustravam navios.

Quando escreveu sobre o peixe-serra, denominado pelos indígenas de aragoagoay, o letrado contemplou os tantos usos que foram atribuídos ao animal em meados do século XVI. O peixe era vestido por uma couraça como de tubarões e em seu focinho, avistava-se "uma espinha de osso muito dura, com dentes de ambas as bandas mui grandes",[173] que serviam para a sua defesa perante tubarões e outros perigos. Soares de Sousa descreve o aragoagoay como provido de uma carne naturalmente seca e de pouca gordura e que quando capturado, era posto "em tassalhos[174] para se secar" e após seco, servia "para a gente do serviço". Recortada a carne do peixe, seus fígados eram aproveitados para a produção de azeite, podendo gerar de "trinta a quarenta canadas de azeite, que serve para a candeia e para consertar o breu para os barcos".[175]

A técnica de preparação do peixe-seco, que envolvia o posicionamento da carne próxima ao fogo e à fumaça, a fim de eliminar todo o líquido de seu interior,[176] também foi utilizada para o preparo da carne de tubarões, chamados de uperus, "de que há muita soma no mar da Bahia".[177] Como era sabido entre portugueses e indígenas, estes peixes alimentavam-se tanto de "peixes miúdos", quanto de seres humanos, o que demandava uma maior atenção dos

---

[171] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 264-265
[172] Ibid., p. 265
[173] Ibid., p. 256
[174] Tassalho era o nome dado ao pedaço de carne cortado para ser salgada. Cf. TASSALHO. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 58
[175] SOUSA, Gabriel Soares de. Op. Cit., p. 257
[176] CASCUDO, Luis da Camara. **História da Alimentação no Brasil**. Segundo Volume. Cozinha brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 203
[177] SOUSA, Gabriel Soares de. Op. Cit., p. 257

pescadores. Aqueles que desejavam pescá-los, faziam-no com uso de anzóis de candeia com grandes arpões e como observou Soares de Sousa, os tubarões serviam para fins semelhantes aos do peixe-serra. A carne do animal, apreciada pelos indígenas, também era preparada sob a forma de "tassalhos secos" e assim, oferecida como alimento aos escravos que trabalhavam nos engenhos.[178] Dos fígados, era possível obter um grande volume de azeite "vinte, e vinte quatro canadas" de líquido e até os dentes do animal eram aproveitados, principalmente pelos indígenas "que os engastam nas pontas das flechas; e os que os têm são muito estimados deles", como afirma o autor do *Tratado*.[179]

Os peixes do Brasil, segundo os letrados do Quinhentos, não eram apenas abundantes, mas capturados com uma certa facilidade, ainda que demandassem alguns cuidados e técnicas, como ocorria com os peixes-serra e os camborapíns. À medida que identificavam os pescados dos trópicos, os lusitanos aprendiam, também, sobre as formas e usos que um único animal poderia ter. Estas tentativas de aproveitar cada pedaço dos pescados, sobretudo dos grandes peixes, não foi algo restrito ao século XVI, sendo mencionadas na narrativa de Sebastião da Rocha Pitta, escrita mais de um século após o *Tratado Descriptivo do Brasil*.

Na *História da América Portugueza*, impressa em 1730, o baiano apresenta um breve panorama dos "pescados estrangeiros" e naturais dessa terra: "dos de Europa, linguados, sáveis, tainhas, pescadas, salmonetes, robalos, meros, arraias, cações, galos, enxarrocos, voadores, carapaus, xernes, sardos, corvinas, agulhas e sardinha";[180] já dos naturais, "por serem infinitos", o letrado se limitou às espécies "mais notáveis": "baleias, beijupirás, cavalas, garoupas, vermelhas, corimás, pâmpanos, carepebas, olhos de boi, dourados, e xeréus".[181] Deste último, o xeréu, Rocha Pitta diz merecer "especial notícia", pois constituía a maior parte dos pescados obtidos na capitania da Bahia. Por isso, eram o principal "sustento dos escravos, e do povo miúdo da Bahia".[182] Para aproveitar a abundância de xeréus, as pescarias contavam com muitas armações situadas desde a enseada da cidade de Salvador até Itapoã, uma distância que remetia a quatro léguas do litoral da capitania. Segundo Rocha Pitta, neste espaço eram posicionadas as grandes redes de pesca, "que carecem de cinquenta, e sessenta pessoas, para as recolher,

[178] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 257
[179] Ibid., p. 257
[180] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 42
[181] Ibid., p. 42
[182] Ibid., p. 42

contando-se em alguns dos lanços mil e quinhentos, e dois mil xeréus".[183] A necessidade de redes largas e de muitos homens para atuar nesta pescaria também se explicava pelo tamanho dos xeréus, que chegavam a ter "quatro palmos de comprido, um e meio de largo". Apreciado por serem "sempre gordos, e gostosos", as ovas do xeréus "não deixam de lograr estimação", como afirma o letrado. Assim como os peixes, as ovas eram grandes e após recolhidas das águas, eram postas em prensas, espremidas e deixadas para secar ao sol por alguns dias. Após este processo, as ovas secas permaneciam boas ao consumo por longos períodos, tornando-se, desse modo, um ingrediente para a matalotagem e servindo como um "regalo aos mareantes".[184]

Outro peixe que demandava um maior esforço em sua captura era a baleia, "monstro" avistado na costa da Bahia entre os meses de junho e outubro de cada ano. Rocha Pitta anuncia a baleia como um sendo um "estupendo parto das ondas", ondas que se formavam pelos movimentos do animal que chegava a ter "setenta palmos de comprimento, vinte e seis de largura, e dezoito de alto".[185] As alas da baleia – nome dado às nadadeiras – tinham, em média, vinte palmos de comprido, assim como a sua cauda e a cada vez que ambas, alas e cauda, eram levantadas, gerava-se um "estrondo formidável, e perigo evidente de qualquer embarcação, em que descarregar aqueles terríveis golpes".[186]

A grandeza da baleia e a periculosidade que proporcionava aos navegantes contribuíram para que este peixe fosse identificado por Rocha Pitta como um "útil monstro", já que proporcionava grandes lucros aos pescadores. Desde o início do século XVII, Portugal detinha o monopólio da atividade pesqueira das baleias que se aproximavam da costa brasílica.[187] De acordo com o letrado, os contratos para aqueles que ingressassem neste ramo da economia colonial no início do século XVIII eram negociados a elevados preços, "cento e oitenta mil cruzados" e em 1723, o contrato havia alcançado o valor de "duzentos e cinco mil [cruzados]".[188] Os contratantes também despendiam outros custos, cerca de "vinte mil" cruzados anuais com a pesca da baleia e em torno de "quarenta mil cruzados" destinados à

---

[183] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 43
[184] Ibid., p. 43
[185] Ibid., p. 44
[186] Ibid., p. 44
[187] DIAS, Camila Baptista. **A pesca da baleia no Brasil colonial**: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 71-72; ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). **Revista de História**, São Paulo, v. 15, n. 32, 1957, p. 437
[188] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. Op. Cit., p. 45

instalação e manutenção da "fábrica de casas, armazéns, tanques, formas para recolher azeite, taxas para o cozer, e outros instrumentos, assim de sua Majestade, como dos Contratadores".[189]

Durante a temporada de pesca, diariamente saiam seis lanchas em busca das baleias que se aproximavam das costas, quatro delas com arpões e duas "de socorro", barcos que serviam para auxiliar no transporte das baleias mortas até a praia.[190] Em anos propícios ao contrato, era possível pescar de três a quatro baleias. Mesmo que os custos e os esforços dispendidos para a captura do animal fossem elevados, Sebastião da Rocha Pitta ressalta quão vantajosa era a sua pesca:

> O consumo que este gênero tem, de que resulta a ganância que dá, é porque da baleia se fazem carnes, de que os escravos se sustentam: os moradores, que possuem muitos, assim nas casas, como nas lavouras, as mandam beneficiar em pipas, e barris, que lhes dura de uma a outra safra, e delas consta a matalotagem da gente marítima, que serve nas embarcações, que vão para a costa da África, e para outros portos; e também porque da imensa inundação de azeite, que se tira deste peixe, se aluminam todas as casas, fábricas, e oficinas do Brasil.[191]

Como observou Rocha Pitta, todo o corpo deste peixe era composto por "toucinho, e carne".[192] Morta a baleia, sua carne era retalhada, salgada e conservada em barris com sal, técnica que permitia que o animal pudesse ser ingerido por longos períodos. Assim obtinha-se a principal proteína consumida pelos escravos que atuavam nos espaços rurais e urbanos, além daqueles que eram transportados em navios negreiros. Já o "toucinho", a grande camada de gordura que revestia o corpo da baleia, era beneficiada e transformada em azeites que garantiam o funcionamento das lamparinas, além de servir como matéria-prima para a produção de velas.[193] Rocha Pitta ressalta que outros gêneros de azeites também eram úteis para a iluminação, como o azeite extraído da mamona e o azeite obtido dos fígados dos peixes cações. No entanto, estes eram azeites "mais raros, e artificiosos", não sendo tão comuns quanto os azeites de baleia.

Assim como Rocha Pitta, outros católicos já haviam escrito sobre as muitas riquezas que se podia obter quando as grandes baleias se aproximavam da costa do Brasil. Em finais do século XVI, Fernão Cardim afirmou que a formação geográfica do litoral, composta por baias,

---

[189] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 45

[190] ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (II). **Revista de História**, São Paulo, v. 16, n. 33, 1958, p. 160

[191] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. Op. Cit., p. 45-46

[192] Ibid., p. 43-44

[193] ELLIS, Myriam. Op. Cit., p. 416-418

enseadas e esteiros, contribuía para acomodar uma "grande multidão de baleias", sendo possível encontrar de quarenta a cinquenta baleias juntas, principalmente no inverno.[194] Durante esse período, era possível avistar o âmbar gris na praia. De acordo com Cardim, isso estava diretamente vinculado à passagem dos animais pelo litoral. Assim, o jesuíta pontua que, "elas [as baleias] deitam o âmbar que acham no mar, e de que também se sustentam, e por isso se acha algum nesta costa".[195] Ainda que tenha sido associado às baleias, a origem desta substância encontrada nas praias era desconhecida e, segundo Cardim, havia homens que afirmavam que "o mesmo mar o deita nas praias com as grandes tempestades e comumente se acha depois de alguma grande".[196] Apesar das dúvidas sobre a origem do âmbar, Cardim relata que este era abundante nas terras da Bahia, já que "só em um ano colheu oito mil cruzados dele, sem lhe custar nada", como menciona em sua *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*.[197]

A origem do âmbar seguiu desconhecida até finais do século XIX,[198] quando se identificou que a substância avistada nas praias era produzida no intestino grosso das baleias cachalotes e expelida sempre que os animais se sentiam assustados ou eram feridos.[199] Como o âmbar se acumulava nas praias durante os períodos em que um maior volume de baleias se aproximava da costa, grande parte dos letrados católicos atribuíram a recorrência da substância à presença dos grandes peixes. O Pe. Francisco Soares, que esteve no Brasil durante as últimas décadas do Quinhentos, também escreveu sobre a recorrência das baleias na capitania da Bahia entre os meses de maio e outubro. Em sua narrativa, o jesuíta levanta algumas suposições sobre a origem do âmbar avistado nas praias:

> há muito âmbar quando vem ou é que em certo tipo elas [as baleias] o botam como esterco depois de comerem ou como mais certo que vão abaixo e o arrancam que diz se cria no mar e com trombeta se colhe abaixo e o comem e assim quando se acham no Brasil muito âmbar é depois das trombetas que logo vem assim às praias.[200]

---

[194] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 83

[195] Ibid., p. 83

[196] Ibid., p. 83

[197] CARDIM, Fernão. Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, (S. Paulo), etc., desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovão de Gouvêa. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 312

[198] DANNENFELDT, Karl H. Ambergris: The Search for Its Origin, **Isis**, Chicago, v. 73, n. 3, Sept. 1982, p. 397

[199] O consumo de lulas pelas cachalotes foi identificado como a principal causa para a formação desta substância. ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). **Revista de História**, São Paulo, v. 15, n. 32, 1957, p. 422

[200] SOARES, Pe. Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 185

O Pe. Francisco Soares considera as baleias como geradoras deste âmbar e que a substância consistia em um dejeto liberado ocasionalmente pelo animal. Contudo, o religioso parece reputar como "mais certa" a ideia de o âmbar ser produzido no fundo das águas marítimas, talvez decorrente da própria ação da natureza e que as grandes "trombetas" ocasionadas pelo nado das baleias carregavam toda aquela substância até a superfície. Francisco Soares aponta em suas *Coisas Notáveis* ter ele mesmo sentido a força gerada pelas trombetas das baleias. O padre narra ter se deparado com mais de cinquentas baleias juntas e estas "vinham botando água que milagrosamente escapamos" e complementa relatando como se salvou do encontro com estes animais: "eu me vi entre sete e não tinha para onde me acolher senão batendo-lhe até que cheguei a uma [...] e batendo-lhe em ferro é bom".[201]

Como o Pe. Francisco Soares, Ambrósio Fernandes Brandão demonstra suas dúvidas sobre a relação existente entre o âmbar e as baleias. Ao versar sobre as grandezas do Brasil, Brandônio destaca a abundância de pescados, afirmando haver muitos "dourados, meros, moreias, pescadas, tainhas, cações, albacoras, bonitos, lavradores, peixe-espada, peixe-agulha, xaréu, salmonetes, sardinhas", todos "gordos e gostoso para se comer".[202] Dentre os pescados conhecidos dos portugueses, estavam, também, as baleias. Alviano, que parecia conhecer pouco sobre os pescados brasílicos, questiona se havia muitas baleias devido à grande quantidade de âmbar lançado na terra. Brandônio confirma que estes animais eram, sim, numerosos e que na costa do Brasil "se acham muitas e muito grandes, principalmente no verão", temporada em que os homens se dedicavam à sua pesca para produzirem azeite de peixe.[203] Segundo Brandônio, a maior pesca de baleias ocorria na capitania da Bahia, onde "matam muitas às farpoadas alguns biscainhos de que fazem o mesmo azeite, por ser coisa que tomaram por ofício".[204] Contudo, no que tange ao âmbar, o autor dos *Diálogos* discorda da informação ouvida por Alviano:

> o cuidardes que as baleias lançam o âmbar na terra, é engano manifesto; porque não há tal, que a causa de vir a terra não é outra senão que essas mesmas baleias e outros grandes pescados o vão buscar para o comerem no profundo das águas marítimas, onde nasce em grandes arrecifes, e, com a força

[201] SOARES, Pe. Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 185-187
[202] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 258
[203] Ibid., p. 263
[204] Ibid., p. 263

> que fazem para o espedaçarem se quebram alguns pedaços, uns grandes, e outros pequenos, que depois o mar lança à costa, onde se acham.[205]

Diferente do que pensava Alviano, Brandônio sugere que o âmbar era gerado nos arrecifes situados nas profundezas do mar e transportado até a superfície das águas através dos movimentos feitos por grandes peixes, como eram as baleias. Porém, ele narra ter recebido, há poucos dias, uma informação que parecia "assaz verdadeira" e que "desbarata tudo o que acima digo, acerca da criação do âmbar".[206] De acordo com o letrado, dois homens haviam lhe comunicado que, nas praias da capitania do Rio Grande, um morador havia encontrado "um pau do comprimento de um braço e quase da mesma grossura, que o mar lançara à costa, o qual tinha esgalhes de rama na ponta".[207] Neste pau, avistava-se "três ou quatro onças de âmbar-gris, muito bom, que parece que no fundo das águas se criam também em árvores, da sorte daquele pau, que dão o âmbar por resina".[208] Para Brandônio, este tronco encontrado no Rio Grande "não é coisa em que possa haver dúvida", sendo uma forma de atestar as origens vegetais do âmbar e romper com as narrativas de que esta substância era gerada pelas baleias ou pelos arrecifes da costa brasílica.

As muitas tentativas de identificar as origens do âmbar gris podem ser compreendidas pelas virtudes terapêuticas atribuídas à substância ao longo dos anos, que envolviam o seu consumo para combater os males intestinais e pestilências.[209] Nos trópicos, o âmbar foi um ingrediente incorporado em mezinhas destinadas a remediar feridas, contusões, apoplexias e até para proporcionar odores agradáveis.[210] Brandônio, ao comentar sobre a árvore que proporcionava grandes volumes de âmbar, provavelmente se referia às resinas vegetais que haviam enrijecido em algum tronco.

---

[205] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 263-264

[206] Ibid., p. 264

[207] Ibid., p. 264

[208] Ibid., p. 264

[209] DANNENFELDT, Karl H. Ambergris: The Search for Its Origin, **Isis**, Chicago, v. 73, n. 3, Sept. 1982, p. 383

[210] O âmbar gris aparece como ingrediente em diferentes receitas médicas preparadas por boticários jesuítas e que foram reunidas na *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*, obra de autoria anônima, datada de meados do século XVIII. A *Coleção de várias receitas* conta com cerca de duzentas receitas preparadas nos colégios da Companhia de Jesus de diferentes partes do mundo. Das receitas que mencionam a substância, ressaltamos o "Âmbar concertado. Da Botica do Colégio da Bahia", oferecida para fortificar o cérebro, coração e estômago; o "Bálsamo Católico. De Carlos Muzitano", receita ofertada aqueles que contavam com feridas e contusões; o "Bálsamo Apoplético. Das Boticas dos Colégios de Macau e Bahia", valioso para combater apoplexias diversas, vertigens e humores crassos. Cf. VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

As impressões sobre os pescados multiplicavam-se a cada nova narrativa redigida ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em meio aos usos, virtudes e cuidados a serem tomados com estes animais, o Pe. Antônio Vieira apresentou alguns peixes da colônia de uma forma distinta, incorporando-os como figuras centrais do *Sermam de S. Antonio,* pregado na cidade de São Luís, em 13 de junho de 1654. Nesta data, em que a Igreja católica celebra a vida de Santo Antônio (1195-1231), o jesuíta relembrou da figura do santo para abordar as injustiças e contradições avistadas na região do Maranhão e Grão-Pará, em que os colonos exploravam a mão-de-obra de escravos indígenas.[211]

Segundo Vieira, Antônio professava contra os muitos hereges que viviam na cidade de Arimino, na Itália. Diante de um levante da população, que discordava das suas palavras e quase haviam tirado sua vida, o pregador não diminuiu suas ações, optando apenas por mudar de púlpito, como escreve Vieira: "Deixa as praças, vai-se às praias, deixa a terra, vai-se ao mar, e começa a dizer a altas vozes: já que me não querem ouvir os homens, ouçam-me os peixes. Ó maravilhas do Altíssimo!".[212] O jesuíta, que, naqueles meados do século XVII, dizia encontrar-se em uma situação semelhante à do santo português, em meio aos grandes vícios e corrupções de homens e mulheres do Maranhão, opta por imitar sua ação: "voltar-me da terra ao mar, e já que os homens se não aproveitam, pregar aos peixes".[213]

Os pescados estiveram presentes em diferentes passagens da Sagrada Escritura, da criação do mundo no livro do Gênesis até os milagres de Jesus Cristo narrados ao longo do Novo Testamento.[214] Relembrando o evangelho redigido pelo Apóstolo Matheus,[215] Vieira

---

[211] MÜGGE, Ernani; CONTE, Daniel. "Sermão de Santo Antônio aos peixes" ou a metáfora do imaginário colonial português. **Navegações**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, jul./dez. 2017, p. 131

[212] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. In. **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 311

[213] Ibid., p. 312

[214] Nas primeiras passagens do Gênesis, afirma-se "Disse também Deus: Produzam as águas repteis de alma vivente, e aves que voem sobre a terra, debaixo do Firmamento do Céu. Criou Deus pois os grandes peixes, e todos os animais, que tem vida, e movimento, os quais foram produzidas pelas águas cada um segundo as suas espécies; e todas as aves, segundo o seu gênero. E viu Deus que isto era bom". No Novo Testamento, o Apóstolo Marcos registra o milagre da multiplicação dos peixes, em que Jesus, ao adentrar ao Mar da Galileia, foi informado de que a população não tinha o que comer. De acordo com o Evangelista, "Jesus lhes perguntou: Quantos pães tendes vós? Responderam eles: Sete. E mandou a gente que se recostasse sobre a terra; e tomando os setes pães, dando graças, os partiu e deus a seus Discípulos para que os distribuíssem, e eles os distribuíram pelo povo. Tinham também uns poucos de peixinhos; e ele os abençoou, e mandou que lhes pusessem. Comeram pois, e ficaram fartos, e dos pedaços que tinham sobejado levantaram sete cestos. Eram porém os que comeram perto de quatro mil: e Jesus os despediu". Cf. Genesis 1, 20-21. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 1; S. Marcos 5-9. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Op. Cit., p. 593

[215] "Finalmente o Reino dos Céus é semelhante a uma rede lançada no mar, que toda a casta de peixes colhe: e depois de estar cheia, a tiram os homens para fora, e sentados na praia escolhem os bons para os vasos, e deitam

aponta que "quando Cristo comparou a sua Igreja à rede de pescar, diz que os pescadores recolheram os peixes bons, e lançaram fora os maus. E onde há bons, e maus, há que louvar, e que repreender".[216] Ao observar que os peixes eram figuras comuns no cotidiano colonial, Vieira constrói seu sermão a partir de espécies que deviam ser louvadas em suas virtudes e repreendidas pelos seus vícios. Os animais, cabe ressaltar, não traziam consigo virtudes e vícios morais. No entanto, a partir das dimensões físicas e hábitos das espécies, o jesuíta buscou estabelecer analogias entre peixes e homens, a fim de que os ouvintes do sermão analisassem seus próprios comportamentos.

Das virtudes dos peixes, Antônio Vieira ressalta a obediência, a ordem, a quietação e a atenção com que ouviam a palavra de Deus. Enquanto os homens, que contavam com o dom da razão, não a usavam, os peixes pareciam criaturas racionais, pelo respeito e devoção que tinham com os pregadores.[217] Pela impossibilidade da sua domesticação, os pescados mantinham-se afastados dos homens, algo que, na visão de Vieira, demonstra a prudência do animal: "Peixes, quanto mais longe dos homens, tanto melhor: trato, e familiaridade com eles, Deus vos livres.[218] Para o jesuíta, não havia dúvidas de que o distanciamento destes animais em relação aos seres humanos lhes garantiu a salvação durante o Dilúvio, pois todas as criaturas próximas aos seres humanos "também foram castigadas" pelas águas, enquanto "os que andavam longe", como era o caso dos peixes, "ficaram livres".

Em seu sermão, o Pe. Antônio Vieira reuniu algumas espécies que partilhavam destas virtudes – o grande, a rêmora, o torpedo e o quatro-olhos – e que foram apresentados como metáforas para as ações que deveriam ser praticadas pelos católicos. O primeiro mencionado no sermão foi o peixe grande, "grande" em referência às virtudes interiores do animal, "em que só consiste a verdadeira grandeza", como prega Vieira. De acordo com o Velho Testamento, Tobias caminhava acompanhado pelo Anjo Rafael e ao se aproximar do rio Tigre, deparou-se com um peixe grande o suficiente para devorá-lo. Diante do temor de Tobias, o Anjo orientou que arrastasse o peixe para a terra e abrisse o animal, retirando e guardando o seu coração, fel e fígado, pois serviriam como valiosos remédios para curar a cegueira e libertar os demônios

---

foram os maus. Assim será no fim do mundo: saíram os Anjos, e separarão os maus de entre os justos. E lançá-los na fornalha de fogo: ali será o choro, e o ranger com os dentes. Cf. S. Matheus 13, 47-50. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 574

[216] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 313

[217] Ibid., p. 314

[218] Ibid., p. 315

que perseguiam muitos indivíduos.[219] Para Vieira, os moradores do Maranhão deviam se inspirar no peixe de Tobias e abrir e conhecer as entranhas da vida cristã e conclui dizendo aos seus ouvintes, homens e peixes: "Ah moradores do Maranhão, quanto eu [...] pudera agora dizer neste caso! Abri, abri estas entranhas; vede, vede este coração. Mas ah sim, que me não lembrava! Eu não vos prego a vós; prego aos peixes."[220]

Para apresentar a rêmora, Vieira afirma que não se pautará apenas na literatura bíblica, mas também na História Natural, e afirma: "quem haverá, digo, que não admire a virtude daquele peixezinho tão pequeno no corpo, e tão grande na força, e no poder".[221] O jesuíta ressalta que, apesar das pequenas dimensões, o peixe era capaz de se fixar ao leme de uma nau e ali permanecer por longos períodos, suportando a força das velas, dos ventos e do seu próprio peso. Como observa Vieira, a rêmora "aprende e amarra mais, que as mesmas âncoras, sem se poder mover, nem ir por diante".[222]

Relembrando uma das passagens escritas por Tiago,[223] Vieira ressalta que o Apóstolo compara a língua "ao leme da nau, e ao freio do cavalo" e assim também era a principal virtude da rêmora, que ao ser avistada pelos homens, era confundida com os freios das embarcações. O jesuíta, ao comparar a natureza humana a um barco, afirma que o leme era como o livre-arbítrio e o piloto como a razão, razão que muitas vezes era ignorada pelos indivíduos que optavam por conduzir suas vidas de acordo com os ímpetos precipitados do livre-arbítrio. No sermão metafórico de Vieira, a língua de Santo Antônio é representada pela rêmora, dotada de grande força e capaz de "domar, e parar a fúria das paixões humanas", bem como os muitos pecados que se manifestavam por meio das naus da soberba, da vingança, da cobiça e da sensualidade.[224] Tomando como exemplo a figura do Santo português, Vieira refere-se a si

---

[219] Tobias 6, 4-5. *In*: **BIBLIA de Jerusalém**. Nova edição, revista e ampliada. Paulus: São Paulo, 2002, p. 671

[220] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 319

[221] Ibid., p. 319

[222] Ibid., p. 319

[223] "E se pomos freio nas bocas dos cavalos, para que nos obedeçam, também governamos todo o corpo deles. Vede também as naus, ainda que sejam grandes, e se achem agitadas de impetuosos ventos, com um pequeno leme se voltam para onde quiser o impulso do que as governa. Assim também a língua, pequeno membro é na verdade, mas de grandes coisas se gloria. Vede como um pouco de fogo não abrasa um grande bosque! Também a língua é um fogo, um mundo de iniquidade. Entre os nossos membros se conta a língua, a qual contamina todo o corpo, e tisna a roda do nosso nascimento, inflamada do fogo do inferno". Cf. Epistola Catholica de S. Tiago Apostolo 3, 3-6. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 724

[224] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: SERMOENS do P. Antonio Vieira [...]. Op. Cit., p. 320

mesmo como a rêmora perante os ouvintes pecadores, pois em sua posição de pregador, constantemente recebia todos aqueles que "vem, e choram na terra tantos naufrágios".[225]

Outro "peixezinho" virtuoso era o torpedo, que, como a rêmora, tinha sua pequenez restrita ao seu corpo, sendo portador de grandes virtudes, "que quanto são maiores, mais se escondem".[226] O torpedo era um peixe conhecido dos pescadores, pois ao ser capturado, emitia uma descarga elétrica que gerava grandes tremores nos braços humanos.[227] Para o jesuíta, o animal era capaz de transportar suas virtudes ao anzol, à linha, à cana de pescar e por fim, aos braços dos pescadores. Na metáfora conduzida por Vieira, os tremores sentidos por uns poucos indivíduos remetiam aos sentimentos de culpa e de arrependimento destes homens em relação aos peixes. As pescas e os pecados eram partilhados pelos moradores do Maranhão, porém, como observou o religioso, "muitos pescam; mas não me espanto do muito: o que me espanta é, que pesquem tanto, e que tremam tão pouco".[228]

O último peixe virtuoso apresentado por Vieira foi o quatro-olhos, peixe que, muito provavelmente, não foi um dos ouvintes de Santo Antônio. O jesuíta deparou com este animal em uma de suas navegações pelo Pará e tomando conhecimento de seu nome, buscou compreender por que de ser identificado como "quatro-olhos". O peixe contava com dois pares de olhos que, na visão de Vieira, lhes haviam sido concedidos pela Providência divina para garantir a sua sobrevivência diante dos muitos predadores capazes de tirar sua vida. Sobre a importância destes quatro-olhos, Vieira escreve:

> E a razão desta nova arquitetura é, porque estes peixezinhos, que sempre andam na superfície da água, não só são perseguidos dos outros peixes maiores do mar, senão também de grande quantidade de aves marítimas, que vivem naquelas praias: e como tem inimigos no mar, e inimigos no ar, dobrou-lhe a Natureza as sentinelas, e deu-lhe dois olhos, que diretamente olhassem para cima, para se vigiarem das aves, e outros dois, que diretamente olhassem para baixo, para se vigiarem dos peixes.[229]

Segundo Vieira, o encontro com o quatro-olhos foi como um momento de pregação, em que refletiu sobre a fé e a razão humana. A partir da "arquitetura" desse peixe, dos olhos que permaneciam dentro e fora da água, o jesuíta compreendeu que os católicos deveriam agir como

---

[225] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 320

[226] Ibid., p. 321

[227] MÜGGE, Ernani; CONTE, Daniel. "Sermão de Santo Antônio aos peixes" ou a metáfora do imaginário colonial português. **Navegações**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, jul./dez. 2017, p. 136

[228] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: SERMOENS do P. Antonio Vieira [...]. Op. Cit., p. 322

[229] Ibid., p. 323

se fossem dotados de quatro olhos, devendo sempre olhar para cima e para baixo, "para cima, considerando, que há Céu, e para baixo, lembrando-me que há Inferno". Como pontua o pregador, o católico deve voltar-se ao Céu, buscando a salvação da sua alma. No entanto, o inferno não devia ser ignorado, mas sempre relembrado, já que era este o lugar destinado aos pecadores.

Assim como fez ao abordar os peixes virtuosos, o pregador escolheu quatro espécies – o roncador, o pegador, o voador e o polvo – para ilustrar os vícios recorrentes entre os moradores do Estado do Maranhão. Do roncador, peixe avistado nas águas costeiras, Vieira afirma ter ouvido de longe os seus "roncos" e ao se deparar com o pequeno tamanho, sentiu-se movido pelo riso e pela ira. Na metáfora de Vieira, o ronco não era apenas um som emitido, mas um indício de arrogância destes pequenos animais e dos pecadores. Este comportamento era repelido por Deus, que "não quer roncadores, e que tem particular cuidado de abater, e humilhar aos que muito roncam".[230] O vício da arrogância era, infelizmente, comum entre os homens, recaindo, até mesmo, sobre o Apóstolo Pedro, que em determinado momento negou a Jesus Cristo e dormiu durante a vigília solicitada.[231] O ronco de Pedro foi interpretado como um sinal de soberba, pois o Apóstolo que tanto apreço demonstrava por Cristo, desprezou o pedido que lhe havia sido feito. Demonstrando que a soberba e a arrogância podiam afetar até um homem Santo, Vieira relembra aos peixes do Maranhão da sua pequenez e, diante deles, questiona: "se isto sucedeu ao maior pescador, que pode acontecer ao menor peixe? Medi-vos e logo vereis quão pouco fundamento tendes de brasonar, nem roncar".[232] Aos roncadores, o pregador oferece um "verdadeiro conselho", de que imitem a Santo Antônio, um homem sábio e poderoso, mas que não se manifestava de forma arrogante e permanecia constantemente calado, proporcionando um "tamanho brado" aos pecadores que o cercavam.[233]

Nas viagens em que encontrou o roncador, Antônio Vieira também se deparou com a figura do pegador, um peixe de pequenas dimensões e cujo nome era uma referência à prática de se fixar em espécies maiores. Como os peixes grandes não conseguiam dobrar suas cabeças ou direcionar a boca ao dorso, o pegador permanecia nestes espaços e apropriava-se de parte

---

[230] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 333

[231] S. Marcos 14, 37. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 599

[232] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: SERMOENS do P. Antonio Vieira […]. Op. Cit., p. 334

[233] Ibid., p. 335

dos alimentos obtidos por estes peixes.[234] Para o religioso, os portugueses que haviam se mudado para os trópicos rapidamente incorporaram este hábito dos pegadores: "não parte Vice-Rei, ou Governador para as Conquistas, que não vá rodeado de Pegadores, os quais se arrimam a eles, para que cá lhe matem a fome, de que lá não tinham remédio".[235] Assim como o alimento chegava rapidamente à boca dos pegadores, do mesmo modo a morte lhes era repentina, pois quando os grandes peixes eram capturados, levavam consigo os pegadores. O jesuíta ressalta quão ignorantes eram os pegadores, homens e peixes, que morriam pela fome e boca alheia, "é a maior desgraça que se pode imaginar!".[236] Ciente de que muitos "pegadores" o ouviam, Vieira afirma: "eis aqui, peixinhos ignorantes, e miseráveis, quão errado, e enganoso é este modo de vida, que escolhestes. Tomai exemplo nos homens, pois eles não tomam em vós, nem seguem, como deverão, o Santo Antônio".[237] Segundo Vieira, Santo Antônio também havia sido um pegador, mas, diferente dos pecadores preguiçosos e aproveitadores, o seu apego era apenas com Cristo.

Os peixes-voadores, que despertaram a curiosidade de tantos letrados, também foram alvos das queixas levantadas pelo padre: "dizei-me, voadores, não vos fez Deus para peixes; pois por que vos meteis a ser aves? O mar fê-lo Deus para vós, e o ar para elas".[238] Para Vieira, o comportamento dos peixes-voadores, de se direcionar para fora das águas, era um sinal de grande ambição e desrespeito à ordem natural criada por Deus, que legou os peixes às águas e as aves aos ares. Para Vieira, a ambição do voador em ser ave, era como a ambição dos homens que desejavam muito mais do que Deus lhes havia ofertado. Como relembrou Vieira, a grande cobiça do peixe-voador já vinha sendo punida, pois, assim como "fê-lo Deus peixe, e ele quis ser ave [...] permite o mesmo Deus, que tenha os perigos de ave, e mais os de peixe. Todas as velas para ele são redes como peixe, e todas as cordas, laços como ave".[239] A metáfora do peixe-voador, com seus vícios e punições, era um alerta aos peixes e homens do Maranhão, de que abandonassem suas ambições e aceitassem as condições que Deus lhes havia ofertado, pois, como afirma Vieira, "quem quer mais do que lhe convém, perde o que quer, e o que tem. Quem pode nadar, e quer voar, tempo virá em que não voe, nem nade".[240]

---

[234] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 335
[235] Ibid., p. 335
[236] Ibid., p. 336
[237] Ibid., p. 336
[238] Ibid., p. 337-338
[239] Ibid., p. 338
[240] Ibid., p. 339

Vieira opta por encerrar seu sermão versando sobre a figura do irmão polvo. O peixe parecia ter uma aparência modesta, o que, na verdade, era uma "hipocrisia tão santa", já que outros homens haviam considerado o polvo como sendo "o maior traidor do mar".[241] A primeira das traições do polvo envolvia a constante alteração das cores de seu corpo com o intuito de enganar suas presas. Como narra o padre, se o polvo "está nos limos, faz-se verde; se está na areia, faz-se branco; se está no lodo, faz-se pardo; e se está em alguma pedra, como mais ordinariamente costuma estar, faz-se da cor da mesma pedra" e assim, "sucede, que o outro peixe inocente da traição, vai passando desacautelado, e o salteador, que está de emboscada dentro do seu próprio engano, lança-lhe os braços de repente, e fá-lo prisioneiro".[242]

Na visão do jesuíta, a traição cometida pelo polvo era semelhante à de Judas, pois assim como o polvo abraça os pequenos peixes que se aproximam, foi com um abraço que Judas traiu a Jesus Cristo.[243] Quando comparado a Judas, a maldade do polvo parecia maior, já que o peixe eliminava um líquido escuro, a fim de dificultar a visão de suas presas. Desse modo, a água que era "clara, diáfana, e transparente", um espaço em que nada se poderia ocultar, encobrir ou dissimular, tornava-se turva e gerava a confusão dos muitos peixes pequenos que se aproximavam do polvo, esse "monstro tão dissimulado, tão fingido, tão astuto, tão enganoso", como relata Vieira. A figura do polvo era fundamental para que os colonos católicos refletissem sobre a falsidade, os enganos, os fingimentos e muitas traições que havia entre os homens do Estado do Maranhão. Novamente, Santo Antônio era relembrado, desta vez, anunciado pelo Pe. Vieira como sendo "o mais puro exemplar na candura, da sinceridade, e da verdade, onde nunca houve dolo, fingimento, ou engano".[244]

Além das metáforas apresentadas ao longo do seu sermão, o Pe. Antônio Vieira registrou os fins alimentícios a que serviam estes animais do Maranhão; sobre os pescados, o padre declara: "vós os que a todos os verdadeiros Cristãos ajudais a levar a penitência das quaresmas: vós aqueles com que o mesmo Cristo festejou a sua Páscoa, as duas vezes que comeu com seus Discípulos depois de ressuscitado".[245] Aos olhos do jesuíta, a abundância de peixes era decorrente dos esforços de Deus para garantir alimento a todos os católicos. Um exemplo disso

---

[241]VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 340

[242] Ibid., p. 341

[243] S. Marcos 22, 47. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 624

[244] [244]VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: SERMOENS do P. Antonio Vieira […]. Op. Cit., p. 342

[245] Ibid., p. 324

eram as "irmãs sardinhas", avistadas em quantidade "inumerável" para servir de sustento aos pobres durante os períodos de abstinência.[246]

Aos olhos dos letrados católicos, a narrativa bíblica envolvendo a multiplicação dos peixes parecia ocorrer diariamente nas águas brasílicas. As espécies encontradas nos rios, lagos e no litoral eram diversas em suas cores, tamanhos, sabores e utilidades. Conforme se adentrava às capitanias e seus cursos d'água, novos pescados eram identificados e, em meio a esta diversidade, algumas dúvidas surgiram envolvendo as espécies que em muito se assemelhavam aos animais terrestres e, principalmente, aquelas que pareciam dividir seu tempo entre as águas e o solo.

3.4 Tartarugas, cágados e outros pescados

Os padres e freis que se mostraram curiosos em relação à natureza dos trópicos, eram, acima de tudo, homens piedosos e tementes a Deus. Cientes do papel que desempenhavam em auxiliar os católicos a salvarem suas almas, esses religiosos orientavam os fiéis acerca do cuidado que deveriam ter em diferentes instâncias de suas vidas, inclusive, com os hábitos alimentares. Além de evitar o condenado pecado da gula, era necessário refletir acerca do que comer e em quais situações era adequado ou não ingerir um determinado alimento. No caso dos pescados, os comportamentos de alguns animais e o sabor de suas carnes suscitaram questionamentos acerca do lugar que certos peixes ocupavam no mundo natural criado por Deus. Entre as criaturas que viviam sob as águas brasílicas e que se tornaram alvo de reflexões diversas, talvez o peixe-boi tenha sido um dos mais mencionados nos escritos redigidos em língua portuguesa. As dimensões físicas do animal, que ora se assemelhava a um peixe, ora se aproximava do gado bovino, bem como a facilidade com que eram capturados, despertaram a grande curiosidade dos lusitanos, que não pouparam detalhes ao descreverem o animal.[247]

Uma das primeiras menções ao peixe-boi avistado nos trópicos foi redigida pelo Pe. José de Anchieta, na carta direcionada ao Padre Geral da Companhia de Jesus, em maio de 1560. Na epístola, o irmão escreve sobre a existência de um peixe que os portugueses denominaram "boi marinho" e os indígenas o identificavam como "iguaraguâ", dotado "de um

---

[246] VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 324

[247] BRITO, Cristina. Pessoas, manatins e o ambiente aquático na América moderna: confluência e divergência nas interações históricas entre humanos e animais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 81, 2019, p. 173

tamanho imenso" e encontrado em águas mais quentes, como as da Capitania do Espírito Santo e do norte do Brasil.[248] Do animal, Anchieta relata:

> excede ao boi na corpulência; é coberto de uma pele dura, assemelhando-se na cor à do elefante; tem junto aos peitos uns como dois braços, com que nada, e embaixo deles tetas com que aleita os próprios filhos; tem a boca inteiramente semelhante à do boi.[249]

Enquanto a cor do boi-marinho se aproximava do cinza predominante nos elefantes, todo o restante do seu corpo era similar ao gado bovino, principalmente a sua carne que, segundo Anchieta, "não saberias, porém, discernir se deve ser considerado como carne ou antes como peixe".[250] Juntamente com a carne, portugueses e indígenas se beneficiavam das grandes quantidades de gordura extraídas do animal. O irmão jesuíta escreve ao seu Superior que quando esta massa adiposa é derretida ao fogo, "faz-se um molho, que pode bem comparar-se à manteiga" e obtém-se, também, um volume considerável de óleo valioso para "temperar todas as comidas".[251]

Impressões como as de Anchieta acerca dos traços físicos, do gosto e das formas de aproveitamento do peixe-boi, bem como as dúvidas sobre sua classificação entre os peixes e o gado, proliferaram ao longo dos anos. Fernão Cardim descreveu o peixe-boi como sendo "estimado sobre todos os peixes", pois era um alimento "muito sadio, e de muito bom gosto, ora seja salgado, ora fresco; e mais parece carne de vaca que peixe".[252] Os modos de cozimento e conservação da carne eram, em sua maioria, semelhantes aos preparos da carne bovina, sendo recortada "em tassalhos e chacina" e curada "ao fumeiro como porco, ou vaca". Os modos de cozimento, assim como os vegetais e legumes que acompanhavam o peixe-boi, contribuíam, segundo Cardim, para que o sabor da carne se tornasse cada vez mais distante dos pescados, pois "se coze com couve, ou outras ervas sabe à vaca, e concertada com adubos sabe a carneiro, e assada parece no cheiro, e gosto, e gordura porco, e também tem toucinho".[253] Do mesmo modo, o religioso comenta sobre os muitos usos das gorduras deste peixe, principalmente do seu rabo, do qual se extraía um grande volume de uma manteiga, "muito gostosa, e para cozinhar e frigir peixe". Como os azeites extraídos de outros pescados, a gordura do peixe-boi

---

[248] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 107
[249] Ibid., p. 107
[250] Ibid., p. 107
[251] Ibid., p. 107
[252] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 79
[253] Ibid., p. 80

era empregada nas candeias e até em mezinhas, pois, como observa o jesuíta, consistia em uma gordura "branca e cheirosa; [que] nem tem cheiro de peixe".[254]

Além de descrever os muitos gostos do peixe-boi, Fernão Cardim não deixou de registrar que, em suas formas físicas, o animal se assemelhava ainda mais ao conhecido gado bovino. Diz o jesuíta:

> Este peixe nas feições parece animal terrestre, e principalmente boi: a cabeça é toda de boi com couro, e cabelos, orelhas, olhos, e língua; os olhos são muito pequenos em extremo para o corpo que tem; fecha-os, e abre-os, quando quer, o que não têm os outros peixes: sobre as ventas tem dois courinhos com que as fecha, e por elas resfolega; e não pode estar muito tempo debaixo d'água sem resfolegar; não tem mais barbatana que o rabo, o qual é todo redondo e fechado [...] o interior deste peixe, e intestinos são propriamente como de boi, com fígados, bofes.[255]

Enquanto a carne do peixe-boi aproximava-se do boi, do carneiro e do porco, o corpo do animal e até seus órgãos internos se assemelhavam, apenas, aos do gado vacum, o que, possivelmente, resultou em surpresas e até dúvidas dos homens católicos que se depararam com o peixe. Naqueles meados do século XVI, período em que Cardim escreve seu *Tratado*, era sabido entre os letrados modernos que alguns traços dos peixes se alteravam de acordo com o ambiente em que estes animais viviam.[256] Do mesmo modo, já se estava delimitado um conjunto de características particulares aos peixes e que contribuía para identificá-los como tal. Em geral, esses animais partilhavam de brânquias, guelras, escamas, adições em seu estômago e pedras em seu cérebro; bem como a ausência de pelos, de penas e de pálpebras.[257] Conforme escreve Cardim, o peixe-boi contava com alguns traços distintos aos demais pescados, pois a sua

---

[254] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 80

[255] Ibid., p. 80

[256] Em meados do século XVI foi impressa *Libri de Piscibus Marinis* (1553), obra redigida pelo médico e naturalista Guillaume Rondelet (1507-1566). Nesta narrativa, Rondelet pautou-se nos conhecimentos da Filosofia Natural e da Matemática, bem como nos escritos legados por Aristóteles, Teofrasto, Plínio, Galeno, para apresentar uma história natural dos peixes, em que se dedicou a abordar cada uma das partes que compõem o corpo destes animais, suas particularidades e as espécies conhecidas naquele tempo. Nas primeiras páginas da obra, o letrado relata que a existência de águas diversas – mares, rios, lagos e outras águas – influencia a existência de espécies diversas, tanto pela adaptação dos seus corpos a cada espaço, quanto pela influência das águas no processo de reprodução dos animais, que encontravam ambientes mais ou menos propícios à desova. Um exemplo apresentado por Rondelet era a maior recorrência de peixes ósseos em águas doces, diferente do que se observava em águas salgadas, onde os peixes cartilaginosos eram dominantes. Cf. RONDELET, Guillaume. **La premiere partie de L'Historie entiere des poissons**, composeé premierement en Latin par maistre Guillaume Rondelet Doucteur regente en Medecine en l'université de Mompelier. Maintenant Traduite en François sans avois rien omis estant necessaire à l'intelligence d'icelle. Avec leus pourtraits au naïf. Lion: Par Mace Bonho Meala Masse d'or, 1558, p.3

[257] RONDELET, Guillaume. Op. Cit., p. 19; ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros I-VI. Tradução de Maria de Fátima Souza e Silva. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 107

respiração era conduzida por "ventas" situadas em sua face, que não lhes permitiam permanecer longos períodos debaixo d'água. Em seus olhos havia pálpebras, que possibilitavam a abertura e fechamento do globo ocular, algo completamente diferente do que se notava em outros peixes.[258]

Apesar das particularidades do peixe-boi, Fernão Cardim não deixou de identificá-lo como um peixe, pois o peixe-boi brasílico atendia ao principal critério dos animais marinhos: viverem na água e/ou passarem a maior parte de sua vida no meio aquático.[259] Do mesmo modo, o jesuíta não se exime de mencionar que, diante das tantas semelhanças do peixe-boi com o boi terrestre, "já houve alguns escrúpulos por se comer em dias de peixe".[260] Os escrúpulos envolvendo o peixe-boi eram, provavelmente, mais comuns nos tempos de penitência, período em que a Igreja orientava os fiéis a não consumirem carne corrompida de sangue. Nos quarenta dias da Quaresma, em que há a preparação para as solenidades da Sexta-Feira Santa e a festividade da Páscoa, orientava-se a ingestão de pescados, visto que a carne vermelha, presente em animais endotérmicos, remeteria ao sangue derramado por Jesus Cristo no momento de sua morte.[261]

Também no século XVI, o Pe. Francisco Soares manifestou sua preocupação com o consumo da carne deste animal que mais se aproximava dos bois, do que dos peixes. Para o jesuíta, "houve já muitas pessoas que os não quiseram comer por parecer vaca".[262] Apesar das

---

[258] Segundo Guillaume Rondelet, os peixes não tinham pálpebras e diante desta ausência, a natureza havia recompensado estes animais com uma pele ocular muito rígida, "como um calo", garantindo que os olhos não fossem danificados pelo contato com a água salgada. Cf. RONDELET, Guillaume. **La premiere partie de L'Historie entiere des poissons**, composeé premierement en Latin par maistre Guillaume Rondelet Doucteur regente en Medecine en l'université de Mompelier. Maintenant Traduite en François sans avois rien omis estant necessaire à l'intelligence d'icelle. Avec leus pourtraits au naïf. Lion: Par Mace Bonho Meala Masse d'or, 1558, p. 39-41

[259] No Primeiro Livro de *História dos Animais*, Aristóteles organiza os animais em duas grandes classes, aquáticos e terrestres e a partir desta primeira classificação, delimita as diferenças entre os seres vivos conforme o seu modo de vida, as atividades realizadas, o caráter e as partes que compõem seus corpos. Naturalistas do período moderno, como Guillaume de Rondelet e Pierre Belon du Mans (1517-1564), autor de *L'Histoire naturelle des estranges poissons marins* (1551), basearam-se nos escritos de Aristóteles e Plínio, para reconhecerem como peixes todos os animais que viviam na água ou cujo principal habitat era o ambiente aquático. Neste grande conjunto de pescados, estavam inclusos serpentes, aves, crustáceos, répteis e outros. Cf. ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros I-VI. Tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 53-54; DU MANS, Pierre Belon. **L'Histoire naturelles des estranges poissons marins**, avec la vraie peincture e description du Daulphin, et de plusieurs autres de son espece. Paris: De l'imprimerie de Regnaud Chaudiere, 1551; RONDELET, Guillaume. Op. Cit., 1558.

[260] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 79

[261] MONTANARI, Massimo. Modelos alimentares e identidades culturais. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (org). **História da alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 313

[262] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da

dúvidas pela ingestão ou não desta carne, aqueles que se tornaram comensais do peixe-boi já percebiam as alterações proporcionadas pelas formas de preparo do animal, que "tem melhor sabor se se coze com couve, parece vaca se dê vinha e alhos, parece lombo de porco se com açafrão etc. parece carneiro salgado e de toda maneira é muito bom".[263] Juntamente aos registros que envolvem os sabores da carne, Francisco Soares nota que em suas feições, estes peixes "parecem de animal terrestre". Das muitas características analisadas, como o formato do rabo, dos "braços" e das mãos do peixe, o padre também atenta para a recorrência de "olhos muitos pequenos e pestaneja, o focinho como de boi, as ventas têm dois coirinhos que as fecha como foles de ferreiro, tem a cabeça pequena e quase igual com o corpo roliça".[264]

Como Cardim, o Pe. Soares registra os muitos sentimentos que os portugueses tiveram ao se depararem com o peixe-boi. Em meio à surpresa com as formas físicas e os sabores do pescado e à preocupação moral com a ingestão da sua carne, os lusitanos não deixaram de atribuir virtudes terapêuticas ao animal, como escreve o jesuíta: "tem duas pedras nas frontes da cabeça e esta moída para dor de pedra é única e faz botar em pedaços e um vi que era como amêndoa pilada e já cá em Portugal experimentei e de Roma no-la mandam pedir ao Brasil".[265]

Os usos medicinais da pedra do peixe-boi para combater os cálculos renais também foram registrados pelo Ir. Anchieta e pelo Pe. Cardim.[266] Cardim ressalta que a pedra havia sido dada a uma pessoa que sofria com as dores renais e que "antes de uma hora botou uma pedra como uma amêndoa, e ficou sã, estando dantes para morrer".[267] Ao lado da carta e da narrativa de seus confrades, a crônica de Francisco Soares nos permite dimensionar quão conhecidas as pedras do peixe-boi se tornaram em finais do século XVI, um produto desejado não apenas em Portugal, mas em outros lugares da Europa. É provável que as pedras do pescado brasílico tenham sido equiparadas às conhecidas pedras-bezoar, que consistiam em concreções formadas no estômago e intestino de alguns animais, como lagartos, camaleões, lhamas e cabras e devido

---

Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 181

[263] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 181

[264] Ibid., p. 183

[265] Ibid., p. 183

[266] ANCHIETA, Ir. José de. Informação da Província do Brasil para Nosso Padre – 1585. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 429; CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 80

[267] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. Op. Cit., p. 80-81

às suas virtudes terapêuticas, tornaram-se ingredientes recorrentes nas práticas médicas.[268] No caso do peixe-boi, as pequenas massas eram encontradas na cabeça do animal, mas nem por isso deixavam de ser compreendidas como um valioso bezoartico, já que bastava uma pequena porção da pedra para garantir o reestabelecimento da saúde dos enfermos renais.

Apesar das pedras do peixe-boi terem se tornado conhecidas nos dois lados do Atlântico, as preocupações envolvendo o consumo da carne deste pescado prevaleceram entre alguns indivíduos, inclusive homens que não eram professos de ordem religiosa, como Alviano, personagem de *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Quando Brandônio descreve o animal a Alviano, não deixa de ressaltar que o peixe-boi era uma "estranheza", já que as formas físicas do animal remetiam ao boi, especialmente a sua carne que, ao ser consumida, "tem o mesmo sabor e gosto da carne de vaca, sem haver nenhuma diferença" e afirma, que "se misturarem ambas as carnes [de boi e de peixe-boi] em uma panela dificilmente se conhecerá uma da outra".[269] Ao apresentar a carne do pescado, o letrado ressalta que esta era aproveitada "para tudo o que se usa da carne de vaca", havendo pessoas que, ao consumi-la, afirmavam estar se alimentando da carne bovina.

Pela semelhança envolvendo a carne do peixe-boi e a confusão que proporcionava aos comensais católicos, que não sabiam qual a origem do animal que estavam consumindo, Alviano expressa suas preocupações, ao afirmar: "não deixara eu de ter muito escrúpulo, se nos dias de peixe usasse desse pescado; porque entenderia que comia carne".[270] Brandônio, conhecedor das espécies brasílicas, não tarda a responder ao seu amigo que a condição do peixe-boi já havia sido "assaz debatida", e "determinou-se por teólogos que era realmente peixe e por que tal via ser recebido realmente, visto ter o semelhante peixe a sua habitação sempre nas águas, e não sair nunca a pastar fora delas".[271] Ainda que não tenha apresentado quais indivíduos versaram sobre a condição dos peixes, é provável que Brandônio estivesse se

---

[268] A pedra bezoar foi introduzida na Europa pelos árabes, a partir do século XII. Das muitas virtudes atribuídas à estas concreções, a principal era a capacidade de agir como um contraveneno, bastando, para isso, algumas gramas de pós ou raspas do bezoar. As pedras eram encontradas em animais do Ocidente e do Oriente, estas últimas, consideradas raridades. Cf. MORÃO, Simão. Tratado único das bexigas, e sarampo. *In*: MORÃO, ROSA & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p.102-103; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. O uso medicinal das pedras bezoares na obra *Paraguay Natural Ilustrado*, de José Sánchez Labrador, S. J. (1771). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2015, p.7-8

[269] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 258

[270] Ibid., p. 259

[271] Ibid., p. 259

referindo a nomes como Aristóteles que, em sua *História dos Animais*, agrupou os seres vivos de acordo com os ambientes – terrestre, marinho e aéreo – em que estes viviam.[272]

Como leigos e religiosos perceberam ao longo dos séculos, o peixe-boi era um animal que vivia exclusivamente em um espaço aquático, uma condição que, por si só, já o identificava como um peixe. A dúvida, no entanto, parece ter prevalecido entre os católicos e, ao que tudo indica, seguiu sem uma conclusão definitiva.[273] Assim, coube a cada um dos comensais deste pescado analisar sua consciência e refletir se o consumo daquela carne – que lembrava a peixe, a boi e a porco – era adequada ou não para os dias de penitência.

O peixe-boi não foi o único animal que parecia desafiar a condição de peixe que lhe havia sido concedida ao longo dos séculos. Dúvidas e novos questionamentos emergiram em relação às tartarugas e aos cágados, criaturas abundantes principalmente no norte do Brasil e que eram encontrados tanto na água, quanto na terra. Para homens como o Pe. Antônio Vieira, que zelavam pela condição de sua alma e da alma de seus assistidos, saber se estas criaturas eram ou não pescados tornava-se fundamental para evitar atos pecaminosos.

Escrevendo poucos meses após sua chegada à capitania do Pará,[274] o Pe. Vieira relata ao Provincial do Brasil alguns dos animais avistados durante a viagem missionária pelo "mar de água doce" que era o rio Tocantins. Acompanhado pelos jesuítas Antônio Ribeiro, Francisco Veloso e Manuel de Sousa, Vieira tomou conhecimento do grande apreço que os moradores do Pará mantinham pelas tartarugas que eram capturadas quando pequenas, geralmente, recolhidas por portugueses e indígenas assim que saiam dos ovos e iniciavam sua caminhada até às águas. Vieira declara que nas praias da capitania era possível observar "quase todo o Pará a fazer a pesca das tartarugas", principalmente entre os meses de maio e novembro, isto quando não as criavam em currais ou viveiros, onde adentrava a maré;[275] sobre as tartarugas, o jesuíta comenta:

> A carne é como a de carneiro, e se fazem dela os mesmos guisados, que mais parecem de carne que pescado. Os ovos são como os de galinha na cor, e quase

[272] ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros I-VI. Tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 53-54

[273] Em meados do século XVIII, com a décima edição de *Systema Naturae*, o peixe-boi passou a ser identificado como um animal pertencente à classe "mammalia" e à ordem "bruta". Na obra, Carl von Linné compreendeu como mamíferos os animais cuja estrutura, vísceras e demais órgãos eram próximas aos do homem. A ordem "bruta" reunia animais desprovidos de dentes primários e com uma distinta arcada dentária. Linné descreve os *manatus trichechus* como animais dotados de um lábio superior compostos por vibrissas – órgãos sensoriais comuns aos mamíferos – rígidas e curvas, pelos curtos pelo corpo e pés encurtados com membranas e garras. Cf. LINNAEI, Caroli. **Systema Naturae per regna tria naturae,** secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis synonymis, locis. Tomus I. Editio Decima, Reformata. Holmiae: Impensis Direct, 1758, p. 14; 34

[274] O Pe. Antônio Vieira chegou à capitania do Pará em 5 de outubro de 1653 e a convite do capitão-mor Inácio do Rego Barreto passou a integrar a missão no rio Tocantins, iniciada no dia 13 de dezembro de 1653. CF. VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXV. Ao padre provincial do Brasil, 1654. *In*: VIEIRA, Antonio. **Cartas**, volume I. Coordenação e notas J. Lúcio de Azevedo, prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2008, p. 269

[275] Ibid., p. 278

> no sabor, a casca, mais branca e de figura diferente, porque são redondos, e deles bem machucados se fazem em tachos as belas manteigas do Pará; e o modo com que se faz esta pesca requer mais notícia que indústria, pela muita cautela e pouca resistência das tartarugas.[276]

A escolha em cozer a carne de tartaruga sob a maneira de guisados era pensada para garantir um maior aproveitamento da gordura do animal, pois nessa forma de preparo, a camada adiposa era diluída e se tornava mais um dos temperos que concediam sabor ao alimento.[277] Como escreve Vieira, os ovos também eram muito apreciados, principalmente para a produção da manteiga adotada para frigir e conservar alguns mantimentos, além de ser utilizada na iluminação de casas e ruas.[278]

Ainda que tenha feito alguns apontamentos sobre as semelhanças das tartarugas com outros animais – carne como de carneiro, ovos como de galinha – Vieira apresenta o processo de captura destas criaturas como sendo mais uma atividade de "pesca", um indício de que o jesuíta compreendia estes animais como um dos peixes brasílicos. A "pesca" ocorria fora da água e demandava um grande conhecimento dos pescadores sobre o comportamento dos animais. Entre os meses de outubro a dezembro as tartarugas depositam seus ovos nas areias das ilhas situadas no curso do rio Tocantins e, ali, "a Natureza, a qual, sem outra assistência ou benefício da mãe, os cria em espaço pouco mais ou menos de um mês".[279] Era a própria Natureza – a Providência Divina – quem conduzia o nascimento das tartarugas para que saíssem de seus ovos apenas à noite, evitando que fossem capturadas pelas muitas aves de rapina. Quando os pescadores desembarcavam nas praias, aguardavam até que as duas primeiras tartarugas, depois mais oito ou dez, caminhassem em direção ao mar. Em pouco tempo, "vem todo o exército das tartarugas, que consta de muitos milhares".[280] Segundo Vieira, neste momento em que as tartarugas se entretêm ao sair de suas covas, "os pescadores da emboscada, tomam a parte da praia, e, remetendo as tartarugas, não fazem mais que ir virando" seus cascos para baixo, "porque em estando viradas de costas não se podem mais bulir, e por isto estas praias e estas tartarugas se chamam de viração".[281]

---

[276] VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXV. Ao padre provincial do Brasil, 1654. *In*: VIEIRA, Antonio. **Cartas**, volume I. Coordenação e notas J. Lúcio de Azevedo, prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2008, p. 278
[277] CASCUDO, Luis da Camara. **História da Alimentação no Brasil**. Segundo Volume. Cozinha brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 180
[278] MACHADO, Diego Ramon Silva. **No rastro dos ovos**: uma história da exploração e uso da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa Schwigger*, 1812), 1727-1883. 2016. 223f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016, p. 56
[279] VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXV. Ao padre provincial do Brasil, 1654. *In*: VIEIRA, Antonio. Cartas [...]. Op. Cit., p. 278
[280] Ibid., p. 279
[281] Ibid., p. 279

Os "modos de pescaria" das tartarugas eram distintos. Como relata Vieira, no caso das pequenas tartarugas, todo o processo de viração ocorria em terrenos arenosos, evitando, a todo o custo, que estes peixes alcançassem as águas. Outras espécies eram pescadas na água, geralmente em lagos onde eram criadas e mortas com o auxílio de flechas e arpões, já que o seu grande tamanho demandava mais do que a força humana. Dos pescados que viviam entre a terra e a água, havia os jabotis, animais que Vieira descreveu como sendo "o sustento muito geral em todas as partes", bem como entre os missionários, pois relata o religioso que estes animais "foram os que nesta jornada nos mataram muitas vezes a fome".[282] Diferente das tartarugas que rumavam em direção à água, o jesuíta aponta que os jabutis nascem e "vivem sempre na terra, sem nunca entrarem no mar, nem nos rios", mas, ainda assim, "são julgados por peixe, e como tais se comem nos dias em que se proíbe a carne, por ter averiguado que têm o sangue frio".[283] As muitas semelhanças entre tartarugas e jabutis contribuíram para que este último, vivente do espaço terrestre, fosse compreendido como um pescado e, assim, uma das carnes a ser ingerida nos dias de penitência.

Se o desconhecido peixe-boi despertou escrúpulos nos católicos que viviam no Brasil do Quinhentos e do Seiscentos, isso parece não ter ocorrido em relação ao consumo das tartarugas e jabutis. Embora essas duas espécies passassem parte de sua vida caminhando sobre o solo, letrados antigos e modernos já haviam consolidado suas impressões de que a tartaruga era um animal cuja própria constituição lhe permitia viver entre o meio terrestre e aquático.[284] Tal constituição compreendia, principalmente, o sistema respiratório das tartarugas que, desprovidas de guelras ou brânquias, respiravam por meio de orifícios localizados em sua face, aspirando o ar e transportando-o por meio de dutos até seus grandes pulmões.[285] Por outro lado, a longa permanência na água e a recorrência de sangue frio pelo corpo – característica observada pelo Pe. Vieira – posicionava a tartaruga como mais um dos pescados brasílicos.

---

[282] VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXV. Ao padre provincial do Brasil, 1654. *In*: VIEIRA, Antonio. **Cartas**, volume I. Coordenação e notas J. Lúcio de Azevedo, prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2008, p. 279

[283] Ibid., p. 279

[284] ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros VII-X. Tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 78

[285] Guillaume de Rondelet, ao escrever sobre a respiração das tartarugas, ressalta que seus pulmões eram maiores e mais grossos do que os pulmões dos animais terrestres. Para o naturalista, a grande quantidade de água que era aspirada pelas tartarugas no momento da sua alimentação tornava necessária a existência de pulmões de espessura mais grossa, pois se fossem muito finos, poderiam se esfolar com o volume de água que ali adentrava. Cf. RONDELET, Guillaume. **La premiere partie de L'Historie entiere des poissons**, composeé premierement en Latin par maistre Guillaume Rondelet Doucteur regente en Medecine en l'université de Mompelier. Maintenant Traduite en François sans avois rien omis estant necessaire à l'intelligence d'icelle. Avec leus pourtraits au naïf. Lion: Par Mace Bonho Meala Masse d'or, 1558, p. 338

A recomendação sobre a ingestão de ambos os animais, tartarugas e jabutis, também aparece no manuscrito *Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves, etc*, redigido pelo Pe. Antônio Moreira (1710-1760),[286] que integrou a quadragésima sexta missão jesuítica destinada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, em meados do Setecentos.[287] Nas dez páginas que compõem seu escrito, o religioso apresenta alguns dos animais avistados em sua passagem pela Amazônia, bem como os seus usos na alimentação e nas práticas médicas. Dos jabutis, o jesuíta destaca serem encontrados nos matos – já que "nunca vão à água" – e que estes animais "são do feitio dos cágados, mas muito mais grandes, de palmo e meio de comprimento".[288] O jabuti era um alimento apreciado na região, principalmente os seus fígados assados, definidos pelo religioso como o "comer mais saboroso que cá temos", juntamente com a carne do animal, anunciada como "boa sendo bem guisada".[289] Semelhante aos jabutis eram as jurarás, animal "do mesmo tamanho e feitio dos cágados" e assim como as demais espécies, as eram "muito estimadas" como alimento pelos naturais dos trópicos. Ao final de suas impressões sobre jabutis e jurarás, o jesuíta afirma que "uns e outros são reputados por peixe", indício de que estes animais podiam ser consumidos em dias de jejum.

As tartarugas, de feições próximas aos jabutis, também foram mencionadas na *Declaração* produzida pelo Pe. Moreira. Sobre o animal, o jesuíta afirma ser encontrada em "várias castas, pequenas e grandes", havendo algumas tão grandes e pesadas, "que custa a um homem fortão carregar uma por breve espaço".[290] A carne do animal, muito apreciada pelos comensais sadios e ofertada até aos enfermos, era considerada como "um comer excelentíssimo", aproveitada para a produção de diferentes iguarias e inclusive, possível de ser ingerida nos dias de jejum. De acordo com o padre, "em dia de peixe, só a tartaruga dá um banquete de mais de 12 pratos diversos e de todo esquisito sabor, tendo melhor carne que o melhor carneiro de Portugal".[291]

---

[286] Antônio Moreira era natural de Lisboa e ingressou na Companhia de Jesus em fevereiro de 1728 e neste mesmo ano, foi direcionado para as missões do Maranhão e Pará. No Brasil, o religioso realizou sua profissão solene, em 1745 e passou a missionário do Rio Tapajós, além de ter atuado como Professor de Filosofia e de Prima de Teologia no Colégio do Maranhão. Em 1752, o religioso foi desterrado do Pará ao Reino Portugal. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 384

[287] PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, 2011, p. 83-84

[288] MOREIRA, Antônio. Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves etº. *In*: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, 2011, p. 91

[289] Ibid., p. 91

[290] Ibid., p. 93

[291] Ibid., p. 93-94

Grande e saborosa, a tartaruga parece ter se tornado uma das principais fontes de proteína dos católicos penitentes do Estado do Maranhão. Pelas suas amplas dimensões, uma só tartaruga proporcionava refeições suficientes para muitos indivíduos que não se alimentavam apenas de sua carne, mas também dos ovos e da manteiga de ovos. Como registrado pelo jesuíta, no período de desova das tartarugas, os moradores destinavam suas canoas à produção de manteiga, cada canoa era capaz de armazenar de cem a duzentos potes de manteiga. O volume de ovos utilizados na preparação era grande, "mais de 1.500 ovos e outros inumeráveis" e apesar dos muitos predadores que atacavam os ovos – onças, tigres, jacarés, pássaros e homens – o religioso ressalta que as tartarugas "ainda são inumeráveis" na região.[292]

Ao lado das tartarugas, jabutis e jurarás, o Pe. Antônio Moreira registrou mais um animal que era ingerido nos "dias de peixe", o camaleão. Nas palavras do jesuíta, o animal era verde, "do feitio de lagartos grandes" e sempre encontrado sobre árvores e ervas que cresciam próximos às ribanceiras de rios. O fato de o camaleão viver entre a água e a terra foi explicado pelo religioso, ao dizer que estes "são anfíbios e – sentindo o rumor de gente – se lançam logo ao fundo do rio".[293] Apesar de ter sido um contemporâneo de Carl von Linné, é provável que o jesuíta não estivesse se referindo à classe "amphibia", que há poucos anos havia sido anunciada em *Systema Naturae*,[294] mas, sim, às impressões de letrados antigos, como Plínio e Aristóteles, que adotaram o termo "anfíbio" para se referir aos animais capazes de viver nos ambientes aquático e terrestre.[295]

---

[292] MOREIRA, Antônio. Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves etº. *In*: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, 2011, p. 93-94

[293] Ibid., p. 91

[294] A primeira edição de *Systema Naturae*, redigida por Carl von Linné, foi impressa em 1735. Na obra, o letrado classificou o reino animal em seis classes: *Quadrupedia*, *Aves*, *Amphibia*, *Pisces*, *Insecta* e *Vermes*. A classe *Amphibia* à época foi anunciada com vinte e sete espécies animais, organizadas em quatro gêneros – *testudo*, *rana*, *lacerta* e *anguis* – que partilhavam de algumas características comuns, como a recorrência de um corpo nu ou escamoso e a ausência de dentes molares e de barbatanas. Diante do pequeno número de animais que compunham a classe *Amphibia*, Linné pontua que, talvez, este tenha sido o desejo do Criador, pois "se tivesse tantos gêneros quanto as outras classes de animais compreendem; ou se os rumores sobre dragões, basiliscos e outros monstros fossem verdadeiros, certamente a raça humana dificilmente poderia habitar a terra". SCHMIDT, Karl P. The Amphibia and Pisces in the First Edition of the Systema Naturae. **Copeia**, Miami, v. 1951, n. 1, 1951, p. 4; WAHLGREN, Richard. Carl Linnaeus and the Amphibia, **Bibliotheca Herpetologica**, v. 9, 2011, p. 9-10

[295] Em *História dos Animais*, Aristóteles definiu como "anfíbios" os muitos animais que aspiram ar e tem seus filhos na terra, mas buscam alimento e passam a maior parte do tempo na água. Plínio, em sua *História Natural*, adota o termo "anfíbio" de modo semelhante a Aristóteles, utilizando-o para se referir às espécies capazes de viver na água e na terra, como eram a tartaruga, o castor, a rã e a foca. Cf. ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros VII-X. Tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 78; PLINIO. Libro VIII. *In*: PLINIO. **Historia Natural**. Traducción de Josefa Cantó, Isabel Gómez Santamaría, Susana González Marín y Eusebia Tarrino. Segunda Edición. Madrid: Ediciones Cátedra, 2007, p. 49

Como aponta o Pe. Moreira, o consumo do camaleão ocorria entre os mais diferentes indivíduos. Aos doentes, recomendava-se a ingestão da pedra encontrada no estômago do animal, "uma pedra muito alva, [porém] leve e porosa como a pedra-pome [...] que é um tesouro da medicina e melhor febrífugo que se tem descoberto, dando-se certa quantidade ralada para beber".[296] Já entre os católicos, consumia-se a carne, "alvíssima e muito apetecida dos índios para a comerem". Ao final de suas considerações sobre o camaleão, o jesuíta ressalta que "é aqui reputado por peixe e se come nos dias de jejum".[297] Esta conclusão sobre a condição do animal se deve pela sua permanência em ambiente aquático, assemelhando-se aos peixes e, assim, compreendido como um animal desprovido de carne vermelha e apto ao consumo em tempos de penitência.

Em meados do século XVIII, o Pe. João Daniel também escreveu sobre os animais anfíbios, mais precisamente sobre os "peixes anfíbios" com os quais havia deparado em sua missão pelo rio Amazonas. Ao afirmar que não seria possível, "descrever toda a variedade de peixe", o letrado opta por iniciar sua reflexão acerca dos pescados a partir dos "peixes anfíbios", pois "pelos dois predicados de terrestres, e marinhos, parece se fazerem merecedores de mais atendíveis na história".[298] Entre os anfíbios havia homens marinhos, crocodilos, jacarés, camaleões e as muitas tartarugas, estas últimas tão abundantes, que eram chamadas "galinha do Amazonas". Em sua obra, o jesuíta declara que a tartaruga "é animal anfíbio, mas a sua principal vivenda é na água" e desse modo, considerada "peixe por certo digno de toda a estimação, não só por grande, se não também por gostoso".[299] Havia, no Maranhão, duas espécies conhecidas de tartarugas, uma maior e outra menor, sendo as maiores providas de uma carne mais magra, seca e dura e por este motivo, deviam ser entregues a um "bom cozinheiro", a fim de serem preparadas "como carneiro estofado, ou ensopado, ou como porco de fricassé, ou como galinha".[300] As tartarugas filhotes também consistiam em uma iguaria apreciada. Segundo João Daniel, poucos meses após nascerem, abre-se uma fresta no peito das tartarugas, "por onde as limpam", retirando seus órgãos internos e em seguida, preenchem-nas com temperos diversos, "vinagre, cebola, etc." e "assadas assim no forno são um pasmo, come-se sem fastio, e por

[296] MOREIRA, Antônio. Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves etº. *In*: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, 2011, p. 91
[297] Ibid., p. 91
[298] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 194
[299] Ibid., p. 130
[300] Ibid., 130-131

regalo".[301] Por fim, as tartarugas da segunda espécie, menores e denominadas tracajás, contavam com uma carne tenra e por isto, "mais estimadas para o prato".

Semelhantes às tracajás eram os jabutis que, de acordo com o padre, também "fazem seu corpo na república dos anfíbios, e por tais, como os de ter que até agora falamos, gozam do privilégio de serem admitidos no sagrado jejum".[302] Ao apresentar esta afirmação sobre os jabutis e demais espécies que compunham tal república, o Pe. João Daniel demonstra sua concordância de que esses animais fossem ingeridos nos tempos de penitência, inclusive os jabutis, que caminhavam sobre a terra. É provável que a classificação deste animal em meio aos anfíbios estivesse relacionada às suas muitas semelhanças, físicas e comportamentais, com as tartarugas. Segundo João Daniel, os jabutis, como as tartarugas, eram animais indefesos, que "não fazem mal a ninguém", sendo, até mesmo, domesticados e quando passam a viver no interior das casas, "vêm comer à mão".[303] Além disso, sua carne era muito apreciada, descrita pelo letrado como gostosa, "tenríssima [...] e alva" e os seus fígados, de grandes dimensões, quando cozidos, eram "um bom pratinho, e muito melhor assados".[304]

Também foram denominados como "animais anfíbios" os castores que, vez ou outra, eram avistados construindo suas casas sobre a enseada dos rios; as lontras, cuja carne era "gostosa, especialmente estando gorda" e o bicho vergonhoso, animal que contava com as dimensões de um lagarto e tinha o seu corpo revestido por conchas.[305] Deste último, o letrado destaca que o nome "vergonhoso" era uma referência ao comportamento do animal que, ao ser tocado, "logo encolhe as mãos, e pés, e ajuntando a cauda com a cabeça, fica como uma bola". João Daniel ainda aponta possíveis explicações para a ação do animal: "ou ele se encolhe por humilhado, ou se esconde por vergonhoso, ou, e será o mais certo, por muito tímido, como o fazem os jabutis, e tartarugas".[306] Ao se deparar com tantas criaturas que transitavam entre água e terra, João Daniel conclui que "o grande Amazonas tem todos os anfíbios, que as histórias contam da Ásia, África, e demais mundo, menos descrição aqui não pertence".[307]

João Daniel, como mencionado, apresenta os anfíbios como animais aptos a serem ingeridos em jejum. Em seu *Tesouro descoberto*, o letrado afirma que a tartaruga podia ser identificada como "animal anfíbio", pela sua capacidade em caminhar sobre o solo. Porém,

---

[301] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 131
[302] Ibid., p. 134
[303] Ibid., p. 134
[304] Ibid., p. 134
[305] Ibid., p. 134-135
[306] Ibid., p. 135
[307] Ibid., p. 136

ponderando que a tartaruga mantém a sua "vivenda" na água e permanece a maior parte do tempo sob as águas, o Pe. João Daniel conclui, que ela era, "peixe por certo".[308] Para jesuítas como o Pe. Antônio Vieira, o Pe. Antônio Moreira e o Pe. João Daniel, a ingestão de tartarugas e jabutis era uma valiosa alternativa para os jejuns católicos na parte norte do Brasil. Vieira não se referiu a essas espécies como animais anfíbios, mas também não parece repudiar o consumo desses "peixes" em tempos quaresmais, inclusive dos jabutis. Na visão destes membros da Companhia de Jesus, o mais importante era evitar que os católicos se alimentassem da carne vermelha e assim, bastava que o animal fosse identificado como uma criatura aquática, consequentemente provida de sangue frio, para que se tornasse apto a ser um ingrediente das refeições realizadas durante as penitências.

Houve, por outro lado, quem discordasse desta interpretação sobre os jabutis. Fr. Cristóvão de Lisboa, missionário no Maranhão no início do século XVII, condenava a recomendação que alguns religiosos faziam sobre o consumo do animal. Na carta redigida em 2 de outubro de 1626 e endereçada a um dos superiores da Ordem dos Frades Menores em Portugal, Fr. Lisboa apresenta suas queixas aos agravos praticados por Bento Maciel (1567-1642), Capitão-mor da Capitania do Pará e pelo Pe. Luís Figueira, um dos primeiros jesuítas a missionar no Estado. Dos delitos cometidos pelo Capitão-Mor, estava o impedimento às orações praticadas pelos indígenas, o tratamento que lhes era concedido e o amancebamento de suas mulheres. Já ao Pe. Luís Figueira, Fr. Lisboa condena o fato de o jesuíta estimular os confrontos entre os franciscanos e Bento Maciel, bem como a sua cobiça em deixar as aldeias apenas aos cuidados da Companhia de Jesus. Entre as críticas direcionadas a Figueira, uma delas envolvia a defesa que o religioso havia feito da ingestão dos jabutis em tempos de jejuns. Em sua carta, Cristóvão de Lisboa afirma ter mandado que os católicos se "abstivessem dos jabutis nos dias de peixe, por não haver razão que mostrasse não serem carne, até vir isto resoluto pelo Superior".[309] A postura adotada pelo Pe. Figueira ia de encontro ao que era defendido por Lisboa e escreve o franciscano que, os jesuítas, "disseram no púlpito, publicamente, que eles eram peixes e por tal se comiam diante do Papa e na Baía, e que os religiosos santos franceses por peixe o deram".[310]

---

[308] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 130

[309] LISBOA, Frei Cristóvão de. Carta de Frei Cristóvão de Lisboa a um superior narrando trabalhos de missões no Brasil e queixando-se de agravos praticados pelo Capitão-mor Bento Maciel e pelo Padre Luís da Figueira. *In*: AMORIM, Maria Adelina. **Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará. Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos**. Lisboa: Universidade de Lisboa/Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 242

[310] Ibid., p. 242-243

O religioso, ao se debruçar sobre tal fato, demonstra um descontentamento maior em relação aos jesuítas seguidores de Figueira do que aos franceses, pois foram os padres inacianos que se utilizaram do púlpito da igreja para proferir tais considerações. Na carta, Lisboa escreve que "todas estas alegações [são] mentiras, e que o instrumento os dava por carne", isto é, compreendia o jabuti como uma carne de sangue quente. Assim, sob os olhos do franciscano, o consumo do animal era uma "injúria gravíssima" e que se ele, enquanto prelado, realizasse esta recomendação aos fiéis, seria "o mesmo que dizer que era temerário e tolo".[311]

Na visão de Lisboa, os erros cometidos por Bento Maciel e Luís Figueira atingiam diretamente o empreendimento missionário que vinha sendo conduzido pelos franciscanos. De um lado, havia um Capitão que solicitava mulheres casadas para se amancebar e de outro, havia um padre da Companhia de Jesus, que estava "dando liberdade de consciência a todos, para deste modo se fazer bem quisto e odiar-nos a nós [franciscanos] com o povo".[312] Diante de tantas práticas condenáveis, Lisboa encerra suas denúncias apresentando o que havia feito e reiterando seus posicionamentos: "disse que algumas coisas não eram lícitas, como foram os jabutis, cativeiro dos negros, compra deles, e nos dízimos".[313]

O jabuti, que parece ter se tornado alvo de críticas e afastamentos entre franciscanos e jesuítas, não foi apresentado em *História dos animais e das árvores do Maranhão*. As tartarugas, por outro lado, estiveram presentes na obra de Fr. Lisboa, anunciadas em meio aos "peixes do Maranhão". O franciscano escreve que as oroanas legavam seus ovos "à borda do mar na areia", geralmente em "muito grande quantidade" e dali partiam, não havendo nenhuma tartaruga que permanecesse na praia para chocá-los. Quando chegava a hora do nascimento, os ovos se rompiam, as pequenas tartarugas saiam e dali "a mãe os chama para o mar".[314] Da carne das tartarugas, muito apreciada pelos comensais da região, o religioso afirma ser "como carne de bezerro e são muito gordos, e vi já alguma dar três arrobas de carne e duas botijas de manteiga".[315] É provável que Fr. Lisboa identificasse algumas semelhanças físicas entre jabutis e tartarugas, como a recorrência da carapaça e a lenta forma de andar. Contudo, o fato de esses animais viverem em ambientes distintos – tartarugas nas águas e jabutis nas terras – não

[311] LISBOA, Frei Cristóvão de. Carta de Frei Cristóvão de Lisboa a um superior narrando trabalhos de missões no Brasil e queixando-se de agravos praticados pelo Capitão-mor Bento Maciel e pelo Padre Luís da Figueira. *In*: AMORIM, Maria Adelina. **Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará. Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos**. Lisboa: Universidade de Lisboa/Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 243
[312] Ibid., p. 243
[313] Ibid., p. 243
[314] LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 70
[315] Ibid., p. 70

permitia que as espécies fossem consumidas da mesma forma. Desse modo, podemos supor que o franciscano não condenasse a ingestão das oroanas em tempos de jejuns, mas de forma alguma permitia que o mesmo destino fosse concedido aos terrestres jabutis.

Nessa terra de animais abundantes, a grande quantidade de pescados tornava-se um alento para os famintos e alvo de escrutínios, reflexões e menções dos religiosos. As preocupações versavam, principalmente, sobre os seres aquáticos que dispunham de órgãos que lhes possibilitava aspirar o ar fora d'água e caminhar sobre a terra, como ocorria com peixes-boi e tartarugas. Franciscanos e jesuítas, ao se debruçarem sobre esses animais, não questionavam a criação divina, mas buscavam identificar qual a melhor forma de usufruir deles. Apesar das discordâncias entre padres e freis, sobretudo em relação aos jabutis, sabe-se que esses homens partilhavam uma mesma preocupação: compreender o que eram essas criaturas legadas por Deus aos trópicos e garantir a salvação dos muitos católicos que residiam na América Portuguesa.

3.5 Aves misteriosas, monstros e homens do mar

Muito se escreveu, pois, sobre os animais que viviam nas águas e ares tropicais. Nesses registros produzidos por padres, freis e homens leigos, as impressões acerca das cores, sabores e dimensões de aves e peixes estiveram lado a lado com as descrições das metamorfoses vividas por alguns animais, havendo mesmo seres que pareciam virar outras criaturas ao longo da vida. Grande parte dos homens que versaram sobre os pássaros, por exemplo, dedicaram ao menos algumas linhas às aves que não se originavam de ovos e outras que viviam modificações importantes durante a sua existência. Assim o fez José de Anchieta, que não deixou de mencionar essas distintas criaturas na carta redigida ao Padre Geral da Companhia, em 1560. Segundo Anchieta, nas terras de São Vicente havia uma ave marinha de nome "guará", muito parecida com os mergulhões, "de pescoço igualmente alongado, de bico comprido e adunco".[316] O que distinguia os guarás brasílicos dos mergulhões europeus era a notável mudança da coloração de suas penas, como aponta Anchieta ao escrever que o animal

> passa por uma metamorfose, como que perpétua, pois na primeira idade cobre-se de penas brancas, que depois se transformam em cor de cinza, e, passado algum tempo tornam-se segunda vez brancas, de menos alvura todavia das primeiras; por fim ornam-se de uma cor púrpura lindíssima.[317]

[316] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 124
[317] Ibid., p. 124

A metamorfose identificada pelo jesuíta era, de fato, definitiva, já que as penas do guará não retornavam às cores dos seus primeiros tempos de vida. Os indígenas dos trópicos, conhecedores da ave, muito se admiram com as alterações enfrentadas pelo guará, que lhes proporcionava penas de cores distintas, mas originadas de uma mesma ave. Anchieta ressalta que estas penas eram apreciadas pelos nativos, que as utilizavam em seus adornos para a cabeça e os braços em dias de festas.[318]

O guará tornou-se uma espécie conhecida dos homens do Quinhentos. A cada tratado escrito sobre os animais dos trópicos, as metamorfoses vividas pelo animal ganhavam mais detalhes. Pero de Magalhães Gandavo teceu suas considerações sobre a ave em sua *História da Provincia de Santa Cruz* e não poupou informações sobre cada uma das mudanças perceptíveis através de suas penas. O letrado destaca as muitas cores das plumas, o tempo de duração de cada tonalidade e até mesmo as texturas em cada período, havendo época de penas mais finas e outros momentos de penas mais grossas. Gandavo apresenta o guará como uma das "aves notáveis" avistadas nos trópicos e de tamanho próximo ao das conhecidas gaivotas. A escolha em versar sobre esta ave marítima – da qual afirma estar fazendo uma especial menção – provavelmente, deve-se às tantas mudanças que o animal vivia em um pequeno intervalo de tempo. De acordo com o autor, "a primeira pena de que a natureza as veste, é branca sem nenhuma mistura muito fina em extremo. E por espaço de dois anos pouco mais ou menos a mudam, e torna-lhes a nascer outra parda".[319] Passados dois anos, as penas pardas do guará se alteravam, "e torna-lhes a nascer outra parda também muito fina sem nenhuma mistura".[320] Dois anos depois desta segunda variação, os guarás "tornam-se a mudar, e ficam vestidas de uma cor muito preta distinta de outra cor". Após essas transformações, havia uma última troca significativa: "daí a certo tempo pelo conseguinte a mudam e tornam-se a cobrir de outra muito vermelha, e tanto, como os mais finos e puro carmesim que no mundo se pode ver e nesta acabam seus dias".[321] Como Anchieta, Gandavo compreende as mudanças vividas pelo guará como sendo parte de uma transformação constante, que atravessa toda a vida do animal e se encerra apenas no momento de sua morte.

---

[318] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 124

[319] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, não paginado

[320] Ibid., p. 27

[321] Ibid., p. 27

Também no século XVI, Fernão Cardim concede destaque às visíveis metamorfoses vividas pelo guará. Em seu tratado, o jesuíta apresenta a ave como uma espécie abundante nos trópicos, do tamanho de uma pega, bico comprido e pés alongados. Sobre as penas, Cardim afirma que quando a ave nasce, "é preto, e depois se faz pardo; quando já avoa faz-se todo branco mais que uma pomba, depois faz-se vermelho claro, *et tandem*[322] torna-se vermelho mais que a mesma grã, e nesta cor permanece até a morte".[323] Sobre as penas, o jesuíta afirma que essas eram muito apreciadas pelos indígenas, que utilizavam-nas na produção de diademas, um tipo de franja que servia para cobrir as espadas empregadas em momentos de confronto e como adornos nos braceletes e enfeites para os cabelos. De acordo com Cardim, os indígenas dos trópicos tinham tanta estima pelas penas dos guarás que as incorporaram como objeto de troca, "com serem muito amigos de comerem carne humana, dão muitas vezes os contrários que têm para comer em troca das ditas penas".[324]

Os três letrados, Anchieta, Gandavo e Cardim, partilharam de impressões semelhantes sobre o guará, evidenciando as transformações vivenciadas por uma ave que nascia com penas esbranquiçadas e passava parte de sua vida revestida por cores diversas. Embora as metamorfoses fossem "perpétuas" e afetassem diretamente a vida do guará, não havia dúvidas de que, ao longo de todo este processo, a espécie animal permanecia a mesma, isto é, nascia como um guará de penas brancas e morria como um guará de cor carmesim. Como alguns homens dos séculos XVI, XVII e XVIII registraram, nem sempre o processo de metamorfose vivenciado pelo animal ocorria de modo semelhante ao que se notava no guará, com a conservação da espécie. Uma criatura em especial, o guanumbî mencionado por Anchieta, passava por grandes modificações e parecia se transformar em outra espécie ao longo de sua vida.

Na carta de 1560, Anchieta relata que pequenas aves, denominadas guainumbîs, encontradas em São Vicente, passavam por mudanças significativas. O termo "guainumbî" contemplava diferentes gêneros de pequenos pássaros, havendo alguns que, de acordo com Anchieta, "alimentam-se só de orvalho", e uma determinada espécie que, "afirmam todos", "se gera de borboleta".[325] Tal condição mencionada por Anchieta ao se referir ao guanumbî era

---

[322] E finalmente

[323] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 98

[324] Ibid., p. 99

[325] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 124

muito distinta da metamorfose vivida pelo guará, pois implicava em um pássaro gerado por uma outra espécie animal, a borboleta.[326] Como aponta Anchieta, a crença de que o pequeno pássaro originava-se das borboletas era partilhada por "todos" os homens daquele tempo, possivelmente, conhecida dos indígenas e recém-descoberta pelos europeus.

Dentre os "todos" que se debruçaram sobre a misteriosa ave, esteve Fernão Cardim, que em seu *Do clima e da terra do Brasil*, se referiu ao animal como guainumbig, termo que contempla muitas espécies – guaracigá, que significa "fruta do sol"; guaracigoba, "cobertura do sol" e guaracigaba, "cabelo do sol". Cardim afirma ser esse "o mais fino pássaro que se pode imaginar", dotado de um colorido barrete em sua cabeça, de penas vermelhas, verdes, pretas e de muitas outras cores, "todas muito finas, e resplandecentes".[327] Na face, avistava-se um bico muito comprido e uma língua longa, "de dois comprimentos do bico". Além disso, o guainumbig era um pássaro que em muito se parecia com a abelha, tanto pelo modo de voar, ao bater as suas asas com muita intensidade, quanto pela forma de se alimentar, pois se sustentava do mel das flores.[328]

É provável que as semelhanças entre o guainumbig e as abelhas tenham contribuído para as reflexões acerca da origem desse pássaro, registradas por Cardim em seu tratado. De acordo com o padre, os guainumbig contavam com "dois princípios de geração: uns se geram de ovos como outros pássaros, outros de borboletas". Dessa segunda forma de geração, Cardim apresenta mais alguns detalhes:

> é coisa para ver, uma borboleta começar-se a converter neste passarinho, porque juntamente é borboleta e pássaro, e assim se vai convertendo até ficar neste formosíssimo passarinho; coisa maravilhosa, e ignota aos filósofos, pois um vivente sem corrupção se converte noutro.[329]

Como apontado em páginas anteriores, em *Do clima e terra do Brasil*, Fernão Cardim já havia partilhado a sua crença de que a própria natureza e o clima dos trópicos influenciavam na geração dos mais diferentes animais, dos mais repulsivos aos mais belos. De modo complementar, a ideia da transformação de uma criatura em outro ser vivo também parecia crível ao jesuíta.[330] Levando em consideração a afirmativa de que o guainumbig originava-se

---

[326] MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **O descobrimento da biodiversidade**. A ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 86

[327] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 52-53

[328] Ibid., p. 53

[329] Ibid., p. 53

[330] TAUNAY, Affonso de E. **Zoologia Fantastica do Brasil (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 19__, p. 115

de um outro ser muito semelhante, tem-se mais um indício de que Fernão Cardim não partilhava da visão de que cada espécie contava com uma forma particular e fixa, mas de que era possível identificar vínculos entre espécies distintas, como borboletas e guainumbigs.[331] Como escreve Cardim, a conversão da borboleta em ave era "coisa maravilhosa" de se observar, pois se assemelhava a um processo de renascimento vivido pelo animal[332] e se desenvolvia ao longo da sua existência, sem envolver qualquer tipo de corrupção que remetesse, por exemplo, à transformação de um corpo morto em um novo ser vivo, como já havia sido registrado pelo jesuíta.[333]

Para os letrados católicos, a metamorfose vivida pelo guainumbig estava situada entre a maravilha e o mistério, um processo admirável e surpreendente, mas do qual pouco se compreendia naqueles finais do Quinhentos. Pela abundância da espécie e facilidade com que era encontrada, o guainumbig se fez presente nas crônicas escritas por outros jesuítas. Pela curiosidade que gerava entre esses homens, foi uma das poucas aves descritas em detalhes nas obras do Pe. Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, datada de 1663 e *Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil*, impressa em 1668. De acordo com o jesuíta, este pequeno pássaro chamado "goanhambi" pelos naturais da terra e "pica-flor" pelos portugueses, era um exemplo que "mostra muito a fecundidade e variedade das aves destes ares", sendo a criatura "mais galante e enfeitada da natureza".[334]

Quando Vasconcellos publica a sua *Chronica da Companhia de Jesu*, em meados do Seiscentos, nove espécies de pica-flor haviam sido identificadas e denominadas "segundo o modo de sua formosura", como afirma o padre. Assim, eram conhecidos o goaracyaba, que significava "raio de sol" e o goaraciyaba, identificado como "cabelo de sol", ambos nomes que traziam referências às cores que predominavam em suas penas. Além de evidenciar a beleza do pássaro e a rapidez com que batia suas asas – o que dificultava a identificação do pica-flor em meio às flores – Vasconcellos teceu comentários e reflexões acerca da vida e morte do animal.

---

[331] MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **O descobrimento da biodiversidade**. A ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 86

[332] FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Identidades bestiárias na colônia: monstruosidade, gênero e ordem política na cronística portuguesa sobre o Brasil dos séculos XVI e XVII. **Signótica**, Goiânia, v. 15, n.1, p.77-90, 2003

[333]Ao escrever sobre as cobras dos trópicos, Cardim menciona uma espécie capaz de se regenerar depois de morta. Abordaremos esta impressão o jesuíta quinhentista no capítulo 4 do presente estudo.

[334] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 173

Segundo Vasconcellos, "esta avezinha suposto que fomenta seus ovos, e deles nasce, que é produzida muitas vezes de borboletas".[335] Ciente da surpresa que essa peculiaridade dos pica-flores poderia causar, o jesuíta acrescenta: "sou testemunha, que vi com meus olhos uma delas meia ave, e meia borboleta, ir se perfeiçoando debaixo da folha de uma latada[336], até tomar vigor, e voar".[337] Enquanto espectador das transformações vividas pelo pássaro, o jesuíta parece não ter dúvidas de que a vida do pica-flor era, de fato, gerado por uma espécie distinta, a borboleta; e que, após o seu nascimento, deixava de ser borboleta para, gradualmente, transformar-se em ave.[338]

Os mistérios do pica-flor, no entanto, não se restringiam à origem e vida do animal, mas também à sua morte, como escreve o jesuíta em sua *Chronica*:

> Maior milagre: se afirma dela constantemente, e por tantos autores,[339] que parecem não pode duvidar-se, que como só vive de flores, em acabando estas, acaba ela na maneira seguinte: prega o biquinho no tronco de uma árvore e nela está imóvel como morta, em quatro tornam a brotar as flores (que são seis meses) passado o qual tempo, torna a viver, e voar.[340]

Ainda que Vasconcellos compreendesse a vegetação dos trópicos como uma primavera perpétua, o letrado reconhecia que o tempo das flores era distinto para cada espécie e, por isso, de meses em meses, algumas pétalas caíam ou permaneciam fechadas. Nessas estações, o orvalho cessava e os pica-flores perdiam completamente o seu sustento, encontrando a sua morte. A morte, no entanto, era temporária e encerrada quando as gotículas de água ressurgiam nas mais diferentes flores, possibilitando que a ave retornasse à vida. Para um católico professo

---

[335] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 174

[336] Latada consistia em um modo de plantio utilizado para o cultivo de algumas flores, como jasmins e roseiras. O método envolvia o plantio das espécies com o sustento de ripas e canas. Cf. LATADA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 48

[337] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 174

[338] MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **O descobrimento da biodiversidade**. A ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 86

[339] Nestas páginas da *Chronica*, o Pe. Simão de Vasconcellos apresenta como suas referências à *Historia Naturalis Brasiliae*, escrita pelos neerlandeses Georg Laet Marcggraf e Wilhelm Piso e impressa em 1648. Na parte *Historiae Rervam Naturalium Brasiliae*, Marcggraf versou sobre as nove espécies de guainumbi conhecidas daquele período e incluiu uma nota sobre a vida do animal. De acordo com o letrado, o período de vida do guainumbi era curto, acompanhando a duração das flores e quando estas caem, o pássaro permanecia imóvel, por seis meses, até que as flores renasçam e complementa dizendo, "o que se confirma com muitas testemunhas inteiramente seguras". Cf. MARCGRAF, George. **História Natural do Brasil**. Edição do Museu Paulista comemorativa do cincoentenário da fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Tradução de Mons. Dr. José Procopio de Magalhães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 196-198

[340] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 174

como Vasconcellos, esse misterioso momento da vida do pica-flor só poderia ser interpretado como uma manifestação divina, isto é, mais uma das manifestações de Deus por meio da natureza brasílica. Assim, sob o olhar do jesuíta, as dimensões coloridas e, principalmente, as particularidades notadas na vida do pequeno pássaro tornavam-no o melhor representante de toda a "multidão, e variedade das espécies das aves destes ares, e sua formosidade".[341]

A tentativa de desvendar os mistérios envolvidos na origem, vida e morte do pica-flor parece ter se repetido em relação a alguns estranhos seres marinhos. Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, monstros, homens e mulheres que viviam no fundo das águas brasílicas ganharam contornos mais precisos e tornaram-se alvo dos letrados que se dedicaram a identificar e classificar os animais marinhos. Como escreve o autor da *Chronica da Companhia de Jesus*, o monstro que vivia nas águas de Porto Seguro foi uma das primeiras criaturas avistadas pelos portugueses, antes mesmo de caminharem sobre esta terra. Segundo Vasconcellos, naquele ano de 1500, o mar "vomitou à praia um monstro marinho, não conhecido, e portentoso, recreação dos portugueses, por coisa insólita, e muito aprazível aos índios por pasto de seu gosto".[342] O monstro era de grandes dimensões, com cabeça e olhos semelhantes aos dos porcos e revestido por uma pele muito grossa, de um dedo humano de espessura.

Na visão de Vasconcellos, o monstro havia sido gerado pelas águas do mar, ou seja, a própria natureza dos trópicos, conduzida pelas mãos divinas, havia proporcionado tão distinta criatura para viver na faixa litorânea. Este primeiro encontro entre portugueses e monstros foi, na visão do jesuíta, uma primeira demonstração das muitas novidades que os europeus "andados os tempos se descobriram nestas regiões do Brasil".[343] Na *Chronica*, Vasconcellos dá indícios de que o monstro de Porto Seguro não era o único ser monstruoso do litoral, pois escreve que "depois deles, foram tão vários os que virão, e de tão monstruosas espécies, que requerem um tratado muito grande".[344]

De fato, outros registros acerca dos monstros marinhos brasílicos multiplicaram-se pela costa, sobretudo na região de São Vicente, de onde Pero de Magalhães Gandavo apresenta a primeira menção em língua portuguesa sobre este distinto ser vivo. Cabe ressaltar que o letrado

---

[341] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 174

[342] Ibid., p. 10

[343] Ibid., p. 10

[344] Ibid., p. 172

dedica todo um capítulo de sua *Historia da Provincia de Santa Cruz* para contemplar uma descrição detalhada do monstro e do seu processo de captura, no ano de 1564. Quando escreve sua *Historia*, em meados do século XVI, Gandavo afirma que as notícias sobre o monstro marinho já estavam se difundindo, porém, quase sempre eram informações falsas.[345]

Diz o cronista que a primeira pessoa a se deparar com o monstro foi uma indígena que, ao olhar para a várzea que terminava no mar, "viu andar nela este monstro, movendo-se de uma parte para outra, com passos e meneios desusados, e dando alguns urros de quando em quando tão feios, que como palmada e quase fora de si".[346] A mulher, escrava de um capitão local, voltou para a casa em que trabalhava e contou suas impressões a Baltasar Ferreira, filho do capitão. Conta Gandavo que Ferreira, após ter ouvido por duas vezes o relato, tomou uma espada junto de si e ao sair da casa – acreditando que se depararia com algum animal da terra – notou o vulto do monstro ao longo da praia. Aproximando-se das águas, Ferreira pôde senti-lo e com o auxílio de um mancebo, levantou-se para cima do monstro, fincando sua espada sobre a barbatana do rabo e a barriga. Os golpes fizeram com que o monstro liberasse uma grande quantidade de sangue e começasse a se direcionar à terra – "ferido urrando com a boca aberta" – onde lhe foi desferido um último golpe, na cabeça.

De acordo com Gandavo, "o retrato deste monstro, é este que [...] se mostra, tirado pelo natural", um ser que tinha cerca de "quinze palmos de comprido, e semeado de cabelos pelo corpo, e no focinho tinha umas sedas muito grandes como bigodes".[347] Ao descrever os urros e a morte do ser vivo em praça pública, Gandavo materializa a figura do monstro, apresentando-o como um ser de grandes e anormais proporções, gerado pela própria natureza, logo, pertencente ao mundo natural dos trópicos.[348] Pelo relato de Gandavo, não é possível apreender se o monstro marinho, denominado Hipupiara – "demônio d'água" – pelos indígenas, era um ser conhecido daqueles homens ou se essa era a primeira vez em que haviam se deparado com ele. Ao final das páginas dedicadas ao monstro de São Vicente, o letrado considera a possibilidade de este ser apenas um dos muitos seres que logo se tornariam comuns aos portugueses:

> E assim também deve de haver outros muitos monstros de diversos pareceres, que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem, de não menos

[345] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, não paginado
[346] Ibid., não paginado
[347] Ibid., p. 32
[348] CAMENIETZKI, Carlos Ziller; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Quem conta um conto aumenta um ponto: o mito do Ipupiara, a natureza americana e as narrativas da colonização do Brasil. **Revista de Indias**, Madri, v. LX, n. 218, 2000, p. 116

> estranheza e admiração: e tudo se pode crer, por difícil que pareça: porque os segredos da natureza não foram revelados a todos ao homem, para que com razão possa negar, e ter por impossível as coisas que não viu, nem de que nunca teve notícia.[349]

O letrado, como mostra sua narrativa, não parece se surpreender com a existência do monstro, pois, em uma natureza tão vasta, composta por seres distintos como ervas-vivas e peixes-boi, havia muito a ser revelado e a se tornar conhecido dos lusitanos.[350] Apesar de ter descrito o monstro de São Vicente como um ser originado pela natureza, Gandavo não buscou classificá-lo como um animal ou como qualquer outra criatura já familiar naquelas terras, limitando-se apenas a identificá-lo como um ser monstruoso que residia em águas litorâneas.

Nos finais do século XVI e durante o século XVII, o Ipupiara tornou-se um personagem comum em crônicas e tratados redigidos em língua portuguesa. As impressões acerca desse ser foram se alterando ao longo do tempo. Aos poucos, o monstro ganhou novos traços, como se observa no relato de Gabriel Soares de Sousa. No capítulo "que trata dos homens marinhos", que compõe o *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*, o senhor de engenho afirma que "não há dúvida senão que se encontram na Bahia e nos recôncavos dela, muitos homens marinhos, a que os índios chamam pela sua língua upupiara".[351] Tais homens viviam nas águas doces da capitania e causavam grandes danos aos pescadores e mariscadores, pois aproximavam-se, subiam nas jangadas e ali os agrediam e afogavam. Segundo Soares de Sousa, aqueles que sobreviviam aos ataques dos homens marinhos retornavam ao solo quando a maré abaixava e traziam consigo mordidas "na boca, narizes e na sua natura".[352] Já dos mortos, nem sempre eram encontrados corpos inteiros, apenas partes, como braços, que os homens marinhos lançavam para fora da água e que, ao serem recolhidos, geravam grande temor entre os moradores da região, "que não quiseram tornar a pescar daí a muitos dias".[353]

O senhor de engenho não afirma ter, ele mesmo, visto os temidos homens marinhos, mas pontua que cinco dos indígenas que viviam em suas terras haviam sido mortos por esses seres e relata que "já aconteceu tomar um monstro destes dois índios pescadores de uma jangada

---

[349] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 32

[350] TAUNAY, Affonso de E. **Zoologia Fantastica do Brasil (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 19__, p. 91

[351] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 256

[352] Ibid., p. 256

[353] Ibid., p. 256

e levarem um, e salva-se outro tão assombrado que esteve para morrer; e alguns morreram disto", do susto e medo que vivenciaram.[354] Assim como esses homens, um mestre de açúcar que trabalhava em um dos engenhos do letrado português também afirma ter se deparado com o monstro ao olhar pela janela do engenho, direcionada para o rio. O autor do *Tratado*, narra que o mestre de açúcar "viu um vulto maior que um homem à borda d'água, mas que se lançou logo nela; ao qual mestre de açúcar as negras disseram que aquele fantasma vinha para pegar nelas, e que aquele era o homem marinho".[355]

Sob a pena de Gabriel Soares de Sousa, o monstro ganhou traços humanos que lhe possibilitaram novas formas de ataque, pois, sendo dotado de braços, o Upupiara puxava as vítimas das jangadas e arrastava-as para o fundo das águas da baía. As feições anunciadas pelo senhor de engenho distinguiam o Upupiara da Bahia do grande Ipupiara que Gandavo afirma ter ouvido falar em São Vicente. Apesar das diferenças anunciadas nas duas narrativas, ambos classificam esses distintos seres marinhos como monstros que causavam temor nos moradores.

Fr. Vicente do Salvador tentou classificar esses monstros marinhos em sua *História do Brazil*. Na narrativa, o franciscano distinguiu homens marinhos e monstros marinhos, salientando a periculosidade e os muitos mistérios que foram atribuídos aos dois seres. Dos homens marinhos, Vicente do Salvador relata que "já foram vistos sair fora da água" e, pouco tempo depois, era possível avistar indígenas mortos nas mesmas águas, indígenas "que andavam pescando" e que os homens marinhos comeram "os olhos e nariz".[356] Aqueles que se deparavam com os corpos danificados flutuando sobre as águas poderiam indagar se não tinham sido mortos pelos muitos tubarões que viviam no litoral dos trópicos. Porém, escreve o franciscano, esse tipo de ataque não poderia ser gerado por tubarões, já que esses "comem pernas e braços, e toda a carne", diferente dos homens marinhos, que se alimentavam de partes específicas do corpo humano.

Após escrever sobre os ataques dos homens marinhos, o franciscano passou ao monstro marinho avistado na capitania de São Vicente, em 1564. Fr. Vicente do Salvador relembra a narrativa envolvendo Baltazar Ferreira, que "com uma espada, e levantando-se o peixe direito como um homem sobre as barbatanas do rabo lhe deu [...] uma estocada pela barriga, com que o derrubou" e assim que notou a tentativa do monstro em se levantar novamente, Baltazar

---

[354] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 256

[355] Ibid., p. 256

[356] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 21

Ferreira "lhe deu um altabaixo na cabeça, com que o atordoou".[357] Enquanto os homens marinhos contavam com traços humanos, o franciscano comparou o monstro de São Vicente a uma criatura animalesca, sendo um "monstruoso peixe de quinze palmos de comprido, não tinha escama senão pelo".[358]

Para o franciscano, homens marinhos e o monstro de São Vicente eram seres de dimensões distintas, mas que partilhavam de uma mesma condição de monstruosidade: ambos consistiam em seres gerados pela natureza, mas que contavam com algum tipo de distorção em relação às demais criaturas que compunham o mundo natural.[359] Os homens marinhos, apesar de serem dotados de braços e pernas, viviam e respiravam embaixo da água, condição que os afastava de qualquer semelhança com os seres humanos. Já o monstro marinho, revestido de pelos e dotado de dimensões gigantescas, era incompatível com todos os animais aquáticos que se tinha conhecimento até então.

É importante ressaltar que os homens marinhos não estiveram restritos às narrativas dos primeiros séculos de colonização ou ao litoral brasílico. O Pe. João Daniel, escrevendo em meados do Setecentos, menciona a recorrência destes seres nas águas fluviais amazônicas. De acordo com o padre, eram os homens da terra, sobretudo indígenas que navegavam pelo rio Coparis, os responsáveis pelos relatos de "sair da água muita gente, homens, mulheres, e meninos".[360] João Daniel afirma que essa era apenas uma das muitas menções aos homens "incríveis" que emergiam da água e que em seu *Tesouro descoberto no máximo Amazonas*, iria expor apenas "alguns casos mais modernos", possivelmente relatos contemporâneos ao período em que escrevia sua obra.

Entre aqueles que afirmavam ter visto os homens marinhos, estava um religioso atuante no Amazonas. O religioso, conta o jesuíta, estava olhando em direção a um lago, quando "vira surgir, e levantar-se da água um vulto, com feições de homem, virado para a parte fronteira das mesmas casas, em cuja postura perseverou algum espaço, e virando depois o rosto para as casas, assim que o advertiu o religioso [...] se escondeu na água".[361] Ao que tudo indica, homens marinhos habitavam às águas deste lago, pois, escreve João Daniel que, no mesmo dia em que o religioso avistou o ser marinho, um pescador lançou sua linha naquele lago e "sentiu que lhe

[357] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 21-22
[358] Ibid., p. 22
[359] KAPPLER, Claude. **Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 291-292
[360] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 90
[361] Ibid., p. 90

pegavam, e brincavam com o anzol de diverso do que costuma pegar, e picar o peixe". O pescador puxou a linha e nenhum peixe estava preso ao seu anzol. Porém, ao relançar a linha e redobrar sua atenção, sentiu não apenas a linha bulir, como começou a ouvir gemidos humanos, "e quanto mais puxava maior peso sentia, e mais claros os gemidos". De acordo com o jesuíta, por ser uma pesca noturna, o pescador foi tomado por um grande medo, largou a linha e retornou para sua casa, mas por curiosidade, retornou à pesca na noite seguinte. Ao aproximar-se da margem, o pescador ouviu um chamado nominal, dizendo: "Fulano vem curar meu filho, a quem ontem feristes com o anzol" e, novamente, tomado pelo medo, o pescador voltou a sua casa. Em sua narrativa, João Daniel questiona, "se eram homens marinhos, como parece do sucesso da primeira noite, quem lhe ensinou a linguagem natural dos índios, e por que conhecimento com o dito pescador sabia o seu próprio nome?".

No caso do pescador noturno, o padre demonstra sua convicção de que, em um primeiro momento, o pescador tenha se deparado com os homens marinhos, mas que o mesmo encontro não se repetiu na segunda noite, já que não eram comuns os relatos envolvendo uma comunicação desses homens do modo como foi narrado pelo morador do Amazonas. Em seu *Tesouro Descoberto*, o letrado narra que "a experiência bem tem provado" a existência dos homens marinhos, que "no Brasil se tem visto por vezes estes indivíduos" e complementa:

> A sua figura é totalmente semelhante à humana, e da mesma estatura, só com esta diferença, que os dedos das mãos e pés são pegados com uma delgada cartilagem como os morcegos; mas nos demais perfeitos e acabados como os pés, e dedos dos mais homens; porém feíssimos de rosto, e bem pode ser que no Amazonas haja tais monstros marinhos; mas não são os que fingem os seus naturais que tocam tamboril debaixo d'água.[362]

As impressões partilhadas por João Daniel acerca desse tipo de monstro marinho em muito se aproximam ao que fora dito por outros católicos. O padre relata que, das poucas diferenças existentes entre homens da terra e os homens marinhos, estava a cartilagem presente entre os dedos e que transformava as mãos e pés em algo semelhante às nadadeiras dos pescados. A atenção do jesuíta parece não se voltar apenas à existência desses seres, mas ao fato de que nem todas as manifestações que lhes eram atribuídas pareciam ser verdadeiras. Um exemplo eram os toques de tamborins, que alguns diziam ser emitidos pelos homens marinhos, mas na visão de João Daniel, muito provavelmente, era um som produzido por povoações vizinhas, uma possível armadilha para capturar seus inimigos.[363] Apesar dos sonhos de

[362] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 91
[363] Ibid., p. 91

pescadores e batuques indígenas, o que se mostrava plausível e atestado pela experiência jesuítica era o fato de aqueles monstros existirem, afinal, em águas tão valiosas à vida de tantas criaturas, como os pescados e anfíbios, homens e mulheres marinhos eram apenas mais um dos seres que buscavam um lugar agradável para viver.

De fato, as terras brasílicas reuniam condições agradáveis a todos os seres vivos, aves, peixes e monstros. Foi no primeiro encontro com os ares dos trópicos que os portugueses que desembarcaram em Porto Seguro, no ano de 1500, tiveram uma pequena amostra dos seres que viviam nesta terra. Os papagaios, em suas muitas cores e tamanhos, foram os primeiros animais registrados na conhecida carta de Pero Vaz de Caminha, mas não demorou para que leigos e religiosos notassem que a "terra dos papagaios" contava com muitas outras criaturas, como araras e tucanos que, de tão belos, pareciam honrados por Deus.[364] As espécies americanas rapidamente caíram no gosto dos europeus: jacus, de carne saborosa; anhumas, incorporadas em mezinhas e os muitos iapus e urubus, que auxiliavam na limpeza doméstica e pública. Os ares salubres e o clima agradável também foram valiosos para a aclimatação das aves europeias, como as galinhas, que rapidamente se adaptaram e foram servidas em banquetes para o corpo e para a alma, tornando-se parte da merenda eucarística destinada ao sustento das almas pecadoras. Entre leigos e religiosos que escreveram sobre as aves brasílicas, um detalhe era partilhado: Deus parecia manifestar sua bondade por meio dos muitos traços, cores, formatos, virtudes e até serviços prestados pelas aves da América Portuguesa.

Enquanto os ares eram revestidos por penas coloridas, as águas litorâneas e fluviais eram preenchidas pelos mais diferentes pescados. Baleias, xeréus e tubarões foram alguns dos peixes anunciados nos escritos produzidos em língua portuguesa. É provável que as águas límpidas em que estes pescados viviam, tenha contribuído para que grande parte fosse considerada um alimento salutífero, inclusive para os enfermos. Na preparação dos peixes tropicais, o conhecimento indígena era imprescindível, valioso para garantir o adequado aproveitamento dos pescados e evitar que algumas espécies deixassem de ser comestíveis e se tornassem um veneno mortal, como no caso dos baiacus. Dos muitos peixes que serviam ao corpo, também houve aqueles que se tornaram alimento para a alma. Rêmora, torpedo, peixe-voador e polvo foram alegorizados pelo Pe. Antônio Vieira e "servidos" no púlpito do Maranhão, sob a forma de metáforas que serviam para a reflexão dos muitos pecadores que residiam no norte da colônia.

---

[364] LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967, p. 148

Os mesmos católicos que levaram os pescados aos altares das igrejas, também se preocuparam com os peixes que eram consumidos nas mesas coloniais. Séculos antes de Carl von Linné analisar quais "peixes" eram mamíferos e quais eram répteis, os católicos que passaram pela América Portuguesa registraram suas dúvidas, envolvendo o consumo da carne do peixe-boi, tartaruga, cágado e jabuti nos tempos em que a Igreja Católica recomendava a abstenção da carne vermelha. Afinal, aqueles que passavam tempos em terra e tempos em água e cujos traços se assemelhavam aos dos animais terrestres, poderiam ser consumidos como peixes? Diante dos escrúpulos e dos temores gerados, muitos homens decidiam se afastar dos fartos peixes-boi nos tempos de quaresma e optavam por, nestes períodos, consumirem as espécies que, em sabor e forma física, mais se assemelhavam aos peixes. Em alguns cenários, os religiosos acreditavam que medidas enérgicas precisavam ser tomadas e, por isso, Fr. Cristóvão de Lisboa não deixou de escrever à Ordem dos Frades Menores e ir ao púlpito para repudiar aqueles que incentivavam o consumo do jabuti durante o jejum.

Em meio às narrativas que versaram sobre a beleza das aves e abundância dos peixes, os padres, os freis e os homens leigos também registraram seus perigos e mistérios. Os monstros de São Vicente, de Porto Seguro, do Amazonas e de outras partes dos trópicos causaram temor pelas suas grandes dimensões – ora humanas, ora animalescas – e pelo dano que geravam às populações ribeirinhas, pois, quando não matavam os homens, os deixavam sem braços, pernas ou partes púberes. Apesar dos temores, padres e freis não viam tais criaturas como demônios, mas como seres que, por algum motivo, haviam se desviado da ordem natural criada por Deus e se tornado capazes de causar grande dano à vida humana. De modo semelhante, esses católicos buscaram compreender as transformações vividas por aves misteriosas, guarás que contavam com muitas cores ao longo da vida e pica-flores que não nasciam de aves, mas de borboletas. As mudanças das aves eram facilmente perceptíveis, havendo letrados que afirmavam ter acompanhado as constantes metamorfoses dos guarás e o nascimento, morte e renascimento vivido pelos pica-flores. Diante das tantas e tão diversas criaturas, os católicos que passaram pelo Brasil pareciam não ter dúvidas de que até mesmo os mistérios envolvidos neste mundo natural eram produtos da criação divina.

Tal conclusão sobre as ações de Deus, partilhada nas muitas crônicas, cartas e tratados que versaram sobre a natureza brasílica, foi sintetizada pelo Pe. Simão de Vasconcellos ao apresentar a sua terceira resolução sobre o porquê de o Brasil ser considerado o Paraíso Terreal. Para o jesuíta, "produzem as águas do Brasil (a modo de falar da Sagrada Escritura), viventes nadadores; e seus ares viventes voadores, por excelência bons entre todas as terras do

mundo".[365] Dos peixes e aves, primeiros animais legados por Deus ao paraíso, Vasconcellos escreve que "sempre acharemos grande bondade nos peixes, e aves do Brasil: porque das águas temos dito que são das melhores, mais puras, e mais cristalinas do mundo, tanto salgadas, como doces".[366] Das aves, Vasconcellos reitera que "a mesma bondade proporcional", observada nos peixes, "se acha nas aves destes ares", pois "todo o universo não parece viu espécies, nem mais em número, nem mais formosos: parecem as mesmas dos primitivos ares, antes criadas no mesmo Paraíso da terra: tal é a bondade, o número, e variedade da sua formosura".[367] Aos olhares católicos recaía uma curiosidade profunda, não apenas em avistar e nomear as espécies desconhecidas, mas, principalmente, em desvendar a parte da criação divina que havia sido restrita às terras do Novo Mundo. Esta criação, vale ressaltar, não se limitava apenas aos ares e às águas, mas também se deslocava sobre a terra, como apresentaremos a seguir.

[365] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 170-171
[366] Ibid., p. 171
[367] Ibid., p. 173

Capítulo 4. Aqueles que caminham e correm, os animais da terra

Das muitas palavras utilizadas para se referir aos trópicos, é provável que "abundância" e "abundante" tenham sido as mais recorrentes. Os letrados católicos que versaram sobre o mundo natural entre os séculos XVI, XVII e XVIII relatam, constantemente, a existência de um grande volume de águas, plantas e animais. Eram tantos os bichos que os autores das cartas, crônicas, sermões e tratados os delimitaram de acordo com os espaços em que viviam – ar, água e terra –, em conformidade com a tradição aristotélica.[1] Muitas páginas foram dedicadas às aves e aos peixes, e o mesmo ocorreu com as criaturas que caminhavam, corriam e rastejavam sobre a terra basílica. No final do século XVI, o Ir. José de Anchieta apresenta um breve panorama acerca dos seres animais, dividindo-os em três grupos: "carnes", espécies que podiam ser consumidas; "pescados", animais aquáticos; e "bichos", seres selvagens, alguns perigosos e peçonhentos. Das "carnes", Anchieta escreve:

> Há nesta terra abundância de gados, como bois, porcos, galinhas, perus, patos, e carneiros e cabras, ainda que não muitos, porque começam agora e tudo isto veio do Reino. Da terra não faltam porcos monteses, os quais têm o umbigo nas costas, antas que são como vacas bravas, galinhas monteses, rolas, faisões, avestruzes, garças, águias, coelhos e perdizes em muitas partes e outras muitas caças em abundância, etc., e ainda que isto de ordinário não se ache para comprar, todavia não falta na terra.[2]

Nessa epístola, *Informação da Província do Brasil para Nosso Padre*, de 1585, Anchieta menciona diferentes animais, alguns aclimatados, como eram bois, porcos e carneiros, e outros nativos, que gradualmente ganhavam espaço nas mesas brasílicas. Das caças, havia os porcos monteses, as antas e as outras espécies silvestres – as perdizes e galinhas monteses –, o religioso ressalta que não eram adquiridas através de comerciantes, pois bastava que se adentrasse pelas matas para capturá-las. Ainda sobre as carnes, Anchieta narra que ele e os irmãos se alimentavam com carne de vaca, "que é tenra e sadia, ainda que não muito gorda", enquanto os enfermos eram sustentados com "galinha e carne de porco", principalmente de porco, pois "nesta terra todo o ano é melhor que galinha em saudável e gosto".[3] Como afirma

[1] ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros I-IV. Tradução de Paula Lobo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 53-55

[2] ANCHIETA, Pe. José de. Informação da Província do Brasil para Nosso Padre – 1585. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 428

[3] Ibid., p. 428

o jesuíta, a aclimatação dos bois, das vacas, dos carneiros e dos porcos era recente nos trópicos,[4] e esse processo, ainda que longo, vinha sendo facilitado pelas boas condições climáticas que contribuíam para a rápida adaptação das espécies e a qualidade de suas carnes, permanecendo salubres e agradáveis.

Nas palavras de Ambrósio Fernandes Brandão, que escreve seus *Diálogos das Grandezas do Brasil* poucas décadas depois da carta da Anchieta, a terra do Brasil era uma terra "disposta", da qual se podia obter "todas as agriculturas do mundo". Além disso, a terra produzia "tanta quantidade de carnes domésticas e selváticas, que abunda de tantas aves mansas [...] tão grande abundância de pescado excelentíssimo, e de diferentes castas e nomes".[5] Em seus *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Brandônio apresenta a Alviano as "carnes domésticas e selváticas", domésticas como as bestas muares, que estavam em processo de aclimatação e as pacas que, nas últimas décadas, eram domesticadas. Entre os selváticos, havia criaturas dotadas de uma certa "estranheza", como o tatu e a jaratataca, animal "da mais rara e estranha natureza".[6]

Anchieta e Brandônio, assim como outros letrados católicos, compreendiam os animais terrestres – aclimatados, nativos, domésticos ou selvagens – como sendo uma grande parte do mundo natural dessa colônia, cuja abundância e diversidade estavam diretamente relacionadas às boas condições climáticas, às águas salubres e à vegetação perene que, sob a forma de campinas e pastos, lhes servia de alimento. Os animais ocuparam uma parcela significativa das páginas das cartas, das crônicas e dos tratados redigidos nos três primeiros séculos de presença portuguesa no Brasil. Na visão dos letrados católicos, os seres terrestres, juntamente com as aves e os pescados, contribuíam com as concepções de que o Brasil contava com os traços do Paraíso Terreal.

Em vista disso, apresentaremos, a seguir as impressões dos letrados católicos, leigos e professos, acerca desse quarto elemento do paraíso brasílico – as espécies animais que caminharam, correram e rastejaram sobre o solo da América Portuguesa e que foram mencionadas nos escritos redigidos em língua portuguesa entre meados do Quinhentos e a primeira metade do Setecentos. Abordaremos os esforços desses indivíduos para identificar e nomear os seres vivos, cujas formas, comportamentos e "estranhezas", pareciam surpreender

---

[4] VELDEN, Felipe F. Vander. Multiplicam-se muito nestas terras. Os animais domésticos europeus na América Portuguesa séculos XVI – XVIII. *In*: KURY, Lorelai (org.). **Representações da fauna no Brasil, séculos XVI – XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014, p. 24

[5] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 55

[6] Ibid., p. 269; p. 274

os europeus que, a partir do século XVI, depararam com criaturas como preguiças, tatus e tamanduás. Na medida em que as espécies eram reconhecidas, alguns usos eram atribuídos a elas, sobretudo alimentares, pois, de acordo com Anchieta, tais criaturas eram capturadas em matas e terrenos próximos. Assim, analisaremos como algumas espécies tornaram-se "carnes de caça" e passaram a ocupar um espaço significativo nas mesas coloniais, incorporados em preparos diversos e consumidas ao lado de espécies aclimatadas pelos portugueses.

Dos seres animais aclimatados, dedicaremos algumas páginas ao gado bovino. Vacas e bois, do mesmo modo que galinhas, porcos e cães, estiveram entre os animais trazidos para os trópicos nas primeiras décadas do século XVI. O gado adaptou-se sem grandes dificuldades e, em pouco tempo, passou a ser avistado em engenhos e fazendas que se expandiram nas capitanias de norte a sul. Além de explorarmos sua difusão pela colônia, contemplaremos as relações entre esses animais e as ordens religiosas que se instalaram nos trópicos. A partir das cartas, das crônicas e dos livros de tombo, observaremos como os animais estiveram entre as doações designadas a jesuítas, carmelitas e beneditinos, e as medidas tomadas por padres, monges e freis para administrarem seus bens temporais sem infringir os limites estabelecidos pelas instituições católicas.

Os comentários acerca dos seres terrestres envolviam um certo encantamento com a diversidade de espécies e os usos que lhes foram atribuídos. Porém, mesmo em um espaço que muitos descreveram como semelhante ao Éden, as pragas e os perigos se faziam presentes, como apresentaremos no último tópico deste estudo. Aí, abordaremos as percepções dos letrados católicos sobre as "pragas do paraíso", isto é, as formigas, os percevejos, os bichos-de-pé e diferentes animais que incomodavam os homens e atacavam as produções agrícolas. Do mesmo modo, versaremos sobre os animais perigosos e peçonhentos, "panteras" que perseguiam homens e cobras capazes de se alimentar de bois, veados e outros grandes animais.

Ao analisarmos cartas, crônicas, tratados e livros de tombo redigidos entre os séculos XVI, XVII e XVIII, nosso principal intuito é compreender o que foi dito a respeito dos animais terrestres e como leigos e religiosos descreveram essas criaturas que, sob o olhar católico, eram importantes personagens das analogias envolvendo o mundo natural brasílico e o paraíso terreal.

4.1 "Estranhos nunca vistos"

Os escritos produzidos ao longo dos séculos XVI, XVII e o XVIII demonstram que as primeiras aproximações dos europeus com os animais dos ares, das águas e da terra não ocorreram de maneira uniforme. No caso das aves, o contato parece ter sido imediato, pois,

como indica Pero Vaz de Caminho, bastou que os portugueses dessem os primeiros passos em terra para que a tripulação de Pedro Álvares Cabral deparasse com papagaios coloridos.[7] Em relação aos animais que caminhavam e corriam sobre a terra, a aproximação foi gradual, ocorrendo em meio às andanças realizadas pela faixa litorânea.[8] Nas descobertas de novos caminhos, leigos e religiosos dedicaram-se a registrar os animais avistados, registros quase sempre acompanhados pela surpresa diante do desconhecido e pelo esforço em tornar esses animais compreensíveis aos europeus.

Ao escrever sobre os "animais e bichos venenosos que há nesta província" em um dos capítulos da sua *História da Província de Santa Cruz*, Pero de Magalhães Gandavo evidencia que, em meados do século XVI, a América Portuguesa era uma província de grandes dimensões, cuja maior parte permanecia "inabitada e cheia de altíssimos arvoredos e espessos matos", por isso, "não é de se espantar que haja nela muita diversidade de animais, e bichos muito ferozes, e venenosos".[9] De acordo com o letrado, antes de 1500 não era possível encontrar cavalos, éguas e bois nessas paragens. Contudo, naqueles anos de 1570, já se notava a "muita abundância" e o "grande crescimento" desses animais. Ainda que tenha mencionado os seres aclimatados, o foco de Gandavo foram os animais nativos, definidos com as seguintes palavras: "os outros animais que na terra se acham, todos são bravos de natureza, e alguns estranhos nunca vistos em outras partes: dos quais darei aqui logo notícia".[10]

Para o letrado, eram "estranhos" todos os seres vivos que não se assemelhavam aos animais do Velho Mundo, como era o caso da preguiça, cujas características despertaram sua atenção: "um rosto feio, e umas unhas muito compridas quase como dedos"; dotada de um corpo grande, revestido por pelos e sempre posicionada com a barriga voltada ao chão, "sem que nunca se levantar em pé como os outros animais", e assim, pendurada para baixo, movia-se lentamente. A fim de dimensionar quão lento era o animal, Gandavo declara que seu andar era "com passos tão vagarosos, que ainda que ande quinze dias aturado, não vencerá distância de um tiro de pedra".[11] Com uma alimentação composta exclusivamente por folhas, a preguiça

[7] CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha. *In*: AMADO, Janaína. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasílica, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 104-105

[8] ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Prefácio de José Honório Rodrigues. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasílica: INL, 1976, p. 36

[9] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 20

[10] Ibid., não paginado

[11] Ibid., não paginado

permanecia por longos períodos na copa das árvores, um processo igualmente vagaroso, demorando "dois dias para subir, e dois para descer".[12]

Sob o olhar de Gandavo, a estranheza do animal não compreendia apenas os seus contornos físicos – grande, peludo e de garras longas –, mas principalmente o seu comportamento, já que nenhum outro bicho se deslocava com tamanha lentidão. Como Gandavo, o Pe. Fernão Cardim dedicou-se a explicar o que era a preguiça e recorreu a diferentes analogias para apresentá-la em seu tratado *Do clima e da terra do Brasil*. No final do século XVI, Cardim descreve a preguiça como um "animal para ver", que não servia ao consumo, à medicina ou a outros fins. Sobre seus traços, o jesuíta escreve que eram como "cães felpudos, os perdigueiros; são muito feios, e o rosto parece de mulher mal tocada; tem as mãos e pés compridos, e grandes unhas, e cruéis, andam com o peito pelo chão, e os filhos abraçados na barriga".[13]

A preguiça era dotada de traços animalescos e até humanos e, pelo seu modo de andar, se distinguia das demais criaturas, pois, como aponta o jesuíta, o animal gastava muito tempo para subir em uma árvore. Esses animais "são tomados facilmente" por seus predadores, principalmente as grandes onças.[14] Quando subia nas árvores, a preguiça ali permanecia, alimentando-se das "folhas de figueira" o que, segundo Cardim, era o principal impedimento para que a espécie não fosse levada até Portugal, pois, "como lhes faltam [as folhas de figueira], morrem logo".[15] As informações levantadas por Cardim indicam que, em um primeiro encontro com as preguiças, os portugueses almejaram levá-las vivas a Portugal – do mesmo modo que com tantos outros animais.[16] Entretanto, ainda que as figueiras fossem comuns no território português, as poucas informações sobre os hábitos da preguiça contribuíram para as indagações sobre a sua capacidade de adaptar-se à outra margem do Atlântico.

O Ir. José de Anchieta, contemporâneo de Cardim e Gandavo, também parece ter se surpreendido com a tal preguiça, como se nota pelas menções ao animal em duas de suas cartas

---

[12] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, não paginado

[13] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 45

[14] Ibid., p. 45

[15] Ibid., p. 45

[16] Desde o século XVI, exemplares da fauna brasílica eram levados, vivos ou mortos, à Europa. Papagaios, araras, tucanos e até uma preguiça foram expostos em gabinetes de curiosidades administrados por membros da nobreza europeia. Cf. LEITE, Bruno Martins Boto. Animalia, exótica & mirabilia. Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi. *In*: KURY, Lorelai (org.). **Representações da fauna no Brasil, séculos XVI – XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014, p. 50

redigidas na segunda metade do Quinhentos. Na epístola destinada ao Padre Geral da Companhia de Jesus, datada de maio de 1560, o jesuíta apresenta o "aig" como dotado de um corpo grande e acinzentado, com o rosto "de uma mulher", e braços longos que terminavam em unhas compridas e curvas. Para Anchieta, as unhas eram indícios do cuidado divino ao criar o bicho, pois foram concedidas pela natureza para que a preguiça pudesse "trepar em certas árvores, no que gasta uma boa parte do dia e alimenta-se das suas folhas e rebentos".[17] Apesar dos traços que lembravam a figura humana, como o rosto feminino, a principal particularidade consistia na sua forma de se movimentar, "mais vagaroso que um caracol" e de maneira tão lenta que, segundo o jesuíta, "não se pode dizer ao certo, quanto tempo leva em mover um braço".[18]

Anchieta volta a referenciar o animal na epístola *Informação da Província do Brasil para Nosso Padre* de 1585. Ao reunir informações sobre o funcionamento das oito casas e dos três colégios administrados, na época, pela Companhia de Jesus, o padre escreve sobre o clima, as plantas e alguns animais dos trópicos. Dessa vez, ao versar sobre a "preguiça do Brasil", o religioso concede maiores detalhes de seu comportamento, relatando que esses animais "andam tão devagar e com tanta preguiça que parece não se moverem e é necessário muito tempo para subirem numa árvore".[19] Na tentativa de explicar ao Superior da Ordem o porquê da lentidão, Anchieta aponta que a preguiça era dotada de uma "grande melancolia natural", alimentava-se somente das folhas de figueira e, quando havia tentativa de domesticar o animal, estes "viviam muito pouco tempo em casa", já que não encontravam as figueiras e rapidamente faleciam.[20] A "melancolia natural" que o jesuíta identificou na preguiça era associada, muito provavelmente, a um dos quatro temperamentos – sanguíneo, colérico, fleumático e melancólico – adotados no período moderno para classificar os comportamentos humanos. A melancolia era resultante de um prevalecimento de bile negra ou melancólica no corpo humano e que poderia gerar alguns distúrbios, como medo, delírio e grande tristeza.[21] Anchieta, como muitos jesuítas de seu tempo,

[17] ANCHIETA, Ir. José de Anchieta. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 119
[18] Ibid., p. 119
[19] ANCHIETA, Ir. José de Anchieta. Informação da Província do Brasil para Nosso Padre – 1585 *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 432
[20] Ibid., p. 432
[21] MASSIMI, Marina. Estudos sobre a contribuição da antiga Companhia de Jesus ao desenvolvimento dos saberes sobre o psiquismo humano no Brasil colonial. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 2, n. 27, 2009, p. 176

conhecia a teoria humoral e, por isso, ao deparar com um animal quase imóvel, atribuiu o comportamento ao prevalecimento da bile negra em seu organismo.[22]

Diferente dos papagaios e das araras, a preguiça não foi domesticada, não serviu de adorno e nem de alimento a portugueses e brasílicos. Nas muitas menções, o animal não foi apresentado como a mais bela criatura, mas como um bicho de dimensões e comportamentos estranhos, nunca vistos pelos portugueses quinhentistas. Por esses motivos, não é de surpreender que a preguiça tenha se tornado um dos animais mais referenciados pelos letrados que se dedicaram a escrever sobre a fauna dos trópicos e que, até meados do século XVIII, as reflexões acerca da sua origem se mantinham.[23] João Daniel foi um dos homens que, ao avistar a preguiça em terras amazônicas, não poupou palavras para descrevê-la. Segundo o autor do *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*, esse "bicho do Brasil" era chamado de "ai" pelos indígenas e "em bom português, preguiça", um nome que "não é vácuo, fantástico, ou sombra de nome [...] porque o seu nome diz, e condiz em tudo com as suas ações".[24] Como seus antecessores, João Daniel apresenta as dimensões físicas do animal – do tamanho de um cão, revestido por pelagem acinzentada, com olhos sonolentos e dotado de uma "má cara", rosto que se aproximava ao dos macacos – e empreende um grande esforço para descrever o que era a tal "preguiça":

> Ordinariamente está deitado, e ainda quando lhe é preciso caminhar, o faz com assentado, e por modo de quem não se pode levantar, e que tem difundido pelos nervos, juntas, e medulas algum estupor. Enquanto levanta, ou move a cabeça bem se pode rezar muitos, e mui devotos Padre-nossos, e outras tantas Ave-marias; e como se não tivera ossos, ou nervos parece não pode sustenta-la; e por isso não só lhe cai para baixo, mas ainda no levantar, ou abaixar, é a bom tremer. [...] Gasta tanto tempo para levantar uma mão, e pegar em alguma coisa, ou mover algum pé para dar algum passo, que quem é diligente no comer tem tempo de jantar, ou cear. É enfim um monstro de preguiça, e monstro tão vagaroso, e preguiçoso, que parece que não só não se achará

[22] LEITE, Bruno Martins Boto. **Medicina de Padre**: Estudo sobre os fundamentos culturais da medicina jesuítica no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011, p. 6

[23] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 236; BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 278-279; SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 20; VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 176

[24] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 194

> semelhante, mas nem ainda termos cabais para se explicarem os seus vagarosos termos, e intermináveis vagares.[25]

Aos olhos do padre, a "preguiça" que caracterizava o animal não era a mesma preguiça na qual consistia o pecado capital da apatia e indisposição,[26] mas uma preguiça que se manifestava pela lentidão do bicho em realizar todas as ações, inclusive as vitais para a sua sobrevivência: comer, beber e fugir dos seus predadores. A dimensão dessa lentidão, cabe ressaltar, podia ser medida pela duração das orações mais conhecidas dos católicos – ave-maria e pai-nosso –, tempo que o animal despendia para levantar o seu tronco e se direcionar ao topo das árvores. Para subir por toda a árvore, era necessário um período maior do que as orações católicas, demorando semanas para "subir a alguma pequena árvore a buscar o seu sustento".[27] Nas palavras do jesuíta, o "monstro preguiçoso" era tão peculiar que, aqueles que ainda não tinham visto o animal, poderiam duvidar se, de fato, era um ser vivo real, já que seu comportamento não se reproduzia em nenhuma outra criatura. O próprio João Daniel aponta que ele mesmo tomaria o bicho preguiça como "quimérico" se "não o tivesse visto, e admirado por vezes".[28]

Outra criatura nativa das Américas que despertou a curiosidade dos letrados católicos foi o tamanduá. O animal foi descrito com adjetivos diversos, de galante a estranho, indícios que demonstram as muitas impressões de padres, freis e homens leigos. Para João Daniel, o tamanduá era "um dos animais mais galantes da América", cujo comportamento em muito se assemelhava ao dos soldados setecentistas. A analogia registrada no *Tesouro descoberto* embasava-se na denominação "hormiga león" que os castelhanos deram ao animal, em referência aos seus hábitos alimentares. De acordo com o jesuíta, o tamanduá era o "leão das formigas, mas com outros animais e com os caçadores [eram] muito tímidos e covardes, e mansos".[29] Segundo João Daniel, a conduta do tamanduá era muito parecida com a dos soldados "que no tempo de paz blasonam de valentes, como leões, e tais se mostram com os mansos", mas nos momentos de guerra e de confronto, "veem-se abarbados, e desmaiados de medo". Ao sintetizar o comportamento dos oficiais, João Daniel afirma: "são uns humildes cordeirinhos, e mansos borregos para os leões; e parecem soberbos leões, e bravos leopardos para os mansos,

---

[25] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 195

[26] FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, jul./dez., 2013, p. 307

[27] DANIEL, Padre João. Op. Cit., p. 195

[28] Ibid., p. 195

[29] Ibid., p. 192

e pacíficos". [30] Em relação às dimensões físicas do tamanduá, o jesuíta assemelhou-o ao galgo,[31] pois era um animal alto e comprido, ainda que seu focinho fosse, "sem comparação, mais comprido, e agudo que o dos galgos". Para se alimentar, o tamanduá direcionava o longo focinho aos formigueiros, esticava a língua terra adentro e recolhia todas as formigas que encontrava. Graças ao grande volume de formigas que havia nessas terras, o tamanduá estava sempre saciado. De acordo com o jesuíta, o animal poderia ser de grande utilidade aos homens dos trópicos "para com eles diminuírem os seus grandes formigueiros, que são uma das maiores pragas de toda a América".[32]

Enquanto João Daniel via o tamanduá como útil aos homens, outro jesuíta, Pe. Antônio Ribeiro, identificava, em seu corpo, indícios de uma criação perfeita que Deus havia legado aos trópicos. Em sua *Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves, etc*, redigida em meados do Setecentos, o padre apresenta duas variações do animal: o tamanduá-guaçu, de grandes proporções, e o tamanduá-mirim, de tamanho menor.[33] Ao se deparar com o animal de focinho comprido e fino, o jesuíta parecia não ter dúvidas de que Deus, ao criar todos os animais, foi o responsável por lhe conceder a forma física que facilitava o seu sustento. Para o Padre, foi o "Autor da Natureza que dotou para poder se sustentar, pois (conforme afirmam todos) não come senão formigas e outros bichinhos de que abundam muito estas terras".[34] Além das feições perfeitas para garantir a ingestão das formigas, o tamanduá possuía longas e agudas unhas que eram de grande valor para a sua segurança. Segundo o Pe. Ribeiro, o bicho era feroz e não temia caçadores e predadores e utilizava de suas garras para se defender das onças. De acordo com o jesuíta, o tamanduá salta e abraça as onças e em seguida, "atravessa com as unhas e muitas vezes chega-lhe ao coração e não a larga senão morta ou à morte".[35]

Para os católicos que escreveram sobre os trópicos, parecia não haver dúvidas de que Deus – o Autor da Natureza –, criou todos os animais com perfeição, de tal modo que todas as partes de seu corpo, da face ao rabo, serviam ao bom desenvolvimento e à sobrevivência de

---

[30] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 192

[31] O galgo era um cão de pernas altas e corpo delgado, geralmente, utilizado para a caça de lebres e coelhos. Cf. GALGO. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 16

[32] DANIEL, Padre João. Op. Cit., p. 193

[33] MOREIRA, Antônio. Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves etº. *In*: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 42, n. 1, 2011, p. 89

[34] Ibid., p. 89

[35] Ibid., p. 89

cada um. Fr. Vicente do Salvador, que escreve sobre o "tamandosú" no início do século XVII, ressalta a importância de cada elemento que o compunha: um corpo "grande como carneiro", uma face na qual via-se um focinho "comprido e delgado para baixo", uma boca diferente, não sendo "rasgada" – traço comum nos animais –, "mas pequena e redonda", da qual saía uma língua que era "da grossura de um dedo, e quase de três palmos de comprido".[36] Em suas patas, notava-se a presença de unhas longas, como se fossem escopros e um rabo revestido por cerdas compridas, quase como as crinas dos cavalos. Para o franciscano, todas essas partes – focinho e língua alongados, unhas compridas e rabo coberto por cerdas – eram necessárias "para conservar sua vida". Ele explica aos seus leitores: "porque como não come outra coisa senão formigas, vai-se com as unhas cavar os formigueiros, até que saiam da cova, e logo lança a língua fora da boca, para que se peguem a ela".[37] As cerdas, por outro lado, serviam para protegê-lo dos caçadores, pois o tamandosú cobria-se com o próprio rabo "de modo que não se lhe veem os pés nem cabeça, nem parte alguma do corpo". Ao final de sua descrição, o franciscano ressalta que os indígenas mais velhos tinham o hábito de consumir sua carne, diferente dos mancebos que, "por suas superstições, e agouros", recusavam-na.

Em sua breve menção ao animal, Fr. Vicente do Salvador não explica os motivos pelos quais determinados homens evitavam consumir o tamanduá. A ingestão da carne, cabe ressaltar, não foi uma unanimidade entre os indígenas e nem entre os portugueses, havendo quem apreciasse e outros que, por diferentes razões, optavam por não a ingerir.[38] O Pe. José de Anchieta, que mencionou o animal na sua carta datada de 1560, ressalta que, apesar do seu "feio aspecto", o tamanduá tinha um sabor agradável. A possível "feiura" do animal se explicava pela morfologia distinta e que levou Anchieta a recorrer às mais diferentes metáforas para torná-lo inteligível ao Padre Geral da Companhia de Jesus, a quem endereçou sua epístola. De acordo com o jesuíta, o tamanduá era maior que um cão; coberto por cerdas que eram mais rígidas e compridas que as cerdas dos porcos; patas robustas "quase iguais à coxa de um homem"; provido de um pescoço longo e comprido e de uma "cabeça pequena e muito desproporcionada ao tamanho do corpo".[39] As grandes e distintas dimensões, que incluíam uma língua de quase três palmos de comprimento – "que eu medi" –, encobriam uma carne "saborosíssima", que

[36] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 19
[37] Ibid., p. 19
[38] HUE, Sheila Moura. **Delícias do descobrimento:** a gastronomia brasileira no Século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008, p. 118-119
[39] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 118

parece ter sido muito apreciada por Anchieta: "dirias que é carne de vaca, sendo todavia mais mole e macia".[40]

Apesar das considerações positivas de Anchieta, a rejeição à carne do tamanduá parece ter prevalecido. Ainda no século XVI, dois registros indicam essa repulsa. Gabriel Soares de Sousa incluiu o tamanduá entre as "alimárias que se mantém de rapina", em um dos capítulos do seu *Tratado Descriptivo do Brasil em 1587*. Como os demais letrados, o senhor de engenho destacou as formas distintas do tamanduá e a longa língua que era fundamental para garantir o seu sustento. Da carne do animal, Soares de Sousa não teceu comentários sobre ser agradável ou não, mencionando apenas que, "comem os índios velhos", enquanto "os mancebos têm nojo dela".[41] Semelhantes impressões foram registradas pelo Pe. Francisco Soares, que apresenta o tamanduá em meio às páginas que compõem as *Coisas notáveis do Brasil*. Após comentar sobre o comportamento do animal – que cobria-se com seu próprio rabo em dias de chuva, de sol ou quando se sentia ameaçado criando uma "cabana" –, o jesuíta enfatizou que tinha garras tão fortes que eram capazes de despedaçar qualquer criatura. O sabor de sua carne não é mencionado; o Pe. Soares limita-se a dizer: "os índios não o comem que tem agouro".[42]

Outro jesuíta, o Pe. Jácome Monteiro (1574-16??)[43], adianta maiores detalhes sobre o agouro e a recusa de alguns homens em ingerir a carne do tamanduá. Na *Relação da Província do Brasil*, datada de 1610, o religioso apresenta o tamanduá em meio às informações sobre as capitanias brasílicas, os costumes indígenas e "algumas coisas notáveis", como eram os quadrúpedes, as cobras e as aves avistadas em suas andanças pelos trópicos. A descrição que o jesuíta emitiu sobre o corpo do tamanduá em muito se assemelhou ao que vinha sendo escrito: uma espécie de formato distinto, do tamanho de um cão, cercas avantajadas e que contava com mãos e pés curtos. Para o religioso, era no formato do corpo do animal, sobretudo de suas pernas

---

[40] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 118

[41] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 227

[42] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 109-111

[43] O Pe. Jácome Monteiro era natural de Lousão, em Portugal e ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos de idade, onde formou-se Mestre em Artes. Atuou como professor de latim, foi Mestre de Noviços e em 1607, embarcou para o Brasil, acompanhando o Visitador Geral Pe. Manuel de Lima. Realizou sua profissão solene no Colégio da Baía, em 1608 e em 1614, passou a ocupar o cargo de Reitor do Colégio de Santo Antão, em Lisboa. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 380

curtas, que residia o receio dos indígenas em consumir sua carne. De acordo com o Pe. Monteiro, "não comem os índios estes animais, porque não correm, e eles têm para si que as naturezas e condições que comem se muda nelas".[44] As informações levantadas pelo jesuíta iam ao encontro dos relatos quinhentistas e seiscentistas acerca da recusa que os mancebos faziam da carne do animal. Visto que os jovens eram os principais responsáveis pelas atividades de caça, pesca e guerra, não podiam deixar que a alimentação impactasse de maneira negativa suas atividades e, com isso, legavam aos mais velhos, que não caçavam ou corriam, a ingestão desse animal de pernas curtas e passos lentos.

Descrever os animais desconhecidos consistiu em um árduo trabalho conduzido por padres, freis e católicos leigos. Árduo porque não demandava somente atenção, mas também a capacidade de traduzir em palavras tudo aquilo que estava sendo visto nos trópicos, da imobilidade às línguas longas.[45] Para tornar os animais compreensíveis, era necessário descrever cada parte dos seus corpos e comportamentos a fim de proporcionar aos eventuais leitores pelo menos parte da experiência que leigos e religiosos tiveram quando observaram ou ouviram relatos sobre as criaturas tropicais.[46] As descrições minuciosas eram recorrentes e parecem se multiplicar quando os letrados se referem aos seres "estranhos", título que foi dado aos gambás, quatis e a alguns macacos que surpreendiam pela singularidade de seus traços.

Exemplos de animais estranhos foram reunidos por Ambrósio Fernandes Brandão no quinto diálogo que compõe os *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Aí o letrado dedicou-se às grandezas que ainda não haviam sido devidamente apresentadas a Nuno Alvares, como era o caso das "feras estranhas nas figuras e inclinações, que requeriam grandes volumes para se tratar de todas elas".[47] Dentre tais criaturas, estava a jaratataca, animal do tamanho de um gozo[48] e que contava com a "mais rara e estranha natura, de quantos o mundo tem".[49] A estranheza da jaratataca consistia nas técnicas de defesa proporcionadas pelo seu próprio corpo. De acordo

---

[44] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 419

[45] ELLIOT, John H. **The old world and the new, 1492-1650**. London: Cambridge University Press, 1970, p. 22

[46] ASÚA, Miguel de; FRENCH, Roger. **A New World of Animals**. Early Modern Europeans on the Creatures of Iberian America. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005, p. 88

[47] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 248

[48] Gozo era um cão de pernas curtas e corpo alongado, geralmente criado por oficiais e burgueses. De acordo com Raphael Bluteau, não era um animal que servia para a caça, "nem para outra coisa alguma mais, que para ladrar". Cf. GOZO. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 106

[49] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Op. Cit., p. 274

com o letrado, quando o animal se via acuado e não conseguia fugir de seus predadores, ele abria uma ventosidade "que é poderosa" e da qual libera um odor desagradável, capaz de "abater e lançar por terra [...] toda coisa viva que o segue, quer seja homem, quer cavalo, quer cão, ou outra sorte de animal" e aquele que inala este odor, fica atordoado, "sem dar acordo de si, por três ou quatro horas".[50]

O jaratataca é uma espécie da família do gambá, animal natural das Américas e, por isso, desconhecido pelos europeus seiscentistas. O odor descrito por Brandônio consistia em um líquido liberado pelo animal a partir de glândulas posicionadas na sua ventosidade anal – que era repulsivo ao olfato de seus predadores.[51] De acordo com o letrado, o cheiro exalado pelo bicho era muito forte e impregnava tudo o que tocava: "vestidos, sela, estribos, ou a coleira do cachorro, a que alcança o ruim cheiro da ventosidade, nunca mais aproveita para nada, e se deve de entregar ao fogo para que o consuma".[52] Para os homens atingidos pelo odor da jaratataca, Brandônio declara que só lhes restavam muitos banhos – não bastando lavar-se "uma, dez, nem vinte vezes dentro da água" – e paciência, já que o mau cheiro permanecia de oito a dez dias.

Ao ouvir as palavras de Brandônio, Alviano admite se surpreender com o relato sobre o animal, considerando-o não apenas uma "coisa estupenda", mas também "indigna de se poder crer pela sua estranheza e raridade".[53] Ainda duvidando de quão forte era o odor do animal, Alviano declara a Brandônio que seria interessante apresentar o animal à corte portuguesa a fim de promoverem iniciativas para a sua domesticação, de modo que "não soltassem a ventosidade senão quando lhe fosse mandado" e utilizassem esse artifício em combates para vencerem os grandes exércitos sem que precisassem usar armas. Diante da chacota levantada pelo companheiro, Brandônio o repudia dizendo: "não tenhais por graça".

Ainda que a possibilidade de domesticação das jaratataca tenha sido dita em tom de anedota por Alviano, o Pe. Fernão Cardim escreveu, em seu tratado *Do Clima e da Terra do Brasil*, que havia alguns tipos de biarataca – termo utilizado para se referir à jaratataca[54] – que não exalavam o forte odor e, em razão disso, eram estimados pelos indígenas, que os criam em

[50] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 275
[51] PEREIRA, Thais Dultra; MOTA, Jacyra Andrade. Um estudo geossociolinguístico de gambá no APFB e no Projeto ALiB. **A Cor das Letras** – Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS, Feira de Santana, v. 22, n. Esp., Set./2021, p. 136-137
[52] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Op. Cit., p. 275
[53] Ibid., p. 275
[54] PEREIRA, Thais Dultra; MOTA, Jacyra Andrade. Op. Cit., p. 136-137

casa e os transformam em animais domésticos.[55] As biaratacas mais comuns, que não haviam sido domesticadas no século XVI, foram descritas pelo jesuíta como animais "do tamanho de um gato" e parecidas com os furões, se alimentando de pássaros, ovos e âmbar – o qual buscavam todas as noites na faixa litorânea.[56] Apesar do tamanho mediano, o biarataca era muito temido, pois, ainda que não tivesse armas ou dentes, contava com sua ventosidade, exalando um odor "tão forte" que era capaz de penetrar em paus, pedras e tudo o que encontrava. Segundo Cardim, os indígenas temem o animal, porque "alguns índios morreram já de tal fedor" e, quando o biarataca adentra em alguma aldeia, esta "logo se despovoa para não serem sentidos, cavam no chão, e a cobrem com a terra".[57]

Gabriel Soares de Sousa foi outro letrado que, em seu *Tratado*, não deixou de atribuir a qualificação de "estranho" à jaguarecaca, outra denominação para a espécie de gambá denominada jarataquaqua por Brandônio e biarataca por Fernão Cardim. É provável que a particularidade do animal tenha contribuído para a organização da obra de Soares de Sousa que, em vez de agrupá-la com outros animais, optou por dedicar-lhe um capítulo inteiro, indício de que a espécie não se assemelhava aos demais seres vivos dos trópicos. Assim, nas páginas intituladas "Que trata da natureza e estranheza do jaguarecaca", o letrado descreveu-o como sendo do "tamanho de um gato", de cor parda, pelo longo e "rosto como cão".[58]

O senhor de engenho concedeu destaque ao forte odor exalado por este "estranho e fedorento" animal, e ressalta que "por onde quer que passa deixa tamanho fedor". O senhor de engenho narra que, nos caminhos percorridos pelo jaguarecaca, "não há quem [...] possa passar mais de dois meses, por ficar tudo tão empeçonhentado com o mau cheiro que se não pode sofrer.[59] Ainda que essa narrativa tenha reafirmado aspectos já anunciados por seus contemporâneos, Soares de Sousa apresenta outros traços da jaguarecaca, como os valores terapêuticos que foram atribuídas à sua carne, considerada "boa para estancar câmaras de sangue".[60] Para ingeri-la, havia um longo processo de limpeza, secagem e conservação, que consistia em embrulhá-la em folhas, secá-la ao fogo e deixá-la no fumo para ser conservada por mais tempo. Apesar das práticas realizadas pelas mulheres indígenas, o forte odor prevalecia

[55] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 44
[56] Ibid., p. 44
[57] Ibid., p. 44
[58] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 228
[59] Ibid., p. 228
[60] Ibid., p. 229

no local, conforme destaca o letrado: “nem isto basta para deixar de feder na rua, enquanto está na casa”.[61]

Se a estranha jaratacaca, biarataca ou jaguarecaca não podia ser domesticada pelo odor desagradável que impactava os lares, o mesmo não ocorreria com os quatis, que, como muitos homens relataram, foram domesticados pelos indígenas e se tornaram uma companhia apreciada pelos lusitanos. Quando escreveu sobre os “coatys”, na segunda metade do Quinhentos, Gabriel Soares de Sousa observou que o animal era das dimensões de um gato, com um focinho que lembrava o dos furões e dotado de um rabo grande e peludo, quase sempre levantado. Segundo Soares de Sousa, os coatys eram muito apreciados pelos indígenas, mas a sua domesticação ocorria se capturados ainda filhotes, pois, nas vezes em que os animais adultos eram perseguidos pelos cães, os coatys feriam-nos “com as unhas muito valentemente”.[62]

Sob os olhares europeus, os quatis amansados se pareciam com os cachorros domésticos, como registrou Anchieta em 1585 na carta direcionada ao Superior da Companhia de Jesus. O jesuíta escreve que os quatis eram como as raposas, mas a semelhança se limitava à morfologia do animal, já que o seu comportamento em muito se aproximava ao dos “gatinhos ou cachorrinhos”. Anchieta relata que os quatis domesticados são “travessos” e “fazem tanta festa e brincam [...] e tudo revolvem e furtam quanto acham”. As travessuras não impediam que o animal se tornasse apreciado nos trópicos, ao contrário, Anchieta afirma que os quatis “são de estima por estas e outras habilidades que têm”.[63]

Fernão Cardim via os “acutis” como semelhantes aos coelhos da Espanha, principalmente em relação aos seus dentes. O jesuíta definiu-os como “animais domésticos”, visto que “andam por casa, e vão fora, e tornam a ela”, ou seja, ainda que não estivessem completamente restritos ao espaço doméstico, viviam a maior parte do tempo no interior das residências.[64] Ao que tudo indica, a domesticação não impediu que os acutis fossem apreciados à mesa, pois, em consonância com Cardim, os animais eram encontrados em muitas espécies e, destas, “todas se comem”. Ainda que o jesuíta não tenha dado maiores informações sobre o

---

[61] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 229

[62] Ibid., p. 227

[63] ANCHIETA, Do Pe. José de. Informação da Província do Brasil para Nosso Padre – 1585. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 432

[64] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 38

consumo da carne de quati, é provável que os criados no interior do espaço doméstico não tenham servido ao sustento familiar. A preparação e ingestão dos quatis, muito possivelmente, se restringia àqueles animais em idade adulta, capturados na caça. [65]

Como os quatis, muitas espécies tropicais serviram à alimentação de brasílicos e lusitanos. Porém, antes de passarmos às "novas" carnes de caça, cabe apresentar as impressões de alguns letrados católicos acerca dos macacos encontrados nos trópicos. Junto das preguiças e dos tamanduás, os macacos estiveram presentes em grande parte das crônicas e dos tratados redigidos nos três primeiros séculos de Brasil. Além disso, como notou Sebastião da Rocha Pitta, os primatas eram abundantes e diversos em suas formas e em seus tamanhos. Na *Historia da América Portugueza*, o letrado baiano apresenta uma breve síntese dos macacos que por aqui viviam:

> há monos horríveis nos montes, e domésticos nas pousadas; várias castas de bugios, e saguis, uns cinzentos, outros entre pardos, e amarelos, que se chamam de cheiro, por algum que exalam não desagradável, e são os animais, que mostram mais instinto, pelos brincos, e ações que fazem.[66]

Nessas poucas linhas, Rocha Pitta referenciou diretamente duas espécies de macacos, os bugios e os saguis, e concedeu detalhes sobre os animais: as cores que revestiam seus corpos; a presença de odor agradável em alguns deles e uma certa "feiura" em outros; a domesticação; e o fato de os animais mostrarem-se mais instintivos do que outras criaturas. Todos os animais eram dotados de instinto, pois, para seus contemporâneos, isso era algo natural dos seres animais e fundamental para garantir sua sobrevivência.[67] Contudo, os letrados que depararam

---

[65] Em seu registro, o Pe. Fernão Cardim não informa se a presença dos quatis nos espaços domésticos ocorreu em casas indígenas ou portuguesas. Por ser um animal nativo da América, é provável que fosse conhecido e próximo dos indígenas, mas não há informações acerca da sua domesticação. A partir dos relatos produzidos acerca das relações entre indígenas e as espécies animais nativas, como os que foram produzidos pelo próprio Cardim sobre as araras e papagaios, nota-se que estes homens não ingeriam as aves que eram recolhidas ainda filhotes e criadas no interior das casas. O consumo de carne esteve voltado aos animais capturados e não aqueles que cresciam próximo às famílias indígenas. Semelhantes impressões eram partilhadas pelos europeus do período moderno, visto que, a partir do século XV, delimitou-se a crença de que os animais domésticos não serviam ao consumo ou ao trabalho e que estes deveriam receber alimento e ter momentos de descanso no interior do lar. Cf. VELDEN, Felipe F. Vander. Multiplicam-se muito nestas terras. Os animais domésticos europeus na América Portuguesa séculos XVI – XVIII. *In*: KURY, Lorelai (org.). **Representações da fauna no Brasil**, séculos XVI – XX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014, p. 22; THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 182

[66] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 40

[67] Segundo Aristóteles, o instinto dos seres animais manifestava-se de diferentes formas, como se nota pela existência de animais com instinto gregário, que vivem em grupo; pelos animais com instinto individualista, desejando viver isoladamente e pelos animais dotados de instinto social, seres que se direcionam apenas para uma atividade em comum e que nem sempre vivem coletivamente. Durante o período moderno, alegava-se que as principais diferenças entre homens e animais eram observadas em relação aos instintos. Diferentemente da razão, os instintos podiam ser aprimorados e alguns indivíduos consideravam o instinto e a razão como qualidades iguais,

com os macacos dos trópicos, consideravam que estes animais eram dotados de instintos mais aguçados, algo que se notava pelas muitas habilidades que desenvolviam, as quais, em determinados momentos, os aproximavam da racionalidade própria dos seres humanos.

Os indícios de racionalidade entre os macacos foram registrados pelo Pe. Simão de Vasconcellos em sua *Chronica da Companhia de Jesus no Brasil*, impressa em 1663. Os macacos aparecem entre os animais mencionados pelo jesuíta ao apresentar a sua "Quarta resolução" sobre o motivo pelo qual as terras do Brasil se assemelhavam à "terra boa", anunciada na Sagrada Escritura. Nessas páginas, o letrado afirma que a América Portuguesa era o local onde viviam animais e bestas "por excelência boas" e dos mais distintos usos, em conformidade "da quarta propriedade da terra boa".[68] Vasconcellos declara que não é necessário escrever sobre as qualidades de cada uma das espécies animais, bem como suas "bondades, para serviço, uso, e proveito do homem", dado que Georg Marcgraf, naturalista holandês, já havia reunido essas informações em suas obras.[69] Para proporcionar a "recreação dos que lerem" a sua *Chronica*, o jesuíta reuniu alguns animais que caminhavam sobre o solo, a começar pelos "monos e bugios" incontáveis, encontrados nas matas e nos sertões nas mais diversas formas – "uns são grandes, outros pequenos; uns com barba, outros sem ela; uns pretos, outros pardos, outros que metem de amarelos" – e em diversos comportamentos – "uns alegres, outros melancólicos; uns ligeiros, outros vagarosos; uns animosos, outros covardes".[70]

De acordo com o padre, não era comum encontrar os macacos sozinhos, já que eles estavam quase sempre acompanhados de seus semelhantes, e eram nesses momentos – em comunidade – que se podia observar o quanto eram criaturas emotivas e engenhosas. A emoção parecia se manifestar nos reencontros, pela "festa" com que recebiam seus pares e os "sinais de sentimentos" com que lamentavam os seus mortos.[71] A engenhosidade era notada pelo cuidado

---

mas que se manifestavam em graus diferentes, sendo a racionalidade uma qualidade distintiva dos seres humanos. Cf. ARISTOTELES. **História dos Animais**. Livros I-IV. Tradução de Paula Lobo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 54; THOMAS, Keith**. O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 149-150

[68] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 174

[69] George Marcgraf reuniu os animais quadrúpedes, que consistiam em grande parte dos seres vivos que caminhavam sobre a terra no sexto livro de sua obra *Historia naturalis brasilieae*, impressa em 1648. Cf. MARCGRAF, George. **História Natural do Brasil**. Edição do Museu Paulista comemorativa do cincoentenário da fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Tradução de Mons. Dr. José Procopio de Magalhães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 221-244

[70] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 175

[71] Ibid., p. 175

que tinham em relação aos feridos. Vasconcellos afirma que os monos e os bugios "são cirurgiões de suas feridas, e sabem curá-las com certas ervas, que mastigam na boca, e aplicam à parte, com efeito maravilhoso". Do mesmo modo, eles sabiam agir caso fossem atingidos por flechadas indígenas, retirando-as cuidadosamente, manuseando as ervas e aplicando a medicina em seu próprio corpo, "como se tivera razão", segundo Vasconcellos.[72]

A busca de espécies animais pelas árvores terapêuticas não era uma particularidade dos macacos, já que os escritos do século XVI mencionam que alguns bichos se esfregavam nos troncos de copaíba a fim de aliviar suas dores.[73] A surpresa de Vasconcellos vem do modo como os monos e bugios manipulavam as espécies vegetais, mastigando-as como se criassem emplastros naturais para curar suas feridas, ações consideradas notáveis e que não haviam sido observadas em outros bichos. Desse modo, Vasconcellos considera que, talvez, esses animais não fossem dotados apenas de instintos e afirma: "parece [que] lhe assiste em suas ações algum alento racional".[74]

Ambrósio Fernandes Brandão, que escreveu seus *Diálogos* no início do Seiscentos, emitiu opiniões semelhantes às do jesuíta acerca do comportamento de alguns macacos. Brandônio versou sobre três diferentes espécies, a começar pelos saguis, que, além de "formosos e lindos", eram os mais conhecidos, levados para Portugal desde a primeira metade do Quinhentos e muito admirados pelo "pequeno corpo, feições de rosto e viveza de espírito". Ao lado de Brandônio, Alviano comenta que não era, simplesmente, um conhecedor da espécie, mas o detentor de um desses animais, afirmando ter "um em casa" e do qual tinha grande estima, pois "são bichos de muita consideração".[75] Dos bugios, o letrado comenta haver muito o que dizer, já que eram animais "fabulosos", dotados de diferentes "habilidades e costumes", como a prática de furtar espigas de milho e, nesse ato, designar três ou quatro bugios para agirem como "espias", vigiando todo o processo. Segundo Brandônio, caso algum predador apareça, os espias emitem sinais para que os macacos possam fugir a tempo e, se houver alguma desatenção e o roubo de milho for descoberto, a primeira ação dos bugios "é arremeterem às sentinelas, e aos bocados as espedaçam, com lhes darem por esta via o castigo do seu

[72] VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 175

[73] Sobre o uso que alguns animais fizeram da copaíba, ver o capítulo 2 do presente estudo.

[74] VASCONCELLOS, Padre Simão de. Op. Cit., p. 176

[75] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 280

descuido".[76] Alviano, ao ouvir sobre a forma de organização desses animais e o modo como puniam seus semelhantes, relata: "não pode fazer mais, nem governar-se com melhor providência uma pessoa racional".[77]

Junto dos bugios de menor tamanho, havia outros maiores, chamados guaribas e que, na visão dos letrados, eram os que mais se aproximavam de um comportamento racional. Para Brandônio, a racionalidade dos guaribas também consistia "no modo que vivem e providência com que se governam", algo que indicava a possibilidade de esses animais "quererem parecer com a gente humana". Os guaribas eram encontrados nos grandes arvoredos, geralmente em grupos, e se comunicavam emitindo sons muitos altos e que, segundo Brandônio, podiam ser facilmente ignorados por alguém que não conhecesse os animais, acreditando estar ouvindo "vozes humanas". Tratam-se de animais habilidosos, que manejavam diferentes utensílios – "pedras agudas, unhas e dentes" – para cuidarem de suas longas barbas. Quando atingidos por flechas indígenas, a habilidade dos animais novamente se manifesta e, com suas próprias mãos, tiram as flechas e "com acendida cólera a arremessam contra o que lhe atirou, intentando fazer o mesmo que lhes fizeram", como escreve Brandônio.[78]

João Daniel, que também se dedicou a escrever sobre os guaribas, aponta que a república desses animais "mais parece racional, que brutal; e cuja vida, e instinto, mais parece discurso racional, e vida humana, que beduína".[79] Em seu *Tesouro descoberto*, o jesuíta destaca que os macacos eram animais dignos de serem mencionados pelas suas "divertidas macaquices e galantes bugiarias tão semelhantes às ações humanas que parecem ser uma espécie intermediária entre a natureza humana".[80] Escrevendo na primeira metade do século XVIII, João Daniel parece dialogar com letrados que, desde o Seiscentos, viam nos grandes macacos alguns traços que os tornavam criaturas intermediárias entre os homens e os animais.[81] Sob um olhar cristão, como era o de João Daniel, Brandônio e Simão de Vasconcellos, não se fundamentava a afirmação de que os guaribas e outros grandes primatas fossem seres racionais, visto que Deus, no momento da criação, legou a racionalidade e a alma imortal apenas aos homens; aos animais ofertou uma alma mortal e o instinto, que lhes garantiam a percepção de

---

[76] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 281

[77] Ibid., p. 281

[78] Ibid., p. 283

[79] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 200

[80] Ibid., p. 199

[81] HEHENBERGER, Susanne. Dehumanised Sinners and their Instruments of Sin: men and animals in Early Modern Bestiality Cases, Austria 1500-1800. *In*: ENENKEL, Karl E., SMITH, Paul J. **Early Modern Zoology**. The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts. Leiden; Boston: Brill, 2007, p. 381

tudo o que estava ao seu redor.[82] Porém, animais como os guaribas, que se organizavam, manipulavam instrumentos e pareciam demonstrar sentimentos, suscitavam dúvidas sobre seu comportamento ser instintivo ou contar com traços de racionalidade.

Quando escreve sobre os guaribas, João Daniel declara que o seu ato mais notável consistia nos sons emitidos, que se pareciam com canto ou profissão de salmo: "com tão bela ordem, e com tal regulamento que parecem frades a cantar, e salmear em coro".[83] Os macacos eram ouvidos nas proximidades dos rios e reconhecidos pelos moradores da região, já que emitiam os sons sempre nos mesmos horários, nos períodos da manhã e da tarde, quase como uma "regra inviolável". Para João Daniel, a organização, o zelo e a atenção com que os guaribas se reuniam nos coros era um exemplo aos católicos que não sabiam se comportar nas missas e celebrações religiosas. Segundo o padre, era espantoso ver como os macacos, animais tão desinquietos, "que não podem estar quietos, e sem bulir um instante", permaneciam concentrados quando se reuniam para o coro, "nunca jamais se tem visto bulir com pé, ou mão, nem ainda movimento algum de cabeça, ou corpo!".[84] Diferente dos guaribas, os homens eram "racionais, e católicos", que, ao adentrarem nos templos e estarem na presença de Deus, "não só não costumam estar quietos, e calados, mas muitas vezes levantam a voz, e saem em tão descompostas risadas, movimentos do corpo, e desassossego da vista, e dos olhos, como se estivessem em alguma farsa, ou comédia no meio de uma praça".[85] Sob o olhar do jesuíta, os seres racionais em muito precisavam aprender com o coro dos macacos guaribas a fim de se tornarem respeitosos, atentos e organizados quando adentrarem na casa do Senhor.

Se os guaribas eram sinônimos de virtude e organização, a quarta espécie de macacos mantinha comportamentos que se assemelhavam aos dos pecadores. João Daniel não anunciou o nome da espécie, mas afirma serem do tamanho dos macacos barrigudos, de pelagem longa em cores cinza ou branca. Eram macacos meigos e que demonstravam seu apreço por outros animais, como os coatás, "abraçando-se com a gente, e lançando os braços ao pescoço como menino, e outras habilidade de macacos".[86] Apesar do afeto manifestado, tais macacos eram dotados de um vício que os tornavam "menos estimáveis", o hábito de comerem o próprio rabo, começando pela ponta e alongando-se até o fim. O jesuíta aponta que não há informações sobre

[82] HEHENBERGER, Susanne. Dehumanised Sinners and their Instruments of Sin: men and animals in Early Modern Bestiality Cases, Austria 1500-1800. *In*: ENENKEL, Karl E., SMITH, Paul J. **Early Modern Zoology**. The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts. Leiden; Boston: Brill, 2007, p. 382
[83] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 200
[84] Ibid., p. 200
[85] Ibid., p. 200
[86] Ibid., p. 203

a origem dessa prática, se era fome, tristeza, melancolia ou gosto pela própria carne, mas que ainda não se conhecia nenhum tipo de "mezinha azeda, nem azíbar[87] amargoso" que fosse capaz de inibi-los. Para João Daniel, o hábito desses macacos em gerar dores em si mesmos tornava-os símbolo dos amancebados, homens que não retraem seus comportamentos diante das dores geradas pelo pecado, dos remorsos da consciência, dos temores da morte, dos prenúncios do inferno ou dos males que contraem em sua vida de luxúria.[88] Desses pecadores, o padre relata não saber quais eram mais brutos, "se estes desgraçados, se os macacos" e encerra suas impressões dizendo: "o que sei é que estes como brutos não sabem o que fazem; aqueles porém sendo homens não podem legar ignorância em viver como brutos".[89]

As recorrentes menções a determinados animais ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, como preguiças, tamanduás, quatis e outros, demonstra que os relatos acerca dos animais brasílicos nem sempre foram voltados aos seus usos práticos – alimentares, decorativos, medicinais e outros –, mas contemplaram a curiosidade de leigos e religiosos diante de criaturas que lhes eram estranhas e desconhecidas. A curiosidade alimentar, como é suposto, também se fez presente nas cartas, nas crônicas e nos tratados que versaram sobre o mundo natural dos trópicos, havendo, até mesmo, homens que preferiam as caças tropicais às conhecidas carnes de caça de origem europeia.

4.2 Carnes de caça

A busca por alimentos foi, como se sabe, uma das grandes prioridades daqueles que, a partir do século XVI, deslocaram-se para a América Portuguesa. Para além das muitas plantas comestíveis, algumas mais e outras menos parecidas com as espécies europeias, a abundância e o fácil acesso aos pescados contribuíram para que, em pouco tempo, leigos e religiosos adaptassem sua dieta alimentar. Foi, como vimos, a partir das andanças desses homens em missões evangelizadoras, na delimitação de suas propriedades e na atuação da administração colonial que, em pouco tempo, novos alimentos foram incorporados à sua alimentação.

O termo "carnes de caça", conhecido do universo europeu, foi comumente adotado pelos letrados católicos para se referirem aos animais que serviam ao sustento, mas não eram provenientes de criações domésticas, como bois, vacas e porcos trazidos para os trópicos no

---

[87] Azíbar consistia no sumo da erva babosa. Cf. AZIBAR. *In*: SILVA, Antonio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 24

[88] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 203

[89] Ibid., p. 203

início do século XVI. Apreciadores de carnes, domésticas e de caça, os lusitanos consumiam javalis, coelhos e cabritos e, do lado de cá do Atlântico, depararam com espécies semelhantes, como eram os porcos monteses e outras totalmente desconhecidas, a saber: pacas, antas e cutias.[90] Em meados do Seiscentos, o Pe. Juan de Azpilcueta Navarro, ao escrever aos padres e irmãos da Companhia de Jesus que residiam em Coimbra, apresentou algumas das caças avistadas e capturadas em Porto Seguro. Vivendo na região há dezoito meses, o jesuíta escreve que ele e os doze cristãos que o acompanhavam haviam encontrado uma terra fértil e abundante, na qual os indígenas cultivavam "diversas frutas" e pescavam um tão grande volume de peixes que "tem pouca necessidade de anzóis".[91] Ao lado das frutas e dos pescados, estavam as caças:

> Há muita caça assim de animais como de aves; há uns animais que se chamam antas, pouco menores que mulas, e parecem-se com elas, se não que tem os pés como de bois. Também há muitos porcos monteses e outros animais que tem uma capa por cima a maneira de cavalo armado; há raposas, lebres e coelhos como em nossa terra; há muitas castas de macacos, e entre elas uma pardas com barbas como homens; há veados, gatos monteses, onças, tigres e muitas cobras, entre as quais umas que tem na cauda uma coisa à maneira de cascavel, e também soa, e quando topam alguma pessoa bolem e fazem sons com ele, e se acerta de não se afastar, mordem-na, e poucos escapam das mordidas que não morrem. Há umas aves que são como perdizes, outras como faisões, com outras muitas diversidades. Também vi em poder dos índios dois avestruzes.[92]

Durante o tempo em que viveu na capitania, Pe. Navarro se deparou com as mais diferentes espécies, havendo algumas que ainda não tinham sido nomeadas, como os tatus, cujo corpo era coberto por uma capa e, por isso, foi anunciado como semelhante a um "cavalo armado". Junto das caças, havia aves diversas – perdizes, faisões e avestruzes – e outros tantos animais que caminhavam sobre a terra, como os veados, os gatos-monteses, as onças e as cobras. Ainda que o principal intuito de Navarro nessa parte da epístola tenha sido o de versar

---

[90] CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguêsa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 258-259

[91] "porque del mantenimiento que usan los Indios y de diversas frutas ay grandíssima copia. [...] Quando los Indios tienen dello necessidad, júntase uma aldea o dos y va a enborracharle, y assí toma tanto que viene Después a hederles em casa, y desta manera tienen poca necessidad de anzuelos". Cf. NAVARRO, P. Juan de Azpilcueta. Do P. Juan de Azpilcueta Navarro aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 249

[92] "Ay mucha caça assí de animales como de aves; ay unos animales que se llaman antas, poco menores que mulas, y parécense con ellas, si no que tinen los pies como de buey. También ay muchos puercos monteses y otros animales que tienen una capa por cima a manera de cavallo armado; ay raposas, liebres e conejos como en essa tierra; ay muchas castas de monas, y entrellas unas pardas con barvas como hombres; ay venados, gatos monteses, onças, tigres y muchas culebras, entre las quales ay unas que tienen en la cola una cosa a manera de caxcavel, y también suena, y quando topan alguna persona buellen y hazen sonido con él, y si acierta de no apartarse, muérdenla, y pocos escapan de los mordidos que no mueran. Ay unas aves que son como perdizes, otras como faysanes, com otras muchas diversidades. También vi em poder de indios dos avestruzes". Cf. NAVARRO, P. Juan de Azpilcueta. Do P. Juan de Azpilcueta Navarro aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In:* LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 250

sobre as caças, o religioso apresenta espécies que não eram apreciadas às mesas, como as cobras, geralmente tidas como imundas e perigosas.

Despretensiosamente, o jesuíta Navarro reuniu em sua epístola algumas das espécies mais mencionadas pelos homens que, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, versaram sobre as caças tropicais: antas, porcos-monteses e tatus. Seu confrade, Pe. Brás Lourenço (1525-1605)[93], que escreve sobre a missão conduzida na capitania do Espírito Santo em meados do Quinhentos, menciona alguns desses animais em sua carta que foi endereçada aos padres e aos irmãos de Coimbra.[94] Acompanhado pelo Ir. Simão Gonçalves e por nove crianças, o jesuíta relata ter se dedicado a princípio a observar como os indígenas viviam, e iniciado suas pregações cristãs nas oitavas de Natal, no final de dezembro de 1553. Em relação à terra, Brás Lourenço descreveu-a como sendo "muito abastada, a mais que há na Capitania do Brasil", onde se plantava um grande volume de milho, do qual produziam "muito bom pão", e se obtinha "muita caça brava", uma caça composta por "porcos, veados, antas, muitas aves, muito pescado, muitos peixes muitos bons, que pesam 15, 20 arrobas e alguns 30, 40".[95] Ao final de sua epístola, o jesuíta complementa sua observação sobre as terras do Espírito Santo, ressaltando que "de tudo é abastada", faltando apenas as "coisas de Portugal", isto é, engenhos e fazendas que haviam sido incendiados quando a capitania foi despovoada,[96] afinal, "dão-se aqui todas as coisas de Portugal".[97]

As menções às antas em cartas redigidas em Porto Seguro e no Espírito Santo indicam o apreço que os portugueses rapidamente desenvolveram pela carne do animal. Cabe ressaltar que o interesse pelas antas não se deve exclusivamente à facilidade da sua captura, mas, sobretudo, ao sabor de sua carne. As notícias sobre o seu gosto foram escritas ainda no século

---

[93] Natural de Melo, o Pe. Brás Lourenço ingressou na Companhia de Jesus em maio de 1549, já na condição de sacerdote. Pouco tempo depois, em 1553, embarcou para o Brasil, compondo a terceira missão evangelizadora. O religioso desempenhou grande parte de suas atividades missionárias na capitania do Espírito Santo, onde assumiu o posto de Superior, atuando na catequização e renovação dos costumes indígenas. Brás Lourenço viveu no Brasil por vinte e cinco anos, tendo atuado, também, como Superior na residência jesuítica de Porto Seguro e como reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 323

[94] Segundo Pe. Brás Lourenço, as monções afetavam diretamente a circulação dos navios e, por isso, os religiosos obtinham notícias uns dos outros apenas "a cada 7 ou de 8 em 8 meses". Cf. LOURENÇO, P. Brás. Do P. Brás Lourenço aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 39

[95] "Quanto a la tierra, es mui abastada, lo más que ai Capitanía en el Brasil. Lo que se aqui come, por la maior parte es mijo, de que se haze mui bien pan que parece de Portogal. Ai también mucha caça brava, *scilicet* puercos, venados, antas, muchas aves, mucho pescado, muchos peces, mui buenos, que pesan 15, 20 arrobas, y algunos 30, 40". Cf. LOURENÇO, P. Brás. Do P. Brás Lourenço aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 47

[96] Ibid., p. 48

[97] "Danse aqui todas las cosas de Portogal, sino que las hormigas no quieren dexar criarse nada". Cf. LOURENÇO, P. Brás. Do P. Brás Lourenço aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 48

XVI e Pero de Magalhães Gandavo descreveu-a como tendo "o sabor como de vaca, da qual parece que se não [há] diferença coisa alguma".[98] Ainda que remetesse ao gosto da carne de vaca, o animal, em sua forma física, em nada se parecia com o gado bovino. De acordo com Gandavo, as antas eram "de feição de mulas, mas não tão grandes, e têm o focinho mais delgado, e um beiço comprido à maneira de tromba".[99] Nas extremidades de seu corpo, que era coberto por uma pelagem acinzentada, havia orelhas redondas e um rabo muito comprido.

As semelhanças entre a carne de anta e a carne de vaca muito provavelmente contribuíram para o processo de adaptação do paladar europeu. Nas palavras do Pe. Jácome Monteiro, a parecença entre os animais consistia em uma "vantagem" para aqueles que avistavam as antas nas matas, que tinham à disposição uma carne agradável para se alimentar. Escrevendo no início do século XVII, o jesuíta afirma ter ingerido a carne de anta, oferecida a ele pelos indígenas Aimorés e assada no moquém do seguinte modo:

> fazem uma cova no chão; enchem-na de brasas; sobre elas botam uma camada de folhas de bananas, que são mais altas que um homem, e de largura de dois ou três palmos: e depois de a cobrirem com outra camada lhe lançam terra, de modo que tapam a cova. A carne se vai ali assando com tal tempera, que leva vantagem a toda a mais invenção de assado, na limpeza e na ternura do sabor.[100]

O moquém consistiu em um método de cozimento muito comum entre os indígenas do litoral brasílico, pois demandava o uso de poucos instrumentos, bastando alguns gravetos e algumas folhas para depositar a carne acima do alcance do fogo. A facilidade com que o moquém era preparado permitia que os animais capturados fossem assados logo depois da caça, garantindo o sustento dos caçadores e a conservação da carne, que era armazenada cozida e transportada sem grandes prejuízos.[101] Para o jesuíta, o preparo da carne, pelo contato com a fumaça proporcionava um sabor muito agradável e melhor do que os assados europeus.

Ainda em sua *Relação*, o Pe. Monteiro afirma que a anta não proporcionava somente boas refeições, mas também produziam, em suas entranhas, as "pedras bazares" e que, em tempos passados, eram adquiridas pelos franceses – que "resgatavam [as pedras] aos índios em igual preço que o do âmbar".[102] Os cálculos que se formavam no estômago das antas eram, na

---

[98] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 22

[99] Ibid., não paginado

[100] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 417

[101] CAVALCANTE, Messias S. **Comidas dos Nativos do Novo Mundo**. Barueri: Sá, 2014, p. 129-133

[102] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 417

visão do jesuíta, um substituto à altura das pedras bezoares que se formavam nos porcos-espinhos e podiam ser oferecidas para o combate de enfermidades diversas, como estancamento de câmaras e controle de disenterias.[103]

Como o Pe. Monteiro, outros homens que se dedicaram a apresentar a anta aos olhares europeus evidenciaram que o animal, além de distinto em sua forma e apreciado pelo sabor de sua carne, era valioso para outros fins. O Pe. José de Anchieta, que menciona as antas em meio aos bichos viventes em São Vicente, escreve, em maio de 1560, que a anta ou "tapira", denominação concedida pelos indígenas, era um ser vivo "próprio para se comer" e a sua pele, de coloração "entre a do camelo e a do veado, tendendo para o preto", era utilizada pelos indígenas como arma de defesa.[104] Segundo Anchieta, os nativos retiravam o couro do animal, levavam-no para secar ao sol e, depois de endurecido, fabricavam "broqueis completamente impenetráveis às flechas".[105]

Foi também no século XVI que o autor do *Tratado descriptivo do Brasil* parece ter se surpreendido com as distintas antas e a elas dedicou um capítulo inteiro – "Em que se declara a natureza das antas do Brasil. Apontamentos das alimárias, que se criam na Bahia e na condição e natureza delas".[106] Nessas páginas, Gabriel Soares de Sousa apresenta a anta como a "maior alimária que esta terra cria", quase do tamanho de uma mula, com patas fendidas e que gerava um filhote por vez. Para capturá-las, os moradores criavam armadilhas chamadas "fojos", que consistiam em covas profundas, e os animais que ali caiam eram mortos com flechas. De acordo com o senhor de engenho, depois de mortas, as antas eram aproveitadas por inteira. Da sua carne, anunciada como "muito gostosa, como a de vaca", ingeria-se após um longo cozimento, processo que servia para amaciá-la, já que era desprovida de sebo e gordura.[107] Da pele, produziam-se "boas couraças" e os seus ossos, após queimados, eram oferecidos para as pessoas enfermas, pois, segundo Soares de Sousa, eles "são bons para estancar câmaras". Além dos usos alimentares e terapêuticos atribuídos às antas, houve quem as considerasse uma boa companhia para o interior dos lares. A domesticação ocorria quando as antas eram jovens e, ao serem

[103] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 99
[104] ANCHIETA, Ir. José de Anchieta. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 118
[105] Ibid., p. 119
[106] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 223
[107] Ibid., p. 224

levadas para as casas, "se fazem muito domésticas, e tão mansas que comem as espinhas, e os ossos com os cachorros e gatos de mistura; e brincam todos juntos".[108]

Além das antas, uma caça brasílica rapidamente incorporada ao paladar europeu foi o porco-do-mato, identificado como "porco montês" por cronistas e tratadistas de língua portuguesa. Assim como fez com as antas, Soares de Sousa dedicou ao animal um capítulo específico: "Em que se declara a natureza dos porcos do mato que há na Bahia". Aí, apresentou uma descrição detalhada do animal denominado "tajaçú" pelos indígenas da Bahia.[109] Os porcos monteses eram de coloração parda e de pequenas dimensões, sendo quase totalmente semelhante aos porcos, "senão o rabo, que não tem mais comprido que uma polegada; e tem umbigo nas costas". Sobre a carne, o senhor de engenho diz ser "toda magra, mas saborosa" e alerta que, apesar da ausência de gorduras, a carne podia ser considerada "carregada", um alimento de lenta digestão "para quem não tem boa disposição".

Além do "tajaçu", porco montês mais comum na capitania, o letrado menciona outras variações da espécie. O tajaçutirica era um porco montês de tamanho maior e mais ligeiro, o que dificultava sua captura pelos indígenas. Eram animais desprovidos de banha e de toucinho, o que proporcionavam uma carne "mais gostosa que os outros", e consistia em uma das poucas características que distinguia o tajaçutirica dos outros porcos, já que "em tudo mais são como eles".[110] Outra casta era o tajaçuété, um animal maior e com uma carne mais gorda, dotada de toucinho e, em decorrência disso, semelhante aos "monteses da Espanha". Eles eram animais mais bravos e perigosos e tal comportamento demandava uma maior atenção dos caçadores, que optavam por caminhar com cachorros a fim de garantir a captura dos porcos sem correr o risco de ser atingido pelo animal. Apesar das diferenças notadas nos tamanhos e nos comportamentos dos tajaçú, tajaçutirica e tajaçuété, o letrado ressalta que, independentemente da espécie capturada, era necessário cuidado na preparação da sua carne. Soares de Sousa comenta que o umbigo do porco montês exalava um forte odor que "quando os matam e lhe não cortam logo, cheira-lhe a carne muito ao mato; e se lhe cortam [o umbigo] é muito saborosa".[111]

Gabriel Soares de Sousa foi um dos primeiros a versar sobre as técnicas de preparação da carne do porco-montês, mas não foi o único. Grande parte dos letrados que escreveram sobre

---

[108] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 224
[109] Ibid., p. 229
[110] Ibid., p. 229
[111] Ibid., p. 229

o animal ressaltaram dois aspectos: a presença do umbigo, que os distinguia daqueles que caminhavam em solo europeu, e a necessidade de preparar adequadamente a carne para o consumo.[112] O Pe. Fernão Cardim definiu os porcos-monteses como sendo o "ordinário mantimento dos Índios desta terra", destacando que, de seu umbigo, posicionado nas costas, libera-se um cheiro "como de raposinhos[113]" e que, a partir do odor, os cachorros que auxiliavam nas caçadas seguiam e capturavam os porcos com facilidade.[114] Fr. Vicente do Salvador, ressaltou que os porcos em muito se pareciam com os "javalis da Espanha" e pontuou uma particularidade do seu comportamento. De acordo com o franciscano, quando o caçador feria um membro da manada, deveria, o quanto antes, subir em uma árvore, pois, quando os porcos notavam o animal ferido, rapidamente iam em sua direção. Nesse ato, conduzido "com tanta fereza", os porcos se amontoavam e não se dispersavam "até não deixarem três ou quatro mortos no campo", conforme escreve Fr. Vicente. Ele complementa dizendo que, em seguida, os porcos "vão em paz", assim como o caçador, "também com a caça".[115] Da carne, amplamente consumida, o letrado pontua a importância de tirar o umbigo com uma faca, "antes que o esquartejem, sob pena de ficar toda a carne fedendo a raposinhos".[116]

O porco montês brasílico, como se nota nos registros quinhentistas e seiscentistas, não foi alvo de descrições minuciosas como as dedicadas às antas, aos tamanduás e às preguiças. A familiaridade com o animal, muito próximo dos javalis e dos porcos selvagens, contribuiu para que os leigos e os religiosos atentassem às particularidades de seu corpo, como o umbigo e o odor que dele exalava. Essas proximidades entre a caça europeia e a criatura tropical influenciou a manutenção de determinados hábitos alimentares e a adoção de técnicas portuguesas em conjunto às práticas indígenas no cozimento do animal. Do Novo Mundo, os portugueses incorporaram a cautela com a limpeza do porco montês, a extração do umbigo e os cuidados

---

[112] Em *Delícias do descobrimento*: a gastronomia brasileira no Século XVI, Sheila Hue pontua que os porcos nativos do Brasil não eram porcos-monteses, mas sim porcos do mato. A diferença entre os animais era pela presença do "umbigo nas costas", uma glândula odorífera observada nas espécies brasileiras do gênero *Tayassyu*, mais precisamente, o catitu ou o cateto (*Tayassy tajacu* e o queixada (*Tayassu pecari*). Cf. HUE, Sheila Moura. **Delícias do descobrimento:** a gastronomia brasileira no Século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008, p. 112

[113] Odor de raposinhos remete ao "fedor dos sovacos". Cf. RAPOSINHOS. *In*: BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 109

[114] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 37

[115] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 18

[116] Ibid., p. 18

com a contaminação da carne. Do Velho Mundo, mantiveram o hábito de assar esse tipo de caça, que consistia em uma carne mais rígida e quase sem gordura em seu interior.[117]

O porco montês, alvo de uma descrição menos detalhada, pode ser considerado uma exceção em relação ao que leigos e religiosos escreveram sobre os animais dos trópicos. Em geral, as espécies nativas que caminhavam sobre as terras brasílicas em pouco se pareciam com as avistadas na Europa – na forma do seu corpo, no comportamento manifestado ou no gosto de sua carne. Exemplo disso era o tatu, natural da América, cuja morfologia demandou um amplo esforço narrativo dos letrados em língua portuguesa. Nas palavras do Pe. Fernão Cardim, o tatu consistia na seguinte criatura:

> Este animal é do tamanho de um leitão, de cor como branca, o focinho tem muito comprido, o corpo cheio de umas como lâminas com que ficar armado, e descem-lhe uns pedaços como tem as badas. Estas lâminas são tão duras que nenhuma flecha as pode passar se lhe não dá pelas ilhargas, furam de tal maneira, que já aconteceu vinte e sete homens com enxadas não poderem cavar tanto, como um cavava com o focinho.[118]

O jesuíta, ao versar sobre os tatus, concedeu detalhes sobre o corpo do animal, coberto por lâminas rígidas que garantiam a sua proteção e dotado de uma força surpreendente, capaz de cavar buracos profundos e difíceis de serem reproduzidos. Para Cardim, as feições do tatu assemelhavam-no aos badas ou abadas, animais que viviam em Benguela e tinham com um corpo de proporções medianas, a cabeça pequena e achatada e o pelo denso e áspero.[119] Os badas, também nomeados como rinocerontes, eram de proporções distintas as dos tatus brasílicos, mas, sob o olhar do religioso, é provável que as duas espécies contassem com uma derme parecida, uma pelagem rígida nos badas e um conjunto de duras lâminas no tatu. Além de versar sobre as lâminas, Cardim pontuou os muitos usos que foram atribuídos ao "cavalo armado". Em seu tratado, o jesuíta afirma que a carne "parece de galinha, ou leitão, muito gostosa"; da dura pelagem, produziam-se bolsas "muito galantes", e para aqueles que desejassem boa companhia, o tatu era uma possibilidade, já que "fazem-se domésticos e criam-se em casa".[120]

---

[117] CASCUDO, Luis da Camara. **História da Alimentação no Brasil.** Segundo Volume. Cozinha brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 174

[118] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 40

[119] ABADA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 7

[120] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. Op. Cit., p. 40

Pero de Magalhães Gandavo, que também teceu considerações sobre os tatus, ressalta que o animal em nada se parecia com os bichos que vinha encontrando no Novo Mundo. Na *História da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, o letrado escreve: "outros há também nestas partes muito para notar, e mais fora da comum semelhança dos outros animais (a meu juízo) que quantos até agora se tem visto. Chamam-lhes tatus".[121] Do tamanho de um leitão, os tatus contavam com um tipo de casco, "como de cágado", porém, "repartido em muitas juntas como lâminas e proporcionado de maneira, que parece totalmente um cavalo armado".[122] Todo o corpo do tatu era coberto pelo casco, com exceção da cabeça, que contava com um focinho longo, de grande importância para a sobrevivência do animal, já que em muito facilitava na abertura das covas subterrâneas. Por baixo das lâminas, Gandavo afirma existir uma carne muito saborosa, "a melhor e mais estimada que há na terra" e de sabor "quase como de galinhas".[123]

Das muitas afirmações que foram feitas sobre o tatu, parece ter prevalecido a imagem do animal como um "cavalo armado", um quadrúpede veloz e de corpo rígido, revestido pela sua armadura. Fr. Vicente do Salvador, que escreve no início do século XVII, relembrou que os tatus eram chamados pelos espanhóis de "armadilhos"[124], "porque são cobertos de uma concha não inteiriça como a das tartarugas, mas de peças a modo de lâminas".[125] Da sua carne, o letrado afirma que, quando assada, detinha o sabor de galinha.

Pacas, capivaras e cotias, tão distintas quanto os tatus, estiveram entre as carnes de caça incorporadas ao cotidiano colonial. Para os homens leigos e religiosos que versaram sobre a fauna brasílica, os três animais americanos ocuparam lugares distintos, pois, ainda que as espécies fossem compreendidas enquanto valiosas carnes de caça, houve quem refletisse acerca da domesticação promovida pelos indígenas e dos usos terapêuticos que lhes eram atribuídos. O primeiro desafio, como ocorreu com outras espécies, consistia em torná-los compreensíveis

---

[121] GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576, p. 22

[122] Ibid., p. 22

[123] Ibid., não paginado

[124] O "armadillo", termo utilizado para se referir aos tatus em língua espanhola, tem sua origem nas línguas faladas por diferentes povos indígenas que viviam na América hispânica. "Armadillo" se referia à pele dura e grossa do mamífero, que em muito se parecia com a armadura e foi adotada pelo Pe. Joseph de Acosta (1539-1600) para se referir a estas criaturas avistadas no Vice-Reino do Peru. Em sua *Historia Natural y Moral de Las Indias*, impressa em 1590, o jesuíta apresenta os "armadillos" como animais revestidos por uma "multidão de conchas, que abrem e fecham como querem como armadura" e com isso, eram capazes de se desdobrarem do modo que quiserem. Cf. ACOSTA, Padre Joseph de. **Historia Natural y Moral de las Indias**, en que se tratan las cosas notables del cielo, y elementos, metales, plantas, y animales delas: y los ritos, y ceremonias, leyes, y governo, y guerras de los Indios. Sevilla: Casa de Juan de Lon, 1590, p. 288; ZAMORA, Juan C. Indigenismos en la lengua de los conquistadores. **Hesperia** – Anuario de Filología Hispánica, Vigo, n. 5, 2002, p. 202

[125] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 19

ao leitor, um esforço e um cuidado descritivo que não se limitou aos primeiros cronistas. Pe. João Daniel, na primeira metade do século XVIII, apresenta as pacas como "uma das melhores caças do rio Amazonas" e muito parecidas com os porcos-monteses, alegando haver, até mesmo, um grau de parentesco entre as espécies; diz o jesuíta: a paca "tem o corpo de porcos de 8 para 10 meses, ou pouco maiores, e roliços, não só por grossos, mas também por gordos. O feito é de porco, de que difere na cor, que é avermelhada, e talhada com uns como listões pardos em roda".[126] As semelhanças com os porcos estendiam-se ao tamanho do animal e ao sabor de sua carne, que "é como da de leitão, e as mesmas carnes tem com as dos leitões sua parecença".[127]

Aparentemente, o jesuíta foi um apreciador dessa caça, pois relata que a alimentação das pacas influenciava diretamente o sabor de sua carne. Ao notar que em determinados períodos a carne era dotada de um "amargor desconsolado", Pe. João Daniel considerava a possibilidade de o sabor estar associado à ingestão que o animal fazia de algumas "frutas do mato", como as castanhas. De acordo com o jesuíta, "desta fruta comem as pacas no seu tempo, e dela se refunde na sua carne o dito amargor, passado porém este tempo são tão gostosas como leitão, ou sejam cozidas, ou assadas".[128] Em suas palavras, João Daniel demonstra que seus conhecimentos não se limitavam ao preparo da carne – que replicam técnicas portuguesas de assar e cozer carnes de porco –, mas inclui o conhecimento dos hábitos do próprio animal. Ao longo de sua experiência missionária no Estado do Grão-Pará e do Maranhão, Pe. João Daniel parece ter se tornado um observador atento e interessado em compreender os comportamentos dessa espécie. Tal interesse pode tê-lo motivado a identificar os alimentos que influenciavam o gosto da carne e os períodos em que a caça se tonava mais saborosa ao paladar humano.

Vivendo nas proximidades de águas límpidas, as pacas eram abundantes em todo o território, mas se tornaram mais presentes nos escritos redigidos por aqueles que habitavam o norte do Brasil. Além de João Daniel, o Pe. Antônio Moreira também teceu considerações sobre elas e alegou que esses animais "são anfíbios", declaração que emitiu, muito provavelmente, após observar o tempo em que permaneciam na água. Apesar desse hábito do animal, o jesuíta declara que a caça das pacas não ocorria nas águas, mas em terra, adotando, no processo, as mesmas técnicas para a captura de veados, entocando as pacas e recorrendo ao auxílio dos cachorros. O Pe. Antônio Moreira narra que a caça demandava o uso de cães específicos, "cães

[126] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 191
[127] Ibid., p. 191
[128] Ibid., p. 191

finíssimos que se compram por grande preço, como também os [cães] de veados, de porcos, cutias, jabutis e de outras caças".[129] Das dimensões das pacas, Antônio Moreira ressalta sua coloração parda, presença de um corpo grosso, focinho "como de lebre" e pés curtos – com os quais "corre muito". Por fim, ele fala do seu apreço pela carne, declarando que, quando as pacas estão gordas, "não há na Europa caça que a iguale no gosto, que é [...] delicioso".[130]

Homens leigos que escreveram sobre o Maranhão, como Simão Estácio da Silveira (15??-16??), também versaram sobre as pacas e o grande gosto que desenvolveram por essa carne de caça. Desembarcando nos trópicos em 1618, o português foi um dos pioneiros na colonização do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Com o intuito de estimular o povoamento da região, Silveira escreveu a *Relação sumária das cousas do Maranhão*, impressa em 1624 e dirigida aos "pobres deste Reino", a fim de que eles tomassem conhecimento das benesses dessa terra e a ela se destinassem.[131] Em sua obra, o capitão versa sobre o estabelecimento dos portugueses no Maranhão, os conflitos com franceses, os encontros com os indígenas, a descoberta de grandes rios e a fertilidade da terra. Silveira também dedicou algumas páginas às caças e destaca que estas eram tão diversas que não seria possível reuni-las em uma *Relação* tão breve, mas pontua que "um índio caçador, que haja numa casa de grande família, tem açougue contínuo para si e para os vizinhos".[132] Das caças que formavam o açougue natural, estavam as pacas, que correspondiam aos coelhos europeus, porém, "muito melhores, porque sua carne é mais branda, alva e gorda".[133] O letrado aponta que essas criaturas eram "carnudas", com uma grande quantidade de carne e uma couraça, também aproveitada nas refeições, pois, conforme ressalta Silveira, independentemente do modo de preparo, assadas ou cozidas, as pacas permaneciam "gostosas" ao paladar.

Ao que tudo indica, a carne de paca foi uma caça constantemente consumida na América. Houve, no entanto, quem alertasse acerca da moderação que se deveria ter com a ingestão do animal, como fez Fernão Cardim. O jesuíta salienta que as pacas são como leitões,

---

[129] MOREIRA, Antônio. Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves etº. *In*: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, 2011, p. 88

[130] Ibid., p. 88

[131] MORAES, Jomar. Introdução. *In*: SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão**. Dirigida aos Pobres deste Reino de Portugal. 7a. Ed. São Luís: UFMA/Sioge, 1979, p. 6-7

[132] SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão**. Dirigida aos Pobres deste Reino de Portugal. 7a. Ed. São Luís: UFMA/Sioge, 1979, p. 46

[133] Ibid., p. 45

encontradas em abundância; é um animal de carne "gostosa, mas carregada",[134] um alimento com maior proporção de gordura e de digestão mais lenta para alguns indivíduos.[135] Considerações semelhantes fez Sebastião da Rocha Pitta, que falou do animal ao enumerar as "caças quadrúpedes" da terra, como os "veados, capivaras, coelhos, cotias, quatis, periás, teiús, tatus, e pacas". Destas últimas, o letrado baiano comenta que, "posto que nocivas para a saúde, tem a carne superior no gosto a todas as do Brasil ".[136] É provável que a nocividade apontada por Rocha Pitta tenha sido similar à identificada por Cardim, da carne de paca ser apetitosa ao gosto, mas não recomendada para todos os indivíduos.

Como as pacas, as cutias estiveram em meio às "caças quadrúpedes", que ocuparam as páginas escritas entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Gabriel Soares de Sousa, que dedicou um capítulo a esses dois animais, nota que as cotias eram menores do que as pacas, alcançando o tamanho de coelhos grandes, mas dotadas de uma barriga bem maior. As semelhanças com os coelhos não se restringiam ao tamanho, incluindo também os pés e as mãos que permitiam que as cutias corressem em grande velocidade, facilitando a fuga dos cães que eram utilizados nas caçadas. Soares de Sousa explica que a época da vida em que as cutias eram capturadas lhes determinava o destino, pois, "se as tomam em pequenas, fazem-se tão domésticas como coelhos".[137] Aqueles que se interessassem por ter uma cutia como companhia, deviam se atentar ao fato de essas serem "daninhas, porque roem muito".[138] As cutias capturadas em idade adulta, por sua vez, iam para as mesas coloniais; sua carne era preparada ao modo dos leitões, sem ser esfolada, apenas pelada ao fogo, cozida e assada. Dessa forma, tornava-se "muito boa", como comenta o senhor de engenho.

Pe. Jácome Monteiro definiu as cutias como sendo "das boas carnes destas partes, e muito ordinária, por haver muitas".[139] Esse letrado seiscentista evidenciou que as cutias eram

---

[134] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 38

[135] CASCUDO, Luis da Camara. História da Alimentação no Brasil. Segundo Volume. Cozinha brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 300; HUE, Sheila Moura. **Delícias do descobrimento:** a gastronomia brasileira no Século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008, p. 111

[136] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 40

[137] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 232

[138] Ibid., p. 232

[139] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 418

pouco maiores do que os coelhos e dotadas de uma pelagem comprida e muito fina, que "parece açafrão". A captura da cutia não era um empreendimento fácil, era necessário alcançar as covas que o animal fazia na terra ou nos troncos das árvores. Como notou o jesuíta, nem sempre o destino do animal era se tornar uma refeição, já que era muito apreciado como companhia doméstica. Segundo Pe. Monteiro, os indígenas criavam muitas cutias em suas casas, "muito lindas e muito domésticas", e por elas desenvolviam grande apreço, tendo a companhia destes animais em muitas de suas atividades, "vão e vêm com os índios à roça, à fonte, e ao mais serviço, como cachorrinhos".[140]

A capivara também circulou de diferentes modos nos espaços coloniais. Anchieta adotou o termo indígena "capiyûára" – que significa "que pastam ervas" – para se referir ao grande roedor. Na carta datada de 1560, o jesuíta apresenta a capivara como um dos animais do "gênero anfíbio", uma identificação que muito provavelmente vinha dos longos períodos que a capivara permanecia dentro das águas, deixando somente a cabeça exposta. Para o letrado, a capivara era diferente dos porcos, dotada de pelagem ruiva e "dentes como os de lebres", com exceção dos seus molares e dos dentes fixos na mandíbula e no meio do céu de sua boca. Anchieta ressalta que as capivaras eram "própri[a]s para se comer" e aptas à domesticação. O irmão ainda alega que, nas terras de Piratininga, elas eram criadas em casa, "como cães: saem para pastar e voltam para casa por si mesmos".[141]

O olhar de Gabriel Soares de Sousa parece convergir com o de Anchieta e, ao apresentar suas impressões sobre a "capibara", classificou-a como um dos muitos porcos que eram criados nas proximidades de lagoas e rios de água doce. Para o letrado, o longo tempo em que as capivaras despendiam sob as águas se relacionava tanto ao nascimento de seus filhotes – já que esses animais "parem e criam os filhos debaixo d'água" – quanto aos seus hábitos alimentares, que consistiam na ingestão de peixes, de camarões e de muitas ervas que cresciam nas margens dos rios. A permanência no meio aquático não foi tida pelo letrado como suficiente para identificar o animal como um anfíbio, pois, como escreve em seu *Tratado*, as capivaras caminhavam sobre o solo e eram responsáveis por gerar "muito dano nos canaviais de açúcar, e roças que estão perto da água".[142] Com isso, sua captura ganhava novos motivos: diminuir os

[140] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 418

[141] ANCHIETA, Ir. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 112

[142] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns

prejuízos à lavoura e garantir um alimento saboroso às mesas. Segundo Soares de Sousa, o animal era provido de uma carne mole e um toucinho pegajoso, o que não impedia seu consumo, bastando que fosse levemente salgada para tornar-se "boa de toda a maneira". Apenas os enfermos deveriam evitar a ingestão da carne que, devido ao volume de gordura, pode ser "carregada para quem não tem saúde".

A longa permanência das capivaras sob as águas, seja para alimentação, seja para parir seus filhos, foi uma característica que despertou a curiosidade de diferentes letrados. Anchieta definiu-a como um anfíbio, Soares de Sousa ressaltou os danos causados ao espaço terrestre e Alviano, ao ouvir sobre a distinta criatura, questionou se o animal era um pescado ou uma caça. Quando Brandônio, companheiro de Alviano nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, apresentou as capivaras no início do século XVII, ele as descreveu como animais que "vivem nas águas e pastam sobre a terra, semelhantes à lontra na natureza, mas não nas feições, o qual é bom para se comer".[143] Alviano, em seguida, questiona: "e esse animal é reputado por peixe ou por carne?". Brandônio, então, explica que a capivara consistia, sim, em uma carne por ser "muito boa e gostosa", e que outras características do animal indicavam tal natureza, como o hábito de pastar em terra, "que é ao que se deve ter a respeito para semelhantes dúvidas".[144] Na visão de Brandônio, a capivara era uma criatura distinta do peixe-boi, pois, ainda que o peixe-boi fosse dotado de traços semelhantes ao boi, como o formato da face e o sabor da carne, aquele permanece todo o tempo no meio aquático. A capivara, por outro lado, saía das águas e permanecia no solo, onde obtinha parte significativa de seu sustento e não podia ser repudiada por pescado.

Nascido nos trópicos, é bem provável que Fr. Vicente do Salvador já houvesse experimentado a carne de capivara, por isso, em sua *História do Brasil*, dedicou-se a melhor identificar o que eram as "capyguaras", cujo nome remetia a "comedores de erva". De acordo com o franciscano, as capivaras "andam sempre na água" e podem ser criadas em casa, "fora da água", logo, "se julgam por carne, e não por pescado".[145] Sob o olhar do franciscano, a possibilidade de domesticação e a capacidade de caminhar sobre o solo eram traços que deveriam ser ressaltados quando escrevia sobre as capivaras, pois estavam diretamente envolvidos na concepção que se tinha do animal. Considerações como as de Fr. Vicente do

---

commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 230

[143] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 262

[144] Ibid., p. 263

[145] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 6

Salvador demonstram que, além das preocupações em conhecer os usos práticos dos animais – terapêuticos, alimentares e perigos –, havia, entre os letrados católicos, um anseio em classificar e definir quais eram os seres vivos que compunham a criação divina legada aos trópicos.

Em seus escritos, leigos e religiosos não deixaram de demonstrar seu apreço pela abundância de caças, um grande "açougue" que era alcançado sem grandes desafios. Ao apreender técnicas indígenas de caça e manejo dos alimentos, os europeus incluíram as antas, os tatus e as capivaras em sua alimentação. Portanto, é possível apreender que o gradual conhecimento dos animais e dos modos de preparo adequados, permitiu que os lusitanos tivessem uma estadia mais agradável e até mesmo, mais salutífera durante sua permanência na América Portuguesa.

4.3 Bois e vacas: alimentar o corpo e salvar a alma

Ao longo deste estudo, salientamos que os indivíduos, leigos e religiosos, se dedicaram a descrever e a tornar compreensíveis os animais que caminharam sobre a América Portuguesa. Quando esses primeiros letrados desembarcaram nos trópicos, em meados do século XVI, algumas espécies conhecidas do universo europeu, como as galinhas, já eram encontradas sem grandes dificuldades. Outras criaturas, como bois e vacas, não tardaram a serem transportados para essas paragens e foram embarcados nas mesmas naus que trouxeram Tomé de Sousa e os primeiros jesuítas em 1549.[146] Estabelecido nessas terras, o gado bovino se tornou objeto das reflexões daqueles que versaram sobre o mundo natural, porém, as narrativas envolvendo esses animais contaram com contornos distintos. Bois e vacas, nos escritos em língua portuguesa, não foram descritos de maneira minuciosa, mas, por sua vez, tiveram toda a sua trajetória de aclimatação, multiplicação e dispersão pelos trópicos narradas por leigos e religiosos.

Escrevendo na segunda metade do Quinhentos, Gabriel Soares de Sousa recorda que as primeiras vacas que chegaram na Bahia de Todos os Santos eram provenientes de Cabo Verde. Na Bahia, os animais encontraram condições favoráveis à sua reprodução, visto que "parem a cada ano e não deixam nunca de parir por velhas".[147] As novilhas, vacas com idade entre um e seis meses, reproduziam-se a cada ano e, por serem jovens, conforme relata o letrado, é comum "muitas vezes mamar o bezerro na novilha e a novilha na vaca juntamente". As vacas em idade

[146] ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Prefácio de José Honório Rodrigues. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 46

[147] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 143

adulta, principais reprodutoras, eram "muito gordas" e proporcionavam volumes de leite utilizados na produção de manteigas e outros laticínios. Além de destacar o valor que essas vacas mais velhas tinham para seus produtores, Soares de Sousa ressalta os traços do animal, uma pele preta e lisa, que parece refletir seu "resplandor e brandura".[148]

De Cabo Verde também foram transportadas as primeiras éguas que chegaram na Bahia e que custaram, em princípio, sessenta mil réis. A rapidez com que as éguas se multiplicaram contribuiu para que esse custo diminuísse rapidamente; segundo o senhor de engenho, as éguas da capitania "valem agora a dez e a doze mil réis", valores que permitiam, naqueles finais do século XVI, que houvesse homens que contassem com quarenta e cinco éguas parindo anualmente. Dessas éguas que nasciam nos trópicos, Soares de Sousa destaca que "são formosas [...] como as melhores da Espanha, das quais nascem formosos cavalos e grandes corredores".[149] Os cavalos nascidos na Bahia eram apreciados em outras terras, como em Pernambuco, para onde eram transportados e comercializados a custos elevados, ou seja, de "duzentos e a trezentos cruzados a mais" do valor pelo qual eram inicialmente obtidos na Bahia.

Ao lado do gado vacum e cavalar, havia jumentos, burros e mulas, em volume e tamanhos menores, mas que o letrado considerou como espécies "muito formosas, bem-feitas e de muito trabalho".[150] Na Bahia, também era possível avistar outras espécies aclimatadas, como ovelhas e cabras provenientes de Portugal e de Cabo Verde que, como as vacas e as éguas, reproduziam-se em grandes quantidades. Soares de Sousa evidencia que essas espécies pariam duas vezes ao ano e, em cada gestação, geravam até três filhotes. No caso das ovelhas mais jovens, sua carne era apreciada pelos comensais, considerada "muito gorda, muito sadia e saborosa", e as fêmeas, além de gerarem novos filhos, produziam "muito e bom leite, de que se fazem queijos e manteiga".[151]

Conforme observado pelo autor do *Tratado descriptivo do Brasil*, o gado vacum representa uma criação rentável no século XVI e, por isso, aqueles que detinham maiores recursos financeiros não temiam em despender seus réis na compra desses animais. Na Bahia, como registra Gabriel Soares de Sousa, o gado era utilizado como força motriz para alguns engenhos e na produção de leite que servia ao sustento das famílias. Além disso, consistia em um ingrediente fundamental para a preparação de diferentes produtos, como manteigas e

---

[148] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 144
[149] Ibid., p. 144
[150] Ibid., p. 144
[151] Ibid., p. 144

queijos. Em seu relato, o senhor de engenho concede mais destaque à expansão do animal e aos seus usos do que à ingestão de sua carne. As poucas menções, todavia, não implicam a ausência do consumo de carne bovina, mas podem ser vistas como indícios de que os interesses pela aclimatação das vacas e dos bois envolviam um maior apreço pelo animal vivo.

O desejo de muitos homens em garantir seu sustento por meio do gado bovino pode ser observado em cartas redigidas pelo Pe. Manoel da Nóbrega em 1556, poucos anos após o seu desembarque na capitania da Bahia. No momento em que redigiu a epístola, Nóbrega residia em São Vicente e afirma que, nessa casa, os religiosos sustentavam-se com as esmolas concedidas pela Coroa portuguesa e os mantimentos doados por indígenas e homens leigos. Os recursos eram parcos, mas os irmãos já contavam com "umas poucas vacas" que, segundo Nóbrega, "se deram aos meninos quando estavam em São Vicente, e do leite delas se mantém a casa".[152] As vacas administradas na casa jesuítica eram decorrentes das doações "para os meninos da terra", tornando-se a principal fonte do sustento dos assistidos, já que a esmola concedida pelo Rei era incerta. Ao observar a importância dos animais para a manutenção da casa jesuítica de São Vicente, Nóbrega comunica ao Pe. Miguel de Torres que ele, juntamente com outros religiosos, havia solicitado à Companhia a construção de uma casa jesuítica na Bahia, onde fosse possível expandir os trabalhos que eram realizados no Colégio. Com esse intuito, o Pe. Manuel da Nóbrega solicitou ao Governador-Geral do Brasil algumas terras, alguns escravos e "umas vacas para criação", animais que serviriam para atender aos órfãos da terra, "faltos de criação e doutrina" e filhos de gentios, "quantos se pudessem manter na casa".[153]

Pe. Manuel da Nóbrega, conhecedor dos regimentos da Companhia de Jesus, ressalta que todas as vacas da casa de São Vicente, e aquelas almejadas para a futura casa da Bahia, não consistiam em propriedades da Ordem, mas em donativos destinados ao sustento dos jovens. Como era sabido por Nóbrega, a instituição proibia a posse de bens materiais pelos religiosos[154]

---

[152] NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 282

[153] Ibid., p. 280

[154] De acordo com as *Constituições da Companhia de Jesus*, nas casas ou nas igrejas da Companhia de Jesus, não era lícito ter qualquer tipo de renda ou bens de usufruto comum ou particular, além do que fosse necessário para a vida naquele espaço. Estava permitido aos Colégios manterem alguns sítios separados das residências comuns, onde pudessem residir os convalescentes, mas esses terrenos não poderiam ser alugados ou utilizados para obtenção de qualquer tipo de renda. No texto das *Constituições*, veda-se o direito de conservar bens estáveis para habitação ou uso próprio e permite-se "bens móveis, dinheiro, livros, e tudo o que é para a alimentação ou para vestir", desde que seja posse comum da Companhia de Jesus. A Ordem era autorizada a receber qualquer tipo de esmola, mas era vedada a doação em recompensa de missas, confissões, sermões, visitas ou quaisquer ofícios que a Companhia deveria, por obrigação, exercer. Ainda nas *Constituições*, declara-se que, se um fundador de casas ou igrejas jesuítica desejar conceder títulos de rendas ou outros itens para a Ordem, "não haveria inconveniente

e permitia, apenas os bens concedidos aos padres e seus acolhidos, desde que servissem para a continuidade das missões evangelizadoras, como eram as doações e os recursos provenientes da América e de Portugal.[155] No caso dos animais, as vacas leiteiras eram criações passíveis da administração jesuítica, visto que remetiam ao sustento daqueles que ali residiam, proibindo-se a comercialização dos animais.[156]

Em diferentes cartas, Nóbrega expressa sua preocupação com os acolhidos pelo empreendimento missionário e vê nas vacas uma fonte de sustento, já que, durante sua vida, o animal poderia proporcionar boas quantidades de leite. Em outra das epístolas escritas em São Vicente, dessa vez em 1561, o religioso relata ao Pe. Francisco Henriques que "o melhor dote que se pode ajuntar nestas partes para os Colégios é a grande criação de vacas, porque nesta terra custa pouco criá-las e multiplicam muito".[157] Nessa década, a casa jesuítica em São Vicente havia passado por reformas, havendo uma igreja e um recolhimento para que os irmãos pudessem realizar seus estudos.[158] Depois da ampliação, multiplicaram-se as vacas, permitindo um aumento da utilização desses animais. Segundo Nóbrega, o "Colégio tem cem cabeças agora, de sete ou oito que houve,[159] e muitas mais poderá haver"; o jesuíta afirma ainda que o

em fazê-lo". Nesse caso, a recomendação da instituição é que os rendimentos obtidos não ficassem sob as posses da Companhia de Jesus, mas de um indivíduo por ela escolhido para desempenhar esse ofício. Cf. **CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e normas complementares aprovadas pela mesma Congregação**. Edições Loyola: São Paulo, 1997, p. 176-179

[155] ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos**: o Cotidiano da Administração dos Bens Divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 154

[156]A preocupação com a legalidade da criação de gado fez com que o assunto fosse levado às instâncias maiores da Companhia de Jesus, ainda no século XVI. Em 1568, o Pe. Visitador Inácio de Azevedo (1526-1580) apresentou seus questionamentos à Roma e, a partir dos debates realizados pelas principais autoridades da Ordem, concluiu-se que os colégios e as casas da Companhia de Jesus estavam autorizados a ter bois, vacas e escravos na quantidade que considerassem necessário, pois tais recursos consistiam em fonte de sustento dos padres e dos irmãos que compunham o empreendimento missionário. Cf. ASSUNÇÃO, Paulo de. Op. Cit., p. 254; LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Século XVI – O Estabelecimento. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. p. 176

[157] NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Francisco Henriques, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958, p. 348

[158] LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Século XVI – O Estabelecimento. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 278-279

[159] Em 1553, durante sua passagem pela capitania de São Vicente, o Pe. Manuel da Nóbrega escreve ao Pe. Luís Gonçalves da Câmara, situado em Lisboa, e comenta que Pero Correia, recém-convertido à Companhia de Jesus, havia doado parte de seus bens à Ordem, assim como "dez vacas para as crianças terem leite e outras coisas". Assim, é provável que as vacas, que se avistavam na casa de São Vicente, tenham sido geradas a partir desses primeiros exemplares doados. Cf. NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae. Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 501; Cf. FERLINI, Vera. Fazendas e engenhos do litoral vicentino: traços de uma economia esquecida (séculos XVI-XVIII). **História (São Paulo**), Assis-Franca, v. 39, 2020, p. 16

cuidado dessas vacas, constitui a "melhor fazenda sem trabalho que cá há; e dão carnes e couros e leite e queijos que, sendo muitas, poderão abastar a muita gente".[160]

Diante do cenário vicentino, o jesuíta declara o interesse em reproduzir o que havia sido feito em São Vicente nos demais colégios da Companhia de Jesus e com este intuito, escreve ao Pe. Francisco Henriques: "se a mim derem licença que tome a esmola d'El-Rei em gado, estes anos que se dará, elas multiplicarão tanto que abaste a prover o Colégio".[161] Se por um lado Nóbrega reconhecia que o Colégio da Bahia seria muito beneficiado com provisões régias concedidas sob a forma de vacas, por outro lado, analisava que esse não era um desejo partilhado pelo Pe. Luís da Grã, Provincial do Brasil ou pelo bispo D. Pedro Leitão (1519-1573), que utilizava parte dos dízimos da Bahia para pagar os ordenados. De acordo com o jesuíta, as criações de gado na Bahia e em São Vicente, naquele ano de 1561, eram muito diferentes, pois, enquanto "vai multiplicando o gado" em São Vicente, a situação não era a mesma nas terras baianas. No intuito de reafirmar sua posição favorável ao recebimento das doações de vacas, Nóbrega pontua que o Pe. Luís da Grã deveria considerar o pagamento dos dízimos nessas condições somente "se for possível" ou quando "havê-lo por todas as vias lícitas que se oferecerem".[162]

No século XVI, momento em que Pe. Manuel da Nóbrega escreve, as terras de São Vicente já eram conhecidas pela rápida expansão das lavouras canavieiras, ao que tudo indica, o gado vacum, introduzido na década de 1530, acompanhou esse processo.[163] Cronistas e tratadistas que se dedicaram a relatar o estabelecimento das capitanias brasílicas salientam que o gado, assim como a cana-de-açúcar, fez-se presente desde o estabelecimento do donatário Martim Afonso de Souza. Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, que escreve no século XVIII, destaca que a capitania de São Vicente foi uma das que "nos seus princípios floresceu muito", tanto pela ausência de grandes confrontos com os indígenas da região, quanto pela fertilidade, que permitiu a ela ser "a primeira onde se fabricou o açúcar, e donde as mais se proveram da semente das canas para plantarem [...] e de gado vacum, para a criação".[164]

---

[160] NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Francisco Henriques, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958, p. 349

[161] Ibid., p. 349

[162] Ibid., p. 349

[163] DEUS, Frei Gaspar da Madre de. **Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente,** hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil publicadas de Ordem da Academia R. Das Sciencias. Lisboa: Typographa da Academia, 1797, p. 63

[164] JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico**, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 60

Como observa o franciscano, diferentes aspectos contribuíram para a boa aclimatação do gado em São Vicente, sobretudo o clima da capitania, semelhante ao de Portugal. Provavelmente, o aumento dos animais foi benéfico para São Vicente e para as demais capitanias, pois como o volume de vacas, bois e cavalos crescia anualmente, o gado passou a ser comercializados por valores mais atrativos. O Pe. Jácome Monteiro registra, no início do Seiscentos, que a capitania de São Paulo contava com "grandes campos muito povoados de gado vacum e de cavalos e éguas, que vem a ser tantas em número, que não tem preço".[165] Durante o período em que residiu no Colégio de Piratininga, o jesuíta afirma ter observado que o comércio de cavalos era recorrente, sendo cada animal obtido "por um chapéu ou meias-calças", e as vacas eram tantas que não havia "quem as quisesse aceitar", sendo arrendadas pela quantia de três patacas. Décadas depois, na primeira metade do século XVIII, Sebastião da Rocha Pitta fornece outros detalhes sobre os valores adotados no comércio desse "gado maior". De acordo com o letrado, antes do descobrimento das "Minas de ouro", era possível adentrar nos açougues diariamente e adquirir cortes de carne "a cento e sessenta, e duzentos réis a arroba, em muitas ocasiões a oitenta, e a cem réis".[166] É provável que os valores tenham sofrido alterações significativas entre finais do Seiscentos e início do Setecentos, época em que grande parte do gado cultivado em São Paulo e na Bahia passou a abastecer as "Minas de ouro", gerando uma redução no número de animais disponíveis para o consumo entre os paulistas.[167] Antes da emergência do cenário aurífero, Rocha Pitta declara que apenas "as secas dos sertões, ou as enchentes do rios" eram capazes de diminuir a quantidade e a qualidade do gado, que chegava a pesar de vinte a vinte e quatro arrobas.[168]

Para além do clima ameno, alguns letrados atribuíram o grande volume de gado à fertilidade do solo brasílico, capaz de gerar um pasto nutritivo sem que fossem necessárias maiores intervenções humanas. Segundo Rocha Pitta, em São Paulo, havia um pasto de qualidade superior, responsável por produzir um gado cuja carne, "entre todas as deste gênero, por aquela região, é a mais saborosa, e apetecida".[169] As campinas valiosas ao sustento de vacas e bois, recorrentes na faixa litorânea, expandiam-se por outras regiões da América Portuguesa,

---

[165] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 395

[166] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 37-38

[167] BOXER, Charles Ralf. **A Idade de Ouro do Brasil**. (Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial). Traduzido por Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963, p. 61

[168] PITTA, Sebastiaõ da Rocha. Op. Cit., p. 38

[169] Ibid., p. 38

sendo avistadas nos amplos territórios do Maranhão e Grão-Pará. Para Simão Estácio da Silveira, a recorrência das campinas era um indicativo de que, no norte do Brasil, o gado seria abundante. Quando o letrado escreve sua *Relação sumária*, as vacas já haviam sido aclimatadas na capitania decorrente das ações promovidas por Gaspar de Sousa, Governador-Geral do Brasil entre 1613 e 1617. Segundo Estácio da Silveira, os animais já "tem se multiplicado grandemente" e gerado uma "valente produção", pois, nota-se que seus filhotes "vão sempre sendo maiores do que as mães".[170] Para o letrado, dois aspectos influenciaram a rapidez com que o gado se expandiu na região: a qualidade dos animais aclimatados, sobretudo as fêmeas, que geraram novilhos, "de robusta estatura", e a fertilidade do solo, especialmente as "formosas campinas, muitas ervagens e salgados, e excelentes ribeiras de que a terra é enriquecida".[171]

A aclimatação do gado vacum no norte do Brasil não se limitou ao Maranhão, mas alcançou grande parte dos territórios que, a partir da década de 1620, passaram a compor o Estado do Maranhão e Grão-Pará. O Pe. João Daniel ressalta que as campinas da Ilha do Marajó proporcionavam um feno "viçoso, e bem criado", muito apreciado pelos bois e vacas que ali pastavam. De acordo com o autor do *Tesouro Descoberto*, os cavaleiros que passavam pela região podiam avistar os bois se alimentando, principalmente nas proximidades do rio Arari, onde "pastam muitas, e muito grandes manadas de gado".[172] Nas palavras de João Daniel, o gado existente na Ilha do Marajó consistia em um dos "preciosos haveres do Amazonas" e, nessa terra, o animal se multiplicava em tantas proporções que havia senhores que contabilizavam, anualmente, vinte mil novilhos gerados pelas vacas criadas em suas posses. Logo, podia-se afirmar ser "inumerável o gado vacum destas campinas, onde nem os mesmos moradores, e donos sabem o quanto têm senão a vulto, porque pasta o gado à sua revelia".[173] João Daniel nota que a criação das vacas e dos bois ocorria com pouca interferência humana, já que os animais se alimentavam das campinas marajoaras e caminhavam pelos terrenos em meio ao gado cavalar e às manadas de veados. O pastoreamento não era diário e alguns indivíduos, denominados "curraleiros", aproximavam-se dos animais e direcionavam as manadas para os currais próximos aos rios.

O gado não era uma exclusividade da Ilha do Marajó. O jesuíta declara que eram tantos os animais criados na cidade do Pará – onde se alimentavam do pasto que crescia nas praças e

---

[170] SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão**. Dirigida aos Pobres deste Reino de Portugal. 7a. Ed. São Luís: UFMA/Sioge, 1979, p. 43
[171] Ibid., p. 43
[172] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 97
[173] Ibid., p. 552

nas ruas – que a carne era comercializada a valores muito baixos quando comparados a outras localidades. Enquanto bois "famosos de grandes, e nutridos" eram vendidos a mais de dois mil réis e uma vaca a mil réis, o padre narra que "no meu tempo", os açougues vendiam cerca de uma libra de vaca a quatro ou cinco réis. Junto da carne, o gado do Pará proporcionava grandes volumes de couro, capazes de abastecer as demandas dos moradores e o excedente comercializado nos mercadores europeus.[174]

De acordo com o Pe. João Daniel, as proximidades do rio Tocantins era outra região com grandes criações de vacas e bois. A expansão da pecuária era recente, decorrente das fazendas estabelecidas no início do Setecentos, e que se multiplicaram em meados da década de 1730, período em que marca o encontro de minas de ouro e o início da exploração aurífera dessas águas.[175] O jesuíta afirma ser possível encontrar "grandes manadas de gados, que fazem ricas as suas povoações", e declara que, apesar da proximidade com o Pará, toda a courama obtida na região era destinada a outros portos, devido à dificultosa navegação no curso daquele rio, "pelas razões de cachoeiras, e índios bravos" que ali viviam.[176] Para o jesuíta, o volume de gado criado naquelas margens poderia ser muito maior, isto é, um "tesouro incomparável", se os moradores contassem com embarcações para escoar o gado, o couro e a carne para outros territórios, não se limitando ao curso do rio.

Cartas, crônicas e tratados, como os que foram legados pelos Pe. Manuel da Nóbrega, Pe. Jácome Monteiro e Pe. João Daniel, indicam que os homens que missionaram nos trópicos acompanharam a expansão do gado bovino pelas mais diferentes paragens em um processo quase semelhante aos caminhos percorridos pelos missionários. Leigos, como Gabriel Soares de Sousa e Sebastião da Rocha Pitta, dedicaram-se a narrar, entre outros assuntos, o processo de fundação das capitanias brasílicas e, em geral, indicam a presença desses dois elementos, gado e missionários, por grande parte do território. Nessas narrativas, é possível apreender que, enquanto padres e freis ministravam sacramentos e ofereciam conforto físico e espiritual pela colônia, o gado bovino acompanhou-os e tornou-se parte da subsistência do colono.[177]

Durante os três primeiros séculos de presença portuguesa nos trópicos, a trajetória de missionários e de gado vacum parece ter se entrelaçado no interior de colégios, de fazendas e

---

[174] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 552

[175] FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 40, mai-ago. 2016, p. 370

[176] DANIEL, Padre João. Op. Cit., p. 552

[177] LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine**. Mélanges offerts à Fréderic Mauro, v. 34, 1996, p. 9

até de igrejas. A recorrência de vacas e bois nos espaços onde viviam os religiosos foi quase imediata à presença das Ordens na América Portuguesa e, de modo geral, esses seres vivos foram de grande serventia às atividades evangelizadoras que padres, freis e monges desenvolveram nos trópicos. Os registros deixados por letrados católicos – cartas, crônicas, tratados e, principalmente, livros de tombo – revelam as atividades nas quais o gado esteve envolvido.[178]

O Ir. José de Anchieta, em algumas de suas epístolas, apresenta aos seus superiores um breve mapeamento dos bois e das vacas mantidas nos colégios da Companhia de Jesus no fim do século XVI. Em *Informação da Província do Brasil para nosso Padre*, datada de 1585, o religioso registra que, no Colégio de Pernambuco, onde viviam onze padres e nove irmãos da Ordem, avistavam-se "algumas cabeças de bois e vacas de sua criação de que se sustentam". A posse desses animais, esclarece o religioso ao Superior, era necessária devido à ausência de matadouro na vila ou de um local onde pudessem adquirir carnes, "se assim não o fizessem, não teriam que comer".[179] Ainda que não tenha indicado a quantidade, é provável que o gado fosse pouco, já que Anchieta ressalta que os indivíduos que viviam no Colégio – padres, irmãos, pessoas de serviço e escravos – "sustentam-se mediocramente". No Colégio do Rio de Janeiro, Anchieta relata um cenário distinto, pois, no espaço onde viviam dez padres e catorze irmãos, os religiosos contabilizavam "algumas cabeças de bois e vacas que tem de sua criação", animais que serviam ao sustento dos religiosos, de seus escravos e daqueles que viviam em residências anexas ao Colégio.[180]

Quase contemporâneo à Anchieta, Gabriel Soares de Sousa fornece informações sobre o gado criado no Colégio que a Companhia de Jesus havia estabelecido na Bahia, um espaço de grandes dormitórios onde viviam cerca de oitenta religiosos. No Colégio, os jesuítas ministravam aulas diversas e dedicavam-se à administração de seus rendimentos, parte

---

[178] Cabe ressaltar que, neste estudo, cujo enfoque é observar as impressões de leigos e religiosos acerca do mundo natural, não contemplaremos o processo de formação do patrimônio de bens temporais que foram administrados pelas ordens religiosas entre os séculos XVI e XVIII. Todavia, ao nos dedicarmos a compreender as impressões sobre os animais dos trópicos, voltar-nos-emos, ainda que de maneira breve, ao lugar ocupado pelo gado vacum no cotidiano de algumas das instituições religiosas estabelecidas no Brasil desde a segunda metade do Quinhentos. Sobre a formação patrimonial da Companhia de Jesus e da Ordem de São Bento nos trópicos, bem como os motivos envolvidos nas doações, ver: AMANTINO, Marcia; ENGEMANN, Carlos (org). **Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013; ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos**: o Cotidiano da Administração dos Bens Divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009; SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c.1580/ c.1690. Niterói: Editora da UFF, 2014

[179] ANCHIETA, Pe. José de. Informação da Província do Brasil para Nosso Padre – 1585. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 411

[180] Ibid., p. 421

proveniente da coroa portuguesa e parte gerada pela própria terra. De acordo com o senhor de engenho, havia, no Colégio, "muitos currais de vacas, onde [afirmam] que trazem mais de duas mil vacas de ventre, que nesta terra parem todos os anos, e tem outra muita granjearia de suas roças e fazendas onde tem todas as novidades dos mantimentos".[181] Ainda que esses letrados não tenham mencionado a origem do gado criado pelos jesuítas no século XVI, é bem provável que os animais tenham vindo de doações da Coroa ou de católicos, como aponta o Pe. Manuel da Nóbrega nas epístolas citadas.

No *Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*, que reúne os registros de doações e aquisição de terras feitas pela Companhia de Jesus em diferentes colégios instalados pelo Brasil entre os séculos XVI e XVII,[182] pode-se conhecer alguns dos indivíduos que legaram seus bens para essa ordem religiosa e, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a formação do rebanho jesuítico. É o caso de Pero Ferrás, Capitão da Capitania de São Vicente, que em 1566 concedeu meia légua de terras à instituição.[183] Na carta de doação, registrada na Vila de Santos, o capitão solicita que sejam dadas as terras de sesmaria "de hoje para todo o sempre" a fim de que seja atendida a petição do Pe. Manuel da Nóbrega, reitor do Colégio e responsável por comunicar que os padres traziam "sua criação de gado nos campos de Jaraybatibe, e porque têm muita necessidade de um pedaço de terra e matos".[184] A doação de Ferrás visava atender ao pedido dos religiosos e, ainda que não consistisse em cabeças de gado, as terras escolhidas foram destinadas à manutenção dos animais que, pouco a pouco, haviam sido adquiridos pelos jesuítas.[185] No registro de doação, Pero Ferrás ressalta esse propósito e pede "que lhe demarquem a dita meia légua onde não fora dado, para aí mandar fazer seus alimentos para o dito Colégio e para sua criação, em que receberá muita caridade".[186]

---

[181] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 112

[182] O *Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro* consiste em um manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional, em 1964 e transcrito entre 1965 e 1966. Nesse documento, constam registros de doações e compras de terrenos e propriedades datados dos anos de 1577 a 1673 e em diferentes colégios jesuíticos fundados nos trópicos, não apenas do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que foi apenas a partir de 1727 que o Conselho Ultramarino determinou que cada Colégio da Companhia de Jesus redigisse seu próprio livro de tombo. Cf. LIVRO de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 82, 1962, p. XVI

[183] [40] Carta de meia légoa de terra que se derão aos padres da Comp.ª no Rio de Jaraibatiba. *In*: LIVRO de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 82, 1962, p. 84

[184] Ibid., p. 84

[185] NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Francisco Henriques, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958, p. 349

[186] [40] Carta de meia légoa de terra que se derão aos padres da Comp.ª no Rio de Jaraibatiba. *In:* LIVRO de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Op. Cit., p. 84

Como se observa na concessão feita ao Colégio de São Vicente, os jesuítas não escondiam dos seus fiéis, sobretudo dos mais abastados, as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano e a necessidade de terrenos que lhes proporcionassem condições para o seu sustento, como era o cultivo de plantas e a criação de gado vacum. O interesse em contribuir com a manutenção dos jesuítas também foi manifestado por Jerônimo Leitão na doação feita aos religiosos do Colégio do Rio de Janeiro em 1576. Na carta, Jerônimo declara que os padres "tinham necessidade de terras para mantimentos e criação para sustentamento e aumento do dito Colégio da Companhia". [187] De acordo com o doador, as terras de Cabo Frio, situadas entre a ribeira de Tapirema e a Tapera de Paratigi, estavam em "matos maninhos", não sendo aproveitadas pelos que ali viviam. Por isso, poderiam ser destinadas aos "fins necessários para o serviço de Deus e para a salvação das almas dos portugueses (e doutrina dos gentios)".[188]

Outros católicos, para além de Jerônimo Leitão, doaram patrimônios materiais ao colégio jesuítico fundado na cidade do Rio de Janeiro. Contando com tal participação de parte da sociedade colonial, não tardou para que as posses jesuíticas se ampliassem na capitania e para que a ordem se tornasse, até meados do século XVIII, a possuidora de um dos maiores patrimônios dos trópicos. Na Fazenda Santa Cruz, adquirida pelos religiosos no final do século XVI,[189] o gado ocupou um lugar central. Em meados do século XVIII, a Fazenda contabilizava mais de sete mil cabeças de gado, sendo quinhentos para o sustento dos padres e dos assistidos pelo Colégio do Rio de Janeiro.[190] Os animais estavam divididos: o gado da residência de Santa Cruz, para o consumo dos que viviam naquele espaço, o gado do Colégio do Rio de Janeiro e o "gado dos escravos", composto pelos animais que eram administrados pelos cativos que

[187] [63] Dada de terras que deu Jerônimo Leitão no Cabo Frio (nos Búzios). *In*: LIVRO de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 82, 1962, p. 120

[188] Ibid., p. 120

[189] A Fazenda Santa Cruz foi edificada em um conjunto de terrenos oriundos de doações e compras feitas pelos jesuítas desde o fim do século XVI. Parte do terreno era oriundo de uma sesmaria concedida por Martim Affonso de Sousa a Christovão Monteiro, morador da Capitania de São Vicente. A sesmaria estava situada entre Sapeagoara e Guaratiba, estendendo-se por oito léguas no litoral do Rio de Janeiro e foi doada à Companhia de Jesus em 1589, após o falecimento de Monteiro. Na doação, a esposa de Monteiro registra estar doando metade das terras que possuía em Guaratiba, que consistia em uma sesmaria de oito léguas e solicita aos padres, "que me encomendem a minha alma e de meu marido a Nosso Senhor". A outra metade das terras ficou sob os cuidados de sua filha, Catharina Monteiro, que recebeu, pouco tempo depois da morte de seus pais, uma oferta da Companhia de Jesus para que aceitasse os terrenos da Ordem localizados em Bertioga – pertencentes ao Pe. Fernão Luiz Carapeta – e mais quarenta braças de terra nos arredores da Vila de Santos. Em troca, ela deveria conceder o restante das terras situadas em Guaratiba. Com a concordância de Catharina Monteiro, a Companhia de Jesus passou à posse efetiva das terras de Guaratiba. Ao longo do século XVII, os jesuítas dedicaram-se a ampliar seu patrimônio na região. Entre 1616 e 1656, os padres compraram novas terras em localização próxima e, na segunda metade desse século, as propriedades jesuíticas em Santa Cruz já contavam com a dimensão de dez léguas quadradas. Cf. HISTORIA da Imperial Fazenda de Santa Cruz. **Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo XXXVIII. Parte Segunda, 1875, p.165-177

[190] LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Tomo VI. Século XVIII-XVIIII – Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 57

trabalhavam na propriedade.[191] O excedente de animais era destinado à venda no comércio local, cujos valores arrecadados serviam para complementar os recursos necessários para atender às demandas das igrejas, dos padres e dos estudantes atendidos e, por isso, não ia de encontro aos regimentos da instituição.[192] Em casos excepcionais de falta de dinheiro para manutenção dos religiosos, o Colégio do Rio de Janeiro abria, temporariamente, um açougue no qual pudesse vender as carnes verdes aos moradores próximos, uma forma lícita e que seguia as orientações da Ordem.[193]

Além da ampla Fazenda Santa Cruz, os jesuítas administraram outras três fazendas nas proximidades do Rio de Janeiro: Campos dos Goitacazes, Campos Novos e Macaé. Semelhantes à Santa Cruz, as três instalações abrigaram criações de gado vacum, destinado aos mais diferentes fins e obtidos de maneira gradual por meio de compras feitas pela Companhia de Jesus e, principalmente, pelas doações destinadas à instituição. Na Fazenda de Goitacazes, também denominada "Fazenda do Colégio", os padres administravam, em meados do Setecentos, mais de vinte mil animais entre vacas, bois, cavalos e éguas.[194] A Fazenda de Campos Novos, que consistia em um conjunto de terras anexas à Aldeia de São Pedro de Cabo Frio, contou com um maior crescimento em finais do século XVII e no início da centúria seguinte, contabilizando cerca de mil e quinhentas cabeças de gado. Com a expansão de suas terras, que ocorreu durante a primeira metade do século XVIII, os jesuítas obtiveram um espaço capaz de fornecer pasto para cerca de vinte mil animais.[195] Ainda que os religiosos não tenham criado esse montante de bois e vacas em Campos Novos, os dados indicam as amplas dimensões e a fertilidade do terreno – apto a fornecer alimento a tantas criaturas.

Doações de terrenos para pasto, terras para fazendas e, principalmente, de gado vacum, também foram comuns no cotidiano de outras ordens religiosas que se instalaram no Brasil, como a Ordem de São Bento e a Ordem do Carmo. Nos diferentes espaços religiosos, a administração dos bens materiais parece ter seguido um padrão semelhante, isto é, os religiosos estavam proibidos de adquirir bens temporais para si próprios, mas com permissão para que nas casas, mosteiros e conventos houvesse itens doados. Assim, aos jesuítas beneditinos e

---

[191] LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Tomo VI. Século XVIII-XVIIII – Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 59

[192] ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos**: o Cotidiano da Administração dos Bens Divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 255

[193] Cabe ressaltar que a Fazenda Santa Cruz era um espaço de grandes dimensões e, por isso, demandava amplos recursos para a sua administração. Em seu interior, havia a criação de gado vacum e cavalar, equinos e ovinos, igreja, residência, hospedaria, escola de ofícios e de catequese, hospital, cadeia, oficinas de ferraria, tecelagem, carpintaria, casa de cala, de farinha, de arroz e de curtume, engenhos, estaleiros e roças de mantimentos, como mandioca, feijão e algodão. Cf. LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 57-58

[194] Ibid., p. 88

[195] Ibid., p. 93

carmelitanos coube o cuidado e a manutenção de tudo aquilo que servisse ao bom desenvolvimento do empreendimento missionário.[196]

Em relação às doações destinadas às instalações da Ordem de São Bento no Brasil, as motivações que levaram às ofertas de animais foram diversas. Em geral, é possível apreender que, além da caridade cristã, as doações consistiam em vínculos morais estabelecidos entre a gente abastada e as instituições religiosas. Membros da administração colonial, senhores de engenho e outros colonos cediam alguns de seus animais e, por meio dessas ações, solicitavam missas e celebrações que visavam contribuir para que alcançassem a salvação eterna. Nessas doações, as ordens religiosas eram compreendidas como agentes intermediários que auxiliavam a passagem desses colonos para o Paraíso.[197] Este parece ter sido o intuito de Gonsalo Novo de Lira e sua esposa Joanna Sarradas ao realizarem uma doação ao Mosteiro de São Bento de Olinda em 1608. Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação (?? – 1804)[198] reuniu a escritura da doação na *Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda*, escrita em 1763. Nela, consta que, em 17 de março de 1608, na Vila de Olinda, o casal realizou uma doação para a finalização das obras da Capela-Mor do convento, incluindo bens de raiz e alguns ornamentos. Junto dos recursos para

[196] Na *Regra do glorioso Patriarcha Sam Bento*, documento originalmente escrito por Bento de Núrsia, no século V e que ganhou sua primeira edição em língua portuguesa no ano de 1586, declara-se que os membros da Ordem de São Bento não devem ter bens próprios. De acordo com o capítulo XXXIII, os religiosos não devem receber nada sem mandato ou licença expedida pelo Abade do mosteiro, "nem ter coisa própria, nem livro, nem tábua para escrever, tinteiro, pena, e finalmente nenhuma coisa, pois que nem seus corpos nem suas vontades podem ter em seu poder". Tudo aquilo que fosse administrado pelo mosteiro apenas sê-lo-ia com a devida autorização concedida pelo Abade. Além disso, declara-se que "todas as coisas são comuns a todos [...] e ninguém se atreva a dizer ou ter alguma coisa por sua". O prevalecimento do bem comum também foi descrito na *Regra dos Frades da ordem da muito bemaventurada madre de Deus sempre virgem Maria do Monte do Carmo*, de 1195. O documento passou a integrar o *Compendio das Chronicas da Orde de Nossa Senhora do Carmo*, impresso pelos carmelitanos, em língua portuguesa, no ano de 1572. De acordo com as instruções legadas na *Regra*, os religiosos poderiam "ter lugares em ermos, ou onde quer que vos forem dados pertencentes e proveitosos às observações de nossa Religião". Esses lugares, frutos de doações, não seriam destinados ao usufruto pessoal dos religiosos, mas da Ordem como um todo. Nas instruções acerca da pobreza, o texto da *Regra* oferece maiores esclarecimentos sobre essa questão: "nenhum frade diga a alguma coisa ser a ele própria, mas ser-vos-ão todas as coisas comuns, e se distribuam a cada um pela mão do Prior, ou por algum frade por ele para isto deputado, segundo a cada um for maior: olhada a idade e necessidade de cada um". Cf. **REGRA do Glorioso Patriarcha Sam Bento**, tirada de latim em lingoaje Portuguesa, por indústria do muito R. P. F. Placido Villalobos Geral nesta Congregação de Portugal. Lisboa: Impressa por Antonio Ribeiro, 1586, p. 26; REGRA. Seguese a Regra dos Frades da ordem da muito bemaventurada madre de Deus sempre virgem Maria do Monte do Carmo. *In*: COELHO, Fr. João. **Compendio das Chronicas da Orde de Nossa Senhora do Carmo**, 1572, não paginado.

[197] SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c.1580/ c.1690. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 63-64

[198] Foram encontradas poucas informações acerca da vida do Frei Miguel Arcanjo da Anunciação. O frade dedicou boa parte de sua vida às funções de abade do Mosteiro de São Bento de Olinda, sendo responsável pela administração desse espaço entre os anos de 1769 e 1772, de 1778 a 1780 e de 1784 a 1786. Durante os anos de 1778 a 1780, entre o segundo e terceiro triênio como responsável pela casa beneditina, o religioso redigiu a *Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda*. Cf. FARAH, Karina Ferreira Gonçalves. **Sob a luz da Regra de São Bento:** Práticas e Suportes no Mosteiro de São Bento de Olinda (1778-1786). 2017. 157f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, p. 68-106, 2017.

a obra, foram doados "quinhentos cruzados em dinheiro, ou em açúcar [...] setenta e duas cabeças de vacas, e um molecão do Gentio de Guiné por nome Antônio" e outros objetos valiosos, como alampadas de prata, castiçais de latão e cortinas rendadas para a nova capela.[199] Em contrapartida à volumosa doação, o casal solicitou que a capela contasse com o brasão de armas da família, que o marido, a esposa e os seus descendentes diretos fossem sepultados no interior da capela e que os religiosos se dedicassem a "dizer duas missas rezadas a cada semana, enquanto o mundo durar".[200]

A partir desse testamento, é possível apreender um pouco sobre o valor atribuído ao gado vacum no cenário de trocas envolvendo uma família leiga e os religiosos de São Bento. Para os beneditinos, o gado valia para fins diversos, de alimentação a vestuário, compondo o patrimônio formado pela Ordem desde a sua instalação nos trópicos no final do século XVI. Já para o casal, a doação dos animais consistia em um empreendimento que, além de os aproximar do Paraíso, contribuía para perpetuar e sacralizar o nome da família, indício do *status* social que esses indivíduos alcançaram ao longo da vida e que seria relembrado por meio das celebrações religiosas, dos brasões e da capela ali construída.[201]

Doações como as que foram feitas pelo casal Novo de Lima e Sarradas parecem ter sido comuns ao cotidiano do mosteiro de São Bento de Olinda. Durante os anos de 1734 a 1736, período em que o Fr. Pedro de Jezus Maria governou essa casa beneditina, os religiosos administravam duas fazendas, a Fazenda de Mossurepe – onde havia trezentas formas para a fabricação de açúcar, um escravo, quatro novilhos e vários cavalos –, e a Fazenda de São Bernardo – onde eram criados dois bois, cinco novilhos e um cavalo.[202] Sob a gestão do Fr. Manoel do Deserto Landim, eleito abade em 1739, as fazendas do mosteiro ganharam novos recursos e foram ampliadas. Sobre a Fazenda de Jagoare, administrada pelo mosteiro de Olinda, o autor da *Cronica* registra que o Abade "meteu um cavalo para conduzir farinha para o Mosteiro". Em outras propriedades beneditinas, o Fr. Landim adquiriu "doze bois de carro e lhe meteu mais outros tirados do curral" e, para uma delas, direcionou alguns bois de carro e novilhos que haviam sido obtidos em um outro curral cuidado pelos monges.[203] Apesar de o autor da *Cronica* não ter apresentado a origem de todos os animais – gado vacum e cavalar –, é provável que eles tenham sido provenientes de doações concedidas aos religiosos, tanto de

[199] ANUNCIAÇÃO, Fr. Miguel Arcanjo da. **Cronica do Mosteiro de S. Bento de Olinda até 1763**. Pernambuco, 1940, p. 46
[200] Ibid., p. 47
[201] SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c.1580/ c.1690. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 65
[202] ANUNCIAÇÃO, Fr. Miguel Arcanjo da. Op. Cit., p. 46
[203] Ibid., p. 111

animais vivos, quanto de dízimos que foram utilizados pelos padres na aquisição de bois e cavalos.

As doações feitas por famílias aos religiosos da Ordem de São Bento não se limitaram a Pernambuco, podendo ser encontradas nos registros produzidos pelas casas beneditinas em outras capitanias. A *Chronica do Mosteiro de N. S. do Mont-Serrat da Parahiba do Norte*, redigida por Joaquim José da Silva Castro[204] e impressa em meados do século XIX, apresenta diversas informações sobre o patrimônio beneditino construído na região.[205] Residindo nas proximidades do Rio Paraíba desde finais do século XVI, os beneditinos instalaram-se em um terreno obtido por meio dos pedidos do governador de então, Feliciano Coelho de Carvalho. De acordo com a *Chronica*, em 1599, os beneditinos começaram a formar seu patrimônio em terras paraibanas em um terreno de três léguas nas margens do rio Paraíba e, pouco tempo depois, receberam parte dos bens doados por um padre, com a quantia de cem mil réis para sustento dos monges. Com a invasão holandesa, os beneditinos retiraram-se da capitania, retornando em 1660. A partir de então, dedicaram-se a recuperar, ao menos em parte, o patrimônio que haviam acumulado antes da presença neerlandesa na região.

Em finais da década de 1660 e sob o comando de Fr. João Gondim, o mosteiro recebeu valiosas doações de Antônio Corrêa de Valadares e de sua esposa D. Catharina de Valcacer. Silva Castro aponta que, entre os bens concedidos ao mosteiro, esteva "um partido[206] de canas de meia moenda, obrigado ao engenho Itapuá", resultando em uma expansão de três mil braças de terra dos domínios beneditinos, "uma morada de casas" localizadas atrás da igreja matriz e um conjunto de "vinte e quatro escravos, cinco juntas de bois[207], e quatro carros".[208] Considerando que cada junta de bois consistia em dois animais, o casal concedeu, ao todo, dez

---

[204] Joaquim José da Silva Castro era natural da província da Paraíba. Em 1859, o letrado dedicou-se à escrita da *Chronica do Mosteiro de Nossa Senhora do Mont-Serrat da Parahiba do Norte* a partir dos documentos ofertados pelo Abade Geral Frei Saturnino de Santa Clara Antunes de Abreu à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionario Bibliographico Brazileiro**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 178

[205] CASTRO, Joaquim José da Silva. Chronica do Mosteiro de N. S. do Mont-Serrat da Parahiba do Norte. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil**, Rio de Janeiro, Tomo XXVII, Parte Primeira, p. 117-147, 1864.

[206] Partido remete à metade de uma determinada quantidade. Nesse caso, provavelmente metade da quantia de canas-de-açúcar disponíveis ao casal. Cf. PARTIDO. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 291

[207] A junta de bois consistia em dois bois unidos por meio de um instrumento de madeira para guiarem o carro de bois. Cf. JUNTA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 225

[208] CASTRO, Joaquim José da Silva. Op. Cit., p. 125

bois para o mosteiro. Nesse caso, a doação do gado foi acompanhada por escravos e carros de boi, indício de que, muito provavelmente, foram destinados aos ofícios promovidos pelos religiosos. Para que os donativos fossem entregues ao mosteiro, o casal Moraes e Valcacer demandaram a reciprocidade dos beneditinos, alegando que todos os bens seriam disponibilizados aos religiosos "sob a condição de se dizerem anualmente duas capelas[209] de missas por suas almas, e de se não entregarem os bens doados se não depois da morte de ambos".[210] Segundo o cronista, os beneditinos atenderam aos pedidos do casal e tomaram posse dos bens doados em 1688. A partir dessa data, iniciaram, então, as missas que foram solicitadas.

As doações de gado ao mosteiro de Nossa Senhora de Mont-Serrat parecem ter se intensificado em finais do Seiscentos e início do Setecentos. Em 1733, Fr. Bernardo da Encarnação tornou-se abade e, durante seu triênio, dedicou-se a concluir as obras que estavam em andamento nas propriedades beneditinas, como a transferência da portaria e do refeitório do convento. De acordo com Joaquim Castro, em 1736, o abade foi responsável pela criação de uma "fazenda de gado, que possui no Campo Grande", ampliando as posses beneditinas na capitania da Paraíba do Norte.[211] Ainda que o cronista não tenha apresentado maiores informações sobre essa fazenda, é possível apreender que, desde a doação do casal Moraes e Valcacer, a quantidade de gado administrada pelos beneditinos aumentou, seja pela reprodução dos animais doados no século XVII, seja pelas novas doações destinadas aos cuidados beneditinos.

Na capitania de São Paulo, a instituição contou com um significativo volume de gado, decorrente também de doações feitas aos religiosos. De acordo com o *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, organizado pelo Abade Fr. Angelo do Sacramento[212] em 1766, a casa beneditina reunia, na década de 1660, duzentas cabeças de gado e, para administrá-los, os religiosos solicitavam à Câmara da vila de São Paulo "dois sítios para dois currais da parte do Rio Tamanduatiy".[213] Na *Carta de Data* redigida por Fr. Gabriel da

---

[209] A capela constitui em bens vinculados em heranças com obrigatoriedade da reza de missas e outros ofícios destinados à alma do doador. Cf. CAPELLA. *In*: SILVA, Antonio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 341

[210] CASTRO, Joaquim José da Silva. Op. Cit., p. 125

[211] Ibid., p. 131

[212] Foram poucas as informações encontradas sobre o Frei Angelo do Sacramento Fernandes Lima. Sabemos, apenas, que o religioso era natural de Salvador e que ingressou à Ordem de São Bento em 1739, indícios de que, provavelmente, o religioso tenha nascido em finais do século XVII ou início do século XVIII. Cf. SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c.1580/ c.1690. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 292

[213] [1666] Treslado da Carta de data da Camara desta cidade de Sam Paulo em q' nos dam dous sítios da banda do rio, pª dous curraes, hum defronte deste mostrº, e outro defronte da olaria de Francº de Siqrª. *In*: **LIVRO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**. Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que

Natividade (?? – 1677)[214] e endereçada aos membros da Câmara, o beneditino relata que os terrenos solicitados eram para a proteção de "todos os bens que possui" – as duzentas cabeças de gado – e que, por não estarem à vista do mosteiro, os animais corriam o risco de serem roubados. No comunicado, os religiosos indicam dois terrenos que desejavam adquirir para a edificação dos currais: um dos sítios estava situado em frente ao mosteiro, e o outro, em frente à "olaria de Francisco de Siqueira", a quem os beneditinos se dispunham a pagar o foro necessário para aquisição.[215]

A preocupação em proteger os animais evidencia a importância atribuída ao gado pelos religiosos. Como relata o beneditino, as duzentas cabeças consistiam no único patrimônio adquirido e administrado pelos monges naqueles meados do Seiscentos. Ainda que seu uso não tenha sido mencionado pelo cronista, é provável que os animais servissem tanto ao sustento dos religiosos, com carne e leite, quanto como um objeto de negociações futuras, já que poderiam ser vendidos a valores atrativos. A origem dos animais não foi mencionada nessa *Carta*, mas é possível obter informações de outros animais e terrenos que foram oferecidos aos beneditinos de São Paulo no mesmo *Livro do Tombo.* Em meados do século XVIII, o Pe. Francisco de Xavier, sacerdote secular da Ordem de Cristo, doou todos os seus bens ao mosteiro paulista. Em consonância com a escritura de doação, datada de 1752, foram doados vinte e seis escravos, um conjunto de casas térreas, "doze cabeças de gado vacum" e mais "três éguas mansas com suas cangalhas para condução [e] dois cavalos".[216] Nessa doação, feita por um religioso a um conjunto de religiosos, também há registro da relação de reciprocidade. O doador requeria que, do momento da doação até a sua morte, ele pudesse manter a posse de alguns escravos e de um cavalo, a fim de continuar suas atividades e pagar dívidas pendentes. Perto de seu falecimento, o Pe. Francisco de Xavier solicitava que, "na hora da sua morte lançar lhe o santo hábito, e fazer-lhe os sufrágios que se costumam fazer a qualquer religioso", e que esse processo fosse

integra a coleção de códices do arquivo do Mosteiro, por Dom Martinho Johnson. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977, p. 13

[214] Não encontramos muitas informações acerca da vida do Frei Gabriel da Natividade. De acordo com o *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, o frade foi eleito presidente do Mosteiro de São Bento de Santos em 1659 e, pouco tempo depois, em 1662, assumiu como Abade do Mosteiro de São Bento Bento de São Paulo, onde veio a falecer em 1677. Cf. [1666] Treslado da Carta de data da Camara desta cidade de Sam Paulo em q' nos dam dous sítios da banda do rio, pª dous curraes, hum defronte deste mostrº, e outro defronte da olaria de Francº de Siqrª. *In*: **LIVRO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**. Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que integra a coleção de códices do arquivo do Mosteiro, por Dom Martinho Johnson. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977, p. 15-16

[215] Ibid., p. 14

[216] Treslado de escritura de doação, q' faz o Rdo Pe Francisco de Xavier, presbítero do habito de Sam Pedro ao Mosteiro do Patriarca Sam Bento desta cidade de Sam Paulo em q' he dom Abbade o Rdo Pe Fr. Jeronimo da Asenção na forma, e condiçoens abaxo declaradas. *In*: **LIVRO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**. Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que integra a coleção de códices do arquivo do Mosteiro, por Dom Martinho Johnson. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977, p. 63

conduzido com "bom agasalho e caridade".[217] Os pedidos solicitados pelo doador em muito se distanciam das solicitações feitas por leigos que, em muitos casos, viam no momento da doação uma possibilidade de exaltação do próprio nome e de seus descendentes. No caso do Pe. Xavier, os requerimentos se assemelham mais a uma tentativa de assegurar, sob registro do tabelião, a realização de um enterro preparado em conformidade com a vida de um homem que se dedicou aos ofícios da Igreja Católica.

Instalada no Brasil nas últimas décadas do Quinhentos, a Ordem do Carmo também se dedicou a administrar diferentes bens, de imóveis a animais, que lhes foram ofertados pelos colonos católicos. De acordo com registros reunidos no *Tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro*, em meados do Seiscentos, a instituição já criava alguns animais em suas propriedades.[218] Em 1660, quando o Capitão Sebastião Mendes da Silveira repassou seu engenho e suas terras localizadas em Guaratiba para a posse dos carmelitanos, o doador solicitou que deixassem registrado que "os ditos religiosos [podem] trazer nos pastos do dito engenho de Santo André seus bois para a fábrica de olaria".[219] A permissão para o trânsito dos animais em suas posses garantia não apenas o sustento do gado carmelita, mas também a possibilidade de utilizar os bois na extração de madeiras que "forem necessárias para as obras dos seus conventos e casas", como registra o doador.[220] Nesse cenário, apreende-se que o gado não esteve restrito ao consumo dos frades e de seus assistidos, tendo sido incorporado em atividades voltadas à manutenção do prédio do convento e das propriedades da ordem.

Ainda que essa escritura de troca de terras[221] não conte com informações sobre a origem do gado carmelita, outros registros reunidos no *Livro de Tombo* permitem conhecer as doações

---

[217] Treslado de escritura de doação, q' faz o Rdo Pe Francisco de Xavier, presbítero do habito de Sam Pedro ao Mosteiro do Patriarca Sam Bento desta cidade de Sam Paulo em q' he dom Abbade o Rdo Pe Fr. Jeronimo da Asenção na forma, e condiçoens abaxo declaradas. *In*: **LIVRO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**. Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que integra a coleção de códices do arquivo do Mosteiro, por Dom Martinho Johnson. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977, p. 64

[218] TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. LVII, 1939.

[219] Treslado de Escritura de Retificação, posse, concerto e troca feita entre os Reverendo Padres de Nossa Senhora do Carmo e Sebastião Mendes da Sylveira – 1660. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 252

[220] Ibid., p. 252

[221] O propósito da escritura foi retificar a posse e troca de bens realizadas pelo Capitão Sebastião Mendes da Silveira ao Convento de Nossa Senhora do Carmo. Neste caso, o doador desejava repassar terras aos padres e solicitar que os religiosos deixassem o Engenho de Santo André e se dedicassem aos cuidados do Engenho e das terras situadas em Guaratiba. Como justificativa, o Capitão Silveira pontuava que neste espaço os carmelitas teriam a possibilidade de se tornarem, não apenas administradores, mas senhorios da fazenda situada em Guaratiba. Cf. Treslado de Escritura de Retificação, posse, concerto e troca feita entre os Reverendo Padres de Nossa Senhora do Carmo e Sebastião Mendes da Sylveira – 1660. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora

envolvendo animais. Hieronimo Velloz Cubas e sua esposa, Beatris Alveres, por exemplo, em escritura datada de 1629, repassaram aos frades carmelitas as suas terras situadas em Guaratiba, junto de tudo que estivesse presente nos terrenos, isto é, "todos os seus bens móveis e de raiz, escravos e criações".[222] No registro, o casal Cubas e Alveres apresenta suas condições para concretizar a doação. A pedido dos doadores, todos os bens seriam entregues à administração carmelitana após a morte do casal e, a partir desse momento, um conjunto de missas, orações e ritos passariam a ser ministrados pelos sacerdotes:

> no dia do falecimento de cada um deles os ditos Religiosos os acompanharão à sepultura, e lhes darão seus hábitos, em que irão amortalhados, e no mesmo dia de seu enterro lhe farão um ofício de nove lições de corpo presente, e sete missas rezadas no dia de cada um deles, e não havendo lugar no mesmo dia se lhes dirão ofício e missas no dia seguinte.[223]

A reciprocidade que o casal solicitava não se limitava às celebrações fúnebres, mas envolvia obrigações perpétuas que consistiam em nove lições[224]: "um de oito dias, e o outro no cabo de ano a cada um deles"; cento e sessenta e cinco missas nos momentos de encerramento do Rosário de Nossa Senhora; um trintário[225] em cada um dos Rosários; e "três missas do dia do Natal, todos os anos para intenção deles doadores para sempre".[226] Ainda que as solicitações tenham sido muitas, os religiosos manifestaram sua concordância e, no final do documento, assinam a escritura "com a obrigação dela em fé".[227] No registro, não há informações sobre as dimensões das terras ou a quantidade de animais repassados aos religiosos, mas, a partir da reciprocidade solicitada pelo casal, é possível supor que a doação consistia em recursos de grande valor e que em muito poderiam contribuir para o empreendimento construído pelos

---

do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 250-251

[222] Treslado da escritura dada da doação q' Hieronimo Vellozo Cubas fes aos Reverendos PP. Do Carmo da Capella Nossa Sr.ª do desterro de Guaratiba. 1629. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 201

[223] Ibid., p. 201

[224] A lição consistia na leitura do Breviário, trecho oriundo da Sagrada Escritura, das obras redigidas por algum Padre ou da vida de algum Santo que se esteja festejando naquele dia. Em determinadas celebrações católicas, o número de lições poderia ser maior, como ocorria no tempo pascal, em que três lições eram proferidas. Cf. LIÇÃO. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 118

[225] O trintário compreendia trinta missas continuadas pelo período de trinta dias, sendo obrigatória a realização da última missa ao final de um Ofício, que consiste na parte do Breviário que os religiosos rezavam diariamente. Cf. TRINTARIO. *In*: BLUTEAU, Raphael. Op. Cit., p. 294; OFFICIO. *In*: BLUTEAU, Raphael. Op. Cit., p.49-50

[226] Treslado da escritura dada da doação q' Hieronimo Vellozo Cubas fes aos Reverendos PP. Do Carmo da Capella Nossa Sr.ª do desterro de Guaratiba. 1629. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 201

[227] Ibid., 202

carmelitas no Rio de Janeiro. Do mesmo modo, as solicitações revelam que o casal, dotado de posses, desejava garantir, além de uma boa morte,[228] a manutenção de sua memória pela eternidade, como se nota pela obrigação perpétua assinada pelos religiosos.

Doações voluntárias, como as que foram feitas pelo casal Cubas e Alveres, multiplicam-se nas escrituras do Convento de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro. Em algumas situações, no entanto, os religiosos solicitaram, eles mesmos, maiores e melhores terrenos que servissem para garantir a manutenção do gado e deles próprios. Em 1632, Mariana de Souza da Guerra, donatária da capitania de São Vicente, deixou registrado, em sua carta de doação de terras de sesmaria, os seguintes dizeres: "o Reverendo Padre Prior e mais religiosos do Convento de Nossa (Senhora) do Carmo do Rio de Janeiro me fizeram petição dizendo nela não tinham terras para lavrar nem menos para pastos de suas criações".[229] Diante dos pedidos que lhes foram feitos, a Condessa de Vimieiro concedeu duas léguas de terras posicionados em uma quadra com campos e lagoa de água doce. É bem provável que a escolha da doadora pelas terras com um pouco de água tenha sido pensada para benefício dos animais criados e daqueles que seriam adquiridos ao longo dos anos.

A busca carmelita por terrenos férteis estendeu-se por décadas e abarcou diferentes regiões da capitania do Rio de Janeiro. Em finais do Seiscentos, Jorge Correa, capitão e lugar-tenente residente na capitania de São Vicente, também atendeu aos pedidos carmelitas por melhores terrenos no litoral brasílico. De acordo com a "data de terras" registrada em 1696, o Pe. Fr. Pedro Vianna, Prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro à época, enviou uma petição ao capitão, informando que "eles padres viviam pobremente [...] pela pobreza da terra e que para seu sustentamento e fazerem suas obras lhes era necessário terem criações".[230] Além da ausência das criações – possivelmente o gado vacum –, Prior alega a falta de terras para tal atividade, por isso pede ao capitão: "[os irmãos] me pediam que respeitando

---

[228] Entre os séculos XVII e XVIII, diferentes letrados católicos escreveram sobre a importância de os colonos manterem uma vida virtuosa, a fim de que preparassem sua alma para uma boa morte. Em sermões, pregações e outros escritos, religiosos e homens leigos advertiam os colonos de que a preparação para o passamento ocorria bem antes da morte e não envolvia apenas a obtenção dos sacramentos, mas também o exercício das virtudes cristãs, como a prudência, a temperança e a caridade. Sobre as preocupações dos colonos com a boa morte, ver: SANTOS, Clara Braz dos. **O Exercício moral de memória da morte**: escritos religiosos do Brasil Colonial. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

[229] Treslado das terras da Guratiba porq' consta claramente o que nos pertence ... 1579 E De duas Leguas de terra em quadra na lagoa de Inhetirohaba Em cananea ... 1632 E de hua legoa de terra no cabo frio. E de hua Ilha chamada comprida ... 1622 E duas legoas para o certam na Ilha grande. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 279

[230] Treslado de hua data de terras a saber hua legoa de terra em quadra (no Cabo Frio) 1696. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 283

o bom serviço que faziam a Deus e ao Povo lhe desse em nome do Senhor governador [...] no Cabo Frio uma légua de terra de sesmaria tanto de largo como de comprido".[231] Jorge Correa alega, na carta de doação, que, ao receber a petição, considera como sendo "justo o que pede" e, por isso, doou a sesmaria nas dimensões solicitadas, registrada como uma doação de terra "deste dia para todo sempre com todas entradas e saídas e logradouros fora de todos os tributos, somente o dízimo a Deus de houverem de pagar".[232]

Se por um lado o gado serviu como instrumento para católicos se aproximarem da salvação de suas almas, por outro, foi um recurso fundamental para a manutenção das ordens religiosas entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Ao lado das roças e dos pomares que os religiosos criaram em conventos, colégios e mosteiros, o gado vacum esteve presente no cotidiano vivido pelos missionários, servindo como auxílio nas atividades domésticas e rurais, fonte de couro e carne, e como um recurso a ser comercializado ou trocado nas praças comerciais.

4.4 Perigos, pragas e incômodos

Na visão dos letrados católicos, todos os seres desenhados por Deus desempenhavam um determinado papel na obra da criação. Nos trópicos, um cenário em que muitos viram traços do paraíso terreal, as aves encantavam pela beleza de suas cores, as antas e as capivaras eram valiosas em suas carnes e o gado vacum servia aos mais diferentes fins, inclusive para o andamento do empreendimento missionário. Sob os olhares de padres, freis e demais católicos, até mesmo os animais perigosos e as "pragas" brasílicas mostravam-se úteis à vida humana, como se observa no *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa. Ao escrever sobre os sapos e as rãs da Bahia quinhentista, o letrado evidencia que esses animais, ainda que "imundos", eram valiosos ao mundo criado por Deus:

> Como não há ouro sem fezes, nem tudo é a vontade dos homens, ordenou Deus que entre tantas coisas proveitosas para o serviço dele, como fez na Bahia, houvesse algumas imundícies que os enfadasse muito, para que não cuidassem que estavam em outro paraíso terreal.[233]

---

[231] Treslado de hua data de terras a saber hua legoa de terra em quadra (no Cabo Frio) 1696. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 283

[232] Ibid., p. 283.

[233] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 245

Como observado pelo senhor de engenho, as pragas e as imundícies serviam para lembrar da queda de Adão e Eva e sua expulsão do Jardim do Éden, primeiro paraíso criado por Deus.[234] Enquanto Éden contou com bestas da terra, peixes do mar e aves do céu, o mundo em que os primeiros pais viveram foi preenchido por todas essas criaturas, e outras como as pestilências, as pragas e as imundícies. No paraíso terreal, não mais o paraíso edílico, os homens precisaram aprender a lidar com seres vivos que atrapalharam atividades agrícolas e colocavam sua vida em risco. Na América Portuguesa, seres perigosos e peçonhentos eram encontrados em abundância e ganharam os mais diferentes contornos nas narrativas escritas entre os séculos XVI, XVII e XVIII, como apresentaremos a seguir.

Para os católicos, alguns animais perigosos eram úteis aos moradores da colônia, pois serviam para que Deus manifestasse seu descontentamento perante os pecados cometidos. Ir. Vicente Rodrigues, ao escrever aos padres e irmãos da Companhia de Jesus de Coimbra, relata que os ataques feitos por cobras eram castigos aos homens que resistiam em viver de acordo com os ensinamentos cristãos. Residindo na Bahia, em 1552, o jesuíta relata que os missionários vinham convertendo muitos indígenas, mas que alguns optavam por "retornar aos seus costumes". Diante desses atos, Deus os castigava de diferentes maneiras: "foi a mortandade entre eles tanta, que foi coisa estranha, principalmente pelos filhos e filhas menores [...] mas querendo o Senhor provar a sua glória e avisar os que lá iriam, para que guardassem os seus mandamentos e andassem com medo".[235] Ainda que não tenha mencionado quais hábitos estavam sendo retomados pelos indígenas após a conversão ao cristianismo, é possível que o religioso se referisse às práticas de concubinato, antropofagia e culto a diferentes entidades, atos condenados pelos jesuítas.[236]

Além das doenças que geraram mortes de adultos e crianças, explica Ir. Rodrigues, alguns animais complementaram a punição divina. De acordo com o irmão, em dias de festas católicas e domingos, os indígenas da Bahia iam às roças de mantimentos e, em um desses dias,

---

[234] Genesis 3, 23-24. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 2

[235] "y queriendo el Señor castigarlos, fué la mortandad em ellos tanta, que fué cosa estranna, maiormente por los hijo y hijas más pequenas, los quales parecen no tener culpas; mas queriendo el Señor poblar la gloria y avisar los que quisiesen allá ir, de manera que guarden sus mandamentos, andan tam attemoriçados". Cf. RODRIGUES, Ir. Vicente. Do Ir. Vicente Rodrigues aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae. Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 303

[236] Como forma de auxiliar e melhor organizar o empreendimento missionário, os jesuítas dedicaram-se à criação de aldeias, espaços em que seriam ministradas a catequese e os sacramentos católicos, além do estabelecimento de leis que punissem aqueles que ingerissem carne humana e que incentivassem comportamentos virtuosos, como o casamento com uma única esposa, o uso de vestimentas adequadas e o combate às práticas de feitiçaria. Cf. NVES, Luis Felipe Baêta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 113

"os morderam algumas bestas feras, assim como víboras". Alguns indivíduos apenas "passaram pela morte", enquanto outros morreram devido ao veneno inoculado em seus corpos.[237] Para o jesuíta, o desrespeito ao mandamento cristão em um dia que deveria ser guardado para momentos de descanso e oração foi o principal motivo para a ira divina. Por meio da víbora que atacou, mordeu e matou os indígenas, Deus manifestou seu descontentamento diante do abandono da lei cristã.[238]

Se para os jesuítas Deus demonstrava sua ira por meio dos elementos naturais, como as cobras peçonhentas, alguns indígenas acreditavam que os demônios se manifestavam através de animais perigosos. Domingos Loreto do Couto, autor de *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, relata que os indígenas creem "invisivelmente no Diabo nas ridículas formas de mosquito, sapos, ratos, e outros animais imundos, e desprezíveis".[239] A associação do demônio a esses animais muito provavelmente esteve associada ao incômodo provocado por picadas de mosquitos, ao veneno das cobras e à imundície comumente associada aos ratos. O beneditino, no entanto, demonstra não partilhar da mesma crença sobre a manifestação demoníaca, considerando "ridícula" a representação do demônio nessas criaturas.

Ainda que católicos e indígenas tenham interpretações distintas acerca dos significados atribuídos aos pequenos animais terrestres, observa-se que, em geral, sapos, rãs, víboras e insetos estiveram associados aos incômodos, aos perigos e às peçonhas que afligiam a vida dos residentes nos trópicos. No caso dos letrados, a associação dos animais a aspectos nocivos e prejudiciais muito provavelmente se deve ao entendimento de que grande parte dessas criaturas eram oriundos da geração espontânea, principalmente de matéria orgânica em decomposição ou do clima muito quente. Fernão Cardim, que escreveu sobre o mundo natural dos trópicos na segunda metade do século XVI, concluiu que o calor era o elemento responsável pelo grande número de animais peçonhentos encontrados na América Portuguesa. Em sua obra *Do clima e terra do Brasil*, o jesuíta escreve: "parece que este clima influi peçonha, assim pelas infinitas

---

[237] RODRIGUES, Ir. Vicente. Do Ir. Vicente Rodrigues aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae. Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956, p. 303-304

[238] De acordo com a literatura bíblica, Deus desceu até Moisés no Monte Sinai e lhe ofereceu as leis que deveriam orientar a vida dos cristãos. Em meio aos dez mandamentos, estavam as orientações sobre santificar o dia de sábado, dia em que não seriam realizados trabalhos manuais por nenhum indivíduo – homem livre ou escravo –, e nem animais. Cf. Êxodo 20, 8-11. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 46

[239] COUTO, D. Domingos de Loreto. Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XXIV, 1902, p. 64

cobras que há, como pelos muitos alacrás, aranhas, e outros animais imundos, e as lagartixas são tantas que cobrem as paredes das casas, e agulheiros delas".[240]

Para contemplar as "infinitas" cobras em sua obra, Cardim as dividiu entre cobras providas e desprovidas de peçonhas. Daquelas consideradas peçonhentas, o jesuíta considerou a igbigbóboca, denominada "cobra dos corais", como "a mais peçonhenta de todas" e encontrada em diferentes lugares – campos, matos e casas –, se escondendo em camas e sapatos e mordendo aqueles que, ao calçarem suas botas, não identificavam sua presença. O dano gerado pelo animal era tanto que o jesuíta declara: "não se pode explicar a grande veemência que tem estas cobras peçonhentas sobreditas, nem as grandes dores que causam, nem as muitas pessoas que cada dia morrem delas".[241] Por se tratar de uma espécie natural do Novo Mundo,[242] é provável que Cardim ainda não tivesse conhecido animal com tamanha peçonha e, por isso, não esconde suas dificuldades em dimensionar os impactos gerados. Para demonstrar os danos causados pela igbigbóboca, o religioso baseia-se nas impressões dos seus confrades:

> Indo os irmãos para o repouso as acham [as cobras] nele, enrodilhadas nos pés dos bancos, e se lhe não acodem, quando mordem, sarjando-lhe a ferida, sangrando-se, bebendo unicórnio, ou carimã, ou água do pau de cobra, ou qualquer outro remédio, eficaz, em 24 horas, e menos, morre uma pessoa com grandes gritos, e dores, e são tão espantosas, que como uma pessoa é mordida logo pede confissão, e faz conta que morre, e assim dispõem de suas coisas.[243]

No final do século XVI, período em que Cardim escreve sua narrativa, o jesuíta parece conhecer alguns dos contravenenos adotadas pelos naturais dos trópicos para eliminar a peçonha ou aliviar as dores geradas pela mordida da cobra coral, como, por exemplo, a ingestão do unicórnio, que consistia no preparo do corno da ave anhuma com águas bezoárticas. A carimã, nome dado às raízes da mandioca após terem sido lavadas e secas sob fumaça, contava com virtudes medicinais que foram relatadas pelo próprio Cardim. Nas palavras dele, a carimã era um "grande remédio contra a peçonha, principalmente de cobras".[244] O pau-de-cobra não foi mencionado pelo jesuíta em sua obra, mas consistia em uma planta conhecida dos portugueses e considerada valiosa para combater o veneno de cobras, expurgar lombrigas e

---

[240] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 48
[241] Ibid., p. 48-49
[242] SILVA FILHO, Wellington Bernardelli. **As pragas do paraíso**: descrições dos insetos e animais considerados inferiores na América Portuguesa do século XVI. 124f. 2013. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013, p. 53
[243] CARDIM, Fernão. Op. Cit., p. 49
[244] Ibid., p. 70

remediar os danos gerados por bexigas e sarampos.[245] Apesar dos contravenenos mencionados, o jesuíta não deixa de assinalar que, se houvesse demora na ingestão das mezinhas, o melhor a se fazer era a prática da confissão, pois, diante da morte iminente, seria possível garantir, ao menos, o conforto e o descanso da alma.

As experiências vividas por Cardim, bem como o constante contato com colonos e indígenas, permitiu ao religioso reunir informações detalhadas acerca das cobras e dos venenos por ela inoculados. Quando se dedicou a versar sobre a jararaca, o padre ressaltou que o seu nome contemplava cerca de quatro gêneros de cobras peçonhentas, de tamanhos e cores distintas. A jararacuçu era uma das maiores com cerca de dez palmos de comprimento, grandes presas e veneno poderoso, de cor "amarela como água de açafrão" e que permanecia em sua gengiva ou dentes, como aponta o padre.[246]

Enquanto igbigbóboca e jararacuçu mostravam-se perigosas pela potência de seu veneno, cobras desprovidas de veneno, como a "giboia", eram, em alguns casos, até mais mortais do que as peçonhentas. Maior do que as jararacas, as jiboias chegavam a vinte pés de comprimentos, tamanho que lhes permitiam engolir "um veado inteiro". Segundo Cardim, a grande cobra não contava com dentes proporcionais ao seu corpo e, por isso, sua alimentação acontecia a partir do estrangulamento de suas vítimas, como explica o religioso:

> estende-se pelos caminhos, e em perpassando a caça lançam-se sobre ela, e de tal maneira se enrodilha, e aperta que lhe quebre quantos ossos tem, depois a lambe, e o seu lamber tem tal virtude que a moe toda, e então a engole, e traga.[247]

---

[245] Um dos primeiros registros em língua portuguesa sobre o "pau de cobra" foi produzido pelo médico Garcia de Orta (1501-1568) em *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India*, impresso em Goa no ano de 1563. No livro, que consiste em um registro das plantas encontradas no Oriente e seus usos medicinais, o português apresenta o pau-de-cobra como uma mezinha "muito apropriada [para] a peçonha das serpentes ou cobras, e disto ser experimentado para as lombrigas: e para as bexigas, e sarampo". De acordo com Garcia de Orta, a raiz era comum nos territórios da Índia, principalmente na Ilha do Ceilão, espaço em que eram encontradas muitas serpentes, como as cobras de capelo – identificadas nos *Coloquios* como "Regulus serpens" – e, para combater as mordeduras desse animal, "deu Deus nela [a ilha] este pau de cobra, e soubesse aproveitar para a mordedura dela". Para aqueles que fossem mordidos pelas cobras, a recomendação escrita por Orta era de que mordesse um pedaço da raiz e molhasse as suas mãos com o sumo da planta, devendo passar as mãos pela cabeça, pelo corpo e nas partes que soubesse ter sido atingidas. Não é possível afirmar que Fernão Cardim tenha sido um leitor dos *Coloquios* escritos por Garcia de Orta, porém, tendo em vista a impressão da obra em Goa e sua circulação entre os colégios da Companhia de Jesus situados na Ásia, considera-se a possibilidade de que os conhecimentos acerca dos recursos naturais asiáticos tenham sido divulgados entre os espaços frequentados pelos jesuítas. Cf. ORTA, Garcia de. **Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalguas cousas tocantes a mediçina, pratica, e outras cousas boas**. Goa: Joannes de endem, 1563, p. 156-159; CARVALHO, Teresa Nobre de. A Behind-the-Scenes Glimpse into the Princeps Edition of "Colóquios dos simples" (Goa, 1563). **Early Science and Medicine**, Leiden, v. 21, n. 2/3, 2006, p. 246

[246] CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar. *In*: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925, p. 47

[247] Ibid., p. 45-46

A abundância e a diversidade de cobras encontradas nos trópicos contribuíram para que, desde finais do século XVI, essas criaturas povoassem as narrativas redigidas em língua portuguesa. No *Tratado descriptivo do Brasil*, Gabriel Soares de Sousa dedicou mais de um capítulo para versar sobre esses animais, como escreve: "agora cabe aqui dizermos que cobras são estas do Brasil, de que tanto se fala em Portugal e com razão; porque tantas e tão estranhas, não se sabe onde as aja".[248] Com o intuito de evidenciar as estranhezas que envolviam as espécies brasílicas, o letrado inicia o capítulo pelas grandes "giboias", de cinquenta a sessenta palmos de comprimento. O senhor de engenho parece se surpreender com os métodos adotados pela jiboia para se alimentar de porcos d'água, porcos terrestres, veados e até indígenas, todos ingeridos "sem mastigar, nem espedaçar".[249] Gabriel Soares de Sousa pontua que o animal era capaz de matar a sua presa unicamente com a força de seu próprio corpo e, para isso, "cingem-se com ela muito bem, e como tem segura a presa, buscam lhe o sesso com a ponta do rabo, por onde o metem até que matam [...] e como tem morta a caça, moem-na entre os queixos para a poder engolir".[250] Após se empanturrar com o animal, a jiboia inicia o seu longo processo de digestão, que foi descrito pelo senhor de engenho com os seguintes detalhes:

> como se sente pesada, lança-se ao sol como morta, até que lhe apodrece a barriga, e o que tem nela; do que dá o faro logo a uns pássaros que se chamam urubus, e dão sobre ela, comendo-lhe a barriga com o que tem dentro, e tudo o mais, por estar podre; e não lhe deixam senão o espinhaço, que está pegado cabeça e na ponta do rabo, e é muito duro; e como isto fica limpo da carne toda, vão-se os pássaros; e torna-lhe a crescer a carne nova, até ficar a cobra em sua perfeição; e assim como lhe vai crescendo a carne, começa a bolir com o rabo, e torna a reviver, ficando como antes.[251]

Em meio às estranhezas das cobras brasílicas, os processos de empalamento, morte e regeneração vividos pela jiboia após acometer suas presas parecia inacreditável até mesmo para aqueles que observaram tudo pessoalmente. Por esse motivo, o próprio Gabriel Soares de Sousa ressalta aos seus leitores que tudo o que está escrito sobre o animal "se tem por verdade, por se ter tomado disto muitas informações dos índios e dos línguas que andam por entre eles no sertão".[252] A fim de atestar a veracidade do que está escrito, o autor complementa sua narrativa alegando que Jorge Lopes, almoxarife de São Vicente e "grande língua, e homem de verdade", afirmava ter encontrado uma jiboia no momento em que a cobra havia tomado três indígenas,

---

[248] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 237
[249] Ibid., p. 238
[250] Ibid., p. 238
[251] Ibid., p. 238
[252] Ibid., p. 238

mas que conseguiu libertá-los dos perigos ao ferir o animal em sua cabeça e em seu rabo, quando perdeu a força para esmagar as presas. Depois de morta, o corpo da cobra foi aberto e "achara dentro quatro porcos".[253]

Ir. José de Anchieta também evidenciou as capacidades regenerativas das cobras brasílicas, como era o caso da sucuryúba. Na carta endereçada ao Padre Geral da Companhia de Jesus, em 1560, o irmão informa que essas cobras viviam no interior do território e eram dotadas de um "maravilhoso tamanho", que lhes permitia engolir os animais que cruzavam o rio a nado, como um "veado inteiro e até animais maiores".[254] Para realizar tal processo, a cobra utilizava da constrição e do empalamento para matar suas vítimas, "introduzindo-lhes a cauda pelo ânus, e triturando-os com a boca os devoram inteiros",[255] como registra Anchieta. Com as presas mortas, a cobra engolia a sua vítima e, a partir de então, seu corpo se ampliava significativamente, ao ponto de um missionário ter avistado a cobra em dimensões tão grandes que "pensou que era um mastro de navio".[256]

Tal qual o missionário, portugueses e indígenas diziam que as sucuryúbas eram capazes de engolir as grandes tapiras – também conhecidas como antas – e que, depois de se alimentarem, as cobras "caem por terra como mortas, sem poderem mover-se, até que apodreça o ventre juntamente com a comida".[257] Ao reproduzir os relatos, Anchieta ressalta, depois de morta, a cobra era atacada por aves de rapina que devoravam o seu corpo, principalmente a barriga, onde estava o animal digerido. A morte da cobra, no entanto, não prevalecia por muito tempo, pois, de acordo com o jesuíta, a partir das suas próprias carnes pútridas, a sucuryúba retornava à vida e começava a "reformar-se" e, assim, "crescem-lhe as carnes, estendem-se lhe por cima a pele, e volta à antiga forma".[258]

A interpretação do longo processo digestivo das cobras como uma etapa da sua regeneração contribuiu para reforçar as visões das cobras enquanto seres imundos, pois acreditava-se que esses animais retornavam à vida reconstituindo-se a partir de sua própria

---

[253] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 238

[254] ANCHIETA, Ir. José de Anchieta. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 111

[255] Ibid., p. 111

[256] Ibid., p. 111

[257] Ibid., p. 112

[258] Ibid., p. 112

matéria orgânica em decomposição.[259] A imagem das grandes cobras brasílicas que se regeneravam parece ter prevalecido, pois, na primeira metade do século XVII, Ambrósio Fernandes Brandão, responsável por reunir as grandezas do Brasil em seus *Diálogos*, relata a Alviano a existência da boaçu, também conhecida como "cobra de veado" em referência ao tamanho dos animais que a cobra era capaz de engolir. Segundo Brandônio, as boaçus viviam dependuradas sobre as árvores, e quando avistavam suas presas, jogavam-se sobre elas e iniciavam o processo de empalamento de modo semelhante às sucuryúbas: "meterem o rabo pelo sesso, por ser parte onde logo acodem com ele".[260]

Em diferentes momentos de sua descrição, Brandônio busca meios de atestar a veracidade de seu relato, seja pela sua experiência pessoal, seja pela de indivíduos próximos. No entanto, por versar acerca de uma criatura muito singular, o autor dos *Diálogos* acrescenta: "destas semelhantes cobra vi eu uma tão grande que tenho temor de dizer a sua grandeza, temendo de não ser crido".[261] Novamente, o letrado teme que seu relato pareça pouco verossímil, já que a cobra boaçu estava envolvida em coisas "assaz estranhas", como a sua capacidade regenerativa. De acordo com Brandônio, "depois de mortas e comidas dos bichos, [as cobras] tornam a renascer como a Fênix, formando novamente sobre o espinhaço carne e espírito".[262]

Quando Alviano tomou conhecimento da habilidade do animal, responde a Brandônio dizendo que essa informação é "coisa indigna de se poder pôr em prática", pois não contava com nenhum indício de verdade, indo de encontro "às leis da natureza", isto é, de que os seres vivos não seriam capazes de se regenerar.[263] Apesar de não ter visto pessoalmente a regeneração da boaçu, Brandônio alega que pode convidar os observadores do feito para conversarem com seu companheiro e afirmarem tudo o que vinha ali dito.

O pânico gerado pelas grandes cobras brasílicas só era comparável à estranheza e o espanto que causavam nos católicos. Para aqueles que escreviam, era fundamental garantir a veracidade de suas narrativas, seja pela recorrência a terceiros, os que tinham visto o ocorrido, seja pelo testemunho dos próprios autores, que, como Brandônio e Anchieta, afirmavam terem, eles mesmos, estado diante da tal cobra. O Pe. Jácome Monteiro, que escreve sobre a giboùaçú

---

[259] SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; SILVA FILHO, Wellington Bernardelli; MORAES, Eulália Maria Aparecida de. Basilicos que matam com o olhar e cobras que empalam com a cauda: as serpentes não peçonhentas na América portuguesa do século XVI. **Revista de Historia IberoAmericana**, v. 6, n. 2, 2013, p. 138

[260] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 284

[261] Ibid., p. 284

[262] Ibid., p. 284

[263] Ibid., p. 285

em 1610, relata que, em uma das visitações às aldeias da capitania de Pernambuco, avistou uma cobra "de estranha grandeza e grossura". Ao notar que o animal estava morto, ele agiu da seguinte maneira: "mandei-a medir, tinha de comprimento mais de 20 palmos, de diâmetro mais de um palmo e meio".[264] No caso de Monteiro, a morte da cobra não lhe permitiu acompanhar o seu retorno à vida, mas permitiu que o padre averiguasse, com seus próprios olhos, quão singular podia ser uma criatura do Novo Mundo. Como notou o jesuíta, as cobras brasílicas eram diversas, estranhas e perigosas, no entanto, aqueles que seguiam missionando pelos sertões não sofriam com esses animais, pois eram protegidos pelas mãos divinas, como relata o Pe. Monteiro: "pela bondade de Deus, depois que a Companhia está nestas partes, nunca Padre nosso, nem Irmão, foi mordido de bicho peçonhento, acontecendo cada dia mil desastres destes".[265] Para os letrados professos, parecia não haver dúvidas de que Deus, criador de todas as belas e temidas criaturas, era o mesmo que assegurava a sobrevivência dos missionários nesse território.

Nos sertões e nas matas litorâneas, não eram somente as cobras que dificultavam o empreendimento missionário, as onças também causavam grandes problemas. Os registros sobre os grandes quadrúpedes datam da segunda metade do século XVI, como evidencia a carta escrita pelo Pe. Ambrósio Pires (1525-1569)[266] no início de 1555, durante a sua estada em Porto Seguro. Na breve epístola, o jesuíta pouco fala sobre suas vivências e dedica-se a relatar ao Pe. Diego Mirón, destinatário da carta e residente em Lisboa, algumas das informações que haviam sido obtidas pelos padres e irmãos que missionavam na Bahia. De acordo com o Pe. Pires, os irmãos que por lá viviam "eram umas mortes vivas, ou umas vidas mortas", indício das dificuldades enfrentadas. O Pe. Manuel da Nóbrega, que vivia com os jesuítas na Bahia, foi descrito pelo autor da epístola com "um homem, que o não parece, e um homem de engonços, e de pele e ossos. Um rosto de cera amarela, ainda que muito alegre sempre, e cheio de riso".[267]

---

[264] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 422

[265] Ibid., p. 422

[266] O Padre Ambrósio Pires era natural de Lisboa e ingressou na Companhia de Jesus em 1546. Após professar seus votos, o religioso obteve o título de Mestre em Artes e foi eleito Procurador do Colégio de Coimbra e de Roma. Em 1553, Ambrósio Pires embarcou para o Brasil, onde atuou na região de Porto Seguro e serviu como Reitor do Colégio da Bahia. Antes de morrer, o padre retornou a Portugal e exerceu as funções de Reitor do Colégio de Santo Antão. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IX – Suplemento biobibliográfico II. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, p. 57-58

[267] PIRES. Pe. Ambrósio Pires. Do P. Ambrósio Pires [ao P. Diego Mirón, Lisboa]. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 150

O corpo esquelético do Pe. Nóbrega era, de acordo com o relato de Ambrósio Pires, decorrente de duas circunstâncias. A primeira consistia nos poucos alimentos disponíveis, geralmente "abóboras da Guiné cozidas em água", e, em alguns dias, sumo de laranja. A segunda eram as andanças quase sempre feitas a pé, já que a mula utilizada no transporte dos religiosos não suportava os "compridos caminhos" enfrentados pelos jesuítas, como relata o religioso: "o passar dos rios, lagoas, matos sem caminhos, fomes, sedes nos despovoados, os perigos das onças e bichos – e bichos que suspiram por carne humana".[268]

A onça passou, pois, gradativamente, a ser compreendida como uma grande ameaça aos colonos. Outro jesuíta, o Pe. Francisco Soares, que missionou nos trópicos em finais do século XVI, explicou que as onças brasílicas eram de diversos tipos e podiam ser encontradas em quatro cores, "preto, branco, amarelo e pardo", quase sempre listradas e com uma cabeça que lembrava a dos gatos. O que mais parece ter surpreendido o religioso foram os hábitos alimentares e os modos de caça. Pela sua força, a onça realizava poucos movimentos para atacar suas presas, bastando que esses animais dessem "com a mão na cabeça de qualquer vaca ou animal, a matam logo e a levam ao resto para o mato", onde se alimentavam da carne recolhida.[269] De acordo com o padre, as grandes onças não tinham predileção por nenhuma presa em especial, por isso, não poupavam os homens e outros animais que encontravam pelos caminhos, matando as criaturas e se alimentando delas. Além disso, muitas vezes as onças retornavam ao local do ataque na expectativa de ali encontrar novas carnes.[270]

Pe. Francisco Soares elenca as onças pretas e pardas como as mais temidas, já que "não fogem da gente antes [de] se deixar matar".[271] Os animais passavam parte do tempo nos rios, onde se alimentavam de peixes, dos portugueses e dos indígenas que navegavam pelos cursos d'água. O religioso que afirma ter visto as onças – "eu vi algumas vivas e mortas" –, narra que, na capitania do Rio de Janeiro, uma onça permaneceu sob as águas e, em seguida, "arremete[u] uma canoa onde iam três moços índios, dois pequenos e um de 14 anos".[272] Os jovens, ao notarem a aproximação do animal, rapidamente tomaram seu arco e flecha e o remo da canoa, sendo perseguidos pela onça a nado até o momento em que um dos rapazes, chamado Paulo

---

[268] PIRES. Pe. Ambrósio Pires. Do P. Ambrósio Pires [ao P. Diego Mirón, Lisboa]. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 150

[269] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 105

[270] Ibid., p. 105

[271] Ibid., p. 107

[272] Ibid., p. 107

Tobajara, conseguiu flechá-la e os livrou da morte. De acordo com o jesuíta, a façanha dos indígenas foi vista por Martim Afonso de Sousa, que passou a relatar o fato por toda a aldeia.[273]

O Pe. Jácome Monteiro, que escreveu sobre os trópicos no início do século XVII, também comentou sobre os muitos temores, os maus agouros e um "extraordinário medo" que os indígenas tinham das onças. Tamanho receio desse animal se explicava pelo seu apreço pela carne humana, apreço tão grande que, segundo Monteiro, os animais se tornam "atrevidos", adentram às casas, "matam os índios" e, por isso, aldeias inteiras foram despovoadas.[274] Para matar os indivíduos, as onças não precisavam de grande esforço, bastando uma "bofetada" dada com a força de suas mãos – "mãos grandes e armadas com cruéis unhas" – para abrir "em muitos pedaços a cabeça de um vaca ou qualquer outro animal", como narra o religioso.[275]

Na visão dos nativos, as onças não se aproximavam dos seres humanos somente pelo desejo de consumir sua carne, mas também pela capacidade de ouvir e compreender tudo o que era dito. Em sua *Relação da Província do Brasil*, Pe. Monteiro relata que os indígenas partilhavam da crença de que essas onças "em outro tempo foram gente" e, por isso, ao depararem com os seres humanos, "escutam e esperam quando lhe falam".[276] Para elucidar tal comunicação, o letrado narra um fato ocorrido na capitania de São Vicente, na qual as onças eram encontradas em grande quantidade. De acordo com o padre, alguns indígenas dedicavam-se à caça dos bugios quando, ao flecharem-no, o bugio caiu sob o chão e foi rapidamente tomado pela onça. O homem que permaneceu em cima da árvore passou a se comunicar com a fera, "chamando-lhe por muitos nomes, dizendo que era fraca e que não prestava para nada, e que esperasse até ele descer, e que veria quão valente ele era".[277]

A onça, ouvindo as palavras proferidas, soltou a caça e "parou as vozes do índio". Este, por sua vez, recorreu ao arco e flecha para enfrentar o animal. O confronto entre o indígena e a onça foi interrompido pelos companheiros de caça que, ao observarem a cena, amarraram a onça e a tornaram sua prisioneira, engordando-a por um determinado período para, tempos depois, "lhe cortaram a cabeça, com toda a solenidade com que costumam matar a um contrário,

---

[273] SOARES, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, p. 107

[274] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 418

[275] Ibid., p. 418

[276] Ibid., p. 418

[277] Ibid., p. 419

e nela tomaram nomes".[278] A forma como a onça foi aprisionada se distinguia do tratamento dispensado a outros grandes animais, pois, enquanto pacas e porcos do mato eram mortos e preparados para o consumo,[279] a onça demorou a ser morta e não serviu para a alimentação.[280] Assim, como narra o Pe. Monteiro, sob o olhar dos indígenas de São Vicente, a onça não consistia apenas em um animal, mas trazia, em seu interior, traços humanos que lhes garantiam honrarias semelhantes às dedicadas aos membros de tribos inimigas.[281]

As cartas, as crônicas e os tratados redigidos entre os séculos XVI, XVII e XVIII mencionam as onças brasílicas como animais belos, fortes e temidos. Apesar dos relatos sobre a comunicação entre os indígenas e as onças, o receio em relação ao animal prevalece, sobretudo porque os naturais dos trópicos conheciam suas habilidades para entrar nas aldeias e devorar todos os seres vivos que encontrava. O medo das onças também foi partilhado pelos católicos, como se nota nos relatos produzidos pelos jesuítas Ambrósio Pires, Francisco Soares e Jácome Monteiro. Contudo, em escritos redigidos pelos inacianos entre os séculos XVII e XVIII, a perigosa onça ganhou novos traços, tornando-se uma criatura domesticável, ao menos pelo Pe. José de Anchieta.

Anchieta, que escreveu sobre o mundo natural brasílico em diferentes cartas redigidas na segunda metade do Quinhentos, apresenta as onças como sendo "bravias" e diz que, apesar da sua semelhança com os gatos, eram dotadas de grande força, pois "com um só golpe das unhas ou uma dentada dilaceram tudo quanto apanham".[282] Em outra carta, datada de 1584, Anchieta relata os "perigos das onças ou tigres" como parte dos obstáculos enfrentados pelos

---

[278] MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 419

[279] CAVALCANTE, Messias S. **Comidas dos Nativos do Novo Mundo**. Barueri: Sá, 2014, p. 133-134

[280] Segundo Luís da Câmara Cascudo, os escritos produzidos entre os séculos XVI e XIX, indicam que a carne das onças era muito dura e seca, semelhante às dos tamanduás e por isso, pouco apreciada pelos comensais. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguêsa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 184-185

[281] A onça foi uma personagem recorrente em diferentes mitos de grupos indígenas brasílicos, geralmente apresentada como uma figura de identificação e respeito. Para os povos do tronco linguístico jê, a onça ou "jaguar" está presente no mito da origem do fogo, sendo o animal responsável por deter o fogo até o momento em que este foi roubado pelos seres humanos. Entre os tupinambás, a onça emerge no mito de origem do povo, já que a narrativa envolve o processo de canibalismo e, assim como os homens, as "jaguaretês" se devoram mutuamente em um movimento de entrelaçamento da natureza e cultura na formação do povo. Cf. FRANCO, José Luiz de Andrade. Representações da Panthera onca no imaginário do Brasil: Colônia e Império séculos XVI – XX. *In*: KURY, Lorelai (org.). **Representações da fauna no Brasil**, séculos XVI – XX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014, p. 208-212

[282] ANCHIETA, Pe. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 116

religiosos em suas missões.[283] Décadas após a passagem do jesuíta pelos trópicos, emergiram as primeiras referências aos seus contatos com as temidas onças. Um outro jesuíta, o Pe. Simão de Vasconcellos, foi, inicialmente, o responsável por escrever sobre os feitos notáveis da vida de José de Anchieta na obra *Vida do veneravel Padre Joseph de Anchieta*, impressa em Lisboa no ano de 1672.[284]

O milagre envolvendo os grandes felinos ocorreu em 1584, na região de Maricá, situada na capitania do Rio de Janeiro, onde alguns indígenas e religiosos dedicavam-se à pescaria para garantir o sustento do Colégio. Segundo Pe. Vasconcellos, Anchieta e seus confrades instalaram-se em uma choupana de palha, em um lugar conhecido pela presença de onças e tigres, "que por ali assaltam os que passam". Pouco tempo após os irmãos terem se deitado, Anchieta saiu do abrigo para rezar ao ar livre e, segundo Vasconcellos, foi nesse momento que o irmão "tomou um cacho de bananas, e lançando-as poucas, e poucas para fora, dizia, tomai, tomai-vos outra vossa porção".[285] Os confrades, ouvindo as palavras de Anchieta, questionaram para quem eram lançadas as bananas, e o padre lhes respondeu: "minhas companheiras". Com estas palavras, todos os que estavam abrigados notaram que o padre se referia às onças. De acordo com Vasconcellos, a partir dos indícios observados, parecia que, de fato, os animais haviam passado por aquele lugar:

> vindo amanhã, notou e viu o rasto de duas onças, que chegava até a porta da choupana; sinal de havê-lo acompanhado, e verificaram no mais os índios, que vira, na área o rasto do Padre juntamente com o daqueles animais, e com argumento infalível da maravilha de José a quem respeitavam como senhor.[286]

Na visão dos jesuítas, o Pe. Anchieta não apenas alimentou as onças, mas comunicou-se com elas, ofertando-lhes um alimento para, em troca, garantir a sobrevivência de todos aqueles que dormiam na choupana. A figura de Anchieta emerge aí como a de um homem que se comunicava com os animais, sendo capaz de amansá-los e controlar os seus instintos. Como

---

[283] ANCHIETA, Pe. José de. Informação do Brasil e de suas capitanias – 1584. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 322

[284] De acordo com Pe. Simão de Vasconcellos, o propósito de reunir os feitos e as virtudes heroicas da passagem de José de Anchieta no Brasil era contribuir com o processo de beatificação e canonização do religioso. Os primeiros esforços para redação da obra se iniciaram em 1617, cerca de vinte anos após o falecimento de Anchieta (1597) e passou aos cuidados de Simão de Vasconcellos na segunda metade do século XVII. Apesar das iniciativas seiscentistas, a beatificação de José de Anchieta ocorreu em 1980 pelo Papa João Paulo II, e a sua canonização em 2014, pelo Papa Francisco. Cf. Prologo. *In*: VASCONCELLOS, P. Simam de. **Vida do veneravel Padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesu**, taumaturgo do Novo Mundo, na Provincia do Brasil. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1672, não paginado; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De *Apóstolo do Brasil* a santo: a consagração póstuma e a construção de uma memória sobre o padre jesuíta José de Anchieta (1534-1597). **Locus:** Revista de História, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, 2015, p. 341-342

[285] VASCONCELLOS, P. Simam. Op. Cit., p. 275

[286] Ibid., p. 275

escreve o Pe. Simão de Vasconcellos, outras criaturas nocivas, como cobras, serpentes, touros e "ridículos bugios" reclinavam-se diante de Anchieta e sob o comando do jesuíta, "iam, vinham, paravam e festejavam sua presença".[287] Sob a pena de Vasconcellos, Anchieta foi intitulado o "segundo Adão", pois, enquanto o primeiro Adão exerceu poderes sobre todos os elementos naturais do Jardim do Éden, o jesuíta mostrava-se dominador dos "quatro elementos do mundo e seus animais" e dos homens, visto que suas relíquias vinham sendo utilizadas para a cura de diferentes enfermidades que acometiam leigos e religiosos.[288]

A imagem de Anchieta como um indivíduo apto a conter a fúria das onças parece ter prevalecido entre os membros da Companhia de Jesus. Em *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, redigido em meados do século XVIII, o Pe. João Daniel não deixa de mencionar os feitos de Anchieta ao comentar sobre a periculosidade das feras brasílicas. A onça era, nas palavras do jesuíta, "das mais ferozes, e bravas feras do Amazonas [...] a mais atrevida fera que criam os matos, e ainda mais que os leões, abadas, e elefantes".[289] Atrevida, ardilosa, ladina e bravia foram alguns dos adjetivos utilizados por João Daniel para se referir ao animal que não temia feras e homens, sendo ágil para adentrar nas povoações indígenas e retornar quando não encontrasse todo o alimento que almejava.[290] Os religiosos da Companhia de Jesus eram, na visão de João Daniel, dos poucos indivíduos que contavam com o "privilégio" de não sofrerem com o mal causado por onças e cobras, e isso graças aos feitos do Pe. Anchieta que, "pela sua grande virtude tinham tanto respeito cobras, e feras, que o festejavam, e iam tomar a benção, a qual lhe dava mandando-lhes que não fizessem mal aos que traziam aquela santa roupeta".[291]

Mas não eram somente os grandes animais que afligiam os religiosos – como as cobras e onças –, os pequenos seres vivos – formigas, moscas e vespas – também dificultaram a vida na América Portuguesa. O Pe. João Daniel, ao comentar sobre as "pragas mais especiais" que havia encontrado no Amazonas, relata que "se no Paraíso Terral, como ser um jardim de deleites, criado, e formado para regalo dos homens" houve uma serpente capaz de infeccionar todo o gênero humano, não era de se surpreender que "também no paraíso do Amazonas sendo um tesouro de riqueza seja infeccionado de serpentes, e outras pragas em tanta maior cópia".[292] Na visão do letrado, as pragas e as serpentes eram interpretadas como indícios da fertilidade

---

[287] VASCONCELLOS, P. Simam de. **Vida do veneravel Padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesu**, taumaturgo do Novo Mundo, na Provincia do Brasil. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1672, p. 383

[288] Os quatro elementos anunciados por Simão de Vasconcellos eram a terra, o mar, o ar e o fogo, bem como os animais que viviam nesses diferentes espaços. Cf. VASCONCELLOS, P. Simam de. Op. Cit., p. 381-382

[289] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 184

[290] Ibid., p. 187

[291] Ibid., p. 187

[292] Ibid., p. 211

dessa terra, pois os insetos e as "sevandijas" proliferavam-se em espaços salubres, tal qual o Egito, que, "sendo uma das mais férteis regiões, é a mais abundante de veneno".[293]

Assim como as pragas haviam atingido o Egito,[294] a região do rio das Amazonas, em toda a sua fertilidade e bonança, mostrava-se uma "república das sevandijas", composta por criaturas que causavam grandes comichões, como os micuins, as tomburas e as pulgas. Os micuins, que viviam sob as penas das galinhas, proliferavam com rapidez e, ao encontrarem um corpo humano, permaneciam sob a pele e ocasionavam muita coceira.[295] As tomburas, conhecidas como "bicho-do-pé", eram capazes de adentrar à carne de homens e animais, perfurando roupas e tecido epitelial para permanecerem no interior dos corpos e se multiplicarem. Aquele que era atingido pela tombura demorava a perceber sua presença, pois a dor gerada pelo animal era, segundo o jesuíta, "tão tênue, e doce, que se por uma parte molesta, por outra parece [que] alivia".[296] Ainda que a dor causada pelo bicho-de-pé fosse prazerosa, o religioso ressalta a importância de extrair o animal, limpar as perfurações causadas na pele e despejar vestígios de cachimbo ou tabaco a fim de extirpar qualquer resquício presente.

Apesar da existência de pulgas na América Portuguesas, o Pe. João Daniel diz que "causará admiração aos leitores" saber que o clima tropical não é propício a pulgas e percevejos, e que a recorrência desses animais se devia, exclusivamente, ao deslocamento dos europeus para tais paragens:

> Daqui vem que os brancos naturais da terra não sabendo que coisa são pulgas, e hospedando em suas casas alguns reinóis na chegada das frotas, de que saem com grande provimento para terra, vendo-se mordidos delas, e cuidando serem corrimentos e comichões causados dos maus humores, se tem posto nas mãos dos médicos procurando com purgantes, e sangrias expelir a efervescência das pulgas, que finalmente com o clima da terra em pouco tempo se desvanecem, e morrem.[297]

Para o jesuíta, não havia dúvidas de que as pulgas consistiam em criaturas que adentraram no solo brasílico com os europeus no início do século XVI. O principal indício da

---

[293] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 211

[294] De acordo com o livro do Êxodo, Deus orientou a Moisés que libertasse o seu povo dos domínios do Faraó e, como forma de demonstrar seu poder, orientou que toda a água tocada pela vara de Arão, filho de Moisés, se transformasse em sangue. Os peixes que ali viviam, morreram rapidamente. Diante da recusa do Faraó em libertar o povo de Israel, Deus continuou a manifestar seu descontentamento enviando mosquitos, moscas e gafanhotos, assim como, úlceras, tumores e chuvas de pedras causaram a morte dos animais e do seu pasto. Cf. Êxodo 7, 15-25; Êxodo 8, 1-32; Êxodo 9, 1-35; Êxodo 10, 1-29. *In*: **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 38-41

[295] DANIEL, Padre João. Op. Cit., p. 212

[296] Ibid., p. 213

[297] Ibid., p. 215

origem dessas pragas se explicava pela sua inabilidade em sobreviver ao calor, desaparecendo em pouco tempo e se tornando um alívio para aqueles que por aqui viviam. Os percevejos, semelhantes às pulgas, eram raramente encontrados no Amazonas. Era mais comum que os moradores locais deparassem com bichinhos semelhantes aos percevejos – "mas não consta que façam [...] mal" – e às baratas "caseiras", existentes em casas velhas, porém, sem gerar danos aos moradores.[298]

A ausência das conhecidas pulgas havia sido notada na centúria anterior, quando Fr. Vicente do Salvador escreve sua *Historia do Brazil* e relata que "piolhos e percevejos não há no Brasil, nem tantas pulgas como em Portugal".[299] Por outro lado, havia outros pequenos animais danosos, semelhantes às pulgas e ao piolhos de galinha, e que atingiam a pele humana, sobretudo os pés daqueles que caminhavam descalçados. O franciscano não os nomeia, mas é provável que estivesse se referindo à tombura ou bicho-de-pé, que deveria ser retirado inteiro, pois, se restasse alguma parte de seu corpo sob o tecido cutâneo, criaria "matéria". Tão prejudicial quanto esses animais, eram os "copy", que, apesar de não atacarem os homens, alimentavam-se de todas as suas posses: "as madeiras das casas, e os livros, e roupa que acham".[300] Mais abundante do que todas as outras criaturas eram as formigas, que prejudicavam as hortas e as plantações. Por serem "infinitas", em uma única noite "tosam toda uma laranja", assevera o franciscano.

A formiga, nos escritos que contemplaram o mundo natural brasílico, emerge como uma inimiga, uma criatura que, apesar do seu tamanho, se organizava com seus pares e se mostrava capaz de destruir árvores e plantações inteiras. Já no século XVI, a formiga é apresentada como responsável pelo atraso no desenvolvimento da agricultura colonial, como escreve o Pe. Luís da Grã durante sua passagem pela capitania da Bahia. Na epístola dirigida ao Pe. Inácio de Loyola, em 1554, o jesuíta declara que, pelas condições naturais, provavelmente quase todas as frutas do Reino de Portugal poderiam ser cultivadas nessa terra "se não fosse a destruição que faz a formiga nas árvores".[301] Passadas algumas décadas, Gandavo apresentou, no início do século XVII, uma semelhante impressão sobre as formigas em seu *Tractado da Terra do Brasil*. Segundo o cronista, as terras do Brasil estavam cobertas por grandes e pequenas formigas, que

---

[298] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 215

[299] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 20

[300] Ibid., p. 20

[301] "Tiénese experiencia que quasi toda[s] las que ha em el Reino se darán aquá mui bien, y si no fuesse la destrución que haze la hormigua em las árboles ia oviera todo género de plantas". Cf. GRÃ, Pe. Luís da. Do P. Luís da Grã ao P. Inácio de Loyola, Roma. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957, p. 131

atacavam, principalmente, as vinhas e as laranjeiras cultivadas nos quintais — "se não fossem estas formigas, houvera porventura muitas vinhas no Brasil".[302]

Gabriel Soares de Sousa descreve as formigas como sendo a "praga do Brasil", e dedicou a elas quatro capítulos de seu *Tratado*, contemplando as saúvas, as formigas de passagem, as formigas grandes e as demais castas. Dentre todas as espécies, Soares de Sousa elencou a saúva ou "ussaúba" como a mais danosa e prejudicial, ou seja, uma "maldição" que diminui o interesse dos homens pela terra. Das muitas dificuldades em controlar as saúvas, estava o fato de estas não se contentarem com as folhas que caiam pelo chão e se dedicarem à destruição das roças limpas. Além disso, as formigas atacavam as lavouras à noite após toda a limpeza e o cuidado com o solo. Para o letrado, tal comportamento levava a crer que houvesse "espiãs" entre as formigas, pois era comum avistarem três ou quatro se deslocarem ao formigueiro, encontrarem-se com outras e, pouco depois, "saírem logo dele [do formigueiro] infinidade delas a buscarem de comer à roça, onde foram às primeiras".[303]

Enquanto as saúvas destruíam lavouras, as "formigas de passagem", denominadas pelos indígenas de "goajugoajú", mostravam-se destrutivas aos muitos animais que viviam sobre essa terra.[304] Gabriel Soares de Sousa relata que essas formigas eram menores, de coloração avermelhada e, diferentemente das saúvas, viviam no interior das casas. As formigas de passagem eram encontradas aos montes e, por isso, tornavam-se capazes de matar seres vivos de grandes proporções, como baratas, ratos, aranhas e cobras. Para matá-los, as formigas uniam-se e adentravam em seus poros – "primeiro entrando-lhes pelos olhos e ouvidos" –, mordendo toda a sua carne. O letrado não afirma se essas criaturas eram capazes de matar um ser humano, mas, só com o seu volume, "cobrem uma pessoa toda", gerando muito incômodo.[305]

Ainda que tenha apontado os muitos danos causados pelas formigas, Gabriel Soares de Sousa não deixa de ressaltar que, no século XVI, houve quem se deliciasse a consumir essas pequenas criaturas. Ao que tudo indica, nem todas as espécies de formigas serviam como alimento e, por isso, havia um cuidado em selecionar quais poderiam ser ingeridas, como era o caso das içans. Quando vivas, essas formigas causavam mordidas dolorosas nos homens, sendo necessário cortar sua cabeça para que soltassem a carne humana. No entanto, quando mortas,

---

[302] GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que há nestas partes**. 16--, não paginado

[303] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 249

[304] Ibid., p. 249

[305] Ibid., p. 249

eram recolhidas pelos indígenas e postas ao fogo, sendo torradas e, em seguida, degustadas.[306] O apreço pelas formigas não se restringiu aos naturais da terra, pois, como aponta o senhor de engenho, homens brancos e mestiços "gabam de saboroso" alimento.

O Ir. José de Anchieta foi um dos que afirma ter apreciado o sabor das formigas torradas. Em sua carta destinada ao Padre Geral, em 1560, o religioso relata que as iças eram as únicas formigas "dignas de comemoração" dentre a infinidade encontrada no Brasil. De acordo com o jesuíta, os indígenas preparavam-se com alegria para a captura das iças e, para isso, aproximavam-se dos formigueiros e enchiam-nos com água, processo que resultava na saída dos animais e no seu aprisionamento. Postas em vasilhas de barro, as iças eram levadas ao fogo para serem torradas, método que retardava a sua decomposição e permitia o consumo ao longo de dias. Após ingerir as iças, Anchieta escreve suas considerações: "quão deleitável é esta comida e como é saudável, sabemo-lo nós, que a provamos".[307]

Sob os olhares católicos, as formigas posicionavam-se em uma condição semelhante a que foi concedida ao tabaco e aos baiacus, oscilando entre o perigo e o deleite. Um animal perigoso, pois a maior parte das espécies de formigas eram danosas à agricultura, aos bichos e aos homens, gerando feridas e comichões em seus corpos. Ela também era deleitável, pois eram almejadas pelos indígenas que se preparavam com ansiedade para a sua captura e consumo. É bem provável que o gosto dos nativos pelas formigas torradas tenha estimulado a sua ingestão pelos europeus que, como indica José de Anchieta, parecem ter aprendido a apreciar o alimento.

Entre os letrados católicos, houve quem quisesse apreender algo do comportamento das formigas. Quando escreve seu *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, o Pe. João Daniel nomeou as formigas como sendo parte das "outras pragas do Amazonas", mas, ao observar o comportamento e suas formas de organização, o religioso identificou-as como "símbolo da diligência, e exemplar de prudência".[308] O padre não deixa de comentar sobre os muitos danos causados pelo animal – como o causado pelas saúvas, capazes de destruir roças, árvores e casas, e pelas "formigas de fogo", cujas picadas causavam grandes comichões –, porém, observa que, até para prejudicar a vida dos homens, as formigas contavam com uma

[306] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 250

[307] ANCHIETA, Pe. José de. Ao Padre Geral, de São Vicente, ao último de Maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933, p. 122

[308] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 239

organização muito superior à dos próprios seres humanos; sobre tal comportamento, o padre escreve:

> não podem os naturais alegar ignorância na pouca economia, e diligência [das formigas]; antes se pode dizer que tanto mais são preguiçosos e inertes os seus habitantes, como diligentes, e bem governadas as formigas, cuja república não tem inveja às mais bem governadas, e políticas dos homens, mais do que a menor nobreza destas, e a maior excelência daqueles.[309]

Enquanto os homens despendiam seu tempo em grandes e inúteis discursos, quase sempre com ideias impossíveis de serem executadas, as formigas mostravam-se detentoras de um instinto de governabilidade que lhes garantia eficiência na destruição das lavouras. A conduta desses animais era, na visão do jesuíta, um exemplo a ser seguido pelos homens, inclusive pelos nobres que não sabiam governar e prejudicavam todos aqueles que estavam submetidos as suas ordens. Retomando uma passagem do livro dos Provérbios, o Pe. João Daniel exalta os seus leitores: "Vai, ó preguiçoso, ter com a formiga, observa seu proceder e torna-te sábio".[310]

Foram muitas as impressões que os letrados católicos deixaram sobre os seres vivos que caminhavam, corriam e rastejavam sobre as terras tropicais. Em muitos momentos, foi necessário empreender um esforço narrativo para que criaturas tão distintas das do Velho Mundo se tornassem compreensíveis aos olhares europeus. Afinal, como era possível haver uma criatura que não se deslocava nem para se alimentar e uma besta dotada de garras compridas, nariz alongado e que ingeria apenas formigas? Diante desses animais, como preguiças e tamanduás, não bastaram as amplas e detalhadas descrições, mas a importância de atestar a veracidade dessas informações, geralmente a partir das experiências que os próprios letrados tiveram nas terras. Em suas vivências, padres, freis e leigos apreenderam os diferentes usos que eram atribuídos a essas criaturas, sobretudo para fins alimentares. Diante de tantos seres vivos, não tardou até que novas "carnes de caça", como antas, pacas e cutias, fossem introduzidas às mesas coloniais. Nas suas cartas, crônicas e tratados, esses homens dedicaram-se a relatar os sabores, os preparos e os cuidados a se ter com as carnes e, em pouco tempo, muitos indivíduos passaram a considerar as caças brasílicas tão boas ou até melhores do que as do Velho Mundo.

---

[309] DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004, p. 239

[310] Em sua obra, o Pe. João Daniel apresenta esta frase em latim: "Vade ad formicam, a piger, et considera vias e ejus". A fim de proporcionarmos maior fluidez à leitura, foi realizada a tradução para a língua portuguesa. Cf. DANIEL, Padre João. Op. Cit., p. 239; Provérbios 6, 6. *In:* **A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885, p. 384

A trajetória dos católicos professos e dos animais terrestres na colônia parece cruzar-se em diferentes circunstâncias. Durante os primeiros anos da presença católica na América Portuguesa, é provável que o encontro com os animais "estranhos" tenha ocorrido nas missões evangelizadoras e nos longos caminhos percorridos pelos religiosos para levar sacramentos e orações a colonos e indígenas. Na viagem que os jesuítas realizaram em direção aos trópicos, em 1549, vieram os primeiros exemplares de gado vacum destinados a viver nesse lado do Atlântico. As boas condições da terra, com clima ameno e pasto abundante, contribuíram para a rápida adaptação e difusão dos bois e vacas e, dado o seu elevado valor econômico, esses animais tornaram-se alvo do interesse das mais diferentes personagens, inclusive dos professos. Jesuítas, beneditinos e carmelitas viam a criação dos animais como uma prática valiosa para a manutenção do empreendimento missionário, já que parte da criação poderia ser consumida nos conventos, nos mosteiros e nos colégios, e o excedente comercializado nas praças locais, sem que isso interferisse as regras religiosas. Para os colonos abastados, a doação de gado, currais e terrenos para o cuidado das criações mostrava-se uma possibilidade de estreitar laços com as ordens religiosas e perpetuar o nome de suas famílias ao longo de anos, e até décadas. Além da distinção social proporcionada, as doações ofertadas e as reciprocidades estabelecidas por meio de orações feitas por padres e freis eram vistas, sobretudo, como instrumentos capazes de auxiliar os católicos a alcançarem a salvação de sua alma.

Garantir a salvação e o descanso eterno foi a preocupação de muitos colonos que se deparavam diariamente com os animais perigosos e peçonhentos que viviam nessas terras. Cobras que empalavam suas vítimas, onças que atacavam aldeias e tomburas que se alimentavam da carne humana, eis alguns dos temores vivenciados pelos moradores dos trópicos. A existência de tantas criaturas asquerosas e perigosas foi interpretada por alguns indivíduos como indício da fertilidade e bonança dessa terra, tão boa que até mesmo as pragas queriam fazer morada. Homens leigos e professos não deixaram de pontuar os danos gerados pelos animais que se mostravam capazes de matar gente e destruir plantações. Contudo, como alguns letrados ressaltam, Deus parecia recorrer a essas criaturas em diferentes situações, tanto para manifestar seu descontentamento com os pecadores, quanto para evidenciar o amor pelos seus escolhidos, protegendo-os dos perigos.

Em linhas gerais, as pragas, as feras e os seres imundos serviam para que os letrados lembrassem que Deus se manifestava nas adversidades e dificuldades enfrentadas. O Pe. Fernão Guerrero, responsável por reunir as notícias dos jesuítas que missionavam na Índia Oriental, no Brasil, em Angola, em Cabo Verde e na Guiné — impressas em 1605 —, relata que, nas jornadas dos missionários pelos sertões, os padres viam-se em meio às serras, aos terrenos

despovoados e às matas "cheias de onças, e bestas feras". Nesses momentos, enfrentavam "fomes e sedes gravíssimas", alimentando-se de "folhas de ervas, e às vezes ratos e cobras, lagartos".[311] A alimentação com cobras e ratos não era algo desejável, mas eram nessas andanças promovidas em nome da fé católica que padres e irmãos notavam o cuidado que Deus tinha com seus filhos, que se manifestava tanto na proteção diante das ferozes onças quanto na oferta de animais que, apesar de repugnantes, tornavam-se sustento e auxilio na sobrevivência dos seus corpos cansados. Para esses católicos, leigos e religiosos, a graça divina era perceptível através das criaturas que viviam sob o solo brasílico e, assim, até mesmo as "pragas do paraíso" – como identificadas pelo Pe. João Daniel – levavam a crer que a terra, ainda que repleta de seres perigosos, contava com os mais diferentes indícios da presença divina, aproximando-se do paraíso terreal.

[311] **RELAÇAM annal das cousas que fezeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da India Oriental, & no Brasil, Angola, Cabo Verde; Guiné, nos annos de seiscentos & dous & seiscentos & três, & do processo da conversam, & christandade daquelas partes, tiradas das cartas dos mesmos padres que de lá vieram**. Lisboa: Jorge Rodrigues impressor de livros, 1605, não paginado.

Considerações Finais

Um paraíso na América

Em uma terra de poucos letrados, entre meados do século XVI e a primeira metade do século XVIII, coube aos religiosos da Companhia de Jesus, da Ordem de São Bento, da Ordem dos Frades Menores e da Ordem do Carmo e a uns poucos leigos a função de escrever sobre a natureza da América Portuguesa. Nos muitos textos então redigidos – cartas, crônicas, tratados, livros de tombo e sermões – os padres, freis e monges dedicaram-se a reunir o maior número possível de informações sobre o clima, as águas e os muitos seres vivos, vegetais e animais, do território em que estavam se instalando. Tudo tão farto, que em pouco ou quase nada se dependia de Portugal para bem viver, como sugere Fr. Vicente do Salvador:

> [...] digna é de todos os louvores a Terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras: Senão pergunto eu; de Portugal vem farinha de trigo? A da terra basta. Vinho? De açúcar se faz muito suave, e para quem o quer rijo, com o deixar ferver dois dias embebeda como de uvas.
> Azeite? Faz-se de cocos de palmeiras. Pano? Faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho, e de lã; porque debaixo do algodoeiro o pode a fiandeira estar colhendo, e fiando, nem faltam tintas com que se tinja.
> Sal? Cá se faz artificial e natural como agora dissemos. Ferro? Muitas minas há dele, e em São Vicente está um engenho onde se lavra finíssimo. Especiaria? Há muitas espécies de pimenta, e gengibre. Amêndoas? Também se escusam com a castanha de caju, etc.[1]

Este franciscano, tal como muitos de seus confrades, observa que a natureza dos trópicos era pródiga e por isso, aos viventes desta terra, cabia, tão somente, a colheita e a manipulação dos produtos colhidos – farinha em pão, cocos em azeite, etc. Além do sustento do corpo, os trópicos ofertavam o sustento da alma, pois o "divino Sacramento", que consistia na comunhão da hóstia de trigo e do vinho de uvas, podia ser obtido pelas parreiras e trigais que cresciam em São Vicente e em São Paulo.[2] Para aqueles que desejassem consumir vinho e trigo europeus, o frade ressalta que o amplo litoral e os muitos portos, sempre abertos, permitiam que diariamente adentrassem navios carregados de mercadorias do Velho Mundo que eram trocadas pelos cultivos da terra americana.

Ainda que nem todos os escritos tomem os recursos naturais como seu objeto principal, o clima, as plantas e os animais nem foram ignorados, nem tampouco se mostraram irrelevantes

[1] SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 23-24
[2] Ibid., p. 24

para aqueles que se dedicaram a narrar a vida na colônia. Entre os séculos XVI, XVII e meados do século XVIII, período aqui abordado, as impressões católicas sobre os trópicos foram se avolumando e estabelecendo alguns consensos. Ao escreverem sobre o mundo natural, ressaltava-se, em geral, quatro aspectos: os ares salubres e clima ameno, a vegetação abundante, os animais dos ares e das águas e os bichos da terra. Tal forma de conceber a natureza dialogava com a Sagrada Escritura e com os autores antigos, como Aristóteles, um dos precursores da divisão dos animais de acordo com o ambiente em que viviam.[3] Como muitos homens relataram, estes diferentes recursos naturais articulavam-se de maneira harmoniosa, pois, se a terra era fértil para o nascimento de tantas plantas e a sobrevivência dos muitos animais, isto se explicava pela recorrência de ares salubres, clima agradável e água límpida disponível para todos os seres vivos.

A enorme fartura de recursos naturais nesta "quarta parte do mundo" contribuiu para que a maioria dos autores buscasse aí identificar a mão de Deus. Nos muitos escritos produzidos por católicos portugueses e brasílicos, há um enorme esforço em apontar na natureza os indícios da bondade do Criador ou em evidenciar como essa mesma natureza por vezes expressava o descontentamento de Deus com os muitos pecadores que por aqui viviam. Até mesmo a possibilidade de se estar diante de resquícios do paraíso cristão foi partilhada pelos letrados de língua portuguesa. Ambrósio Fernandes Brandão, que escreve entre os séculos XVI e XVII, justifica as aproximações com o paraíso pela localização da América portuguesa, situada em meio à zona tórrida. No diálogo com Alviano, Brandônio alega que os ventos frescos, o calor sentido ao longo do dia e a umidade da noite transformavam a zona tórrida numa "zona mais sadia e temperada que as mais", um cenário muito diferente das altas temperaturas e do ar insalubre que se imaginava.[4] O posicionamento geográfico que propiciava condições tão adequadas para a vida dos moradores era, na visão do letrado, a principal qualidade que indicava "estar nesta parte situado o paraíso terreal".[5]

O beneditino Domingos Loreto do Couto, que escreveu sobre a capitania de Pernambuco em meados do Setecentos, afirma que "não há na terra felicidade mais constante" que aquela avistada no Brasil. A felicidade identificada pelo religioso era pela rapidez com que os frutos

[3] ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros I-IV. Tradução de Paula Lobo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 53-55
[4] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 111
[5] Ibid., p. 111

cresciam, não sendo necessário aguardar pela temporada das flores ou depender da "Pomona[6] das suas hortas", pois, "ao pé das flores nascem os frutos". A existência de uma vegetação perene, que não se alterava em tempos de inverno ou de verão e que permitia uma colheita constante era, na visão do religioso, um dos indícios do cuidado divino na criação desta terra. A flora pernambucana consistia em parte significativa do "maior teatro da Providência Divina", pois, junto dos pescados e mariscos, gerava alimentos para os mais de trinta mil habitantes, além dos "inumeráveis ociosos" que viviam nesta terra.[7]

Pescados e mariscos, assim como as aves, também foram interpretados como obra da criação divina para regalar os homens que habitavam os trópicos. Ambos, peixes e aves, consistiam na "Terceira resolução" que o Pe. Simão de Vasconcellos apresentou para justificar as semelhanças da terra do Brasil com a "terra boa" anunciada no Gênesis. Na sua *Chronica da Companhia de Jesu*, escrita na segunda metade do Seiscentos, o jesuíta diz: "produzem as águas do Brasil (a modo de falar da Sagrada Escritura) viventes nadadores; e seus ares viventes voadores, por excelência bons entre todas as terras do mundo". A bondade dos céus e das águas era medida pelo ar puro e pelas águas límpidas e cristalinas, ambientes que possibilitavam a existência de peixes salubres, tão saudáveis que eram ofertados aos doentes, e de aves formosas, tão belas, que, segundo Vasconcellos, lembravam aquelas "dos primitivos ares", isto é, as espécies depositadas no "Paraíso da Terra".[8]

Além dos animais que viviam nos céus e nas águas, esta América Portuguesa era habitada por um número incontável de animais que caminham, correm e rastejam. Os bichos que viviam sobre a terra apresentavam os mais distintos traços e comportamentos, todos minuciosamente descritos por leigos e religiosos que se dedicaram a nomeá-los e classificá-los; isso antes mesmo da existência de uma taxonomia dos seres vivos. A abundância de espécies animais foi notada por Pero de Magalhães Gandavo que, no século XVI, relata em seu *Tratado*

---

[6] Na mitologia romana, Pomona é a deusa dos pomares e invocada pelos romanos para garantir a abundância dos frutos. Cf. POMONA. *In*: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 592

[7] COUTO, D. Domingos de Loreto. Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XXIV, 1902, p. 162

[8] VASCONCELLOS, Pe. Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Porvincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663, p. 172-173

da Terra do Brasil a impossibilidade de conhecer ou escrever sobre todos os bichos dos trópicos, pois eram "muitas as qualidades e feições das criações que Deus criou".[9]

Nem sempre, como pudemos observar, as reflexões católicas contemplaram de uma única vez os quatro elementos que aproximavam os trópicos do paraíso. Ao analisarem uma determinada criatura ou acontecimento climático, os letrados dedicaram-se a compreender como tal aspecto se relacionava à obra divina. Católicos, esses homens acreditavam na narrativa bíblica, isto é, acreditavam que todos os seres viventes e o ambiente que os cercava haviam sido gerados de acordo com a vontade de Deus. Ao depararem, no entanto, com um mundo novo, ainda pouco conhecido pelos europeus, esses indivíduos buscaram compreender qual o lugar de tantas inovações no universo criado pelas mãos divinas que lhes era familiar.

Para apreender as origens desta terra e descrever os traços das muitas criaturas, animais e vegetais, os letrados recorreram aos escritos bíblicos, à literatura antiga e, principalmente, às suas próprias experiências. A experiência, cabe ressaltar, foi constantemente mencionada por eles, a fim de atestar o que se descrevia, afinal, como explicar que um peixe tinha feições de boi e gosto de carne bovina sem tê-lo experimentado? Como compreender os mistérios que envolviam a erva-viva sem tocá-la? Seria possível atribuir tantos mistérios às flores, às folhas e ao fruto do maracujá sem tê-los observado de perto? O envolvimento com o mundo natural brasílico foi, pois, fundamental para aqueles que tencionavam rastrear os vestígios divinos aí presentes.

Observar as criaturas e a paisagem dos trópicos também serviu para estimular o exame de consciência dos católicos. O tempo seco, o comportamento dos animais e as virtudes terapêuticas da flora, tudo servia de exemplo para o católico, tudo deveria estimulá-lo a olhar para dentro de si e ponderar quais hábitos de sua vida deveriam ser reformados e quais agradavam a Deus. Os professos, além de refletirem sobre as espécies brasílicas, levaram-nas aos púlpitos das igrejas e as transformaram em personagens de seus sermões. As metáforas envolvendo os peixes, as frutas e ervas nas pregações serviam para mostrar que o caminho para a salvação das almas podia envolver, inclusive, os elementos comezinhos. Aqueles que ouviam os sermões podiam conhecer significados novos atribuídos a atividades corriqueiras e antigas, como a pesca e o preparo das refeições, e aprender que tais atos não serviam, somente, para o sustento do corpo, mas prestavam também para a alimentação da alma, que podia ser enriquecida por novas virtudes a cada dia.

---

[9] GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que há nestas partes**. 16--, não paginado

Entender as manifestações da vontade divina e, ao mesmo tempo, buscar traços do paraíso terreal foram ações recorrentes entre os que escreviam. Em algumas das narrativas legadas, as menções ao paraíso contemplam tanto o Éden ofertado aos primeiros pais, quanto o mundo reconstruído após o primeiro dilúvio, do qual sobreviveram apenas Noé, sua família e os animais depositados no interior da arca. Outras obras refletem o interesse de seus autores em localizar, de maneira precisa, o paraíso terreal, como ocorreu na *Chronica* do Pe. Simão de Vasconcellos. Enquanto, porém, as menções ao paraíso ocorrem de maneira dispersa e variada, os esforços em entender a vontade divina a partir da paisagem e dos seres vivos multiplicaram-se ao longo das páginas escrita em língua portuguesa.

Para os católicos portugueses e brasílicos, não era necessário deparar com os portões do Éden para admitirem que a América portuguesa era realmente o paraíso terreal. O clima, as águas, as plantas e os muitos animais que nadavam, corriam e voavam pelos trópicos consistiam para eles em indícios suficientes de que Deus havia abençoado essas terras com benesses nunca antes vistas. Assim, na visão de leigos e religiosos, o contato com o divino não ocorria somente pelas orações, procissões e pregações, mas através dos ventos, dos sons, das cores, dos sabores e dos distintos contornos deste mundo natural do Brasil.

Referências bibliográficas

Documentação

A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em portuguez segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginaes traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885.

ACOSTA, Padre Joseph de. **Historia Natural y Moral de las Indias**, en que se tratan las cosas notables del cielo, y elementos, metales, plantas, y animales delas: y los ritos, y ceremonias, leyes, y governo, y guerras de los Indios. Sevilla: Casa de Juan de Lon, 1590.

ALMEIDA, Fr. Manoel Angelo de. **Declamação moral**, que na occasiam da rogativa, que fez a veneravel Ordem Terceira do Carmo da Bahia, com uma devotissima Procissão de penitencia, por causa da grande secca, que sentio a mesma Cidade da Bahia desde o anno de 1734 até o presente de 1735. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736.

ANCHIETA, Ir. José de. Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. p. 83-118

ANCHIETA, Joseph de. Do Pe. José de Anchieta ao Padre Geral, de São Vicente, ao ultimo de maio de 1560. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933. p. 103-143

ANCHIETA, Pe. José de. Do Pe. José de Anchieta aos irmãos enfermos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. p. 155-163

ANCHIETA, Pe. José de. Informação do Brasil e de suas capitanias – 1584. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933. p. 301-348

ANCHIETA, Ir. José de. Informação da Província do Brasil para Nosso Padre – 1585. *In*: **CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933. p. 409-447

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, e beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; e descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros gêneros, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

ANUNCIAÇÃO, Fr. Miguel Arcanjo da. **Cronica do Mosteiro de S. Bento de Olinda até 1763**. Pernambuco, 1940.

ARISTÓTELES. **De Anima**. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006.

ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros I-IV. Tradução de Paula Lobo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

ARISTÓTELES. **História dos Animais**. Livros VII-X. Tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

ARISTÓTELES. **Meteorológicos**. Tradução, introdução e notas de Claudio William Veloso com colaboração de Hiteshkumar Parmar. Revisão Científica de Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional, 2017.

ARISTOTLE. **The Works Of Aristotle.** Volume V. De Partibus Animalium. De Motu and De Incessu Animalium. De Generatione Animalium. Translated into English under the editorship of J. A. Smith and W. D. Ross. Translated by William Ogle. Oxford: At The Clarendon Press, 1912.

BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionario Bibliographico Brazileiro**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BLÁZQUEZ, P. António. Do P. António Blázquez ao P. Diego Laynes, Roma. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958. p. 394-427

BLUTEAU, Raphael. **Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtuologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico,** autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Segunda edição da Academia Brasileira corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha. *In*: AMADO, Janaína. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasílica, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introducções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.

CARTA de meia légoa de terra que se derão aos padres da Comp.ª no Rio de Jaraibatiba. *In*: LIVRO de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 84-85, 1962.

CASTRO, Joaquim José da Silva. Chronica do Mosteiro de N. S. do Mont-Serrat da Parahiba do Norte. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil**, Rio de Janeiro, Tomo XXVII, Parte Primeira, p. 117-147, 1864.

CONCEIÇAÕ, F. Apollinario da. **Primazia Serafica na Regiam da America**, novo descobrimento de Santos, e Veneraveis Religiosos da Ordem Serafica, que enobrecem o NOVO MUNDO com suas virtudes, e acçoens. Offerecida ao senhor Domingos Martins Brito. Lisboa Occidental: Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1733.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e normas complementares aprovadas pela mesma Congregação. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

COUTO, D. Domingos de Loreto. Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XXIV, p. 1-355, 1902.

COUTO, D. Domingos de Loreto. Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XXV, p. 3-214, 1903.

CRAVEIRO, Pe. Lourenço. **Merenda Eucharistica**, e sermão, que pregou o P. Lourenço Craveiro da Companhia de Jesus, da Provincia do Brasil, a Collegio da Bahia, no terceiro dia das quarenta horas à tarde em 16 de fevereiro de 1665.

DADA de terras que deu Jerônimo Leitão no Cabo Frio (nos Búzios). *In*: LIVRO de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 120-121, 1962.

DANIEL, João. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. Introdução de Leandro Tocantins. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 95, t. 1, 1975.

DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004.

DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 2. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004.

DEUS, Frei Gaspar da Madre de. **Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente,** hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil publicadas de Ordem da Academia R. Das Sciencias. Lisboa: Typographa da Academia, 1797.

DIOSCORIDES. **De Materia Medica**. Being and herbal with many other medicinal materials. Written in Greek in the first century of the common era. A news indexed version in modern English by TA Osbaldeston and RPA Wodd. Johannesburg: Ibids Press, 2000.

DU MANS, Pierre Belon. **De la nature des oyseaux**, avec leurs descriptions, & naifs portraicts retirez du naturel. Paris: Imprime par Benoist Pevost, 1555.

ESPERANÇA, Fr. Manoel da. **Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal**. Primeira parte que contem seu principio, e augmentos no estado primeiro de Custodia. Lisboa: Officinas Craesbeeckiana, 1656.

GALEN. **On the Properties of Foodstuffs (*De alimentorum facultatibus*)**. Introduction, translation and commentary by Own Powell with a foreword by John Wilkins. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Historia da província Santa Cruz a qui vulgamente chamamos Brasil**: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muittissimo Dom Lionis governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que há nestas partes**. 16--.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GRÃ, Pe. Luís da. Do P. Luís da Grã ao P. Inácio de Loyola. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. p. 128-140

GUSMAM, P. Alexandre de. **Sermão que pregou o P. Alexandre de Gusmam da Cõpanhia de IESU, Provincial da Provincia do Brasil**. Nas exéquias do Illustrissimo Senhor D. Fr. Joam da Madre de Deos, Primeiro Arcebispo da Bahia, que faleceo do mal commum que nella ouve neste Anno de 1686. Dedicado ao Excellentissimo Senhor S. Antonio Luis de Sousa Tello, e Menezes, Marquez das Minas do Conselho de sua Magestade, Senhor das Villas de Beringel, e Prado, dos Coutos de Manhente, Freiris, & Azevedo, Alcayde Mòr da Cidade de Beja, Comendador da Ordem de Christo, das Comendas de N. Senhora do Azevo, Penaverde, & Santa Marta de Vianna, & e da Ordem de Santigago, da Comenda de Sinis, Governador, & Capitão General do Estado do Brasil. Pello Conego Francisco Pereira. Lisboa: Officina de Miguel Manescal, 1686.

HISTORIA da Imperial Fazenda de Santa Cruz. **Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, t. XXXVIII. Parte Segunda, p. 163-231, 1875.

ILHA, Fr. Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621**. Introdução, notas e tradução portuguesa por Frei Ildefonso Silveira. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume I. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.

JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Serafico Brasilico,** ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem

do Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Volume II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.

LINNAEI, Caroli. **Systema Naturae per regna tria naturae,** secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis synonymis, locis. Tomus I. Editio Decima, Reformata. Holmiae: Impensis Direct, 1758.

LISBOA, Frei Cristóvão de. Carta de Frei Cristóvão de Lisboa a um superior narrando trabalhos de missões no Brasil e queixando-se de agravos praticados pelo Capitão-mor Bento Maciel e pelo Padre Luís da Figueira. *In*: AMORIM, Maria Adelina. **Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará. Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos**. Lisboa: Universidade de Lisboa/Universidade Católica Portuguesa, 2005. p. 241-246

LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967.

LIVRO de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 82, p.3-369, 1962.

LIVRO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo. Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que integra a coleção de códices do arquivo do Mosteiro, por Dom Martinho Johnson. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977.

LOURENÇO, P. Brás. Do P. Brás Lourenço aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. p. 38-49

MACHADO, Diogo. Carta da Baía, 8 de Julho de 1686. Apud. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V (Século XVII-XVIII – Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores Portugueses, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente. Offerecida à Augusta Magestada de D. João V. Tomo I. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752.

MARCGRAF, George. **História Natural do Brasil**. Edição do Museu Paulista comemorativa do cincoentenário da fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Tradução de Mons. Dr. José Procopio de Magalhães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MARIA, Fr. José de Jesus. **Thesouro carmelitano manifesto, e offerecido aos Irmãos, e Irmans da Veneravel Ordem Terceira da Rainha dos Anjos, Mãi de Deos, Senhora do Carmo**. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, Impress. do S. Officio, 1750.

MATTOS, Fr. Eusebio de. Sermam Quinto, Prègado em a festa que faz a Justiça em primeira Oitava do Espírito Santo no Convento de N. Senhora do Carmo da Cidade da Bahia. *In*: MATTOS, Fr. Eusebio de. **Sermoens**. Primeira Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1694. p. 110-128

MONTEIRO, Pe. Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. p. 393-425

MORÃO, ROSA & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956.

MOREIRA, Antônio. Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves etº. *In*: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 87-104, 2011.

NAVARRO, P. Juan de Azpilcueta. Do P. Juan de Azpilcueta Navarro aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. p. 244-205

NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa antigo governador do Brasil. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558-1563). Roma: Monumenta Historia S. I, 1958. p. 67-105

NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Missiones Occidentales. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956. p. 132-145

NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Francisco Henriques, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958. p. 347-349

NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. p. 278-285

NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. In: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956. pp. 109-115

NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956. pp. 115-118

NÓBREGA, P. Manuel. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956. pp. 145-170

NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Provincial de Portugal. *In*: LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. pp. 62-74

NÓBREGA, P. Manuel da. Informações das Terras do Brasil. [Aos padres e irmãos de Coimbra]. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956. pp. 145-155

ORTA, Garcia de. **Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalguas cousas tocantes a mediçina, pratica, e outras cousas boas**. Goa: Joannes de endem, 1563.

PASQUALIGO, Pedro. Carta de Pedro Pasqualigo. *In*: AMADO, Janaína. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasílica, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. p. 251-257

PEREIRA, Rui. Do P. Rui Pereira aos padres e irmãos e Portugal. [Baía] 15 de setembro de 1560. *In*: LEITE, Serafim Leite. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958. p. 258-306

PIRES. Pe. Ambrósio Pires. Do P. Ambrósio Pires [ao P. Diego Mirón, Lisboa]. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesus**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. p. 148-151

PISO, Guilherme. **História natural e médica da Índia ocidental**. Em cinco livros. Traduzida e anotada por Mário Lôbo Leal. Revista por Felisberto Carneiro e Eduardo Rodrigues. Escôrço biobibliográfico de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

PITTA, Sebastiaõ da Rocha. **Historia da America Portugueza**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730.

PLINIO. **Historia Natural**. Traducción de Josefa Cantó, Isabel Gómez Santamaría, Susana González Marín y Eusebia Tarrino. Segunda Edicción. Madrid: Ediciones Cátedra, 2007.

PTOLEMY, Claudius. **The Geography**. Translated and edited by Edward Luther Stevenson. Introduction by Joseph Fischer. New York: Dover Publications, Inc., 1991.

REGRA. Seguese a Regra dos Frades da ordem da muito bemaventurada madre de Deus sempre virgem Maria do Monte do Carmo. *In*: COELHO, Fr. João. **Compendio das Chronicas da Orde de Nossa Senhora do Carmo**, 1572, não paginado.

REGRA do Glorioso Patriarcha Sam Bento, tirada de latim em lingoaje Portuguesa, por indústria do muito R. P. F. Placido Villalobos Geral nesta Congregação de Portugal. Lisboa: Impressa por Antonio Ribeiro, 1586.

RELAÇAM annal das cousas que fezeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da India Oriental, & no Brasil, Angola, Cabo Verde; Guiné, nos annos de seiscentos & dous & seiscentos & três, & do processo da conversam, & christandade daquelas partes,

tiradas das cartas dos mesmos padres que de lá vieram. Lisboa: Jorge Rodrigues impressor de livros, 1605.

RELAÇAM curioza do Sitio do Grão Para, terras de Mato Grosso, bondade do clima, e fertilidade daquellas terra. Escrita por hum curioso experiente daquelle paiz. Primeira parte. Com licenças. [175-].

RODRIGUES, Ir. Vicente. Do Ir. Vicente Rodrigues aos Padres e Irmãos de Coimbra. *In*. LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae. Roma: Monumenta Historia, S. I, 1956. p. 302-305

RONDELET, Guillaume. **La premiere partie de L'Historie entiere des poissons**, composeé premierement en Latin par maistre Guillaume Rondelet Doucteur regente en Medecine en l'université de Mompelier. Maintenant Traduite en François sans avois rien omis estant necessaire à l'intelligence d'icelle. Avec leus pourtraits au naïf. Lion: Par Mace Bonho Meala Masse d'or, 1558.

ROSA, João Ferreyra da. Tratado único da Constituição Pestilencial de Pernambuco. Interpretado e Anotado por Estáquio Duarte. *In*. MORÃO, ROSA, & PIMENTA. **Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sôbre a medicina no Brasil**. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Estáquio Duarte. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956.

ROSÁRIO, Fr. Antonio do. **Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à santíssima Senhora do Rosario**. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702.

SALVADOR, Fr. Vicente do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

SANUTO, MARINO. Diario de Marino Sanuto. *In*: AMADO, Janaína. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasílica, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. p. 263-266

SILVA, Antonio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão**. Dirigida aos Pobres deste Reino de Portugal. 7a. Ed. São Luís: UFMA/Sioge, 1979.

SOARES, Pe. Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil**. Volume I. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Segunda Edição mais correcta e acrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscriptos existentes no Brazil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns commentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

THEOPHRASTUS. **Enquiry into plants and minor works on odours and weather signs**. Translation by Arthur Hort. In Two Volumes. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1916.

TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. LVII, p. 187-400, 1939.

TORRES, Miguel de. Do P. Miguel de Torres ao P. Manuel da Nóbrega. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae III (1558 – 1563). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1958. pp. 32-36

TRESLADO da Carta de data da Camara desta cidade de Sam Paulo em q' nos dam dous sítios da banda do rio, pª dous curraes, hum defronte deste mostrº, e outro defronte da olaria de Francº de Siqrª. *In*: **LIVRO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**. Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que integra a coleção de códices do arquivo do Mosteiro, por Dom Martinho Johnson. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977. p. 13-14.

TRESLADO da escritura dada da doação q' Hieronimo Vellozo Cubas fes aos Reverendos PP. Do Carmo da Capella Nossa Sr.ª do desterro de Guaratiba. 1629. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. LVII, 1939. p. 200-202.

TRESLADO das terras da Guratiba porq' consta claramente o que nos pertence ... 1579 E De duas Leguas de terra em quadra na lagoa de Inhetirohaba Em cananea ... 1632 E de hua legoa de terra no cabo frio. E de hua Ilha chamada comprida ... 1622 E duas legoas para o certam na Ilha grande. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. LVII, 1939. p. 277-282.

TRESLADO de escritura de doação, q' faz o Rdo Pe Francisco de Xavier, presbítero do habito de Sam Pedro ao Mosteiro do Patriarca Sam Bento desta cidade de Sam Paulo em q' he dom Abbade o Rdo Pe Fr. Jeronimo da Asenção na forma, e condiçoens abaxo declaradas. *In*: **LIVRO do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**. Transcrição anotada do manuscrito original de 1766, que integra a coleção de códices do arquivo do Mosteiro, por Dom Martinho Johnson. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977. p. 62-65.

TRESLADO de Escritura de Retificação, posse, concerto e troca feita entre os Reverendo Padres de Nossa Senhora do Carmo e Sebastião Mendes da Sylveira – 1660. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. LVII, 1939. p. 250-253.

TRESLADO de hua data de terras a saber hua legoa de terra em quadra (no Cabo Frio) 1696. *In*: TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. LVII, 1939. p. 282-284.

VASCONCELLOS, P. Simam de. **Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil**. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1668.

VASCONCELLOS, P. Simam de. **Vida do veneravel Padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesu**, taumaturgo do Novo Mundo, na Provincia do Brasil. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1672.

VASCONCELLOS, Padre Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão, e continuarão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663.

VIEIRA, P. Antonio. Sermam de S. Antonio. Pregado na Cidade de S. Luis do Maranhão, anno de 1654. *In*: **SERMOENS do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Alteza**. Segund Parte dedicada no panegyrico da Rainha Santa ao Serenissimo nome da princesa N. S. D. Isabel. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682. p. 309-345

VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXV. Ao padre provincial do Brasil, 1654. *In*: VIEIRA, Antonio. **Cartas**, volume I. Coordenação e notas J. Lúcio de Azevedo, prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2008. p. 269-288

VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXVIII. Ao Rei D. João IV. *In*: VIEIRA, Pe. Antônio. **Cartas**, volume 1. Coordenação e notas J. Lúcio de Azevedo; prefácio Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2008. p. 314-321

VIEIRA, Pe. Antônio. Carta LXXVI. Ao Padre André Fernandes. *In*: VIEIRA, Pe. Antônio. **Cartas**, volume 1. Coordenação e notas J. Lúcio de Azevedo; prefácio Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2008. p. 340-341

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

Estudos

AB'SABER, Aziz N [et al]. A época colonial, v. 1: do descobrimento à expansão territorial. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo 1, v. 1. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

AB'SABER, Aziz N [et al]. A época colonial, v. 2: administração, economia, sociedade. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo 1, v. 2. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Prefácio de José Honório Rodrigues. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasílica: INL, 1976.

ABREU, Laurinda. A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa. **Tempo**, Niteroi, v. 24, n. 3, pp. 494-524, Set./Dez. 2018. Disponível em < https://www.scielo.br/j/tem/a/yybBsFHy8fnjTs5h3mW8f3z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02. Nov. 2019

ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. A mística das plantas, bebidas e alimentos no Brasil Colonial. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 1 – 22, jul./dez. 2014. Disponível em < https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/603>. Acesso em: 03. Jul. 2019

ALGRANTI, Leila Mezan. Alimentação, saúde e sociabilidade: a arte de conservar e confeitar os frutos (séculos XV – XVIII). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 33 – 52, 2005. Acesso em 09. Set. 2019

ALGRANTI, Leila Mezan. Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no Império português (séculos XVI – XVIII). **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 27, jul./dez. 2012. Disponível em < https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/16422>. Acesso em 16. Out. 2019

ALKIMIM, Ilma Magalhães. **"Sermões", de Eusébio de Matos**: edição crítica e estudo. 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ALMAÇA, Carlos. **A zoologia pré-lineana no Brasil**. Lisboa: Museu Bocage, 2002.

ALMEIDA, Luis Ferrand de. Aclimatação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, tomo XV, p. 339-481, 1975. Disponível em < https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/46659/1/Aclimatacao_de_plantas_do_oriente_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 03. Abr. 2021

ALVES, Joaquim. **História das secas (século XVII a XIX)**. Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Farias. Fundação Vingt-Un Rosado/ Coleção Mossoroense, 2001.

AMANTINO, Marcia; ENGEMANN, Carlos (org). **Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

AMANTINO, Marcia; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Produção, comércio e mediação política a serviço da catequese: os colégios e as fazendas da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e em Córdoba (séc. XVIII). **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 119 – 140, jul./dez, 2016. Disponível em < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/24691>. Acesso em 22. Set. 2018.

AMORIM, Maria Adelina. **Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará**. Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos. Lisboa: Universidade de Lisboa/Universidade Católica Portuguesa, 2005.

ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. **Mundos novos do mundo**. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A natureza e a gênese das Minas do Sul nos livros de André João Antonil e Sebastião da Rocha Pita. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p.171-195, 2006. Disponível em < https://www.scielo.br/j/rbh/a/QnSkjRWzYg6nBBnFS49VnLp/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 14. Jan. 2021.

ARIZA, Fabiana Vieira; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. A scala naturae de Aristóteles no tratado De Generatione Animalium, **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 21-34, 2010. Disponível em < https://www.abfhib.org/FHB/FHB-05-1/FHB-05-1-02-Fabiana-Ariza-Lilian-Martins.pdf>. Acesso em 08. Out. 2021

ASÚA, Miguel de; FRENCH, Roger. **A New World of Animals**. Early Modern Europeans on the Creatures of Iberian America. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis**: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Anablume, 2000.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A terra dos Brasis: Um tapete de Flandres jamais visto. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 217-236, 2001. Disponível em < https://www.scielo.br/j/rbh/a/LK65SZCmP89dyYQgGzGP8gD/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10. Nov. 2020.

AYALA, María de la Luz. La historia natural en el siglo XVI: Oviedo, Acosta y Hernández. **Estudios del hombre**, Guadalajara, v. 20, p.19-37, 2005. Disponível em < http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/pperiod/esthom/esthompdf/esthom20/19-37.pdf>. Acesso em 14. Dez. 2021

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como Elemento do Proselitismo Cristão (Portugal, séculos XIV/XVI). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.183-205, 1997. Disponível em< https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-8.pdf>. Acesso em 06. Abr. 2021

BEMVENUTI, Marlise de Azevedo; FISCHER, Luciano Gomes. Peixes: morfologia e adaptações. **Cadernos de Ecologia Aquática**, Carreiros, v. 5, n. 2, p. 31-54, Ago./Dez. 2010. Disponível em < https://demersais.furg.br/images/producao/2010_bemvenuti_peixes_morfologia_caderno_ecol_aquat.pdf>. Acesso em 07. Mai. 2022

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org). **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BIRON, Berty R. R. Frutas do Brasil: Uma alegoria do Novo Mundo. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 47-57,

nov./2009. Disponível em < https://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/29800>. Acesso em 05. Jun. 2019

BITTAR, Eduardo C. B. O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval. **Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição**, Lisboa, n. 24, ano XII, p. 61-103, 2009. Acesso em 10. Nov. 2020

BOSCH, Lourens P. Van den. India and the Apostolate of S. Thomas. *In*: BREMMER, Jan N. (ed). **Apocryphal Acts of Thomas**. Leuven: Uitgeverij Peeters, 2001. p. 125-148

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder** (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil** (Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial). Traduzido por Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRACHT, Gisele Cristina da Conceição. **No qual se trata do que há nos mares e rios deste Novo Mundo:** a importância dos recursos pesqueiros na América portuguesa do século XVI. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

BRITO, Cristina. Pessoas, manatins e o ambiente aquático na América moderna: confluência e divergência nas interações históricas entre humanos e animais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 81, 2019. Disponível em < https://www.scielo.br/j/rbh/a/pNKxx7g5vqrsqfMRfyf57nr/abstract/?lang=pt> Acesso em 13. Set. 2021

CALAFATE, Pedro. **A ideia de Natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1994.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 61 – 75, 2005. Disponível em < https://www.scielo.br/j/tem/a/qXjqFSzvp6VymndWw4QtFKN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08. Dez. 2019.

CAMENIETZSKI, Carlos Ziller. Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia. **Ideação**, Feira de Santana, n. 3, p. 159-182, jan./jun. 1999. Acesso em 11. Nov. 2019.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. **O Paraíso Proibido**. A censura ao paraíso brasileiro, a Igreja Portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Quem conta um conto aumenta um ponto: o mito do Ipupiara, a natureza americana e as narrativas da colonização do Brasil. **Revista de Indias**, Madri, v. LX, n. 218, 2000. Disponível em < https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/585/652> Acesso em 20. Set. 2022

CANTOS, Jorge Olcina. El Clima: Factor de diferenciación espacial. Divisiones regionales del mundo desde la Antiguedad al S. XVIII. **Investigaciones Geográficas**, Alicante, v. 15, n. 14, pp. 79-98, 1996. Disponível em < https://www.investigacionesgeograficas.com/article/view/1996-n15-el-clima-factor-de-diferenciacion-espacial-divisiones-regionales-del-mundo-desde-la-antiguedad-al-s-xviii>. Acesso em 13. Nov. 2020.

CARNEIRO, Henrique. As plantas sagradas na história da América. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 20, n. 32, pp. 109-119, jul. 2004. Disponível em < https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572cadd27c65e4e492d9789e/1462545880041/05_Carneiro%2C+Henrique.pdf>. Acesso em 11. Abr. 2021

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, mezinhas e triacas**. As drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã, 1994.

CARVALHO, Teresa Nobre de. A Behind-the-Scenes Glimpse into the Princeps Edition of "Colóquios dos simples" (Goa, 1563). **Early Science and Medicine**, Leiden, v. 21, n. 2/3, 2006. Disponível em < https://brill.com/view/journals/esm/21/2-3/article-p232_7.xml>. Acesso em 08. Abr. 2021

CARVALHO, Teresa Nobre de. The Natural Frontiers of a Global Empire: The Pineapple – Ananas comosus – In Portuguese Sources of the 16th Century. **Humanities**, v. 9, n. 3, pp. 1-21, 2020. Disponível em < https://www.mdpi.com/2076-0787/9/3/89>. Acesso em 20. Jan. 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CASCUDO, Luis da Camara. **História da Alimentação no Brasil**. Segundo Volume. Cozinha brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, 2006.

CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 23, p.13-32, jan./jun. 2011. Acesso em 20. Mai. 2021

CAVALCANTE, Messias S. **Comidas dos Nativos do Novo Mundo**. Barueri: Sá, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Cacao, bark-clove and agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 51, n. 1, p. 1-35, 2014. Disponível em < http://lbr.uwpress.org/content/51/1/1.full.pdf+html>. Acesso em 05. Nov. 2019

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHERNOVITZ, Pedro Luiz Napoleao. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis**. 6. ed. Paris: A Roger & F Chernoviz, 1890.

CHINARD, Gilbert. **L'Amérique et le rêve exotique dans la littérature française au XVIIe et au XVIIIe siècle**. Paris: Librairie E. Droz, 1934.

CONCEIÇÃO, Gisele C. **Natureza Ilustrada.** Processos de construção e circulação de conhecimento Filosófico-Natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019.

CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Quando Ameijoas eram "como" Leriuçus: identificação de espécies de peixes e crustáceos pelos colonizadores na América portuguesa do século XVI. **História. Revista da FLUP**, Porto, IV Série, v. 3, p.29-40, 2013. Disponível em < http://aleph.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1222>. Acesso em 27. Ago. 2022

CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; BRACHT, Fabiano. Peixes que se dão aos doentes e ostras que curam: mezinhas restauradoras do Novo Mundo. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.58-69, jan./jun. 2014. Disponível em < https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/226>. Acesso em 01. Set. 2020.

COSTA, Kelerson Semeren. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p.95-112, dez. 2007. Disponível em < https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ZSdxSctb4k9LRLPgMnFSpJR/?format=html&lang=pt>. Acesso em 05. Dez. 2020.

COSTA, Palmira Fontes da. The introduction of the Linnaean classification of nature in Portugal. *In*: GUNNARSOON, Britt-Louise (ed). **Languages of Science in the Eighteenth Century**. Berlin/Boston: Hubert & Co. GmbH & Co. KG, Göttingen, 2017. p. 227-243

COSTA, Sandro da Silveira. América Portuguesa: paraíso terreal. **Esboços**: histórias em contextos globais, v. 9, n. 9, p. 117-142, 2001. Acesso em 29. Jun. 2019

CROSBY, Alfred A. **Imperialismo ecológico.** A expansão biológica da Europa, 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DALCHÉ, Patrick Gautier. The Reception of Ptolomy's Geography. *In*: WOODWARD, David (org). **The History of Cartography**. Volume Three – Cartography in the European Renaissance. Part 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 285-364

DANNENFELDT, Karl H. Ambergris: The Search for Its Origin, **Isis**, Chicago, v. 73, n. 3, Sept. 1982. Disponível em < https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/353040?journalCode=isis>. Acesso em 25. Ju. 2022.

DELUMEAU, Jean. **Uma história do paraíso**. O jardim das delícias. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1994.

DIAS, Camila Baptista. **A pesca da baleia no Brasil colonial**: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII. Dissertação (Mestrado em História) – Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

DÓRIA, Carlos Alberto. Notas sobre o maravilhamento nos cronistas e viajantes coloniais. **Revista BBM**, São Paulo, n. 1, p.60-79, jul./dez. 2018. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/revistabbm/article/download/174136/163018/430928> . Acesso em 22. Nov. 2020

DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. **Halac – História Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, La Paz, v. 9, n. 2, p.16-44, 2019. Disponível em < https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/401> . Acesso em 24. Mar. 2022

ELLIOT, John. H. **The old world and the new**, 1492-1650. London: Cambridge University Press, 1970.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). **Revista de História**, São Paulo, v. 15, n. 32, p. 415-462, 1957. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/106180>. Acesso em 24. Mar. 2022

ENENKEL, Karl E., SMITH, Paul J. **Early Modern Zoology**. The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts. Leiden; Boston: Brill, 2007.

FARAH, Karina Ferreira Gonçalves. **Sob a luz da Regra de São Bento:** Práticas e Suportes no Mosteiro de São Bento de Olinda (1778-1786). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII).** 11.Ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

FERLINI, Vera. Fazendas e engenhos do litoral vicentino: traços de uma economia esquecida (séculos XVI-XVIII). **História (São Paulo**), Assis-Franca, v. 39, p. 1-30, 2020. Disponível em < https://www.scielo.br/j/his/a/DckN5bxtY6QjB7PbqKRFWKg/>. Acesso em 25. Fev. 2023

FERNANDES, João Azevedo. Sobriedade e embriaguez: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos tupinambás. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, pp. 98-121, 2007. Disponível em < https://www.scielo.br/j/tem/a/6mX7HBnHxgCRd3dbYd4bhby/?lang=pt>. Acesso em 08. Abr. 2021.

FERRÃO, José E. Mendes. **A aventura das plantas e os Descobrimentos Portugueses**. 2. Ed. Lisboa: IICT, CNCDP, FB, 1993.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)**. Dissertação (Mestrado em

História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. Cristãos no além mar: pregações para os estados da monarquia. *In*: ROSÁRIO, Antônio do. **Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia, consagrada à Santíssima Senhora do Rosário**. Edição, estudos e notas de Ricardo Alexandre Ferreira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. pp. 9-43

FIGUEROA, Luis Millones; LEDEZMA, Domingo (eds). **El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo**. Madrid: Iberoamericana, 2005.

FLANDRIN, Jean Louis; MONTANARI, Massimo (org.). **História da Alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De *Apóstolo do Brasil* a santo: a consagração póstuma e a construção de uma memória sobre o padre jesuíta José de Anchieta (1534-1597). **Locus:** Revista de História, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, 2015. Disponível em < https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20801>. Acesso em 17. Jun. 2021

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Em memória de São Tomé: pegadas e promessas a serviço da conversão do gentio (séculos XVI e XVII). **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 67-86, jan./jun. 2010. Disponível em < https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/7854 >. Acesso em 20. Jul. 2021

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. O uso medicinal das pedras bezoares na obra *Paraguay Natural Ilustrado*, de José Sánchez Labrador, S. J. (1771). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 6-15, 2015. Disponível em < https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/194>. Acesso em 26 Jul. 2022

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, jul./dez., 2013. Disponível em < https://www.scielo.br/j/topoi/a/rDGYhcFZ6FpWVMnDjTv55YP/>. Acesso em 17. Jan. 2021

FONSECA, Pedro Carlos. O imaginário medieval na colônia: o Bestiário em Fernão Cardim. **Signótica**, Goiânia, v. 11, n. 1, 173-184, 2009. Disponível em < https://revistas.ufg.br/sig/article/view/7283>. Acesso em 30. Jan. 2021

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Identidades bestiárias na colônia: monstruosidade, gênero e ordem política na cronística portuguesa sobre o Brasil dos séculos XVI e XVII. **Signótica**, v. 15, n.1, p.77-90, 2003. Disponível em < https://repositorio.bc.ufg.br/items/a868da41-beb5-45c9-96fa-e6ce853d4f98>. Acesso em 07. Jan. 2021.

FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. **História (São Paulo)**, Assis/Franca, v. 34, n. 2, p. 58-107, jul./dez. 2015. Disponível em < https://www.scielo.br/j/his/a/YggXPfvxQsnLnsVVXQ8xx4L/abstract/?lang=pt>. Acesso em 23. Jul. 2023

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

FRANCA, Pe. Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas – O Ratio Studiorum**. 2. ed. Campinas: CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico, 2019.

FRANCO, José Luiz de Andrade. Representações da Panthera onca no imaginário do Brasil: Colônia e Império séculos XVI – XX. *In*: KURY, Lorelai (org.). **Representações da fauna no Brasil**, séculos XVI – XX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014. p. 201-235

FREYRE, Gilberto. **Açúcar**. Em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no nordeste canavieiro do Brasil. 2ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1969.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. Ed. São Paulo: Global, 2006.

FRIDMAN, Fania. A propriedade santa: o patrimônio territorial na Ordem de São Bento na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia – IBGE**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1-4, p. 203-218, jan./dez. 1994. Disponível em < https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1390>. Acesso em 28. Nov. 2022

FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 40, mai-ago. 2016. Disponível em < https://www.scielo.br/j/tem/a/CWbJT5Vjw7jmdJWPSWth7CD/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01. Mar. 2023

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002. Disponível em < https://www.scielo.br/j/ea/a/tJZSwwSYKNrtVLJ9Wp4JQvH/>. Acesso em 11. Nov. 2021

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A cura do corpo e a conversão da alma – conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, n. 8, p. 71 – 95, jan.-jun. 2004. Disponível em < https://www.scielo.br/j/topoi/a/S9C4Zvjf4q9mqsvgWh9pLxw/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em 29. Set. 2019

GESTEIRA, Heloisa Meireles. Descrições da América: História Natural, circulação de ideias e a formação territorial do Brasil (séculos XVI ao XVIII). **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 1 – 30, 2014. Disponível em < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/17340>. Acesso em 17. Jun. 2019

GESTEIRA, Heloísa Meirelles; TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. As fazendas jesuíticas em Campos dos Goitacazes: práticas médicas e circulação de ideias no Império Português (séculos XVI ao XVIII). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 2, n. 27, p. 117-144, 2009. Acesso em 22. Nov. 2022

GOMES, João Pedro. Propriedades e usos do açafrão na Idade Moderna em Portugal. **Revista de História Helikon**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 54-66, 2016. Disponível em < https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/44909/1/Propriedades_e_Usos_do_Acafrao_na_Idade%20%281%29.pdf>. Acesso em 15. Set. 2021

GURIAN, Gabriel. Caju, mimo e regalo do Brasil (séculos XVI e XVII). *In*: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (org). **História & Alimentação**: Brasil séculos XVI-XIX. Belém, PA: Paka-Tatu, 2020. pp. 272-295

GUTIÉRREZ, Samuel Doble. El mundo en las mallas de la Cartografía: de los primero geógrafos a Ptolomeo. **ILUIL**, v. 27, n. 60, p.645-678, 2004. Disponível em < https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2040450>. Acesso em 11. Nov. 2020

HEHENBERGER, Susanne. Dehumanised Sinners and their Instruments of Sin: men and animals in Early Modern Bestiality Cases, Austria 1500-1800. *In*: ENENKEL, Karl E., SMITH, Paul J. **Early Modern Zoology**. The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts. Leiden; Boston: Brill, 2007. p. 381-418

HOEHNE, Frederico Carlos. **Botanica e agricultura no Brasil no século XVI** (Pesquisas e contribuições). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HUE, Sheila Moura. **Delícias do descobrimento**: a gastronomia brasileira no Século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

KAPPLER, Claude. **Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KULLMANN, Wolfgang. Aristotle as a natural scientist. **Acta Classica**, v. 34, pp. 137-150, 1991. Disponível em < https://www.jstor.org/stable/24591937>. Acesso em 18. Nov. 2022

KURY, Lorelai. Homens de ciências no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780 -1810). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11 (suplemento 1), p. 109 – 129, 2004. Disponível em < https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GL9GPgHLcpNLsdyv7hqDY4N/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21. Abr. 2019.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Tradução de Stephania Matousek. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEITE, Bruno Martins Boto. Animalia, exótica & mirabilia. Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi. *In*: KURY, Lorelai (org.). **Representações da fauna no Brasil, séculos XVI – XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014. p. 40-81

LEITE, Bruno Martins Boto. **Medicina de Padre**: Estudo sobre os fundamentos culturais da medicina jesuítica no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011.

LEITE, Serafim. **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549 – 1760)**. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Século XVI – O Estabelecimento. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III (Século XVII-XVIII – Norte – 1 – Fundações e entradas). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IV. Século XVII-XVIII – Norte 2 – Obras e assuntos gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IX (Escritores: de N a Z – Suplemento Biobibliográfico – II). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. Escritores: de A a M (Suplemento Biobibliográfico – I). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

LEITE, Serafim. Introdução Geral. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956. pp. 3-84

LEITE, Serafim. Introdução Geral. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasiliae. Vol II. (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. pp. 49-88

LEITE, Serafim. Introdução Geral. *In*: LEITE, Serafim. **Monumenta Missionum Societatis Iesu**. Monumenta Brasilliae IV (1563-1568). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1960. pp. 51-96

LEITE, Serafim. Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil, **Brotéria**, Lisboa, separata do vol. IV, fasc. 4, abril de 1952.

LINHARES, Jairo Fernando Pereira; RODRIGUES, Maria Ivanilde de Araujo; FREITAS, Patricia França de; PINHEIRO, Claudio Urbano Bittencourt. Etnobotânica histórica das plantas do Maranhão no século XVII baseada na obra de Cristóvão de Lisboa. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 8, n. 3, p.15-18, 2018. Disponível em: < https://periodicos.unifap.br/index.php/biota/article/view/3555>. Acesso em 10. Jul. 2021.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine**. Mélanges offerts à Fréderic Mauro, v. 34, p.5-36, 1996. Disponível em < https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf>. Acesso em 28. Mar. 2023

LINNAEUS, Carolus. **Systema Naturae**. Facsimile of the First Edition. With an introduction and a first English translation of the “Observationes” by Dr. M. S. J. Engel-Ledeboer and Dr. H. Engel. Nieuwkoop: Graaf, 1964.

LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002. Disponível em < https://www.scielo.br/j/rbh/a/Tm5jPtWrVj7HwSHNSP6DrBN/?format=pdf&lang=pt>. 15. Ago. 2019.

LUNA, Fernando J. Sobre um herbário ilustrado do início da Era Moderna traduzido para o português: o livro Historia das plantas, de João Vigier. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 219-234, jul./dez.2016. Disponível em < https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2795>. Acesso em 12. Abr. 2021.

LUNA, Joaquim G. de. **Os monges beneditinos no Brasil**. Esboço histórico. Rio de Janeiro: “Lumen Christi”, 1947.

MACHADO, Diego Ramon Silva. **No rastro dos ovos: uma história da exploração e uso da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa Schwigger*, 1812), 1727-1883**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. O paraíso brasílico: As visões edênicas da América portuguesa nos XVII e XVIII. **Praxis – revista eletrônica de história e cultura**, Salvador, v. 4, p. 80 – 94, 2011. Acesso em 12. Ago. 2019

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Natureza em Boiões. **Medicinas e boticários no Brasil setecentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MARTINS, William de Souza. **Membros do Corpo Místico**: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MASSIMI, Marina. A “experiência” em cartas dos jesuítas missionários no Brasil nas primeiras décadas do século XVI. **IHS**: Antiguos Jesuitas en Iberoamérica, Córdoba, v. 1, n. 1, pp. 92-111, 2013. Disponível em < https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ihs/article/view/17573>. Acesso em 11. Nov. 2019.

MASSIMI, Marina. A pregação no Brasil colonial. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 417-436, jul./2005. Disponível em < https://www.scielo.br/j/vh/a/RG3m5ZNd6K9m87VPhTxpPVJ/>. Acesso em 02. Jan. 2021

MASSIMI, Marina. Alimentos, palavras e saúde (da alma e do corpo), em sermões de pregadores brasileiros do século XVII. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 2, p. 253 – 270, abr. jun. 2006. Disponível em < https://www.scielo.br/j/hcsm/a/q8KQrNKTP7qT5M7FSLJWJgq/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12. Out. 2019.

MASSIMI, Marina. Estudos sobre a contribuição da antiga Companhia de Jesus ao desenvolvimento dos saberes sobre o psiquismo humano no Brasil colonial. **Clio – Série**

Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 2, n. 27, 2009. Disponível em < https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24150>. Acesso em 23. Jan. 2023

MASSIMI, Marina. **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, Bruno Kawai Souto Maior de. Entre franciscanos e beneditinos: o caso de Domingos do Loreto Couto (1696-1762), **Clio**: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 34, n.1, pp. 207-226, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24990>. Acesso em 28. Nov. 2020.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços de cura. 3. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **O descobrimento da biodiversidade**. A ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MORAIS, Rui. De Sula ao "1º Triunvirato" o legado de Crasso e Pompeio Magno. *In*: BRANDÃO, José Luis; OLIVEIRA, Francisco de (org). **História de Roma Antiga**, Volume I: das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

MOSSÉ, Claude. As lições de Hipócrates. *In*: LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. 2. Ed. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1997. pp. 39-55

MOSTEIRO de S. Bento do Rio de Janeiro. Abbadia Nullius de N. S. do Monserrate. O seu historico desde a fundação até o ano de 1927. Traços biográficos dos monges fallecidos. Rio de Janeiro: Papelaria Ribeiro, 1927.

MÜGGE, Ernani; CONTE, Daniel. "Sermão de Santo Antônio aos peixes" ou a metáfora do imaginário colonial português. **Navegações**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em < https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/download/29788/16433/123305>. Acesso em 20. Set. 2022

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. Tradução de Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Lelo Bellotto. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

OGILVIE, Brian W. Attending to insects: Francis Willughby and John Ray. **Notes & Records of The Royal Society**, London, v. 66, p.357-372, 2012. Disponível em < https://royalsocietypublishing.org/doi/abs/10.1098/rsnr.2012.0051>. Acesso em 05. Nov. 2021

OLIVARES, Carlos. Ana y María en el Protoevangelio de Santiago: análisis literário de dos personajes en contraste. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 33, n. 2, pp. 101-117, mai./ago. 2019. Disponível em < https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7433465>. Acesso em 07. Fev. 2021

OSSWALD, Maria Cristina. Mártires e martírios num mundo em expansão. S. Tomé no Império Português entre a Índia e o Brasil. **Revista Lusófona de Ciências das Religiões**,

Lisboa, Ano VIII, n. 1, pp. 161-170, 2009. Disponível em < https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/3864>. Acesso em 04. Mar. 2021.

OTERO, Aurelio dos Santos. **Los Evangelios Apócrifos**. Cuarta impresión. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005.

PACHECO, Moreno Laborda. Cronista de uma custódia distante: Fr. Manuel da Ilha e sua *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil* (1621). **Revista História** (São Paulo), n. 177, p. 1 – 32, 2018. Disponível em < https://www.scielo.br/j/rh/a/KTSkFhQqSzfwjQQyLbYbHCP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28. Nov. 2019

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p.81-101, 2010. Disponível em < https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshnKXN/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02. Fev. 2022

PAIVA, Melquíades Pinto. Primórdios da Zoologia no Nordeste Brasileiro. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. XCIX, p. 82-113, 1985. Disponível em < https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1985/1985-PrimordiosdaZoologianoNordesteBrasileiro.pdf>. Acesso em 24. Ago. 2022

PALOMO, Federico. Memoria, cultura manuscrita y oralidad en la cronística franciscana portuguesa de la Edad Moderna. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 41, pp. 509-532, set-dez, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tem/a/B9nGptrtJs8hgYvcc8MWXpx/?lang=es>. Acesso em 09. Nov. 2019

PANEGASSI, Rubens Leonardo. Interações culturais e o lugar simbólico do alimento: o pão da terra na América portuguesa. *In*: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. (org**). História e alimentação**: Brasil séculos XVI-XXI. Belém, PA: Paka-Tatu, 2020. pp. 235-252

PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O pão e o vinho da terra**. Alimentação e mediação cultural nas crônicas quinhentistas sobre o Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2013.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, 2011. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/azmz/article/view/60057/0>. Acesso em 07. Abr. 2021

PÉCORA, Alcir. Para ler Vieira: as 3 pontas das analogias nos sermões. **FLOEMA – Caderno de Teoria e História Literária**, Vitória da Conquista, ano I, n. 1, p.29-36, 2005. Disponível em < https://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/download/1621/1396>. Acesso em 18. Jul. 2022

PEREIRA, Marcio Henrique de Mello. **As representações da "Natureza" nas obras de Cronistas e Viajantes do Brasil Colonial e seus fundamentos teóricos**. Dissertação em Letras. Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 135f. São Paulo, 2011.

PEREIRA, Thais Dultra; MOTA, Jacyra Andrade. Um estudo geossociolinguístico de gambá no APFB e no Projeto ALiB. **A Cor das Letras** – Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS, Feira de Santana, v. 22, n. Esp., Set./2021. Disponível em < https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/7475>. Acesso em 13. Jun. 2021

PRAT, Fr. André. **Notas históricas sobre as missões carmelitas no extremo norte do Brasil (século XVII-XVIII)**. Recife: [s.e], 1941.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski**. A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

PRICE, Edward O. Behavioral Aspects of Animal Domestication. **The Quarterly Review of Biology**, Chicago, v. 59, n. 1, p. 1-32, mar./1984. Disponível em < https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/413673>. Acesso em 27. Fev. 2023

RAND, A. L. On the Spurs on Bird's Wings. **The Wilson Bulletin**, Wilson Ornithological Society, v. 66, n. 2, p. 127-134, Jun. 1954. Disponível em < https://www.jstor.org/stable/4158290>. Acesso em 27. Ago. 2021

REGO, Frederico Guilherme Monturil. A Companhia de Jesus e os primórdios do desenvolvimento científico-cultural da colônia brasileira. **Iberoamérica Social**, Sevilla, v. XIII, p.107-129, 2019. Disponível em < https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7200583>. Acesso em 03. Mar. 2020

RIDDLE, John M. Pseudo-Dioscorides' "Ex Herbis Femininis" and Early Medieval Medical Botany. **Journal of the History of Biology**, Switzerland, v. 14, n. 1, p.43-81, Spring, 1981. Disponível em < https://www.jstor.org/stable/4330774>. Acesso em 10. Jun. 2021

RITCHEY, Sara. **Holy Matter**. Changing perceptions of the material world in late medieval christianity. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2014.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um mundo em movimento**. Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Tradução de Vanda Anastácio. Algés: Difusão Editorial, 1998.

SALLES, Vicente. Rapsódia Amazônica de João Daniel. In. DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004. p. 11-35

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Controvérsias sobre a pobreza: franciscanos e jesuítas e as estratégias de financiamento das missões no Brasil colonial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 27-48, jan./jun. 2014. Disponível em < https://www.scielo.br/j/eh/a/XvdnkCHZSQLXKhDmbXV5yjs/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30. Nov. 2022

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; FIORI, Marlon Marcel. Tartarugas, índios e colonizadores: a exploração de Podocnemis expansa e o povoamento português na Amazônia setecentista. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p.350-373, maio/ago. 2020. Disponível em <

https://www.scielo.br/j/topoi/a/MjkXYqSfFcyYzS7CfcfXrJM/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 29. Dez. 2021

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; NETO, Juscelino Pereira. A natureza americana nas obras *Turris Babel* e *Arca Nöe* do jesuíta Athanasius Kircher. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, ano IV, n. 10, p. 51-68, maio/2010. Disponível em < https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30383>. Acesso em 10. Jan. 2023

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; OLIVEIROS, Julianna Morcelli. Saborosos, sadios e digestivos: o discurso médico presente no consumo de frutos, conservas e compotas na América portuguesa do século XVI. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 897 – 912, out.-dez. 2017. Disponível em < https://www.scielo.br/j/hcsm/a/wZ3yCW7knW34HRRDKQgLphs/>. Acesso em 10. Out. 2028

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; SILVA FILHO, Wellington Bernardelli; MORAES, Eulália Maria Aparecida de. Basilicos que matam com o olhar e cobras que empalam com a cauda: as serpentes não peçonhentas na América portuguesa do século XVI. **Revista de Historia IberoAmericana**, v. 6, n. 2, p. 131-148, 2013. Disponível em < https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7035083.pdf>. Acesso em 21. Set. 2020

SANTOS, Clara Braz dos. **O Exercício moral de memória da morte**: escritos religiosos do Brasil Colonial. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

SANTOS, João Marinho dos. A escrita e as suas funções na missão jesuítica do Brasil quinhentista. **História (São Paulo)**, Franca, v. 34, n. 1, pp. 109-129, jan./jun. 2015. Disponível em < https://www.scielo.br/j/his/a/sKy89bWXSRKnPcSWDbTYHGw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02. Ago. 2019

SANTOS, José dos. **Catálogo da importante e preciosíssima livraria que pertenceu aos notaveis escritores e bibliófilos Condes de Azevedo e de Samodões enriquecido de notas bibliográficas e noticias de varias edições de muitas das obras descritas**. E também de numeros "fac-similes" de portadas, frontispícios, páginas, gravuras, registos de lugar e de data de impressão das mesmas obras, etc. Segunda Parte N-Z. Sob direcção de João Vicente da Silva Coelho. Porto: Tip. Da Empresa Literaria e Tipografia, 1922.

SANTOS, Zulmira Coelho dos. Em busca do paraíso perdido: a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* de Simão de Vasconcellos. *In*: CARVALHO, José Adriano de Freitas(org). **Quando os frades faziam história**. De Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcellos. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2001. p. 145-178

SCHMIDT, Karl P. The Amphibia and Pisces in the First Edition of the Systema Naturae. **Copeia**, Miami, v. 1951, n. 1, 1951. Disponível em < https://www.jstor.org/stable/1438043>. Acesso em 07. Mai. 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. A Economia do Império Português. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org). **A Expansão Marítima Portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010. pp. 21-51

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SELOSSE, Philippe. Peut-on parler de classification à la Renaissance: les concepts d' "ordre" et de "classe" dans les ouvrages sur les plantes. **Seizième Siècle**, Lyon, n. 8, pp. 39-56, 2012. Disponível em < https://www.persee.fr/doc/xvi_1774-4466_2012_num_8_1_1041>. Acesso em 11. Fev. 2021

SEMEÃO, Lucas de Almeida. **Milagres no Brasil (séculos XVI-XVIII)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Cultura Luso-Brasileira**. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, a corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVA FILHO, Wellington Bernardelli. **As pragas do paraíso**: descrições dos insetos e animais considerados inferiores na América Portuguesa do século XVI. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

SNYDER, John P. Map Projections in the Renaissance. *In*: WOODWARD, David (org). **The History of Cartography**. Volume Three – Cartography in the European Renaissance. Part 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 365-381

SOUSA, Luís Filipe Marques de. Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652): Vida e Obra do primeiro custódio do Maranhão (trabalhos apostólicos, historiografia e primeiros estudos de zoologia amazónica). **Anais do Congresso Internacional sobre os Franciscanos em Portugal e no Mundo**, Lisboa, p. 1-55, 2011. Disponível em < https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/4793>. Acesso em 13. Abr. 2021.

SOUZA, Evergton Sales. Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroeiro de Salvador (1686-1760). **Revista de História**, São Paulo, n. 162, p. 131-150, 1º sem./2010. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19154>. Acesso em 08. Mar. 2020

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Editora Schwarcz, 2005.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Mosteiros de São Bento na América portuguesa: inserção, poder e conflitos de uma família eclesiástica (séculos XVI – XVIII). **Veredas da História**, [online], v. 10, n. 2, p.245-264, dez.2017. Disponível em < https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/download/47936/26127>. Acesso em 30. Jun. 2020

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c.1580/ c.1690. Niterói: Editora da UFF, 2014.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Monstros e Monstrengos do Brasil**. Ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII. Organização de Mary Del Priore. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAUNAY, Affonso de E. **Zoologia Fantastica do Brasil (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 19__.

TEIXEIRA, Dante Martins. Com o diabo no corpo: os terríveis papagaios do Brasil colônia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 87-126, jan.-abr 2017. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139675>. Acesso em 09. Mai. 2022

TEIXEIRA, Dantes Martins; PAPAVERO, Nelson. Os animais do Brasil nas obras de Pierre Belon (1517-1564). **Arquivos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 45, n. 3, p.45-94, 2014. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817>. Acesso em 16. Fev. 2022

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VELDEN, Felipe Ferreira Vander. As galinhas incontáveis. Tupis, europeus e aves domésticas na conquista no Brasil. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, tome 98, n. 2, p.97-140, 2012. Disponível em < https://journals.openedition.org/jsa/12350?lang=en>. Acesso em 24. Out. 2021

VELDEN, Felipe F. Vander. Multiplicam-se muito nestas terras. Os animais domésticos europeus na América Portuguesa séculos XVI – XVIII. *In*: KURY, Lorelai (org.). **Representações da fauna no Brasil, séculos XVI – XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014. p. 12-39

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kenipp. 4. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998.

VIANA, Hélio. A primeira versão do "Tratado da Terra do Brasil" de Pero de Magalhães Gandavo. **Revista de História**, São Paulo, v. 7, n. 15, pp. 89-95, 1953.

VIGARELLO, Georges. **História das práticas de Saúde**. A saúde e a doença desde a Idade Média. Tradução de Luis Filipe Sarmento. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)**. São Paulo: Alameda, 2017.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. As virtudes medicinais do tabaco, 'a erva santa', descritas por um missionário europeu no Oriente (c. século XVI). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém, v. 15, n.1, pp. 1-24, 2020. Disponível em

https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xNCPf4PyZ3HkRqhFmtcQcvh/?lang=pt>. Acesso em 11. Jan. 2021

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **Pano, pau e pão:** escravos no Brasil colônia. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho; GURIAN, Gabriel Ferreira. **Tratado sobre medicina que fez o Doutor Zacuto para seu filho levar consigo quando se foi para o Brasil**. Edição, estudo e notas de Ana Carolina de Carvalho Viotti e Gabriel Ferreira Gurian. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

WAHLGREN, Richard. Carl Linnaeus and the Amphibia, **Bibliotheca Herpetologica**, v. 9, n. 1-2, p. 5-37, 2011. Acesso em 28. Out. 2021

WALKER, Timothy. Slave Labor and Chocolate in Brazil: The Culture of Cacao Plantations in Amazonia and Bahia (17^{th} -19^{th} centuries). **Food and Foodways**, v. 15, n. 1, p.75-106, 2007. Disponível em < https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07409710701260214>. Acesso em 28. Out. 2020

WEBSTER, Charles. The Recognition of Plant Sensitivity by English Botanists in the Seventeenth Century. **Isis**, Chicago, v. 57, n.1, pp. 5-23, 1966. Disponível em https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/350075?journalCode=isis>. Acesso em 31. Mar. 2021

WILLEKE, Fr. Frei Vicente do Salvador, OFM. **Revista de História**, São Paulo, v. 26, n. 54, pp. 295-307, 1963. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121966>. Acesso em 11. Fev. 2020

WILLEKE, Fr. Venâncio. **Missões Franciscanas no Brasil (1500/1975)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

WILLEKE, Frei Venâncio. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, OFM. **Revista de História**, v. 46, n. 93, pp. 47-67, 1973. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131935>. Acesso em 01. Mar. 2020

WILLEKE, Frei Venancio. Os franciscanos no Maranhão 1600-1878. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 318, p. 119-134, jan./mar. 1978.

WOODWARD, David (org). **The History of Cartography**. Volume Three – Cartography in the European Renaissance. Part 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

WRIGHT, Albert Hazen. Early Records of the Wild Turkey. **The Auk**, Chicago, v. 31, n. 3, p. 334-358, jul. 1914. Disponível em < https://academic.oup.com/auk/article/31/3/334/5273001>. Acesso em 20. Mai. 2022

ZAMORA, Juan C. Indigenismos en la lengua de los conquistadores. **Hesperia – Anuario de Filología Hispánica**, Vigo, n. 5, p. 195-209, 2002. Disponível em < https://hesperia.webs.uvigo.es/paginas/indices/articulos/vol5/zamora.pdf>. Acesso em 19. Fev. 2023.